

# A CONCORDATA DE SALAZAR PORTUGAL-SANTA SÉ 1940

RITA MARIA CRISTOVAM CIPRIANO ALMEIDA DE CARVALHO

---

DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA INSTITUCIONAL E  
POLÍTICA DE PORTUGAL

DEZEMBRO 2009

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR FERNANDO ROSAS

FINANCIADA PELA FCT E PELO FSE NO ÂMBITO DO III QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO





À minha Mãe

À Maria do Mar



## AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui às diversas pessoas que contribuíram para esta dissertação de doutoramento.

Ao Professor Doutor Fernando Rosas, orientador da tese, agradeço a amizade franca, o diálogo aberto, as críticas e as sugestões de trabalho. A minha mais recente viagem ao Vaticano, onde recolhi documentação inédita do pontificado de Pio XI, não a teria concretizado não fosse a sua insistência. Foi, e é, um privilégio trabalhar com ele no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Ao Professor Doutor Luís Salgado de Matos devo o convite para colaborar no projecto *A Igreja Católica e o Estado Português no Século XX* e o estímulo para levar esta dissertação até ao fim.

Trabalhei com o Professor Doutor António Costa Pinto num projecto sobre elites políticas no salazarismo, onde adquiri conhecimentos que viria a utilizar aqui. Devo-lhe, por isso, uma palavra de sincero reconhecimento.

O Dr. António Martinho, na qualidade de secretário do Instituto de Ciências Sociais, manifestou grande abertura às necessidades desta investigação. Agradeço ainda a Maria Goretti Matias a tolerância com que lidou com a volubilidade dos meus estados de espírito.

Para Nuno Gonçalo Monteiro e Conceição Andrade Martins a minha dívida é enorme: tive a sorte de beneficiar da amizade de ambos.

Por intermédio de António de Araújo conheci pessoas e bibliografia, tive acesso ao Espólio Mário de Figueiredo. Discuti ideias e recebi muitas, muitas, sugestões. Sem tudo isto o meu trabalho seria, com certeza, pior. Sou-lhe ainda grata pela amizade de sempre.

Há depois outros amigos que quero referir: Elvira Costa e Paula Costa (que me acolheram no Instituto de Ciências Sociais com uma amizade muito reconfortante e útil (porque também são óptimas bibliotecárias), Nuno Estêvão Ferreira (cujo rigor me obrigou a ser mais exigente com o meu trabalho), António Leite (novo amigo que muito admiro), Fernando Martins e Fátima Patriarca (velhos amigos com os quais me habituei a contar), Marcelino Alves (que me pôs, literalmente, a cabeça no lugar).

A Inês, a Ana e a Rosarinho (as três pós-doutoradas nas vicissitudes da minha vida), a minha irmã Patrícia (que do alto do seu nariz empinado me vai «orientando» a vida), o meu Pai (com a sua fleuma inspiradora) foram um auxílio precioso. A minha Mãe, o meu maior e melhor apoio, tomou conta de mim. O Zé Maria também.

As últimas palavras deste agradecimento são para a minha filha Maria do Mar, o meu grande estímulo e a vítima principal deste labor – esta tese sofreu, como a Igreja de Santa Engrácia, os efeitos de vários terremotos, os quais, por razões endógenas, foram ultrapassados com muita dificuldade. Bem-haja aos Avós que a souberam fazer feliz!



## **A CONCORDATA DE SALAZAR: PORTUGAL-SANTA SÉ 1940**

Rita Almeida de Carvalho

**Palavras-chaves:** Igreja Católica; Concordatas; Salazarismo, Fascismo, Franquismo.

### **RESUMO**

Esta dissertação sobre a Concordata portuguesa celebrada com a Santa Sé a 7 de Maio de 1940 enquadra-se no âmbito da história política e consiste num estudo exaustivo e sistemático das negociações, que se debruça, com base na documentação original, sobre os pontos de vista do Estado português e da Santa Sé. Pretende ser ainda um primeiro esboço de um estudo comparativo com outras concordatas da época dos fascismos.

Salazar impôs os seus pontos de vista, fazendo um acordo cujas benesses para a Igreja ficaram muito aquém das vantagens oferecidas noutros concordatas, como a italiana ou a espanhola, conferindo-lhe uma plasticidade que permitiu a sua persistência no ordenamento jurídico português até 2004.

## **THE CONCORDAT OF SALAZAR: PORTUGAL-SANTA SÉ 1940**

Rita Almeida de Carvalho

**Keywords:** Catholic Church; Concordats; Salazarism; Fascism; Francoism.

### **ABSTRACT**

This thesis on the portuguese Concordat celebrated with the Holy See on May 7, 1940 falls within the scope of political history and is a comprehensive and systematic study of the negotiations based on original documentation which focuses on the views of the portuguese State and the Holy See. This study is also an initial outline of a comparative study with other concordats from the time of fascisms.

Salazar imposed its points of view, making an agreement in which the benefits for the church were far below the ones of other contracts, such as the italian or the spanish concordats, providing it with a plasticity that allowed its permanence in the Portuguese legal system until 2004.





## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1 DO ESTADO E DA IGREJA DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL À DITADURA MILITAR</b>	<b>11</b>
1.1 A MONARQUIA CONSTITUCIONAL	11
1.2 A REPÚBLICA	12
1.3 O «DECRETO MOURA PINTO»	13
1.4 O «PROJECTO LINO NETO»	15
1.5 A DITADURA MILITAR	22
1.6 O «DECRETO DA PERSONALIDADE JURÍDICA»	23
1.7 OS BENS DA IGREJA	49
1.8 AS MISSÕES E O PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE	52
1.9 A ACÇÃO DO NÚNCIO BEDA CARDINALE	55
1.10 OS CATÓLICOS NO GOVERNO DA REPÚBLICA	57
1.11 OS ACORDOS DE LATRÃO	60
1.12 A «PORTARIA DOS SINOS»	62
1.13 O NOVO CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA	64
1.14 UM PEQUENO INCIDENTE A PROPÓSITO DE UM PEDIDO DE AMNISTIA	71
1.15 CADA VEZ MAIS PRÓXIMOS	72
<b>2 O ESTADO NOVO E A IGREJA CATÓLICA ATÉ À CONCORDATA DE 1940</b>	<b>77</b>
2.1 O PENSAMENTO DE SALAZAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A IGREJA	79
2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1933 E O ESTATUTO DA IGREJA CATÓLICA	82
2.3 APESAR DE TUDO, UM ENTENDIMENTO CORDIAL	91
<b>3 DO ANTEPROJECTO AO PROJECTO OFICIAL DA CONCORDATA</b>	<b>101</b>
3.1 OS PRIMEIROS ENSAIOS	102
3.2 O ANTEPROJECTO DA SANTA SÉ	133
3.2.1 O PROJECTO DO CARDEAL CEREJEIRA, OS PROJECTOS QUE O ANTECEDERAM E A ANÁLISE DA SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS ASSUNTOS ECLESIASTICOS EXTRAORDINÁRIOS	135
<b>4 O PROJECTO OFICIAL DO GOVERNO PORTUGUÊS</b>	<b>167</b>
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO	167
4.2. O PROCESSO DE FIXAÇÃO DO TEXTO OFICIAL	179
4.3 OS CONTRIBUTOS DOS ACTORES PARA A FIXAÇÃO DO PROJECTO OFICIAL	185
4.3.1 PERSONALIDADE JURÍDICA DA IGREJA CATÓLICA	187
4.3.2 ELEVAÇÃO DA LEGAÇÃO A NUNCIATURA	188
4.3.3. LIVRE EXERCÍCIO DO CULTO	189
4.3.4 LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO	189
4.3.5 PERSONALIDADE JURÍDICA DAS ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS	191
4.3.6 PROTECÇÃO DO ESTADO	194
4.3.7 SEGREDO RELIGIOSO	195
4.3.8 ISENÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	196
4.3.9 SERVIÇO MILITAR	197
4.3.10 DESTITUIÇÃO DE ECLESIASTICOS	197
4.3.11 HÁBITOS TALAES	198
4.3.12 NACIONALIDADE DOS BISPOS	199
4.3.13 NOMEAÇÃO DOS BISPOS	200
4.3.14 ASSISTÊNCIA RELIGIOSA ÀS FORÇAS ARMADAS	202
4.3.15 ACÇÃO CATÓLICA	205
4.3.16 ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NAS ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE	207
4.3.17 CASAMENTO	209
4.3.18 SEPARAÇÃO DE PESSOAS	215
4.3.19 LIBERDADE DE CULTO	216
4.3.20 TOQUE DOS SINOS	217
4.3.21 FESTAS RELIGIOSAS	217

4.3.22 LUGARES DE CULTO	219
4.3.23 ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL AOS HOSPITAIS	220
4.3.24 LIBERDADE DE ENSINO	221
4.3.25 ENSINO RELIGIOSO	222
4.3.26 MORAL CATÓLICA	223
4.3.27 SÍMBOLOS RELIGIOSOS	223
4.3.28 ENSINO DA RELIGIÃO	223
4.3.29 OS PROFESSORES DE RELIGIÃO	226
4.3.30 SEMINÁRIOS	226
4.3.31 TÍTULOS ACADÉMICOS	228
4.3.32 COBRANÇA DE TAXAS E COLECTAS	229
4.3.33 OS BENS DA IGREJA	229
4.3.34 MONUMENTOS NACIONAIS	231
4.3.35 OBJECTOS DE CULTO	234
4.3.36 ISENÇÕES FISCAIS	235
4.3.37 MISSÕES	237
4.3.38 DIVISÃO RELIGIOSA DO ULTRAMAR	240
4.3.38 BISPOS ULTRAMARINOS	240
4.3.39 PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE	241
4.3.40 DIREITO SUBSIDIÁRIO	243
4.3.41 INTERPRETAÇÃO DA CONCORDATA	244
4.3.41 NORMA REVOGATÓRIA	245
4.3.42 RATIFICAÇÃO	245
<b>5 DAS NEGOCIAÇÕES OFICIAIS À RATIFICAÇÃO DA CONCORDATA</b>	<b>247</b>
<b>5.1 A DISCUSSÃO DO ARTICULADO</b>	<b>323</b>
5.1.1 A SANTA SÉ SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL	324
5.1.2 CAPACIDADE JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS	341
5.1.3 AQUISIÇÃO E O REGIME DE BENS DA IGREJA CATÓLICA	343
5.1.4 GARANTIAS QUANTO AO CLERO E REGIME DAS PESSOAS ECLESIASTICAS	365
5.1.5 PRÁTICA E ASSISTÊNCIA RELIGIOSAS	385
5.1.6 ENSINO	406
5.1.7 CASAMENTO	429
5.1.7.1 EFEITOS CIVIS DO CASAMENTO RELIGIOSO	435
5.1.8 DIVÓRCIO	460
5.1.9 SEPARAÇÃO DE PESSOAS	476
5.1.10 REGIME DAS MISSÕES NO ULTRAMAR	477
5.1.11 PADROADO E SEMI-PADROADO	488
5.1.12 INTERPRETAÇÃO E VIGÊNCIA DA CONCORDATA	491
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>499</b>
<b>1 AS CONCORDATAS E OS REGIMES POLÍTICOS</b>	<b>499</b>
<b>2 AS CONCORDATAS NUMA PERSPECTIVA COMPARADA</b>	<b>504</b>
<b>3 REGALISMO OU CATOLAICISMO?</b>	<b>515</b>
<b>4 PROCESSO DECISÓRIO</b>	<b>518</b>
<b>FONTES</b>	<b>527</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CITADA</b>	<b>529</b>

## INTRODUÇÃO

Durante o Antigo Regime, todas as sociedades europeias eram confessionais. A Religião e o Poder estavam associados, a primeira legitimando o segundo e regulando toda a vida social e privada<sup>1</sup>:

A religião regula toda a existência, individual e colectiva. Ela preside a todas as actividades sociais: nada escapa à sua vigilância e ao seu controlo e o Estado vela pelo respeito das suas prescrições culturais e morais. Ela ocupa todo o espaço social, ritma o tempo: a sociedade alinha-se pelo seu calendário para o trabalho e para as festas. Ela abençoa todas as funções sociais. Ela mesma tem a seu cargo a assistência e a educação: as universidades e os hospitais são instituições de origem religiosa e de estatuto eclesiástico. O constrangimento exercido sobre as consciências e as liberdades individuais tem contrapartidas: a protecção dos fracos, o alívio das doenças, a assistência aos pobres, a homogeneidade de condutas, os pontos de referência comuns<sup>2</sup>.

A Revolução francesa, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição Civil do Clero (1790), dissemina rapidamente a sua política: a religião deixa de ser «o principal fundamento de unidade» ou «o critério de identidade nacional»<sup>3</sup>. Mas a tendência generalizada para a separação entre os Estados e a Igreja Católica começou a despontar mesmo antes, com a Reforma protestante (onde, a título de exemplo, o casamento passa a ser considerado um contrato civil). No resto da Europa tridentina, a reflexão sobre a separação entre os Estados e a Igreja Católica inicia-se com o Iluminismo<sup>4</sup>, cujos princípios, tais como o facto de a liberdade individual ser o fundamento da ordem social<sup>5</sup>, foram aprofundados e modificados pela Revolução francesa<sup>6</sup>.

No que se refere a Portugal, pode dizer-se que o confisco dos bens da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal (Lei de 3 de Setembro de 1759) e a sua subsequente expulsão

---

<sup>1</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe. La sécularisation aux XIXe et XXe siècles. 1780-2000*. Paris: Édition du Seuil, 2001, p. 19.

<sup>2</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 48.

<sup>3</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 54-55.

<sup>4</sup> «O Iluminismo foi antes de tudo uma emancipação de posições anteriores de filosofia, autoridade e tradição. A própria palavra Iluminismo implicava que, se pudéssemos apenas a colocar a luz suficiente sobre uma dada questão, veríamos as coisas como elas realmente são e ficaríamos libertos das trevas e do erro. A razão humana tornou-se o principal foco e foi vista como o instrumento essencial para a libertação espiritual da ignorância, superstição, e passividade. O iluminismo incentivou também uma busca de moralidade universal (incluindo a justiça social para todos) e uma ênfase no respeito pelos indivíduos». In Timothy G. McCarthy, *The Catholic Tradition. The Church in the twentieth century*, 2ª ed. Chicago: Loyola Press, 1998, p. 30-31.

<sup>5</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 205.

<sup>6</sup> António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 6.

do território nacional (Lei de 28 de Agosto de 1767) constituíram as primeiras medidas no sentido de coarctar a influência da Igreja Católica na sociedade civil. Como dirá Monsenhor Fino Beja<sup>7</sup>:

Pombal, puxado pelas ideias em voga, foi o primeiro que procurou aclimatar, à nossa mentalidade, a corrente enciclopédica que via no casamento um prejuízo e no divórcio uma exigência da natureza; e sem se aperceber, e mesmo sem querer, nas tentativas de submeter a Igreja ao Estado, enfraqueceu a instituição familiar<sup>8</sup>.

Mário de Figueiredo e Pacheco de Amorim justificam o aparente paradoxo de o anticlericalismo existir precisamente nos países de tradição e maioria católicas pelo facto de o clero ter aí «a possibilidade de dominar o governo através da maioria constituída pelos seus fiéis». Com efeito «a existência de um Magistério, cuja autoridade suprema é reconhecida pelos fiéis de todos os países»<sup>9</sup>, conferia-lhe esta possibilidade. É também neste contexto que, com a sua ortodoxia doutrinária, a Igreja Católica não só «espera dos poderes seculares que a reconheçam como sociedade perfeita como considera que estes têm o dever de a secundar no exercício da sua missão espiritual». Por esta razão, interfere na «política», «em nome da moral que ela deduz da Revelação e do Evangelho»<sup>10</sup>.

Se os problemas das relações entre os Estados e a Igreja Católica têm raízes mais recuadas, nos séculos XIX e XX a situação degradou-se rapidamente: a unificação italiana pôs termo às concordatas com os antigos Estados e a Lei das Garantias de 1871 sancionou a separação Estado-Igreja (embora certos países pudessem estar representados junto do Vaticano e vice-versa, não existiam relações diplomáticas entre a Itália e o Vaticano)<sup>11</sup>; na Áustria, o imperador reagiu à declaração da infalibilidade papal com a denúncia da Concordata de 1855; as concordatas dos Estados de Vurtemberg e Bade não foram aplicadas; em França, foi publicada a Lei da Separação de 9 de Dezembro de 1905, que acabou com o regime concordatário da era napoleónica<sup>12</sup>. Também em Portugal, um dos países que acatou

---

<sup>7</sup> Monsenhor José Fino Beja (1882-1951) – Director do jornal *Democracia Cristã* (1912), fundador da Juventude Católica Covilhanense (1916), director do jornal *Notícias da Covilhã* (1922). Dava palestras frequentes ao microfone do Rádio Clube Português sobre temas religiosos e foi professor de Educação Moral e Cívica no Liceu.

<sup>8</sup> Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1939, p. 268.

<sup>9</sup> Mário de Figueiredo e Pacheco de Amorim, «Relatório» [apresentado à Assembleia Geral do Centro Católico em 17 de Dezembro de 1931]. In Documentos Originais Sobre o Fim do Centro Católico, documentos oriundos do arquivo particular de Mário de Figueiredo, hoje depositados na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa por oferta de Josué Pinharanda Gomes.

<sup>10</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 37.

<sup>11</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires». In *Nations et Saint-Siège au XX<sup>e</sup> siècle*, dir. Hélène Carrère d'Encausse e Philippe Levillain, Paris: Fayard, 2000, p. 96.

<sup>12</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 97.

as disposições do Concílio de Trento e que sofreu uma forte influência do anticlericalismo da França revolucionária, o liberalismo oitocentista e, depois, a República infligem duros golpes à Igreja Católica. Refira-se a Lei de 30 de Maio de 1834, de Joaquim António de Aguiar, a qual extinguiu «*todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares*», incorporando os seus na *Fazenda Nacional*. Por outro lado, a Igreja vai perder, paulatinamente, o controlo sobre as instituições que garantiam a reprodução social da sua ideologia<sup>13</sup>, poder que decorria, até então e em grande medida, da «debilidade dos recursos humanos e técnicos da burocracia estatal»<sup>14</sup>. Na verdade, até aí eram as autoridades eclesiásticas quem dominava a educação, a saúde pública e as obras assistenciais, a concessão de registos de nascimento, casamento e óbito<sup>15</sup>. Outros perigos ameaçavam a sua força económica e política, tais como a expansão soviética e o comunismo. Por estas razões a Santa Sé procurava erguer uma frente em defesa da civilização cristã, ameaçada, como diz Salazar, «pelas desordens e perigos mentais, morais e sociais trazidos pelo falso liberalismo, pelo socialismo, pelo comunismo, pelo ateísmo, pelo materialismo e pelas revoluções»<sup>16</sup>.

Este temor é bem expresso pelo relato que Assis Gonçalves<sup>17</sup> fez em 1933 de uma conversa havida entre o padre José de Castro, consultor eclesiástico da Embaixada de Portugal no Vaticano<sup>18</sup>, e um chefe do Comunismo Separatista Catalão, que encontrara numa viagem de comboio de regresso a Portugal. Na opinião deste último:

«Aquilo lá por Portugal também vai muito bem ... A Galiza optimamente ... Em breve ela e Portugal constituirão o jardim da próxima Confederação Comunista Ibérica...».

A possibilidade do advento do comunismo na Península Ibérica era, de acordo com o padre Castro, partilhada pelo Sumo Pontífice:

---

<sup>13</sup> Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/GIS, 1980, p. 44 e 39.

<sup>14</sup> Ricardo Mariano, «Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso». [http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo\\_mariano.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm) (22 de Maio de 2007).

<sup>15</sup> Ricardo Mariano, «Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso». [http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo\\_mariano.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm) (22 de Maio de 2007).

<sup>16</sup> ANTT, AOS/CO/NE-1A (pt. 16, fls. 180-183). Texto de Salazar entregue aos directores dos jornais, em 7 de Maio de 1940.

<sup>17</sup> Horácio de Assis Gonçalves (1889-?) – oficial do Exército, estudou na Universidade e foi alferes do Corpo Expedicionário Português. Ideologicamente próximo do nacional-sindicalismo, será secretário de Salazar, seu antigo professor em Coimbra, de 1930 a 1934. Nomeado governador civil do distrito de Vila Real em 1934, ocupará esse cargo até 1944. Vivia ainda no ano de 1975.

<sup>18</sup> José de Castro (1886-1966) – sacerdote e escritor, conservador e monárquico. Conspirador monárquico em 1911, esteve preso. Viveu depois alguns anos em Espanha e no Brasil. Em 1930 foi nomeado consultor eclesiástico da Embaixada de Portugal no Vaticano.

S. S. o Papa, sempre que se lhe fala em Portugal (ele que dirige o combate anticomunista por todo o Mundo, e que por isso tem acerca da sua organização as mais completas informações) diz com certa preocupação:

«Il faut prier toujours au Bon Dieu pour Salazar ... pour le Ministre Oliveira Salazar du Portugal»<sup>19</sup>.

Num continente dominado por Estados protestantes, anticlericais ou ateus a Santa Sé procurava fortalecer a sua posição internacional<sup>20</sup>, tentando recuperar a sua influência, a sua autoridade e o seu património. Este esforço é consubstanciado no movimento concordatário do século XX. As concordatas são acordos genéricos celebrados entre os Estados e a Santa Sé (a primeira Concordata que regula genericamente as relações entre o Estado e a Igreja é a Concordata napoleónica), que têm juridicamente o valor de um tratado internacional, porque a Santa Sé é geralmente reconhecida como pessoa jurídica de Direito Internacional Público (como as Nações Unidas ou a União Europeia)<sup>21</sup>. É a própria existência da Santa Sé (e não do Estado do Vaticano) que faz com que «em lugar de ser decretado unilateralmente pelo Estado, o estatuto da Igreja Católica seja objecto de negociações de natureza diplomática entre os Estados e a Santa Sé e as disposições adoptadas sejam consagradas nos textos com todas as características de um tratado entre potências, nas quais, em caso de desacordo, os diferendos têm uma dimensão internacional»<sup>22</sup>. Depois da anexação pelo Estado italiano dos Estados pontifícios em 1870 e até à assinatura dos Acordos de Latrão em 1929, o papel internacional da Santa Sé mantém-se mesmo se o seu fundamento já não decorresse de uma soberania territorial, mas antes da chefia da Igreja Católica. Como afirmava o embaixador do Brasil em Portugal nas palavras que dirigiu a Pio XI, em nome do corpo diplomático,

Os Papas, depois da queda do poder temporal continuaram a ser soberanos como dantes, porque potências soberanas não teriam delegado nos seus embaixadores e ministros a missão de defender os seus interesses perante uma pessoa destituída de qualidade para os receber, isto é, uma pessoa que não gozasse dos atributos da soberania<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Relatório que Assis Gonçalves envia António Oliveira Salazar, em 31 de Julho de 1933. H. Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar. 1931-1939*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, p. 93.

<sup>20</sup> Neal Pease, «Poland and the Holy See, 1918-1939», *Slavic Review*, vol. 50, n° 3, autumn, 1991, p. 521.

<sup>21</sup> Retomaremos este assunto quando analisarmos os artigos da Concordata de 1940 que reconhecem a Santa Sé como sujeito do Direito Internacional, onde procuraremos demonstrar que esta questão, embora tenha suscitado por muito tempo grandes controvérsias, é hoje consensual. A bibliografia sobre o assunto é abundante. Veja-se, por exemplo, Jorge Miranda, «A Concordata e a ordem constitucional portuguesa». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 68-84; Jean-Marie Mayeur, «Les Églises et les Relations Internationales. II. L'Église Catholique». In *Histoire du Christianisme*, dir. J.-M. Mayeur et al, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*. Paris: Desdée/Fayard, 1990, p. 297-298; Jean Julg, *L'Église et les États. Histoire des concordats*. Paris: Nouvelle Cité, 1990, p. 11-20.

<sup>22</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 42.

<sup>23</sup> Citado em Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*. Coimbra, Almedina, 2005, p. 335.

A diferença essencial entre um Estado e a Santa Sé é que o primeiro exerce uma soberania circunscrita a determinado território, e a segunda se constituiu enquanto poder transnacional<sup>24</sup>: «duas sociedades, soberanas e independentes, mas de natureza diversa – religiosa ou espiritual uma, e temporal e profana outra»<sup>25</sup>. Daqui decorre que os dois poderes exercem a sua soberania sobre os mesmos sujeitos (cidadãos e fiéis)<sup>26</sup>.

Através das concordatas, a Santa Sé obtém da parte dos Estados garantias jurídicas de controlo da organização eclesiástica e dos fiéis, protecção e, nalguns casos, o sustento financeiro do culto. As concordatas procuram ainda o reconhecimento do Código de Direito Canónico de 1917, no que se refere ao casamento, concebido enquanto união perpétua e sacramental, que reproduz a união entre Cristo e a Igreja, pelo que só o magistério do Sagrado tem competência para o regular<sup>27</sup>; ao ensino, cabendo à Igreja o direito e o dever de garantir que a juventude seja convenientemente instruída na «verdadeira fé e na boa moral», ficando o papel do Estado confinado ao fornecimento dos meios para que os pais cumpram as suas obrigações em todos os domínios, entre eles o religioso; à nomeação dos bispos, que segundo o Direito Canónico é da exclusiva competência da Santa Sé (não se trata apenas de por termo ao direito de nomeação dos bispos pelos diversos Estados, mas também de acabar com os privilégios de certas Igrejas, como a alemã e a austríaca, que elegiam os bispos através dos capítulos catedrais)<sup>28</sup>. Por estas razões, as concordatas deste período apresentam inúmeras semelhanças.

Do lado da Santa Sé, as concordatas imporiam «às Igrejas nacionais reticentes a centralização canónica com a ajuda do braço secular dos Estados interessados em concluir acordos com a Santa Sé»<sup>29</sup>. A tentativa de estender à Cristandade o Código de Direito Canónico de 1917, num processo de centralização e afirmação inequívoca da autoridade papal, através do estabelecimento de concordatas estará na origem, segundo John Cornwell, autor do polémico livro *The Hitler's Pope*, do «silêncio» de Pio XII relativamente ao nazismo (em 1933, como se sabe, Pio XI celebrou uma Concordata com Hitler).

---

<sup>24</sup> Peter Hägel e Pauline Peretz definem as relações transnacionais como «interacções regulares transversais às fronteiras nacionais em que pelo menos um dos actores não é um agente do Estado ou não opera à custa de um Governo nacional ou de uma organização intergovernamental». Peter Hägel e Pauline Peretz, «States and Transnational Actors: Who's Influencing Whom? A Case Study in Jewish Diaspora Politics during the Cold War», *European Journal of International Relations*, vol. 11 (4) 2005: p. 487, nota 2.

<sup>25</sup> António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas», p. 3-4.

<sup>26</sup> António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas», p. 3-4.

<sup>27</sup> A título de exemplo, o Direito Canónico é reconhecido na Concordata espanhola de 1953, na qual se prescreve que os nubentes não podem casar-se pelo civil, a menos que tenham feito publicamente acto de apostasia.

<sup>28</sup> John Cornwell, *Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII*. Londres: Penguin Books, 1999, p. 41-45. Ver também Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 99.

<sup>29</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 97-98.

Por seu turno, os novos Estados ou novos regimes ditatoriais surgidos no período de entre-guerras procuram nestes acordos uma fonte de legitimidade, estabilização e durabilidade, cientes de que a paz religiosa constituía um factor de primeira ordem para atingir a paz social, o catolicismo conferia unidade moral às nações<sup>30</sup>, um bom relacionamento com a Santa Sé era também uma fonte de prestígio internacional<sup>31</sup>. Como afirma Jean Julg, relativamente aos novos Estados saídos da Primeira Guerra Mundial,

O interesse pela religião não era sem dúvida o seu principal objectivo, porque um reconhecimento pela Santa Sé conferia-lhes uma caução moral que não poderia senão aumentar o seu prestígio e fortificar o seu regime<sup>32</sup>.

A tal situação não é alheio o facto de a comunidade católica romana constituir, muitas vezes, a maioria da população destes Estados, como acontece nos casos de Itália, Portugal e Espanha. Outro aspecto atraente do regime concordatário no que respeitava aos Estados consistia na posição da Igreja relativamente à defesa da ordem estabelecida e à afirmação de valores conservadores: submissão à autoridade, culto da tradição, respeito pela hierarquia, aceitação das desigualdades. Como afirmou Lino Neto<sup>33</sup> «a Igreja é um factor de disciplina»<sup>34</sup>. René Rémond defende que o catolicismo romano (bem como o anglicanismo e o luteranismo), conservando a hierarquia episcopal, se predispõe a «aceitar toda a autoridade superior, política e eclesial, e a testemunhar-lhe reverência e submissão»<sup>35</sup>.

Na verdade, o papel estabilizador da Igreja Católica é incontroverso, como se pode ver na introdução de um projecto de Concordata, elaborado por Trindade Coelho<sup>36</sup> em 1932, no qual se declara que o respeito e o reconhecimento da situação jurídica da Igreja Católica, não só vai ao encontro dos fins do próprio Estado, como está na origem de «uma certa paz social», uma «autêntica prosperidade». Trindade Coelho considera que a Concordata é assim «um

---

<sup>30</sup> Yves de la Brière, «Le Droit Concordataire dans la nouvelle Europe». In *Académie de Droit International. Recueil des Cours*, tomo 63, vol. 1. Paris: Librairie du Recueil Sirey, p. 38 ; René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 47.

<sup>31</sup> Jean Salomon, *La Politique Concordataire des États depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale*. Paris: Éditions A. Pedone, 1955, p. 29-38.

<sup>32</sup> Jean Julg, *L'Église et les États. Histoire des concordats*, p. 169.

<sup>33</sup> António Lino Neto (1873-1961) – Seminarista em Portalegre, viria a concluir o curso de Direito na Universidade de Coimbra em 1899. Foi professor no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, da Escola Politécnica de Lisboa e depois do Instituto Superior Técnico e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, chegando a ser director desta última instituição e a vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1938-1943). Foi presidente do Centro Católico de 1919 a 1934 e deputado católico eleito em 1918, 1922 e 1925.

<sup>34</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Dezembro de 1922.

<sup>35</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 36.

<sup>36</sup> Henrique Trindade Coelho (1885-1934) – foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 27 de Julho a 16 de Agosto de 1929. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, publicista, apoiante do 28 de Maio de 1926. Em 1927 ingressou na carreira diplomática (ministro junto do Quirinal). Foi depois ministro dos Negócios Estrangeiro, e voltando a ocupar o cargo de ministro, agora junto da Santa Sé em Setembro de 1929.



tratado de paz»<sup>37</sup>. Por um lado, a Igreja exige que os católicos portugueses observem o Código de Direito Canónico; em contrapartida, espera-se que os católicos respeitem a República portuguesa, «observem fielmente as leis que tendem ao bem comum, trabalhando lealmente para que se conserve a ordem e se não perturbe a paz absolutamente indispensável a um Estado que queira tranquilamente, e sem obstáculos, atingir os seus fins»<sup>38</sup>.

Com as concordatas, a Igreja Católica assume um estatuto de primazia relativamente às restantes confissões religiosas, tanto mais que se trata de um compromisso garantido, não por via do direito interno, mas através do Direito Internacional, isto é, exime-se às «sempre precárias mudanças de legislações particulares»<sup>39</sup>. Uns entendem que se tratam de privilégios; outros uma questão de justiça em face das espoliações pretéritas, «uma compensação legítima» e o «reconhecimento devido»<sup>40</sup>.

Paradoxalmente, a autoridade eclesiástica vê-se limitada e enquadrada<sup>41</sup>. Veja-se que em Portugal só na recente Concordata de 2004 se arredou o Estado do processo de nomeação dos bispos (embora este se limitasse apenas ao direito de objecção). Tal significa que nem sempre são os países concordatários os que conferem maior liberdade à Igreja Católica porque ao regularem a sua acção, também a disciplinam<sup>42</sup>. Daí que dentro da Igreja, depois do Concílio Vaticano II, sejam comuns as afirmações de que «nem a Igreja nem o Estado podem abdicar da sua respectiva soberania ou independência. A Igreja não pode nem quer gozar de privilégios, (...), pois tais privilégios, que geralmente são onerosos, impedi-la-iam [...] de realizar integralmente a sua missão e de se apresentar em toda a sua genuína pureza perante os homens de hoje»<sup>43</sup> e de que nesta «sociedade dessacralizada, secularizada e pluralista, que é cada vez mais a actual, não pode admitir-se que a Igreja esteja ligada por vínculos contratuais ao poder civil»<sup>44</sup>.

---

<sup>37</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 2, fls. 47-60).

<sup>38</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 2, fls. 47-60).

<sup>39</sup> M. Isidro Soares, A Concordata de 1940. In AAVV, *Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. I (prefácio). Ver também António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas», p. 9-10.

<sup>40</sup> M. Isidro Soares, A Concordata de 1940. In AAVV, *Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. I (prefácio).

<sup>41</sup> John Markoff; Daniel Regan, «Religion, the State and Political Legitimacy in the World's Constitutions». In *Church-State Relations. Tensions and Transmissions*, dir. Thomas Robbins e Roland Robertson. New Brunswick/New Jersey: Transaction Books, 1987, p. 171 e ss.

<sup>42</sup> Ivan Vallier, por exemplo, defende que a França e os Estados Unidos, levando o princípio da separação e o pluralismo religioso mais longe, são também os países onde a Igreja pode mais livremente actuar. Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor». In *Transnational Relations and World Politics: An Introduction*, ed. Joseph S. Nye e Robert O. Keohane, 5ª ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981, p. 129-152.

<sup>43</sup> António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas», p. 8.

<sup>44</sup> António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas», p. 8.

A Concordata portuguesa de 1940 inscreve-se, por conseguinte, num conjunto de concordatas estabelecidas pelo Vaticano na primeira metade do século XX, inserindo-se na já designada «Era das concordatas»<sup>45</sup>, período que coincide com o pontificado de Pio XI, com o advento dos regimes totalitários e autoritários e com a Segunda Guerra Mundial. Entre 1922 e 1939, Pio XI celebrou concordatas com diversos Estados: três Estados da República de Weimar (Baviera em 1924<sup>46</sup> e Bade em 1932, Estados alemães de maioria populacional católica, e Prússia em 1929, o mais importante Estado do Império alemão, sendo que um terço da sua população era católica<sup>47</sup>); a Letónia em 1922, pequeno Estado democrático desmembrado da Rússia dos czares, com dois milhões de habitantes na sua maioria protestantes, dos quais meio milhão era católico<sup>48</sup>; a Polónia em 1925, país independente desde 1918, à data uma democracia parlamentar<sup>49</sup>, com 34 milhões de habitantes, dos quais 26 milhões eram católicos; a Lituânia em 1927, Estado que resultou também do fim do império russo, governado por uma ditadura militar de cariz nacionalista e com uma maioria de população católica<sup>50</sup>; a Roménia em 1929, república liberal, com uma população de 19 milhões, dos quais 3 milhões e meio eram católicos (ainda que uma parte importante seguisse o rito greco-romano)<sup>51</sup>; a Itália de Mussolini em 1929<sup>52</sup>; a Alemanha de Hitler em 1933, com cerca de 66 milhões de habitantes, sendo um terço católico; a Áustria de Dollfuss em 1934<sup>53</sup>, com uma população maioritariamente católica; a Jugoslávia em 1934<sup>54</sup>. Pio XI iniciou ainda negociações para o estabelecimento de concordatas com Portugal e Espanha, as quais foram

---

<sup>45</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 95.

<sup>46</sup> Esta Concordata estabelece que religião católica é a religião de Estado, apesar de, segundo a Constituição de Weimar, nenhum Estado o poder fazer, seja qual for a confissão religiosa. Jean Julg, *L'Église et les États. Histoire des concordats*, p. 195.

<sup>47</sup> Esta Concordata, a que o Estado alemão chamou apenas «Convenção solene» foi difícil de aprovar devido às dificuldades levantadas pelos não-católicos, comunistas e nazis. Também por este motivo, a regulação do ensino foi excluída do texto. Ver Jean Julg, *L'Église et les États. Histoire des concordats*, p. 196-197.

<sup>48</sup> É o primeiro dos novos Estados da Europa de Leste que concluiu uma Concordata com a Santa Sé. «Durante a dominação russa os católicos da Letónia foram enquadrados na hierarquia eclesiástica estabelecida nos acordos concluídos entre a Santa Sé e a Rússia». Era assim necessário restabelecer o clero e uma hierarquia católica nacional. Amadeo Giannini, *I Concordati postbellici*, vol. 1. Milão: Società Editrice «Vita e Pensiero», 1929, p. 43.

<sup>49</sup> Józef Klemens Piłsudski foi chefe de Estado da Polónia de 1918 a 1922. Em 1926, na sequência de um golpe de Estado, instaura um regime autoritário.

<sup>50</sup> A Constituição da Lituânia conferia ampla liberdade de culto a todas as confissões religiosas, pelo que foi fácil à Santa Sé negociar com este Estado uma concordata. Amadeo Giannini, *I Concordati postbellici*, p. 14.

<sup>51</sup> Embora a sua ratificação, devido a certas reacções do clero ortodoxo e a algumas dificuldades políticas só se tenha verificado em 1929. Ver Jean Julg, *L'Église et les États. Histoire des concordats*, p. 173.

<sup>52</sup> Os Acordos de Latrão são compostos por um tratado político, uma convenção financeira e uma concordata.

<sup>53</sup> Esta concordata começou a ser negociada antes de a Áustria ter por chanceler Dollfuss, embora fosse assinada já por este.

<sup>54</sup> A Concordata foi concluída em 1934 mas, depois do assassinato do rei Alexandre em Marselha em Outubro desse ano, o regente fez votar uma lei que o autorizava a ratificá-la. Perante os protestos dos cristãos ortodoxos sérvios e a hostilidade do Senado, o projecto acabaria por ser retirado. Jean Julg, *L'Église et les États. Histoire des concordats*, p. 176.

concluídas já sob o pontificado de Pio XII em 1940 e em 1953. Esta última marca o fim da Era das concordatas, pois ainda é uma Concordata tipicamente dos anos 30<sup>55</sup>.

Existe uma coincidência temporal entre esta *Era das concordatas* e o recuo, de que fala Hobsbawm, do constitucionalismo liberal e da democracia representativa<sup>56</sup>. É certo que algumas destas concordatas foram celebradas em países que apresentam algumas características comuns – populações maioritariamente católicas, relações entre o Estado e a Igreja Católica moldadas pela reforma tridentina (até no subsequente laicismo) e regimes políticos que incorporam elementos do fascismo (antiliberalismo, anticomunismo, nacionalismo, autoritarismo, repressão política, censura, corporativismo, partido único, imperialismo, etc.). É o caso do fascismo italiano, do salazarismo e do franquismo, para os quais também a religião católica constituiu um «cimento ideológico e mental determinante»<sup>57</sup>, por oposição ao anticlericalismo precedente. Mas não partilham entre si algumas das características que muitos autores consideram correntes no fascismo: o movimento de massas; o anticonservadorismo; a chefia carismática<sup>58</sup>.

Ora, quer as diferenças, quer as similitudes entre as realidades históricas, sociais e políticas destes países tornam aliciente perceber por que razões quiseram estes Estados celebrar concordatas com a Santa Sé e vice-versa.

Este projecto de investigação tem por objecto o estudo do processo negocial e das matérias reguladas na Concordata celebrada a 7 de Maio de 1940 entre o Estado Português e a Santa Sé, considerando também a acção dos diversos protagonistas envolvidos. Apesar de várias contribuições, a Concordata portuguesa, no âmbito da história política, não mereceu ainda um estudo sistemático e exaustivo que se debruçasse, com base na documentação original, sobre os pontos de vista do Estado português e da Santa Sé<sup>59</sup>. O mesmo poderá ser dito para o estudo comparativo que praticamente está por fazer e de que esta tese pretende ser um primeiro esboço. Nesse sentido, procurar-se-á desenvolver uma aproximação transversal às experiências italiana (1929) e espanhola (1953), com o objectivo de identificar as

---

<sup>55</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 95.

<sup>56</sup> Eric Hobsbawm, *The Age of Empire, 1875-1914*, Londres: Cardinal, 1989, p. 99-100.

<sup>57</sup> António Matos Ferreira, «Le Christianisme dans l'Europe. La Péninsule Ibérique» in *Histoire du Christianisme*, p. 402.

<sup>58</sup> Ver, por exemplo, Stanley G. Payne, «La política». In *Franquismo. El juicio de la historia*, coord. José Luis García Delgado. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000, p. 262 e ss.

<sup>59</sup> Os estudos até agora existentes têm apenas por base a documentação existente no Arquivo Oliveira Salazar, depositado na Torre do Tombo, e no Arquivo Histórico Diplomático. Cf. Samuel Rodrigues, «Concordata de 1940 – da Génese ao texto definitivo». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 29-49; Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa, Bizâncio, 1999; Bruno Cardoso Reis, Oliveira Salazar e o Vaticano. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

especificidades da resposta portuguesa; situar com maior clareza a política da Santa Sé relativamente a regimes com algumas analogias com o português e assim contribuir para a caracterização destas ditaduras quanto às relações entre o Estado e a Igreja.

Mas as concordatas não são os únicos instrumentos jurídicos que contribuem para a definição das relações entre o Estado e a Igreja. Sabe-se que as constituições brasileiras de 1934 e 1937 consagraram um tipo de relação entre o Estado e a Igreja Católica em alguns aspectos semelhante ao das concordatas: reconhecimento de efeitos civis ao matrimónio católico; proibição do divórcio; ensino religioso nas escolas públicas; financiamento das escolas privadas católicas. Sendo possível regular estas matérias por outras vias, porque razão optaram Itália, Portugal e Espanha pela celebração concordatas?

Eric Hobsbawm fez a seguinte afirmação: «o que ligava a Igreja não só a reaccionários anacrónicos mas também aos fascistas era um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o comunismo ateu»<sup>60</sup>. As concordatas, no quadro destes regimes, ao promoverem «uma aliança manifesta e uma colaboração estreita do poder religioso com o poder secular»<sup>61</sup>, parecem confirmar esta tese, embora não se possam descurar os momentos de tensão e até de conflito entre os dois poderes. Mas será que, da parte da Santa Sé, este tipo de acordo constituiu tão-só um meio de obter garantias de liberdade de acção para a Igreja Católica? Em todo o caso, que consequências advieram daí tanto para a Igreja como para os Estados?

---

<sup>60</sup> Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX. 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 120.

<sup>61</sup> Jean-Marie Mayeur, «Les Églises et les Relations Internationales. II. L'Église Catholique», p. 301.

# 1 DO ESTADO E DA IGREJA DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL À DITADURA MILITAR

## 1.1 A MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Embora Mouzinho da Silveira tenha afirmado «que o negócio da crença e opinião pessoal, nada tem [com] o domínio das Leis, nem das Autoridades»<sup>62</sup>, e que «a Administração não vê nas pessoas de outras Religiões ou Seitas mais do que Cidadãos», certo é que na Monarquia Constitucional, não obstante a Carta Constitucional afirmar a liberdade de crenças e cultos, os principais documentos que regulavam a sociedade, tais como a Constituição (que proclamava a religião católica a religião oficial do Estado), o Código Civil, o Código Penal, e o Código Administrativo denunciavam uma adesão do regime ao catolicismo. O mesmo se depreende da obrigatoriedade de juramento de fidelidade à religião católica por parte do herdeiro da Coroa, do presidente da Câmara dos Deputados, dos próprios deputados, dos pares do reino, dos conselheiros de Estado, dos estudantes universitários, quer dizer, dos sectores mais notáveis da sociedade civil portuguesa. Além disso, o Padroado conferia ao rei o direito de apresentação dos bispos, que também os sustentava; os padres recebiam a cômgrua, «pelo que tendiam a ser considerados funcionários públicos»<sup>63</sup>; a Igreja controlava o registo dos cidadãos católicos, porque os nascimentos, casamentos e óbitos eram registados pelos párocos; só existia casamento civil para os que não professassem o catolicismo, pelo que os crentes estavam obrigados ao casamento religioso. Esta última situação perdurou até à República, embora tenham surgido certas iniciativas no sentido de instituir um registo civil (Decretos de 26 de Novembro de 1830, de 16 de Maio de 1832, reforma administrativa de 18 de Julho de 1835, Lei de 28 de Novembro de 1878).

---

<sup>62</sup> Relatório de José Xavier Mouzinho da Silveira aos Decretos nº 22, 23 e 24. In *Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832. Primeira Série. Segunda Edição aumentada de muitos Diplomas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936.

<sup>63</sup> ANTT, AOS/CO/NE-1A (pt. 16, fls. 180-183). Texto de Salazar entregue aos directores dos jornais, a 7 de Maio de 1940.

## 1.2 A REPÚBLICA

A política anticlerical da Primeira República marcou por muitos e longos anos as relações entre o Estado e a Igreja Católica. De facto, sob a influência da Revolução francesa, a legislação republicana instituiu um regime que a Igreja e os católicos consideraram persecutório. Suspenderam-se as relações diplomáticas com a Santa Sé, que seriam abolidas pela lei de 10 de Julho de 1913, ficando as relações entre o Estado e a Igreja Católica reguladas exclusivamente através do direito interno. Foram proibidas as ordens e congregações religiosas (Decreto de 8 de Outubro de 1910). Com a Lei da Separação do Estado e das Igrejas, de 20 de Abril de 1911, o Estado deixou de ser confessional; o direito de propriedade foi negado à Igreja Católica; o culto católico deixou de ser sustentado ou subsidiado pelo Estado; a actividade de culto foi confinada a locais para tal exclusivamente destinados e ao período entre o nascer e o pôr-do-sol; as manifestações públicas de culto, como as procissões, foram autorizadas mas sob determinadas condições; o toque dos sinos passou a ser regulado e proibido durante a noite<sup>64</sup>. As corporações encarregadas do culto<sup>65</sup> passavam a ter que contribuir com parte das suas receitas para fins de assistência ou beneficência e só poderiam ser criadas com a autorização do Ministério da Justiça; os bens da Igreja foram confiscados; à Igreja Católica e às suas instituições não era conferida personalidade jurídica e, portanto, não tinham existência civil; a hierarquia católica deixou de ser reconhecida, e sendo embora admitida a existência de associações encarregadas de culto, estas não dependiam das autoridades eclesiásticas. Foi ainda proibido o ensino da religião nas escolas públicas e privadas, bem como o juramento religioso; suprimiram-se os dias santos; extinguiu-se a Faculdade de teologia; o casamento civil passou a ser o único vínculo matrimonial com validade (Lei de 25 de Dezembro de 1910); e promulgou-se a Lei do Divórcio (3 de Novembro de 1910).

---

<sup>64</sup> Atente-se quanto ao toque dos sinos que, por exemplo, um edital de 18 de Fevereiro de 1892 do governador civil interino do distrito do Porto, Joaquim Traibner de Moraes, o regulava, e de que aqui apenas citamos algumas determinações: só o bispo, o pároco ou os capelães têm o direito de mandar tocar os sinos das igrejas, capelas e ermidas para os ofícios, orações públicas e outros actos religiosos, mas estes toques não poderão durar mais de cinco minutos cada um, excepto para finados, pois nesse caso poderá haver três toques de cinco minutos cada um com intervalo ao menos de um quarto de hora; era proibido qualquer toque de sinos antes do amanhecer e depois das 9 horas da noite desde a Páscoa até 31 de Outubro, e antes do amanhecer e depois das 8 horas da noite desde 1 de Novembro até à Páscoa, com excepção da noite de Natal. A 12 de Julho de 1892, um ofício do mesmo governador civil, permitia que o toque dos sinos não se limitasse ao número de três, mas que fossem os necessários.

<sup>65</sup> Corporações encarregadas do culto ou corporações fabriqueiras paroquiais são os organismos que representam a paróquia junto do poder secular.

Como afirmaria Salazar em 1940, a Lei da Separação suscitou «um gravíssimo conflito que acabou por desservir igualmente os princípios fundamentais da liberdade de consciência, e os interesses superiores da Nação»<sup>66</sup>. Mas, pior do que isso, a Lei da Separação ia, na opinião do Presidente do Conselho, contra «todos os valores tradicionais e espirituais da Nação e do seu sentido histórico [que] se apresentavam aliados do ideal cristão»<sup>67</sup>. Para o chefe do Governo criara-se, assim, um desfasamento entre o direito escrito e as tradições portuguesas.

### 1.3 O «DECRETO MOURA PINTO»

Embora já na «República Velha» se tivesse verificado um certo apaziguamento das relações entre o Estado e a Igreja, de que é sintomática a permissão da assistência religiosa aos militares em campanha na Primeira Guerra Mundial (Decreto nº 2.869, de 30 de Novembro de 1916, e Decreto nº 2942, de 18 de Janeiro de 1917), é no consulado de Sidónio Pais que se regista uma aproximação entre os dois poderes.

Com efeito, o Decreto nº 3856 de 22 Fevereiro de 1918, que se diz ter sido redigido por Brito Camacho<sup>68</sup>, e que foi publicado ao tempo em que era ministro da Justiça Alberto de Moura Pinto<sup>69</sup>, no Governo presidido por Sidónio Pais, constitui a primeira disposição destinada a minorar a radicalidade do diploma de 1911. Registava no seu preâmbulo o desejo de eliminar «preceitos violentos (...) atentatórios da liberdade de consciência e do pensamento, contraditórios com a imparcialidade e neutralidade que a República tem de manter em matéria de crenças»<sup>70</sup>. Dando conta dessa desadequação, o legislador acusa o redactor da Lei da Separação de ter envolvido «o regime em contendas de crença, como se a

---

<sup>66</sup> *Apontamento entregue aos directores dos jornais na reunião em São Bento de 7 de Maio de 1940*. Texto do manuscrito de Salazar, intitulado «Sentido e oportunidade da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 1109-1112).

<sup>67</sup> ANTT, AOS/CO/NE-1A (pt. 16, fls. 180-183). Texto de Salazar entregue aos directores dos jornais, a 7 de Maio de 1940.

<sup>68</sup> Ver, por exemplo, Manuel Rodrigues Júnior, *A verdade sobre a compra da igreja de São Julião. Notas officiosas do Doutor Manuel Rodrigues, ministro da Justiça, de 26 de Julho e 9 de Novembro de 1934*, Lisboa, edições SPN, 1934, p. 16.

<sup>69</sup> Alberto de Moura Pinto (1883-1960) – Licenciado em Direito (1904), advogado em Coimbra (1904-1908), administrador do concelho de Arganil (1908-1909), procurador régio e depois da República em Miranda do Douro (1909), para S. João da Pesqueira (1910), Mangualde e Leiria. Após a implantação da República, foi membro da Junta Central Revolucionária de Coimbra, deputado às Constituintes de 1911 e em 1915, 1922 e 1925, eleito por Arganil. No sidonismo, foi ministro da Justiça e Cultos (11 de Dezembro de 1917 a 7 de Março de 1918). Conspirou contra a Ditadura Militar e o Estado Novo, viria a exilar-se em Espanha, em França e depois no Brasil.

<sup>70</sup> Preâmbulo do Decreto nº 3.856, de 9 de Fevereiro de 1918.

República em 5 de Outubro fundasse uma religião que tivesse um credo hostil a qualquer outra já existente»<sup>71</sup>.

O referido Decreto modificou na Lei da Separação os aspectos que diziam respeito aos organismos encarregados do culto, uma das principais causas dos protestos contra essa lei: os fiéis passavam a ser livres de formar a sua corporação para sustento do culto público de acordo com os preceitos da sua religião; o culto passava a poder realizar-se a qualquer hora; diminuía-se significativamente a prestação para fins de assistência ou de beneficência; liberalizava-se o ensino de teologia nos seminários; cederam-se à Igreja os seminários confiscados; suprimia-se o beneplácito estatal para os documentos emanados da cúria pontifícia ou do episcopado; eliminavam-se as cláusulas de protecção do Estado à «viúva» e «filhos» dos clérigos; permitia-se o uso de vestes talares fora dos templos, etc.

A Santa Sé considerou que este Decreto «melhorou em muito a condição da Igreja»<sup>72</sup>. Aliás, dirá mais tarde que foi Sidónio Pais quem pôs fim ao período agudo de perseguição à Igreja Católica, pois durante o seu governo teriam sido restabelecidas as relações diplomáticas com a Santa Sé, se bem que com o envio de um ministro para o Vaticano, em lugar de um embaixador, como era habitual antes de 1910<sup>73</sup>. Este restabelecimento da representação diplomática não deve ser confundido com a concessão de um privilégio à Igreja Católica, embora seja, como diz, Matos Ferreira o resultado do «crescimento da influência dos católicos na vida do país. Em face das crises que atravessa o regime republicano, os católicos ganham peso, não que o número de parlamentares que o Centro Católico faça eleger seja elevado, mas a sua intervenção representa para o regime um elemento moderador»<sup>74</sup>.

Durante o sidonismo foi ainda alargada a assistência religiosa às forças expedicionárias em África, aos hospitais, aos asilos, etc. (Decreto nº 4489, de Junho de 1918). Mesmo depois, o Decreto nº 6322, de 24 de Dezembro de 1919, e o Decreto nº 8351, de 26 de Agosto de 1922, incentivavam a actividade missionária.

Apesar destas transformações, a Igreja Católica continuava a batalhar pela recuperação do seu estatuto.

---

<sup>71</sup> Preâmbulo do Decreto nº 3.856, de 9 de Fevereiro de 1918.

<sup>72</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 36-70.

<sup>73</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo – Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

<sup>74</sup> António Matos Ferreira, «Le christianisme dans l'Europe de la première moitié du XXe siècle. II. La péninsule ibérique». In *Histoire du Christianisme*, p. 406.



## 1.4 O «PROJECTO LINO NETO»

A 7 de Maio de 1923 Achille Locatelli<sup>75</sup> envia ao Cardal Secretário de Estado, Pietro Gasparri<sup>76</sup>, uma cópia de um documento do ministro da Justiça e dos Cultos. Este autorizava os Franciscanos a abrir em Portugal um instituto para a formação do pessoal missionário para as missões em Moçambique, o que até ao fim do ano de 1922 não fora autorizado (apesar de permitido pelo Decreto nº 6.322, de 24 de Dezembro de 1919)<sup>77</sup>.

Futuramente, o núncio Beda Cardinale<sup>78</sup>, referindo-se a este período, reconhecia que a convulsão política criada pela Primeira República prejudicava a condição da Igreja em Portugal, mas responsabilizava também o clero por tal situação, em particular, pela que se verificava na diocese de Lisboa:

A decadência religiosa da arquidiocese de Lisboa é devida em grande parte à deficiente formação e à escassa actividade do clero. É verdade que a República com a sua violência e com as suas leis de perseguição se abateu sobre a Igreja e as suas instituições como uma tempestade furiosa; é verdade que a propaganda anticristã foi grande e insidiosa; mas é também verdade que com um clero bem formado, zeloso, animado de espírito de sacrifício, ter-se-ia podido estancar esta maré, remediar muitos males; e neste últimos anos de relativa paz e liberdade, teria sido possível dar um novo e vigoroso impulso à vida religiosa<sup>79</sup>.

Paz e liberdade que se inseriam numa nova atitude dos governos da República relativamente à Igreja Católica, os quais procuravam agora a credibilização do regime<sup>80</sup>.

São várias as iniciativas parlamentares que pretendem favorecer a Igreja Católica, reclamando a liberdade do ensino religioso nas escolas particulares, a devolução dos bens à

---

<sup>75</sup> Achille Locatelli foi núncio apostólico em Lisboa de Julho de 1918 a Maio de 1923.

<sup>76</sup> Pietro Gasparri (1852-1834) – diplomata e jurista da Santa Sé. Ordenado padre em 1877, foi professor de Direito Canónico no Instituto Católico de Paris 1880-1898, delegado apostólico no Peru (1898-1901) e secretário da Comissão de Codificação da Lei Canónica. Seria um dos principais responsáveis pela promulgação Código de Direito Canónico de 1917. Em 1907 foi elevado ao cardinalato e de 1914 a 1930 serviu na qualidade de Cardeal Secretário de Estado. Nessa qualidade assinou os Acordos de Latrão.

<sup>77</sup> Relatório nº 3785. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 284 P.O., fasc. 4. fl. 22 e ss.

<sup>78</sup> João Beda Cardinale (1869-1934) – nasceu em Génova a 30 de Julho de 1869. Frequentou o seminário local e fez depois o curso clássico no Liceu de Ória. Terminado o curso filosófico, entrou no mosteiro beneditino de S. Giuliano d'Albaro, onde tomou o nome do Venerável Beda. Ali terminou os seus estudos teológicos, sendo ordenado sacerdote em Abril de 1893. Com 36 anos, em 1905, foi destinado a governar a Abadia de Praglia, perto de Pádua. Entre 1907 e 1910 esteve à frente da diocese de Tarquinia e Civitavecchia e, depois, desempenhou as funções de administrador apostólico e arcebispo de Perugia. Em 1922 partiu para a Argentina na qualidade de núncio de Sua Santidade. Foi transferido para Lisboa, onde permaneceu de 1 Junho de 1928 a 1 Dezembro de 1933. Ver *Novidades*, 1 de Junho de 1932.

<sup>79</sup> Relatório do Núncio nº 661, 27 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, pos. 367, fasc. 110, fl. 59.

<sup>80</sup> Arnaldo Madureira, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 57.

Igreja, e o reconhecimento da personalidade jurídica e da hierarquia católica<sup>81</sup>. Todas elas criaram a expectativa de que a situação dos católicos em Portugal estava prestes a alterar-se, embora a efectivação destas medidas fosse sucessivamente protelada.

A 16 de Setembro de 1922, o nuncio apostólico em Lisboa, Achille Locatelli dirá ao Cardeal Secretário de Estado, Pietro Gasparri, que a 9 de Março desse ano foi apresentado à Câmara dos Deputados um projecto de lei da autoria do deputado do Centro Católico António Lino Neto que, prevendo a restituição dos bens à Igreja Católica e o reconhecimento da sua personalidade jurídica e da hierarquia católica, fora até aprovado pelo presidente do Ministério (António Maria da Silva), pelo ministro dos Estrangeiros e pela comissão parlamentar respectiva. Porém, afirma, «desgraçadamente», outros «assuntos urgentíssimos e referentes a questões mais sérias e vitais da nação» acabaram por impedir a discussão dos projectos. Mesmo assim, congratula-se com «o recente e importante Decreto para as Missões religiosas» e com «outros dois pequenos sucessos obtidos pelos senadores católicos»: a administração do baptismo em perigo de morte sem requerer a precedente inscrição no registo civil; e o impedimento de que «a recente carta de família introduzida no registo civil fosse sobrecarregada com uma taxa, o que poderia fazer com que muitos desistissem do baptismo, para evitar maior despesa»<sup>82</sup>.

O Governo chega a afirmar que «encará de frente o problema do ensino religioso em colégios e estabelecimentos particulares, de modo a acabar com o perigo da desnacionalização, exercida pelo ensino estrangeiro, quer por infiltrações de professores no país, quer pelo êxodo das centenas de crianças que à Espanha vão receber ensino de maneira a que, por outro lado, se desfça completamente o equívoco entre a República e as confissões religiosas, ficando perfeitamente clara a atitude da boa neutralidade do Estado»<sup>83</sup>. Locatelli apressa-se a comunicar esta intenção a Gasparri, a 28 de Dezembro de 1922, dizendo que alguma imprensa veiculava a ideia de que a concessão do ensino religioso nas escolas privadas se faria a troco da imposição do barrete cardinalício, acto de grande importância

---

<sup>81</sup> Diário da Câmara dos Deputados, 26/8/1921, p. 6 e 7; 9/9/1921, p. 42-43, 23/2/1922, p. 1; 9/3/1922, p. 4-5, 19; 10/3/1922, p. 3-12; 25/5/1922, p. 4-11; 26/3/1922, p. 2; 2/11/1922, p. 11-13; 8/12/1922, p. 4; 11/12/1922, p. 6-22, 30-32; 13/12/1922, p. 27-28; 20/6/1924, p. 6-7 9/3/1926, p. 40; 11/3/1926, p. 26; 12/3/1926, p. 32; 15/3/1926, p. 18-25; 16/3/1926, p. 3-7; 18/3/1926, p. 30-31; 19/3/1926, p. 28-31; 22/3/1926, p. 28-30; 23/3/1926, p. 51; 25/3/1926, p. 25; 6/4/1926, p. 33; 8/4/1926, p. 106; 10/5/1926, p. 28-39.

<sup>82</sup> Neste relatório faz referência à crise que atravessa o Centro Católico, crise essa que tem origem nos monárquicos, «os quais continuam a repetir que não se iludam os católicos, se esperaram obter vantagens do Governo Republicano, que é essencialmente perseguidor, sectário e incorrigível». Relatório nº 3122. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 284 P.O., Fac. 3, fls. 66-67.

<sup>83</sup> Diário da Câmara dos Deputados, 11 de Dezembro de 1922, p. 11.

simbólica para o Estado português<sup>84</sup>. E, de facto, António José de Almeida imporá o barrete cardinalício ao núncio apostólico, Monsenhor Achille Locatelli, a 4 de Janeiro de 1923, mas o ensino religioso nas escolas privadas continuava por aprovar. Entretanto, no Parlamento, a Comissão da Legislação Civil e Comercial substituíra o projecto do Centro Católico por um outro, o qual, substancialmente modificado, não reconhecia claramente a personalidade jurídica da hierarquia eclesiástica, mas antes a da paróquia, nem tão-pouco devolvía os bens da Igreja Católica senão «em uso e administração».

Num relatório que envia a Pietro Gasparri, em Fevereiro de 1923, o núncio prevê que a discussão parlamentar deste projecto venha a suscitar o debate sobre o reconhecimento da hierarquia eclesiástica e da personalidade jurídica da Igreja Católica e afirma que, se os bispos souberem aproveitar o momento, poderão pôr fim a inúmeras situações em que as corporações de culto estão sob a tutela de não-católicos e até de *maçons*, os quais «têm a chave, administrando os bens independentemente do pároco, que lhes está submetido, ao qual não prestam contas da sua administração e prescindindo da autoridade episcopal». E acrescenta serem ainda estas corporações quem tem «a custódia de todos os objectos de culto, e que se arrogam no direito de estabelecer essa função do culto, causa de conflitos frequentes com o pároco que não quer aceitar esta ingerência».

Nesse mesmo relatório, o núncio explica que esta questão deveria ter sido previamente apreciada entre o Governo e a Santa Sé. Mas tal implicaria perder mais tempo e «dadas as mudanças frequentes de Governo» e «a pouca influência que o Gabinete tem sobre os deputados» («sobre os quais nem o seu próprio partido tem influência, como se viu com a promessa de conceder a liberdade do ensino religioso nas escolas privadas, que foi aprovada pelo Gabinete, inclusivamente no seu programa»), os deputados católicos decidiram tomar directamente a iniciativa, tanto mais que o Governo e os líderes dos partidos lhes deram esperança de que o projecto seria aprovado. O núncio informa, por fim, que insistiu junto do Governo para que fossem satisfeitas as reivindicações da Igreja e dos católicos e que era necessário que o projecto reconhecesse claramente a hierarquia eclesiástica e que «fosse modificado pelo menos nos pontos mais contrários à Igreja». Lino Neto foi também pressionado pelo núncio nesse sentido, «exortando-o a meter todo o seu empenho para que o

---

<sup>84</sup> Por exemplo, *Correio da Manhã*, 28 de Dezembro de 1922. Relatório nº 3378. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 284 P.O., fasc. 4, fl. s/n e 5.

projecto passasse com as mudanças requeridas porque caso contrário seria comprometida a acção dos parlamentares do Centro e desta Igreja»<sup>85</sup>.

O novo núncio em Portugal, Sebastiano Nicotra<sup>86</sup>, será instruído pela Secretaria de Estado, a 30 de Julho de 1923, para prosseguir com uma «uma atitude leal e prudente, uma relação correcta, não submissa, com o Governo», distanciando-se das questões partidárias e não ferindo a susceptibilidade dos monárquicos. Tal como fizera o seu antecessor, devia estabelecer uma relação distante e discreta, atitude que terá permitido a Locatelli obter «não insignificantes vantagens para a Igreja, e sobretudo criar um ambiente de respeito e confiança estável entre os dois poderes». Na mesma instrução diz-se que o projecto Lino Neto fora consequência das afirmações do Governo de António Maria da Silva acerca da política religiosa, o qual fizera menção à futura liberdade de ensino religioso nas escolas privadas, declaração que agradara à maioria da imprensa, mesmo à republicana. Reitera-se ainda a ideia de que o Governo, a troco da imposição do barrete cardinalício a Locatelli, estava disposto a conceder a liberdade do ensino religioso nos institutos privados. Embora, quanto a este aspecto, o ensino religioso fosse já leccionado nas escolas e colégios particulares com o conhecimento do Governo, embora na verdade continuasse proibido o que o Centro Católico esperava reverter na próxima sessão legislativa.

Informa-se igualmente o núncio de que as autoridades se apresentavam tolerantes relativamente à Igreja, o que só se alteraria se «os jacobinos» as obrigassem «a aplicar as leis existentes hostis à Igreja» e que «todos reconhecem pois que, malgrado as leis anticlericais que ainda existem, a Igreja em Portugal é hoje mais pobre sim, mas mais livre que na monarquia constitucional<sup>87</sup>». Tanto assim é que «a Santa Sé pode de facto nomear livremente os bispos e estes os seus párocos; já não existe direito de *Placet* que obriga a Igreja a pedir autorização ao Estado para exercitar certos actos de culto (...), e desapareceu o direito de que o Governo se arrogava de fixar os textos dos livros a adoptar nos seminários, de nomear os Superiores e outros funcionários dos ditos Seminários.

---

<sup>85</sup> Relatório nº 3569, de Fevereiro de 1923. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 284 P.O., fasc. 4, fls. 14 e ss. Juntamente com este relatório o Núncio envia o parecer nº 378, de 3 de Julho de 1922; o projecto de lei nº 6-L, de 9 de Março de 1922, subscrito por António Lino Neto, Joaquim Dinis da Fonseca e Juvenal Henriques de Araújo; o parecer nº 390, de 23 de Janeiro de 1923; o Projecto de lei nº 3-K, de 23 de Fevereiro de 1922, subscrito por Artur Virgínio de Brito Carvalho da Silva, Manuel Duarte, Artur de Moraes Carvalho e Paulo Cancela de Abreu.

<sup>86</sup> Sebastiano Nicotra (1855-1928) – foi nomeado bispo de Heraclea a 18 de Dezembro de 1916, tendo sido desde essa data núncio apostólico na Bélgica. Em Julho de 1923 transitaria para a Lisboa onde permaneceu até 1928, ano em que faleceu com 72 anos.

<sup>87</sup> Sublinhado acrescentado.

Nesse mesmo relatório da Secretaria de Estado diz-se que as cultuais criadas pela Lei da Separação já não existem, estando encarregada do culto, depois do Decreto nº 3856, de 22 de Fevereiro de 1918, a confraria existente ou outra nova constituída em seguida. Graças a este Decreto «puderam organizar-se canonicamente e uniformemente corporações de culto, reformados os estatutos destas confrarias, (...) continuando a fazer-se aquilo que sempre se fez durante a monarquia, é-lhes entregue a administração das igrejas e paróquias, que realmente foram sempre independentes na sua gestão da autoridade eclesiástica». Mas, continua o núncio, ainda assim, estas juntas de paróquia não deixam de dar problemas, negando-se, de quando em quando, a reconhecer a hierarquia eclesiástica. Ora, dizia a Secretaria de Estado, quando fosse aprovado pela Câmara dos Deputados o projecto Lino Neto relativo à restituição de bens poderia ser aproveitada a ocasião para se remediar este mal.

A Secretaria de Estado considerava ainda excelentes os senadores e os deputados eleitos pelo Centro Católico nas últimas eleições; fazia referência ao facto de os monárquicos militantes não perdoarem à República o restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé; por fim, dizia que o Presidente da República, António José de Almeida, embora pessoalmente com boa disposição relativamente aos católicos, é «muito fraco e sem carácter»<sup>88</sup>.

Numa carta de Gasparri a Nicotra, datada de 3 de Fevereiro de 1924, pondera-se se não seria de adoptar em Portugal um procedimento análogo ao recentemente tomado para a França, através da encíclica *Maximam gravissimamque*, de 18 Janeiro de 1924, que autorizava os bispos a criar associações diocesanas<sup>89</sup>, pois a Lei da Separação portuguesa era muito similar à francesa. Isto em alternativa ao projecto Lino Neto. Pedia-se então ao núncio o seu parecer e o dos bispos portugueses.

O Arcebispo primaz de Braga<sup>90</sup> responde dizendo que o projecto de lei elaborado por Lino Neto é, apesar de tudo, mais vantajoso porque reconhece às agremiações paroquiais,

---

<sup>88</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 316 P.O., fasc. 19 (Instruções ao Núncio 1923-1927), fl. 20-35.

<sup>89</sup> Em França, desde a lei da Separação de 1905 até 1924, as associações cultuais eram eleitas entre os fiéis e compostas por leigos. Tais associações não foram aceites pela Santa Sé. Em 1924, por acordo entre o Estado francês e a Santa Sé, são criadas as diocesanas. Constituindo a base da organização do culto católico em França, eram presididas pelo bispo e tinham no seu conselho de administração, pelo menos, um vigário geral e um cônego. O seu objectivo é exclusivamente o exercício do culto.

<sup>90</sup> Manuel Vieira de Matos (1861- 1932) – Bispo auxiliar de Lisboa (1899), arcebispo de Mitilene (1899), arcebispo da Guarda (1903), arcebispo de Braga (1914). «Vieira de Matos era um tradicionalista intransigente, que até à carta que, a 18 de Dezembro de 1919, Bento XV escreveu aos bispos portugueses [...] estivera em conflito com o novo regime. Só depois de 4 de Fevereiro de 1920, quando os bispos portugueses, reunidos na sua conferência anual, informaram o Papa de que obedeciam às suas indicações, é que o arcebispo de Braga passou a acatar as instituições a prestar o respeito devido à autoridade, ainda que de forma limitada. A vida de Manuel Vieira de Matos mostrava que ele nunca escondera as suas convicções monárquicas, passadistas e autoritárias.

arciprestais e diocesanas personalidade jurídica com capacidade para adquirir bens, dispor deles e administrá-los. Ora, isso era muito mais do que o que se fez em França, porque aí a capacidade de possuir e administrar bens temporais não era concedida às «diocesanas» em si mesmas, mas às associações de fiéis. Seria ainda difícil adequar as «diocesanas» à legislação civil portuguesa, porque essas são associações constituídas ao nível da diocese, enquanto as portuguesas, de acordo com a Lei da Separação e o Decreto de 22 de Fevereiro de 1918, são de base paroquial. Em jeito de conclusão, o Arcebispo afirma que «de nenhum modo conviria precipitar o ensaio das “diocesanas” em Portugal, se isso viesse contribuir para arrefecer o entusiasmo pela aprovação do projecto pendente nas câmaras, ou para o lançar definitivamente à margem»<sup>91</sup>. As opiniões dos bispos da Guarda<sup>92</sup>, de Coimbra<sup>93</sup> e do Porto<sup>94</sup> vão também no sentido da preferência pelo projecto, relembrando os dois primeiros que este prevê, ao contrário do acordo francês que institui as diocesanas, a restituição de igrejas e objectos mobiliários do culto. Tal preferência é igualmente partilhada pelo Arcebispo de Vila Real, o qual considera ainda «que seria comprometer este esforço político qualquer outra tentativa destinada a dar à Igreja em Portugal uma situação jurídica; e que portanto melhor é esperar pela resolução das Câmaras». E acrescenta: «tanto mais que, por informações que tenho de Lisboa, o Governo não vê com maus olhos o projecto que vai ser discutido, e está pronto a aceitar sem oposição as emendas, alterações e modificações que forem propostas pelos parlamentares católicos»<sup>95</sup>. A opinião do Cardeal Patriarca é muito próxima da do prelado de Vila Real<sup>96</sup>. O Arcebispo de Évora<sup>97</sup> dirá: «à falta de melhor, não desgostaria de

---

Durante a Monarquia combateu as ideias e as forças republicanas. Durante a República [...] lutara contra as leis e a prática republicanas, tendo-lhe sido infligidas, pelas autoridades do regime, várias penalizações». Estas culminaram, em 1914, com a interdição de residir na sua diocese durante dois anos. Arnaldo Madureira, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, p. 205.

<sup>91</sup> Carta de 19 de Fevereiro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fls. 19-20.

<sup>92</sup> Carta de 24 de Fevereiro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 21.

José Alves Matoso (1860-1952) – nomeado bispo da Guarda a 3 de Outubro de 1914, foi ordenado bispo a 21 de Março de 1915. Morreu a 1 de Fevereiro de 1952.

<sup>93</sup> Carta de 18 de Fevereiro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 22.

Manuel Luís Coelho da Silva (1859-1936). Nasceu em Bustelo. Foi ordenado padre em 1884 e nomeado bispo de Coimbra a 31 de Outubro de 1914.

<sup>94</sup> Carta de 23 de Fevereiro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 25.

António Barbosa Leão (1860-1929) – Ingressa tardiamente no seminário e é ordenado sacerdote em 1886, foi Bispo de Angola desde 1906, transitando no ano seguinte para a diocese de Faro. A 16 de Julho de 1919 foi nomeado Bispo do Porto. Morreu a 21 de Junho de 1929.

<sup>95</sup> Carta de 20 de Março de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 26.

<sup>96</sup> Carta de 26 de Fevereiro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 25.

<sup>97</sup> D. Manuel Mendes da Conceição Santos (1876-1955) – Destacando-se no seminário de Santarém, onde efectuou os seus estudos preparatórios, filosóficos e teológicos, foi enviado a Roma, para onde se doutorou em Teologia e se graduou em Letras clássicas e modernas. Aí conheceu Eugénio Pacelli, futuro Papa Pio XII, de quem ficou amigo. De regresso a Portugal, foi professor de teologia no Seminário de Santarém e de Línguas Modernas no Liceu daquela cidade. Padre desde 27 de Maio de 1899, exerceu o cargo de reitor do Seminário da Guarda, e aí destacou através da Imprensa e do «verbo inflamado da sua oratória». Em 1915, foi nomeado Bispo

ver em Portugal a experiência das “diocesanas” que o Santo Padre aprovou para a França. Parece-me que seria isso preferível ao reconhecimento da personalidade jurídica dos Seminários e das Câmaras Eclesiásticas, pois abrangeria um campo mais vasto e daria mais liberdade de acção»<sup>98</sup>.

Assim, a 16 de Março de 1924 o núncio participa a Gasparri que a maioria dos bispos portugueses consideram o projecto a ser apresentado no Parlamento mais vantajoso para a Igreja em Portugal do que a adopção do modelo francês<sup>99</sup>.

Durante mais de dois anos as iniciativas parlamentares dos deputados do Centro Católico deixam de interessar à representação diplomática da Santa Sé em Lisboa, até que, a 22 de Maio de 1926, em carta a Pietro Gasparri, o núncio Nicotra, dirá que «tendo a brilhante festa [de aniversário da coração] do Santo Padre com a intervenção do Governo preparado um ambiente favorável à Igreja, o Centro Católico acreditou ser o momento oportuno para apresentar o seu antigo projecto sobre a personalidade jurídica da Igreja em Portugal», e que esse projecto tem o nome do deputado Lino Neto, «porque foi verdadeiramente o presidente do Centro Católico que o redigiu». Porém, a sua discussão acabaria por ser adiada por várias razões: primeiro, porque o deputado Daniel Rodrigues, segundo presidente da Câmara, considerava que o mesmo ia contra a lei-travão; depois porque se pretendia discutir primeiro o orçamento de diversos Ministérios; por fim, porque foi introduzida «a difícil e urgente questão dos tabacos», cujo monopólio cessara nesse dia 1 de Maio. Esta última questão «era de tal importância, que muitos acreditavam que, por causa dela, haveria uma revolução»<sup>100</sup>.

---

de Portalegre. Em 1920 era coadjutor do Bispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, sucedendo-lhe na arquidiocese no ano seguinte. Aí desenvolveu um intenso trabalho apostólico. Diz-se que teve um papel determinante na aceitação, por parte de Oliveira Salazar, da titularidade da pasta das Finanças, em 1928. Como vimos, esteve na origem da designada «crise dos sinos», a qual levaria à queda de um Governo em 1929. Morreu a 30 de Março de 1955, com fama de santidade. A sua causa de canonização foi introduzida a 11 de Fevereiro de 1972.

<sup>98</sup> Carta de 20 de Fevereiro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 28.

<sup>99</sup> Ver nota 88.

<sup>100</sup> Carta nº 1603. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 4-5.

## 1.5 A DITADURA MILITAR

É justamente quando se discute na Câmara a questão da personalidade jurídica da Igreja Católica que se ocorre o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Com a Ditadura Militar instaurada em 1926 a Igreja Católica criou expectativas favoráveis relativamente à renovação do seu estatuto. Tanto assim é que o núncio, Sebastiano Nicotra, escreve a Pietro Gasparri, a 16 Junho 1926, afirmando que o Governo parecia estar decidido a romper com a política de «disfarçada perseguição religiosa», que se vivia em Portugal há 16 anos. Para sustentar esta ideia, o núncio apoiava-se no manifesto-programa, lançado no início do movimento do 28 de Maio, no qual se repudiava «a velha intolerância sectária» e se proclamava «a mais ampla liberdade de crenças». Ora, dizia o núncio, se outras confissões «não eram molestadas pelo Governo precedente», então a intolerância a que se referiam não poderia ser senão «aquela praticada contra a Igreja Romana»<sup>101</sup>.

Tanto mais que Gomes da Costa<sup>102</sup>, quando em Maio de 1926 chega a Braga, cidade onde decorria o Congresso Mariano, terá informado «os bispos que podiam continuar com as festividades religiosas e prometeu-lhe um mundo melhor», bem como a satisfação das mais instantes reivindicações dos católicos: o ensino religioso nas escolas particulares, o reconhecimento da personalidade jurídica, a devolução dos bens à Igreja Católica, e a aposentação dos párocos<sup>103</sup>. Esta crença intensificou-se ainda mais com a entrada para o Governo dos professores da Universidade de Coimbra António Oliveira Salazar e J. Mendes dos Remédios, ambos católicos e membros do Centro Católico<sup>104</sup>. O núncio não deixou de notar que tais posições acabaram por suscitar a fúria das «diversas agremiações democrático-maçónicas» e também dos «servidores fidelíssimos da Causa Monárquica, cujas concessões feitas à Igreja lhe retiram uma arma para combater a odiada república»<sup>105</sup>.

Várias vicissitudes se seguiram e Carmona, na qualidade de ministro dos Estrangeiros, viria a declarar, segundo o núncio, numa entrevista concedida a 12 de Junho ao *Diário de*

---

<sup>101</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.

<sup>102</sup> Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929) – oficial do Exército e político, liderou o Golpe de 28 de Maio de 1926 e assumiu por pouco tempo a Presidência do Ministério.

<sup>103</sup> António de Araújo, «Braga, Maio de 1926. O Congresso Mariano e o golpe militar». In AAVV, *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois. Contributos para uma reflexão*, Coimbra, CEIS 20, 2006, p. 29 e seg.

<sup>104</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.

<sup>105</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.



*Lisboa* «sem qualquer reticência que o Governo promulgaria quanto antes, independentemente da questão do Padroado do Oriente, as medidas reparadoras invocadas pelos católicos». Outras declarações da mesma natureza foram feitas por Carmona a um redactor do *Rebate*, «com grave escândalo e não menor pesar da famigerada Associação do Registo Civil»<sup>106</sup>.

Um outro dado que denunciaria uma alteração da posição do Governo perante a Igreja foi a apresentação por Gomes da Costa, no Conselho de Ministros de 14 do mesmo mês, de um programa de Governo do qual constava a revisão da Lei da Separação e da Lei do Divórcio, o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja e a liberdade de ensino religioso nas escolas públicas de ensino primário e secundário<sup>107</sup>.

## 1.6 O «DECRETO DA PERSONALIDADE JURÍDICA»

O núncio estava ainda animado com o que o ministro dos Estrangeiros lhe transmitira numa audiência recente: o ministro de Portugal na Santa Sé, Augusto de Castro<sup>108</sup>, fora encarregado de «comunicar à Santa Sé a iminente publicação de um Decreto garantindo a personalidade jurídica da Igreja e o ensino religioso nas escolas privadas». O ministro dos Estrangeiros teria ainda dito: «O resto virá a seguir». Ora, «tudo isto faz crer, salvo surpresas imprevisíveis, que a promulgação do documento, redigido na substância pelo bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva, e corrigido no aparato jurídico pelo ministro das Finanças [que era Oliveira Salazar], será qualquer dia um facto adquirido. Queira o Senhor que este seja o início de uma série de medidas, com vista a melhorar, senão a regular

---

<sup>106</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.

<sup>107</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.

<sup>108</sup> Augusto de Castro Sampaio Corte Real (n. Porto, 11.1.1883) – Escritor, jornalista e diplomata. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra (1903), foi advogado no Porto. Nesta cidade dirigiu o diário *A Província*. Já em Lisboa, foi deputado progressista e redactor-principal do *Jornal do Comércio* e cronista de *O Século*, onde manteve a secção «Fumo do meu Cigarro». Ensinou ainda no Conservatório de 1912 a 1922 e foi chefe de Repartição da Caixa Geral de Depósitos (1919). Em Março de 1924, foi nomeado chefe de missão de 4ª classe em Londres. Por Decreto de 6 de Junho de 1924 foi transferido para a Santa Sé na qualidade de chefe de Missão de 1ª classe, cargo que viria a ocupar também em Berlim por Decreto de 28 de Setembro de 1929. É depois transferido para Bruxelas, pelo Decreto de 18 de Novembro de 1929, e por Decreto de Janeiro de 1931 é nomeado ministro plenipotenciário em Roma (Quirinal), cargo que desempenha até 1935. A 4 de Janeiro de 1935 ingressa na Legação portuguesa no Vaticano. Em 1942 voltou à actividade diplomática, sendo em 1945, ministro plenipotenciário em Paris. Foi director do *Diário de Notícias* de 1919 a 1924, de 1939 a 1945, e a partir de 1947.

definitivamente, as condições da Igreja em Portugal»<sup>109</sup>. Ora, Oliveira Salazar deve ter tido um importante papel na primeira versão do projecto de Decreto, tanto que a Santa Sé vai posteriormente atribuir-lhe a sua redacção inicial; «fervoroso cristão», tê-lo-á elaborado de acordo com o bispo de Coimbra e feito aprovar através de Manuel Rodrigues Júnior.

O próprio bispo de Coimbra terá dito ao núncio que fora chamado pelo ministro da Justiça para lhe ler o projecto de Decreto e que, em função deste encontro, havia sido retirado do projecto «a penalidade para os párocos exonerados e suspensos» e a «permissão do ensino religioso», que segundo lhe teria dito Rodrigues Júnior, haveria de ser autorizado pelo Ministério da Instrução, o que o bispo considerava, e transmitira ao ministro, «uma cobardia». O bispo disse ainda que procurara junto do mesmo, como aliás já tinha feito na reunião que tivera com Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo a 6 de Junho, «a quem o ministro [da Justiça] confiara a redacção do Projecto», acabar com o reconhecimento da personalidade jurídica às corporações de culto. A estes dois professores terá mesmo enviado uma carta, que o núncio transcreve:

Exmos. Amgs. e Srs.

Quanto à entrega dos bens, não convindo adoptar-se o art. 6º do meu projecto, parece-me que o art. 2º do *Parecer da Câmara dos Deputados* [...] é muito preferível ao Decreto Moura Pinto.

A Revolução certamente não querará dar-nos menos do que aquele projecto.

O clero e os bispos são avessos a tudo o que são corporações ou mesmo conselhos de fábrica. Quanto mais simplicidade melhor. Um pároco cismático poderia tornar facilmente cismática a corporação ou conselho de fábrica.

Por amor de Deus peço a V. Exas. atendam a isto<sup>110</sup>.

O bispo de Coimbra terá ainda feito saber a Manuel Rodrigues que tal assunto, no entanto, deveria ser tratado com a Nunciatura.

Entretanto, segundo o mesmo eclesiástico, o «auditor da Nunciatura comunicou telegraficamente à Santa Sé os dois principais artigos do projecto dos Drs. Salazar e Mário de Figueiredo depois de entregue ao ministro». Mas, desde então, nunca mais o ministro lhe falara no projecto, nem tão pouco lhe comunicara o texto definitivo, «apesar de para isso ser instado pelo Dr. Cerejeira». Projecto esse que continha disposições que desconhecia, como a

---

<sup>109</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.

<sup>110</sup> Relatório nº 1624, de Nicotra a Pietro Gasparri, 16 Junho de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 338 P.O., fasc. 43, fls. 45-46.

obrigação de prestar contas, a comissão de administração dos bens, a entrega dos bens em uso e administração (não em propriedade)<sup>111</sup>.

Numa carta da Nunciatura, escrita por Monsenhor Felici, com data de 1 de Julho de 1926 e dirigida a Monsenhor Francesco Borgongini Duca, Secretário da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários<sup>112</sup>, dir-se-á novamente que o projecto fora elaborado por Oliveira Salazar. Ao mesmo tempo critica-se o projecto nalguns dos seus aspectos: fala de «igrejas» e não «da Igreja», «como se não fosse esta última a única vítima da famigerada Lei da Separação»; apresenta um cuidado «exagerado, para não dizer ridículo», em escudar-se atrás do Decreto Moura Pinto, afirmando «que as concessões de “hoje” estavam já contidas nas disposições de “ontem”» e defendendo «que não existe uma grande diferença entre a propriedade e o usufruto perpétuo»; mantém o regime vigente para as Irmandades; reconhece à Igreja «o direito de adquirir, possuir e administrar bens para fins de culto», embora «não de um modo absoluto e em consequência da sua perfeição jurídica, mas só ao abrigo da legislação vigente para as “Associações Perpétuas”»; transforma a Comissão Central de Execução da Lei da Separação numa «Comissão Administrativa» dos bens eclesiásticos, perpetuando-se «a memória nefasta dessa cruel disposição legislativa infligida à Igreja»<sup>113</sup>.

Monsenhor Felici transcreve um relatório do bispo de Coimbra no qual se referem os aspectos positivos do projecto: o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, representada pela hierarquia; «a substituição por esta última das antigas “corporações” na propriedade e administração dos bens eclesiásticos»; «a restituição dos bens usurpados e ainda não aplicados efectivamente em obras de utilidade pública»; «a subtracção do

---

<sup>111</sup> Cópia de carta do bispo de Coimbra dirigida a «Ex. e Rv. Colega», datada de 6 de Dezembro de 1926. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n° 449 (1), fls. 11-12.

<sup>112</sup> De certo modo, confunde-se com a Secretaria de Estado. «Em 19 de Julho de 1814, Pio VII criou a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, ampliando a Congregação *Super negotiis ecclesiasticis regni Galliarum*, instituída por Pio VI em 1793. São Pio X, pela Constituição Apostólica *Sapienti Consilio* de 29 de Junho de 1908, dividiu a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários na forma fixada pelo *Codex Iuris Canonici* de 1917 (cân. 263) e estabeleceu as funções de cada uma das três secções: a primeira delas tratava essencialmente dos assuntos extraordinários, enquanto a segunda se interessava pelos assuntos ordinários, e a terceira, que até então fora um organismo autónomo (*Chancery dos Breves Apostólicos*), tinha por missão cuidar da preparação e despacho dos Breves Pontifícios. Paulo VI, com a Constituição Apostólica *Regimini Ecclesiae Universae*, de 15 de Agosto de 1967, cumprindo o desejo expresso pelos Bispos no Concílio Vaticano II, reformou a Cúria Romana e deu um novo rosto à Secretaria de Estado, suprimindo a Chancery dos Breves Apostólicos, que era a terceira secção, e transformando a que era antigamente primeira secção, ou seja, a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, num organismo distinto da Secretaria de Estado, embora estritamente ligado com ela, e que tomou o nome de Conselho dos Assuntos Públicos da Igreja». ([http://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/documents/rc\\_seg-st\\_12101998\\_profile\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_12101998_profile_po.html)).

<sup>113</sup> Relatório n° 1629. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 8-16.

Batismo, e, nalguns casos, do Matrimónio à odiosa precedência do registo civil»<sup>114</sup>; «a liberdade de ensino religioso nas escolas particulares»<sup>115</sup>.

Numa carta do núncio Sebastiano Nicotra dirigida a Pietro Gasparri, de 8 de Julho de 1926, aquele informa que o projecto fora assinado no dia 6 e enviado para o *Diário do Governo*. Mostra-se surpreendido com as diferenças entre o Decreto de Manuel Rodrigues e a versão anterior elaborada por Oliveira Salazar.

O Decreto revela, no entender do núncio, «o espírito mesquinho regalista que, dolorosamente, o penetra»: «a personalidade jurídica é, de facto, reconhecida não à Igreja, na sua hierarquia, mas às velhas “corporações” (artigo 1) as quais, não fosse o § único do artigo 5 [segundo o qual a constituição, modificação e substituição das corporações só poderá ser feita mediante participação do Bispo], nenhuma diferença teriam das famosas “cultuais”»; «no artigo 2 a capacidade de adquirir, possuir e administrar bens para fins cultuais, concedida às ditas corporações, é arbitrariamente limitada às igrejas, aos seminários e aos terrenos anexos à residência do ministro da religião»; «não menos odiosa é a disposição do artigo 7, que impõe às mesmas um contributo anual de 10% das receitas globais, pior do que se tratasse de uma associação desportiva ou comercial»; «o artigo 9 estabelece que venham a ser consignadas, em uso e não em propriedade, às mesmas corporações somente os bens mencionados no artigo 2º, que se encontram actualmente em posse do Estado e não estejam ainda destinados ou efectivamente aplicados em funções de utilidade pública» – «Todos os outros bens, que, segundo o projecto de Oliveira Salazar, deveriam ser restituídos em propriedade aos entes a quem pertenciam antes da Lei da Separação, serão vendidos em hasta pública (art. 21) e o produto da venda será depositado na Caixa de Depósitos, à ordem da famigerada Comissão Central da Lei da Separação, que assume a denominação, disfarçada e hipócrita, de “Comissão de Administração de Bens já pertencentes à Igreja” (art. 20)».

Neste sentido, o núncio considera o Decreto um «parto infeliz»: para além da liberdade de ensino religioso nas escolas privadas e do reconhecimento do direito a pensão aos párocos que à data da proclamação da República já tinha sido adquirido à luz da lei

---

<sup>114</sup> «Art. 7. O Batismo pode sempre celebrar-se sem dependência do respectivo registo civil; mas o ministro do culto que o administrar, sem que lhe seja apresentado o respectivo boletim ou cédula do Registo, é obrigado, sob pena de multa de 20 a 100 escudos, a comunicar o facto ao competente funcionário do registo civil.

Art. 8º. O casamento pode, em perigo de morte em eminência de parto, ser celebrado pelo ministro da religião sem dependência do Registo Civil, tendo então os mesmos efeitos jurídicos que o realizado nos termos do Art. 201 do Código do Registo Civil»<sup>114</sup>.

<sup>115</sup> Relatório nº 1629. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 8-16.

vigente, «o testamento do Professor de Coimbra [Manuel Rodrigues] não é senão uma reprodução imperfeita do famoso Decreto Moura Pinto». Termina dizendo:

Francamente, de um Governo que proclamou vivamente que queria romper para sempre com toda a tirania, e de um ministro que se professava crente, os católicos portugueses tinham o direito de esperar melhor e sobretudo mais<sup>116</sup>.

Num outro relatório do nuncio a Gasparri, de 23 de Julho de 1926, dá-se conta que fora republicado no dia 15 deste mês o Decreto nº 11.887, no qual agora se suprimia «a ódios» disposição do art. 7, que criava uma contribuição de 10% a favor da assistência pública.

Apesar de todas estas críticas, na conferência anual dos dias 20 e 21 de Julho, os bispos portugueses, «considerando que o Decreto, embora não contendo tudo o que era devido à Igreja, constituía um grande passo no caminho das reivindicações católicos», resolveram unanimemente dar-lhe execução. Contudo, recusaram-se a aceitar a disposição relativa à apresentação de contas à autoridade administrativa. Trataram ainda da organização das corporações, tendo aprovado um esquema de estatuto, o qual foi elaborado pelo bispo de Coimbra:

As corporações têm de coincidir com o número de paróquias, sendo constituídas por 7 pessoas. Deverão ser presididas por um pároco local, um secretário e um tesoureiro, nomeados pelo presidente e confirmados pelo Ordinário. Os três formam a Direcção, a qual administra os fundos do culto e os bens móveis da Corporação. Tudo o que se refere ao exercício do culto, ao ensino religioso e à vigilância da igreja e suas dependências, é da exclusiva responsabilidade do Presidente. Deste modo, «a predominante participação do pároco na administração dos bens eclesiásticos, a exclusão de qualquer ingerência de laicos no que se refere ao exercício do culto – uma e outra conforme ao espírito e à letra do Decreto – correspondem plenamente à taxativa disposição dos Cânones 1183 e 1184». Por outro lado, as corporações ficam na dependência do Ordinário, o qual, por força do artigo 5º, pode modificá-las ou substituí-las<sup>117</sup>.

No entanto, o bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, que não esteve presente na referida reunião plenária, considera que nada se deveria fazer sem uma instrução da Santa Sé. Discorda que se esteja a dar já execução ao Decreto, pois está convencido de que, «nas circunstâncias actuais do país, não seria talvez muito difícil conseguir no Decreto as indispensáveis modificações». Depois, transmite ao nuncio aquilo que mais lhe repugna no Decreto:

---

<sup>116</sup> Relatório nº 1642. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 29-30.

<sup>117</sup> Relatório nº 1660. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 34-35.

Em primeiro lugar, como é que num país com relações de amizade com a Santa Sé se legisla sobre assuntos que tanto importam à vida da Igreja sem ouvir os seus legítimos representantes? [...];

Em segundo lugar, fala-se em conceder a personalidade jurídica à Igreja; mas não foi isso o que se fez. O que eu vejo (art. 1º) é a personalidade jurídica concedida a corporações encarregadas de culto... Corporações criadas por indicação do Estado em determinadas condições, e funcionando, em grande parte, na dependência do Estado, o que revela a aspiração de sempre dos políticos portugueses: criarem uma Igreja portuguesa, terem sempre dentro da Igreja Católica um organismo bem preso e bem dependente do Estado. [...];

Em terceiro lugar, aceites que sejam estas corporações, como é que se podem tolerar os parágrafos 1º e 2º do artigo 8º?!

Contas, sim; mas pelo modo que o Bispo ordenar e o Direito Canónico prescrever.

Desde que o Estado, por meio das corporações encarregadas do culto, acautela o que entrega e diz pertencer-lhe, nada mais tem com a aplicação do que os fiéis, como tais, dão para o culto da sua religião. [...].

Já ouvi dizer que, neste ponto, a lei não tem sanção. Mas basta ler os referidos parágrafos para encontrar lá tudo: "... escrita e contabilidade em harmonia com a lei ..." e esta lei não terá sanção? Oh se tem!... "as contas estarão ... no edifício onde se reúnam os interessados ... e qualquer deles poderá .... reclamar contra as mesmas, nos termos da legislação em vigor". E também aqui não haverá sanção? Oh se há! Além de outros vexames e incómodos a que ficam sujeitos os párocos e os bispos (pois lá devem estar nas Corporações) até aos tribunais administrativos podem ser levados.

Quem conhece os meios de perseguição que muitas vezes nas paróquias se empregam contra os párocos, não pode ignorar que está aqui uma terrível arma, até política, contra os párocos. Quem sabe se foi este o principal motivo porque se escreveram no Decreto estes parágrafos?

Sempre tive horror à intromissão do poder civil no governo da Igreja; e este horror tem crescido sempre com a minha experiência cada vez maior.

[...]

No artigo 18º é preciso cortar as palavras "nos termos em que se exerce o direito de reunião" (1). Se neste ponto se aplica a lei, ficamos muito pior do que estávamos.

O artigo 27º de modo nenhum pode ficar como está – Se assim ficar, no fim de Setembro, e sobretudo no fim do ano corrente, se não estiverem organizadas e não tiverem ainda tomado posse as corporações de que fala o Decreto, o que é quase certo ao menos quanto à maior parte, ficarão sem casa para residir a maior parte dos párocos do país!

Apresenta assim estas e outras críticas, para ver se o núncio, «com a sua alta influência e reconhecido tacto diplomático, consegue ao menos corrigir o que no Decreto mais pode prejudicar a vida religiosa e os direitos da Igreja em Portugal»<sup>118</sup>.

O núncio responde a 21 de Agosto de 1926, dizendo ao bispo que desconhece qual o pensamento da Santa Sé sobre o assunto. Por essa razão, julga «por enquanto prematura qualquer acção junto do Governo», mas assegura-lhe que, depois de conhecida a opinião da

---

<sup>118</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n° 436 (3), fl. 76-79.

Santa Sé, nada deixará de fazer para que o Decreto seja modificado, eliminando, se possível, os problemas apontados pelo Bispo<sup>119</sup>.

A verdade é que o núncio já se congratulava com a decisão dos bispos em relação à execução do Decreto, o qual, no seu entender, «apesar de não reconhecer à Igreja a prometida personalidade jurídica, melhora sem dúvida a sua condição». Tanto mais que «uma atitude de irredutível hostilidade poderia irritar o Governo, e prejudicar o caminho a posteriores concessões, que a disposição pessoal do ministro da justiça e as explícitas declarações do Presidente do Ministério fazem esperar». Neste sentido, e porque o Decreto fixava um prazo de 60 dias para reclamar do que se regula no artigo 9º<sup>120</sup>, pede instruções céleres à Santa Sé<sup>121</sup>.

Mais tarde, já em Junho de 1928, nas instruções da Secretaria de Estado a Beda Cardinale, dir-se-á que «a obra do presente Governo foi precedida de um projecto de Oliveira Salazar, defeituoso mas aceitável e rico de vantajosas disposições, substituído posteriormente [...] por um Decreto que concede bem pouco à Igreja, e que reafirma não poucas das iníquas disposições anteriores»<sup>122</sup>. Sendo certo que naquele momento não «teria sido possível colocar em discussão toda a legislação eclesiástica portuguesa», o Decreto nº 11.887, de 6 de Julho de 1926, acabou por mitigar as concessões do projecto de Oliveira Salazar, «e por pouco conceder à Igreja»<sup>123</sup>. Se, por um lado, autorizava o ensino do catolicismo nas escolas privadas e conferia o direito de aposentação aos párocos, por outro, os bens não eram devolvidos à Igreja, que detinha apenas o seu usufruto, sendo ainda necessário fazer prova de que os bens eram efectivamente indispensáveis ao culto; persistia a Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, criada pela Lei da Separação, que vivia dos proventos dos bens eclesiásticos confiscados e era composta por maçonícos (de acordo com Monsenhor Nicotra)<sup>124</sup>; não se reconhecia a personalidade jurídica à Igreja Católica ou à Santa Sé, nem

<sup>119</sup> Ofício nº 1701. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 82

<sup>120</sup> Artigo 9º: «Aos particulares e às corporações com individualidade jurídica é concedido um novo prazo de sessenta dias, a contar da publicação deste Decreto, para reclamarem pelo processo do Decreto de 31 de Dezembro de 190 sobre a propriedade dos bens a que se refere o artigo 62º da Lei da Separação do Estado das Igrejas e que ainda se conservam na posse do Estado ou de qualquer corpo administrativo».

<sup>121</sup> Relatório nº 1660. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 34-35.

<sup>122</sup> Instruções da Secretaria de Estado ao Núncio Beda Cardinale, doc. nº 1508/28, Junho de 1928. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 439 (1), fls. 8-13r.

<sup>123</sup> Instruções da Secretaria de Estado ao Núncio Beda Cardinale, doc. nº 1508/28, Junho de 1928. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 439 (1), fls. 8-13r.

<sup>124</sup> A 24 de Agosto de 1926 é promulgado o Decreto 12.184, que dissolve a «Comissão Jurisdicional dos bens das extintas congregações religiosas, a «Comissão da administração dos bens que pertenciam às igrejas» e a «Comissão nacional das pensões eclesiásticas». Em seu lugar é criada a «Comissão administrativa dos bens que pertenciam às igrejas e congregações», que herdará a competência de todas as outras e será composta por um juiz do Supremo Tribunal de Justiça (presidente), um juiz de segunda instância (vice-presidente), três juizes de

mesmo às paróquias ou dioceses, mas apenas às corporações encarregadas do culto; exigia-se às corporações terem escrita e contabilidade, que deveriam ser enviadas às autoridades administrativas no final de cada ano; determinava-se que os bens já destinados a serviços de utilidade pública seriam definitivamente cedidos para os mesmos serviços<sup>125</sup>.

Mesmo se, a 7 de Maio de 1940, Oliveira Salazar preparou um texto sobre a nova Concordata a ser entregue aos jornalistas no qual afirmava que, quer este Decreto, quer ainda Estatuto Orgânico das Missões (Decreto nº 12.485, 13 de Outubro de 1926), «abriram o caminho para a reconciliação indispensável com as directivas históricas da Nação», o ainda professor da Universidade de Coimbra foi um dos arautos destas críticas:

Em harmonia com o largo, profundo alcance da obra revolucionária a realizar, esperava-se sobre as relações do Estado com a Igreja qualquer coisa de completo e definitivo. Mas o Decreto sobre «a personalidade jurídica» não pode infelizmente considerar-se nem uma nem outra coisa<sup>126</sup>.

Salazar é crítico sobretudo quanto à apresentação de contas por parte das corporações de culto às autoridades bem como quanto à subsistência da Comissão Central da Lei da Separação. A Ditadura tinha então um mês e alguns dias. Não deixa de ser curioso que já na Presidência do Conselho Salazar demore cinco anos a resolver-se a encetar uma solução «definitiva» para o problema, e que só ao fim de oito ela seja efectivada.

A explicação para o Decreto de Manuel Rodrigues dá-a, possivelmente, o ministro de França em Lisboa, a 27 de Agosto de 1926, ao respectivo ministro dos Negócios Estrangeiros:

Les catholiques comprendront que l'on doit savoir gré au Généraux Gomes da Costa e Carmona de n'entrer qu'avec beaucoup de prudence dans la voie de la réconciliations des Eglises et de l'Etat. Les querelles religieuses ont tenu dans ce pays depuis l'avènement de la République une place importante. Un retour pur et simple à l'état de chose ancien risquerait de provoquer de violentes protestations dont on ne saurait, dès à présent, limiter les conséquences, à coup sûr, peu favorables à la tranquillité générale du Pays<sup>127</sup>.

---

direito, o director-geral do Ministério da Justiça, o inspector-geral dos Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores e o director da 4ª Repartição da Contabilidade. O director da 2ª Repartição da Contabilidade serve de secretário. De acordo com o artigo 5º deste Decreto, a comissão funcionaria de acordo com o regulamento de 22 de Agosto de 1911. A 30 de Outubro esta comissão passou a designar-se, de acordo com o Decreto 12.587, «Comissão jurisdicional dos bens cultuais». Atente-se que o director-geral no Ministério da Justiça desde a implantação da República até 1935 era Germano Martins (1871-1950), um advogado filiado no Partido Republicano Português desde 1890, que foi deputado em 1911 e em 1915 e, em 1924, ministro do Interior. Só em 1935 seria reformado compulsivamente por ter publicado na imprensa afirmações em defesa de Afonso Costa, seu amigo pessoal.

<sup>125</sup> Ver *A União, Órgão Oficial do Centro Católico Português*, Abril de 1927.

<sup>126</sup> António Oliveira Salazar, *Inéditos e dispersos*, vol. 1, org. e pref. de Manuel Braga da Cruz. Venda Nova: Bertrand, 1997, p. 425.

<sup>127</sup> Ministère des Affaires Étrangères (Paris), *Correspondance politique e commerciale, Europe, 1918-1929, Portugal*, 21 (série Z).



Mas os católicos não compreenderam esta prudência, e o chamado «Decreto da personalidade» gorou, assim, as suas expectativas. O seu autor, Manuel Rodrigues Júnior, entrara no Executivo para ocupar a pasta da Justiça no primeiro Governo da Ditadura Militar, presidido por Mendes Cabeçadas. No entanto, ao contrário dos assumidamente católicos Salazar e Mendes dos Remédios, que rapidamente abandonaram o Executivo, Manuel Rodrigues Júnior chega a Lisboa «sem que o tolhessem compromissos cívicos, políticos ou religiosos, circunstâncias essas que lhe conferem, [...], um amplo espaço de manobra»<sup>128</sup>.

A execução do Decreto suscitou também inúmeras críticas. Uma delas dizia respeito a uma determinação de Manuel Rodrigues, que, para impedir que os juízes ordenassem a posse judicial de bens às corporações encarregadas do culto quando os mesmos estivessem já destinados a um fim de utilidade pública, advertia os presidentes dos tribunais da Relação, através de uma circular, que «o Estado é republicano e neutro em matéria religiosa», e que o Decreto da personalidade fora promulgado para acabar com uma situação de conflito que não era conveniente manter, mas que a sua execução teria de ser cuidadosa, «para que não possa parecer que o Estado abdicou de alguma das suas prerrogativas fundamentais»<sup>129</sup>.

O silêncio da Santa Sé haveria de ser interpretado pelos bispos como a aprovação tácita da sua tomada de posição, procedendo os mesmos à formação de corporações paroquiais, para assim resgatar, tanto quanto possível, os bens extorquidos à Igreja pela Lei da Separação. Pelo menos, é essa informação que o núncio transmitirá a Gasparri, a 21 de Agosto de 1926. Na mesma missiva, informa ainda da posição do bispo do Porto acerca «da atitude a tomar em face do infeliz documento»<sup>130</sup>.

Finalmente, a 6 de Setembro de 1926, os bispos recebem da Santa Sé as seguintes instruções:

1º ter presente o que Santa Sé pediu para aprovar as associações diocesanas em França (Acta Apostólica Sedis 18/1/1924) aplicando proporcionalmente às paróquias o que se dizia para as dioceses;

2º Exigir que no estatuto das Corporações não se faça referência alguma ao Decreto do Governo, porque este não pode ser reconhecido em matéria eclesiástica;

---

<sup>128</sup> Luís Bigotte Chorão, «Liberdade de Imprensa»: a censura prévia ao capitão Azevedo. Uma página de História da Ditadura Militar, separata da *Revista do CEJ*, nº 2, 2005, p. 294.

<sup>129</sup> Circular reproduzida n.º A União, *A União, Órgão Oficial do Centro Católico Português*, Abril de 1927, p. 12.

<sup>130</sup> Relatório n.º 1700 do Núncio a Gasparri, 21 de Agosto de 1926. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 40.

3º Que seja excluída qualquer intervenção da autoridade governativa, e também administrativa, na gestão e contabilidade da Corporação;

4º Que a Corporação não tenha ingerência na organização do serviço divino e no governo espiritual da paróquia<sup>131</sup>.

O núncio transmitiu estas instruções aos bispos numa carta circular de 8 de Setembro de 1926<sup>132</sup> e, na mesma data, escreveu a Gasparri dizendo que era provável que alguns dos prelados se encontrassem de férias, razão pela qual a reunião do episcopado desejada pela Santa Sé, com o fim de se discutir o Decreto da personalidade, talvez não pudesse ser feita com a celeridade desejada, o que era tanto mais grave quanto estava a expirar o prazo de dois meses que aquele diploma previa como limite último para reclamar a restituição dos bens usurpados à Igreja. Aliás, fora esse motivo pelo qual muitos bispos, pressionados pela «maligna astúcia» de alguns funcionários do Ministério da Justiça que se apressaram a vender os bens da Igreja para impedir a sua restituição, e presumindo que a Santa Sé já tinha aprovado os estatutos das corporações de culto que tinham sido submetidos à Santa Sé, «julgaram oportuno apresentar ao Governo os estatutos citados, a fim de poderem fazer o pedido de restituição».

De certo modo, Sebastiano Nicotra tenta justificar a atitude dos bispos, dizendo que, embora tivessem «decidido aceitar o Decreto, não o tinham aprovado porque o mesmo tinha artigos inaceitáveis, especialmente o artigo 8º § 1 e 2». E que o facto de não existirem menções ao Decreto nº 11.887 nos estatutos das corporações talvez pudesse significar que o Governo não ia insistir na sua observância, dando-o por «tacitamente eliminado».

Embora tivesse sido preferível que o Decreto fosse oficialmente eliminado «para maior segurança da Igreja», a sua subsistência justificava-se, no entender do núncio, pela debilidade do Governo, «exposto a todo o tipo de ataques dos seus adversários, que são muitíssimos», razão pela qual não poderia fazer tudo aquilo que pretendia. E tanto assim era que o ministro da Justiça, «na convicção de ter dado com o Decreto um grande passo em direcção à conciliação com a Igreja», e em face, quer da oposição dos católicos e do episcopado, quer da Maçonaria, terá proposto em Conselho de Ministros retirá-lo e manter o

---

<sup>131</sup> Instruções da Secretaria de Estado ao Núncio Beda Cardinale, doc. nº 1508/28, Junho de 1928. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 439 (1), fls.8-13r

<sup>132</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 P.O (3), fl. 87.

*status quo*. Contudo, deparara-se com a oposição do Presidente do Ministério e de outros seus colegas<sup>133</sup>.

A 12 de Outubro de 1926, o núncio relata a Gasparri a reunião do episcopado do dia anterior. Nesse relatório, informa também que o Governo prolongou por mais 60 dias o limite para a apresentação dos estatutos das corporações. A reunião começou às 16 horas e acabou às 19h30. Intervieram nove prelados: o arcebispo primaz de Braga, o arcebispo de Évora, os bispos do Porto, da Guarda, do Algarve, de Leiria, de Portalegre, de Beja e o coadjutor de Lamego. O vigário-geral de Lisboa representou o Cardeal Patriarca que, doente, saíra da capital, para descansar algumas semanas na sua terra natal; «os outros bispos – o de Coimbra, de Bragança e de Vila Real, os dois primeiros por razões de saúde, o terceiro por se encontrar ausente no Brasil – não tinham comparecido». A reunião começara pela discussão dos projectos de estatutos apresentados pelo Arcebispo de Braga, pelo bispo do Porto e pelo bispo da Guarda, bem diferentes entre si, sobretudo o projecto apresentado pelo bispo do Porto.

Este prelado, com efeito, queria que os estatutos das corporações fossem mais conformes aos das diocesanais francesas. Porém, o Arcebispo de Braga e o bispo da Guarda observaram que os estatutos das associações diocesanais francesas não se podiam aplicar em Portugal, e que o Decreto do Governo dava maior liberdade à Igreja.

De facto, nos estatutos das associações diocesanais francesas diz-se, no artigo 7º, que os membros das associações, sejam titulares ou honorários, devem ser apresentados pelo bispo de acordo com o conselho de administração e obter na assembleia-geral a maioria dos votos dos seus membros. Ora, no Decreto do Governo português, o Ordinário é livre de escolher os membros da corporação, e a escolha não depende do acordo de um conselho nem da maioria dos votos da assembleia da dita corporação. Assim, o Arcebispo de Braga e o bispo da Guarda defenderam que não se deveriam ter em conta os artigos das associações diocesanais francesas senão naquilo em que fossem compatíveis «com os nossos direitos, usos e costumes». Depois discutiu-se o artigo 8º do Decreto, no qual se dizia que a corporação encarregada do culto podia dispor livremente, para fins de culto, de tudo quanto tivesse adquirido legitimamente. Todos consideraram este artigo aceitável.

O mesmo não se passou com os dois parágrafos seguintes: o primeiro obrigava a corporação a enviar à autoridade administrativa competente, no fim do ano económico, as contas da gestão aprovadas, enviando cópia desta aprovação; o segundo impunha que estas

---

<sup>133</sup> Relatório nº 1726. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fls. 45-46.

contas, com cópia da aprovação, fossem afixadas durante duas semanas à porta do edifício onde reunia a corporação. Ora, segundo assegurara o ministro dos Estrangeiros ao núncio apostólico, o Governo não tencionava obrigar as corporações a apresentar contas. Apenas introduzira essa disposição no Decreto, que iria permanecer letra morta, por causa do artigo que obrigava a corporação a pagar 10% dos seus bens móveis e imóveis, artigo que foi depois derogado pelo mesmo Governo. Assim tinha sido implicitamente abolida a obrigação de apresentar as contas.

Como a discussão se prolongou muito, não foi possível debater todos os artigos, tendo os prelados nomeado uma comissão composta pelos bispos do Porto, da Guarda e de Coimbra, a fim de se reunir em Coimbra para acabar o trabalho e submetê-lo à aprovação do Episcopado<sup>134</sup>.

A 20 de Outubro de 1926, o bispo do Porto envia ao núncio um exemplar dos estatutos das corporações de culto com as modificações feitas pela citada comissão, achando-os de acordo com as disposições canónicas. Como instruíra a Santa Sé, omitiu-se a referência às contas no fim do ano económico. Aliás, os bispos tinham já deliberado anteriormente não as enviar às autoridades administrativas, embora não fosse possível prever que consequências decorreriam desta atitude: ao Governo seria possível dissolver as corporações, «o que não seria um grande mal; mas é também possível que, apesar de tudo, as deixe continuar existindo, para assim evitar dificuldades». O bispo do Porto diz ainda que, seja como for, os bispos procurarão que «este Governo ou outro que lhe suceda revogue o artigo 8º e seus §§». O prelado termina fazendo votos para que «um dia venha a ser possível uma boa Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, no regime de separação»<sup>135</sup>.

A 13 de Novembro de 1926, o núncio envia um exemplar dos estatutos das corporações paroquiais à Santa Sé, compilados pelos prelados de Braga, Porto e Guarda de acordo com instrução emanada de Roma<sup>136</sup>.

#### Estatutos das corporações fabriqueiras paroquiais

Art. 1º Na freguesia de ... concelho de ... distrito de ... é constituída uma corporação encarregada de promover e sustentar o culto católico.

Art. 2º São associadas as pessoas que vão designadas no fim destes estatutos<sup>137</sup>, enquanto não forem destituídas pelo Ordinário diocesano. A falta dalguma delas será suprida por outra de nomeação do mesmo Ordinário, sob proposta do Presidente.

<sup>134</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 49-50.

<sup>135</sup> Carta de 20 de Outubro de 1924. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 38.

<sup>136</sup> Relatório nº 1807, ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 59.

<sup>137</sup> «Convém que sejam menos de sete. Em caso de necessidade poderiam ser cinco.»

Art. 3º A Direcção desta corporação é formada por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro. É Presidente o Pároco da freguesia nomeado pelo Prelado, a ele subordinado e não suspenso. O Secretário e O Tesoureiro são nomeados pelo Presidente dentre os associados, e confirmados ou demitidos pelo Prelado.

§ único. O mandato dos membros desta corporação, com excepção do Presidente, cessa no fim de três anos, devendo proceder-se a nova nomeação.

Art. 4º Ao Presidente, como Pároco, compete a direcção do culto e do ensino religioso e a polícia da igreja e das suas dependências, assim como das capelas subordinadas à mesma igreja<sup>138</sup>. Como consequência a ele pertence ter em seu poder as chaves da igreja, da torre e mais dependências e das referidas capelas.

§ único. Ao Presidente compete também tomar todas as providências atinentes à realização do culto público ainda nos lugares a isso não habitualmente destinados.

Art. 5º À Direcção compete tudo o que respeita à administração temporal dos bens destinados ao culto e dos mobiliários e imobiliários da corporação, devendo observar-se o que a este respeito dispõe o direito da Igreja.

Art. 6º No impedimento do Presidente é este substituído nos casos urgentes pelo Secretário, mas somente no que respeita à administração temporal. No caso de impedimento do Secretário ou do Tesoureiro, o Presidente nomeará quem o substitua.

Art. 7º Constituem receita desta corporação: a) as esmolas oferecidas e as encontradas nas caixas para o culto, quer na igreja quer nas capelas dela dependentes, excepto as que são destinadas à Bula ou Indultos Pontifícios ou a qualquer outro fim especial legítimo; b) o produto dos peditórios para os actos do culto feitos na igreja ou capelas dependentes, ou pela freguesia; c) o produto disponível das esmolas recolhidas nas grandes solenidades ou romarias, às quais costumam concorrer devotos até de terras muito distantes, depois de deduzidas as despesas com a festividade; que deve ser sempre feita de acordo e com aprovação do Pároco; d) todo o produto que crescer da despesa com as festividades de mordomias, quando as receitas para tais festividades tenham sido obtidas de esmolas dos fiéis; e) as quotas que, além dos emolumentos paroquiais, se costumam pagar por baptismos, casamentos ou óbitos; f) quaisquer donativos ou legados para fins culturais; g) as importâncias cobradas pelo aluguer de quaisquer mobiliários ou terrenos da corporação; h) quaisquer outros rendimentos pertencentes à mesma corporação.

§ único. Não constituem receita desta corporação os bens e rendimentos que por direito ou legítimo costume pertencem ao Pároco.

Art. 8º São despesas obrigatórias; a) tudo que é necessário para o culto da igreja ou capelas da mesma dependentes; b) um subsídio anual para a residência do Pároco, se for fixado pelo Prelado; c) subsídio ou ordenado para o sacristão ou outros empregados, onde for preciso; d) os livros do registo paroquial e o rol dos confessados; e) a limpeza da igreja e capelas e das roupas duma e doutras, e a conservação e guarda da mesma igreja e capelas; f) os encargos impostos em legados ou doações; g) o que for preciso para o desenvolvimento das Obras paroquiais (catequese, patronatos etc.).

Art. 9º Esta corporação não prejudica a existência de confrarias ou irmandades, de associações pias ou de quaisquer outras corporações canonicamente aprovadas.

Art. 10º A Direcção fará os regulamentos necessários e os submeterá à aprovação do Prelado.

---

<sup>138</sup> «É conveniente designar os nomes destas capelas.»

Enquanto decorria este processo de avaliação dos estatutos das corporações por parte da Santa Sé, os bispos continuavam a reclamar contra o «Decreto da personalidade», que consideravam ter sido feito com muita precipitação e sem ser previamente ouvida a Santa Sé. A de 6 de Dezembro de 1926, o núncio enviou a Gasparri uma cópia de um memorial que os mesmos dirigiram ao Presidente da República, o qual lhe fora entregue pelo Arcebispo de Évora. Ao que parece esta iniciativa decorrerá de uma incumbência do Terceiro Concílio Plenário Nacional, iniciado no dia 24 de Novembro de 1926<sup>139</sup>. O Chefe de Estado terá recebido a comissão que lhe entregou o memorial e, «fazendo boa cara ao pedido formulado, disse esperar que, superadas as muitíssimas dificuldades com que se confronta o Governo, se atenderá à justa exigência do Episcopado»<sup>140</sup>.

Nesse memorial, datado de 3 de Dezembro, os bispos agradecem «a relativa liberdade» de que têm desfrutado, bem como a comparência de distintos representantes das autoridades civis no Concílio Plenário, o qual fora celebrado, «no meio de um impressionante respeito por parte do povo e de uma cativante deferência por parte das autoridades». Mas reclamam agora a promessa feita quando da vitória do movimento militar de 28 de Maio: seria feita justiça a todos os oprimidos, à Igreja seria reconhecida a personalidade jurídica e aos católicos seriam satisfeitas as suas reivindicações. Os bispos afirmavam ainda que não importunaram «o Governo com pedidos, não só porque justiça não se pede, mas ainda porque tínhamos a assegurá-la a palavra do soldado português». Apontam ao Presidente da República o facto de a Santa Sé não ter sido ouvida no processo de elaboração do Decreto da personalidade, «quando é certo que o Governo, no seu louvável empenho de acertar, não costuma proceder desta maneira quando se trata de outras questões. Assim é que, ao legislar sobre comércio, ouve as associações comerciais, consulta a lavoura em assuntos agrícolas, e ainda há pouco o senhor ministro das Colónias, ao ter de legislar sobre missões religiosas, quis ouvir primeiro os bispos do Ultramar. E assim como um coro de aplausos coroou a sua obra, assim todos os espíritos justiceiros aplaudiram incondicionalmente a obra do Governo que, procedendo de igual forma, teria enfim pacificado a consciência religiosa do país». Exposto isto, criticam o Decreto e terminam solicitando ao Presidente da República o seguinte:

1º – Que as corporações do culto possam adquirir quintais para os Párocos que os não tenham (art. 1º do Dec. 11.887).

2º – Que sejam revogados os §§ 1º e 2º do art. 8º do mesmo Decreto nº 11.887.

---

<sup>139</sup> Arnaldo Madureira, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, p. 97.

<sup>140</sup> Relatório nº 1831. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 53.

3º – Que, constituída a corporação do culto, se considerem desde logo, e sem mais formalidades, entregues à mesma corporação as igrejas, capelas e suas dependências e alfaías (art. 10º do mesmo Decreto).

4º – Que para o exercício do culto público fora dos lugares a isso destinados baste a participação à autoridade local, feita por qualquer membro da corporação do culto (art. 18º do mesmo Decreto).

5º – Que se faculte a posse judicial, sempre que os interessados a requeiram.

6º – Que seja revogado o art. 8º do Decreto nº 12.587<sup>141</sup>, tanto mais que até agora as igrejas não estavam sujeitas às penalidades do artigo 110º da Lei da Separação,

A estas modestíssimas reclamações ousamos juntar ainda mais duas, estranhas aos Decretos a que nos vimos reportando, mas que se impõem pela sua urgência:

7º – Que os sacerdotes não sejam obrigados a fazer parte do júri, porque isso briga com o seu ministério de confessores. Este melindre de consciência tem sido respeitado por todos os governos, ainda os mais sectários.

8º – Que seja revogada a proibição anti-constitucional de se administrarem sacramentos sem a prévia inscrição no registo civil, exigência que de mais a mais se não entende, desde que o Estado nenhum valor reconhece aos sacramentos.

A terminar dizem os bispos, dirigindo-se a Carmona, que, caso não sejam ouvidos e se os crentes continuarem com «uma impressão de frieza e de desgosto, V. Ex. será o primeiro a reconhecer que a culpa não é nossa»<sup>142</sup>.

Segundo o núncio, a Santa Sé considerou o memorial dos bispos portugueses «muito bem redigido»<sup>143</sup>, mas ao que tudo indica, de acordo com informações que obtivera do ministro dos Negócios Estrangeiros e que se apressou a transmitir à Santa Sé, o ministro da Justiça, «a quem em substância era dirigido o memorial», mostrou-se ofendido, dizendo, numa entrevista ao jornal *Diário da Tarde*, que do memorial constavam «pedidos que o Governo não podia levar em consideração, outros pedidos que foram já satisfeitos no Decreto, e outros ainda que o Governo não poderia jamais satisfazer». Rodrigues interpretava-o como «uma imposição feita ao Governo e como uma oposição especial a ele próprio, autor do Decreto sobre a personalidade jurídica». Tudo era ainda mais desagradável pelo facto dos bispos tentarem mesmo publicar o memorial no *Novidades* (embora a censura não o tenha

---

<sup>141</sup> Art. 8º: As propriedades entregues às corporações encarregadas do culto, nos termos do artigo 10º do Decreto nº 11.887, continuam sujeitas ao disposto na segunda parte do artigo 110º da lei de 20 de Abril de 1911, e não beneficiam da isenção consignada no Decreto nº 2.378, de 9 de Maio de 1916, quando estejam sendo fruídas pelos ministros da religião». Artigo 110º da Lei da Separação: «Os edificios a que se refere o artigo 98º [paços episcopais, presbitérios e seminários concedidos para habitação dos ministro da religião católica e para o ensino teológico sem pagamento de renda] ficarão sob vigilância da respectiva câmara municipal, mas os seus ocupantes serão obrigados a efectuar directamente a guarda, a satisfazer os seguros e as despesas de conservação de que eles carecem [...]».

<sup>142</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 54-55.

<sup>143</sup> Carta de 3 de Janeiro de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 41.

permitido), o que terá incomodado Manuel Rodrigues Júnior. De tal modo que o ministro ameaçava agora publicar as cartas do Cardeal Patriarca, do Arcebispo de Braga e do bispo de Coimbra, elogiando o seu Decreto, que o memorial dos bispos vinha criticar. O núncio terá então pedido ao ministro dos Estrangeiros que Manuel Rodrigues não o fizesse, propondo, ao invés, que o titular da Justiça reunisse com ele para assim o persuadir a dar satisfação, «na medida do possível», às reivindicações dos bispos<sup>144</sup>.

Certo é que a constituição das corporações de culto continua a suscitar problemas, e em carta ao núncio de 16 de Fevereiro de 1927, o Arcebispo de Évora queixa-se que o Governo Civil tinha recebido instruções do Ministério da Justiça quanto à criação de corporações de culto, as quais criavam uma jurisprudência muito complexa e nada em harmonia com as leis canónicas. A principal dúvida do Arcebispo residia na cláusula que facultava à corporação a eleição dos seus dirigentes, pois tal impedia o reconhecimento da hierarquia da Igreja. Pede então o Arcebispo de Évora que o núncio dê conhecimento dessas instruções à Santa Sé, para saber se as pode ou não pôr em prática. Até lá, decidiu o Arcebispo suspender a constituição das corporações do culto na sua diocese<sup>145</sup>.

Como o núncio expôs a Gasparri a 16 de Março de 1927, tais instruções anulavam o artigo 3º dos estatutos dos bispos<sup>146</sup>. Sebastiano Nicotra enviou então à Santa Sé uma cópia de ofício do director-geral, Germano Martins<sup>147</sup>, ao governador civil de Évora<sup>148</sup>, no qual informa:

Nos termos do artigo 5º e seu § único do Decreto nº 11.887 são os dirigentes de qualquer confissão religiosa da sede da corporação que se pretende constituir ou seus bastantes procuradores quem deve fazer ao Governo Civil a participação a que se refere o artigo 5º do Decreto nº 11.887. Com a participação devem ser entregues dois exemplares dos estatutos para que Vossa Excelência, por sua vez, os entregue ao secretário-geral para que este pratique as formalidades do artigo 6º do citado Decreto. Se da corporação fizer parte algum ministro da religião, necessário se torna que com os documentos supracitados se apresente documento de que aquele é cidadão português e está no gozo dos seus direitos civis e políticos e que não está suspenso do exercício das suas funções (art. 4º do dec. 11.887). Um dos exemplares dos estatutos e os referidos restantes documentos ficam arquivados no Governo Civil e o outro

---

<sup>144</sup> Relatório nº 1845 de 19 de Dezembro de 1926. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 63.

<sup>145</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fl. 120.

<sup>146</sup> «A Direcção desta corporação é formada por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro. É presidente o Pároco da freguesia nomeado pelo prelado, a ele subordinado e não suspenso. O Secretário e o Tesoureiro são nomeados pelo Presidente dentre os associados, e confirmados ou demitidos pelo prelado. / § único – O mandato dos membros desta corporação, com excepção do Presidente, cessa no fim de três anos, devendo proceder-se a nova nomeação». ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 44, fl. 61.

<sup>147</sup> Ver nota 124.

<sup>148</sup> José Correia Durão Paias (1894-1955) – oficial de Cavalaria, foi governador civil de Évora de 7 de Abril de 1927 a 20 de Outubro de 1930. Já antes, logo após o 28 de Maio de 1926, fora nomeado governador civil substituto (3 de Agosto de 1926).



exemplar deve ser entregue ao apresentante depois da prática das formalidades exigidas no artigo 6º. A corporação que assim se for constituir, uma vez praticadas essas formalidades, deve proceder à eleição ou nomeação das pessoas que devem ocupar o encargo da gerência e administração, e feito isto devem mandar com a cópia da acta da assembleia ou eleição, a Vossa Excelência, a participação a que se refere o artigo 3º, para, desde então se verificar que a corporação fica com a capacidade jurídica, e quem legitimamente a fica representando. Em face do exposto não é dispensável a prova por certidão dos factos a que se refere o artigo 4º, não bastando a participação do Bispo, para que se possa dispensar tal prova<sup>149</sup>.

Entretanto, o Arcebispo dirige-se directamente a um membro da Secretaria de Estado falando da consulta que fizera por intermédio do nuncio.

Veja lá se com a interpretação do ministro iremos ou não acabar nas cultuais. Penso que para isso nem é necessária uma nova lei: basta uma interpretação daquela que existe.

Se por acaso a Santa Sé acreditasse que devia condenar esta associação atrevo-me a dizer que antes de uma condenação formal se deve saber se existe qualquer negociação para fazer modificar a lei.

Creio, Monsenhor, que, com o Governo que temos, um trabalho presencial e prudente por parte da Nunciatura poderia resultar bastante eficaz. O ministro da Justiça é muito orgulhoso e não quer modificar a sua obra, mas pode-se trabalhar junto do presidente e de qualquer outro ministro. Entretanto, é necessário não acreditar nas boas palavras, e este parece-me ser o lado frágil de Monsenhor Nuncio; há que insistir, considerar os factos e reclamar soluções positivas<sup>150</sup>.

Quanto a este assunto, o Cardeal Gasparri dá instruções ao nuncio para que faça ver ao Governo que com esta atitude só obteria a antipatia dos católicos, tanto mais que a Santa Sé se esforçava naquele momento para «manter a prerrogativa de honra da nação portuguesa relativamente às suas antigas possessões da Índia», como demonstrava a negociação em curso com o ministro de Portugal em Roma. A resposta do director-geral da Justiça ao governador civil de Évora, como afirma o Cardeal Secretário de Estado, «não só está em estridente contradição com os pedidos mais moderados do episcopado, feitos em 3 de Dezembro de 1926», como se opõe até ao Decreto governativo nº 11.887, de 15 de Julho<sup>151</sup>, art. 5º, o qual estabeleceu que as corporações devem ser «formadas de harmonia com as regras da respectiva religião». Caso o Governo insista em não aceitar o artigo 3º dos estatutos, então o nuncio deverá apurar «o mínimo das exigências governamentais quanto às eleições dos cargos das corporações» e depois discuti-las secretamente com os bispos. Para o efeito, deve ter em conta o estatuto que a Santa Sé aprovou para a França, onde «só com muita limitação e cautela é

---

<sup>149</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fl. 5.

<sup>150</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fl. 7-10.

<sup>151</sup> Esta data surge em lugar da de 6 de Julho porque, como acima se disse, o Decreto foi então republicado com emendas.

consentida a eleição da assembleia de alguns membros do conselho de administração». Gasparri pede ainda ao núncio que obtenha esclarecimentos quanto à parte final da carta do director-geral do Ministério da Justiça:

Em face do exposto não é dispensável a prova por certidão dos factos a que se refere o artigo 4º, não bastando a participação do Bispo, para que se possa dispensar tal prova.

Não faz sentido que, se um Bispo atesta que um sacerdote é suspenso, e por isso não pode fazer parte da corporação, o Governo exija saber qual a razão da suspensão “para poder também [...] julgar”<sup>152</sup>.

Num relatório do núncio a Gasparri, de 22 de Abril de 1927, o primeiro informa que foi recebido pelo ministro da Justiça «com muita gentileza e com todos os cuidados devidos ao representante da Santa Sé». Sebastiano Nicotra terá dito a Rodrigues Júnior que a Santa Sé não compreendia como o Governo, depois da publicação do Decreto da personalidade, continuava a adoptar medidas restritivas e em contradição aquele diploma. Para mais num momento em que a Santa Sé tudo fazia para «manter a prerrogativa de honra da nação portuguesa nas suas antigas possessões na Índia». Por sua vez, o ministro disse ao núncio que sabia que o Arcebispo de Évora, o bispo de Beja e o bispo coadjutor de Lamego estavam descontentes com o Decreto, e sugeriu que os mesmos o discutissem com ele, pois «se verdadeiramente houver qualquer coisa a mudar, estou pronto a fazê-lo».

O núncio falou então ao ministro nas instruções do director-geral da Justiça. Em primeiro lugar, referiu-se à eleição do conselho da direcção das corporações, feita independente do Bispo, quando o Decreto estabelecia que as corporações deviam ser formadas em harmonia com as regras da respectiva religião. Em face disto, o núncio insistiu para que fosse aceite o artigo 3º dos estatutos dos bispos. Apesar de Manuel Rodrigues considerar que o mesmo não estava conforme com a legislação eclesiástica de Portugal, onde o conselho de administração das confrarias e corporações de culto se fazia por eleição, o que foi aprovado por Roma, resolveu redigir ele mesmo o artigo, a inserir no seu Decreto: «A direcção da corporação é formada por um presidente, um secretário, um tesoureiro, e dois conselheiros. O presidente, ou seja o pároco, o secretário e o tesoureiro serão nomeados pelo prelado e os dois conselheiros por eleição da associação». Deste modo, terá dito Rodrigues, o artigo estava mais conforme com a legislação vigente e, ao mesmo tempo, garantia-se que o

---

<sup>152</sup> Despacho 1186/27 de Gasparri a Nicotra, 12 de Abril de 1927. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fl. 19-21.

bispo teria a maioria do Conselho de Administração. O núncio acabaria por considerar que esta solução era até melhor do que aquela que fora redigida pelos bispos.

Abordaram depois a necessidade de comprovar através de um certificado a suspensão do pároco, para que o mesmo não pudesse fazer parte da Corporação, considerando-se insuficiente a declaração do Bispo. O ministro terá então explicado que a prova que se exigia, para além da declaração do Bispo, era a de somente ter havido a eleição dos cargos do Conselho de Administração. A seguir mandou chamar o director-geral [Germano Martins] e ordenou-lhe que corrigisse aquele equívoco.

Quanto à apresentação de contas (art. 8º do Decreto), Rodrigues considerava-a apenas «uma simples formalidade»: o Governo não queria a aprovação de contas, mas somente uma apresentação pura e simples, à qual a corporação não estava vinculada uma vez que não fora estabelecida pena para o caso de incumprimento.

De tudo isto o núncio ficou com a impressão de que o ministro beneficiaria a Igreja em Portugal, restituindo-lhe paulatinamente os bens imóveis, à medida que o seu poder se fortalecesse e que fosse arranjanado recursos para construir quartéis e escolas<sup>153</sup>, assim libertando os edifícios da Igreja.

Uma circular de 4 em Maio de 1927 do núncio apostólico pede aos bispos portugueses que se pronunciem quanto à «possibilidade de se aceitar a modificação de redacção que o ministro da Justiça se propõe dar ao artigo 3º dos estatutos»<sup>154</sup>.

O Cardeal Patriarca considerou admissível a redacção proposta pelo ministro da Justiça, «não tanto porque a direcção da corporação encarregada do culto seja na sua maioria da nomeação do prelado diocesano», mas porque se os estatutos da corporação só poderiam ser apresentados pelo Ordinário, «parece não haver perigo na própria eleição dos dois vogais, que forçosamente hão-de pertencer ao número dos associados que o prelado indicou e apresentou à Autoridade Civil»<sup>155</sup>. Também o bispo de Leiria aceita a alteração apresentada que, «embora não satisfaça as aspirações do Episcopado e possa dar lugar a certas dificuldades», lhe parece admissível, «enquanto não conseguirmos melhor».

Já o bispo do Algarve diz que, sendo o presidente, o secretário e o tesoureiro nomeados pelos prelados, a eleição dos outros dois conselheiros não traria grandes

---

<sup>153</sup> Ofício nº 2031. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fl. 24-26.

<sup>154</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 14.

<sup>155</sup> Carta do Cardeal Patriarca de 10 de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fls. 30-34.

inconvenientes. Mas caso os mesmos não fossem idóneos, sendo necessário substituí-los, então, como o administrador do concelho teria de atestar a idoneidade das direcções, seria possível que rejeitasse as alterações feitas pelo Bispo. Assim, manifesta-se contra esta intervenção da autoridade civil, que podia ser geradora de atritos e não estava de acordo com o Código de Direito Canónico, segundo o qual toda a nomeação do conselho de fábrica pertence ao Ordinário ou a um seu delegado<sup>156</sup>.

O bispo de Portalegre e o bispo de Coimbra, por sua vez, desaprovam a emenda de Manuel Rodrigues<sup>157</sup>, tanto mais, diz este último, que aceitá-la poderia «ser perigoso» porque «hoje a eleição seria para dois vogais, amanhã seria para todos»<sup>158</sup>.

O bispo da Guarda também se opõe à proposta de Manuel Rodrigues e nega que exista legislação eclesiástica portuguesa que tenha sido aprovada pela Santa Sé. A mesma era apenas tolerada, tal como acontecia com o próprio Decreto nº 11.887,

que os prelados estavam dispostos a experimentar no caso de lhe ser dada uma interpretação e regulamentação, como na sua boa fé julgavam ser intenção do Governo, que lhes permitisse reconstruir à sua sombra as principais instituições canónicas sem as deformar substancialmente nem lhes fazer demasiada violência.

O prelado diz ainda que «parecia lícito esperar que o novo regime político, separando-se da Igreja, sobretudo quando representado por um governo nacional, quisesse libertá-la da opressão facultando-lhe definitivamente organizar-se em Portugal, tal como é por sua divina constituição, sem necessidade de se mascarar sob a forma de associações ou corporações enquadradas em fórmulas legais civis e alheias à índole das instituições religiosas. E para isso seria necessário e bastava que o Decreto nº 11.887 permitisse a organização canónica ao menos dos organismos hierárquicos, como cabidos, mitras, dioceses, benefícios paroquiais e fábricas das igrejas».

O bispo da Guarda chama ainda a atenção para o facto da redacção do ministro obrigar a aumentar o número dos associados das corporações, «visto que, segundo os princípios da legislação civil portuguesa, à qual se insiste em subordinar estas corporações, tem de haver uma certa proporção entre o número dos associados e o número dos membros da direcção». Daí adviriam dificuldades para a constituição das corporações fabriqueiras nas paróquias

---

<sup>156</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 14-15.

<sup>157</sup> Carta do bispo da Portalegre de 8 de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 17.

<sup>158</sup> Cartas do bispo da Coimbra de 9 de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 30-34 e fl.44

pequenas, «tanto mais que estamos num país com uma grande percentagem de analfabetos e o Decreto obriga as direcções a praticarem a contabilidade e outras formalidades administrativas legais que requerem alguns conhecimentos que o povo rural não tem e, por outro lado, proviria a quase impossibilidade de reorganizar à sombra do decreto os Cabidos, atenta a escassez de clero, e o consequente perigo de os expor a serem dissolvidos pelas autoridades administrativas, quando baixar o número dos cónegos e não puderem ser preenchidas as vagas».

Por fim, o bispo apresenta as suas reclamações, já que o ministro «insiste em abandonar o princípio salutar que as Comissões da Câmara dos Deputados em seu parecer nº 378, de 3 de Julho de 1922, aceitaram, bebido na legislação brasileira, e quer manter o que, com o Sr. Moura Pinto, copiou da França, seria para desejar, digo, que ao menos imitando ainda este país:

1º Modificasse, de harmonia com a lei francesa de 28 de Março de 1907, o art. 18º do Decreto nº 11.887 [exercício do culto público fora dos lugares a isso destinados], anuindo assim a uma das reclamações do Episcopado;

2º Reformasse o Decreto de maneira a permitir a constituição de “diocesanas” para evitar as dificuldades e os perigos que provêm duma multiplicidade de corporações disseminadas pelo país, sobrecarregadas com contabilidade e outras operações superiores à preparação do povo rural; ou então, e seria muito mais lógico, o reformasse de maneira que sem sofismas permitisse às paróquias viver a sua vida religiosa e canónica, sem sujeição a contabilidades, nem escritas impostas às corporações fundadas com intuitos civis ou económicos;

3º Se pronunciasse também oficial ou oficiosamente acerca da legalidade dos estatutos em todas as suas disposições, que não só a respeito de um ou outro dos seus artigos<sup>159</sup>.

O bispo de Bragança também se manifesta contra a eleição dos dois vogais sugerida por Manuel Rodrigues, «tanto mais que os católicos portugueses, como é bem sabido, não têm dado exemplo de bom critério e independência eleitoral, ainda quando se trata de defender os interesses da Igreja». Nega também que alguma vez a Santa Sé tenha aprovado «a tirânica legislação editada pela Monarquia a respeito de confrarias». Considera ainda que «o plano proposto pelo ministro pode ser uma abundante fonte de conflitos entre a autoridade eclesiástica e a autoridade civil, dos quais [...] podem resultar os mais graves danos para a causa religiosa». Dá o seguinte exemplo:

Como os dois membros do Conselho constituído por eleição não dependem de confirmação eclesiástica, é lógico que também não possam ser substituídos nem removidos pela autoridade eclesiástica, ainda que se manifestem rebeldes a essa autoridade e adversos aos interesses da

---

<sup>159</sup> Carta do bispo de Braga de 12 de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 30-34.

Igreja. Nestas condições, se um dos membros nomeados pela autoridade eclesiástica se colocar inesperadamente ao lado dos rebeldes, ou se a uma sessão do Conselho faltarem dois dos membros nomeados por aquela autoridade (o que infelizmente é muito fácil) ficam os rebeldes em maioria. [...] Qual o remédio contra uma deliberação tomada por um Conselho de Direcção assim constituído?

Em síntese, considera que a alteração proposta modifica para pior «o já péssimo Decreto chamado da personalidade jurídica da Igreja», e que se trata de «uma nova tentativa para ludibriar a autoridade eclesiástica e os católicos, impondo-lhes um jugo abominável, e esperando que os católicos, cegos e irreflectidos, ainda o agradeçam». Na verdade, considera:

todas as vezes que o ministro lhe tem tocado, o tem tornado mais mau, mostrando claramente que o seu intuito não é atender as justas reclamações dos católicos, mas restabelecer disfarçadamente e com aquiescência dos mesmos católicos o detestável jugo que sobre a Igreja pesava no tempo da Monarquia e que a República, sem querer, mas por uma admirável disposição da Providência, quebrou<sup>160</sup>.

O Arcebispo de Évora opõe-se também à redacção do ministro, que embora salvguarde a autoridade do Ordinário, a coloca em risco por causa da eleição, porque «desde que nos estatutos fique consignada a obrigatoriedade da eleição de alguns vogais, é isso quanto baste para que a autoridade intervenha quando entender para saber se a eleição se fez e em que termos. E como fatalmente há-de haver faltas, aí teremos continuamente em perigo a problemática personalidade civil que a lei diz conceder às paróquias mediante as associações».

Depois refere-se ao invocado direito eclesiástico português:

A razão alegada pelo senhor ministro, de que o direito eclesiástico português desconhece as corporações sem eleição dos seus corpos gerentes, não colhe no caso sujeito, porque nunca no direito português, durante 8 séculos, a paróquia ou a diocese, como pessoas jurídicas, elegeram os seus dirigentes, mas tiveram os párocos e os bispos nomeados pela autoridade competente. Naturalmente o senhor ministro queria referir-se às Irmandades, que realmente elegem os seus corpos gerentes, mas as irmandades não representam a paróquia na diocese, mas são organismos constituídos dentro da paróquia e da diocese, e sob a jurisdição dos dirigentes eleitos.

---

<sup>160</sup> Carta do bispo de Bragança de 12 de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 35-38. Sublinhado acrescentado.

Como era seu hábito, o Arcebispo de Évora envia um apontamento directamente à Secretaria de Estado, datado de 8 de Julho de 1927:

- As associações ou corporações de culto, se, como o ministro da Justiça prometeu a Monsenhor núncio, forem constituídas segundo as normas do Direito Canónico pelos conselhos das fábricas, absolutamente nestes termos, não deixarão de respeitar a hierarquia.
- É duro e ridículo que uma associação não possa sair fora da própria paróquia;
- Haveria necessidade que, autorizada pelo Bispo, uma mesma corporação pudesse representar várias paróquias;
- Não se deve apresentar as contas nem apresentar o orçamento à autoridade civil.
- Os bens restituídos são simplesmente em uso e administração: pouco ou quase nada é restituído em propriedade, e deste modo os bens estarão sempre sujeitos a perseguições e vexações.
- As autoridades complicam brutalmente o processo de restituição dos bens, que leva a que muitas vezes nem se chegue ao fim.
- Até agora houve poucas restituições, havendo necessidade de que as mesmas se façam de modo mais expedito<sup>161</sup>.

O bispo do Porto rejeita também de forma contundente a constituição de quaisquer corporações que não sejam criadas e funcionem de harmonia com as regras da Religião Católica. Terá sido por isso que julgou «conveniente acrescentar ao art. 5º dos estatutos um § único, para evitar de futuro equívocos e perturbações» e que não é senão «a tradução do que sobre o assunto diz o Código de Direito Canónico».

Este parágrafo, que não consta da primeira versão dos estatutos enviada à nunciatura, foi redigido nos seguintes termos:

Esta Associação formada em harmonia com as regras da religião católica sabe que não pode ingerir-se em nada que diga respeito ao espiritual, e que por isso nada tem com o exercício do culto da Igreja, com o toque dos sinos, com o modo de fazer a colecta das esmolas, com a ornamentação dos tempos, com as horas dos actos religiosos [...], e de tudo o mais que diga respeito ao culto religioso. Tudo isto é da competência do pároco, como tal, assim como a nomeação e demissão do sacristão e outros empregados da Igreja<sup>162</sup>.

Chega mesmo a dizer que não reconhece ao ministro Manuel Rodrigues, representante do poder civil, «o direito de introduzir modificações ou correcções nas leis da Igreja». E aproveita a oportunidade para reiterar a sua oposição à aceitação pelo episcopado português do Decreto da personalidade jurídica da Igreja que, em seu entender, é «talvez o documento

---

<sup>161</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fl. 24-26.

<sup>162</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl.27.

mais pernicioso para a vida da Igreja em Portugal», razão por que se opôs à sua aceitação, não desejando a sua «responsabilidade ligada a tal acontecimento»<sup>163</sup>.

O Arcebispo de Vila Real toma uma posição que se pode situar entre as duas acima enunciadas. Considerando embora «verdadeiramente lamentável que o Governo da República Portuguesa não queira reconhecer e respeitar integralmente os legítimos direitos da Santa Igreja no que diz respeito à posse e livre administração dos seus bens, escudando-se para esse fim em velhas e funestas tradições regalias», no entanto, «atendendo não só aos gravíssimos interesses que estão ligados à mesma proposta, mas também à maioria dos elementos em tudo dependentes da hierarquia eclesiástica e às outras garantias de liberdade derivantes do Decreto de 6 de Julho de 1926 (artigo 5º § único), entendo que a Santa Igreja pode dar neste ponto um testemunho da sua possível benevolência e transigência, afastada porém a hipótese de a substituição dos vogais eleitos ser feita pelo mesmo processo de eleição, porque então entendo que a liberdade e a autoridade dos prelados não fica suficientemente garantida e neste caso obriga-me a minha consciência a responder que não posso considerar aceitável a proposta do Exmo. ministro da Justiça»<sup>164</sup>.

Este episódio acabará por ter um desfecho positivo para a Igreja Católica, pois o ministro explicou que embora tivesse feito aquela modificação «na maneira mais favorável à autoridade episcopal, para conformar o artigo à legislação portuguesa, segundo a qual todas as corporações legitimamente constituídas, escolhem o seu director, quer dizer o seu Conselho de Administração», os bispos não o quiseram, negando-se assim a constituir «uma verdadeira corporação», optando antes por uma comissão ou um conselho de fábrica (Can. 118,3). Sendo assim, diz-se disposto a não insistir na modificação, «feita com o único intuito de garantir a autoridade episcopal e de evitar as dificuldades que poderiam surgir entre os prelados e os governadores civis na aceitação dos seus estatutos». Em alternativa, afirma-se disposto a modificar o Decreto, concedendo a personalidade jurídica não às corporações mas «a uma comissão ou conselho de fábrica, escolhido pelo Ordinário, segundo o art. 3º dos estatutos dos bispos». O ministro pede ainda que os seus gestos não sejam senão interpretados segundo a sua verdadeira intenção, «que foi sempre a de garantir a autoridade episcopal e de a favorecer

---

<sup>163</sup> Carta do bispo do Porto de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fls. 21-26.

<sup>164</sup> Carta do bispo da Vila Real de 21 de Maio de 1927. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 18-19.



na melhor maneira possível e compatível com a actual legislação vigente». Disto dará o núncio conhecimento aos bispos em circular de 18 de Maio de 1927<sup>165</sup>.

Dois dias depois, o núncio explica à Santa Sé as razões da resistência dos bispos à alteração do artigo 3º dos estatutos: os prelados não têm confiança no Governo, e qualquer concessão é mal interpretada, «como se o Governo desejasse criar dificuldades à Igreja e limitar sempre mais a autoridade dos bispos». Por outro lado, como o governador civil de Évora tinha sido o único a não aceitar os estatutos propostos pelo respectivo Bispo, os outros consideraram que havia de se insistir junto do ministro para que este aceitasse a redacção proposta pelo episcopado. Nas duas conversas que o representante da Santa Sé tivera com Manuel Rodrigues destacam-se as seguintes afirmações deste último:

Não tinha outra intenção senão a de fazer uma larga concessão à Igreja, que não fora feita anteriormente, nem no tempo da monarquia e ainda menos no tempo da República; que o seu Decreto foi mal interpretado e que se insinuou no público que ele era dominado por franco-maçons e que ele mesmo era franco-maçom.

O ministro ter-se-á mostrado bastante agastado com estas calúnias, tanto mais que publicamente se sabia que ele era um bom católico. Destas entrevistas com o ministro ficou o núncio com uma excelente impressão:

É meu dever assegurar à Santa Sé que encontrei o Sr. ministro respeitoso da autoridade dos bispos, deferente a tudo que diz respeito do Episcopado e disposto a discutir com a Igreja o que ainda se mantém em aberto e de fazer concessões na medida do possível<sup>166</sup>.

Através de um documento de 29 de Março de 1928, que o núncio envia a Gasparri, sabe-se que os prelados reuniram nos dias 12 e 13 desse mês para discutirem a aplicação do Decreto nº 11.887, de 6 de Julho de 1926. Não se conhecendo a resolução dos prelados, sabe-se apenas que os mesmos, «na iminência da eleição presidencial julgaram oportuno deixar o envio das suas reclamações ao Governo para depois das eleições». Os bispos decidiram aguardar pela proclamação oficial dos resultados antes de apresentar o memorando ao Governo<sup>167</sup>. Nas eleições de 25 de Março foi eleito Óscar Carmona, proclamado Presidente da República a 15 de Abril.

---

<sup>165</sup> Circular de Sebastião Nicotra. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 20.

<sup>166</sup> Relatório nº 3020, do Núncio a Pietro Gasparri. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fls. 40-41.

<sup>167</sup> Relatório nº 3460 do núncio, ASV, AES – Portugal, pos. 339 P.O., fasc.45. fl. 58.

Dos problemas da aplicação do Decreto dá conta o bispo do Porto, o qual considera que já não haverá quem diga que o Decreto é «aceitável e exequível». O prelado queixa-se, por exemplo, de uma carta do administrador do concelho de Espinho, datada de 4 de Abril de 1928, nos seguintes termos:

Por recomendação do Exmo. Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Aveiro, venho prevenir V. Exa. de que as corporações encarregadas do Culto Católico, constituídas nos termos do Decreto nº 11.887, devem, para não incorrerem nas sanções legais, submeter à aprovação da mesma Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito os seus orçamentos e respectivas contas.

Estas corporações regem-se por as disposições dos nos. 12 e 13 do art. 253 do Código Administrativo de 1896 e têm a tutela desta Junta Geral em harmonia com o nº 8 do art. 49 da lei nº 88, de 7 de Agosto de 1913, isto é, a lei anterior aplica-se como se aplicava antes do citado Decreto nº 11.887, visto que este diploma na parte do seu art. 8 só vem corroborar o que até ali estava legislado<sup>168</sup>.

A 11 de Junho de 1928, o encarregado de negócios da Nunciatura dirige-se a Gasparri, dizendo que o Arcebispo de Évora lhe transmitira que o episcopado decidira «não dar execução de maneira nenhuma à lei da personalidade jurídica». Por conseguinte, ficariam suspensos os pedidos de devolução de bens, bem como a constituição de associações culturais. A decisão de esperarem pelas eleições presidenciais tinha que ver com o desejo de evitar a insinuação de que os bispos faziam política. Depois disso, o Cardeal Patriarca comunicaria ao Presidente da República que os bispos não aceitavam o Decreto e que se absteriam de o aplicar. Os fiéis seriam informados pelos boletins diocesanos<sup>169</sup>.

O núncio, em relatório para a Secretaria de Estado de Junho de 1928, informa que, entretanto, caíra o Governo e, com ele, o ministro da Justiça Manuel Rodrigues. Agora com a entrada de Oliveira Salazar, o qual, diz o representante da Santa Sé, colocou como condição para a sua entrada no Executivo o respeito pela Igreja, resolveu-se suspender a notificação de ruptura. «Estamos assim no *status quo* expectante», segundo transmitiu o Arcebispo de Évora a Bida Cardinale. Também o Patriarca lhe dissera que não considerava agora esta iniciativa oportuna, dado que a presença de Oliveira Salazar no Governo poderia significar que, após ser tratado o problema financeiro, se obteria deste governo uma modificação dos pontos mais desfavoráveis do dito Decreto. Reconhece-se que, embora as medidas de Oliveira Salazar tenham a aprovação «da parte bem pensante da nação», a posição do Governo é frágil, podendo mesmo os partidos republicanos reverter a situação ditatorial, quando, «publicando-

---

<sup>168</sup> Carta do bispo do Porto ao núncio, de 12 de Abril de 1928. ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 436 (3), fls. 50-51.

<sup>169</sup> Relatório nº 3460. ASV – AES, Portogallo, pos. 339, fasc. 45, fl. 58.

se o Decreto já anunciado sobre a questão bancária, também a alta finança, sobretudo judaico-maçónica» decidir «apoiar com dinheiro, apesar de clandestinamente, os movimentos dos revolucionários políticos». Estas razões, diz o núncio, justificam a atitude do Patriarca que, até ver a posição de Oliveira Salazar consolidada, decidira não apresentar a nota ao Presidente da República. O que não significa que o episcopado abandonasse a sua resolução de não reclamar a restituição de bens – em relação ao que já antes se tinha reclamado não se tenciona obedecer ao clausulado da prestação de contas e do seguro<sup>170</sup>.

Num relatório do núncio ao Cardeal Gasparri, de 28 de Novembro de 1928, aquele diz que a situação se mantém inalterada quanto à aplicação do Decreto sobre a personalidade jurídica. Faz notar a Gasparri que quase todo o episcopado se mostrou contrário ao Decreto, mas que o ministro havia prometido a Monsenhor Nicotra reformar o seu projecto em conformidade com o parecer do episcopado, o que ainda não se fizera: caíra o ministro, autor do projecto, e não se voltou a falar do assunto. Por diversas vezes, aliás, o Governo afirmara que iria satisfazer as reivindicações da Igreja; mas dois anos passaram sobre a publicação do Decreto e nada se fizera ainda. Os próprios bispos consideravam que o ambiente não era propício à resolução do assunto, e que «seria melhor aguardar por um momento mais oportuno; tanto mais que, resolvendo caso a caso, à medida que se fossem apresentando, chegava-se geralmente a uma solução satisfatória». O núncio considerava que a composição do Ministério era agora favorável, estando o novo ministro da Justiça e Cultos, Mário de Figueiredo, que era «um bom católico», resolvido a retomar a questão. De acordo com o núncio, não se esperava que o problema fosse resolvido rapidamente, «até porque quando menos se espera, surgem obstáculos e intrigas políticas»<sup>171</sup>.

## **1.7 OS BENS DA IGREJA**

Seja como for, ao abrigo do Decreto da personalidade, foram devolvidos inúmeros bens à Igreja Católica, ainda que apenas em usufruto e não em propriedade plena. Mas as devoluções foram lentas e o seu número parece ter dependido em grande medida do titular da pasta da Justiça.

---

<sup>170</sup> Relatório nº 3610. ASV – AES, Portogallo, pos. 339, fasc. 45, fls 62-63.

<sup>171</sup> Relatório nº 171 de Beda Cardinalle, ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339, fasc. 45, fl. 66.

## QUADRO I

### PORTARIAS DE DEVOLUÇÃO DE BENS



Fonte: *Diário do Governo*

Muitos bens só viriam mesmo a ser devolvido quando Salazar era já Presidente do Conselho e Rodrigues novamente ministro da Justiça. A circular nº 1561, emanada do Gabinete do Ministério do Interior, a 19 de Outubro de 1933, dirigida a todos os governadores civis, atesta-o:

Havendo muitas reclamações contra a falta de cumprimento dos despachos de Sua Exa. o senhor ministro da Justiça e dos Cultos [Manuel Rodrigues Júnior], que mandam entregar às corporações do culto católico os bens por eles reclamados, encarrega-me Sua Exa. o senhor ministro do Interior de dizer a V. Exa. se digne determinar aos administradores dos concelhos a imediata execução daqueles despachos, caso existam alguns respeitantes a concelhos desse distrito<sup>172</sup>.

O prazo estabelecido para entrega dos bens pelo Decreto nº 11.887, de 6 de Julho (dois meses) vai sendo prorrogado: por mais um ano, pelo Decreto nº 15.727, de 16 de Julho de 1928 (José da Silva Monteiro) e pelo Decreto nº 17.372, de 26 de Setembro de 1929 (Lopes da Fonseca), o qual toma ainda medidas com o objectivo de tornar mais céleres as entregas; por mais seis meses, pelo Decreto nº 18.932, de 17 de Outubro de 1930 (Lopes da Fonseca), e pelo Decreto nº 19.905, de 19 de Junho de 1931 (José de Almeida Eusébio).

<sup>172</sup> ANTT, MI – Gabinete do ministro, Maço 459, pt. 10/3

O Decreto da personalidade não determinava a obrigatoriedade dos bens serem seguros pelas corporações a que eram devolvidos. Mas esta disposição constava da Lei da Separação, não tendo sido revogada (artigo 93º, § 4). Deste modo, as portarias de Manuel Rodrigues exigem que as corporações cultuais que recebem os bens entreguem no Ministério da Justiça cópia da apólice de seguro. Contudo, quando José da Silva Monteiro era ministro da respectiva tutela, pelo menos a partir das portarias de Outubro de 1928, deixou de referir-se esta obrigatoriedade. No entanto, a Portaria nº 7.294, de 19 de Fevereiro de 1932 (José de Almeida Eusébio), volta a tornar obrigatório o seguro às corporações encarregadas do culto *a quem já foram ou venham a ser entregues, em uso e administração, templos e as alaias e casas destinadas aos ministros ou serventuários do mesmo culto a segurarem pelo seu valor real contra risco de incêndio os referidos bens* e acusa de incúria as corporações do culto que não o fizeram. *A União* considera esta determinação «mais uma das muitas violências feitas em Portugal à Igreja Católica»<sup>173</sup>. No mesmo periódico diz-se ainda:

Já em França, triste sina a nossa de em tudo copiarmos os outros, se pretendeu também obrigar os católicos a suportar os encargos da propriedade dos templos que o Estado lhes tinha roubado. Nesse sentido foram o artigo 13 da lei de 9 de Dezembro de 1905 e o artigo 5 n.os 2 e 3 da lei de 2 de Janeiro de 1907 com os quais queriam impor-se aos católicos os encargos da reparação e seguro dos edifícios das Igrejas, encargos esses que eles nunca sobre si tomaram. Por isso hoje naquele país as igrejas continuam «a ser postas à disposição dos fiéis e dos ministros do culto para a prática da sua religião», sem quaisquer obrigações.

Já que mais se não quis fazer em Portugal, de esperar é que, ao menos, isso suceda também e para tanto será necessário que o sr. ministro da Justiça, ponderada a razão que nos assiste, retire a portaria que com o que só se dignificará a si e à Ditadura<sup>174</sup>.

Foi o aconteceu. Nem um mês passado sobre a publicação da Portaria nº 7.294, a Portaria nº 7.302, de 12 de Março de 1932, anula a anterior, não se justificando sequer a medida:

«Manda o Governo da República Portuguesa, pelo ministro da Justiça e dos Cultos, que seja anulada a portaria 7.294».

---

<sup>173</sup> *A União*, Abril 1932, p. 237.

<sup>174</sup> *A União*, Abril 1932, p. 238.

## 1.8 AS MISSÕES E O PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE

A 13 de Outubro de 1926 era publicado o Estatuto Missionário (Decreto nº 12.485). Este Decreto extinguiu as missões laicas e concedeu às missões católicas personalidade jurídica, isenção de impostos e assistência financeira, limitando ainda a intervenção de missões estrangeiras no ultramar, sobretudo as de outras confissões. Tais medidas foram bem acolhidas pelos católicos em geral e pelos bispos ultramarinos em particular<sup>175</sup>. Sobre o mesmo assunto o ministro de França em Portugal, E. Prelon, transmite a A. Briand, ministro dos Negócios Estrangeiros, a sua impressão:

Parece pelo menos prematuro fazer um julgamento completo sobre um Decreto cuja execução está apenas a começar. Faço notar, porém, que o acto administrativo, vindo após o Decreto sobre a personalidade jurídica da igreja (...) salientou mais uma vez a preocupação do general Carmona e dos seus colaboradores de suprimir o que a lei de separação tem de particularmente rigoroso e de dar garantias de vitórias a alguns partidos de direita e do clero. O acontecimento irá mostrar se a política de apaziguamento religioso por parte do Governo irá dar frutos ou se estas primeiras violações do princípio da laicidade, que em 1911 era um dos artigos de fé dos fundadores da República, não irão fornecer à oposição novos argumentos na sua luta contra a ditadura<sup>176</sup>.

Estas questões têm tanto mais relevância quanto alguns meses antes, a 27 de Fevereiro de 1926, a propósito do direito de apresentação dos bispos por parte do Presidente da República, o núncio Nicotra informou o titular dos Negócios Estrangeiros que as concordatas estabelecidas entre a Santa Sé e Portugal em 1857 e 1886 haviam caducado. E justifica-se:

«Com a revolução portuguesa, foi substituído à monarquia o regime republicano, e o Chefe de Estado não foi mais obrigado a pertencer à Religião Católica, verificando-se assim uma mudança substancial numa das duas partes; daqui, por necessária consequência, o contrato entre a Coroa e a S. Sé vinha juridicamente a perder todo o valor; pelo menos até que a S. Sé não tivesse com um acto positivo feito compreender que entendia manter o pacto com o novo regime; e tal acto não se deu mais.

Mas há muito mais do que uma simples mudança na forma de governo.

Em 20 de Abril de 1911 o Governo Português promulgava a Lei da Separação, com a qual não só declarava pelo modo mais explícito e formal que (art. 2º) a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião de Estado; e que (art. 6º) o Estado e as suas autoridades não podem exercer nem directa nem indirectamente por qualquer título nenhum encargo de culto, e muito menos portanto ingerir-se na nomeação dos bispos; mas até que o Estado português (art. 4º) não reconhece nenhum culto.

Tão categóricas expressões bastam por si para compreender que o Estado português renunciava a qualquer privilégio em matéria eclesiástica; e que se declarava tão abertamente

---

<sup>175</sup> Arnaldo Madureira, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, p. 68.

<sup>176</sup> Ministère des Affaires Étrangères (Paris), Correspondance politique e commerciale, Europe, 1918-1929, Portugal, 21 (série Z).

laico e fora da Igreja que não quer nem pode logicamente pretender suceder de *jure* no gozo dos privilégios graciosamente concedidos pelos Sumos Pontífices à pessoa do Rei.

Isto é tanto assim que, em seguida à Lei da Separação, o Governo Português não se julgou obrigado a reconhecer as outras obrigações da Coroa para com a Igreja, e por isso não curou de exercer os relativos antigos direitos no continente e nas colónias africanas.

Quanto às possessões no Oriente, a mesma lei de separação mostrava (art. 190) de querer conservar para elas o Padroado, mas para isso o Governo Português não tinha já nenhum poder, porque com a mencionada lei tinha denunciado, como se disse, qualquer pacto com a Igreja e portanto perdidos aqueles privilégios concordatários que a Santa Sé tinha estipulado de continuar a manter à Coroa; e uma vez perdidos os ditos privilégios não se podiam readquirir sem uma nova concessão da Santa Sé.

[...]

Doutra parte os inconvenientes e agitações causadas pelo regime concordatário não eram então tão graves que exigissem uma imediata liquidação da complexa questão do Padroado.

É conhecido de facto a Vossa Excelência como tais dificuldades se agravaram singularmente nos últimos cinco anos.

Ninguém com efeito ignora os obstáculos que asoberbam governos coloniais com o acender-se e difundir-se do nacionalismo indiano; coisa esta que tem um grave reflexo também sobre a cura de almas, pois que os fiéis indígenas mal suportam que os seus pastores sejam escolhidos entre o clero de outros países; e reclamam sacerdotes e até bispos que tenham de comum com eles nacionalidade, estirpe, língua e costumes; o que de resto em princípio não é alheio ao pensamento e ao espírito da Igreja [...].

De mais, a dupla jurisdição sobre o mesmo território traz múltiplas e quase inextricáveis dificuldades, havendo duas autoridades eclesiásticas para fiéis que habitam por vezes na mesma aldeia e moram até sob o mesmo tecto; sem falar da disseminação dos fiéis, dependentes de um só Bispo português por zonas e extensões vastíssimas de território (basta citar o exemplo da Diocese de S. Tomé de Meliapor, onde a jurisdição do Bispo é disseminada ao longo quase de todo o litoral indiano de este) o que dificulta o efectivo e eficaz exercício da autoridade episcopal.

De mais, o aumento dos fiéis pelo progresso contínuo da evangelização como também a rápida mudança dos centros habitados, requerem a instituição de novas dioceses além das fixadas e circunscritas pela Concordata.

Estes inconvenientes são também manifestos e os danos que deles derivam tão graves, que os próprios fiéis reclamam hoje, com a mais viva insistência, os oportunos remédios. Desde o início do Pontificado do Santo Padre Pio XI, constituíram-se na Índia activas Comissões, que não têm deixado passar semana sem mandar ao Santo Padre, às Sagradas Congregações, aos prelados mais autorizados, às personagens políticas e ao Governo inglês, suplicas, invocações e queixas para que o Padroado seja explicitamente declarado abolido, em conformidade com as mudanças jurídicas, demográficas e políticas sobrevindas, e às quais acima se fez referência.

Este estado de via e permanente agitação e de descontentamento até entre os bons não é sem deplorabilíssimo dano, pois que não poucos fiéis menos sólidos na fé estiveram e estão ainda em perigo de voltar como no passado se verificou à idolatria ou de passar à heresia protestante, a qual com a sua propaganda mais intensa, ameaça de fazer preza de um número sempre maior de almas.

Diga-se outra tanto da ameaça bolchevista.

Enfim não é de omitir que a Santa Sé se encontra em delicada posição mesmo defronte à opinião pública dos católicos de outros países e especialmente de Inglaterra, pois que eles não compreendem como a Santa Sé continue a manter, embora simplesmente de facto, um sistema juridicamente e historicamente caducado há 15 anos.

Por tais motivos, que se resumem todos no sacrossanto dever de tutelar e promover o bem das almas, que é a lei suprema da Igreja, o Santo Padre não está disposto a continuar no *status quo*, mas decidiu que a questão seja inteiramente examinada e definida o mais depressa possível.

As instruções dadas pelo Santo Padre ao Exmo. Senhor Cardeal Secretário de Estado são que, embora concedendo-se à Nação aquelas prerrogativas honoríficas que se julgarem oportunas para manter o seu prestígio e conservar nos séculos a recordação das insígnies benemerências por ela adquiridas pela difusão do Evangelho nas Índias e no Oriente (...) <sup>177</sup>, se declare a absoluta liberdade da Santa Sé na circunscrição das dioceses e na escolha dos pastores, havendo perdido todo o valor as concordatas dos anos 1857 e 1886. Será pois cuidado da Santa Sé ter especial atenção para com os centros coloniais portugueses, e mesmo para os principalmente ligados por tradição antiga à Nação Portuguesa, afim de que até o regime diocesano seja conforme quanto possível a tal estado de coisas <sup>178</sup>.

O problema começou a ser resolvido dois anos depois, a 15 de Abril de 1928, quando a Santa Sé e o Estado português estabeleceram um acordo relativo ao Padroado, ao que tudo indica por pressão dos bispos. Este acordo consistiu na incorporação «na diocese de Goa da parte portuguesa da diocese de Damão e a restante na diocese de Bombaim, cujo Arcebispo seria alternadamente de nacionalidade portuguesa e britânica. Os limites da diocese de Meliapor sofreram certas modificações. No provimento das Sés de Goa, Cochim, Meliapor e Macau, a Santa Sé devia escolher um candidato português e comunicar o nome confidencialmente ao Presidente da República, que o apresentaria de modo oficial à Santa Sé, para nomeação. Quanto a Bombaim, Mangalor, Quilon e Trichinópolis, depois de escolher o candidato, a Santa Sé comunicava-o ao Presidente da República, que fazia a apresentação oficial ao papa, para a nomeação» <sup>179</sup>. Anulava-se a Concordata de 1886, excepto no que se referia às subvenções do Governo. No acordo não se dizia que a Concordata caducara, nem que o Padroado era extinto, mas isso é afirmado na nota ao Governo e na carta aos bispos de Portugal: «A Santa Sé considera o Padroado inexistente, e deixa aos portugueses na Índia algumas honras por respeito às benemerências nacionais na propagação da fé» <sup>180</sup>.

A este propósito, diz Fontenay, embaixador de França junto da Santa Sé, ao ministro dos Negócios Estrangeiros francês, a 4 de Maio de 1928:

---

<sup>177</sup> Sublinhados acrescentados por Oliveira Salazar, o último dos quais foi antecedido de um ponto de interrogação.

<sup>178</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A, fl. 432-441.

<sup>179</sup> Armando Castro, «Padroado do Oriente». In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, p. 274. Ver *A União*, 9 Junho de 1928, p. 9-10.

<sup>180</sup> Instruções da Secretaria de Estado ao Núncio Beda Cardinale, doc. n.º 1508/28, Junho de 1928. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n.º 439 (1), fl. 8-13r.



O protocolo que acaba de ser assinado entre a Santa Sé e Portugal demonstra uma vez mais a feliz perseverança do Cardeal Gasparri, decidido a libertar pouco a pouco a Igreja dos últimos laços de subordinação ao passado, e a afirmar sempre a vantagem da independência desta relativamente às potências temporais<sup>181</sup>.

Embora outro acordo relativo ao Padroado – este sobre a diocese de Meliapor – fosse assinado a 11 de Abril de 1929, a Santa Sé estava efectivamente empenhada em não o reconhecer juridicamente; de tal forma que o núncio Beda Cardinale, em Junho de 1928, é instruído pela Santa Sé no sentido de nunca afirmar a sobrevivência do Padroado<sup>182</sup>.

### 1.9 A ACÇÃO DO NÚNCIO BEDA CARDINALE

A 6 de Junho 1928 o Cardeal Gasparri comunica oficialmente a Beda Cardinale a sua nomeação para núncio apostólico em Lisboa. O Cardeal diz-lhe que «o *agrément* de Portugal fora dado sem nenhuma dificuldade em 10 de Maio e fez-lhe uma boa descrição da situação da Igreja em Portugal»<sup>183</sup>. Dia 13 de Junho o núncio foi recebido pelo Santo Padre, que lhe falou longamente da situação religiosa em Portugal, confirmando-lhe «as notícias boas que já tinha ouvido»<sup>184</sup>. O núncio recebe nesse mês de Junho instruções da Secretaria de Estado, reafirmando-se as notícias dadas aos seus predecessores, Locatelli e Nicotra. Recordar-se a atitude «deferente e confiante» de Carmona relativamente à Santa Sé na questão do Padroado, quando em 1926 era ministro dos Estrangeiros. Afirma-se que o Governo parece estar animado de «boas intenções relativamente à Igreja Católica, e de tais intenções deu prova com o manter e aplicar o Decreto das Missões de 13 de Outubro de 1926», embora esse Decreto não pudesse ter a aprovação formal da Santa Sé «porque isso seria reafirmar o princípio da separação da Igreja e do Estado». O «Decreto da personalidade» era, no entender da Secretaria de Estado, outra «prova de boa vontade» do Governo visando a recuperação de parte dos bens usurpados aos católicos pelos «governos anticlericais depois da Lei da

---

<sup>181</sup> Ministère des Affaires Étrangères (Paris), Correspondance politique e commerciale, Europe, 1918-1929, Portugal, 21 (série Z).

<sup>182</sup> Instruções da Secretaria de Estado ao Núncio Beda Cardinale, doc. n.º 1508/28, Junho de 1928. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n.º 439 (1), fl. 8-13r.

<sup>183</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>184</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

Separação», embora se continuasse à espera do reconhecimento do princípio hierárquico e os bens da Igreja tivessem sido devolvidos apenas em usufruto. Aos bispos tinham sido dadas instruções no sentido de corrigir estes aspectos e as negociações deviam ser seguidas de perto pelo núncio<sup>185</sup>.

O núncio Beda Cardinale apresenta credenciais ao Presidente da República a 16 Agosto de 1926. No seu discurso, proferido na Sala Dourada do Palácio de Belém, o representante da Santa Sé assinalou as virtudes de Carmona, dizendo que conhecia perfeitamente as suas «eminentes qualidades e sentimentos de profunda amizade pela Santa Sé». Por sua vez, Carmona faz um discurso que o núncio irá considerar, dados o ambiente e a circunstância, «muito significativo pelas afirmações favoráveis à Igreja Católica»<sup>186</sup>. Respondendo em francês, disse o Presidente da República Portuguesa:

O povo português, na sua grande maioria católico fervoroso e dedicado, foi sempre profundamente sensível às demonstrações de paternal afecto com que a Santa Sé distinguiu sempre a Nação Portuguesa.

Sinto-me, portanto, particularmente comovido com as palavras eloquentes com que Vossa Excelência pôs em tão luminoso relevo as glórias passadas de Portugal e, sobretudo, pela afirmação de que foi ele o arauto da fé cristã e o grande fautor da civilização e do progresso.

A história de Portugal está cheia de tradições religiosas e de dedicação pela Santa Sé. Hoje, como outrora, o povo português guarda os mesmos sentimentos e o Governo da República, ligando o maior apreço aos laços espirituais que uniram sempre a Santa Sé a Portugal, acolhe-vos, Monsenhor, com uma grande simpatia e um sincero e vivo desejo de vos auxiliar no cumprimento da alta missão que vos foi confiada.

Vossa Excelência acaba de recordar as relações tão cordiais que existem entre o Governo português e a Santa Sé; asseguro-vos que para o estreitamento dessas relações, às quais se ligam os interesses preciosos dos católicos e tradições que são gratas ao povo português, Vossa Excelência encontrará sempre o meu apoio mais decidido e a minha mais solícita colaboração.

Estou muito reconhecido pelas provas de afecto que o Santo Padre se dignou conceder à Nação Portuguesa, abençoando o seu povo e agradecendo-vos, Monsenhor, os votos que acabais de formular pela felicidade e prosperidade de Portugal, peço-vos que tenhais a amabilidade de ser o intérprete, junto do Pontífice, dos votos que formulo para que a glória do seu Pontificado seja tão grande como as suas excelsas virtudes pessoais<sup>187</sup>.

Depois, seguiu-se uma conversa de dez minutos no gabinete do Presidente da República, o qual reiterou «os seus sentimentos de profundo respeito e vivo reconhecimento pelo Santo Padre por tanta prova de afecto dada a Portugal, e assegurando-me que da sua

<sup>185</sup> Instruções da Secretaria de Estado ao Núncio Beda Cardinale, doc. n.º 1508/28, Junho de 1928. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n.º 439 (1), fl. 8-13r.

<sup>186</sup> Relatório n.º 35 do Núncio sobre sua chegada a Lisboa e apresentação de credenciais, dirigida ao Cardeal Gasparri, 18 de Agosto de 1928 (rascunho). ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n.º 439 (1), fl. 35 e 35 v.

<sup>187</sup> *Novidades*, 17 de Agosto de 1928.

parte faria o possível para manter sempre as mais cordiais relações existentes entre o Governo e a Santa Sé». Deste encontro, o núncio retém que se trata de «um homem animado das melhores intenções, distinto, inteligente e enérgico», e com muito boa vontade relativamente à Igreja. Não deixa de assinalar, porém, que a sua acção depende da estabilidade governativa, a qual é constantemente ameaçada por conspirações e maquinações da «seita maçónica»<sup>188</sup>.

### 1.10 OS CATÓLICOS NO GOVERNO DA REPÚBLICA

A 9 de Novembro de 1928, o núncio anota no seu diário<sup>189</sup> que Oliveira Salazar permanece como ministro das finanças» no novo Governo presidido por Vicente de Freitas<sup>190</sup>.

A 13 de Novembro de 1928, o núncio escreve ao Cardeal Pietro Gasparri, salientando a obra financeira de Oliveira Salazar e as ameaças de que é vítima, quer por parte da Banca, que se sente atingida nos seus interesses, quer por parte da Maçonaria, que o odeia pelo facto de ser católico, quer ainda por parte dos «inimigos da Ditadura que consideram Salazar o verdadeiro alicerce do actual Regime». O ministro Salazar terá até sofrido golpes desferidos por alguns dos seus colegas maçónicos, fazendo estes eco do «coro que denunciava alarmado o triunfo da reacção e do anticlericalismo». Procuravam assim afastá-lo do Governo, mas Salazar «gorou a manobra, declarando ao Presidente da República a impossibilidade de colaborar com ministros que boicotavam a sua obra, e que por isso se encontrava na necessidade de pedir a sua demissão», acabando por arrastar o gabinete. Mas o Exército exigiu que continuasse no Governo e, assim, o Presidente da República encarregou Vicente de Freitas de formar um novo ministério, desde que Oliveira Salazar permanecesse na pasta das Finanças e que juntamente com ele escolhesse os restantes ministros. Salazar terá assim, na opinião do núncio, eliminado do ministério «os elementos refractários à sua reforma», exigindo ainda que lhe fosse novamente garantido que não seriam tomadas medidas

---

<sup>188</sup> Relatório nº 35 do Núncio sobre sua chegada a Lisboa e apresentação de credenciais, dirigida ao Cardeal Gasparri, 18 de Agosto de 1928 (rascunho). ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 439 (1), fl. 35 e 35 v.

<sup>189</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>190</sup> José Vicente de Freitas (1869-1952) – oficial do Exército, combateu em França na Grande Guerra e foi director da Escola do Exército, Presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército e do Supremo Tribunal Militar. ministro do Interior de Setembro de 1927 a Julho de 1929, passando a acumular esse cargo com a Presidência do Ministério em 1928. Cessou funções a 8 de Julho de 1929. Foi ainda presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo demitido em 1933.

legislativas «lesivas dos direitos da Igreja»<sup>191</sup>. Foi então por isso que saíram do Governo os ministros dos Estrangeiros, da Justiça, da Instrução, do Comércio e da Agricultura, os quais foram substituídos por homens da confiança de Oliveira Salazar. Mesmo se estas afirmações do representante da Santa Sé são exageradas, é então que entra no Governo um outro nome destacado do Centro Católico, Mário de Figueiredo, «homem de grande valor e crente sincero e praticante». Católico é também o ministro da Instrução – Gustavo Cordeiro Ramos – e para pasta dos Estrangeiros foi escolhido Henrique Trindade Coelho, «homem de convicções católicas, e de completa fidelidade a Salazar». O núncio salienta o número e a qualidade dos membros católicos do novo Executivo, considerando ser assim legítimo pensar que em breve «se chegue à reforma das leis jacobinas existentes». No entanto, faz a ressalva de que em Portugal a revolução é um estado endémico, e lembra os maçonícos portugueses exilados em Paris, «os quais, sob os auspícios do grande Oriente de França, conspiram contra o regime actual em Portugal e contra o renascimento da vida católica. Anuncia-se de facto uma grande ofensiva contra a Igreja, procurando por todos os meios (...) tornar a levantar a questão religiosa»<sup>192</sup>.

Deste relatório, Gasparri valoriza apenas a suposta «ofensiva contra a Igreja», afirmando não duvidar que «a vigilância e a perspicácia» do núncio «saberão estimular e coordenar os cuidados e a actividade dos sagrados pastores e a força de todos os católicos; que a Igreja terá muito a sofrer com os atentados dos maçonícos»<sup>193</sup>.

No dia 15 de Novembro, o núncio escreverá no seu diário que visitara Aníbal Mesquita Guimarães<sup>194</sup>, interino da pasta dos Estrangeiros, tendo-lhe este dito que «para a paz interna de Portugal era indispensável extinguir a maçonaria», o que surpreendeu o núncio vindo de «um homem que não é de sentimentos católicos».

---

<sup>191</sup> Esta afirmação encontra-se também num excerto das notas manuscritas de Mário de Figueiredo que relatam a crise dos sinos: «Então o Salazar cai, quero dizer pede a demissão, com o fundamento essencial de que a portaria não introduz direito novo, mas simplesmente interpreta o existente, de sorte que a sua anulação importava um agravamento para os católicos do direito dos cultos violando assim um compromisso com ele tomado a quando da sua entrada para o ministério». Rita Almeida de Carvalho e António de Araújo, «A Voz dos Sinos: o “Diário” de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929», *Estudos*, Nova Série nº 5, 2005, p. 487.

<sup>192</sup> Relatório nº 147 do Núncio a Pietro Gasparri, 13 de Novembro. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 4-6

<sup>193</sup> Ofício nº 2571, de 29 de Novembro. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 4-9.

<sup>194</sup> Aníbal de Mesquita Guimarães (1882-1952) – oficial de Marinha, desempenhou o cargo de ministro da Marinha de 18 de Abril de 1928 a 8 de Julho de 1929. Foi interino dos Negócios Estrangeiros de 10 de Novembro de 1928 a 19 de Dezembro de 1928 e das Colónias de 18 de Maio de 1929 a 8 de Julho de 1929. Voltou a exercer o cargo de ministro da Marinha (1932-1936). Promovido a contra-almirante em 1941, foi ainda inspector da Marinha, vogal do Supremo Tribunal Militar e governador do Banco de Portugal.

Relativamente à nomeação de Quintão Meireles para titular dos Estrangeiros<sup>195</sup>, a 19 Dezembro de 1928 o núncio considera que este não está preparado para o cargo e que se não percebem quais as suas convicções religiosas, embora «sempre demonstrou muito respeito com a Igreja», manteve as melhores relações com o núncio, cobrindo-o «de atenções e gentileza». Neste momento, o núncio volta a dar conta da instabilidade política existente, falando mesmo de uma remodelação ministerial iminente, «que teria por consequência a saída do Gabinete de alguns elementos de esquerda e a sua substituição por outros mais conservadores» e, por conseguinte, «um governo mais homogéneo e mais forte». A ser assim, «a Igreja ganharia muito, porque com um tal governo seria possível uma reforma das leis jacobinas existentes». Tal dependeria apenas do «elemento militar, que até agora domina a situação, mas que desgraçadamente não está unido». Assinala que, a bem da Igreja, o ministro das Finanças continua a ser o elemento principal do Executivo e o alicerce da Ditadura. Salazar, coadjuvado pelo seu colega da Justiça e dos Cultos, desenvolve com prudência mas com eficácia uma obra favorável à Igreja. Muito mais queriam fazer, mas são impedidos pela surda hostilidade de alguns colegas ministros. O núncio transmite a Gasparri que cessou o temor de «uma reacção anticlerical», uma vez que, «os mesmos elementos que ameaçavam a Igreja, conspiravam contra a ditadura», tendo sido descobertos pela polícia e enviados pelo Governo, de modo quase «fulminante», para o cárcere uns e para as colónias portuguesas de África e de Ásia outros. Em síntese, o núncio considera que as coisas vão melhorando lenta mas seguramente e que o futuro da Igreja depende de «um bom governo» que reconheça os seus direitos<sup>196</sup>.

Entretanto, a 16 de Novembro de 1928, o padre franciscano António Correia de Santa Maria<sup>197</sup> escreve de Roma à Secretaria de Estado, congratulando-se pelo facto de ter agora o Governo dois homens do Centro Católico e um ministro da Instrução que era também «um

---

<sup>195</sup> Manuel Carlos Quintão Meireles (1880-1962) – oficial de Marinha, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 19 de Dezembro de 1928 a 8 de Julho de 1929. Candidatou-se às eleições presidenciais de 1951 pela oposição, acabando por não se apresentar a sufrágio.

<sup>196</sup> Relatório nº 225, do Núncio a Gasparri, 16 de Janeiro de 1929. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 14-15.

<sup>197</sup> Trata-se de António Correia da Silva/Frei António de Santa Maria (1864-2938) – nasceu na Vila Marim, Mesão Frio, a 1 de Março de 1864. Filho de João Correia da Silva e de Maria da Glória Correia, tomou hábito no convento de Varatojo a 1 de Março de 1882 e emitiu os votos simples a 3 de Março de 1883 e a profissão solene a 21 de Abril de 1886 e foi ordenado sacerdote a 15 de Setembro de 1889. Formou-se em Roma em Filosofia e Teologia, leccionou no convento de São Boaventura de Montariol (Braga) a partir de 1893, ano em que o elegeram Definidor da Província. Nomearam-no guardião de Montariol em 1895. A Santa Sé nomeou-o Visitador Apostólico da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalarias Portuguesas em 1895. Ofereceu-se para a Missão da Beira, tendo deixado Montariol a 12 de Maio de 1898. De 1902 a 1908 esteve em Roma na qualidade Definidor Geral da Ordem. Terminado o mandato, regressou a Montariol a 6 de Outubro de 1909. A República levou-o de novo a Roma por onde ficou e faleceu a 7 de Agosto de 1938. Informação cedida pelo padre franciscano Henrique Pinto Rema a quem agradeço a amabilidade com que me recebeu.

fervoroso católico»<sup>198</sup>, três «jovens cheios de vida e de engenho [...] de uma piedade exemplar, que se confessam todas as semanas, recebem a comunhão todos os dias». Considerando que eles são os titulares dos «três postos mais importantes do Governo», conclui que assim seria mais fácil acabar com a campanha contra os franciscanos<sup>199</sup>.

### 1.11 OS ACORDOS DE LATRÃO

A 27 de Fevereiro de 1929, Trindade Coelho, ministro de Portugal na Santa Sé, escreve a Mário de Figueiredo, enviando-lhe a cópia de uma carta que remetera ao ministro dos Negócios Estrangeiros, datada do dia anterior, sobre os Acordos de Latrão, de que se salienta a afirmação:

«Escuso de lhe dizer que foi, para mim – como católico – um triste dia o dia da publicação dos Acordos»<sup>200</sup>.

O ofício que escrevera ao ministro dos Negócios Estrangeiros informa-o de que os acordos celebrados a 11 de Fevereiro eram compostos por um tratado, uma Concordata e uma convenção financeira. Com o tratado, resolvía-se finalmente a questão Romana suscitada pela ocupação dos Estados pontifícios em 1870 («Num só dia, perdia assim o Papado o resultado de muitos séculos de edificação paciente e laboriosa da sua soberania territorial em defesa da sua absoluta primazia sobre o Orbe Católico e sobre a Igreja»). O diplomata participou ao ministro que «o Papa que não teria aderido a um Tratado sem uma Concordata que reconduzisse a Itália ao seio da Igreja Católica. O mesmo o disse o Rei, mas em sentido inverso...». É interessante a afirmação que faz de que no preâmbulo do Tratado de novo se afirma o princípio consagrado no artigo 1º do Estatuto do Reino, de 4 de Março de 1848: «a religião católica, apostólica, romana é a única Religião do Estado». Tal premissa representa, para Trindade Coelho «um valor político para o Tratado e um valor jurídico para a Concordata». Salienta ainda que o tratado termina pela declaração oficial seguinte: «A Santa Sé reconhece que, pelos acordos assinados hoje, lhe foi adequadamente *assicurato* tudo

---

<sup>198</sup> Refere-se a Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) – ministro da Instrução Pública de 10 de Novembro de 1928 a 8 de Julho de 1929 e de 21 de Janeiro de 1930 a 23 de Julho de 1933. Procurador à Câmara Corporativa de 1935 a 1947, presidiu ao Instituto de Alta Cultura.

<sup>199</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 10-11.

<sup>200</sup> Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

quanto necessita para prover – com a devida liberdade e independência – ao governo pastoral de Roma e da Igreja Católica em Itália e no mundo». Como bem assinala o diplomata, «estamos longe, bem longe da restauração do antigo Estado Pontifical que desabou em 70 e dos protestos dos Papas que até ao actual se sucederam... E, entre parêntesis, seja-me permitido dizer que o Papa recebe actualmente menos do que o Rei Victor Manuel lhe oferecia nas vésperas da ocupação de Roma». A afirmação no tratado de que «a Santa Sé declara que quer ficar e que ficará estranha às competições temporais entre os Estados e aos Congressos internacionais convocados com o fim de regular essas competições temporais, a menos que as Partes em conflito recorram à sua missão de paz, reservando-se em todo o caso a sua *potestas* moral e espiritual. Em consequência do que o território da Cidade Vaticana será sempre, e em todos os casos, considerado como território neutro e inviolável» é também salientada, bem como o direito de legação activo e passivo.

Quanto à Concordata, Trindade Coelho assinala que o Estado italiano reassume o seu carácter de Estado confessional e os outros cultos existentes serão tolerados em conformidade com as leis. Salaria ainda que esta Concordata, ao contrário das outras, não se limita a matéria eclesiástica, institucional e beneficiária, estendendo-se igualmente à vida e educação religiosa do povo italiano como é por exemplo o facto do ensino religioso nas escolas médias ser fixado de comum acordo entre a Santa Sé e o Estado e o reconhecimento das organizações sob a dependência da Acção Católica. O ministro refere ainda o direito de objecção do Governo italiano quanto às nomeações dos arcebispos e dos bispos, o juramento de fidelidade dos bispos («direito que a Lei das Garantias havia abandonado em virtude da indiferença do poder laico para com a vida religiosa»), a prece dominical pela prosperidade do Rei de Itália e o Estado italiano, a personalidade jurídica dos institutos eclesiásticos, o reconhecimento pelo Estado dos efeitos civis do sacramento do matrimónio católico.

Por fim, é referida a Convenção financeira: o Governo italiano compromete-se a pagar à Santa Sé, a título de indemnização pelas confiscações de outrora, a soma de 750 milhões de liras em dinheiro contado e a de um bilião de liras em Títulos do Consolidado. Trindade Coelho refere que aqui não está incluída a restituição de propriedades pertencentes a congregações religiosas, tesouros de S. Nicolau de Bari, etc. Esta carta de Trindade Coelho termina dizendo: «esta espécie de "cidade da Igreja" com todos os seus serviços públicos dependentes moralmente e juridicamente do Estado italiano, em última análise, equivale – como notava o correspondente do *Temps* no seu telegrama de 14 de Fevereiro – ao estado de

coisas criado pela Lei das Garantias». Quer dizer, «a soberania do Papa – soberania real, visível, material – encontra-se reduzida à sua mais simples expressão». Termina afirmando:

O triunfo do Sr. Mussolini é absoluto. É o triunfo de um Tratado que nada concedeu sobre uma Concordata que mais obedece no fundo aos princípios do imperialismo fascista do que aos da Igreja Católica.

A expressão "Estado da Cidade do Vaticano", genialmente criada pelo Sr. Mussolini, mascara, com aparências reais, uma concepção verdadeiramente fictícia.

Os Acordos de Latrão foram bem recebidos pelas autoridades portuguesas, como o comprova um telegrama do Cardeal Gasparri para o núncio, de Março de 1929, no qual agradece as congratulações do Presidente da República e do Governo português pela solução da Questão Romana e solicita ao representante da Santa Sé que lhes apresente os «vivos agradecimentos [do] Sumo Pontífice» e os «votos de prosperidade cristã [à] nobre nação portuguesa e [ao] seu ilustre chefe enviando de todo o coração a bênção apostólica». Pelos Acordos de Latrão será celebrado um *Te Deum* solene na Sé de Lisboa, estando presentes o Presidente da República, o Presidente do Conselho, o ministro dos Estrangeiros, os ministros da Instrução Pública, das Finanças, da Justiça, etc.<sup>201</sup>. A imprensa traduz o bom acolhimento feito aos Acordos.

### 1.12 A «PORTARIA DOS SINOS»

Pela Portaria nº 6.259, de 26 de Junho de 1929, Mário de Figueiredo, então ministro da Justiça, dispensou de autorização prévia a realização das procissões e autorizou o toque dos sinos antes do nascer e após o pôr-do-sol. Para tanto invocava o artigo 18º do Decreto nº 11.887, que determinava que «o culto público pode realizar-se fora dos lugares a isso habitualmente destinados, nos termos em que se exerce o direito de reunião»<sup>202</sup>. Ora, estando este direito regulado pela Lei de 26 de Julho de 1893, bastava «a simples participação feita pelo ministro da respectiva religião à competente autoridade religiosa». Já no que diz respeito ao toque dos sinos, o mesmo era permitido a qualquer hora, sem necessidade de autorização

<sup>201</sup> ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona (1580-1940), scatola nº 438, fl. 164. Ver *A União*, Março de 1929, p. 9.

<sup>202</sup> Como se referiu, este Decreto, da responsabilidade de Manuel Rodrigues Júnior, concede personalidade jurídica às corporações e aos institutos encarregados de promover o culto, decreta a restituição de bens que haviam sido confiscados pela Lei da Separação e permite o ensino religioso nas escolas.



ou participação. Invocava-se para o efeito o artigo 2º do Decreto nº 3.856, de 22 de Fevereiro de 1918, de acordo com o qual o «culto público de qualquer religião pode, de harmonia com as leis, exercer-se nos lugares adequados e a qualquer hora, sem dependência de licença da autoridade pública».

Nas notas manuscritas por Mário de Figueiredo sobre os acontecimentos decorrentes da publicação desta portaria, aquele escreve que terá dito no Conselho de Ministros do dia 4 de Julho que não era apenas nestas questões que divergia dos seus colegas de Governo. Enquanto titular da pasta da Justiça pretendia ainda rever o Código do Registo Civil para modificar as disposições referentes à precedência do registo do nascimento e do óbito sobre o baptismo ou enterro religioso. A reacção de alguns dos ministros, que pretendiam a revogação da portaria por ir contra certas disposições da Lei da Separação, acabou por levar à demissão deste ministro. Salazar demite-se também, solidarizando-se com o seu amigo e colega. Mas logo aceita pertencer ao Executivo seguinte<sup>203</sup>. O centro das suas atenções eram as Finanças e não dar corpo às reivindicações católicas.

A «crise dos sinos» parece passar ao largo, quer da Santa Sé, quer do seu representante diplomático sediado em Lisboa. Seja como for, em telegrama expedido de Lisboa para Roma a 9 de Julho de 1929, o núncio dirá: «Ontem formou-se um novo Gabinete constituído por pessoas de carácter conservador, continuando Salazar no Ministério das Finanças». Salientou ainda que para a pasta dos Estrangeiros tinha sido chamado Henrique Trindade Coelho, até então ministro junto do Quirinal<sup>204</sup>.

O que já não escapava ao olhar da Santa Sé era a prioridade que o ministro das Finanças concedia aos assuntos sob a sua tutela, o qual, no entender da Cúria Romana, se esforçava, simultaneamente, por impedir o derrube do regime por via de uma revolução promovida pela banca «judaica-maçónica». O Governo saído da «crise dos sinos», que seria presidido pelo general Ivens Ferraz, era, segundo o próprio Presidente do Ministério teria dito ao núncio, «sólido e ordeiro», sendo a presença de Oliveira Salazar no Ministério uma garantia de «uma política de ordem e de economia». Ivens Ferraz informaria ainda o

---

<sup>203</sup> Atente-se, contudo, que quando se demite, e de acordo com entrevista ao Século, de 7 de Julho de 1929, Oliveira Salazar não exclui a hipótese de vir a integrar um novo executivo: «depende absolutamente da forma como esse Governo for constituído». Ver Rita Almeida de Carvalho e António de Araújo, «A voz dos sinos: o «diário» de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929».

<sup>204</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 22.

representante da Santa Sé de que o novo ministro dos Estrangeiros (Trindade Coelho) entrara para o Ministério «por deferência a Salazar»<sup>205</sup>.

A Igreja Católica portuguesa, por seu turno, preferia esperar pela consolidação política do regime para obter por via legal um reconhecimento das suas reivindicações<sup>206</sup>.

### 1.13 O NOVO CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA

Já em Roma, a 20 de Julho de 1929, o nuncio Beda Cardinale visita o Cardeal Secretário de Estado, dando-lhe notícias quanto à situação em Portugal, perante o que Pacelli<sup>207</sup> se terá manifestado «bastante contente». A 23 foi recebido em audiência pelo Papa, que também se alegrara com a melhoria da situação religiosa em Portugal.

A convicção de que a situação se encaminhava favoravelmente para os católicos não deve ser dissociada da escolha de Cerejeira para substituir Mendes Belo no Patriarcado de Lisboa (Mendes Belo morreu a 5 de Agosto de 1929). Cerejeira fora correligionário de Oliveira Salazar, facto que a Santa Sé valorizava bastante. Num «Parecer sobre a escolha do candidato mais idóneo para o Patriarcado de Lisboa», da autoria do já referido padre António de Maria, os requisitos essenciais ao novo Patriarca deviam ser:

Tacto singular e prudência – se por desgraça faltarem estas duas qualidades, é muito fácil dar qualquer passo em falso com consequências irreparáveis não apenas para o Patriarcado, mas também para toda a Nação;

Este tacto e prudência devem ser animados por um grande espírito de simplicidade cristã. O novo Patriarca deve lidar em Lisboa com homens muito astutos, os quais só se podem dominar com uma arma, débil na aparência mas que é de facto potentíssima, que é a simplicidade que ensinou Jesus Cristo, o qual quer que em tais circunstâncias os prelados estejam no meio da gente de todas as cores.

Pretende-se também suavidade, elegância [buona grazia] e gentileza no trato, acompanhada estas qualidades da energia e força cristã, que se veja mais nos efeitos que no modo de fazer. Sem a primeira qualidade o Patriarca não terá sucesso a ganhar os corações para Cristo; sem a segunda não será capaz de impor o jugo do Senhor a um povo tão indisciplinado pela santíssima causa como aquele de Lisboa;

---

<sup>205</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Nuncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>206</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 36-70.

<sup>207</sup> Eugenio Pacelli (1876-1958) – nascido em Roma de uma ilustre, foi ordenado padre em 1899, pró-secretário e secretário da Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários (1912 e 1914). Ordenado bispo em 1917, foi nuncio apostólico na Alemanha. Elevado a cardinal em 1929, a partir de 1930 exerceu as funções de Cardeal Secretário de Estado da Santa Sé. Em 1939 foi eleito papa.

Grande zelo pela saúde espiritual de todos, independentemente da sua cor política;

Que o novo Patriarca não seja militante em questões políticas e se esforce para afastar o seu clero desta associação, a qual não serve senão para dividir o clero e o povo e por conseguinte fragilizar a sua acção<sup>208</sup>.

O padre António Maria termina dizendo: «Se a Santa Sé encontrar um prelado com estas qualidades [...] certamente fará um grandíssimo bem não só ao Patriarcado mas a todo o Portugal, não só à Igreja mas também ao Estado»<sup>209</sup>:

Num trecho do parecer dedicado aos «bispos que lhe parecem mais idóneos», o sacerdote manifesta-se claramente a favor o Arcebispo de Mitilene, vigário capitular de Lisboa, seguido do Arcebispo de Évora, dizendo que «é destes dois dos quais mais se fala». Depois nomeia o de Braga, o de Leiria e o de Portalegre. Mas a sua preferência vai indiscutivelmente para o primeiro que, embora jovem, se licenciou e foi «distintíssimo professor da Universidade de Coimbra, e soube com a sua piedade e o seu zelo obter em pouco tempo o coração de todos os católicos de Lisboa. Esta veneração vem-lhe não apenas do clero e do povo, mas também do governo da República». Quanto ao Arcebispo de Évora, sendo «um prelado muito douto, valente orador e [que] tem governado muito bem a sua diocese», há «quem o ache excessivamente prudente e indeciso» quando é preciso tomar decisões. Muitos acham-no demasiado íntimo do clero de Lisboa mas, no entender do padre franciscano, essa circunstância «pode também concorrer para o seu êxito como Patriarca». E diz ainda que este último deve ser o que mais agradará «a diversos monsenhores e prelados romanos, seus condiscípulos e amigos». A seguir refere o bispo de Portalegre, que segundo o padre António de Santa Maria se dizia ser o candidato predilecto de Augusto de Castro, ministro de Portugal na Santa Sé, e de alguns monárquicos de Lisboa. Mas, tendo sido confessor da rainha D. Amélia e preceptor religioso dos seus dois filhos, parecia considerar imprudente nomeá-lo Patriarca, pois podia transformar-se num instrumento político dos monárquicos<sup>210</sup>.

---

<sup>208</sup> «Parere sulla scelta del candidato più idóneo al Patriarcato di Lisbona», documento da autoria do padre António de Santa Maria, ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 367 P.O., fasc. 110, fl. 14 e ss.

<sup>209</sup> «Parere sulla scelta del candidato più idóneo al Patriarcato di Lisbona», documento da autoria do padre António de Santa Maria, ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 367 P.O., fasc. 110, fl. 14 e ss.

<sup>210</sup> «Parere sulla scelta del candidato più idóneo al Patriarcato di Lisbona», documento da autoria do padre António de Santa Maria, ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 367 P.O., fasc. 110, fl. 14 e ss.

Num apontamento de uma conversa havida entre um membro da Secretaria de Estado teve e monsenhor Dias, bispo de Beja<sup>211</sup>, em 25 de Setembro de 1929, este terá dito que os mais indicados para o cargo eram o Arcebispo de Évora, o Arcebispo de Mitilene e o Arcebispo de Braga. Segundo o prelado, o bispo de Braga é um óptimo candidato: embora com 68 anos está ainda válido. Cerejeira é óptimo sob todos os pontos de vista, «cultíssimo, zelosíssimo, e ao qual todos querem bem (começando pelo cónego Manuel Anaquim<sup>212</sup>) e todos esperam vê-lo como Patriarca»; «nunca foi pároco e deixou a Universidade de Coimbra há apenas um ano»; «a estima pelo jovem prelado é já grande». Quanto ao prelado de Évora considera-o o mais capaz pela sua valentia e pelos seus dotes singulares de organização da Acção Católica. Mas, segundo o bispo de Beja, se «o Governo até há poucos meses era indiferente, agora espera que seja escolhido Monsenhor Cerejeira; que, naturalmente, é de todos os três o melhor aceite na esfera governativa»<sup>213</sup>.

Num relatório do nuncio, datado de 27 de Outubro de 1929, este considerava que ao novo Patriarca caberia um conjunto de actividades da maior importância: reforma do seminário, reforma do clero existe, reorganização da vida paroquial, estabelecimento de missões ambulantes que ao domingo prestassem assistência religiosa à diocese; promoção da assistência religiosa da juventude masculina e feminina. Ora, sendo o trabalho do novo Patriarca «complexo e assaz difícil», o mesmo requeria qualidades não comuns: «homem de vida interior e de grande piedade, firme na exigência da disciplina, mas prudente tendo em conta as circunstâncias especiais e os elementos decadentes com os quais deve tratar; zeloso na administração, capacidade para reformar o seminário e dar formação cristã à juventude, ter elevado prestígio intelectual». Beda Cardinale considera finalmente que «seria de grandíssima utilidade para a Igreja que a escolha do futuro Patriarca recaísse sobre um candidato contra o

---

<sup>211</sup> Trata-se de D. José do Patrocínio Dias (1884-1964) – Nasceu na Covilhã, foi aluno do Colégio S. Fiel dos Padres Jesuítas, da Guarda, e da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Ordenado padre em 1907, foi nomeado bispo de Beja em 1921. Sob a sua égide é erecta e inaugurada a Catedral de Beja (1925 e 1937). No dia 13 de Outubro de 1940 inaugura o novo Seminário Diocesano de Beja. Morre a 24 de Outubro de 1965. É conhecido como o Bispo soldado por ter sido nomeado capelão do Corpo Expedicionário Português na Primeira Grande Guerra.

<sup>212</sup> Manuel Anaquim (1871-1939) – Deão da Sé de Lisboa e vigário-geral do Patriarcado de Lisboa (1923). Ordenado sacerdote em 1894, fundou o *Notícias da Covilhã* (1913-1922), foi Superior do Colégio das Missões Ultramarinas (1910-1911) e assistente eclesiástico da Associação Católica Internacional da Obra de Protecção às Raparigas (1926).

<sup>213</sup> «Parere sulla scelta del candidato più idóneo al Patriarcato di Lisbona», documento da autoria do padre António de Santa Maria, ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 367 P.O., fasc. 110, fl. 14 e ss.

<sup>213</sup> Vigário geral do Patriarcado de Lisboa em 1925.

qual não houvesse hostilidade da parte do Governo», aspecto relativamente ao qual, ao que constava, o Governo estava muito preocupado<sup>214</sup>.

Dadas as condições particulares do Patriarcado, o núncio entende, tal como o frei António Correia de Santa Maria, que os candidatos mais indicados são os arcebispos de Mitilene e de Évora, com preferência pelo primeiro: «segundo o meu humilde parecer o mais idóneo seria Cerejeira»<sup>215</sup>. Quanto a este, enumera várias das suas qualidades, entre as quais a capacidade de organizar a juventude e o prestígio que lhe advém do facto de ter sido professor em Coimbra, função das mais apreciadas em Portugal e que para a «opinião pública comum é sinónimo de cientista». Este aspecto em particular dar-lhe-á maior influência junto do Governo, dos intelectuais e da juventude estudante. Depois, considera-o um *homo novus*, afastado das competições partidárias e, como tal, «bem aceite pelas diferentes categorias de pessoas».

Quanto ao arcebispo de Évora, Manuel da Conceição Santos, informa que este era considerado «pelos elementos do Governo e por muito outros como um político e um intriguista. Para essa fama contribuíram desgraçadamente várias coisas, de que não tem toda a responsabilidade, e sobretudo a última crise ministerial que foi muito grave e que podia criar muitas dificuldades, crise que involuntariamente foi provocada por Monsenhor Arcebispo com uma interpelação ao ministro da Justiça». O núncio está a referir-se à «crise dos sinos», que terá criado ao prelado de Évora uma forte antipatia no Governo e nos meios políticos em geral. Beda Cardinale transmite ainda à Secretaria de Estado que um ministro lhe havia dito confidencialmente que num dos últimos Conselhos de ministros, «o Presidente da República, mostrando-se preocupado com a vacatura da sede patriarcal, disse: “Nada pode fazer o Governo num ou noutro sentido; mas eu considerarei uma calamidade a nomeação do Arcebispo de Évora”»<sup>216</sup>. Por último, insiste Beda Cardinale, o Governo lamenta que o regime de separação não lhe permita «alguma interferência na dita nomeação», esperando que a escolha não recaia sobre o Arcebispo de Évora, considerado «um perigo para a harmonia e para as boas relações entre o poder público e a autoridade religiosa»<sup>217</sup>.

Ora, o novo ministro de Portugal na Santa Sé, ao apresentar as suas credenciais à Secretaria de Estado, terá sugerido que se tivesse em conta, quanto à provisão do Patriarcado de Lisboa, «o mérito do Arcebispo de Mitilene e a dificuldade que Arcebispo de Évora teve

---

<sup>214</sup> Relatório do Núncio nº 661, 27 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, pos. 367, fasc. 110, fl.60-68.

<sup>215</sup> Relatório do Núncio nº 661, 27 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, pos. 367, fasc. 110, fl. 69.

<sup>216</sup> Relatório do Núncio nº 661, 27 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, pos. 367, fasc. 110, fl. 70.

<sup>217</sup> Relatório do Núncio nº 661, 27 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, pos. 367, fasc. 110, fl.71-72.

com o Governo por causa da questão dos sinos», acentuando o desejo do Governo de ser «persona di equilibrio»<sup>218</sup>. Esse ministro era Trindade Coelho. Abandonara a pasta dos Estrangeiros<sup>219</sup> e fora, entretanto, nomeado ministro de Portugal junto da Santa Sé. Mais tarde, o mesmo Trindade Coelho chega a sugerir ao Cardeal Secretário de Estado que o núncio designasse um conjunto de candidatos para que o Governo se pronunciasse sobre qual é que mais lhe agradava<sup>220</sup>.

A 8 de Novembro de 1929, o núncio avistou-se com o ministro dos Estrangeiros, o qual manifestou a surpresa do Governo por aquilo que se publicara nos jornais a respeito da nomeação do novo Patriarca: que o Governo desejava que o representante junto da Santa Sé fosse encarregado de nomear os candidatos. O núncio retorquiu que a notícia não tinha qualquer fundamento porque a Santa Sé não tinha tomado nenhuma decisão sobre o assunto. O ministro «depois de um longo preâmbulo no qual afirmou que o Governo queria continuar a ter com a Santa Sé a boa relação existente», mas que para a manter era necessário ter sentido de Estado, mantendo-se «independente na sua esfera de acção» e evitando «tudo o que pudesse ameaçar essa boa harmonia», declarou que o Governo não pretendia escolher o Patriarca, o que cabia exclusivamente à Santa Sé; mas que, no interesse da Igreja e do Estado, exprimia o desejo de que «a escolha do Patriarca recaísse sobre um bispo que pela sua acção no passado e pelo seu comportamento não pudesse fazer nascer a suspeição ou realmente fosse comprometido politicamente». O Governo aceitaria qualquer um, mas um candidato que não fosse favorável à manutenção da concórdia suscitaria diferendos e daria logo origem a discussão; e as consequências seriam imprevisíveis. O núncio assegurava-lhe pelo seu lado que «a Santa Sé não tinha outro desejo que não o bem de Portugal na nomeação do novo Patriarca; que se procurava sempre escolher a pessoa que melhor correspondesse às necessidades dos países e das circunstâncias». Durante a conversa o ministro e o núncio falaram ainda do «carácter impulsivo e pouco prudente» de Trindade Coelho<sup>221</sup>.

---

<sup>218</sup> Telegrama da Secretaria de Estado enviado ao núncio, em Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 367 P.O., fasc. 110, fl. 46.

<sup>219</sup> Trindade Coelho foi substituído por Jaime da Fonseca Monteiro, que foi ministro dos Estrangeiros de 11 de Setembro de 1929 a 21 de Janeiro de 1930. O núncio, na audiência que com ele teve, embora o tenha achado gentil, não chegou a perceber «quais os seus sentimentos em relação à Igreja», embora lhe conste que provém da Esquerda, com a finalidade de «tingir um Governo excessivamente conservador». Relatório do Núncio nº 642, 6 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 38.

<sup>220</sup> Esta informação consta de um relatório do Núncio (nº 704), datado de 27 de Novembro de 1929. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 367 P.O., fasc. 110, fl. 82.

<sup>221</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

Também Teixeira de Sampaio, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, informou confidencialmente o núncio, a 15 de Novembro de 1929, que não era verdade que o Governo pretendesse que o representante junto da Santa Sé fosse encarregado de nomear os candidatos<sup>222</sup>. No dia seguinte, aquele alto funcionário do Ministério dos Estrangeiros mostrará ao núncio, da parte do ministro dos Estrangeiros, «a instrução enviada a Trindade Coelho, na qual, reconhecendo a absoluta liberdade da Santa Sé na nomeação do Patriarca de Lisboa, o governo encarregava o ministro de fazer conhecer à Santa Sé o desejo – sem indicar nomes – de que não fosse nomeado um bispo que estivesse comprometido com a política interna da nação». Teixeira de Sampaio mostrará ainda uma carta de Trindade Coelho que, em «em vez de cumprir as instruções do Governo, e lhe pedir autorização, de sua iniciativa insinuava ao Cardeal Secretário de Estado que mandasse o núncio em Lisboa fazer uma lista de candidatos, para que o Governo declarasse quais os menos comprometidos politicamente», tendo o Cardeal ficado de falar ao Papa<sup>223</sup>.

A 19 de Novembro de 1929 chegava a Portugal o anúncio da nomeação do Arcebispo de Mitilene para Patriarca de Lisboa, o que representante da Santa Sé se apressou a comunicar a Gonçalves Cerejeira; nas suas próprias palavras, o encontro «foi muito comovente». No dia 20 de Novembro de 1929 o núncio recebeu a visita do ministro da Justiça, Luís Maria Lopes da Fonseca, que o felicitou pela nomeação do Patriarca<sup>224</sup>. No dia seguinte foi visitado pelo ministro dos Estrangeiros que lhe pediu para informar a Santa Sé que a proposta de realização de uma lista de candidatos fora da exclusiva iniciativa de Trindade Coelho e que o Governo a «deplorava». Depois, referiu-se à visita do ministro da Justiça, tendo o núncio declarado «logo que [este] tinha vindo à Nunciatura exprimir os seus desejos pessoais e não falou em nome do Governo»<sup>225</sup>. Trata-se do mesmo ministro que já antes Beda Cardinale considerara «um bom católico»<sup>226</sup>. Não deixa de ser curioso o que afirma Ivens Ferraz acerca de Lopes da

---

<sup>222</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>223</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>224</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>225</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>226</sup> Relatório nº 692, do Núncio a Pietro Gasparri, 22 de Novembro de 1929. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. s/nº.

Fonseca: «grande apoiante de Salazar na luta contra o grupo republicano no Ministério presidido por Ivens Ferraz»<sup>227</sup>.

Numa carta de 27 de Novembro de 1929, o núncio explica ao Cardeal Secretário de Estado que a *démarche* de Trindade Coelho era absolutamente estranha ao Governo e que o ministro dos Estrangeiros mostrara o seu desagrado, porquanto esta iniciativa estava «em contradição com a disciplina do Governo, o qual se tinha limitado a exprimir o desejo de que a nomeação do novo Patriarca não recaísse sobre um indivíduo comprometido politicamente; mas que propositadamente, como era seu dever, se absteria de apresentar nomes, bem sabendo que a nomeação dos bispos era da exclusiva competência do Sumo Pontífice». Acrescentou ainda a satisfação do Governo pela nomeação de Cerejeira, aludindo à promoção do Patriarca ao cardinalato e à imposição do barrete cardinalício. O núncio terá esclarecido o ministro de que, «salvo especiais privilégios concedidos pela Santa Sé a alguns governos, a imposição do barrete é feita pelo Papa»<sup>228</sup>.

Na mesma data, o núncio diz a Pietro Gasparri que a nomeação do novo Patriarca fora recebida com «satisfação geral», suscitando mesmo «um verdadeiro plebiscito de entusiasmo». O que atesta com o facto do Presidente da República, o Governo, o corpo diplomático, um rol imenso de pessoas de todas as classes e condições sociais ter ido apresentar ao recém-eleito Patriarca as suas felicitações de forma calorosa e assente em grande sinceridade». Durante cinco dias consecutivos, Cerejeira praticamente limitou-se a receber pessoas, «interrompendo as audiências apenas domingo passado para se recolher num retiro espiritual»<sup>229</sup>.

A 14 Dezembro de 1929, o ministro dos Estrangeiros manifestou ao núncio o desejo do Governo de participar na festa que se celebra em Roma pelo jubileu do Papa, conferindo para este efeito ao representante de Portugal na Santa Sé as credenciais de embaixador extraordinário. Neste encontro, o ministro informou o núncio que tinha proposto ao Presidente da República que fosse concedida ao representante da Santa Sé a Grã-Cruz de Cristo, para

---

<sup>227</sup> Ivens Ferraz, *A ascensão de Salazar: memórias de Ivens Ferraz*. Lisboa: O Jornal, 1988, p. 84. Ivens Ferraz foi Presidente do Ministério de 7 de Julho de 1929 a 10 de Janeiro de 1930.

<sup>228</sup> Carta nº 703 sobre conversa com o ministro dos Negócios Estrangeiros. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 367, fasc. 110, fl. 78-19

<sup>229</sup> Carta nº 704 sobre nomeação do novo Patriarca. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 367, fasc. 110, fl. 78-19



deste modo «honrar o papa no seu representante e dar ao núncio uma prova de profunda estima». Esta viria, de facto, a ser atribuída ao núncio a 21 desse mês<sup>230</sup>.

#### **1.14 UM PEQUENO INCIDENTE A PROPÓSITO DE UM PEDIDO DE AMNISTIA**

A 11 de Outubro de 1930 o núncio visita o Cardeal Patriarca o qual lhe comunicou a recusa do Presidente da República quanto ao seu pedido de amnistia<sup>231</sup>. A ideia surgira numa reunião do episcopado português para assinalar o 20º aniversário da República. O pedido de amnistia visava «demonstrar claramente que a Igreja nem abraçou a causa da ditadura, nem é guiada pela fobia contra os velhos parlamentares que são os principais inimigos da ditadura». Ora, o Presidente da República recusou o pedido, alegando que as circunstâncias políticas não o permitiam dado o recrudescimento da agitação revolucionária, imputado aos mesmos partidos a que pertenciam aqueles para quem o Patriarca solicitava a amnistia. O gesto não foi assim bem recebido pela Ditadura, considerando que «causava embaraço à obra do católico ministro das finanças, Dr. Salazar», acabando por só agradar «aos oponentes da Ditadura». O núncio considerou que a culpa desta crise foi do cônego Anaquim, vigário geral do Patriarcado, a quem Cerejeira tinha encarregado de entregar pessoalmente a carta ao Presidente da República. Anaquim terá pedido autorização ao Presidente da República para entregar cópias a algumas personalidades políticas e «segundo alguns o presidente terá anuído; segundo outros o Presidente da República não terá dado expressamente a autorização. O facto é que Monsenhor Anaquim distribuiu logo após a audiência algumas cópias da carta do Patriarca, e uma foi-me comunicada também a mim». O representante da Santa Sé irá informar Eugénio Pacelli, 16 de Outubro de 1930, sobre esta diligência<sup>232</sup>.

---

<sup>230</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>231</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>232</sup> Relatório nº 1287 do Núncio a Eugénio Pacelli. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fl. 57-59.

### 1.15 CADA VEZ MAIS PRÓXIMOS

A 16 de Junho de 1927 é publicado o Decreto nº 13.791, que determinava que o regime geral das escolas primárias tenderia a ser, progressivamente, o da separação de sexos. A 15 de Fevereiro de 1928 é promulgado o Decreto nº 15.032, que já estabelecia a obrigatoriedade do regime da separação dos sexos no ensino primário. Estas medidas agradavam, naturalmente, à Santa Sé.

Os altos dignitários do Governo português continuavam a participar nas cerimónias organizadas pela Igreja Católica. Assim, em Março de 1927, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Armando Humberto da Gama Ochôa, participou na sessão académica de comemoração do quinto aniversário da eleição do Papa Pio XI e, segundo o nuncio, «acentuou com excelentes palavras as boas relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, que são a mais segura garantia de um futuro melhor»<sup>233</sup>. Na mesma ocasião, o nuncio apostólico ofereceu um banquete ao Presidente da República.

Por morte de sua mãe, o nuncio desloca-se a Roma, sendo recebido por Pacelli a 20 de Maio de 1930. O Cardeal Secretário de Estado foi então informado sobre a situação política e religiosa de Portugal e terá ficado «muito contente». Neste mesmo período, numa audiência com o Papa, a 26 de Maio de 1930, este, a «título particularíssimo», encarregou-o de convidar os bispos portugueses «a apoiar e a propagar a Acção Católica», dada «a sua grandíssima importância e absoluta necessidade», uma vez que «estamos no tempo do renascido paganismo; e não obstante a obra do clero, é necessário que seja coadjuvado pelo laicado, pela juventude masculina e feminina»<sup>234</sup>.

A 25 Fevereiro de 1931, o nuncio foi recebido pelo Presidente da República para conversarem sobre a participação deste num banquete na Nunciatura. Nessa conversa, o chefe de Estado ter-se-á manifestado preocupado com a propaganda bolchevique, embora optimista quanto à situação interna de Portugal.

A 3 de Setembro 1931, Beda Cardinale foi recebido pelo Papa, felicitando-o pela solução do conflito com o Governo italiano sobre Acção Católica. A este respeito o Papa terá dito ao nuncio que «o Duce tinha querido mudar o nome à Acção Católica; mas o Santo Padre

---

<sup>233</sup> Relatório nº 1983, de Nicotra a Pietro Gasparri, Lisboa, 26 de Março de 1927. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 352 P.O., fasc. 75, fl. 4-5.

<sup>234</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Nuncio na Argentina e em Portugal. Diário de Beda Cardinale enquanto Nuncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

declarou que não podia ser tratando-se de uma denominação conhecida no mundo inteiro». Sua Santidade está convencido que «o conflito e a solução encontrada reforçaram a Acção Católica não só em Itália como em todo o mundo». Quanto a Portugal, o Papa não está muito tranquilo porque «julga ver ali o germe da inquietude e de futuras perturbações». Relativamente ao Centro Católico e à Acção Católica, Pio XI dirá ao núncio que os dois «devem ser absolutamente separados», sendo incontornável que o Centro se ocupe de política. Por esta razão tem de estar separado da Acção Católica, a qual «deve estar fora e acima da política». Encarregou o núncio de transmitir estas considerações aos bispos portugueses<sup>235</sup>.

A 23 de Janeiro de 1932, o núncio convida o Presidente da República a assistir ao almoço que dará na Nunciatura pelo aniversário da coroação do Santo Padre. Achou o Chefe de Estado preocupado e pessimista quanto à situação internacional, sobretudo com a Espanha, onde parecia estar a acontecer o mesmo que ocorrera em Portugal depois da morte de D. Carlos: a um «governo de acalmação» sucedeu a República. O Presidente da República disse-lhe estar «persuadido que um grupo de audazes se imporá na Espanha, como em Portugal, como em Portugal haverá um grupo similar chamado a “formiga branca”»<sup>236</sup>.

A 13 Maio de 1932, o núncio participa nas cerimónias no santuário de Fátima, anotando que ao mesmo tempo que desfilava a procissão com a estátua de Nossa Senhora «alguns aviões militares estavam sobre o Santuário». A 28 Maio de 1932, o representante da Santa Sé foi ao Palácio de Belém para assinar, em nome do corpo diplomático, o álbum comemorativo do aniversário da Ditadura. Nesse dia foi publicado nos jornais o projecto de uma nova Constituição política.

Num relatório de 14 de Julho de 1932 sobre o primeiro Governo presidido por Oliveira Salazar, o núncio informa Pacelli que nele continuará o ministro da Instrução, Gustavo Cordeiro Ramos, «excelente católico, que muito bem fez à Igreja». O novo ministro dos Negócios Estrangeiros, César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches<sup>237</sup>, é também, segundo o núncio, católico praticante, tendo-se já manifestado a favor da elevação à categoria de embaixada da legação portuguesa junto do Vaticano. Quanto aos outros ministros apontará as suas capacidades técnicas e a estima com que a opinião pública os acolheu. Em jeito de

---

<sup>235</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>236</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>237</sup> César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches (1855-1955) – Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Diplomata, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de 5 de Julho de 1932 a 11 de Abril de 1933. Católico e monárquico, consta que tinha relações difíceis com o secretário-geral do Ministério, Luís Teixeira de Sampaio.

síntese, dirá que «a impressão que dá é que é um governo forte, com um programa bem definido e decidido a actuar» e que a situação do país é calma. O núncio regozija-se porque «considerando a personalidade do Dr. Salazar, as suas convicções religiosas, a sua força de vontade, parece-me legítimo esperar boas esperanças para a Igreja»<sup>238</sup>. A resposta da Santa Sé a este ofício é no sentido de que, em face do exposto, a Igreja e o seu episcopado tudo façam para «obter na redacção da nova Constituição e noutras ocasiões todas as vantagens para a Igreja»<sup>239</sup>.

A 30 Julho de 1932 o núncio foi visitar o novo ministro dos Estrangeiros, César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches, que não só lhe afirmou «francamente a sua fé católica», como disse que não hesitaria em sacrificar-se para a salvar. O ministro disse ainda a Beda Cardinale «que o povo português é profundamente católico, e que toda a tradição que fez Portugal grande é católica», afirmando a necessidade de «retornar a esta tradição, para que Portugal possa reconquistar a sua grandeza». O ministro falou ainda no desejo de elevar a embaixada a legação de Portugal junto do Vaticano<sup>240</sup>.

Este clima de boas relações vai-se prolongando no tempo. Assim, a 2 Setembro de 1932, o mesmo ministro declarou ao núncio que «Governo não oporia dificuldade a que os padres de Monforte abram uma casa em Portugal para o recrutamento de pessoal para as missões em Moçambique»<sup>241</sup>. No mês de Setembro Beda Cardinale está em Roma e, quando visita o Secretário de Estado, a 7 Novembro de 1932, este mostra-se satisfeito com o que o núncio lhe diz sobre Portugal. No dia seguinte Monsenhor Pizzardo<sup>242</sup> também manifestou contentamento relativamente às coisas de Portugal (missões e situação política). Pizzardo falou ao núncio no projecto de desmembramento da arquidiocese de Bombaim, mas aceitou a recomendação do núncio de nada fazer que pudesse criar dificuldades ao Governo português. A 14 Novembro 1932 o núncio é recebido pelo Santo Padre que se mostrou muito satisfeito com a exposição que lhe fez sobre a situação religiosa em Portugal. Dias depois, a 21, visitou

---

<sup>238</sup> Relatório nº 2234. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 16.

<sup>239</sup> Documento nº 2217/32. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 16.

<sup>240</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154. No relatório nº 2263 do Núncio a Pacelli, de 4 Agosto de 1932, repete o que escrevera no diário. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 19-20,

<sup>241</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>242</sup> Giuseppe Pizzardo (1877-1970) – começou a colaborar com a Secretaria de Estado do Vaticano em 1908. Na Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinário, foi subsecretário (1920), substituto (1921) e Secretário (1929). Elevado ao cardinalato em 1937, foi ainda perfeito da Congregação para os Seminários e as Universidades (1939-1968) e secretário do Santo Ofício (1951-1959).

Monsenhor Colonna da Secretaria de Estado<sup>243</sup>, o qual, por instrução de Monsenhor Pizzardo, o informou sobre o projecto de dividir a arquidiocese de Bombaim.

---

<sup>243</sup> Monsenhor Colonna era membro da Secretaria de Estado e dirigiu a Congregação Mariana de Santo André no Quirinal.



## 2 O ESTADO NOVO E A IGREJA CATÓLICA ATÉ À CONCORDATA DE 1940

Salazar torna-se Presidente do Conselho a 4 de Julho de 1932. Nada do que acontece a seguir indicia uma vontade de alterar o quadro legal herdado da Ditadura Militar em matéria de relações entre o Estado e a Igreja.

Como ministro da Justiça desse seu primeiro Governo é escolhido Manuel Rodrigues Júnior, que tinha fama de «esquerdista» nos meios católicos. Assim o diz Joaquim Dinis da Fonseca<sup>244</sup>, reputado dirigente católico, numa carta que dirige a Salazar, opondo-se à nomeação de Manuel Rodrigues. Amigo íntimo do Presidente do Conselho, segundo testemunha Marcelo Caetano, Oliveira Salazar ter-lhe-á dito «certo dia que considerava ao tempo [1927] o Dr. Joaquim Dinis da Fonseca o seu chefe político»<sup>245</sup>. Não admira assim que nessa missiva se mostre suprendido por ter sabido da nomeação de Manuel Rodrigues pelos jornais, «como toda a gente». Percebe as razões que levaram o novo chefe do Governo a escolher os seus colaboradores não só pela «aptidão para o trabalho a realizar», mas também para «avermelhar» a sua equipa, e assim minimizar «o susto» do seu «reaccionarismo». Simplesmente, pensa que a nomeação de Rodrigues representa «um agravo» para os católicos, com os quais entrara em «guerra aberta» quando sobraçara a pasta da Justiça<sup>246</sup>. Dinis da Fonseca considera, assim, que «da cor do Manuel Rodrigues seria fácil escolher qualquer outro de quem não existissem ofensas». Quase que em tom de ameaça, diz a Salazar que, se «em certos sectores católicos» era já pouco o entusiasmo, não estranhasse que esta atitude lançasse em «todos eles uma frieza glacial». Acusa, por fim, o Presidente do Conselho de ter perdido a sua «própria sensibilidade de católico que se sentiu ferida como a nossa com os agravos do M. R. [Manuel Rodrigues]»<sup>247</sup>.

---

<sup>244</sup> Joaquim Dinis da Fonseca (1887-1958) – licenciou-se em 1917 na Universidade de Coimbra e foi advogado na Figueira da Foz, no Porto e na Guarda. Militante no Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) e no Centro Católico e deputado em 1922-1925 e 1925-1926. Foi também deputado no Estado Novo de 1935 a 1947. No pós-guerra foi membro Junta Consultiva da União Nacional. Exerceu os cargos de vogal da comissão de reforma da legislação aduaneira (1936-1939), de subsecretário de Estado da Assistência Social (1940-1944) e das Finanças (1944-1950). Chegou a presidir à Junta de Crédito Público (1927-1957) e à Companhia de Diamantes de Angola. Colaborou no jornal *A Palavra* (Porto), no *Imparcial* (jornal de apoio ao golpe de 1926), no *Liberdade* (Porto), no *A Guarda*, no *Debate* (Porto). Foi redactor do *Novidades* a partir de 1923, onde escreveu, até 1941, muitos dos seus editoriais. Participou no I Congresso da Imprensa Católica em 1930.

<sup>245</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, 3ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, p. 33.

<sup>246</sup> Manuel Rodrigues foi ministro da Justiça de 3 de Junho de 1926 a 11 de Abril de 1928. Voltaria a ser o titular desta pasta em 1932 onde permaneceria até à remodelação ministerial que se sucederia à assinatura da Concordata, em 1940.

<sup>247</sup> ANTT, AOS/CO/PC-3F (pt. 2, fl. 21-26). Pela sua relevância, transcreve-se esta missiva na íntegra: Meu Caro Salazar

A animosidade dos católicos relativamente ao ministro Manuel Rodrigues é também atestada numa outra carta enviada a Salazar por Carlos Bessa Tavares<sup>248</sup>, datada de 6 de Outubro de 1943:

O Sr. Dr. Salazar forma governo. Leva como ministros Manuel Rodrigues e Mesquita Guimarães. Irritam-se os ânimos nacionalistas e ameaçam revolta. Se não eram os nacionalistas eram pelo menos 90% dos revolucionários do 28 de Maio. Calmamente o Sr. Doutor Salazar decide tomar posse, mesmo contra a revolta. [...]

Eis o que se passou. Nos meios do 28 de Maio não se toleravam os dois nomes. Um por ter apadrinhado contra si e contra o Mário, a crise dos sinos<sup>249</sup>. Outro por tratá-lo a si, em oratória quase pública, de sacristão e jesuíta<sup>250</sup>.

---

É a hora de te apresentar os parabéns pela chefia do Governo que assumiste e de te pôr ao corrente da impressão que ele causou nos meios católicos, porque não me ficaria bem a mim que ela viesse a chegar-te por portas travessas antes de te a transmitir eu próprio com a lealdade que a amizade impõe. Preferia falar-te a escrever, mas convenci-me que, além da justificação dos teus afazeres e doença, te não era agradável que os elementos com responsabilidades católicas te fizessem visitas e por isso tenho renunciado ao prazer de te procurar, o que aliás fazia, além da amizade que a isso me impelia, pela vantagem que das tuas conversas tirava para a defesa das tuas próprias intenções políticas, junto dos que à minha volta as malsinassem. Não encontrando razões pessoais do afastamento filiei-o na campanha insistente dos integralistas contra os elementos católicos que sabiam mais da tua intimidade e a quem acusam de responsáveis pela orientação que lhes desagrada. Afastando esses elementos, a campanha perderia as aparências de razão, já que razão nunca tivera. Convencido de que seria o teu modo de ver – à falta de melhor explicação – conformei-me pessoalmente com ele.

Desta falta de contacto resultou que recebi como toda a gente, pelos jornais, a notícia da escolha dos teus novos colaboradores. O critério que a ela presidiu suponho ter sido o da aptidão para o trabalho a realizar e o da cor avermelhar que tirasse o susto do teu reacionarismo. Julgo o critério defensável, apesar do combate que suscitou nas hostes do [hitlerismo?] nacional. Guiado por ele escolheste para a justiça o Dr. M. R. sem atender porém aos melindres que esta escolha suscitava, desde que já haja sobraçado a pasta e dela saíra em guerra aberta com os Prelados, com as Novidades e com os Católicos.

Nenhum presidente do Governo poderia escolhê-lo sem que isso representasse para os católicos um agravo.

Perdeu este significado sendo escolhido por ti?

Dirás que estavas farto de rótulos católicos. Convenho; mas da cor do Manuel Rodrigues seria fácil escolher qualquer outro de quem não existissem ofensas.

Dirás que tomou compromissos, e razões políticas te levaram a preferi-lo. Mas dado que assim fosse, não te mereciam os católicos uma palavra de explicação? Por tua causa e da ditadura somos o bode expiatório dos políticos, o bode expiatório dos integralistas e como paga merecemos ser tratados de resto por ti mesmo?

Se tinhas já pouco entusiasmo em certos sectores católicos não podes estranhar que a tua atitude lance em todos eles uma frieza glacial. Parece-me impossível como pudeste esquecer-te do agravo que para a sensibilidade católica representava, depois do que se passara, a entrada de M. R. para a Justiça; e, deixa-me ser franco até ao fim, sinto dolorosamente que a tua atitude denuncia uma certa perda da tua própria sensibilidade de católico que se sentiu ferida como a nossa com os agravos do M. R.

A preocupação exclusiva de aspecto político e financeiro levou-te a sacrificar e a esquecer todos os justos melindres católicos.

Debalde lutou a minha razão e a minha amizade para desculpar a tua atitude; no fundo, a minha própria sensibilidade assegurava-me que desta vez os queixosos tinham razão, mas se em teu entender vires que somos todos nós que perdemos o senso prático da política não tomes esta carta em maior conta do que a de um desabafo de amigo que ao escrevê-lo procura ainda uma forma de ser-te útil e que só deseja possas triunfar e contigo o país da tua nova e ingente tarefa e te abraça com a amizade de sempre.

J. Dinis da Fonseca».

<sup>248</sup> Carlos Bessa Tavares (1899-?) – monárquico e católico, apoiou o 28 de Maio de 1926. Licenciado em Direito foi nomeado administrador da Caixa Geral de Depósitos a 20 de Abril de 1929. Em 1943 emigra para o Brasil.

<sup>249</sup> Trata-se de Mesquita Guimarães, à data ministro da Marinha. Ver Rita Almeida de Carvalho e António de Araújo, «A voz dos sinos: o «diário» de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929», p. 473-489.

<sup>250</sup> Por exclusão de partes, refere-se a Manuel Rodrigues Júnior.



Eu apadrinhei calorosamente a escolha do Sr. Dr. Salazar. Expliquei que justamente esses dois podiam encabeçar um movimento capaz de destruir a revolução, à sombra do ideal republicano e liberal. Feitos ministros, nunca mais se ouviria falar deles<sup>251</sup>.

## 2.1 O PENSAMENTO DE SALAZAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A IGREJA

Enquanto Salazar ocupou a pasta das Finanças estabeleceu certas prioridades, que não alteraria depois ao assumir a Presidência do Conselho.

Quando, a 27 de Abril de 1928, António Oliveira Salazar entra para o Governo liderado por Vicente de Freitas dirá aos católicos que esperava que estes fossem os primeiros a fazer os sacrifícios que lhes pedisse e os últimos a pedir os favores que ele não lhes podia fazer<sup>252</sup>. Pouco tempo depois apresenta como a primeira prioridade do Executivo o «equilíbrio das contas públicas»<sup>253</sup>. A definição do regime jurídico das relações entre o Estado e a Igreja Católica não constituía, naquele momento, matéria prioritária. O desenrolar da «crise dos sinos», que atrás descrevemos, atesta-o bem.

A partir desse momento, começam a delinear-se algumas das características que hão-de marcar a sua actuação futura, também no que diz respeito ao regime jurídico da Igreja Católica: afirma que a reorganização constitucional do Estado tem de basear-se num «nacionalismo sólido, prudente, conciliador»<sup>254</sup>; utiliza expressões como «coexistir em paz» e «tranquilidade»<sup>255</sup>; fala ainda num «Estado forte», embora limitado pela moral, pelo direito e pelas garantias e liberdades individuais, e num «sistema educativo [que] tem de ser dominado pelos princípios do dever moral, da liberdade civil e da fraternidade humana»<sup>256</sup>. Ou seja, um

---

<sup>251</sup> ANTT, AOS/CP-263, fl. 64.

<sup>252</sup> *Novidades*, 27 de Abril de 1928.

<sup>253</sup> «Os problemas nacionais e a ordem da sua solução», discurso proferido a 9 de Junho de 1928. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935, p. 17. No mesmo sentido vão as afirmações de Marcelo Caetano: «o mais urgente era o problema financeiro: se se fosse bem sucedido na resolução dele depois se encarariam, a seu tempo, outros». Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 38-39.

<sup>254</sup> «Política de verdade, política de sacrifício, política nacional», discurso proferido na Sala do Conselho de Estado, a 21 de Outubro de 1929, agradecendo a manifestação feita pelas Câmaras Municipais do País. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 37.

<sup>255</sup> «Princípios fundamentais da revolução política», discurso proferido na Sala do Conselho de Estado, a 30 de Julho de 1930, perante o Governo e os representantes de todos os distritos e concelhos do País. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 71.

<sup>256</sup> «Princípios fundamentais da revolução política», discurso proferido na Sala do Conselho de Estado, a 30 de Julho de 1930, perante o Governo e os representantes de todos os distritos e concelhos do País. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 80.

Estado assente na doutrina católica mas que se regerá pela prudência e pela conciliação e pela coexistência pacífica de várias tendências, como se lê num outro discurso: «homens de vários credos, vindos de todos os horizontes do pensamento e da acção, oriundos de todas as classes, puseram de parte as divisões e encontraram «nos princípios fundamentais da *União Nacional*» um terreno comum de colaboração, indispensável para a nova política, a nova administração, a nova economia da Pátria<sup>257</sup>. Dirá ainda que a ditadura não pode fazer maior «uso da violência»<sup>258</sup>, porque «em corpo social tão combalido não podem fazer-se golpes fundos sem grave perigo»<sup>259</sup>. Esta consciência de um «perigo» sempre presente marcará inexoravelmente a sua acção<sup>260</sup>, e acabará por conduzir ao esforço constante para promover equilíbrios entre os vários sectores que o apoiam.

Quando chega a hora de falar explicitamente da Igreja Católica, já como Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, ao discursar perante os corpos dirigentes da União Nacional, a 23 de Novembro de 1932, considera «inconveniente para a marcha da Ditadura» a existência do Centro Católico, que convida a transformar-se num «organismo dedicado à acção social». Não se trata, explicitará, de fazer doutrina ou dar conselhos, mas apenas de dizer o que lhe parece. Sem necessidade de combater o laicismo, uma vez desaparecida «a irreligiosidade positiva» do Estado neutro, que negava as liberdades fundamentais à Igreja, e estando agora a actividade governativa limitada pela moral, o Centro era inconveniente, quer para a marcha da Ditadura, quer para a própria Igreja, a qual se devia cingir a uma acção puramente espiritual, que poderia ser prejudicada por uma «intromissão» na política, fonte de «atritos e desconfianças graves que a prejudicam na sua acção puramente espiritual».

Neste mesmo discurso, afirma claramente que, dado «o condicionalismo social português», é seu propósito manter o regime de separação no que se refere às relações com a Santa Sé sem prejuízo das relações diplomáticas - em seu entender já era tempo da Igreja aceitar a separação - e da Concordata no que respeita ao Padroado Português do Oriente. Apesar de antes ter criticado o chamado «Decreto da personalidade», de 15 de Julho de 1926,

---

<sup>257</sup> «O interesse nacional na política da Ditadura», discurso proferido durante a manifestação de apoio à Ditadura Militar promovida pela União Nacional, a 17 de Maio de 1931. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 116.

<sup>258</sup> «O Exército e a Revolução Nacional», discurso proferido na Sala do Conselho de Estado, a 28 de Maio de 1932, ao agradecer ao Exército, obtidas por subscrição entre a oficialidade de terra e mar. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 142.

<sup>259</sup> «O Exército e a Revolução Nacional», discurso proferido na Sala do Conselho de Estado, a 28 de Maio de 1932, ao agradecer ao Exército, obtidas por subscrição entre a oficialidade de terra e mar. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 143.

<sup>260</sup> Sobre a forma como a ideia de perigo afecta a decisão política, induzindo à prudência, ver Alexander L. George, «The «operational code»: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making», *International Studies Quarterly*, vol. 13, Nº 2 (Jun. 1969), p. 202-205.

o qual conferia personalidade jurídica às organizações da Igreja Católica, Oliveira Salazar considera então que o Governo está inibido «pelas circunstâncias e situações criadas, de reparar, de indemnizar, de restituir, além do que está feito»<sup>261</sup>. Neste discurso fica claro que num futuro acordo entre o Estado e a Santa Sé, dificilmente o Governo português concederia indemnizações patrimoniais e adoptaria um regime confessional. E reforça a sua independência relativamente aos católicos, que afirma terem sido «absolutamente estranhos» à sua entrada no Governo, bem como a «todos» os seus actos políticos. Adiantará que tal «confusão» tem origem nas suas «afinidades e relações de amizade com alguns católicos de prestígio, e é estabelecida com fins já muito conhecidos ...»<sup>262</sup>. Ora, são precisamente esses fins que procurava evitar: embora católico, não queria ser acusado de ser clerical. Não tocando «em nada que pudesse ferir as susceptibilidades dos sectores republicanos», não alienava os apoios políticos necessários para levar avante o seu projecto<sup>263</sup>. Esta demarcação de campos visava igualmente não permitir que a Igreja interferisse nas matérias que cabiam exclusivamente ao Estado.

Contudo, como afirma Cerejeira, era necessário conferir «estabilidade» às «medidas que dão satisfação à consciência católica e asseguram a liberdade da Igreja». Para o Estado Português, por um lado, convinha resolver definitivamente a questão religiosa aberta pela Primeira República, que só seria encerrada quando a Santa Sé «acesse a legislação sobre matéria religiosa ou mista [como a educação e o casamento]» e «as explicações do Estado». Por outro lado, o Estado, já então assumidamente de matriz católica, necessitava da Igreja para pôr em prática a sua doutrina, como bem antevê o Cardeal Patriarca nas suas observações ao Projecto de Concordata<sup>264</sup>. Deste modo, teria «os instrumentos» necessários para combater o «falso liberalismo», o «socialismo», o «comunismo», «o ateísmo», «o materialismo» e «as revoluções»<sup>265</sup>.

---

<sup>261</sup> «As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional», discurso proferido na sala do Conselho de Estado, em 23 de Novembro de 1932, no acto de posse dos corpos directivos da União Nacional, *Discursos, 1928-1934*, p. 173.

<sup>262</sup> *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, pref. de Fernando Rosas, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003, p. 24 (1ª entrevista, Notas à margem do discurso de 23 de Novembro [de 1932]).

<sup>263</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 368.

<sup>264</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 391-400).

<sup>265</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 446-455). Esta ideia da necessidade de regular certas matérias para benefício da Igreja e do Estado consta de um projecto de Lei, de autor não identificado e não datado, no qual se observa: «As estipulações das concordatas, seja qual for a sua extensão, representam a ideia de cooperação do poder temporal do Estado e do poder espiritual da Igreja Católica para os fins superiores que dominam a civilização cristã. Assim havia de ser quando esta mesma se acha perturbada gravemente pelas desordens e perigos mentais, morais, e sociais trazidos pelo falso liberalismo, pelo socialismo, pelo comunismo, pelo ateísmo, pelo materialismo e pelas revoluções e guerras».

A 3 de Junho de 1937, num artigo do *Novidades*, que segundo Ciriaci<sup>266</sup> foi escrito com base nas declarações do Presidente do Conselho, refere-se:

O Estado não se propõe fins confessionais e portanto a religião católica – só esta social e politicamente o poderá ser – não pode ser considerada religião do Estado. Mas não significa que se não possam ou mesmo não devam regular em Concordata com a Santa Sé todas as matérias que interessam simultaneamente ao Estado e à Igreja e que só por mútuo acordo podem de facto considerar-se satisfatoriamente resolvidas. Parece altamente conveniente que a Igreja não tenha uma actividade política a qual tenderá naturalmente a chocar-se com a do Estado em detrimento da paz pública e da tranquilidade das consciências. O melhor caminho para consegui-lo nos tempos que correm é não se imiscuir por seu lado o Estado nos negócios religiosos e garantir à Igreja as liberdades fundamentais de que ela necessita para o exercício do seu ministério e cumprimento da sua missão. Nesta base pode o Estado assegurar-se a independência e liberdade de que precisa, sem ofensa dos direitos e desconhecimento ou menosprezo da Igreja<sup>267</sup>.

## 2.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1933 E O ESTATUTO DA IGREJA CATÓLICA

O projecto de Constituição que Oliveira Salazar prepara vai colher a simpatia da Santa Sé. O núncio João Beda Cardinale informa o Cardeal Secretário de Estado, Eugénio Pacelli, a 29 de Maio de 1932, um dia depois da publicação pelo Governo do projecto da nova Constituição política, do seu carácter anti-parlamentar, anti-liberal, da sua inspiração no sistema presidencial dos Estados Unidos da América e dos progressos em matéria de liberdade de culto público, dando à Igreja a possibilidade de se poder organizar de harmonia «com as normas da sua própria hierarquia e disciplina, constituir associações e organizações às quais o Estado reconhece existência e personalidade jurídica». Faz notar ainda que a nova Constituição elimina «todas as disposições proibitivas e draconianas contra as ordens religiosas, contidas na Constituição precedente», estabelece definitivamente as relações diplomáticas entre o Estado português e a Santa Sé, o que se traduz no reconhecimento desta com Estado soberano, com personalidade jurídica pública e internacional, estatuto que lhe permite celebrar tratados com os outros estados. Mas onde o avanço é «verdadeiramente grande e explícito», diz o núncio, é no domínio da educação e do ensino: «é reconhecido

---

<sup>266</sup> Pietro Ciriaci (1885-1966) – nasceu em Roma, doutorou-se em filosofia (1904), teologia (1909) e Direito Canónico (1911). Foi ordenado padre em 1909. Entrou ao serviço da Cúria Romana em 1911, desempenhando diversas funções na Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários. Foi Núncio na Checoslováquia em 1928, país onde tinha já negociado um *modus vivendi* na qualidade de enviado especial, e em Portugal entre 1934 e 1953, ano em que foi elevado ao cardinalato. Em 1954 foi nomeado presidente do Comissão Pontifical para a Interpretação do Código de Direito Canónico.

<sup>267</sup> ASV, AES – Portogallo- Concordato, pos. 398 (3), fasc. 158., fl. 7

formalmente à família o direito fundamental da educação dos filhos»; embora o ensino público seja declarado laico, tal não significa a hostilização do ensino religioso; é concedida a liberdade do ensino religioso nas escolas particulares, o que era rigorosamente proibido na Constituição de 1911; por fim, o novo texto autoriza não só a abertura de escolas particulares paralelas às do Estado, mas empenha-se em subsidiá-las e a reconhecê-las desde que os programas e o pessoal docente não sejam inferiores aos das escolas públicas.

Beda Cardinale informa ainda que a Constituição «conserva o carácter absolutamente laico», mantendo o regime de separação entre o Estado e a Igreja e colocando a religião católica ao mesmo nível das outras confissões religiosas. Tendo em conta estes aspectos, o núncio acusa o Governo de, embora extirpando do texto o que de mais jacobino tinha a antecedente, não ter a coragem necessária para romper definitivamente com o passado, preferindo atingir o seu objectivo de uma forma indirecta. Informa que estes defeitos advinham do facto de o Governo temer que «uma forma mais explícita suscitasse uma reacção anticlerical» que compromettesse toda a obra da Ditadura.

Considera, assim, que se deve tentar que o Governo retire da nova Constituição «aquele carácter laico que ofende uma nação na sua quase totalidade católica». Tarefa que se lhe afigura difícil, «considerada a situação política, a desconfiança de certos sectores, e os resíduos que ainda subsistem da última perseguição». Contudo, dispondo-se o Governo a discutir o projecto e a levar em consideração as modificações sugeridas, o episcopado português devia, no seu entender, apresentar as suas observações para que fossem assegurados à Religião Católica os direitos e lugar que lhe competiam<sup>268</sup>.

A 7 de Junho de 1932 o Cardeal Secretário de Estado informa o núncio em Lisboa que o Papa se mostrou muito satisfeito com a «melhoria significativa» do projecto de Constituição em vigor e acolhe a «sábia sugestão» de Beda Cardinale para que os Bispos portugueses «façam chegar ao Governo as suas observações, de modo a conseguir que, na nova Constituição, sejam reconhecidos explicitamente os direitos da Igreja Católica»<sup>269</sup>. Semelhantes recomendações foram repetidas ao núncio no despacho de 29 de Julho e ainda em 29 de Agosto<sup>270</sup>. O núncio terá então referido aos bispos portugueses «a oportunidade de redigir e endereçar ao Governo um “pro-Memoria” com o fim de obter o reconhecimento explícito dos direitos da Igreja Católica»<sup>271</sup>, o qual, no seu entender, não deverá passar pela

---

<sup>268</sup> Ofício nº 2181, ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fl. 26-28.

<sup>269</sup> Ofício nº 1555, ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fl. 32-33.

<sup>270</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 11, fls. 36-70.

<sup>271</sup> Ofício nº 2594, ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fls. 63-64.

reintrodução do Estado confessional, como é visível numa afirmação da Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, com data de Outubro de 1932:

«Não é de pensar-se – e, de resto, seria desastroso – introduzir em Portugal o regime de Estado confessional. Para mais, Portugal não se pode dizer que é um Estado católico, tão grande é o número de não baptizados, de anticlericais e de indiferentes»<sup>272</sup>.

A Santa Sé conhecia ainda a heterogeneidade das instâncias governativas portuguesas: um Presidente da República designado na prática pelos militares, «na sua maioria maçonícos», um Governo «sustentado por monárquicos», e um Presidente do Conselho católico («quando era professor em Coimbra, colega e comensal do agora Cardeal Cerejeira, dizia-se que não se sabia qual dos dois era mais devoto») que, tendo ganho fama com a sua política financeira, mandava «quase tanto quanto Carmona», de tal modo que «os militares maçonícos para apoiarem o Presidente, apoiam o ministro católico»<sup>273</sup>.

Estas afirmações coincidem temporalmente com um projecto de Concordata que Trindade Coelho, ministro de Portugal junto da Santa Sé, envia a Teixeira de Sampaio, a 18 de Outubro de 1932:

Remeto-lhe, confidencialmente, o projecto de Concordata que enviei ao ministro, com uma carta em que lhe pedia que, como membro do Executivo, corrigisse o que reputasse necessário à defesa e independência do Estado soberano; acrescentando que o projecto, tal qual lho expedia, deveria ser aceite, sem discussão pela Santa Sé; e que nele não regulara as desordenadas coisas do Oriente, porque, conhecedor dos *hasards* da política, temia que a denúncia da Concordata arrastasse, na *débacle*, o que nos [?]. Portanto, deixemos muito sossegados os deploráveis acordos de 29. Não concorda?...<sup>274</sup>

A 16 de Dezembro de 1932, o núncio recebe o Cardeal Patriarca, o qual lhe diz que «a posição actual» do Presidente do Conselho «é muito difícil», duvidando mesmo que «venha a superá-la e chegar à proclamação da nova Constituição». Sem explicar porquê, o núncio considera que a opinião do Patriarca «não é pessimista». Gonçalves Cerejeira terá ainda perguntado ao representante da Santa Sé se achava oportuno que o episcopado enviasse uma carta ao Presidente da República «para reclamar alguma melhoria a favor da Igreja», ao que o

---

<sup>272</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 11, fls. 36-70.

<sup>273</sup> Apontamentos sobre uma possível Concordata e sobre a situação das Dioceses em Portugal e nas colónias.

ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 36-70.

<sup>274</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 2, fl. 46).

núncio terá respondido afirmativamente, «assinalando que a coisa devia ser feita sem publicidade»<sup>275</sup>.

A 21 de Dezembro de 1932, o Monsenhor Lima Vidal, bispo de Vila Real, escreve um apontamento, hoje guardado no Arquivo da Sagrada Congregação dos Assuntos Extraordinários, no qual refere a existência em Portugal de duas leis que é necessário revogar ou modificar. A do registo civil, de 1911, que proíbe o baptismo sem o boletim do registo civil sob grave pena para o pároco (incluindo prisão) e obriga à precedência do matrimónio civil nos casamentos católicos; e a Lei do Divórcio, tanto mais que «é acto ditatorial, que não foi sujeito à aprovação do Parlamento»<sup>276</sup>.

Num apontamento redigido a 5 de Janeiro de 1933, Colonna, importante Monsenhor da Secretaria de Estado do Vaticano, toma nota de uma conversa que tivera com o reitor do Colégio Português de Roma, Monsenhor Porfírio da Silva Mendes Cordeiro. No entender deste, não era possível ao Governo ir mais longe no que dizia respeito ao estatuto da Igreja em Portugal porque havia que evitar a oposição dos anticlericais e maçónicos que apoiavam Carmona. Considera que Oliveira Salazar terá sido chamado ao Governo por «desespero» dos governantes e, tendo sido capaz de operar um milagre financeiro, acabaria por receber o apoio do comandante da Guarda Municipal de Lisboa, maçónico convicto. Monsenhor Cordeiro assinala também o paradoxo de a Ditadura ser republicana de nome, mas sustentada pelo Exército, por elementos conservadores e monárquicos, tendo contra si os republicanos anticlericais e, tendo por chefe do Executivo Oliveira Salazar, a quem o Exército chamava «o fradinho» dada a «sua grande e notória piedade cristã» e por ser «companheiro de estudos, de ensino e das coisas da vida, do Cardeal Cerejeira». Deste último, diz o reitor, há mesmo quem diga que é conselheiro do Governo. Quer o chefe do Executivo, quer o chefe de Estado eram, na sua opinião, reféns destas circunstâncias, estando na efectiva dependência dos militares que podiam de um momento para o outro derrubar ambos, tanto mais que o país estava cansado de uma ditadura, que nem sequer tinha algo que se assemelhasse a um Parlamento, e que se prolongava há 7 anos<sup>277</sup>. Tudo isto explicaria a prudência de Oliveira Salazar.

O bom acolhimento do nome de Oliveira Salazar nos meios do Vaticano é testemunhado numa carta que o Monsenhor José de Castro envia de Roma ao Presidente do Conselho, a 28 de Dezembro de 1932:

---

<sup>275</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>276</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fl. 59.

<sup>277</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fl. 61.

Meu querido Dr. Salazar:

Eu quero-lhe bem desde há vinte anos ao calor da amizade do nosso terníssimo amigo padre Camilo de Barros; e quero-lhe ainda mais porque me restituiu a minha saúde patriótica. Durante anos andava fatigado de adoecer de vergonha.

Depois eu devo-lhe lágrimas de alegria: a alegria de ver a minha terra salva pela sua inteligência e pela sua honradez. Bendito e louvado seja V. Exa. E é tanta a minha gratidão que, sem esforço no momento dos vivos da Missa, a sua pessoa acode à minha memória ao lado da minha família. Deus lhe conserve a existência e o salve da mão dos inimigos.

Como quem gosta de V. Exa., fica em casa contente mas calado; e quem não gosta vem para a rua e grita, eu quero hoje dar-lhe uma prova da impressão que a sua actividade está produzindo no mundo, sobretudo no Vaticano.

Em Junho o Santo Padre, sabendo da escolha de V. Exa. para Presidente do Conselho de Ministros, disse: – *Que le bon Dieu protège bien Mr. le Oliveira Salazar.*

Na Embaixada de França o Bispo de Troyes (Champagne) disse-me: *C'est vraiment extraordinaire tout ce qu'il a fait. Est-ce vrai qu'il est bon catholique?*

Em Setembro Mons. Ottaviani, substituto da Secretaria de Estado, disse-me: *I miei rallegramenti per il vostro primo Presidente. Veramente c'è un uomo straordinario! Bisogna stare attento al comunismo. Dica lei qualche cosa al suo Governo.*

Nesta altura, o Dr. Trindade Coelho está com o Santo Padre e tem o prazer de lhe ouvir palavras elogiosas a V. Exa. que ele ministro ilustrou com razões e factos. E, no fim, o Santo Padre terminou: – *Très, très content de tout ce que vous m'avez dit du notre chère Portugal. Mais il faut qu'on fasse attention au communisme.*

Há dias o Arcebispo de Vila Real encontrou-se na antecâmara do Cardeal Secretário de Estado com o Cardeal de Besançon e teve o prazer de ouvir estas palavras: – *Mes felicitations, excellence. Le Cardinal secrétaire d'Etat m'a parlé très bien de la situation actuelle portugaise. Vous avez un grand Président du Conseil de Ministre.* Há dias na Embaixada da Alemanha, o embaixador chamou-me para um lado e pediu-me: – *Si vous voulez, Mgr., dites-moi quelque chose du Portugal, de sa situation financière et surtout de Mr. Le Oliveira Salazar.*

E depois de me ouvir com toda a atenção concluiu: *C'est merveilleux tout ce que vous avez raconté.*

Hoje o Santo Padre renovou os elogios a V. Exa. e depois recomendou com insistência todo o cuidado com o comunismo. Não se imagina, disse o Santo Padre, o ouro que da Rússia tem ido ultimamente para a Espanha. Agora a ideia fixa do comunismo é Portugal.

Depois fomos visitar o Cardeal Pacelli e elogiou calorosamente a situação portuguesa, sobre todos os aspectos, e declarou que financeiramente era Portugal uma Nação única no mundo. O ministro fez uma exposição brilhante de Portugal e da pessoa de V. Exa. E o Cardeal terminou: *bien, très bien, mon chère Ministre. Que le bon Dieu protège le Portugal e Mr. le Président du Conseil.*

Diga-me agora V. Exa. se eu não tenho cinquenta mil motivos para lhe chamar querido e para lhe beijar enternecidamente as mãos honradas de português<sup>278</sup>.

---

<sup>278</sup> ANTT, AOS/CP-60, fl. 111-112.



As ideias do perigo comunista e da necessidade de Portugal se constituir numa barreira contra o seu avanço é expressa também na carta que Henrique Viana<sup>279</sup> envia a Teixeira de Sampaio, a 2 de Janeiro de 1933:

Feitas as protocolares genuflexões e depois de nos dar a beijar o anel, o Sumo Pontífice convidou-me e à minha família, que me acompanhava, a sentarmo-nos em grandes poltronas colocadas à direita da secretária da enorme biblioteca, onde S. S. habitualmente recebe.

Seguiram-se as perguntas usuais sobre a minha carreira, "entrée en matière", e o Papa pergunta-me como vão as coisas em Portugal, referindo-se, de uma forma bastante lisonjeadora para nós portugueses, ao estado próspero do país perante a tormenta mundial; elogiou o actual Governo e em especial o seu Chefe, o Doutor Salazar.

Imediatamente o Papa se referiu aos perigos que o nosso país atravessa, com uma tão longa fronteira com a Espanha, que classificou, depois de procurar algum tempo a expressão legítima em francês, de "dépérissement", o mais completo.

Segundo as informações que o Pontífice me disse receber constantemente e das melhores fontes, a Espanha é alvo da propaganda bolchevista mais perfeita e activa. Lamentou que se não empregue "para o bem" a mesma intensidade de luta. Sua Santidade, tomando a peito o tema da conversa, desencostou-se da sua poltrona e, meio voltado para mim, pousando sobre a secretária sua branca mão, em que brilha uma safira clara rodeada de brilhantes, disse: "aqui, neste sítio, tivemos Nós, há pouco, a confirmação de que a propaganda bolchevista, que, na mais larga escala, se faz em Espanha, é paga e provém directamente de Moscovo. Da Rússia recebemos um documento de propaganda bolchevista [...] enviado de Espanha já traduzido em espanhol"<sup>280</sup>.

Entretanto, a deferência das autoridades civis para com as autoridades religiosas torna-se cada vez mais evidente, como se depreende de uma carta do bispo de Bragança e Miranda dirigida ao ministro do Interior, António Lopes Mateus, a 31 de Janeiro de 1933:

Extremamente penhorado pela parte que V. Exa. quis tomar na recepção carinhosa que os bragançanos generosamente promoveram, por ocasião da minha entrada nesta diocese de Bragança, fazendo-se representar pelo Exmo. Sr. governador civil, venho apresentar os meus mais comovidos agradecimentos e oferecer o meu limitado préstimo<sup>281</sup>.

Tal não significa que não fosse notado que o estatuto legal da Igreja Católica não sofrera ainda grandes alterações desde a Primeira República. Numa carta de Antonio Colonna,

---

<sup>279</sup> Henrique da Guerra Quaresma Viana (n. 1886-?) – diplomado em Letras, entrou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1904 e foi encarregado de negócios em Praga, na Santa Sé, chefe da Chancelaria Portuguesa junto da Sociedade das Nações, chefe da Secção de Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Estrangeiros e chefe do Protocolo. Foi ainda delegado especial de Portugal à coroação de Pio XII.

<sup>280</sup> AHD-MNE, Relações Políticas com a Santa Sé, 3P, A11, M 329.

<sup>281</sup> ANTT, MI – Gabinete do ministro, Maço 464, pt. 14/6.

provavelmente dirigida ao próprio Cardeal Secretário de Estado, com data de 4 de Fevereiro de 1933, diz-se que a situação da Igreja em Portugal continuava a ser regulada pela Lei da Separação, embora já se tivesse procedido a várias e importantes alterações, ainda que muitas «por via de facto e bem poucas por via do direito»<sup>282</sup>.

Mais optimista era Trindade Coelho, que escreve igualmente ao Cardeal Secretário de Estado chamando-lhe a atenção para uma conferência de Oliveira Salazar, proferida em Lisboa a 16 de Março de 1933, expondo «certos pontos de vista muito interessantes sobre a sociologia católica e as directivas pontificais em matéria económica»<sup>283</sup>. Dirá ainda:

Pela génese católica do seu pensamento; pela situação de chefe actual do nacionalismo português, que desde a sua origem parece livre de erros de estatolatria ou do anticatolicismo dos nacionalismos europeus; pelas próprias condições da nação portuguesa (unidade religiosa, constituição agrária e colonial, que a isentou praticamente dos excessos do capitalismo e da contaminação socialista), o Sr. Prof. Salazar parece querer realizar, por via do nacionalismo, uma obra económica em pleno acordo com a sociologia cristã (...) <sup>284</sup>.

Regressando agora ao momento da publicação do Projecto da Constituição no *Diário do Governo* (22 de Fevereiro de 1933)<sup>285</sup>, o núncio Beda Cardinale critica-a duramente. Diz ser possível descortinar relativamente à Igreja Católica alguns sinais de boa vontade, mas que a liberdade religiosa estabelecida coloca ao mesmo nível todas as religiões, injuriando assim «os direitos da verdadeira Religião», «seja por ignorância seja pelo deliberado propósito de ofender a Igreja»<sup>286</sup>. Admite que desse modo se pode impedir o Estado português e os seus representantes diplomáticos de se intrometerem nas coisas da Igreja; mas, mesmo assim, não se foi tão longe quanto o desejável. Reconhece o avanço na liberdade do ensino religioso nas escolas particulares<sup>287</sup>, criticando todavia o «laicismo» nas escolas públicas, «seja pelo modo como está redigida esta disposição, seja por permanecer o impedimento ao direito do ensino

---

<sup>282</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fl. 62.

<sup>283</sup> Trata-se do discurso intitulado «Conceitos económicos da nova Constituição», proferido a 16 de Março de 1933, na sede da União Nacional, radiodifundido para a cidade do Porto, no qual Oliveira Salazar critica os princípios teóricos e essenciais da democracia e do socialismo. In António Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934*, p. 183-210.

<sup>284</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fls. 72-73.

<sup>285</sup> O Decreto n.º 22.229 fixa o dia 19 de Março de 1933 para a realização do plebiscito da Constituição e o Decreto 22.241 promulga o Projecto de Constituição.

<sup>286</sup> Art. 45º É livre o culto público ou particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.

§ único. Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e com os bons costumes.

<sup>287</sup> Art. 43º, § 4º Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares.

religioso nas escolas do Estado, manifesta injustiça contra a Igreja e contra a juventude estudiosa de Portugal»<sup>288</sup>. A independência do ensino de qualquer culto religioso é, no seu entender, uma reminiscência do liberalismo, que distingue indivíduo e sociedade, negando a esta o culto devido a Deus. O nuncio reprova também a liberdade de pensamento sem limites enunciada no artigo 8º, nº 4, da Constituição<sup>289</sup>. Interroga-se ainda sobre que moral será aquela de que se fala na Constituição<sup>290</sup>: «A moral natural, cívica, científica ou a moral nova de Proudhon?». Considera a secularização dos cemitérios outra ofensa grave determinada pela Constituição porque é uma «demonstração de laicismo do legislador ou mesmo de ignorância ou de indiferença religiosa», «uma verdadeira invasão do poder civil nos assuntos sagrados»<sup>291</sup>. Quanto à omissão do nome de Deus no solene juramento do Presidente, interpreta-o como «falta de coragem moral, que não honra a actual Constituição e quem a fez»<sup>292</sup>.

Perante a demora na concretização da diligência do Patriarca junto do chefe do Governo que acima apontámos, talvez possamos pensar que a Igreja portuguesa acolhera satisfatoriamente o projecto de Constituição<sup>293</sup>. Contudo, a verdade é que, por pressão, ou não, do nuncio e da própria Santa Sé, Cerejeira acabará por entregar ao Presidente da República uma carta, datada de 27 de Fevereiro de 1933, com as seguintes reclamações quanto ao conteúdo da Constituição no que se refere ao estatuto da Igreja:

- A ausência da referência divina no projecto constitucional, o que até outras repúblicas certamente das mais democráticas e progressivas fazem;
- A falta de reconhecimento da liberdade e da independência da Igreja Católica, «na sua esfera própria, de doutrinação e organização religiosa e moral e [d]os direitos da consciência católica, de expressão de pensamento, de culto, de ensino, de associação»;
- O não assumir que são as «ideias morais de origem católica» que constituem a «raiz das instituições fundamentais da nossa civilização» europeia».

---

<sup>288</sup> Art. 43º, § 3 O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar e visa, além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais.

<sup>289</sup> Neste artigo consigna-se «Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: [...] 3º – A liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei».

<sup>290</sup> Art. 4º A Nação Portuguesa constituiu um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite [...].

<sup>291</sup> Art. 48º Os cemitérios públicos têm carácter secular, podendo os ministros de qualquer religião praticar neles livremente os respectivos ritos.

<sup>292</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fls. 2-115.

<sup>293</sup> Esta é a opinião de Luís Salgado de Matos. Ver Luís Salgado de Matos, *Um «Estado de Ordens» contemporâneo – a organização política portuguesa*, Dissertação de Doutoramento (ICS, U. de Lisboa, Lisboa, 1999), p. 571.

- A imposição a todos os cidadãos de um ensino «independente de qualquer culto religioso», como se houvesse «verdadeira educação moral sem qualquer noção religiosa»<sup>294</sup>.

Deste modo, dizia Cerejeira, o Governo punha em causa a sua própria sobrevivência, a qual em sua opinião dependia da garantia dada à Igreja Católica quanto aos meios necessários ao «pleno cumprimento da sua missão».

O nuncio dará conta desta *démarche* ao Cardeal Secretário de Estado em carta de 4 de Março de 1933:

O Cardeal Patriarca levou o documento directamente ao Senhor Presidente da República, a Cascais. Desgraçadamente, a *démarche* não teve outro propósito senão representar a vontade unânime do Episcopado à Autoridade governativa, a qual, insegura de si pela obstinada oposição dos integralistas e de todos os partidos de esquerda, não ousou propor ao País uma Constituição decididamente Católica. O que aliás poderia dar origem a protestos e (...) fomentar a desordem<sup>295</sup>.

Na véspera da publicação da nova Constituição, Beda Cardinale manifestou algumas dúvidas quanto ao resultado do plebiscito, dizendo a Pacelli que, embora o Governo estivesse seguro, tinha contra ele os adversários da Ditadura e os integralistas, e que «estes últimos fizeram o possível para impedir que o projecto da nova Constituição fosse publicado. Começa portanto um período difícil e perigoso que pode dar lugar a desagradáveis surpresas»<sup>296</sup>.

Adolfo Tondini, encarregado de negócios da Santa Sé em Lisboa, envia um relatório a Monsenhor Pizzardo, a 18 de Novembro de 1933, dizendo que há muitos professores embebidos de um ódio religioso e esquecidos da sacra missão de educar, o que se prende com a «organização laica do Estado numa nação prevalentemente católica». Critica ainda a Constituição plebiscitada em 1933 porque proclamou que «o ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso», beneficiando assim o advento do comunismo e «fomentando turbulências e revoluções». Tondini lamentava-se ainda do facto de os católicos não estarem em condições de leccionar o ensino religioso nas escolas privadas, pois «o mesmo espírito laico e maçónico está presente nas pessoas capazes de assumir uma tal missão». Depois, e por esta razão, regozija-se com o facto do Cardeal Patriarca, para suprimir tal deficiência, ter aberto cursos de formação catequística, apologética e religiosa para laicos

---

<sup>294</sup> ANTT, AOS/CO/PC-5ª (pt. 5, fl. 196 e ss.).

<sup>295</sup> Carta nº 2549 ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 384 P.O., fasc. 146, fls. 63-64.

<sup>296</sup> ASV – Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 143.

de modo a prepará-los para «ensinar a verdade cristã». Trata-se, segundo o encarregado de negócios, do «primeiro passo para a realização do sonho magnífico de Sua Eminência de fundar um Instituto Superior de Cultura Religiosa para aproximar a classe mais elevada da sociedade da fonte puríssima do Evangelho»<sup>297</sup>.

### 2.3 APESAR DE TUDO, UM ENTENDIMENTO CORDIAL

Apesar das críticas à Constituição por parte da hierarquia católica, era cada vez mais evidente o bom entendimento com o Governo. A 22 de Maio de 1933, Trindade Coelho escreve ao ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Mata, a partir de Roma:

O Cardeal Secretário de Estado, com quem anteontem estive, uma vez mais me comunicou que continuava recebendo excelentes notícias da situação portuguesa, pelo que vivamente me felicitava.

Tive a certeza de que o justo elogio que de V. Exa. lhe fiz (...) apenas confirmou as informações do núncio, que, em carta particular que há dias me dirigiu, se mostrou encantado com Vossa Excelência e com o acolhimento que V. Exa. lhe dispensou<sup>298</sup>.

A 25 de Maio de 1933, realiza-se um grande banquete na Nunciatura em honra do Santo Padre presidido pelo Presidente da República, no qual participaram o Cardeal Patriarca, o Presidente do Conselho e os outros membros do Executivo, excepto dois ministros que se encontravam doentes (Colónias e Obras Públicas). Na opinião do Beda Cardinale, o evento correu muito bem, tendo o Presidente da República ficado satisfeitiíssimo, impressão que lhe transmitiu «repetidamente»<sup>299</sup>.

Por uma referência que consta do diário do núncio, de 26 de Maio de 1933, sabemos que nesse dia foi visitado pelo Cardeal Patriarca, que o informou sobre a «solução dada à modalidade da cerimónia religiosa que o Governo mandou celebrar pelo aniversário da Ditadura»<sup>300</sup>.

A 8 de Junho o núncio é recebido pelo Presidente da República em Belém, ao qual agradece a participação no almoço na Nunciatura. Nas palavras de Beda Cardinale, o Chefe

---

<sup>297</sup> ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 48.

<sup>298</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 2).

<sup>299</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina em Portugal. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>300</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina em Portugal. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

de Estado foi, «como sempre», «amabilíssimo», tendo reafirmado a sua devoção em relação à autoridade religiosa, «não só por ser a sua propensão natural, mas também pela alta opinião que tem da Igreja, factor moral de primeiríssima ordem, que o governo deve ter em grande conta». Carmona terá mesmo solicitado ao núncio que transmitisse ao Santo Padre os seus sentimentos de profundo respeito»<sup>301</sup>.

Outro facto evidencia as boas relações entre o poder civil e o poder religioso: o envio de missionários portugueses para Angola, noticiado pelo *Diário de Notícias* de 13 de Outubro de 1933, e transmitido à Santa Sé pelo encarregado de negócios da Nunciatura, Adolfo Tondini<sup>302</sup>.

No dia 1 de Dezembro de 1933, Tondini escreve a Monsenhor Pizzardo, enviando-lhe notícias e recortes de imprensa sobre a sublevação sufocada em Bragança, encabeçada pelo engenheiro Sarmento Beires<sup>303</sup>. Segundo testemunha, a sublevação tinha por programa:

A reposição da Lei da Separação do Estado e das igrejas em fórmulas que concorram para um mais eficaz laicismo do país, impeçam a ingerência do clero na propaganda política (suspensão dos direitos políticos) e instituição da obrigatoriedade do beneplácito do Estado para toda e qualquer autoridade eclesiástica, considerada, para o efeito, como representante dum Estado estrangeiro. Nacionalização e arrolamento dos bens móveis e imóveis eclesiásticos que serão considerados propriedade do Estado. Supressão de seminários e aplicação dos edificios bem como de outros estabelecimentos eclesiásticos adequáveis à instalação de sanatórios, hospitais e manicómios, liceus, etc. Instituição de um imposto sobre o funcionamento dos templos<sup>304</sup>.

Como se pode ver deste programa de intenções, a subjugação desta ameaça foi, sem qualquer dúvida, favorável aos dois poderes.

Bem recebido pela Santa Sé foi também o Decreto-lei nº 23.447, de 5 de Janeiro de 1934:

Art. 4º É permitido o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino particular, de harmonia com o que preceitua o artigo 17º do Decreto nº 11.887, de 15 de Julho de 1926.

---

<sup>301</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>302</sup> Relatório nº 2760. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 22.

<sup>303</sup> José Manuel Sarmento de Beires (1893-1974) – engenheiro militar, escritor e jornalista. Opositor à ditadura Militar e ao salazarismo, foi preso a 11 Novembro de 1933 acusado de reorganização do movimento reviralista. Condenado a 7 anos de desterro, foi-lhe fixada residência em Macau, de onde se evadiu. Exilado em Marrocos, em França e no Brasil, regressa a Portugal em 1951, sendo reintegrado no posto de major (na reserva). Luís Farinha, «Beires, José Manuel Sarmento de». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7 (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, 1999, p. 178.

<sup>304</sup> Relatório nº 2792. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fls. 51-52

§ único. Ainda que ministrado a alunos em comum, o ensino religioso não é compreendido na fiscalização por parte do Estado definida neste Decreto.

Pela mesma altura, Tondini escreve a Pizzardo, Secretário da Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, referindo o «renascimento cristão de Portugal» e a «carta de Pio XI sobre a Acção Católica», enviando ainda um recorte do *Diário de Notícias*, de 9 de Fevereiro, no qual se diz:

Recebemos do Patriarcado a seguinte nota oficiosa que esclarece, em relação ao Centro Católico, o alcance da carta de Sua Santidade Pio XI ao sr. Cardeal Patriarca:

“A Carta do Santo Padre a Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, reconhecendo a liberdade política dos católicos que militam na Acção Católica, não faz senão confirmar a doutrina das ‘Bases para a Organização da Acção Católica’, publicadas em Novembro, que reconhecem igualmente essa liberdade na “Base C”.

As “Bases”, e portanto a Carta do Santo Padre que as aprova, não invalidam a existência do Centro Católico, “órgão de defesa da Igreja no campo legal”, “distinto e separado da Acção Católica”, cuja necessidade o Episcopado reconhece, “enquanto se mantiverem as circunstâncias que determinaram a sua fundação”, na “Nota oficiosa” de 16 de Novembro passado.

Relativamente aos Católicos que militam na Acção Católica, as “Bases” e a Carta do Sumo Pontífice, pelo facto de as aprovar, exigem, para os corpos gerentes de qualquer organização da Acção Católica, o sacrifício de toda a “actividade incompatível com a independência política da Acção Católica Portuguesa”.

Anteriormente, no dia 8 de Fevereiro de 1934, noticiara-se que Lino Neto deixara de presidir ao Centro Católico para enfileirar na Acção Católica. Dois dias depois, Lino Neto faz publicar o seguinte comunicado:

«Vendo publicada hoje nas *Novidades* uma Nota Oficiosa do Patriarcado em que se reconhece que a minha interpretação à Carta de S. Santidade sobre a ACP não é a que ela deve ter, venho declarar que me conformo absolutamente com a interpretação oficial, e que, agora como sempre, ponho ao serviço da Igreja o meu melhor esforço, como o tenho feito em todas as circunstâncias, com a mais submissa e filial dedicação»<sup>305</sup>.

Numa carta do ministro de França em Lisboa, de 26 de Março de 1934, este transmite ao Quai d’Orsay:

«As relações dos poderes públicos com a Igreja Romana e o Episcopado português são actualmente excelentes. [...] Mas, apesar das tendências fortemente clericais do seu Chefe, o Sr. Oliveira Salazar, católico praticante, inteiramente favorável aos interesses

---

<sup>305</sup> Relatório nº 2895, de Adolfo Tondini,, Lisboa, de 11 de Fevereiro de 1934, fls. 11-14. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 97.

da Santa Sé, o Governo de Lisboa deve actuar no terreno religioso com extrema cautela, pois é impossível ignorar os sentimentos liberais da esmagadora maioria do povo lusitano: este, embora se mantenha fiel à fé católica, partilha com efeito de uma desconfiança instintiva para com as iniciativas do clero, e considera que a manutenção da Lei da Separação bem como a afirmação da laicidade do Estado constituem as garantias necessárias à independência do poder temporal»<sup>306</sup>.

Entretanto, persistia a boa vontade do Governo relativamente à Igreja Católica, sendo demonstrada através, quer da satisfação de algumas das reivindicações dos católicos, quer em actos públicos, e até privados, que ajudaram a criar um ambiente propício a futuras negociações. É o caso, por exemplo, do *Te Deum* realizado na igreja de S. Domingos a 26 de Maio de 1934, no quadro das comemorações do 28 de Maio, que conta com a presença de Cerejeira<sup>307</sup>. No final do mês de Abril 1936, é atribuída ao Patriarca a Grã-Cruz de Santiago numa cerimónia de homenagem que decorreu na Sociedade de Geografia, a qual, presidida por Óscar Carmona, contou com a presença de Oliveira Salazar<sup>308</sup>. Dois anos mais tarde, a 27 de Abril de 1938, a Assembleia Nacional homenageia Oliveira Salazar; no hemiciclo o deputado e cónego Correia Pinto, «homem de Coimbra e do CADC, conviva frequente das refeições do Chefe do Governo», propõe uma moção declarando Oliveira Salazar «Benemérito da Pátria», no que será bem sucedido<sup>309</sup>.

Já se falou na intensificação, com a chegada de Oliveira Salazar ao poder, da devolução dos bens iniciada com o Decreto da personalidade de Manuel Rodrigues. A devolução era feita com a intermediação do Centro Católico e, deste modo, os sucessivos ministros do Interior vão forçando o poder local a devolver certos bens às corporações de culto católico, devoluções que embora publicadas continuavam, por variadíssimas razões, por executar.

No quadro da reforma da Constituição realizada 1935 verifica-se, ao nível do ensino uma alteração ao artigo 43º, § 3 da Constituição de 1933, cujo texto ditava originariamente que «O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo, porém, hostilizar». Na alteração constitucional (Lei nº 1.910, de 22 de Maio de 1935), que resultou da iniciativa da deputada e Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, Maria Guardiola, estabelecia-se que o ensino estatal visava «a formação do carácter

<sup>306</sup> Ministère des Affaires Étrangères (Paris), Correspondance politique e commerciale, Europe, 1918-1929, Portugal, 21 (série Z).

<sup>307</sup> João Morais e Luís Violante, *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal 1926-1985*, Lisboa: Livros Horizonte, 1986, p. 60.

<sup>308</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2. Coimbra: Atlântica Editora, 1977, p. 364.

<sup>309</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 191, 28 de Abril de 1938, p. 806.



e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas pelos princípios da doutrina e da moral cristã, tradicionais no País».

Já a determinação da Base XIII da Lei nº 1.941, de 11 de Abril de 1936, tornou obrigatória a fixação do crucifixo nas escolas públicas do ensino primário elementar «como símbolo da educação cristã determinada pela Constituição». Esta determinação está na origem de uma circular de 17 de Junho de 1937 da Direcção-Geral do Ensino Primário do Ministério da Educação que obriga à colocação do crucifixo de modelo oficial, o qual se tornaria uma das condições para que a escolas pudessem funcionar:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que Sua Exa. o ministro determinou que [...] não fosse autorizado o funcionamento ou restabelecimento de qualquer escola ou lugar sem se verificar que, além do mobiliário e material didáctico a que se refere o Decreto nº 25.305, existe também o crucifixo, do modelo oficialmente aprovado<sup>310</sup>.

Ao que parece, no entanto, e muito à maneira de Oliveira Salazar, a imprensa foi impedida de noticiar tal acontecimento. Atente-se no que afirma Querubim Guimarães na sessão da Assembleia Nacional de 25 de Março de 1939:

O Sr. Dr. Carneiro Pacheco é animado por esse espírito da contra-revolução que estamos vivendo quando afirma a necessidade de a escola voltar para Deus, em vez de continuar d'Ele afastada.

Quando legislou que era preciso regressar o Cristo às escolas estava perfeitamente dentro desse espírito da contra-revolução, que, no dizer do grande pensador brasileiro Tristão de Ataíde no seu trabalho *A contra-revolução espiritual*, se não compreende não estando ao serviço do Evangelho, pois que o contrário da Revolução é o Cristo. O que é pena, e digo-o do alto desta tribuna, é o paradoxo a que lamentavelmente assistimos de a lei mandar que o Crucifixo esteja nas escolas e não ser permitido à imprensa referir que a lei se cumpriu.

Espanta que tal se dê, e bom será que a censura à imprensa pondere esta circunstância, para que, como disse, o paradoxo termine. Nas pequenas aldeias, onde tantas vezes tenho assistido à colocação dos crucifixos, o facto deixa boquiaberto o rural, que se admira de o jornal local não poder referir-se à sensibilizadora cerimónia e à interessante sessão solene que a sua escola realiza nesse dia de festa e que tanto o impressiona e comove. Chega, e com razão, a concluir, que afinal é crime cumprir a lei e que há um outro poder acima do Estado que não concorda com a colocação do Crucifixo na escola e que por isso se opõe a que os jornais falem<sup>311</sup>.

---

<sup>310</sup> Amândio Sena Freirinha e José Maria Gaspar, *Legislação Completa do Ensino Primário*, vol. 1. Porto: Editorial domingos Barreiro, 1950, p. 366.

<sup>311</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 177, de 25 de Março de 1938, p. 571. Subinhado acrescentado.

Note-se que em Espanha, logo a 8 de Março de 1938, em plena Guerra Civil, os crucifixos regressaram às escolas que se encontravam sob o controlo dos nacionalistas<sup>312</sup>, enquanto na Itália de Mussolini estes viriam a ser reintroduzidos em 1923, não só nas escolas mas também nos tribunais<sup>313</sup>.

Numa carta de Gennaro Verolino, encarregado de negócios da Nunciatura Apostólica de Portugal, à Cúria Romana, sobre a instrução religiosa nas escolas públicas, datada de 30 de Setembro de 1936, informa-se que está em preparação no Ministério da Educação Nacional um Decreto que irá estabelecer o ensino religioso nas escolas primárias no ano lectivo seguinte. Uma medida que não se iria aplicar ao ensino secundário:

O Governo diz que não pode concedê-lo, não existindo ainda uma Concordata com a Santa Sé. Todavia obteve-se ao menos alguma coisa. E aproveitando a ocasião de uma certa matéria, intitulada «Higiene moral e Física», obrigatória nos últimos dois anos criou-se um curso de «Educação moral e cívica» e estendeu-se a todos os 7 anos do Liceu. Neste curso far-se-á a exposição da moral cristã, mas não só, procurar-se-á também introduzir elementos da doutrina cristã, da vida de Nosso Senhor, informações sobre a difusão do cristianismo no mundo, da Igreja e dos seus ensinamentos, sobre a solução católica para a questão económico-social.

Não foi possível obter mais porque o Governo insiste que a opinião pública não está ainda preparada. É porém de esperar que praticamente os resultados serão ainda maiores. Porque é feita a promessa que, sendo muito reduzido o programa do Ministério, deixar-se-á plena liberdade aos professores de ministrarem como quiserem, de modo a fazerem também um curso completo de doutrina cristã. De outra parte asseguraram que eram só pessoas boas, que poderiam até ser sacerdotes: neste caso será acordado com a Autoridade Eclesiástica.

O mesmo encarregado de negócios entende que tais medidas, mesmo com alguns limites, constituem um primeiro passo, esperando que se seguissem outros «ainda mais decisivos, para uma orientação mais cristã da educação da juventude». Aliás, Verolino considera que os programas de algumas disciplinas têm já «qualquer coisa desta nova orientação». Dá o exemplo do ensino do português, cujos textos não poderão conter «matéria que possa desenvolver nos alunos tendências prejudiciais», e do ensino da História, que tem por objectivo «provocar uma compreensão dos aspectos da sociedade contemporânea e dos

---

<sup>312</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España (1875-2002)*. Barcelona: Crítica, 2003, p. 275; Guy Hermet, *Les catholiques dans l'Espagne franquiste*, vol. 2, *Chronique d'une dictature*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1980-1981.p. 91.

<sup>313</sup> Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien. 1919-1945*. Paris: Édition du Seuil, 1980, p. 260.

valores que dominam a sua estrutura, com particular referência à missão histórica da nação portuguesa, centro do ideal cristão»<sup>314</sup>.

Monsenhor Pizzardo, Secretário da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, responde a Gennaro Verolino, a 13 de Outubro de 1936, congratulando-se com o Decreto e lembrando que a instrução religiosa só será eficaz se ministrada por professores competentes. Na sua opinião, melhor seria ainda «que o ensino religioso fosse atribuído a sacerdotes ou a mestres laicos autorizados pelo Ordinário». Pede, assim, ao encarregado de negócios que apresente ao Governo português as «disposições correspondentes nas recentes concordatas»<sup>315</sup>.

A 14 de Outubro de 1936 foram promulgados os Decretos nº 27.084 e 27.085, que procedem à reforma do ensino liceal. Neste último, que aprova os programas, introduz-se a cadeira de Educação moral e cívica nos três anos do ensino liceal. A 22 do mesmo mês, Verolino pede a Monsenhor Pizzardo que, dependendo o ensino da religião dos professores, este exorte os ordinários portugueses a se empenharem no ensino do catecismo e na execução das «excelentes modificações feitas aos programas». Considerando que o ministro da Educação é uma pessoa muito bem-intencionada, informa que está para breve a publicação do Decreto relativo à instrução primária, constando que o ensino do catecismo será obrigatório, e que os bispos serão consultados quanto à idoneidade dos professores<sup>316</sup>.

A 6 de Novembro de 1936, Pizzardo diz que o Papa tomou conhecimento de tudo quanto a Nunciatura o informara e, preocupado com a «falsa propaganda do Comunismo», consolou-se com esse vislumbre de esperança nos programas do dito “Curso de Educação Cívica e Moral” nas escolas secundárias estatais porque se poderá através dos tais cursos fazer com que o ensino religioso coloque uma barreira à perniciosa ignorância religiosa do comunismo». Em conformidade, o Cardeal Secretário de Estado ordena ao episcopado que defina um plano de trabalho, levando em consideração os seguintes pontos:

- Necessidade de destinar sacerdotes ao ensino da Educação cívica e moral;
- Formação idónea dos sacerdotes, para o que sugere a criação de cursos de carácter prevalentemente didácticos;
- Preparação de um livro de textos, onde a doutrina e a tradição católica seja exposta em harmonia com os programas estabelecidos.

---

<sup>314</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 409 P.O, fasc. 166, fsl. 10-11.

<sup>315</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 409 P.O, fasc. 166, fl. 12

<sup>316</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 409 P.O, fasc. 166, fls. 16-17.

Contra a difusão ameaçadora do comunismo, haverá que promover, além da religião na escola, «o ensino paroquial do catecismo, a boa e eficaz organização da Acção Católica, a boa educação dos jovens nos colégios católicos, e a obra de assistência aos estudantes»<sup>317</sup>.

Efectivamente, o Decreto-lei nº 27.279, de 24 de Novembro 1936, aprova algumas disposições relativas ao ensino primário, afirmando o propósito de substituir «um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança» pelo «ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais de um vivo amor a Portugal», introduzindo ainda a disciplina de Moral.

As bases da reforma do ensino primário são promulgadas pela Lei nº 1.969, de 2 de Maio de 1938<sup>318</sup>. Desta Lei cabe destacar a afirmação de que o ensino primário, para além de dever habilitar os alunos «a ler, a escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida ambiente» deve ainda prepará-lo para o exercício das «virtudes morais e cívicas». Já sabemos que estas virtudes deveriam ser «orientadas pelos princípios da doutrina e da moral cristã».

Numa carta de Verolino a Pizzardo, datada de 28 Junho 1937, informa-se:

«O ensino religioso nas escolas médias será aplicado no fim de Outubro. Será leccionado por sacerdotes escolhidos pelos ordinários, e só excepcionalmente (serão 4 ou 5 casos, ao todo, por causa da falta de clero) a laicos. (...)

Para a escola primária foi dado um passo pelo Decreto que estabeleceu o ensino da moral tradicional, publicado em 29 de Março. (...) No livro único para a classe elementar, ordenado pelo Ministério da Educação Nacional, [...], garantem-me que parte relativa à doutrina cristã, irá redigir-se de acordo com a Autoridade Eclesiástica»<sup>319</sup>.

O início, a partir de Dezembro de 1936, das emissões regulares da Rádio Renascença, «a segunda emissora católica, após a do Estado do Vaticano», pode ser enquadrado também neste conjunto de medidas de recristianização da sociedade portuguesa<sup>320</sup>.

Outra medida favorável à Igreja Católica consistiu no Decreto nº 26.643, de 28 de Maio de 1936, que reorganizou os serviços prisionais e instituía a possibilidade da assistência religiosa nas prisões. Determinou-se que «a religião é considerada como um grande força moral, meio poderoso de ressurgimentos moral dos indivíduos; ora em problema tão grave o

<sup>317</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 409 P.O, fasc. 166, fls. 42-46.

<sup>318</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 129s, 2 de Maio de 1938, p. 1-3. A proposta de lei encontra-se no *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 147, 27 de Novembro de 1937, p. 11-36.

<sup>319</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 409 P.O, fasc. 166, fl. 59-60.

<sup>320</sup> João Morais e Luís Violante, *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais*, p. 71.

Estado não pode deixar de recorrer a todos os processos úteis». De certo modo, este Decreto-lei legisla no sentido do que haveria de ser estabelecido quatro anos depois pela Concordata<sup>321</sup>. Já a lei do recrutamento militar, de 1 de Setembro de 1937 (Lei nº 1.961) estendeu a assistência religiosa às Forças Armadas, estabelecendo que os sacerdotes católicos teriam de prestar serviço militar, mas na forma de assistência religiosa e, em tempo de guerra, nos serviços de saúde<sup>322</sup>.

No Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 29.637 de 28 de Maio de 1939) Manuel Rodrigues reintroduz o juramento religioso prestado pelas testemunhas nos tribunais (embora o depoente pudesse, se assim o declarasse, prestar em seu lugar o compromisso de honra) e restabelece a assistência religiosa nas cadeias<sup>323</sup>. Neste mesmo código dificulta-se o divórcio por mútuo consentimento ao determinar que este só pode ser requerido pelos cônjuges casados há mais de cinco anos, num claro contraste com a lei do divórcio da Primeira República (Decreto de 3 de Novembro de 1910), que estipulava que o divórcio por mútuo consentimento podia ser obtido pelos cônjuges casados há mais de dois anos.

Contudo, todas estas medidas, se bem que favoráveis à Igreja Católica, não a satisfazem integralmente, como se depreende das afirmações que o núncio Ciriaci terá feito ao ministro italiano em Lisboa e que este transmitiu ao Ministério dos Assuntos Exteriores, a 27 de Dezembro de 1938:

«O núncio tem dito repetidamente que Oliveira Salazar nada fez para que a Igreja regressasse à situação anterior à criada pelos governos demo-maçónicos. O clero está desorganizado e corrupto, e ninguém se preocupa. Apesar de correr o boato de um arrefecimento das relações entre Oliveira Salazar e o Cardeal Patriarca, eles estão agindo em perfeito acordo [...]. Na realidade Oliveira Salazar, com o seu habitual sistema de governo quer mostrar que não segue uma política clerical, e o Cardeal Patriarca apoia-o, e contra as repetidas advertências do núncio à Secretaria de Estado, protege-o junto desta última para manter a sua independência de Roma»<sup>324</sup>.

---

<sup>321</sup> Manuel Alves Lourenço, «Modalidades de assistência religiosa às prisões e hospitais». In AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica, 2002, p. 239.

<sup>322</sup> Miguel Falcão, «A Concordata de 1940 e a assistência religiosa às Forças Armadas». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 199-200.

<sup>323</sup> Respectivamente, Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 29.637, de 28 de Maio de 1939) e Reforma Prisional (Decreto-lei nº 26.643, de 28 de Maio de 1936). Ver Luís Salgado de Matos, *Um «Estado de Ordens» contemporâneo – a organização política portuguesa*, Dissertação de Doutoramento (ICS, U. de Lisboa, Lisboa, 1999), vol. 1, p. 1216.

<sup>324</sup> Ministero degli Affari Esteri (Roma). Affari Politici, 1931-1945. Santa Sede. Busta 43 (1939), Relazioni tra la Santa Sede. Portogallo.

Não obstante estas críticas, o ambiente foi-se tornando progressivamente favorável ao estabelecimento de uma Concordata com a Santa Sé.

### 3 DO ANTEPROJECTO AO PROJECTO OFICIAL DA CONCORDATA

As negociações para a Concordata iniciam-se oficialmente a 14 de Julho de 1937. Salazar considerava que muitas das questões levantadas no acordo entre os dois Estados estavam já resolvidas pelo direito interno português. A razão de ser da Concordata era assim «coroar essa obra já realizada e tirar dela todas as consequências sociais e políticas no domínio nacional e internacional» e colocar Portugal «na corrente dos países da Europa que durante o pontificado de Pio XI negociaram instrumentos políticos de igual natureza». A Igreja Católica, de seu lado, obtinha garantias jurídicas reguladas pelo Direito Internacional e prosseguia na construção de uma frente de defesa da civilização cristã.

As matérias que viriam a ser discutidas nas negociações eram, tal como nas outras concordatas, as chamadas “matérias mistas” (educação e casamento) e também aquelas que visavam restituir à Igreja parte do estatuto de que gozava na monarquia constitucional (bens, isenções fiscais, etc.). Contudo, a Concordata portuguesa apresentava uma particularidade: «tratava ainda do problema da organização católica no Ultramar, visando a criação duma organização missionária capaz de realizar a obra evangelizadora e civilizadora e a vocação histórica de Portugal»<sup>325</sup>.

Mas os processos negociais são claramente distintos.

Em Itália, as negociações foram feitas pelo advogado Francesco Pacelli (irmão do futuro Papa Pio XII), em representação da Santa Sé, e Domenico Barone, conselheiro de Estado, que representou o Estado italiano. Este morrerá inesperadamente, depois de dois anos de negociações. Em vez de o substituir por um jurista de prestígio, é Mussolini que se encarrega pessoalmente das negociações<sup>326</sup>.

Em Espanha, foi o Governo que procedeu à redacção do anteprojecto, tendo por base a antiga Concordata espanhola de 1851, a Concordata de 1934 com a Áustria e a Concordata de 1940 com Portugal<sup>327</sup>.

Para a negociação da Concordata espanhola, foi constituída uma Comissão de que fazia parte Fernández Cuesta, ministro da Justiça, Ibáñez Martín, ministro da Educação, e

---

<sup>325</sup> «Le Concordat entre le Portugal el le Vatican in Le Temps», discurso de Mário de Figueiredo proferido na assinatura da Concordata no Vaticano, a 9 de Maio de 1940. Recorte de imprensa. AHD-MNE, Correspondência sobre a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, 2P, A13, CX. 1010.

<sup>326</sup> Vittorio Messori, «La Provvidenza e il Concordato», *Corriere della Sera*, 11 novembre 2005. <http://www.et-et.it/articoli2005/a05m13.htm> (28 de Outubro de 2008).

<sup>327</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste*, p. 243-214.

Ruiz-Giménez, embaixador na Santa Sé, sendo presidida por Martín Artajo, ministro dos Negócios Estrangeiros. O facto de, em Março de 1951, Franco ter entregue ao embaixador Joaquín Ruiz Giménez o projecto de Concordata e lhe ter dito: «Llévelo al Santo Padre y dígame que cinco cristianos se han sentado en torno a esta mesa para redactarlo»<sup>328</sup>, pode levar-nos a pensar que o Caudilho participou no processo negocial.

Em Portugal, o anteprojecto foi da autoria da Santa Sé (embora, como veremos, com a interferência de Salazar), mas certamente, quer a contraproposta do projecto do Governo português, quer a sua negociação, teve um grau de participação do chefe do Governo português sem paralelo nos países supracitados: Salazar reuniu à sua volta um número considerável de notáveis com quem discutiu e se aconselhou, não abdicando, porém, da sua preeminência.

### 3.1 OS PRIMEIROS ENSAIOS

A ideia do estabelecimento de uma Concordata entre Portugal e a Santa Sé remonta à Ditadura Militar. De acordo com um relatório do núncio Nicotra a Pietro Gasparri, Cardeal Secretário de Estado, datado de 26 de Março de 1927, aquele refere a troca de ideias que tivera com o ministro dos Estrangeiros, Gama Ochôa, relativamente às relações entre Igreja e Estado. Nessa circunstância, diz ter falado na possibilidade de substituir a «iníqua» Lei da Separação por um «regime concordatário mais adaptado ao nosso tempo e mais eficaz para manter no futuro a harmonia entre os dois poderes». Recomendou mesmo que tal se fizesse rapidamente, «quer pela boa disposição do Governo quanto a tudo o que vem da Igreja, quer pela exigência de toda a nação, que sendo católica a sua grande maioria, reclama com insistência a liberdade de culto e a perfeita personalidade jurídica da autoridade eclesiástica». O ministro, que o representante da Santa Sé caracteriza como «um liberal republicano à antiga e desgraçadamente educado na ideia da revolução francesa», terá dito ser «impossível falar agora no regime concordatário em Portugal». O clima não era propício, tanto mais que «a Santa Sé não tencionava reconhecer o Direito do Padroado de Portugal no Oriente», direito que pertencia ao Governo<sup>329</sup>. No entanto, Nicotra afirma que, nesta conversa, o ministro se posicionou contra a Lei da Separação, cuja proibição de instrução religiosa «até nas escolas

---

<sup>328</sup> Ricardo de la Cierva cit. em Cândido «El Concordato de 1953», *ABC.es*, 28 de Agosto de 2008. [http://www.abc.es/hemeroteca/historico-28-08-2003/abc/Opinion/el-concordato-de-1953\\_204238.html](http://www.abc.es/hemeroteca/historico-28-08-2003/abc/Opinion/el-concordato-de-1953_204238.html).

<sup>329</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 352 P.O., fasc. 75, fl. 4-5.



privadas, formara, com a liberdade de pensamento adversa a qualquer autoridade, uma população ateia, viciosa e anárquica, uma verdadeira geração de feras ferozes». Uma posição que remete para o papel do catolicismo enquanto elemento indutor do respeito pela autoridade.

Para obstar a tal circunstância, haveria que adoptar, segundo o ministro, um regime de separação semelhante ao brasileiro, pelo que «fará todos os esforços, mesmo junto aos seus colegas do Governo para que esta lei de Separação do Brasil seja adoptada em Portugal» (opinião aliás partilhada por alguns republicanos moderados e monárquicos “liberais”). O ministro está a referir-se ao Decreto nº 119-A, de 17 de Janeiro de 1890, que estabeleceu o regime de separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, ao mesmo tempo que decretou uma total liberdade religiosa, que o catolicismo soube aproveitar: «libertou-se da tutela estatal, uniu-se ao Vaticano, organizou-se, romanizou-se, disciplinou e moralizou seus quadros, censurou e formou novos quadros, expandiu [a] sua rede de seminários, paróquias, dioceses e escolas pelo país, prosperou como nunca dantes e se tornou numa grande força social». Exemplos disso são as festas e comemorações colectivas que organizava («fazendo praticamente coincidir o calendário de festas e eventos religiosos com os momentos fortes de efusão colectiva e doméstica»), a administração dos sacramentos que ritmava e sancionava os principais momentos da vida dos cidadãos, as bênçãos aos deputados, os ministros, e edifícios públicos, a gestão de hospitais e escolas<sup>330</sup>.

Num outro relatório que o nuncio Nicotra dirige a Pietro Gasparri, a 27 de Maio 1927, aquele descreve um banquete no Palácio da Ajuda oferecido ao corpo diplomático, onde, antes e depois da refeição, conversou com o ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, quanto à personalidade jurídica da Igreja Católica em Portugal<sup>331</sup>. O ministro disse-lhe que o Decreto nº 11.887, de 15 de Julho de 1926, que tanta oposição suscitara, tinha garantido a autoridade do Bispo, submetendo a corporação à sua jurisdição (art. 5º). Na prática, fizera o que fora possível, tendo em conta que ainda estava em vigor a Lei da Separação de 1911. Restituíra à Igreja todos as igrejas confiscados pela Lei da Separação, o que importou a soma de mais de 5 milhões de escudos, preparava ainda a restituição de seminários e concedera ao clero o direito de aposentação. Mas o que Manuel Rodrigues destacava desta sua iniciativa era

---

<sup>330</sup> Ricardo Mariano – «Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso». In Ciudad Virtual de Antropologia y Arqueologia [em linha]. [Consult. em 7 de Junho de 2008]. Disponível em URL: <[http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo\\_mariano.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm)>.

<sup>331</sup> Os assuntos que dizem respeito às relações da Igreja Católica com o Estado estavam entre as competências do Ministério da Justiça. O mesmo acontecia em Espanha, se bem que aí, desde 8 de Agosto de 1939 existisse uma direcção-geral de assuntos eclesiásticos, que subsistiu durante todo o franquismo.

a possibilidade de ser ministrado o ensino religioso em todas as escolas privadas. O núncio realça como o aspecto mais significativo desta conversa a afirmação de que o ministro «pensa em breve redigir um outro projecto geral, que revogue completamente a Lei da Separação e tratando-se de uma nova legislação eclesiástica sobre matéria mista, a qual é de natureza bilateral, o ministro está disposto a tratar de acordo com o episcopado e a Santa Sé»<sup>332</sup>. Esta é, portanto, a primeira vez que o Governo se refere ao assunto, não sendo despidendo lembrar que Rodrigues terá um papel importante nas futuras negociações. O que nos leva a conjecturar se tal facto não terá pesado na sua escolha para titular da Justiça naquele que foi o primeiro Governo de Oliveira Salazar.

No seu diário, o Monsenhor Beda Cardinale refere que no dia 20 de Julho de 1929 o Monsenhor Pizzardo, Secretário da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, tê-lo-á encarregado de inquirir sobre a possibilidade de se celebrar uma Concordata com Portugal<sup>333</sup>. Daí talvez que, num «Pro-Memoria» datado de 1929, da mesma Sagrada Congregação surja explicitamente a afirmação de que o núncio apostólico de Lisboa, em seu nome e no do Governo português, expressou o desejo de iniciar a negociação de uma Concordata entre Portugal e a Santa Sé, no que fora também secundado pelo Arcebispo de Évora e pelo novo ministro dos Estrangeiros Trindade Coelho na sua recente vinda a Roma<sup>334</sup>.

Efectivamente, pouco depois é Trindade Coelho quem afirma, numa entrevista concedida ao *Diário de Notícias* um dia antes da sua tomada de posse no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, inequívoca e publicamente, o ensejo de estabelecer uma Concordata com a Santa Sé, e que iria trabalhar para a sua concretização<sup>335</sup>. O núncio apressa-se a transmitir à Santa Sé que «a entrevista do senhor ministro foi julgada por muitos – ao menos no que diz respeito às relações com o Vaticano – uma imprudência, parecendo inútil e perigoso lançar o alarme no campo adversário, o qual meterá agora à obra todos os meios «para impedir a realização da ideia do ministro»<sup>336</sup>.

A inclinação de Trindade Coelho por estas matérias é também consubstanciada na vontade de criar na direcção-geral dos Negócios Políticos, uma secção «especialmente

---

<sup>332</sup> Relatório nº 3030, de Nicotra a Pietro Gasparri, 27 de Maio de 1927. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 339 P.O., fasc. 45, fls. 29-30. Faz a descrição de banquete no Palácio da Ajuda oferecido ao corpo diplomático.

<sup>333</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>334</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 7.

<sup>335</sup> Entrevistas ao *Novidades* e ao *Città Vaticana*, cit. em *A União*, Julho 1929, p. 4 e 5.

<sup>336</sup> Relatório nº 511 do Núncio a Gasparri. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 95, fls. 28-29.

incumbida das questões religiosas»<sup>337</sup>. Todavia, vai apresentar a demissão rapidamente, não chegando a executar nenhuma das suas propostas. Um relatório de Beda Cardinale dirigido a Pietro Gasparri, datado de 27 de Agosto de 1929, explica porquê: para vexar propositadamente Trindade Coelho, um grupo de maçonicos encenou uma demonstração no Cemitério de Lisboa sobre o túmulo de seu pai, José Francisco Trindade Coelho, escritor anticlerical e maçónico, que se suicidara a 9 de Junho de 1908. O episódio, que terá tido a conivência da Polícia e da Censura, a qual permitiu a publicação da notícia no jornal, levou Trindade Coelho a exigir como reparação a imediata destituição do tenente-coronel Pestana Lopes da Polícia de Informação. Perante a recusa do presidente do Ministério, o ministro dos Estrangeiros demitiu-se, sendo-lhe dada a possibilidade de escolher um posto diplomático no estrangeiro. Trindade Coelho exigiu o Vaticano e, para evitar mais polémicas, o Governo anuiu, «consciente que esse destino tinha o agrado dos católicos»<sup>338</sup>. Seria então nomeado ministro de 1ª classe junto da Santa Sé por Decreto de 8 de Setembro de 1929. Por essa razão Augusto de Castro, seu antecessor, foi transferido para Berlim<sup>339</sup>. Beda Cardinale sublinhou que era a primeira vez que se escolhia um ministro notoriamente católico.

Note-se que a 19 de Agosto de 1929, antes de ser substituído, Augusto de Castro envia um ofício ao ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>340</sup>, transmitindo a vontade manifestada pelo Cardeal Secretário de Estado e pelo Secretário para os Negócios Extraordinários (Monsenhor Pizzardo) de dar continuidade à promessa contida nas declarações de Trindade Coelho, embora pensasse que nenhum deles estava efectivamente convencido da viabilidade das negociações, procurando apenas «apalpar terreno»<sup>341</sup>.

Nos arquivos dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários encontra-se um projecto de Concordata redigido em Agosto de 1932 pelo padre franciscano António de Santa Maria<sup>342</sup>. Era então ministro na Santa Sé Trindade Coelho. O franciscano, numa carta a Monsenhor Tardini<sup>343</sup>, de 30 de Agosto de 1932, considera ter cumprido o seu dever embora duvidasse da

---

<sup>337</sup> Acto de posse no Ministério dos Negócios Estrangeiros, *cit.* em *A União*, Julho 1929, p. 5.

<sup>338</sup> Ivens Ferraz, *A ascensão de Salazar: memórias de Ivens Ferraz*, p. 79-85.

<sup>339</sup> ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona (1580-1940), scatola n° 443, fls. 238-9.

<sup>340</sup> Era então ministro dos Negócios Estrangeiros interino o presidente do Ministério, Artur Ivens Ferraz (1870-1933) – oficial do Exército, foi por diversas vezes ministro na Ditadura Militar. Presidiu ao Ministério de Julho de 1929 a Janeiro de 1930.

<sup>341</sup> Ofício confidencial, reservado, n° 104 A. AHD-MNE, Santa Sé, GSG, Mç. 9 (pt. 2)

<sup>342</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368, fasc. 111, fls. 11-28

<sup>343</sup> Domenico Tardini (1888-1961) – ordenado padre em 1912. Foi nomeado por Pio IX assistente-geral da Acção Católica. Em 1925 foi nomeado para presidir à *Società della Gioventù Cattolica Italiana*. A partir de 1921 trabalhou na Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinário, sendo nomeado Substituto em 1929 e Secretário em 1937. Era a terceira figura da Secretaria de Estado no tempo do Cardeal Pacelli. Foi nomeado Cardeal Secretário da Secretaria de Estado por João XXIII, em 1958.

«coragem do ministro» para enfrentar franco-mações e também algum sacerdote imprudente<sup>344</sup>. Junta a esta missiva uma cópia de outra que enviara a 28 de Agosto de 1932 ao ministro de Portugal na Santa Sé, Trindade Coelho, dizendo-lhe: no projecto «está tudo o que deve estar»; e se fosse ele o ministro apresentaria todos os artigos, porque «são expressão das aspirações dos nossos católicos bem pensantes, sérios e honestos» e «reflectem o direito concordatário, vigente nos países católicos». Trata-se apenas, dirá o franciscano, de uma base para a discussão, porque a redacção definitiva resultará ainda do estudo e da discussão dos representantes da Santa Sé e de Portugal. Espera que não se desperdice esta oportunidade, pois «a ocasião é óptima e seria um pecado não aproveitá-la porque será bem difícil encontrar circunstâncias melhores»<sup>345</sup>.

Entretanto, Trindade Coelho insiste junto do ministro dos Negócios Estrangeiros, César de Sousa Mendes na celebração de uma Concordata. Numa missiva de 28 de Setembro de 1932, na qual envia um projecto de acordo concordatário, escreve: «Se ligar o seu nome a uma Concordata, o seu nome ficará!». O então ministro de Portugal na Santa Sé afirma ter sido auxiliado pelo Monsenhor José de Castro, consultor eclesiástico da Legação portuguesa e reitor do Colégio de Santo António dos Portugueses<sup>346</sup>. O mesmo projecto será enviado, a 18 de Outubro de 1932, a Luís Teixeira de Sampaio, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>347</sup>. Como princípio geral ter-se-á procurado «satisfazer as aspirações católicas do país e respeitar os não católicos», deixando-se antever as matérias que iriam dar corpo à redacção final, uns anos mais tarde: liberdade de culto, respeito pelo regime espiritual da Igreja, protecção e auxílio à instrução religiosa, assistência religiosa às Forças Armadas e dispensa de serviço militar para os sacerdotes, reconhecimento de efeitos civis ao matrimónio católico, ampla liberdade de associação, reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, livre nomeação dos bispos, fomento ao apostolado sacerdotal, etc.<sup>348</sup>. Certo é que este projecto é praticamente igual ao atrás mencionado da autoria do padre António de Santa Maria.

Num texto de autor desconhecido que se encontra nos arquivos do Vaticano, intitulado «Algumas reflexões sobre uma possível Concordata com Portugal», com data de Outubro de 1932, sugere-se a redacção do primeiro artigo de uma futura Concordata nos seguintes termos: «A religião católica apostólica romana, inspiradora dos actos mais gloriosos da

---

<sup>344</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368, fasc. 111, fl. 30.

<sup>345</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368, fasc. 111, fl. 31.

<sup>346</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A, fl. 44-45.

<sup>347</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A, fl. 44-46.

<sup>348</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A, fls. 47-60.

história de Portugal, é a religião da grande maioria do povo português». Enumeram-se também os assuntos a tratar nesse acordo. Assim, refere-se a necessidade de garantir «o livre e público exercício do culto», «o livre exercício do poder espiritual» e o exercício da sua própria jurisdição em matéria eclesiástica «em conformidade com os cânones sagrados e a presente concordata». Para esse efeito, o Governo deveria: 1) assegurar aos eclesiásticos a defesa do seu poder «para o exercício do próprio ministério espiritual, e não causar impedimentos nem impasses a tudo quanto a competente autoridade eclesiástica faça para o estabelecimento do bem das almas, a propagação da fé, a cura do culto, a manutenção das obras pias e de religiosas, etc.»; 2) punir o uso abusivo do hábito eclesiástico tal como se fazia no caso do uso abusivo da divisa militar; 3) estabelecer a isenção de serviço militar em tempo de paz para eclesiásticos e religiosos; 4) admitir, em tempo de guerra, os sacerdotes na assistência espiritual às Forças Armadas e os clérigos ou religiosos nos serviços sanitários; 5) confiar ao Patriarca de Lisboa a assistência religiosa das Forças Armadas, que a exercerá por intermédio de um vigário castrense (nomeado pelo Patriarca com o acordo do ministro da Guerra), do qual dependem os capelães (nomeados pelo ministro da Guerra, ou, respectivamente, da Marinha, sob proposta do vigário Castrense); 6) isentar os eclesiásticos do exercício de cargos civis que não estejam em conformidade com o seu estado; 7) estabelecer a proibição de inquirição aos eclesiásticos sobre assuntos de que tenham tido conhecimento pelo exercício do seu ministério; 8) fazer uma prece para a prosperidade e grandeza do povo lusitano nas festas depois da missa solene, em todas as igrejas catedrais; 8) prever o juramento de fidelidade dos bispos, tal como consta da Concordata italiana<sup>349</sup>. Dispensa-se, no entanto, a garantia da livre comunicação dos bispos com Roma, porque nem todas as concordatas o fazem (esta é uma prática estabelecida nas concordatas com a Itália, a Lituânia e a Roménia, mas não se verifica nas concordatas com a Baviera, a Polónia e a Prússia).

A 19 de Dezembro de 1932, o núncio visitou o ministro dos Negócios Estrangeiros tentando introduzir na conversa o assunto da Concordata. O governante ter-se-á mostrado reservado, falando-lhe da dificuldade política em que se encontrava Portugal<sup>350</sup>. Nesse mesmo dia, Beda Cardinale visitou também Teixeira de Sampaio que considerou a situação interna de Portugal delicada e referiu que, caso uma crise governamental levasse à saída de Oliveira

---

<sup>349</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 36-70.

<sup>350</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

Salazar, seria o fim da ditadura, tendo por consequência uma «inevitável revolução, da qual se aproveitariam os comunistas».

No início do ano de 1933, é Oliveira Salazar quem se dirige ao núncio propondo-lhe o estabelecimento uma Concordata com a Santa Sé, de preferência fazendo coincidir a sua assinatura com o plebiscito da Constituição. O núncio explica no seu diário<sup>351</sup> e num relatório<sup>352</sup> que envia ao Cardeal Secretário de Estado, a 25 de Janeiro de 1933, como Salazar encetou esta tentativa de abertura de negociações. Às 16 horas do dia 17 de Janeiro de 1933, Oliveira Salazar foi recebido pelo núncio. Depois de agradecer a autorização para celebrar uma missa em casa do seu pai, que se encontrava doente, manifestou vontade de falar com o núncio sobre o estatuto da Igreja Católica em Portugal. Ter-lhe-á exposto «magistralmente» a situação criada a esta instituição nos últimos cem anos e afirmou que, muito embora em 1918 se tivessem reatado as relações diplomáticas entre o Governo português e a Santa Sé, subsistia o paradoxo de se encontrarem em vigor as leis anticlericais da Monarquia e da República. Ora, na dupla qualidade de católico e de chefe do Governo, desejava regular satisfatoriamente o estatuto da Igreja Católica em Portugal. Para isso tencionava celebrar uma Concordata com a Santa Sé (e também «preparar a passagem do regime ditatorial para uma situação normal» – a promulgação da Constituição estava para breve). O desejo de Oliveira Salazar assentava não apenas no facto de ser católico praticante, mas também na sua qualidade de homem de Estado, porque considerava que a sua obra ficaria «diminuída e imperfeita se não se resolvesse a dar uma solução satisfatória à situação contraditória em que se encontra a Igreja em Portugal. A unidade espiritual do País, a pacificação dos ânimos e a reparação devida à Igreja e aos católicos exige que o Governo faça todos os esforços para atingir um entendimento definitivo com a Santa Sé». Desde logo avisava que não podia ser senão um «programa mínimo», que se restringisse aos aspectos indispensáveis, pois a «mentalidade laica prevalecente», resquício «do regalismo e da propaganda anticlerical feita pela República», não permitia a celebração de uma Concordata que reparasse completamente «a ofensa feita à Igreja». Fazê-lo poderia suscitar «uma viva e profunda reacção». Salazar ter-se-á lamentado da solução proposta, mas a verdade é que enquanto governante reconhecia que não poderia fazer mais, razão pela qual apelava à «paterna benevolência da Santa Sé». Esta Concordata teria de ser entendida como um «primeiro passo para um ordenamento definitivo» que, «considerada a evolução que se

---

<sup>351</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>352</sup> Relatório n.º 2496 (reservado), dirigido ao Cardeal Eugénio Pacelli, Secretário de Estado de Sua Santidade, de 26 de Janeiro de 1933. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 74-77.

vai fazendo em Portugal, conduziria em seguida a um reconhecimento mais completo dos direitos da Santa Igreja». Os outros membros do Governo, bem como o ministro de Portugal na Santa Sé, ignoravam esta sua iniciativa, que Salazar só tornaria conhecida caso a Santa Sé concordasse com este «programa mínimo». Apenas Teixeira de Sampaio, secretário-geral dos Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sabia da sua existência e conteúdo, ainda que vagamente. Salazar pediu então ao núncio que manifestasse confidencialmente esta sua intenção à Santa Sé e combinaram que a resposta de Roma seria-lhe comunicada por carta enviada para a residência do Presidente do Conselho.

Salazar ter-se-á ainda lamentado, discretamente, da pouca simpatia de certos católicos pela Ditadura pelo facto desta não satisfazer todas as reclamações da Igreja, lembrando que caso houvesse uma nova revolução «a Igreja seria sempre a vítima». Os católicos pareciam não entender «o perigo da propaganda comunista favorecida pela situação espanhola; a hostilidade persistente dos grupos políticos inimigos da Ditadura que para terem êxito na sua intenção sectária estão prontos a lançar outra vez a pátria na luta e na rebelião». Para o núncio, a queixa de Oliveira Salazar pode ter «um certo fundamento se se considerar a coisa do ponto de vista estritamente político» mas, na sua opinião, mais do que lutarem contra a Ditadura, os católicos quiseram afirmar que a sua actividade enquanto tal estava fora e acima dos partidos.

Beda Cardinale dá ainda conta a Pacelli da melhoria da situação da Igreja Católica em Portugal graças às medidas tomadas pela Ditadura. A Igreja gozava agora de uma «satisfatória liberdade». O Governo publicara uma série de decretos para atenuar «a injustiça cometida» contra a Igreja por «uma legislação ímpia» e até mesmo a nova Constituição se inseria nesse espírito. Destaca também a deferência com que o Governo vinha tratando a autoridade eclesiástica, «e na pessoa do Presidente da República tem participado oficialmente nas manifestações católicas solenes». Neste relatório, o núncio subscreve a posição de Oliveira Salazar: o espírito anticlerical prevalece ainda em certos sectores, aproveitando «qualquer pretexto para se agitar e criar embaraços ao Governo»; a própria Ditadura apresenta «alguma fraqueza derivada de uma certa falta de homogeneidade». Estas razões obrigam, no seu entender, a que a «obra de reforma» se processe «gradualmente e com muita prudência para não provocar uma agitação que comprometa tudo». Parece considerar legítimo «o temor do Dr. Salazar, o qual, não obstante a sua força de carácter, a sua tenacidade e a sua perseverança, deve ter em conta um ambiente que só o tempo e a obra sábia e prudente dos governantes poderão melhorar e transformar». O núncio crê ainda que Oliveira Salazar está

desejoso de fazer coincidir a publicação da nova Constituição política com a solução da questão religiosa. É muito elogiosa a opinião que tem do Presidente do Conselho, que classifica como um homem de grande prestígio e «o primeiro expoente da Ditadura», cuja «permanência no poder presta as melhores garantias». Era naquele momento «o único homem capaz de conduzir uma Concordata com a Santa Sé» e, se tivesse de «abandonar o poder, a possibilidade de uma Concordata seria adiada indefinidamente». Perante a falta de clareza das pretensões de Oliveira Salazar quanto ao conteúdo da Concordata, o núncio entende que se deve convidá-lo «a expor numa forma concreta qual é a base sobre a qual ele crê poder começar eventuais negociações». Fica então a aguardar as instruções do Cardeal Secretário de Estado<sup>353</sup>. Entretanto, o núncio informou confidencialmente o Cardeal Cerejeira da *démarche*

---

<sup>353</sup> Relatório nº 2496 (reservado), dirigido ao Cardeal Eugénio Pacelli, Secretário de Estado de Sua Santidade, de 26 de Janeiro de 1933. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 74-77. Transcrição do documento:

«Nestes últimos dias o Presidente do Conselho, Doutor António Oliveira Salazar, foi à Nunciatura e teve uma longa conversa comigo em torno de uma matéria de grande relevo para a Igreja.

Discorrendo em torno da Constituição política, e procurando preparar a passagem do regime ditatorial para numa situação normal, o Dr. Salazar, como católico, deseja vivamente providenciar, tanto quanto possível, a ordenação de uma forma satisfatória da condição da Igreja Católica em Portugal, que substancialmente se mantém a criada pela República com a Constituição de 1913. Ele, portanto, na sua qualidade de Presidente do Conselho, mas de momento de uma forma estritamente confidencial, manifesta ao núncio apostólico – para que informe a Santa Sé – o seu desejo, e mais do que desejo, a sua intenção de fazer uma Concordata com a Sé Apostólica.

Ele todavia não ignora a grave dificuldade que pode surgir devido à mentalidade laica prevalecente, e a apreensão e preconceito que ainda suscita na esfera dirigente, resíduo do regalismo e da propaganda anticlerical feita pela República. Diz depois que naquele momento não sabe se é possível obter uma Concordata que repare completamente as injustiças feitas à Igreja e lhe reconheça plenamente os direitos e a razão. Segundo ele, voltando a insistir nisto, correr-se-á um sério perigo de uma viva e profunda reacção.

Portanto ele é da opinião de que nas actuais circunstâncias a única coisa possível é uma Concordata que se restrinja às coisas indispensáveis. Seria um pouco um programa mínimo. Como católico ele deplora isto, mas como homem de estado, cuja principal responsabilidade é o Governo, é obrigado a reconhecer que não se pode actualmente fazer mais.

Por isso ele confia na benignidade e na materna benevolência da Santa Sé que foi sempre tão generosa com Portugal. Seria um primeiro passo que – considerada a evolução que se vai fazendo em Portugal – conduziria em seguida a um reconhecimento mais completo dos direitos da Santa Igreja. Se por acaso a Santa Sé pudesse entrar nesta ordem de ideias, o Dr. Salazar informava o seu Governo da diligência feita junto do Núncio Apostólico, o que por medida de prudência.

Esta são pormenorizadamente as declarações que o Presidente do Conselho.

Sem dúvida o Dr. Salazar deseja sincera e vivamente fazer uma Concordata com a Santa Sé; e deseja-o, não só como católico praticamente, mas também como estadista, enquanto reconhece que a obra da Ditadura em geral, e a sua obra em particular, ficará diminuída e imperfeita se não se resolvesse a dar uma solução satisfatória à situação paradoxal em que se encontra a Igreja em Portugal. A unidade espiritual da paz, a pacificação dos ânimos e a reparação devida à Igreja e aos Católicos exige que o Governo faça todos os esforços para atingir um entendimento definitivo com a Santa Sé.

É justo reconhecer que a Ditadura melhorou a situação da Igreja, que actualmente goza de uma certa e satisfatória liberdade; o Governo com uma série de decretos oportunos tem procurado anular – nos casos em que era possível – a injustiça cometida contra a Igreja de uma legislação ímpia, ao menos reparar parcialmente e atenuar bastante a nefasta consequência de tal legislação. Também o projecto da nova Constituição vai neste sentido. Neste entretanto o Governo sempre se mostrou deferentíssimo para com a Autoridade Eclesiástica, e na pessoa do Presidente da República tem participado oficialmente nas manifestações católicas solenes. Mas a Ditadura não pôde destruir aquela mentalidade laica e cujos preconceitos sofre a pretensa classe dirigente. Em certos sectores [?] sempre aquele espírito anticlerical, pronto a aproveitar qualquer pretexto para agitar-se e criar embaraços ao Governo. A Ditadura depois, por esta razão, e ainda por uma certa fraqueza derivada de uma certa



de Oliveira Salazar, ao que esse lhe terá dito que também o Presidente da República fizera uma alusão velada à possibilidade de uma Concordata com a Santa Sé<sup>354</sup>.

A 21 Fevereiro 1933, segundo um rascunho que se encontra nos Arquivos Secretos do Vaticano, Pacelli transmite ao núncio que participara ao Santo Padre o conteúdo do seu «importante relatório». A Santa Sé apreciara «altamente a boa intenção de S. E. o Senhor Salazar, o qual se esforça por conformar a própria acção política à Religião Católica, que ele abertamente professa e pratica». Mas advertiu que, antes das negociações para uma Concordata, era necessário apurar, como o núncio sugerira, em que consistia o tal «programa mínimo». Em circunstância alguma a Santa Sé prescindiria de certas questões essenciais, tais como o matrimónio e a escola<sup>355</sup>, «também para não constituir um danoso precedente para as negociações já iniciadas ou a iniciar com outros Estados». Caso Salazar não concorde em incluir essas matérias na Concordata, «será melhor, por agora, que o Governo procure chegar a um acordo por via legislativa anulando as disposições<sup>356</sup> contrárias à Igreja, remetendo para tempo mais oportuno e regular a ordenação de modo positivo da relação entre os dois poderes». Todavia, se Oliveira Salazar aceitasse a sua inclusão, então aconselha o envio de

---

falta de homogeneidade, é constrangida a proceder na obra de reforma gradualmente e com muita prudência para não provocar uma agitação que comprometa tudo. Isto explica o temor do Dr. Salazar, o qual não obstante a sua força de carácter, a sua tenacidade e a sua perseverança, deve ter em conta um ambiente, que só o tempo e a obra sábia e prudente dos governantes poderá melhorar e transformar.

Nos próximos meses espera-se publicar a nova Constituição política, que será o passo decisivo para a normalidade da situação. Creio que o Dr. Salazar estará desejoso de fazer coincidir isto com a solução da questão religiosa.

O Dr. Salazar é o primeiro expoente da Ditadura; a obra de viragem nestes quase cinco anos é tida por colossal, e de importância decisiva para o País; depois o seu prestígio actual é grandíssimo, e a sua permanência no poder presta as melhores garantias. Nas actuais circunstâncias é o único homem capaz de conduzir uma concordata com a Santa Sé. Mas se desgraçadamente ele tivesse de abandonar o poder, a possibilidade de uma concordata seria adiada indefinidamente.

Ele, falando comigo, não foi muito claro em torno do que, na sua mente, deveria formar a base de uma futura Concordata. Sou de parecer que o Dr. Salazar fosse convidado a expor numa forma concreta qual é a base sobre a qual ele crê poder começar eventuais negociações. Espero a este propósito as veneráveis instruções que Vossa Eminência se dignará a dar-me. Permito-me pois transmitir-lhe que o Dr. Salazar, como ele mesmo me declarou, não quis informar o ministro em Roma, Dr. Trindade Coelho, da sua intenção de tratar de uma futura Concordata, e tanto menos, do passo feito junto ao Núncio Apostólico». Segue-se o relato das opiniões manifestadas por Oliveira Salazar quanto ao futuro do país: duvidava do triunfo de uma revolução; temia o perigo da propaganda comunista favorecida pela situação espanhola; notava a hostilidade persistente dos grupos políticos inimigos da Ditadura que, para terem êxito na sua intenção sectária, estão prontos a lançar outra vez a pátria no sentido luta e na rebelião; dá conta que certos católicos mostram pouca simpatia pela ditadura por esta não poder satisfazer todas as reclamações da Igreja o que imputava a uma incompreensão do ambiente. De tudo isto diz o núncio: «O lamento de Salazar poderá ter um certo fundamento se se considerar a coisa do ponto de vista estritamente político; mas creio que os católicos, em vez de fazer obra contra a Ditadura, quiseram afirmar que a sua actividade enquanto católicos está fora e acima dos partidos políticos».

<sup>354</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>355</sup> Por baixo, riscado «com um Estado Católico não pode prescindir de duas questões: o matrimónio e a escola».

<sup>356</sup> Por baixo, riscado: «o Governo se limite a excluir da Constituição que está elaborando, o maior número de disposições».

ministros plenipotenciários a Roma, «porque, como demonstra a experiência, as negociações podem desenvolver-se com maior segurança e rapidez»<sup>357</sup>. Num ofício da Nunciatura, datado de 22 de Fevereiro de 1933, transmite-se a Oliveira Salazar, de forma «reservadíssima», a resposta de Pacelli quanto à possibilidade de realizar uma Concordata<sup>358</sup>.

No Arquivo da Sagrada Congregação encontra-se ainda um apontamento manuscrito, que pode ter sido escrito por Antonio Colonna, datado de Março de 1933. Dirigido provavelmente ao Cardeal Pacelli, nele se defende que não se responda a Beda Cardinale, mas, caso se entenda dever fazê-lo, para que o mesmo não pense que a sua atitude é reprovável, a carta deverá ser pequena e sem numeração. O nuncio deverá ser lembrado que, embora Salazar se sinta «encorajado pela consolidação da sua posição política», é necessário que diminua o temor da reacção referido no relatório anterior do nuncio para que se possa chegar a uma solução quanto às questões essenciais. Esta missiva deveria terminar manifestando o desejo do Santo Padre relativamente à conclusão desta Concordata e a «grande confiança na valentia e sageza» do nuncio<sup>359</sup>. Não se sabe se esta carta seguiu o seu destino.

Só em meados do mês de Abril é que Oliveira Salazar se desloca de novo à Nunciatura. Beda Cardinale dirá, quer no relatório que envia à Santa Sé, quer no seu diário, que o Presidente do Conselho começou por se desculpar pelo atraso na resposta às condições impostas pela Santa Sé. Pretendia conhecer exactamente o pensamento desta última relativamente ao ensino religioso. A nova Constituição determinava que o ensino religioso seria livre nas escolas privadas e que nas escolas dependentes do Estado o ensino seria neutro. Mas este facto não impedia o Governo de ceder à autoridade eclesiástica, a pedido desta e através de um Decreto, uma ou duas aulas, desde que os pais das crianças tivessem feito o respectivo pedido. Era uma matéria sobre a qual Salazar entendia poder chegar-se a acordo com a Santa Sé. O problema da família era mais complexo: a abolição do divórcio não seria possível nos próximos anos sob o risco de se vir comprometer seriamente o que já se havia obtido. Observou ainda que o divórcio contrastava com as novas disposições constitucionais relativas à família, que aliás se inspiravam em grande medida na última Constituição Pontifícia sobre o matrimónio. Tais disposições podiam conduzir a que no futuro se viesse a abolir o divórcio da legislação portuguesa. Até lá, o Governo podia tornar mais restritiva a

---

<sup>357</sup> Carta nº 252/33. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 78-79.

<sup>358</sup> Ofício nº 2529. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 88; Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 111.

<sup>359</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 86-87.

autorização do divórcio «de modo a reduzi-lo a praticamente nada». Se a Santa Sé se referia à precedência do registo civil no matrimónio católico, Oliveira Salazar entendia ser possível encontrar uma solução satisfatória. O Presidente do Conselho terá ainda dito que se tinha estabelecido a neutralidade da escola na primeira versão da Constituição porque se pensava que naquele momento não era possível fazer coisa diferente. Afirmava agora estar arrependido porque a situação fora mal avaliada; procurou-se ainda mudá-la antes do plebiscito, mas não houve a coragem necessária (não se referindo a ninguém em concreto).

O núncio comprometeu-se então a transmitir à Santa Sé o que Oliveira Salazar lhe havia exposto. Este referiu-se ainda à substituição do ministro dos Negócios Estrangeiros (Sousa Mendes), dada a necessidade de, «na actual conjuntura internacional», dispor de um «homem de prestígio e de cultura», fazendo notar que o novo ministro, Caeiro da Mata<sup>360</sup>, era «deferentíssimo relativamente à Igreja»<sup>361</sup>.

A 26 de Maio de 1933, o núncio recebe a visita do Cardeal Patriarca, o qual lhe diz que Oliveira Salazar está confiante quanto ao desejo da Santa Sé de realizar uma Concordata com o Governo português<sup>362</sup>.

Pacelli responde com um telegrama recebido na Nunciatura a 12 de Junho, dizendo que a Santa Sé está sempre disposta a iniciar negociações desde que estas decorram sobre bases aceitáveis – o que não parecia ser o caso da proposta de Oliveira Salazar. Se o núncio tivesse outro entendimento, então deveria o Governo apresentar uma proposta concreta e enviar a Roma um ministro plenipotenciário. Na discussão seria útil que interviesse um representante do episcopado português<sup>363</sup>.

A 16 de Junho o núncio escreve a Salazar:

Recebi de Roma resposta ao meu último relatório a propósito do projecto de uma Concordata. Eis sinteticamente o seu conteúdo.

A S. Sé julga insuficientes as propostas indicadas em perspectiva. Atendendo, porém, às óptimas disposições de V. Exa., e à situação geral do País, está disposta a tratar em bases aceitáveis.

---

<sup>360</sup> José Caeiro da Mata (1883-1963) – professor universitário e político. Licenciado e doutorado pela Universidade de Coimbra (1906), deputado pelo Partido Regenerador (1890-1910). ministro dos Negócios Estrangeiros de 11 de Abril de 1933 a 27 de Março de 1935, voltaria a exercer este cargo entre 1944 e 1947. Foi ainda embaixador de Portugal em Vichy e procurador à Câmara Corporativa (1938-1942; 1953-1963).

<sup>361</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal, ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154 e Relatório Nº 2593, ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 84-85.

<sup>362</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>363</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 88; Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (1), fl. 117.

Ocorreria, portanto, pensa a Santa Sé, que o Governo português apresentasse propostas concretas, incluindo mesmo os vários pontos que queria fossem incluídos na Concordata. Depois disto, deveria enviar a Roma um plenipotenciário munido das necessárias instruções e faculdades<sup>364</sup>.

A 29 de Junho Salazar escrevia ao núncio dizendo-lhe que os trabalhos do fim do ano económico, mas sobretudo a preparação do orçamento, não lhe deixaram tempo para agradecer a carta de dia 16. Porém, acrescentava, na semana que se seguia «muito desejava» poder falar-lhe, pelo que solicitava que este marcasse o dia e a hora para o receber<sup>365</sup>.

Assim, a 9 de Julho 1933, o núncio encontra-se com Salazar. Desta entrevista existem dois relatos não exactamente coincidentes: um consta do diário do núncio<sup>366</sup>; outro surge num relatório que Beda Cardinale dirige ao Cardeal Secretário de Estado<sup>367</sup>. No primeiro explicitará que se tratou de um encontro ocorrido durante um almoço em casa do ministro da Marinha, Aníbal Mesquita Guimarães, e que, antes de entrarem no assunto da Concordata, falou a Salazar na possibilidade dos jesuítas regressarem às suas antigas missões de Moçambique, ao que este lhe terá respondido que ninguém se opunha a que os jesuítas regressassem às missões como simples padres, mas que não exigissem ao Governo um reconhecimento formal dos missionários pertencentes à Companhia, porque aquele não o podia fazer. Já na carta ao Cardeal Secretario de Estado, o núncio omite esta última parte e diz que mal recebera notícias de Pacelli escrevera a Salazar, expondo-lhe o seu conteúdo, mas que só nesse dia fora possível falar com o Presidente do Conselho. No que respeita à Concordata, comunicou a Salazar que, não tendo sido informado em concreto sobre o conteúdo das matérias apontadas pela Santa Sé relativamente à família, lhe parecia que se tratava do reconhecimento civil do matrimónio religioso. Salazar, e entrando em contradição com o que dissera anteriormente, logo o avisa de que naquele momento tal não seria possível pois poderia suscitar «uma reacção anticlerical». Além do mais, considerava que, «dado o desleixo de muitas paróquias», muitos dos matrimónios religiosos não chegariam a ser comunicados pelos párocos. O núncio objectou dizendo que os bispos não deixariam de obrigar os padres a cumprir o seu dever; no entanto, Oliveira Salazar mostrou-se céptico. Esta desconfiança relativamente à autoridade dos Bispos está presente no diário do núncio, mas não no relatório que este envia para a Secretaria de Estado, no qual diz que embora

---

<sup>364</sup> Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n° 449 (2), fl. 119.

<sup>365</sup> Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola n° 449 (2), fl. 126.

<sup>366</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>367</sup> Relatório n° 2675. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 90-92.

esgrimindo «grande dificuldades», Oliveira Salazar «não opôs uma negativa absoluta» ficando o representante da Santa Sé «com a impressão de que sobre este ponto se podia tratar; mas que ele queria deixar uma porta aberta, talvez para explorar melhor certos ambientes políticos».

A dificuldade maior residia na oposição de Oliveira Salazar ao procedimento exigido pela Santa Sé: o Governo faria conhecer por escrito o que desejava introduzir na Concordata e as negociações e a conclusão da Concordata far-se-iam em Roma. O núncio comunica para Roma que se tratava de um assunto que tinha de permanecer em segredo absoluto até à assinatura, o que seria impossível se fosse enviado um plenipotenciário. Publicitado o assunto, os anticlericais criariam uma agitação no país e «qual seria a situação política dele – Salazar – se a Concordata não pudesse ser concluída?». Porém, o núncio já não transmitiu a Pacelli que, para sustentar a sua tese, Oliveira Salazar lhe dissera que não se tratava de uma Concordata em que de uma parte o Estado concedia à Igreja, e de outra parte a Santa Sé concedia ao Estado, porque o Estado português nada pedia. Ou seja, era a Santa Sé quem aceitava celebrar uma Concordata no regime da separação e que queria que se consagrasse no articulado a situação de que actualmente *gozava* e outras vantagens que viria a alcançar com a nova Constituição. Sendo assim, não era o Governo que devia mover-se, mas antes a Santa Sé que devia encarregar o núncio de tratar *in loco* com o Governo a elaboração do acordo. Beda Cardinale indignava-se, pois Salazar esquecera-se que fora ele próprio o primeiro a contactar a Santa Sé para se negociar uma Concordata e não o inverso. Por fim, mencionou que o Presidente do Conselho propunha que a Santa Sé, «considerada a circunstância especial de Portugal», fizesse conhecer ao Governo os seus desejos, e depois encarregasse pessoa de confiança para tratar com este em Lisboa, como fez noutras concordatas (esta frase também não consta do relato enviado à Santa Sé). Uma vez consumado o facto, seria difícil fazê-lo cessar. O núncio contrapôs que essa não era a prática habitual da Santa Sé e que não lhe parecia impossível manter o segredo mesmo enviando um plenipotenciário. Salazar manteve-se inflexível e o núncio ficou de transmitir à Santa Sé a sua opinião.

Para Beda Cardinale, embora Salazar desejasse concluir uma Concordata com a Santa Sé, estava ainda demasiadamente preocupado com as possíveis dificuldades políticas, e temeroso de que a divulgação do acordo pudesse ressuscitar a questão religiosa. Ora, o núncio reconhecia as dificuldades do ambiente político português e que certos anticlericais poderiam reagir, mas pergunta-se «que consequência se poderia esperar de uma Concordata feita às escondidas, quase em segredo e como de surpresa». No seu diário dirá coisa diferente:

«Quanto a mim creio que não está ainda maduro o tempo para se celebrar uma Concordata. Existem ainda demasiadas desconfianças políticas, e o Sr. Salazar não se sente bastante forte para vencê-las»<sup>368</sup>. Dias depois, transmite a conversa com Salazar ao Cardeal Patriarca<sup>369</sup>.

Ao relatório acima citado, Pacelli responderá, a 27 Julho de 1933, dizendo não aceitar uma Concordata «mínimo». Um documento desta natureza teria sempre que conter todas as matérias principais, pois por não era essa a prática seguida nos últimos anos e não se quer criar «um danoso precedente para outras concordatas». Mesmo assim autoriza o nuncio «a preparar *ad referendum* de acordo com S. Exa., um projecto conveniente, que deverei depois submeter ao juízo da Santa Sé»<sup>370</sup>. Esta posição será transmitida a Salazar numa carta do nuncio de 4 de Agosto de 1933<sup>371</sup>. Dias depois, o Presidente do Conselho agradece esta missiva, dizendo que esperava que o nuncio, ainda no decorrer dessa semana, o recebesse «para trocar impressões sobre o assunto»<sup>372</sup>.

Todavia, Oliveira Salazar demorou muito tempo até marcar uma entrevista, e no dia estabelecido para o encontro o nuncio adoeceu, mantendo-se acamado quase todo o mês de Agosto. A 4 de Setembro, o nuncio pergunta a Salazar se, partindo para Itália em repouso na segunda metade desse mês, e indo por conseguinte a Roma, não pretenderia este comunicar-lhe algo antes da sua partida<sup>373</sup>. No entanto, Oliveira Salazar partira de férias para Santa Comba Dão, onde permaneceria até finais de Setembro.

Assim, a 8 de Setembro de 1933, não conseguira ainda o nuncio chegar à fala com o Presidente do Conselho. Não obstante todos estes contratempos, transmite a Eugénio Pacelli que tudo fará para, até à sua partida, falar com Salazar ou pelo menos para que haja troca epistolar. É sua intenção, quando visitar o Cardeal Secretário de Estado, «manifestar-lhe alguns detalhes e algumas impressões do mérito do projecto de uma eventual Concordata entre a Santa Sé e Portugal»<sup>374</sup>.

A morte do nuncio a 1 de Dezembro de 1933 adiou o assunto por algum tempo.

A 8 de Dezembro de 1933, Adolfo Tondini, encarregado de negócios da Nunciatura, escreve a Guiseppe Pizzardo, secretário da Congregação para os Assuntos Eclesiásticos

---

<sup>368</sup> Relatório nº 2675. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 90-92.

<sup>369</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Nuncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

<sup>370</sup> Ofício nº 2025/33. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 93.

<sup>371</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fl. 61).

<sup>372</sup> Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (2), fl. 128.

<sup>373</sup> Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 449 (2), fl. 125.

<sup>374</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 94.

Extraordinários, enviando recortes de jornais. Referindo-se ao artigo publicado no *Diário da Manhã* nesse mesmo dia, intitulado «Revolução e Civilização», dirá: «O presente artigo, que pode ter relação com a recente afirmação de Oliveira Salazar de que dentro de três meses a Concordata com a Santa Sé deveria ser uma realidade, parece conter uma importância não comum no que diz respeito à futura relação entre a Igreja e o Estado em Portugal». Tondini põe a hipótese desse artigo ter sido escrito pelo próprio Salazar ou inspirado por ele<sup>375</sup>. Dois dias depois, envia outra carta afirmando que o Cardeal Patriarca tinha dito que o artigo fora redigido por Quirino de Jesus<sup>376</sup>, «o mais íntimo e grande colaborador de Oliveira Salazar, ao qual foi mostrado o artigo antes que fosse dado à estampa». E termina a carta do seguinte modo: «O momento não podia ser mais favorável para um acordo perfeito entre a Santa Sé e o Governo Português, que, com a visão de um amanhã incerto e terrível pela insistente ameaça de revolução e o exemplo vivo da vizinha Espanha, é portanto necessário pedir a ajuda da Igreja para uma guerra pelo triunfo do bem. Qualquer negociação encontrará já bom caminho, porque o Governo está bem consciente das afectuosas atenções da Santa Sé, através da figura do seu representante, o defunto nuncio apostólico, que adquiriu toda a simpatia e confiança dos homens que detêm o poder»<sup>377</sup>.

Um telegrama de Tondini para a Secretaria de Estado, recebido a 20 de Dezembro de 1933, dá conta que, nesse dia, o presidente do Conselho lhe «expressiu esperança na chegada do novo nuncio porque deseja fechar rápido por razões de ordem interna a Concordata com a Santa Sé»<sup>378</sup>. No dia a seguir envia a Monsenhor Pizzardo um relatório detalhado do encontro entre os dois. Tondini tinha ido agradecer a Salazar «as múltiplas atenções com a Nunciatura na ocasião da morte do nuncio Cardinale», ao que Oliveira Salazar replicara que «tinha sentido muita dor com a morte deste homem que na relação com o corpo diplomático e com o Governo se tinha imposto com a sua figura de sobrenatural distinção. A sua perda ainda lhe era mais penosa porque naquele preciso momento a presença de um nuncio apostólico no país era ainda mais necessária, para a rápida negociação de uma Concordata com a Santa Sé. Lamentava-se acerca do tempo que o futuro enviado do Vaticano teria inevitavelmente de despender para se orientar, tempo que seria considerável, «enquanto ele por razões de ordem

---

<sup>375</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 97-99.

<sup>376</sup> Quirino Avelino de Jesus (1865-1935) – nasceu no Funchal e aí frequentou o seminário. De 1887 a 1892 frequentou o curso de Direito, na Universidade de Coimbra. Foi jornalista, advogado, chefe de serviço da Caixa Geral de Depósitos e deputado. Já no Estado Novo foi administrador do Banco Nacional Ultramarino. Para uma biografia de Quirino de Jesus ver Ernesto Castro Leal, *A problemática da "crise nacional" em Quirino de Jesus: moral, política e administração*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p.189-199.

<sup>377</sup> Carta nº 2808. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 100.

<sup>378</sup> Carta nº 2805. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 104

interna sentia a necessidade de uma resolução o mais rápido possível»<sup>379</sup>. Pizzardo envia um ofício a Tondini, a 6 de Janeiro de 1934, agradecendo-lhe o que diz sobre a Concordata, mas pedindo-lhe que, dada a delicadeza do assunto tenha presente os dois despachos da Secretaria de Estado, respectivamente de 31 de Janeiro e de 27 de Julho de 1933<sup>380</sup>.

Tondini estava confiante, fazendo notar que existia uma campanha em curso, «conduzida sem trégua e com um plano preestabelecido», com vista a preparar a opinião pública para «uma legislação mais cristã, na qual deverá entrar uma concordata com a Santa Sé». Para provar o que afirmava transcreve excertos de um editorial do *Diário da Manhã* do mês de Janeiro de 1934:

Falar de Estado Novo é o mesmo que proclamar a necessidade de uma renovação da mentalidade da nação. Não se pode querer um Estado forte e a nação organizada segundos os bons princípios da justiça social e continuar a admitir os mesmos conceitos anticristãos da filosofia materialista do século XIX atribuída à terminologia política, económica, jurídica e cultural do sistema liberal e marxista. Quando falamos de liberdade individual, família, propriedade, capital, trabalho, corporações, Estado e nação estas expressões tem um significado apropriado no movimento de ordem segundo o plano da história nacional e da civilização cristã.

Para o encarregado de negócios da Nunciatura tais palavras estavam muito longe do «laicismo» preceituado na Constituição de 1933<sup>381</sup>.

A 31 de Dezembro de 1933, Trindade Coelho, a propósito da nomeação de Monsenhor Ciriaci para a Nunciatura portuguesa (considerada, aliás, uma honra para Portugal, dado o seu prestígio<sup>382</sup>), escreve a Caeiro da Mata, então ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicando-lhe que, quando Monsenhor Ottaviani<sup>383</sup> aludiu à possibilidade de uma Concordata com Portugal, o ministro português terá respondido que o problema concordatário não se encontrava, pelo menos por agora, nas prioridades do Governo<sup>384</sup>.

---

<sup>379</sup> Relatório nº 2819, de Adolfo Tondini a monsenhor Pizzardo, Lisboa, 21 de Dezembro de 1933. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 55

<sup>380</sup> Relatório nº 3678/33, de 6 de Janeiro de 1934. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 55, fl. 60.

<sup>381</sup> Carta particular de Tondini a Pizzardo, Janeiro de 1934. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 55, fl. 61.

<sup>382</sup> Ciriaci trabalhara na redacção do *modus vivendi* da Santa Sé com a Checoslováquia, após o que seria elevado a Núncio.

<sup>383</sup> Alfredo Ottaviani (1890-1979) – ordenado padre em 1916, foi elevado ao cardinalato em 1953. Especialista em Direito Canónico, entrou ao serviço da Secretaria de Estado do Vaticano em 1928. Em 1935 prestava serviço no Santo Ofício, sendo secretário deste dicastério de 1959 a 1966, quando o mesmo foi transformado em Congregação para a Doutrina da Fé. Conservador, tudo fez para que a Igreja Católica resistisse à mudança durante o Concílio Vaticano II.

<sup>384</sup> AHD-MNE, Relações Políticas com a Santa Sé, 3P, A11, Mç. 329.



Mas logo surge no *Diário da Manhã*, a 5 Abril de 1934, uma notícia que «anunciava que no tempo do nuncio Beda Cardinale tudo estava pronto em matéria de concordata com a Santa Sé»<sup>385</sup>. No dia seguinte é publicada no mesmo jornal uma nota oficiosa do Ministério dos Estrangeiros:

Tendo aparecido na imprensa uma notícia segundo a qual deveria ser assinada dentro em breve uma Concordata entre Portugal e a Santa Sé, o Ministério dos Negócios Estrangeiros declara da maneira mais categórica que é inteiramente estranho à publicação daquela notícia, a tal ponto inexacta que nem sequer se acham abertas negociações diplomáticas sobre matérias na mesma notícia referidas<sup>386</sup>.

Tal não era totalmente verdade, como se viu.

É certo que, segundo os comentários de Armindo Monteiro<sup>387</sup>, que assume a pasta dos Estrangeiros a 11 de Maio de 1935, o nuncio Ciriaci e Caeiro da Mata terão tido várias conversas sobre a questão da Concordata, tendo então o representante da Santa Sé estabelecido contacto com Roma<sup>388</sup>. O nuncio, para que não lhe fosse imputada «a responsabilidade de nada se haver feito ainda», depois de uma conversa com Caeiro da Mata, partiu para Roma e pediu instruções sobre esta matéria à Santa Sé. Esta mostrava-se pessimista – «mais pessimista do que ele». O que não surpreende, porque «Roma tem muito mais informações do que ele, porque todas as pessoas escrevem ao Papa». Segundo Ciriaci, a Santa Sé não queria dar instruções, mas por fim acabaria por dá-las. Talvez influenciada por uma notícia do *Petit Parisien* em que Oliveira Salazar afirmava haver já negociações em curso e que Alberto de Oliveira<sup>389</sup> transcreve:

---

<sup>385</sup> *Diário da Manhã*, 5 de Abril de 1934.

<sup>386</sup> *Diário da Manhã*, 6 de Abril de 1934.

<sup>387</sup> Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (1896-1955) – Professor catedrático, político e diplomata, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa (1918). Colaborador de Salazar desde 1928, foi subsecretário das Finanças de 27 de Novembro de 1929 a 31 de Janeiro de 1931. Colabooou no texto da nova Constituição e do Acto Colonial. Em 1931 assume a pasta das Colónias. De 1935 a 1936 foi ministro dos Negócios Estrangeiros e, de 1936 a 1943, embaixador de Portugal em Londres, posto em que defendeu uma neutralidade mais colaborante com a Inglaterra. Salazar acabou por demiti-lo.

<sup>388</sup> «Apontamento de conversa de Sua Exa. o ministro 5 horas da Tarde. 18 de Maio 1935». AHD-MNE, GSG M 1/TT, AOS/CO/NE-7B (pt.1, fl. 7-10).

<sup>389</sup> Alberto de Oliveira (1873-1940) – formou-se em Direito da Universidade de Coimbra e seguiu a carreira consular. Em 1896 foi nomeado cônsul-geral e encarregado de negócios em Tanger. Em 1902 foi colocado em Berna como encarregado de negócios, e depois ministro plenipotenciário. Em 1910 é nomeado cônsul de 1ª classe e conselheiro comercial junto da Legação de Berlim. Em 1913 segue para o Rio de Janeiro como cônsul geral. Esteve no consulado do Havre em 1914. Em 1918 é nomeado ministro de segunda classe e enviado extraordinário para Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Santiago. Nesse ano, como delegado de Portugal, toma parte na conferência de Paz. Em 1926 ocupa na Bélgica o cargo de ministro plenipotenciário. Em 1929 é-lhe confiada a Legação de Portugal em Roma. Em 1931 volta a Bruxelas como ministro plenipotenciário e em 1934 ocupa, por algum tempo, o lugar de ministro plenipotenciário junto do Vaticano. Em fins de 1935 atinge o posto de embaixador extraordinário e plenipotenciário em Londres, mas o seu estado de saúde obriga-o a

«Nós negociamos actualmente com o Vaticano. A questão religiosa deve ser encarada e tratada com uma grande coragem, ainda que ela pareça aqui menos difícil do que noutros locais»<sup>390</sup>.

Nos diários de Oliveira Salazar, a 8 de Julho de 1934 encontram-se as seguintes palavras: “8 ½ [horas da noite] Patriarca/Conc. – estudo preparatório”<sup>391</sup>. É assim certo que por esta altura o presidente do Conselho se debruçava sobre o assunto.

Simultaneamente, o padre António Durão, jesuíta, doutor em Filosofia e em Direito Canónico, professor e director espiritual no Seminário de Vinhais, fora encarregado, ao que parece pelo nuncio, em Junho de 1934, de redigir com urgência um projecto de Concordata. Durante o mês de Julho terá então trabalhado na redacção desse texto, seguindo nos primeiros dias de Agosto para Lisboa, porque o nuncio desejava tê-lo pronto antes do dia 14, data em que Oliveira Salazar iria para férias desejando levar consigo uma base de discussão. Nessa altura veio a Lisboa Monsenhor Ottaviani. O projecto terá agradado ao nuncio mas, desde então, «o padre António Durão não mais foi consultado nem informado de nada e só teve conhecimento do texto da Concordata em 1940, quando foi tornado público»<sup>392</sup>. O que já não parece ter agradado ao nuncio foi um texto anterior, cujo conteúdo se desconhece, redigido pelo doutor Joaquim Martins Pontes, cônego, desembargador da Relação, pároco de Arroios, em Lisboa<sup>393</sup>.

A 21 de Outubro de 1934, Pizzardo recebeu um telegrama de Ciriaci. O novo nuncio em Lisboa desejava conversar com ele de viva voz sobre o projecto de Concordata, que tinha andado a discutir com o Cardeal Patriarca e o com Presidente do Conselho. Este último desejava, porém, que o assunto da Concordata fosse mantido «em absoluto segredo», incluindo no que se refere à Legação de Portugal junto da Santa Sé<sup>394</sup>. A 23 de Outubro de 1934, Pizzardo recebe o texto do projecto de Concordata – trata-se do projecto habitualmente designado como «projecto primitivo», «1ª fórmula», «anteprojecto» ou «projecto do

---

regressar a Lisboa. É então nomeado presidente da Comissão Nacional dos Centenários. Morreu em Lisboa em 22 de Abril de 1940.

<sup>390</sup> Ofício nº 57, dirigido a Armindo Monteiro, a 5 de Julho de 1935. AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329/TT; e AOS/CO/NE-4F (pt. 6, fl. 78-81)

<sup>391</sup> ANTT, AOS/DI-1.

<sup>392</sup> Samuel Rodrigues, «Concordata de 1940 – da Génese ao texto definitivo». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, 1993, p. 34-35.

<sup>393</sup> Arquivo Provincial dos Jesuítas. Documento cedido por Bruno Reis, a quem agradeço.

<sup>394</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 113.

patriarca» – pelo menos é o que se infere de um telegrama que envia para a Nunciatura de Lisboa: «Recebido 4 acordos»<sup>395</sup>.

A 19 de Novembro de 1934, Ciriaci escreve ao Cardeal Secretário de Estado, Eugenio Pacelli, remetendo-lhe um projecto de Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (provavelmente, o mesmo que enviara a Pizzardo) e juntando-lhe um exemplar do Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas. Dirá então que na primeira entrevista que tivera com Oliveira Salazar, mal chegara a Portugal, este manifestara o desejo de que o nuncio redigisse um projecto de Concordata, embora pedisse o mais absoluto sigilo quanto às negociações. Ciriaci considerara que primeiro teria que contactar o episcopado e de ter as instruções da Santa Sé. Mas pensou que então melhor seria que o projecto fosse redigido pelo Patriarca de Lisboa, «que não só é o chefe do Episcopado como é ainda amigo pessoal do Dr. Salazar». Cerejeira aceitou fazê-lo e para este efeito manteve-se em contacto com o Salazar, cujas observações não deixou de ter em conta. Diz o nuncio que ele próprio deu todas as explicações que lhe foram solicitadas, embora tenha sempre «evitado assumir qualquer responsabilidade sobre o texto do projecto, de modo a não prejudicar o livre julgamento da Santa Sé». Tem o cuidado de avisar Pacelli que, no entender do Patriarca, o texto que transmite «representa o máximo de quanto a Igreja pode obter em Portugal» e que mesmo assim «representa um enorme progresso e muitas vantagens para a Igreja na República». O nuncio dirá a este respeito: «considero que tudo quanto afirma sua Eminência, pessoa de grande inteligência e consciência, corresponde à verdade»<sup>396</sup>.

Antes de dar uma resposta ao nuncio, submeteu-se esse projecto ao exame dos cardeais da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários<sup>397</sup>.

O objectivo de Oliveira Salazar era agora apresentar à Assembleia Nacional, eleita em 1934, uma Concordata com a Santa Sé, e o nuncio terá conseguido que o Cardeal Patriarca de Lisboa preparasse «com a sua ajuda um novo projecto, que transmitiu ao Cardeal Secretário de Estado»<sup>398</sup>.

A 10 de Dezembro de 1934, Colonna toma nota de que o padre Fonseca S.J.<sup>399</sup> fora encarregado de traduzir com «a máxima urgência» o texto para italiano e fazer as observações

---

<sup>395</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fl. 114.

<sup>396</sup> Ofício nº 220. AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 8-9.

<sup>397</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157.

<sup>398</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

<sup>399</sup> Trata-se provavelmente do padre jesuíta Luís Gonzaga da Fonseca (1878-1963).

e sugestões que entendesse oportunas<sup>400</sup>. O jesuíta escreverá à Secretaria de Estado uns dias mais tarde dizendo que o projecto lhe pareceu bom, «até bastante bom». Não crê que Oliveira Salazar e os outros ministros católicos se oponham às justas reclamações da Igreja, nem mesmo os deputados eleitos em Dezembro, entre os quais avultavam «muitos bons católicos». No entanto, lembra a Secretaria de Estado que a mentalidade das altas patentes do Exército é muito «liberal, isto é, anticlerical», e que a influência da Maçonaria entre elas é enorme, «apesar de muitos serem maçónicos pro forma e pouco activos». Lembra também a grande influência da Maçonaria entre os altos funcionários públicos, muitos dos quais são «notoriamente contrários à Igreja», e sempre prontos a criar dificuldades ao Governo. Para o padre Fonseca, a Concordata não pode ser feita sem o apoio dos altos funcionários e do Exército. Se, nestas circunstâncias, o Governo conseguisse celebrar uma Concordata, «é necessário reconhecer que Oliveira Salazar é ainda mais um grande político do que aquilo que acreditavam os mais optimistas, e que a posição do Governo se reforçou extraordinariamente nos últimos meses»<sup>401</sup>.

A Secretaria de Estado comenta da seguinte forma estas afirmações:

«O que observa o P. Fonseca é verdade: mas também é verdade que os elementos maçónicos mais nebulosos entre a Maçonaria estão a organizar a oposição ao Governo, ... Essa oposição, se para já não suscita grandes temores, não está porém livre de preocupações, dado o sectarismo e a tenacidade do seu chefe, o bem conhecido Afonso Costa, o autor da famosa Lei da Separação»<sup>402</sup>.

Este sentimento de instabilidade política correspondia a uma situação de facto. Conflitos entre Carmona e Salazar, explorados por militares nacionais-sindicalistas e republicanos conservadores, faziam temer uma eventual queda do governo de Oliveira Salazar<sup>403</sup>.

---

<sup>400</sup> AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 20.

<sup>401</sup> «Portogallo – Progetto di Concordato», Resumo da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, p. 54.

<sup>402</sup> «Portogallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, p. 39.

<sup>403</sup> «A oficialidade de Lisboa, debaixo da batuta do seu governador milital, general Daniel de Sousa, organiza uma feste de homenagem ao Presidente da República, em Caçadores 5. Alberto de Oliveira [Ministro da Guerra] secunda as manifestações do major Luna de Oliveira, que entre cumplicidades refere: “não há, nem o Exército o admite outro chefe (a não ser Carmona)”. E o ministro da Guerra reforça esta acção pouco “simpática” para Salazar demonstrando o desprimor pelo seu chefe de Governo ao dirigir-se ao Presidente da República nestes termos: “Se sou ministro da Guerra, sou-o pela mão de V. Exa.”.

Salazar responde a esta ofensiva liderada pelo seu ministro ministro (...) com uma plena dramatização dos acontecimentos. Primeiro, escreve a Carmona negando qualquer acção da sua parte que visasse atingir o prestígio do chefe de Estado, segundo queixas deste, e apresenta-lhe a demissão do Governo. Para que esta não

A 20 de Dezembro de 1934, Monsenhor Colonna redige um «memorando provisório», no qual afirma que o projecto de Concordata não era satisfatório nalgumas disposições. Isto embora soubesse, tal como o núncio observou, que não era possível obter mais de Portugal, país onde os católicos estavam muito divididos, onde a Maçonaria tinha uma grande influência e a estabilidade do governo estava longe de ser absoluta. Por essa razão, aliás, o núncio terá dito que uma Concordata mais favorável provocaria uma revolução e colocaria a Igreja numa situação ainda pior do que a existente. Mas, na opinião de Colonna, havia, não obstante, que celebrar uma Concordata contendo todos os pontos importantes, quer para a Santa Sé, quer para Portugal.

Para a Santa Sé era fundamental consagrar:

- 1) O ensino religioso nas escolas privadas e públicas;
- 2) O reconhecimento do matrimónio católico e a competência da Igreja sobre o mesmo;
- 3) A liberdade completa da Acção Católica.

Já para o Estado Português as matérias importantes eram:

- 1) A reparação, mesmo que parcial, das espoliações feitas à igreja;
- 2) A completa liberdade para as ordens religiosas;
- 3) A livre escolha dos bispos fora do território português;
- 4) O aumento das dioceses de Portugal com dotação de cóngrua.

Para que se obtivesse este compromisso era necessário fazer uma concessão «que seja a menos onerosa para a Igreja e a mais desejada para Portugal». Preferencialmente, que apelasse ao sentimento patriótico, «o qual é, na presente decadência, a memória e o culto da antiga glória». Assim, Colonna propõe a concessão do direito de apresentação ao Presidente da República em todas as sedes metropolitanas, coloniais e do antigo semi-padroado e padroado<sup>404</sup>. Colonna considera que não se deve ter medo da expressão «apresentação», pois trata-se de obter algo em troca; nem sequer se diga que os outros países vão fazer a mesma

---

se efective, Salazar levanta uma exigência a Carmona: que este reconheça publicamente o apoio ao chefe do Governo.

Era a única saída possível para evitar uma crise política, desmentido-se desta forma a existência de desentendimentos entre ambos. Conseguido o apoio tácito de Carmona a esta iniciativa, Salazar reúne o Conselho de Ministros e aborda frontalmente Alberto de Oliveira sobre as intrigas de Caçadores 5. Nos dias seguintes, os generais envolvidos vêm desmentir na imprensa qualquer participação numa conspiração para afastar Salazar». Telmo Faria, *Debaixo de Fogo: Salazar e as Forças Armadas*. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, p. 53-54.

<sup>404</sup> Para a diferença entre «Padroado» e «Semi-Padroado» ver Luís Salgado de Matos, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos». In *Análise Social*, Vol. 29 (125-126), 1994, p. 324-325.

exigência. Com esta concessão, aliás, elimina-se a alternância de cidadania do Arcebispo de Bombaim e a cidadania portuguesa das dioceses sob território inglês. Poder-se-á ainda tentar acabar com o *nulla osta* político e «assim libertar absolutamente a Santa Sé».

Neste cenário, Colonna propõe três alternativas: na primeira, a Santa Sé comunica secretamente ao Presidente da República o nome do Ordinário e este apresenta-o ao Santo Padre, sem direito de objecção, ficando implícito na Concordata que a escolha seria feita pela Santa Sé e o direito de apresentação ficaria estabelecido ou num artigo secreto ou em nota reversal<sup>405</sup>; na segunda, mantém-se o mesmo procedimento, mas o Presidente pode levantar objecções de carácter político e, neste caso, a Concordata menciona tanto a escolha da Santa Sé, quanto o direito de objecção do Presidente; mantém-se também o procedimento, mas com a menção explícita da escolha da Santa Sé na Concordata<sup>406</sup>.

Junto a este documento, encontra-se um outro, também de Colonna, onde se diz:

A mim agrada-me muito a política de “dar fumo para haver fogo” [*dare fumo per avere arrosto*]. Assim inserirei um artigo nestes termos:

Quando o Patriarca de Lisboa ou o núncio apostólico forem elevados à dignidade cardinalícia, caberá a S. E. o Presidente da República impor-lhe o barrete a ele entregue pelo legado pontifício.

Se porém S. E. o Presidente não fosse de confissão católica, ou professasse abertamente sentimentos ou doutrinas incompatíveis com a profissão da fé católica, o barrete seria imposto ao Núncio pelo Patriarca ou vice-versa.

Será redigido o cerimonial de tal imposição, que compreenderá a profissão de fé tridentina da concessão tanto do dignitário que recebe o barrete quanto daquele que o imporá<sup>407</sup>.

No dia 26 de Janeiro de 1935, o Secretário da Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários convoca os cardeais para uma sessão plenária, que terá lugar no gabinete do Cardeal Secretário de Estado, com o objectivo de analisar a Concordata portuguesa. Os cardeais convidados são:

- Cardeal Gennaro Granito Pignatelli di Belmonte (1851-1948) – Núncio na Áustria (1904-1911) e perfeito da Congregação das Cerimónias (1930-1948);
- Cardeal Donato Raffaele Sbarretti Tazza (1856-1939) – delegado apostólico nas Filipinas e no Canadá, secretário da Congregação dos Assuntos Religiosos (1910-1919), perfeito da Congregação do Conselho (1919-1930) e secretário da Congregação do Santo Ofício (1930-1939);

---

<sup>405</sup> As notas reversais ou notas verbais são compromissos de aplicação ou reservas quanto à interpretação da(s) norma(s) estabelecida(s) num tratado, que se podem manter sob reserva.

<sup>406</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 30-30v.

<sup>407</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 40.

- Cardeal Luigi Sincero (1870-1936) – secretário da Comissão Pontifical da Comissão de Interpretação do Código de Direito Canónico (1917-1923), pró-secretário e secretário da Congregação das Igrejas Orientais (1926-1934), presidente da Comissão Pontifical para a Interpretação do Código de Direito Canónico (1934-1936), secretário da Congregação das Igrejas Orientais (1936);
- Cardeal Enrico Gasparri (1871-1946) – Núncio no Brasil (1920-1925), perfeito da Assinatura Apostólica (1933-1946);
- Cardeal Gaetano Bisleti (1856-1937) – perfeito da Congregação dos Seminários e Universidades (1915-1932) e presidente da Cúria Romana;
- Cardeal Achille Locatelli (1856-1935) – Núncio apostólico em Portugal (1918-1922), oficial da Cúria Romana;
- Cardeal Luigi Capotosti (1863-1938) – secretário da Congregação da Disciplina dos Sacramentos (1914-1926), pró-datário da Dataria Apostólica<sup>408</sup> (1931-1933), datário da Dataria Apostólica (1933-1938);
- Cardeal Lourenzo Lauri (1864-1941) – Núncio no Peru (1914-1921) e na Polónia (1921-1926), penitenciário-mor do Supremo Tribunal da Penitenciaria Apostólica (1927-1941);
- Cardeal Francesco Marchetti Selvaggiani (1871-1951) – InterNúncio e Núncio na Venezuela (1918-1920), Núncio na Austria (1920-1922), secretário da Congregação da Propaganda Fide (1922-1939?), secretário da Congregação do Santo Ofício (1939-1948), perfeito da Congregação das Cerimónias (1948-1951);
- Cardeal Raffaele Carlo Rossi (1846-1948) – secretário da Sagrada Congregação Consistorial;
- Angelo Maria Dolci (1867-1939) – delegado apostólico no equador, na Bolívia e no Peru (1906-1910); delegado apostólico e vigário apostólico de Constantinopla (1914); Núncio na Bélgica (1922); arcepreste da Basílica de Santa Maria Maior (1933-1939);
- Cardeal Camillo Laurenti (1861-1938) – secretário da Congregação da Propaganda Fide (1911), perfeito da Congregação dos Assuntos Religiosos (1922), perfeito da Congregação dos Ritos (1929-1938);
- Cardeal Giulio Serafini (1867-1938) – perfeito da Cúria Romana (1908), Oficial da Cúria Romana (1915), secretário da Congregação do Conselho (1923), presidente da Comissão Pontifical da Interpretação do Código de Direito Canónico (1930), perfeito da Congregação do Conselho (1930-1938);
- Cardeal Pietro Fumasoni Biondi (1872-1960) – delegado apostólico na Índia (1916) e no Japão (1919), secretário da Congregação da Propaganda Fide (1921), delegado apostólico dos Estados Unidos da América (1922), perfeito da Sagrada Congregação da Propaganda Fide (1933-1960)<sup>409</sup>.

Antonio Colonna afirma num parecer de 1 de Fevereiro de 1935:

A Concordata apresentada é excelente em si mesma e, dadas as condições de Portugal, até bastante boa, como afirma o padre Fonseca.

Fazer aceitá-la será coisa bastante árdua, mas tornar-se-á impossível se no texto se inserirem outras reivindicações de direitos da Igreja.

<sup>408</sup> Antigo dicastério da Cúria Romana, com competência em matéria de benefícios consistoriais, graças e indultos.

<sup>409</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 76.

As modificações propostas pela Secretaria devem ser pedidas com insistência porque são em si mesmas oportunas, lógicas, ligeiras, e não agravam o Governo.

Observa-se porém que a ordem dos artigos, também de acordo com S. E. o nuncio, deixa a desejar. Proponha-se um oportuno reordenamento, juntando-lhe apenas bem poucos e bem leves retoques, de secundária mas não transcendente importância<sup>410</sup>.

Os textos foram então sujeitos à apreciação da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários. Esta reuniu nos dias 4 e 13 de Fevereiro de 1935. Tratava-se, segundo a Santa Sé, da análise do projecto de Concordata, que, por sugestão da Nunciatura, fora redigido pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, o qual para este efeito conversara diversas vezes com Salazar<sup>411</sup>. Efectivamente, nas agendas de Oliveira Salazar, no dia 3 de Fevereiro de 1935, está escrito: «10 [horas] missa no Patriarcado – Conferências com o Patriarca (regresso do nuncio e C. – emendas)»<sup>412</sup>.

Através de um officio registado na Secretaria de Estado com a data de 15 de Fevereiro de 1935 e dirigido ao Cardeal Pietro Fumasoni-Biondi, dá-se conta que na sessão de 13 de Fevereiro o Cardeal Secretário de Estado fora encarregado de dar seguimento ao assunto juntamente com o Perfeito da Sagrada Congregação da Propaganda Fide – Cardeal Fumasoni-Biondi<sup>413</sup>. Foi ainda ouvido o Cardeal Rossi, Secretário da Sagrada Congregação Consistorial.

Os cardeais fizeram observações e acrescentos ao projecto que, sob prévia aprovação do Papa Pio XI<sup>414</sup>, foi modificado e enviado, no dia 1 de Março de 1935, ao nuncio apostólico, a fim de se iniciarem as negociações com o Governo português<sup>415</sup>. O nuncio chama-lhe o «Projecto definitivo»<sup>416</sup>.

Mas, a 15 de Março de 1935, Ciriaci envia um telegrama à Secretaria de Estado nos seguintes termos:

Presidente Conselho fez-me saber por via reservadíssima que o actual ministro Estrangeiros sairá do Governo e que por isso as negociações para a Concordata serão adiadas<sup>417</sup>.

---

<sup>410</sup> ASV, AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 88.

<sup>411</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 157, fl. 157-165.

<sup>412</sup> ANTT, AOS/DI-1

<sup>413</sup> AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 99.

<sup>414</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 157, fl. 147-156.

<sup>415</sup> Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158.

<sup>416</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 157, fl. 157-165.

<sup>417</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 157, fl. 177.



Caeiro da Mata é efectivamente exonerado a 27 de Março de 1935. Porém, mesmo sem a colaboração do ministro dos Negócios Estrangeiros, Oliveira Salazar continua a trabalhar no projecto. No seu diário, a 5 de Maio de 1935 o Presidente do Conselho escreve:

«8 ½ Jantar (Patriarca e Carneiro de Mesquita<sup>418</sup>)/ – depois – C/c Santa Sé»<sup>419</sup>.

No dia 11 de Maio de 1935, Armindo Monteiro é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Uma semana depois, a 18 de Maio 1935, toma nota de uma conversa que teve com o núncio Ciriaci a que já antes aludimos. Nesse diálogo, o núncio condena o regime de separação vigente em Portugal (ignorando o atrás citado discurso de Oliveira Salazar, no qual este afirmava que já era tempo da Igreja Católica aceitar tal regime). Afirma, como aliás outros já haviam notado, que juridicamente tudo se mantém na mesma, embora de facto «por virtude da boa vontade dos homens do Governo», a situação dos católicos se tenha suavizado. Em suma, «o estado de coisas actual assenta sobre bases puramente pessoais». Todavia, na sua opinião, mesmo num quadro de separação, era possível que os problemas da Igreja fossem objecto de um entendimento com o Estado. Era o caso das «Emendas Guardiola», exemplo que deveria ser seguido noutras matérias. Depois, o núncio ter-se-á debruçado sobre a elevação da Legação de Portugal no Vaticano a Embaixada, o que já tinha sido afluído «quando da mudança de [Alberto de] Oliveira para Roma (ou antes, não percebi bem)». Foi então que o núncio terá dito a Armindo Monteiro que essa era já uma promessa do tempo da Primeira República, «voltando Portugal a ter no Vaticano um representante com a categoria daquele que tinha no tempo da monarquia». Ainda que essa questão não interessasse «directamente» à Santa Sé, no caso de se celebrar uma Concordata o assunto seria certamente levantado. Segundo o núncio, Caeiro da Mata tinha insistido na realização de uma Concordata («pareceu-me – diz Armindo Monteiro – que aludiu a 3 conversas sobre o assunto») e então o representante do Vaticano pôs-se em contacto com Roma. Entretanto, diz Ciriaci, o *Diário da Manhã* publicara uma notícia, a 5 Abril de 1934, onde se afirmava que «no tempo do núncio Beda Cardinale tudo estava pronto em matéria de Concordata com a Santa Sé». Ora, o núncio Ciriaci considerou tal facto uma afronta, já que parecia ser dele a responsabilidade de nada se

---

<sup>418</sup> Alberto Carneiro de Mesquita (1880, Vila do Conde – 1961, Lisboa) – Iniciou os estudos de Teologia no Seminário de Lamego, cidade onde foi ordenado sacerdote. Já em Coimbra, concluiu o curso de Teologia e licenciou-se em Direito, chegando a exercer advocacia no escritório de Castro Meireles. Em 1914 abandonou esta cidade para exercer o sacerdócio em Lamego. Na I Legislatura do Estado Novo (1938-1940) foi procurador à Câmara Corporativa, na qualidade de representante da Igreja Católica. Acompanhou Cerejeira nas suas deslocações ao Brasil, à América do Norte e a África. Foi capelão da Presidência da República no tempo do Marechal Carmona. Em reconhecimento dos serviços prestados à Igreja Católica, foi elevado à dignidade do prelado doméstico de Sua Santidade o Papa e de protonotário apostólico (1951).

<sup>419</sup> AOS/DI-1.

ter feito ainda, tanto mais que o desmentido apresentado no dia seguinte não foi feito em nome do Governo mas apenas no do Ministério dos Estrangeiros. Nesse momento, Caeiro da Mata foi visitá-lo, e perante o que este lhe disse, que parecia traduzir não uma opinião pessoal mas antes a do Governo, partiu para Roma para aí tratar da Concordata. Mas «Roma mostrava-se pessimista – mais pessimista do que ele. Roma tem muito mais informações do que ele, porque todas as pessoas escrevem ao Papa». Embora inicialmente a Santa Sé não tivesse querido dar instruções, por fim deu-as. No seu regresso, de acordo com essas instruções, «redigiu um projecto de concordata», que traz para entregar ao ministro. A Santa Sé parece ter sido animada pelo facto de, enquanto o núncio estava em Roma, Oliveira Salazar ter dado uma entrevista a um jornal francês em que dizia que havia negociações em curso para o estabelecimento de uma Concordata, demonstrando assim que não se tratava apenas de «uma intenção puramente pessoal» do antigo ministro Caeiro da Mata.

Quanto às negociações o núncio considera existirem vários problemas «muito delicados e graves»: o pagamento aos padres (sobre o qual a Santa Sé nada diz, «embora em Portugal não possa falar-se de dificuldades financeiras»); a elevação da Legação a Embaixada (que cabe ao Governo decidir); o divórcio, cuja abolição a Santa Sé sempre tem exigido nas suas concordatas. Quanto a esta matéria, o núncio reconhece ter «largas repercussões internas», pois trata-se de «uma medida revolucionária ainda recente e que certamente seria muito difícil abolir», mas considera que não se pode deixar de exigir a renúncia ao divórcio aos que casam pela Igreja. O último problema que o núncio levanta diz respeito às missões e ao Padroado, sendo certo que, apesar de, quanto às primeiras, a lei de João Belo (Estatuto Orgânico das Missões, de 13 de Outubro de 1926) as ter melhorado, «em relação ao Padroado há questões muito delicadas a resolver».

É nesse momento que o núncio afirma que «a Santa Sé não tem interesse na Concordata ou acordo», podendo as coisas «continuar como estão, modificando-se sucessivamente». O núncio deixará o projecto se o ministro assim o desejar e, se o assunto não se encaminhar favoravelmente, «a responsabilidade não será dele», podendo sempre dizer-se que «a responsabilidade é da situação política». Alegando ocupar o posto há escassos dias, o ministro dos Estrangeiros não toma posição, antes declara que precisa de tempo para reflectir e falar com o Presidente do Conselho. Para concluir, o núncio disse que fosse qual fosse a decisão do Governo ninguém se zangaria, pois a Santa Sé compreendia «perfeitamente

a gravidade da situação e as dificuldades com que aqui se luta», advertindo embora que «a Santa Sé não retomará a iniciativa sobre este assunto»<sup>420</sup>.

De acordo com o que contará mais tarde Alberto de Oliveira (Ministro na Santa Sé desde 20 de Novembro de 1934), o projecto foi devolvido ao núncio alegando-se «que não houvera preparação prévia para se entrar desde já no exame da questão»<sup>421</sup>. A devolução do projecto de Concordata a Ciriaci depreende-se também da leitura de uma carta de Armando Monteiro a Alberto de Oliveira, datada de 24 de Junho. Nesse ofício, o ministro dos Negócios Estrangeiros dá instruções ao ministro de Portugal na Santa Sé no sentido deste se abster de tomar iniciativa numa matéria que considera «delicada e complexa». Armando Monteiro explica:

«Permita-me V. Exa. que eu esclareça aqui o meu pensamento ao recomendar a V. Exa. que nestes assuntos não procuremos caminhar depressa. Não receio, como V. Exa. parece ter suposto, [...], que haja pressa no andamento que a Santa Sé imprimir a uma eventual negociação; procuro porém que não demos no campo diplomático a impressão de desejarmos nós andar depressa em assunto em que não são as considerações de ordem diplomática as únicas determinantes»<sup>422</sup>.

O diplomata indigitado para o Vaticano, em ofício dirigido Armando Monteiro a 5 de Julho, diz temer esta atitude na medida em que considera que a mesma irá despertar «dúvidas sobre a solidez da situação política e tendência para atribuir a dificuldades internas a hesitação do Governo em explicar-se claramente com a Santa Sé»<sup>423</sup>.

Atestando ainda o mal-estar das relações entre os dois Estados, noutro ofício agora dirigido a Salazar, conta Alberto de Oliveira que em conversa com o Cardeal Pacelli, a propósito do Arcebispo de Bombaim, o qual, na opinião do Vaticano não administrava convenientemente, a sua diocese<sup>424</sup>, o representante português terá afirmado que esse incidente poderia dificultar eventuais negociações entre os dois Estados, e

Sua eminência cortou-me a palavra ao ouvir esta última frase, e com semblante de estranheza raro na habitual doçura da sua fisionomia, disse, quase irritado: «quais negociações? Não tenho conhecimento de nenhuma».

---

<sup>420</sup> «Apontamento de Conversa de Sua Exa. o ministro [Armando Monteiro] 5 horas da Tarde. 18 de Maio 1935». AHD-MNE, GSG M 1; ANTT, AOS/CO/NE-7B (pt.1, fl. 7-10).

<sup>421</sup> Carta de Alberto de Oliveira, ministro de Portugal na Santa Sé, a Oliveira Salazar. AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>422</sup> AHD-MNE, 3P, A11, M329.

<sup>423</sup> AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329; ANTT, AOS/CO/NE-4F (pt. 6, fl. 78-81).

<sup>424</sup> A sua substituição da diocese levava à nomeação de um prelado inglês. Este conflito relaciona-se com pressões da Propaganda Fide acerca da questão de Bombaim.

«Era uma clara alusão à devolução do projecto de concordata», dirá o diplomata. Na mesma carta dá conta de uma afirmação de um confidente e ex-camerlengo do Papa que terá dito que «as libras esterlinas tinham para Portugal maior interesse que os laços espirituais seculares que nos unem à Igreja». Refere ainda um encontro que tivera com Monsenhor Pizzardo, substituto do Cardeal Pacelli na Secretaria de Estado, no qual esse terá afirmado «em tom jocoso mas nem por isso menos expressivo, que o que o Papa devia fazer, em reciprocidade ao nosso acto, era converter a Nunciatura cardinalícia de Lisboa numa simples Nunciatura de segunda classe»<sup>425</sup>.

A questão da não reciprocidade da representação diplomática é levantada por Alberto de Oliveira diversas vezes. O ministro de Portugal no Vaticano procura mostrar o privilégio de Portugal, do ponto de vista da representação pontifícia, informando Armindo Monteiro a 25 de Junho de 1935 de que apenas Lisboa, Madrid, Paris, Berlim, Brasil e Roma têm Nunciaturas de primeira classe, enquanto quase todos os países da Europa e da América têm Nunciaturas de segunda classe<sup>426</sup>. Um dia depois, afirmará:

Não se encontra motivo sério para justificar, da parte de Portugal, um acto de abdicação e renúncia que só lhe terá trazido diminuição de influência e perda de vantagens nas suas relações com a Santa Sé, e até da solução das suas questões com ela pendentes. Tem de se concluir que o nosso acto foi de mera e passiva complacência com as paixões sectárias e com os lugares comuns da mística revolucionária, e falta de energia para explicar a um opinião pública mais ignorante que mal intencionada o que tão fácil seria explicar-lhe em termos claríssimos<sup>427</sup>.

A 28 do mesmo mês, dá conta que «com a única excepção da Inglaterra [e por ser protestante e antipapista] e de Portugal, todos os países que têm Embaixada em qualquer outro país estão aqui representados por embaixadores»<sup>428</sup>. A 30 comunicará que «em regra cada Governo tem o maior interesse em que os seus representantes obtenham o máximo de autoridade e preponderância junto do Governo onde são acreditados»<sup>429</sup>.

Mas esta inquietação de Alberto de Oliveira em face quer da concretização de uma Concordata, quer da elevação da Legação de Portugal no Vaticano a Embaixada esclarece-se quando, a 15 de Julho de 1935, escreve a Armindo Monteiro informando-o de que, na altura

---

<sup>425</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>426</sup> AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329/ANTT, AOS/CO/NE-4F (pt. 6, fl. 78-81).

<sup>427</sup> AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329.

<sup>428</sup> AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329.

<sup>429</sup> AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329.

da sua designação, corria a notícia de que iria ser criada a Embaixada e haveria de ter a seu cargo importantes negociações. É ainda mais explícito quando afirma:

Posso testemunhar que tanto ele (Dr. Caeiro da Mata), com Sua Excelência o Sr. Presidente do Conselho, ao convidarem-me para ocupar esta Legação, me afirmaram o propósito do Governo de regular por meio de uma Concordata as relações e questões pendentes com Roma.

Acrescenta ainda que ninguém desconhece as convicções religiosas do Chefe do Governo. Aliás, testemunha que «desde o Santo Padre ao último funcionário da Secretaria de Estado, não tenho ouvido senão louvores (...) ao homem providencial que veio salvar Portugal do abismo em que ia despenhar-se». Mas a entrega do projecto atrasa-se até 27 de Outubro desse ano, devido, segundo a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos, à remodelação ministerial de meados de 1935<sup>430</sup>, na qual Caeiro da Mata é substituído por Armindo Monteiro.

Nesse mês de Outubro, Armindo Monteiro terá dito ao núncio Ciriaci que, muito embora em Maio não tivesse podido aceitar a minuta do projecto de Concordata por ter sido forçado a ausentar-se do país para reuniões na Sociedade das Nações nos meses de Julho, Agosto e Setembro, teria agora disponibilidade para retomar o assunto. «Esperava eu – diz o ministro dos Estrangeiros – apenas oportunidade que – sem chamar atenção para o caso – me deixasse dizer-lhe (ao núncio) que, de acordo com o Sr. Presidente do Conselho, se tinha resolvido encetar as negociações de que... tínhamos falado. Estas vão ser, creio eu, apesar de toda a nossa boa vontade, demoradas e difíceis».

Nessa conversa, o núncio terá corroborado este sentimento:

Devemos preparar-nos para discussões renhidas. A minuta apresentada, por ser da iniciativa da Santa Sé, não podia deixar de conter afirmações que estava obrigado a defender. Mas eu estou muito contente com o que me diz – muito contente. Isto dá-me um grande prazer<sup>431</sup>.

Armindo Monteiro descreve que o semblante carregado do núncio ia dando lugar a um «largo sorriso» e «com as mãos enormes e desajeitadas fazia movimentos largos e bruscos: e ia sublinhando com alegres exclamações as minhas palavras».

O ministro dos Estrangeiros disse ainda que o Governo português impunha que as negociações fossem secretas (tal como ocorrera com os Acordos de Latrão<sup>432</sup>), acompanhadas

---

<sup>430</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

<sup>431</sup> AHD-MNE, GS1, Apontamentos de Conversa de Armindo Monteiro (Outubro de 1935)

<sup>432</sup> Ver, por exemplo, Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien. 1919-1945*, p. 267.

apenas pelo Presidente do Conselho, pelo ministro dos Estrangeiros e, se necessário, pelo ministro da Justiça. O ministro de Portugal no Vaticano só seria envolvido quando indispensável. O nuncio referiu, por seu turno, a urgência em informar o Cardeal Patriarca, na sua qualidade de chefe da Igreja portuguesa; e a reserva de oportunidade da publicação do acordo a que se chegasse. No entender de Armindo Monteiro e de Oliveira Salazar, estas exigências justificavam-se por se considerar que «a opinião pública portuguesa é excitável; se a marcha das negociações começasse a ser objecto de boatos, as nossas dificuldades aumentariam».

Ciriaci concordou com o ministro dos Estrangeiros e teceu, de acordo com o testemunho de Armindo Monteiro, «algumas considerações interessantes»:

Os portugueses são a gente mais difícil de governar que há no mundo. Defendem as suas opiniões como quem defendesse as orelhas que lhes pudessem arrancar. São gente corajosa (...). Mas têm um defeito que estraga tudo: nunca um português confessará que um homem de governo procede sem isenção. Parece que isso seria humilhação definitiva.

Ficou então de enviar no dia seguinte a minuta a casa do ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro<sup>433</sup>, o que fez. Mas a partir daí não teve mais notícias sobre o assunto<sup>434</sup>. De acordo com as declarações do bispo de Cabo Verde, Monsenhor Rafael da Assunção, do início do mês de Julho de 1936, Oliveira Salazar, desejando estabelecer uma Concordata com a Santa Sé, andava a preparar o terreno com novas disposições legislativas, «de modo a eliminar as dificuldades que alguns, ou por compreensão ou por hostilidade para com a Igreja, tinham erguido»<sup>435</sup>.

Embora se tivesse verificado a entrega de um projecto para servir de base às negociações, por razões que poderão relacionar-se com a situação interna espanhola, só em 1937 se encetam negociações, que pensamos terem por base esse documento elaborado por Manuel Gonçalves Cerejeira. Tinham-se passado quase dois anos, e «a ideia parecia abandonada»<sup>436</sup>.

Esta atitude do Governo Português terá levado a Santa Sé, segundo uma carta de Alberto de Oliveira endereçada ao próprio Salazar, de Junho de 1937, já depois de ter sido

---

<sup>433</sup> AHD-MNE, GS1, Apontamentos de Conversa de Armindo Monteiro (Outubro de 1935)

<sup>434</sup> Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158.

<sup>435</sup> Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158.

<sup>436</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Julho de 1938. ASV, ASV – Portugallo, Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

transferido para Londres, a «amuar». Esta constatação decorre de uma conversa que tivera com Ciriaci, encontrando-se este em Roma. Alberto de Oliveira terá perguntado ao núncio como iam as relações entre os dois Estados ao que o núncio terá respondido: «Nem boas, nem más»<sup>437</sup>.

Através de um manuscrito do próprio Salazar, que este intitula *Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos*, temos conhecimento de que a 12 ou 13 de Março de 1937, o Cardeal Patriarca entregou particularmente a Salazar o projecto de Concordata<sup>438</sup>. Este texto foi proposto pela Santa Sé. É Cerejeira quem o diz. Di-lo também o documento *Conferência do doutor Mário de Figueiredo com o núncio: esclarecimentos acerca das alterações ... apresentadas em 21-X-1937*, quando Mário de Figueiredo afirma: «observei que a proposição não aparecia na proposta inicial»<sup>439</sup>. Salazar chama-lhe «Projecto do Patriarca». Samuel Rodrigues diz que este texto foi impresso em Roma, com tradução italiana<sup>440</sup>.

### 3.2 O ANTEPROJECTO DA SANTA SÉ

Tal como mencionámos anteriormente, conhecem-se quatro projectos de Concordata anteriores ao apresentado ao Governo Português em Março de 1937. Primeiro, o texto da autoria do padre António Correia de Santa Maria (O. F. M.), redigido entre Agosto e Setembro de 1932<sup>441</sup>. Mais tarde Trindade Coelho, secundado por Monsenhor José de Castro<sup>442</sup>, alterou esse projecto e, a 18 de Outubro de 1932, enviou-o a Teixeira de Sampaio. O terceiro projecto foi redigido pelo padre António Durão no Verão de 1934<sup>443</sup>. Por último, existe o chamado «Borrão Primitivo», o qual, de acordo com as numerosas referências da documentação, terá sido elaborado pelo Cardeal Patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira, no final do ano de 1934<sup>444</sup>. É possível que dele tivesse conhecimento o padre Alberto Carneiro de

---

<sup>437</sup> Carta não datada. No exemplar da Torre do Tombo, à margem, uma nota de Salazar «com a carta de 19-VI-1937». ANTT, AOS/CO/NE-29A, fl. 456-457; AHD-MNE, Santa Sé, GSG, Mç. 9 (pt. 1);

<sup>438</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>439</sup> AOS/CO/NE-29, pt. 1, fl. 319 e ss.

<sup>440</sup> Samuel Rodrigues, «Concordata de 1940 – da Génese ao texto definitivo». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 37.

<sup>441</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>442</sup> Conselheiro eclesiástico da Legação de Portugal na Santa Sé.

<sup>443</sup> Arquivo Provincial dos Jesuítas. Documento cedido por Bruno Cardoso Reis.

<sup>444</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fls. 10-17v.

Mesquita, amigo pessoal de Oliveira Salazar e de Cerejeira e colega de ambos nos *Grilos*, no Centro Académico de Democracia Cristã e no *Imparcial* (1912), semanário católico de Coimbra, de que foi proprietário e editor. Cerejeira chamá-lo-ia para desempenhar o cargo de secretário do Patriarcado, e foi também arcediogo e deão da Sé de Lisboa. Eram estreitos os laços que o uniam ao Presidente do Conselho: custeou as despesas de internamento de Oliveira Salazar no Hospital da Ordem Terceira no Verão de 1929, por diversas vezes pernitou em casa de Oliveira Salazar, no Vimeiro<sup>445</sup>, e chegou mesmo a emprestar dinheiro a Salazar para que este adquirisse uma propriedade na Beira<sup>446</sup>. No entanto, chama-se a atenção para o facto de, a 23 de Outubro de 1939, Oliveira Salazar desconhecer ainda se Carneiro de Mesquita estava ao corrente do processo de negociação da Concordata, embora tudo leve a crer que conhecia o assunto, provavelmente por intermédio do Patriarca. Só a 25 de Fevereiro de 1940 o tema é abertamente discutido entre ambos.

Este último projecto, para a elaboração do qual o Gonçalves Cerejeira terá conversado com Salazar, depois de devidamente modificado pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários e aprovado pelo Papa, terá sido entregue ao Governo português para que servisse de base de trabalho para a formulação do acordo. Cerejeira ainda faz alguns aditamentos: colocação do Instituto de Santo António dos Portugueses sob a direcção do Cardeal Patriarca, permissão de inscrição gratuita em nome das associações com personalidade jurídica da propriedade eclesiástica que se ache em nome de particular, a restituição dos valores que constituíam os fundos da Comissão de Execução da Lei de Separação<sup>447</sup>.

Estes quatro projectos diferem consideravelmente entre si, embora contenham diversos aspectos em comum – o que é natural, uma vez que têm por inspiração as numerosas concordatas celebradas no pontificado de Pio XI. No fim, em 1937, vingou o projecto do Cardeal Cerejeira<sup>448</sup>.

---

<sup>445</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 1, p. 80.

<sup>446</sup> AOS/CP-180.

<sup>447</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fls. 10-17v.

<sup>448</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fls. 10-17v.



### **3.2.1 O PROJECTO DO CARDEAL CEREJEIRA, OS PROJECTOS QUE O ANTECEDERAM E A ANÁLISE DA SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS ASSUNTOS ECLESIASTICOS EXTRAORDINÁRIOS**

Partindo da citação do projecto do Cardeal Cerejeira, importa cotejar os diversos documentos acima citados.

Preâmbulo – § 1 – Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XI e Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, concordes no desejo de regular de mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e o maior bem da Igreja e do Estado,

Esta primeira alínea do preâmbulo do projecto de Cerejeira (Novembro 1934) é muito diferente daquela que se apresenta no texto elaborado pelo padre António Durão no Verão de 1934, o único de entre os quatro que também tem preâmbulo. Quer dizer, enquanto o primeiro se limita a frases protocolares, o segundo apela ao papel da nação portuguesa para a «propagação do Evangelho e da civilização cristã nas mais remotas paragens do mundo». A fórmula de Cerejeira vai ser adoptada pelos cardeais da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, ainda que ligeiramente modificada.

Preâmbulo – §§ 2 e 3 – resolveram concluir entre si uma solene Convenção, que reconhece e garante a liberdade e direitos da Igreja, consagra e aplica os princípios e disposições da Constituição Política da República Portuguesa, mantém a Concordata respeitante ao Padroado Português do Oriente, assim como o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas e define a cooperação da Igreja e do Estado em vista do interesse colectivo, mantendo cada um a sua independência e competência.

A segunda alínea do preâmbulo do projecto de Cerejeira é também ela original, se bem que, depois das sugestões do núncio apostólico, a Sagrada Congregação para os Assuntos Extraordinários Eclesiásticos a modifique. Na verdade, o Cardeal Patriarca afirmava que a Concordata consagraria e aplicaria os princípios constitucionais. Ora, a Secretaria de Estado entende que não se podiam aceitar todos os princípios e disposições da Constituição portuguesa, «como, por exemplo, a separação da Igreja e do Estado, o laicismo deste», e por sugestão do núncio suprime esta afirmação, substituindo-a por outra, a «salvaguarda os interesses da Nação portuguesa». Quanto às missões e ao Padroado, opta-se pela seguinte fórmula: «salvaguarda os interesses da Nação Portuguesa também no que respeita às missões católicas e ao Padroado no Oriente»<sup>449</sup>. Esta última modificação contou com a oposição do Cardeal Rossi, o qual considerava que «uma Concordata não pode tratar de questões

---

<sup>449</sup> «Algumas observações e modificações da Secretaria de Estado, incorporando as sugestões do Núncio». In «Portogallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157.

eclesiásticas ou mistas. E mesmo as missões podem ser objecto de outro tratamento sem dizer que se salvaguarda os interesses de um Regime quanto às missões... as missões são para as almas, não para a política dos regimes»<sup>450</sup>. Mas, a sua crítica não vai ser acolhida pela Sagrada Congregação para os Assuntos Extraordinários Eclesiásticos<sup>451</sup>.

Preâmbulo – § 4 – Para tal efeito Sua Santidade nomeou Seu Plenipotenciário...

e o Senhor Presidente da República Portuguesa ..

Os quais, trocados os seus respectivos plenos poderes e achados em boa e devida forma, acordaram nos seguintes artigos

A quarta alínea do preâmbulo de Gonçalves Cerejeira, semelhante na forma à do padre António Durão, não vai sofrer alterações por parte da Santa Sé<sup>452</sup>.

Artigo 1º, § 1º – A República portuguesa reconhece e assegura existência e personalidade jurídica à Igreja Católica em Portugal com a sua hierarquia, disciplina, e associações ou organizações.

No artigo 1º, parágrafo 1º, constante do projecto de António Correia (Agosto-Setembro 1932) afirma-se também explicitamente o reconhecimento da personalidade jurídica à Igreja Católica.

Monsenhor Colonna vai sugerir à Secretaria de Estado que se introduza neste preceito a menção de que a religião católica é professada pela totalidade dos portugueses e «que essa foi a sua glória»<sup>453</sup>. Porém, esta proposta não foi aceite. Será antes adoptada a sugestão do Cardeal Rossi, que vai no sentido de se referir um pouco mais explicitamente as ordens e congregações religiosas, indicando para este efeito, que, para além da alusão às associações e às organizações, seja feita uma referência aos institutos<sup>454</sup>.

Artigo 1, § 2º – A fim de assegurar as relações amigáveis entre a Santa Sé e a República Portuguesa, da maneira historicamente tradicional, um núncio apostólico continuará a residir em Portugal e um embaixador da República será nomeado junto da Santa Sé.

A questão da reciprocidade da representação diplomática, consagrada no parágrafo 2º, estava, com vimos, na ordem do dia desde há algum tempo, razão pela qual consta já dos projectos de concordatas anteriores à redacção de Cerejeira. Com excepção da terminologia

<sup>450</sup> AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), fasc. 157, fl. 97 e ss.

<sup>451</sup> Projecto de Concordata entre a Santa Sé e Portugal [anotado por Cerejeira]. 1.ª Fórmula. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 15-23).

<sup>452</sup> Projecto de Concordata entre a Santa Sé e Portugal [anotado por Cerejeira]. 1.ª Fórmula. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 15-23).

<sup>453</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>454</sup> AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 97 e ss.

usada nos textos de António Correia de Santa Maria<sup>455</sup> e de Trindade Coelho<sup>456</sup> (Outubro 1932), que é exactamente igual, os outros dois projectos variam bastante na forma. De qualquer modo, também neste aspecto vinga a proposta de Cerejeira<sup>457</sup>, não tendo havido divergências assinaláveis a este respeito por parte da Santa Sé<sup>458</sup>.

Artigo 1, § 3º – É mantido, em favor de Portugal, nos termos das Concordata em vigor, o Padroado Português do Oriente e Extremo Oriente.

Cerejeira é o primeiro a considerar a questão do Padroado Português do Oriente nos projectos de Concordata<sup>459</sup>, embora antes Trindade Coelho tenha justificado esta ausência com os seguintes argumentos:

- 1º Porque este assunto já está regulado pelo Acordo de 1929;
- 2º Pelo perigo deste cair na hipótese de ruptura de relações com a Santa Sé;
- 3º Porque a Santa Sé não iria fazer uma verdadeira revolução nas circunscrições eclesiásticas recém-criadas<sup>460</sup>.

Logo em Janeiro de 1935, o núncio aponta para a necessidade desta matéria ser objecto de «um tratamento mais amplo e especial» e numa primeira fase contará com o apoio da Secretaria de Estado. No entanto, a redacção aceite pela Santa Sé será da autoria do Cardeal Rossi (ainda que com pequenas alterações) e determina o seguinte:

As convenções estipuladas entre a Santa Sé e o Governo Português a 15 de Abril de 1928 e a 1 de Abril de 1929, relativas ao Padroado Português do Oriente, mantêm-se em vigor, salvas as modificações que poderão ser determinadas de comum acordo entre as duas Altas Partes<sup>461</sup>.

Efectivamente, a Sagrada Congregação para os Assuntos Extraordinários Eclesiásticos, após reuniões de 4 e 13 de Fevereiro de 1935, manifesta-se a favor da proposta do Cardeal Rossi, justificando que, muito embora a mesmo deixe «a questão em aberto», permite no entanto o estabelecimento, no futuro, de «frutuosos acordos sobre o Padroado» e

---

<sup>455</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>456</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>457</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 10-17v.

<sup>458</sup> Projecto de Concordata entre a Santa Sé e Portugal [anotado por Cerejeira]. 1.ª Fórmula. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 15-23).

<sup>459</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 10-17v.

<sup>460</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>461</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 97 e ss.

«a conclusão de uma Concordata vantajosa para o bem das almas em Portugal e nas suas vastas colónias»<sup>462</sup>.

Artigo 2º, § 1 – É garantido à Igreja Católica o livre exercício do seu poder espiritual, podendo dentro da esfera da sua competência exercer os actos do seu magistério e jurisdição, sem qualquer impedimento.

Este parágrafo fora também considerado por António Correia de Santa Maria<sup>463</sup>, redacção que Trindade Coelho adoptará, embora este se limite a afirmar que será reconhecido o regime espiritual da Igreja Católica, quer na metrópole, quer nas colónias<sup>464</sup>. No texto de Cerejeira são introduzidas pequenas alterações, tal como a substituição do termo «magistério»<sup>465</sup> por «poder de ordem», a fim de contemplar também o ministério<sup>466</sup> – uma sugestão do Cardeal Rossi.

Artigo 2º, § 2 – A Igreja Católica pode livremente promulgar leis, Decretos e quaisquer determinações pertencentes ao seu governo espiritual.

Esta redacção tem a aprovação da Santa Sé.

Artigo 2º, § 3 – A Santa Sé goza da plena liberdade de comunicar e corresponder-se com os prelados, o clero e todos os católicos de Portugal, sem qualquer ingerência do poder público; assim como os prelados e demais autoridades diocesanas, com o clero e os fiéis, dentro do seu ministério pastoral, não carecendo da prévia aprovação do Estado, para se publicarem e correrem dentro do País, as bulas, pastorais e quaisquer instruções e determinações.

Os projectos de Concordata de 1932 também contemplam o princípio da livre comunicação entre bispos, clero e fiéis. Na proposta do padre António Durão refere-se explicitamente a não submissão da autoridade eclesiástica à censura prévia. Cerejeira adopta uma formulação ligeiramente mais subtil<sup>467</sup>, e a redacção da Santa Sé, uma vez ouvido o nuncio, irá no sentido de tornar mais explícita a afirmação da liberdade dos bispos e demais autoridades diocesanas se corresponderem com o clero e com os fiéis<sup>468</sup>.

Artigo 2º, § 4 – No exercício do seu ministério espiritual é devida aos eclesiásticos a protecção do Estado, do mesmo modo que aos funcionários e autoridades públicas: o Estado impedirá, nos

<sup>462</sup> ASV, AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 99.

<sup>463</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>464</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60).

<sup>465</sup> O modo como a Igreja transmite os seus ensinamentos.

<sup>466</sup> A pregação da Palavra e a administração dos sacramentos.

<sup>467</sup> ASV, AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 10-17v.

<sup>468</sup> «Algumas observações e modificações da Secretaria de Estado, incorporando as sugestões do Nuncio». In «Portugallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157.

termos das leis gerais, as ofensas à sua pessoa e qualidade de eclesiásticos, e bem assim que sejam perturbados no exercício do seu ministério.

Tal como Cerejeira, o padre António Durão contemplou a protecção do Estado aos eclesiásticos. No entanto, o nuncio vai sugerir que se retire a palavra «espiritual» do texto de Cerejeira, «não só para evitar eventuais interpretações demasiado restritivas, mas também para tornar mais uniforme a formulação do texto devendo terminar “no exercício do seu ministério”»<sup>469</sup>. Esta disposição constituirá no projecto da Santa Sé o artigo 4º, § 1.

Artigo 2º, § 5 – Aos eclesiásticos que, não obstante a proibição do Bispo próprio, continuem a exercer as funções de que estejam suspensos ou destituídos, é aplicável o art. 189º, n. 1 do Código Penal.

A aplicação do Código Penal pelas autoridades civis na punição aos eclesiásticos suspensos ou destituídos surge pela primeira vez em 1934, no projecto da autoria do Cardeal Patriarca. No projecto do padre António Durão, elaborado uns meses antes do de Cerejeira, falava-se apenas na cooperação das autoridades para «coagir os eclesiásticos suspensos ou destituídos das suas funções a acatarem essa suspensão ou destituição». A Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, em conformidade com as observações da Secretaria de Estado e as sugestões do nuncio<sup>470</sup>, eliminou a referência ao Código Penal português, já que este não parecia aplicável: «todo o jurado ou testemunha que não comparecer em juízo, tendo-se-lhe feito a necessária intimação, terá a pena de prisão e multa de um mês» (artigo 189º).

A Santa Sé vai ainda transferir este parágrafo para o artigo 9º, § 4, assim modificado: «A autoridade civil prestará apoio à autoridade eclesiástica no caso dos eclesiásticos que, não obstante a proibição dos superiores competentes, continuarem a exercer as funções de que foram suspensos ou destituídos». Trata-se de uma redacção semelhante à da Concordata polaca<sup>471</sup>.

Artigo 2º, § 6a – Os bispos residenciais, reitores de seminários, párocos e superiores religiosos residentes em Portugal deverão ser cidadãos portugueses.

<sup>469</sup> «Algumas observações e modificações da Secretaria de Estado, incorporando as sugestões do Nuncio». In «Portogallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157.

<sup>470</sup> «Algumas observações e modificações da Secretaria de Estado, incorporando as sugestões do Nuncio». In «Portogallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157.

<sup>471</sup> Polónia, art. 4º – As autoridades civis prestarão o seu apoio à execução das decisões e dos decretos eclesiásticos: a) em caso de destituição de um eclesiástico, da sua privação dum benefício da Igreja, depois da promulgação de um decreto canónico relativo à destituição ou privação supracitadas ou em caso de defesa do uso do hábito eclesiástico.

Esta disposição foi introduzida pela primeira vez no projecto de Cerejeira. A Secretaria de Estado afirmaria que a nacionalidade portuguesa dos superiores religiosos residentes em Portugal constituía uma das concessões da Santa Sé ao Estado português, mas modificou ainda a sua redacção para que esta exigência fosse relevada caso houvesse acordo entre as partes. Esta alteração acabará por não constar do projecto entregue ao Governo português.

Artigo 2º, § 6b – Antes de proceder à nomeação de qualquer Arcebispo e Bispo residencial, ou de coadjutor *cum iure successionis*, salvo o que está disposto na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, a Santa Sé comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo Português, a fim de saber se não há contra ela objecções de carácter político geral, devendo tal diligência manter-se rigorosamente reservada até à sua nomeação pela Santa Sé, e tendo-se o silêncio do Governo, após quinze dias da dita comunicação, como significativo de que nada tem a opor.

Já António Correia de Santa Maria, Trindade Coelho, Monsenhor José de Castro e o padre António Durão haviam previsto que ao Governo seria conferido o direito de pré-notificação quanto à nomeação dos bispos, embora, em qualquer dos casos, com redacções distintas. A fórmula do jesuíta é a que mais se aproxima da de Cerejeira: além do direito de objecção, afirma, tal como este, que, comunicado o nome da pessoa escolhida e se não houver resposta no prazo de quinze dias, «a Santa Sé entenderá não existirem tais objecções». Do mesmo modo, previa que estas diligências fossem realizadas em segredo. Monsenhor Colonna considerou que o prazo deveria ser alargado para trinta dias e que se devia dizer claramente que este direito não é sinónimo de um direito de veto. Colonna considerará que se deve conceder ao Estado português, nos casos das dioceses das colónias e dos territórios sob o regime de Padroado, o direito de apresentação<sup>472</sup>. Porém, a fórmula apresentada pela Santa Sé ao Governo português vai ser a proposta por Cerejeira, apenas com ligeiras alterações de redacção.

Artigo 3º, § 1

É assegurado à Igreja Católica o livre exercício de todas as funções do culto, particular ou público, as quais poderão ser realizadas em qualquer hora e lugar, sem dependência de licença da autoridade pública.

A liberdade do culto católico vai ser afirmada em todos os projectos que antecederam o do Cardeal Patriarca, embora utilizando formulações diferentes. Cabe aqui salientar que o projecto de Trindade Coelho é o que mais diverge de todos os outros, pois acrescenta a

---

<sup>472</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

referência explícita à liberdade de «administração dos sacramentos»<sup>473</sup>. Esta última afirmação não vai ser retomada, nem por Durão, nem por Cerejeira, nem sequer existia no projecto de António Correia de Santa Maria. A versão do Cardeal Patriarca foi aprovada pela Santa Sé, não tendo sido sequer discutida pelos diversos intervenientes na sua apreciação.

Artigo 3º, § 2

O toque dos sinos é parte integrante da manifestação do culto, competindo à hierarquia eclesiástica regular o seu uso.

Esta matéria foi introduzida pela primeira vez por Cerejeira e terá o acordo da Santa Sé.

Artigo 3º, § 3

A República Portuguesa reconhece os seguintes dias festivos estabelecidos pela Igreja: todos os domingos, o dia primeiro do ano, o dia da Epifania (6 de Janeiro) o dia da Ascensão, o dia do Corpo de Deus, o dia dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho) o dia da Assunção (15 de Agosto) o dia de Todos os Santos (1 de Novembro) o dia da Imaculada Conceição (8 de Dezembro) o dia de Natal (25 de Dezembro).

O reconhecimento dos dias festivos estabelecidos pela Igreja Católica é comum ao projecto do padre António Durão e a forma adoptada por Cerejeira é exactamente a mesma. Monsenhor Colonna vai assinalar a ausência do dia de S. José (19 de Março)<sup>474</sup>, o que será incorporado no texto entregue a Salazar.

Artigo 3º, § 4 – Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser destinado pelo Estado a outro fim.

Esta norma só encontra paralelo na formulação do padre António Durão. Monsenhor Colonna, considerando que «pode ser vantajoso para a igreja permutar um convento por uma caserna», sugere que se acrescente «sem o prévio consentimento da autoridade eclesiástica»<sup>475</sup>, o que não seria adoptado no texto proposto pela Santa Sé.

Artigo 3º, § 5 – É garantida a prestação de socorros espirituais nos hospitais, asilos, prisões e estabelecimentos similares do Estado e das autarquias locais, que poderão ter capela e serviços privativos para este efeito, sendo livre o acesso ao pároco do lugar ou sacerdote encarregado pela competente autoridade eclesiástica destes serviços.

---

<sup>473</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>474</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>475</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

A assistência religiosa aos hospitais, asilos, prisões e outros estabelecimentos públicos de beneficência foi considerada logo no primeiro projecto de Concordata, mas apenas o de Cerejeira fazia referência ao livre acesso do pároco aos referidos estabelecimentos. No restante, o conteúdo do projecto do Cardeal Patriarca<sup>476</sup> é igual ao do projecto do padre António Durão, embora a redacção tenha sido simplificada. Quando apreciado por Monsenhor Colonna, este rejeita a expressão «socorros espirituais» por considerar que tal formulação remete para uma assistência *in extremis*, quando a ideia seria a de «assistência permanente». Defende ainda que o acesso do pároco deve ser garantido tanto no que se refere à capela como a todo o estabelecimento estatal<sup>477</sup>. A redacção entregue ao Governo português vai ser, no entanto, a proposta por Cerejeira.

Artigo 4º, § 1 – A Igreja Católica é reconhecida em Portugal como sociedade de direito público, podendo organizar-se livremente em harmonia com as normas de sua hierarquia e disciplina.

Embora com outra forma, quer o reconhecimento da Igreja Católica como sociedade de direito público, quer a sua liberdade de organização já tinham sido referidas no projecto do padre António Durão.

De acordo com a Santa Sé, o Cardeal Patriarca teme que «a frase “qual sociedade de direito público” possa não ser bem entendida pela mentalidade portuguesa», sugerindo a sua eliminação e em alternativa a seguinte norma: «A Igreja Católica poderá organizar-se livremente em Portugal em harmonia com as normas de sua hierarquia e disciplina». Colonna concordará com esta modificação, que considera ser conforme ao Direito Canónico<sup>478</sup>. Este novo texto obtém o acordo dos cardeais da Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários.

Artigo 4º, § 2 – Às instituições e associações assim organizadas, que, segundo o Direito Canónico, gozam de personalidade jurídica, é reconhecida pelo Estado existência civil e personalidade jurídica – como bispados, cabidos, paróquias, seminários, confrarias, congregações, institutos e outras organizações canónicas e legalmente constituídas.

António de Santa Maria, Trindade Coelho e António Durão falam do reconhecimento da «personalidade jurídica» às instituições e organizações da Igreja Católica. O Cardeal Rossi – aliás, como mais tarde Oliveira Salazar – irá considerar que este parágrafo repete a norma

---

<sup>476</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 10-17v.

<sup>477</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>478</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.



do artigo 1º. No entanto, ainda que com ligeiras alterações (entre outras, a palavra «bispos» é substituída por «dioceses»), a fórmula redigida por Cerejeira é aprovada pela Santa Sé.

Artigo 4º, § 3 – A constituição, modificação e extinção no foro civil das instituições e associações católicas a que se refere o parágrafo anterior só poderá ter lugar mediante participação escrita, feita pelo Bispo da Diocese onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Os projectos de 1932 não falam de participação ao foro civil das instituições católicas. Já o texto do padre António Durão fala na inscrição «num registo adequado da Cúria Diocesana do lugar onde estão situadas». O autor afirma em nota que não fará sentido que a inscrição se faça no Governo Civil, pois «não se compreende que em regime de separação o governador civil exerça tutela sobre corporações e quaisquer associações católicas, como vem fazendo até aqui». Chama mesmo a atenção para o facto de não existir tutela do poder civil nas outras concordatas nem tão pouco no Estatuto das Missões. Não vai ser esta a proposta de Cerejeira, o qual sugere uma redacção muito próxima da consagrada na versão final, fazendo notar que esta alínea é quase a transcrição do artigo 5º do Decreto nº 11.887, de 15 de Julho de 1926.

Artigo 4º, § 4 – As referidas instituições e associações regem-se segundo as normas da hierarquia e disciplina católicas, podem adquirir os bens necessários aos seus fins nos termos da lei comum do Estado, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente autoridade eclesiástica.

Quanto à faculdade de adquirir bens pelas instituições ou organizações da Igreja Católica, o projecto do padre António Durão também o prevê, mas determina que, caso estes bens hajam «sido adquiridos a título gratuito e não forem indispensáveis para os fins das mesmas instituições», os mesmos «ficam sujeitos ao imposto de transmissão ou sucessão, por cada período de 30 anos», por considerar que o texto assim redigido se coadunava com a «disposição do Código Civil na sua última e recente redacção do art. 35º». Estabelece ainda que, para gozarem desta faculdade, as mesmas instituições teriam de observar as normas do Direito Canónico e do Direito Civil. A redacção de Cerejeira, embora diferente na forma, contém a mesma doutrina.

De acordo com a opinião de Colonna, a expressão «necessários aos seus fins» poderá conduzir a conflitos, pois não fica dito quem determina essa necessidade<sup>479</sup>. Outras modificações feitas de acordo com a acta da reunião da Sagrada Congregação, redigida por

---

<sup>479</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portugal, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

Pizzardo com base nos apontamentos escritos do Cardeal Rossi, vão no mesmo sentido<sup>480</sup>. O texto entregue pela Santa Sé ao Governo português incorporou estas críticas.

Artigo 5º, § 1 – É garantida à Igreja e suas instituições a liberdade de ensino, em todos os graus, nos termos da lei comum do Estado.

Sendo a liberdade de ensino uma das mais instantes reclamações católicas, todos os projectos de Concordata anteriores ao de Cerejeira vão incluí-la no seu articulado. Para António Correia de Santa Maria, à Igreja Católica deve ser reconhecido «o direito de fundar e dirigir escolas e institutos confessionais próprios», direito que deverá abranger também as ordens e as congregações religiosas. O texto do padre António Durão, por sua vez, determina que a Igreja Católica tem o direito «de estabelecer escolas paralelas às do Estado e sujeitas à sua fiscalização».

Relativamente à proposta de Cerejeira, a Santa Sé rejeita a subordinação à lei comum do Estado constante do projecto do Patriarca. Por essa razão, vai sujeitar o ensino às «obrigações sancionadas pela lei portuguesa» mas apenas no que se refere à equiparação e à obtenção dos subsídios estatais.

Artigo 5º, § 2 – O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende de autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela autoridade eclesiástica ou pelos seus representantes e delegados.

O projecto do padre António Correia de Santa Maria prescreve que em todas as escolas públicas e privadas haverá um curso de religião para os alunos católicos, embora a vigilância e a direcção da instrução religiosa caiba à autoridade religiosa<sup>481</sup>. O projecto do padre António Durão é omissivo quanto à autorização do ensino religioso nas escolas privadas. Com pequenas alterações de forma, a redacção de Cerejeira será aceite pela Santa Sé.

Artigo 5º, § 3 – O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas não deverá hostilizar a Igreja Católica e a sua doutrina, devendo para este efeito o Estado adoptar as providências necessárias.

Este parágrafo, que não encontra paralelo nos projectos que antecederam o de Cerejeira, será aceite pela Santa Sé sem discussão. Para o justificar, Cerejeira invocará a Constituição Política de 1933, especialmente o art. 43, § 3, segundo as «Emendas Guardiola»:

---

<sup>480</sup> «Modificações segundo a acta de S. E. Pizzardo e os apontamentos escritos do Em. Rossi». ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 99, fl. 122-130

<sup>481</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

«orientadas estas [virtudes morais] pelos princípios da doutrina moral cristã tradicional ao país».

Artigo 5º, § 4 – A moral que o Estado Português ensina, respeita, aplica e defende, é a moral cristã, segundo a tradição católica do País; e fica autorizado o uso público de símbolos cristãos nas escolas primárias e outros estabelecimentos do Estado e autarquias locais, assim como o juramento sobre os Evangelhos em actos públicos.

Quanto a este parágrafo, a redacção de António Correia de Santa Maria pode, de algum modo, ter o seu equivalente na de Cerejeira, já que esse afirma que «os rapazes e raparigas que frequentem o curso de instrução primária serão confiados a professores e professoras, capazes de instruí-los e educá-los na doutrina e no espírito da fé católica»<sup>482</sup>. Colonna vai advogar que se substitua a expressão «segundo a tradição católica do país» por «segundo os ensinamentos da Igreja Católica»<sup>483</sup>. Após a análise da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, o texto proposto por Cerejeira sofre uma pequena alteração: «...defende é, segundo a tradição do País, a moral católica». No que se refere ao uso público de símbolos cristãos e ao juramento sobre os Evangelhos, o padre António Durão falava já do crucifixo, mas não apenas nas escolas (incluía os hospitais e os tribunais), desde que esse fosse «o desejo manifesto da população». A Sagrada Congregação para os Assuntos Extraordinários Eclesiásticos, depois de ouvido o nuncio, advoga a supressão do adjectivo «primárias»<sup>484</sup>, o que virá a ser aceite na redacção entregue ao Governo português.

O Cardeal Patriarca, para justificar o preceituado neste parágrafo junto do Presidente do Conselho, invocará diversos artigos da Constituição Política<sup>485</sup>; o Decreto nº 19.244, de 16

<sup>482</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>483</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>484</sup> «Algumas observações e modificações da Secretaria de Estado, incorporando as sugestões do Nuncio». In «Portogallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157.

<sup>485</sup> Art. 4º – A Nação Portuguesa constituiu um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite [...].

Art. 13º – Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

[...]

4º – Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim.

5º – Tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes.

Art. 40º – É direito e obrigação do Estado a defesa da moral, da saluridade da alimentação e da higiene pública.

Art. 43º, § 3 – «O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País.

Art. 45º – É livre o culto público e particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.

de Janeiro de 1931 (art. 6º)<sup>486</sup>; o Decreto nº 21.103, de 7 de Abril de 1932, que estabelece que seja exaltado nos livros escolares «tudo quanto represente esforço na consolidação e preparação da fé cristã».

Lembre-se que nestas datas (1932-1935) ainda não tinha sido incorporada na Constituição a determinação de 11 de Abril de 1936 que tornou obrigatória a fixação do crucifixo nas escolas públicas do ensino primário elementar.

Artigo 5º, § 5 – Nas escolas públicas, primárias, complementares e médias será autorizado pelos seus directores, quando lhes seja requerido pelos pais ou encarregados de educação dos alunos, o ensino da religião católica, o qual será ministrado pelos representantes da hierarquia eclesiástica, segundo o programa por esta estabelecido.

Trindade Coelho já propusera que fosse garantida à Igreja o ensino religioso dos alunos católicos das escolas primárias e secundárias, considerando que eram “católicos” os que no acto da matrícula não declarassem, por expressa vontade paterna, não querer o ensino religioso. O projecto do padre António Durão dita a obrigatoriedade do ensino religioso «em todas as escolas do Estado, ou por ele subsidiadas, quer sejam primárias, quer sejam secundárias».

Colonna opõe-se veementemente à redacção de Cerejeira por considerar que desse modo só haverá verdadeira instrução religiosa se a mesma for requerida pelos pais. Em alternativa, propõe o ensino religioso para todos os alunos excepto aqueles cujos pais ou encarregados de educação digam expressamente que não o querem. Mas, se tal for contrário à Constituição, então que se determine que será ministrado o ensino da religião católica aos alunos, qualquer que seja a sua confissão, desde que os pais o solicitem, sendo que para os alunos baptizados na Igreja Católica o pedido pode ser feito pelo pároco (desde que não tenha a oposição dos progenitores). Colonna fala ainda na possível oposição dos judeus à introdução deste artigo e sublinha que «uma má aplicação deste artigo pode “ser perniciosa”, dando como exemplo o que sucedera em Itália, sendo que em Portugal a situação é pior, porque o clero é bastante menos numeroso e qualificado, os laicos são menos cultos e a autoridade e as escolas muito menos favoráveis à Igreja. Acrescenta também que mandar «um padre ignorante» ensinar «em liceus de libertinos e de ateus é uma maneira de os afastar». Para que assim não seja, considera ser necessário proceder lenta e prudentemente. Primeiro, há que preparar os

---

<sup>486</sup> É rigorosamente proibido o ensino de doutrinas contrárias à independência e integridade da pátria portuguesa, ao respeito pelas tradições nacionais portuguesas, à segurança do Estado e à moral social.

§ único – Os estabelecimentos em que seja praticada contração das disposições deste artigo serão encerrados, independentemente da responsabilidade penal que, nos termos da lei, resulte da referida contração para os que a houverem praticado.

professores, sacerdotes, religiosos e leigos; depois, há que trabalhar para mudar a atitude das autoridades escolares e dos professores<sup>487</sup>. Já a Secretaria de Estado, com a ajuda do nuncio que se encontrava em Roma, vai propor em alternativa a seguinte redacção:

Nas escolas públicas, primárias, complementares e médias será autorizado pelos seus directores para qualquer aluno, desde que os pais ou encarregados de educação o requeiram, o ensino da religião católica.

Deste modo evitava-se ir contra a Constituição, a qual «estabelece que o ensino estatal é independente de qualquer culto religioso». Mas, como a Constituição reconhece aos pais ou encarregados de educação o direito de educar os filhos, «os autores do texto acreditam que, com esta fórmula, não seria difícil fazer aprovar este artigo na Assembleia Nacional». O padre jesuíta Luís Gonzaga da Fonseca considera que esta redacção pode levar a pensar que o ensino religioso só será autorizado quando requerido pela totalidade dos pais», razão pela propõe a seguinte redacção:

Em harmonia com o parágrafo precedente, ministrar-se-á o ensino da religião católica nas escolas públicas elementares, complementares e médias, exceptuados os alunos para quem os pais, ou os que façam suas vezes, requererem isenção.

Estas observações não vão colher a aprovação da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, e de acordo com a acta da reunião elaborada por Pizzardo com a ajuda dos apontamentos do Cardeal Rossi, chega-se à seguinte redacção:

Nas escolas públicas primárias, complementares e médias será autorizado pelos seus directores para qualquer aluno, desde que os pais ou quem os substituir façam o pedido, o ensino da religião católica, o qual será ministrado por pessoa devidamente encarregada pela competente autoridade eclesiástica, segundo o programa por esta estabelecido.

Num último momento, no documento intitulado «Projecto de Concordata entre a Santa Sé e Portugal, modificado segundo as observações dos Em. Padres da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos e as decisões do Santo Padre», este artigo assume finalmente a redacção que irá ser apresentada ao Governo português e que vai ao encontro da proposta de Luís Gonzaga:

Em harmonia com o parágrafo precedente, será ministrado o ensino da religião católica nas escolas públicas primárias, complementares e médias, exceptuando os alunos cujos pais ou quem fizer a vez deles pedirem isenção. Tal ensino será ministrado por pessoa devidamente

---

<sup>487</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f. Sublinhado acrescentado.

encarregada pela competente Autoridade eclesiástica, segundo o programa por esta estabelecido.

Ao que parece, em Março de 1937 Cerejeira terá ainda ter querido alterá-lo nos seguintes termos:

Nas escolas públicas, primárias, complementares e médias será ministrado aos alunos cujos pais ou encarregados de educação não requerem isenção o ensino da religião católica, o qual constituirá matéria dos horários.

Este ensino será ministrado segundo o programa estabelecido pela hierarquia católica, nas escolas primárias pelos respectivos párcos ou seus legítimos representantes, e as escolas complementares e médias por professores nomeados pelo Governo segundo proposta da competente autoridade diocesana, à qual também pertence organizar e aprovar os respectivos programas.

Esta sua iniciativa não vai ser acolhida.

Artigo 5º, § 6 – Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e bem assim nos institutos de correcção ou reforma, nos quais o Estado se substitui aos pais, será ministrado por conta deste o ensino e assegurada a prática da Religião Católica aos alunos baptizados na respectiva Igreja.

O professor de religião e encarregado da formação religiosa dos alunos será equiparado aos demais e nomeado por proposta da competente autoridade diocesana, à qual também pertence organizar e aprovar os respectivos programas.

Os directores destes estabelecimentos com a cooperação do sacerdote velarão por que nada possa ofender os direitos e sentimentos católicos dos alunos, e por que estes cumpram os seus deveres religiosos na capela privativa do estabelecimento ou, na sua falta, na respectiva igreja paroquial.

Sem precedentes nos projectos que antecederam o do Cardeal Cerejeira, a Secretaria de Estado vai considerar que este artigo é «de suma importância e de grande vantagem das almas porque depois da revolução e até hoje há em Portugal muitos e grandes colégios, orfanatos, etc. em que não só não há ensino algum da religião e assistência religiosa, como também nenhum aluno assiste à missa de domingo». Acrescenta-se ainda que «dado o enorme número de filhos ilegítimos em Portugal, o número dos alunos em tais estabelecimentos é muito superior ao dos outros países». Dir-se-á por fim que, de acordo com as estatísticas oficiais referentes a Lisboa, «em 1933 a percentagem de filhos ilegítimos foi de 400, 41 por 1000: percentagem que em Maio de 1934 ascendia a 437,56 por 1000». Fora da capital, embora menor, a percentagem de filhos ilegítimos continua a ser alta<sup>488</sup>.

---

<sup>488</sup> Portugallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. AES, Portugal, Concordato, Pos. 398 (2), Fasc. 157

Relativamente a esta norma, as alterações ao texto entregue ao Governo português são meramente formais. No entanto, quando introduz as emendas da Santa Sé num projecto impresso que se encontra actualmente no Arquivo Salazar, Cerejeira diz: «será não só ministrado o ensino, mas assegurada a prática da Religião Católica aos alunos baptizados na respectiva Igreja, havendo para isso um sacerdote interno nomeado pelo Governo sob proposta da competente autoridade eclesiástica». O Patriarca acrescenta também que este parágrafo está de acordo com o parecer da Câmara Corporativa sobre as «Emendas Guardiola», de que foi relator Gustavo Cordeiro Ramos – «na maior parte das nações modernas, mesmo em regime de separação, se julga, e bem, que o respeito da liberdade espiritual existente não está no laicismo escolar, mas na adopção do ensino confessional, de acordo com a vontade dos pais ou tutores, responsáveis pela formação moral dos seus educantes». E cita países onde tal sucede, como a Alemanha, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Bélgica, a Hungria, a Checoslováquia e a Jugoslávia. Lembra ainda que não se faz senão respeitar determinados preceitos constitucionais (Constituição Política, art. 13 n. 4, art. 6, n.1; art. 8, n.3<sup>489</sup>).

Artigo 5º, § 7

É livre a fundação e regime dos seminários e estabelecimentos de formação eclesiástica, sem ingerência alguma por parte do Estado, nomeadamente na escolha dos compêndios neles adoptados, na habilitação dos professores e na organização dos estudos.

O mesmo se aplica a quaisquer escolas e cursos de disciplinas religiosas, e ao Instituto Católico Português, que já existam ou venham a fundar-se.

António Correia de Santa Maria e Trindade Coelho não falarão de seminários a não ser para afirmar a necessidade destes serem criados nas colónias portuguesas. Já no projecto de António Durão, embora com outra redacção, consta a mesma doutrina. A norma não suscita discussão junto da Santa Sé.

Artigo 6º, § 1

---

<sup>489</sup> Art. 13º – Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

[...]

4º – Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim.

Art. 6 – Incumbe ao Estado:

1º Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação, definindo e fazendo respeitar os direitos e garantias resultantes da natureza ou da lei, em favor dos indivíduos, das famílias, das autarquias locais e das corporações morais e económicas.

Art. 8º, n. 3 – Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: [...] 3º – A liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

O reconhecimento dos efeitos civis dos casamentos, se bem que não constasse do projecto de António Correia de Santa Maria, é introduzido no projecto Trindade Coelho, o qual fala, distintamente da fórmula de Cerejeira, no reconhecimento do sacramento do matrimónio. Trindade Coelho explicava que, deste modo, «fica abolido o divórcio entre portugueses casados catolicamente; e fica, até outro Decreto, mantido o divórcio aos que realizam o matrimónio fora das leis eclesiásticas». Ora, se o Estado português reconhecesse o sacramento do matrimónio, tal significaria, ao contrário do que supõe o diplomata, o fim do divórcio. O artigo correspondente do projecto do padre António Durão é bastante similar ao de Trindade Coelho.

Esta matéria assumirá uma redacção bem distinta no projecto de Cerejeira. De acordo com o Cardeal Patriarca, «este § restaura a doutrina do art. 1069 do Código Civil português, de que cita algumas palavras, acrescentando a exigência da transcrição nos registos do estado civil». Lembra ainda a Constituição Política (art. 12, n.3<sup>490</sup>) que só exige a «obrigatoriedade do registo do casamento», e não a forma civil da sua celebração. Invoca, para o mesmo efeito, as conclusões da subsecção de justiça do Congresso da União Nacional de 1934, lidas por José Alberto dos Reis: – «são admitidas as conclusões da tese [a família portuguesa no Estado corporativo] enquanto traduzem a tendência: a) para fortalecer o respeito pelo carácter religioso do casamento, como único meio de revigorar a sua base moral». Cita também o parecer da Câmara Corporativa sobre o projecto de lei nº 25, defendendo a instituição da família (de que foi relator José Gabriel Pinto Coelho): «é perfeitamente legítimo que, tendo em vista a circunstância de que uma grande parte ou a maioria da população professa uma religião determinada, que bem possa dizer-se a religião dominante ou a religião nacional, e em harmonia com ela costuma celebrar a união conjugal, se atribua efeitos civis ao casamento religioso, confiando embora a funcionários próprios os serviços do registo do estado civil». Cerejeira lembrará ainda a Constituição do Brasil, artigo 146º, que atribui ao casamento religioso «os mesmos efeitos que o casamento civil». Quanto a este assunto diz por fim que quer a Concordata italiana, quer a austríaca<sup>491</sup> reconheçam o mesmo princípio da validade

---

<sup>490</sup> Art. 12, nº 3 – A constituição da família assenta: [...] 3º – Na obrigatoriedade de registo do casamento e do nascimento.

<sup>491</sup> Itália, art. 34 – O Estado Italiano, desejando restabelecer a instituição do matrimónio, que é a base da família, dignidade esse que está conforme às tradições católicas do seu povo, reconhece os efeitos civis do sacramento do matrimónio regulado pelo Direito Canónico; Áustria, art. 7, § 1 – A república da Áustria reconhece efeitos civis aos casamentos contraídos sob o Direito Canónico.



civil do acto religioso, sendo a validade civil do casamento religioso extensível ainda a Inglaterra, Escócia, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Argel e colónias francesas da Índia.

Artigo 6º, § 2

O pároco enviará dentro de cinco dias cópia integral do acto do casamento ao competente oficial de registo civil para ser transcrito nos registos do estado civil, ficando sujeito à responsabilidade civil e criminal prevista no Código de Registo Civil para os funcionários do registo civil.

O projecto de Trindade Coelho, ao contrário do texto de António Correia de Santa Maria, previa que a cópia do assento de casamento fosse enviada, no prazo de cinco dias, ao registo civil. Como diz o autor, trata-se de uma norma inspirada na Concordata italiana. A mesma doutrina foi consagrada no projecto do padre António Durão, invocando exactamente os institutos estrangeiros a que Cerejeira se ira referir posteriormente, dizendo ainda que «apesar de toda a boa vontade do Governo em tornar menos dispendioso o casamento civil este será sempre caro para um povo tão pobre como o português». Por esta razão afirma-se: «há inúmeras mancebias em Portugal que não se legitimam porque o registo civil é caro» e a lei obriga à precedência do registo civil. Este artigo da Concordata dará pronto remédio a tais situações<sup>492</sup>.

A Secretaria de Estado entende que, «por razões óbvias», deve excluir-se a expressão «civil e criminal». Embora considere preferível omitir toda a frase tal como se fez na Concordata italiana, o Cardeal Rossi propõe que o texto seja alterado, ficando assim: «Para o efeito da transcrição, o pároco é considerado oficial civil». A redacção submetida ao Governo português afirmará, em consonância com estas observações, que para «os efeitos desta transcrição o pároco é considerado como oficial público, cujas responsabilidades por tanto incorre plenamente».

Artigo 6º, § 3

Em harmonia com as condições essenciais do casamento católico entende-se que, pelo facto de realizarem o casamento na forma estabelecida pela Igreja, os cônjuges renunciam à faculdade civil de requerem o divórcio, que por isso não poderá ser aplicado aos casamentos católicos.

Este artigo vai ser aceite pela Santa Sé apenas com pequenas alterações formais. A proibição do divórcio para os casados catolicamente fora já ensaiada, como já se referiu, por Trindade Coelho, embora a proposta do padre António Durão se encontre bem mais próxima da formulação de Cerejeira.

---

<sup>492</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

Artigo 6º, § 4 – No mesmo caso, as causas concernentes à nulidade do casamento e à dispensa do casamento rato e não consumado são reservadas ao juízo eclesiástico, cujas sentenças produzirão os seus efeitos civis depois de confirmados pelo Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica e averbados à margem do respectivo registo civil.

A questão da nulidade do casamento católico foi enunciada por Trindade Coelho nos mesmos termos em que o será, mais tarde, por Cerejeira. Na verdade, a norma foi inspirada na Concordata italiana. O projecto do padre António Durão, em vez de falar em produção de efeitos civis, determina que os tribunais civis prestem auxílio aos eclesiásticos. Depois estabelece que o Supremo Tribunal de Justiça emita «mandados de execução, sem o que as referidas sentenças não podem surtir efeitos civis» e ainda que as sentenças definitivas sobre estas matérias sejam revistas pelo Tribunal da Assinatura Apostólica que depois as transmitirá ao Supremo Tribunal de Justiça. A versão adoptada por Cerejeira será revista pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários no sentido de se decretar que as sentenças sejam verificadas pela autoridade civil, a qual delibera a sua execução, sofrendo os seguintes acrescentos, próximos, aliás, da proposta do padre António Durão:

As providências e sentenças relativas, quando definitivas, subirão ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, para a respectiva verificação.

As sobreditas providências e sentenças definitivas com os relativos Decretos do Supremo Tribunal da Assinatura serão transmitidas ao Supremo Tribunal do Estado Português, o qual as tornará executivas para os efeitos civis e mandará que sejam averbadas nos registos do estado civil à margem da acta do casamento.

Artigo 7º, § 1 – A República Portuguesa garante a assistência religiosa às forças de terra e mar, devendo organizar para este efeito um corpo de oficiais milicianos capelães militares.

O projecto de Trindade Coelho, ao contrário do de António Correia de Santa Maria, prevê a assistência religiosa às Forças Armadas por meio de capelães militares, fazendo menção às realidades existentes em países como a Grã-Bretanha, a Alemanha, os Estados Unidos da América e a Itália<sup>493</sup>. A formulação do projecto de António Durão é também próxima da de Cerejeira, sendo esta última aprovada pela Santa Sé sem discussão, ainda que o Cardeal Rossi manifeste o desejo de que a assistência seja extensível ao tempo de paz e à Força Aérea (não prevista na versão de Cerejeira), mas a redacção final do anteprojecto da Santa Sé só acolhe a segunda ideia.

---

<sup>493</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

Artigo 7º, § 2 – Os oficiais militares capelães serão nomeados sob proposta do Cardeal Patriarca de Lisboa, que terá as funções de Bispo castrense, as quais poderá delegar num capelão-chefe, escolhido entre os capelães militares.

O texto de Trindade Coelho, diferentemente do de franciscano António Correia de Santa Maria, prevê a organização de capelanias militares, embora não confira ao Cardeal Patriarca a função de ordinário castrense. Este seria nomeado pela Santa Sé, depois de o Governo exercer o direito de objecção. Trindade Coelho diz ainda que «a nomeação dos capelães será feita pelo Governo depois de apresentados pelo bispo Castrense e este de acordo com o Ordinário da Diocese a que pertença o candidato». Segundo o diplomata tratava-se de demonstrar «o empenho de apurar a qualidade dos candidatos a capelães militares»<sup>494</sup>. A proposta do padre António Durão também engloba a ideias de criação de capelanias militares (e navais), mas defende que o Cardeal Patriarca deverá ter a função de ordinário castrense. Este nomearia os capelães militares, embora de acordo com os ministros da guerra e marinha, e poderia ainda destituí-lo, «havendo causas canónicas».

Também Colonna se irá preocupar com o valor destes sacerdotes, tanto mais «num país onde há tão poucos», e por isso porá os ordinários locais a vigiar a sua conduta, podendo estes, com a autorização do Cardeal Patriarca ou do ordinário castrense, retirá-los das suas funções<sup>495</sup>.

Ao Governo português será submetida a redacção de Cerejeira, que lembrará que «segundo a tradição portuguesa, o Cardeal Patriarca era o Capelão-Mor do Exército», embora alterada pelas sugestões do Cardeal Rossi, que faz depender a nomeação dos capelães da audiência dos ministérios da Guerra e da Marinha, nomeação que, enquanto oficial da milícia, será feita pelo respectivo ministério.

Artigo 7º, § 3 – O serviço militar dos eclesiásticos e clérigos será prestado sob a forma de assistência espiritual e hospitalar às Forças Armadas.

O projecto de António Correia de Santa Maria prevê a dispensa do serviço militar dos sacerdotes e religiosos, extensível também àqueles que ainda não o são, desde que estejam destinados ao sacerdócio ou à vida religiosa<sup>496</sup>. O mesmo texto é adoptado por Trindade Coelho. O projecto do padre António Durão também consagra essa doutrina invocando o que se passa nos países não concordatários: «Na recente Constituição brasileira esse serviço é

<sup>494</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>495</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>496</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

suprido pelos serviços auxiliares. Na Bélgica os seminaristas e religiosos durante as férias exercitam-se em casas apropriadas, e sob disciplina religiosa na aprendizagem de serviço de enfermagem».

Quanto à redacção proposta por Gonçalves Cerejeira, Monsenhor Colonna faz notar que este parágrafo não deve falar de eclesiásticos e clérigos, mas só de eclesiásticos, ou então de clérigos e religiosos<sup>497</sup>. A expressão que virá a ser apresentada ao Governo português acabará por ser «dos sacerdotes, dos clérigos e dos religiosos», numa referência explícita aos religiosos das ordens e congregações.

Artigo 8º, § 1 – A Igreja pode livremente cobrar taxas ou colectas no interior e à porta das igrejas, assim como nos edificios e lugares que lhe pertencem.

Nem o projecto de António Correia de Santa Maria, nem o projecto de Trindade Coelho referem a cobrança de taxas. O projecto do padre António Durão, ao contrário, prevê a colaboração da autoridade civil no que se refere à cobrança coerciva de direitos de estola [donativos voluntários que os fiéis dão por certos serviços, como a administração do baptismo, a celebração do casamento, etc.] ou emolumento ou de taxas ou penalidades, impostas aos fiéis pela autoridade eclesiástica.

O Cardeal Rossi considerará que não é suficiente afirmar, como propõe o Cardeal Patriarca, que a Igreja poderá cobrar taxas e colectas livremente, mas que é necessário assegurar que não haverá controlo e não será necessária permissão das autoridades civis para se proceder à referida cobrança. Esta crítica, porém, não vai ser incorporada no texto da Santa Sé.

Artigo 8º, § 2 – É reconhecida à Igreja Católica a propriedade dos bens eclesiásticos que anteriormente lhe pertenciam, templos, residências com seus passais, seminários com suas cercas, paramentos, alfaias e outros objectos affectos ao culto e religião católica, que ainda não foram affectados a outro destino, ou, tendo-o sido, venham a ficar livres.

Significativamente, todos os projectos de Concordata se referem à restituição de bens à Igreja Católica. O projecto de António Correia de Santa Maria, que não foi modificado por Trindade Coelho no que diz respeito aos bens, impõe que sejam considerados propriedade da

---

<sup>497</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portugallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

Igreja Católica todas as igrejas, capelas e outros edificios destinados ao culto ou a eles anexos<sup>498</sup>.

Mais favorável à Igreja Católica, o texto do padre António Durão dita que «as igrejas e todos os edificios destinados ao culto com as suas dependências, os seminários e residências dos ministros da religião católica com suas cercas, quintas ou passais<sup>499</sup>, os paramentos, alfaia e outros objectos affectos ao mesmo culto de que o Estado tomou posse em virtude do Decreto de 18 de Abril de 1911, e que actualmente estão entregues à Igreja em uso e administração, passam a ser considerados desde esta data como de plena propriedade da mesma Igreja, independentemente de quaisquer formalidades». Afirma ainda que a Santa Sé dará «condenação plena e inteira a todos os particulares que estejam de posse de bens eclesiásticos, em virtude das leis que suprimiram o património da Igreja», como o haviam feito as concordatas napoleónica, a espanhola de 1851 e a italiana de 1929. Diz também que até as «recentes diocesanas francesas» conferiam a posse plena destas propriedades ao contrário do que a Lei Briand havia feito. Invoca, por fim, a Convenção financeira e a dotação do clero prevista nos Acordos de Latrão, que procuraram ressarcir a Igreja Católica das usurpações passadas.

Bem diferente será, como se lê, o texto de Cerejeira. Quanto a este, Colonna aponta o facto de se determinar apenas a devolução dos bens que não estavam ainda affectos a outro destino. Outro destino, dirá, tiveram quase todos, e com este texto o Governo não restituiria nada. Sugere assim que sejam devolvidos todos os bens que não tivessem sido ainda alienados pelo Estado e que hajam sido expropriados nos últimos trinta anos, embora tal sugestão acabe por não ser acatada. Quanto à enumeração dos bens, sugere que se diga «como por exemplo», para que «não pareçam excluídos os que não estão enumerados», o que será acolhido. Colonna acrescenta ainda que se deveria afirmar que, quando fossem criadas novas dioceses, caberia ao Governo fazer erigir a catedral, sugestão que não será adoptada<sup>500</sup>. Por sua vez, o Cardeal Rossi propõe que na enumeração feita por Cerejeira sejam acrescentadas as «casas religiosas»<sup>501</sup>, no que obterá o assentimento da Santa Sé.

Artigo 8º, § 3 – Continua a cargo do Estado a conservação, reparação e restauração dos edificios religiosos declarados monumentos nacionais, competindo à Igreja a sua guarda e o regime interno.

<sup>498</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>499</sup> Termo utilizado para designar os terrenos de serventia das igrejas e casas paroquiais.

<sup>500</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>501</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 97 e ss.

Este texto de Cerejeira é adoptado pela Santa Sé sem alterações, não constando de nenhum dos projectos elaborados anteriormente.

Artigo 8º, § 4 – Os objectos destinados ao culto que se encontrem incorporados em algum museu serão sempre cedidos para as cerimónias do culto no templo a que pertenciam, quando sejam guardados na mesma localidade, mediante requisição do respectivo representante, que será considerado como fiel depositário.

Ao contrário do projecto de Cerejeira, o padre António Durão defende, não a cedência dos objectos de culto, mas a devolução pura e simples. A Santa Sé aceitará a redacção proposta pelo Cardeal Patriarca, substituindo a expressão «que será considerado como fiel depositário» por «que os guardará com o devido cuidado».

Artigo 8º, § 5 – Continuam isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os templos e objectos neles contidos; assim como as residências eclesiásticas com seus passais e os seminários com suas cercas.

António Correia de Santa Maria defende, no seu texto, que as propriedades da Igreja Católica podem ser sujeitas a impostos «como os bens das outras pessoas morais», mas que se exceptuem os edifícios de culto, os paços episcopais, os seminários e casas de preparação secular e regular e os institutos religiosos que se destinem às Missões, à pregação e à caridade e beneficência<sup>502</sup>, no que será secundado por Trindade Coelho<sup>503</sup>. Já o projecto Durão isenta de contribuição predial os edifícios destinados ao culto, à residência dos ministros da Igreja ou à formação do clero. Isenta ainda de impostos os eclesiásticos com votos de pobreza no desempenho de actividades de carácter religioso. De acordo com o jesuíta, tratava-se de uma redacção semelhante à das concordatas da Polónia, da Lituânia, da Letónia e da Itália<sup>504</sup>.

<sup>502</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>503</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>504</sup> Polónia, art. 15 – os eclesiásticos, os seus bens e os bens das pessoas jurídicas eclesiásticas e religiosas, são equiparados às pessoas e aos bens dos cidadãos da República e das pessoas jurídicas laicas, à excepção dos edifícios consagrados ao serviço divino, dos seminários eclesiásticos, das casas de formação dos religiosos e religiosas, bem como das casas de habitação dos religiosos e religiosas que tenham feito votos de pobreza, e dos bens e títulos cujos dividendos sejam necessários ao culto religioso e não contribuam para os dividendos pessoais dos beneficiários. As habitações dos bispos e do clero paroquial, bem como os seus locais oficiais, serão tratados pelo fisco da mesma forma que as habitações oficiais dos funcionários e dos locais das instituições do Estado; Lituânia, art. 16º – Os eclesiásticos, os seus bens e os bens de pessoas jurídicas eclesiásticas e religiosas são equiparadas aos das pessoas e dos bens dos cidadãos da República e das pessoas jurídicas laicas, com excepção dos edifícios dedicados ao serviço divino, dos seminários eclesiásticos, das casas de formação de religiosos e religiosas, bem como das casas de habitação de religiosos e religiosas, que fizeram voto de pobreza, e os bens e títulos cujos rendimentos são destinados para fins de culto religioso e não contribuem para os rendimentos pessoais dos beneficiários. As casas dos Bispos e do clero paroquial, bem como os seus locais oficiais, serão tratados pelo fisco da mesma forma que o são as residências oficiais dos funcionários dos locais

O Cardeal Rossi considerará a norma proposta por Gonçalves Cerejeira demasiado genérica. A partir dos apontamentos do primeiro e da acta da reunião da Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, a Secretaria de Estado redige um outro texto, que entregará ao Governo português e que determina a isenção de contribuições gerais para os bens eclesiásticos mencionados no precedente parágrafo 2: templos, residências com seus passais, seminários com suas cercas, paramentos, alfaia e outros objectos affectos ao culto e religião católica.

Artigo 8º, § 6 – Os bens eclesiásticos não compreendidos no § anterior não podem ser sujeitos a contribuições especiais.

Este parágrafo consta apenas do projecto de Cerejeira, sendo aceite pela Santa Sé.

Artigo 9º, § 1 – Os Eclesiásticos não podem ser intimados pelos magistrados ou outras autoridades a prestar declarações sobre pessoas ou matérias de que tenham tido conhecimento sob o segredo inerente ao seu officio espiritual.

Como o próprio reconhecerá, a fórmula encontrada por António Durão é original:

«Os Ordinários e Párocos, a Bem da Nação, prestarão à Autoridade Civil, toda a cooperação, que não seja propriamente política e estiver ao seu alcance, sem prejuízo, todavia, das suas funções espirituais ou do segredo a que sejam obrigados em razão do seu ministério».

Consagra-se com este texto, no entender do autor, aquilo a que chama «processo de cooperação», que se traduz na colaboração dos ordinários e dos párocos com a autoridade civil, desde que não seja de natureza política e que não conflitue com as suas funções espirituais ou o segredo inerente ao seu ministério. A questão da cooperação com o poder temporal, que aliás também já tinha sido mencionada, quer por António Correia de Santa Maria, quer por Trindade Coelho, não será incorporada no texto de Cerejeira. Quanto à não inquirição dos eclesiásticos sobre os assuntos de que tenham tido conhecimento sob segredo

---

das instituições do Estado; Letónia, art. 16 – as propriedades da Igreja poderão ser submetidas a impostos, como os bens dos outros cidadãos, excepto os edificios destinados ao culto divino, bem como os seminários, os paços episcopais e os presbitérios; Itália, art. 29º h) – Para salvaguardar as facilidades tributárias já estabelecidas pela legislação italiana a favor das entidades eclesiástica em vigor até aqui, o fim de culto e da religião é, para todos os efeitos fiscaes, equiparado aos fins de beneficência e de educação.

[É abolido] para o futuro, a instituição de qualquer tributo especial cobrado sobre a propriedade da Igreja. Nem será applicado aos ministros do culto, no exercício do seu ministério sacerdotal, imposto profissional ou qualquer taxa fiscal [...] ou de qualquer outro imposto da mesma natureza.

de confissão, o próprio nos remete para a Concordata italiana<sup>505</sup>. A proposta de Cerejeira será aceite pela Santa Sé.

Artigo 9º, § 2 – Os Eclesiásticos são isentos da obrigação de assumir officios ou cargos públicos que, nos termos do Direito Canónico, são incompatíveis com o estado eclesiástico.

Já o projecto do padre António Durão interditava o poder civil de impor aos eclesiásticos qualquer função que não fosse autorizada pelo Direito Canónico e, mesmo assim, sob licença da respectiva autoridade eclesiástica.

Artigo 10º, § 1 – O Estado reconhece as organizações e actividades dependentes da Acção Católica Portuguesa, que sob a dependência da Autoridade Eclesiástica, se propõem fins essencialmente religiosos.

O Padre António Durão afirmara que esta disposição era comum a todas as concordatas. Luís Gonzaga da Fonseca anota, contudo, que o parágrafo pode dar origem a conflitos porque, se o Governo está agora pronto a apoiar todas as iniciativas da Igreja, no futuro poderá não ser assim. Por sua vez, Colonna considera que se deverá alargar o âmbito da Acção Católica, substituindo «fins essencialmente religiosos» por, à semelhança do que acontece na Concordata alemã, «fins religiosos, culturais e sociais», sendo que na cultura está compreendido o desporto<sup>506</sup>. A estes vai ainda a Santa Sé acrescentar os «fins profissionais», e a «plena liberdade de usar de todos os meios aptos para conseguir tais fins»<sup>507</sup>.

Artigo 10º, § 2 – Em virtude das garantias criadas pelas disposições da presente Concordata em favor dos direitos e liberdade da Igreja em Portugal, a autoridade eclesiástica decretará a dissolução do Centro Católico Português.

A norma referente à dissolução do Centro Católico Português não encontra paralelo nos projectos de Concordata que precederam o de Cerejeira.

Sobre este parágrafo, explicará a Secretaria de Estado à Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários:

Para a história é de notar que o Centro Católico português foi organizado ou reorganizado com a aprovação do episcopado, em 23 de Novembro de 1919. O objectivo foi reunir numa só organização política todos os católicos, qualquer que fosse a sua preferência quanto à forma de Governo, com o único objectivo de defender e tutelar os sagrados deveres da religião e da

<sup>505</sup> Itália, art. 7º – Aos eclesiásticos não pode ser exigido pelos magistrados ou outras autoridades que dêem informações relativas às pessoas ou materias de que tenham tido conhecimento por motivo do seu sagrado ministério.

<sup>506</sup> «Osservazioni (di Mons. Colonna)». ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 88-94.

<sup>507</sup> Projecto de Concordata entre a Santa Sé e Portugal [anotado por Cerejeira]. 1.ª Fórmula. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 15-23)



Igreja. Da sua parte, os bispos muitas vezes reclamaram, em documentos públicos, a paternidade do Centro Católico Português. Bastará recordar uma pastoral colectiva de todo o episcopado, de 14 de Fevereiro de 1925, na qual é dito «Os Bispos portugueses criaram o Centro Católico». Nestas circunstâncias, o Dr. Salazar está persuadido de que inserindo este artigo na Concordata, na base do qual os bispos declararão estar extinto o Centro Católico, possa facilitar bastante a própria conclusão da Concordata. De resto, observe-se que no Parlamento os deputados pertencendo ao Centro Católico não foram mais do que 4 ou 5 e que agora o Centro está na realidade morto. Actualmente, dada a constituição do grupo do governo designado «União Nacional», não há mais lugar para os parlamentares pertencentes a outros grupos. Por fim, não esquecer que o Dr. Salazar é o homem mais autorizado do Centro Católico. Mas a verdade é que em nenhuma Concordata existe uma cláusula como esta (se bem que, para dizer a verdade, em nenhum outro país, como em Portugal, a Autoridade Eclesiástica entrou tão directamente na formação de um grupo político católico). A melhor fórmula adoptada nesta matéria é a da Concordata alemã (art. 32º) na qual se diz que: «A Santa Sé emanará disposições que impeçam os eclesiásticos e os religiosos de pertencer a partidos políticos e que a sua actividade favoreça os mesmos». S. E. Monsenhor Nuncio teme, porém, que isto levante objecções da parte do presidente Oliveira Salazar, o qual integrou um eclesiástico entre os candidatos à União Nacional, embora ele defenda que a União Nacional não é um partido político, mas uma união de todos os portugueses patriotas para o bem do País. Monsenhor Nuncio considera que se pode adoptar uma fórmula semelhante a esta: «... a Autoridade Eclesiástica evitará dar o seu apoio a organizações com actividade de partido político»<sup>508</sup>.

Deste modo, irá procurar-se uma fórmula que não refira directamente o Centro Católico mas que afirme que, a troco da Concordata, tal como consta do texto acima citado, a «autoridade eclesiástica evitará dar o seu apoio a organizações com actividade de partido político». O Cardeal Rossi irá também opor-se à dissolução do Centro, considerando que a «autoridade religiosa deve permanecer sempre livre de dar o seu apoio quando o bem das almas o exige». De acordo com as modificações introduzidas constantes da acta da reunião da Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, o parágrafo referente ao Centro Católico desaparece, embora seja reintroduzido na versão manuscrita de Cerejeira, que invoca para este efeito o artigo 32º da Concordata germânica, o qual proíbe aos eclesiásticos a actividade política, não se referindo, porém, ao Centro Católico alemão.

Artigo 10º, § 3 – O Estado providenciará no sentido de que, nas organizações da juventude sustentadas ou adoptadas pelo Estado, seja facultado aos seus membros católicos o cumprimento regular dos seus deveres religiosos nos domingos e dias festivos, e a sua educação moral segundo os princípios da Igreja.

Quanto aos deveres religiosos da juventude católica, já o projecto do franciscano António Correia de Santa Maria afirmava que todas as facilidades deviam ser concedidas aos

---

<sup>508</sup> «Portogallo – Progetto di Concordato – Relazione», Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Janeiro de 1935. ASV, AES – Portogallo, Concordato, Pos. 398 (2), Fasc. 157. Sublinhado acrescentado.

alunos católicos das escolas e institutos para que pudessem cumpri-los<sup>509</sup>. Tal artigo, ao contrário, não constará do projecto Trindade Coelho. No projecto do padre António Durão, ficam os directores das escolas públicas, mas também dos organismos desportivos e outros agrupamentos de juventude, obrigados a assegurar que os horários sejam organizados de modo a que os jovens possam cumprir os seus deveres religiosos nos domingos e dias santos.

Sobre a proposta de Cerejeira, Colonna discorda da expressão «tornar possível», propondo que a mesma seja substituída por «promovidos», «protegidos», «salvaguardados», ou «tutelados». Nota também que com a redacção do Patriarca ficam de fora as organizações paramilitares (dos 25 aos 30 anos) e considera ainda que a obra de educação desenvolvida nas organizações de juventude deve estar em conformidade com a moral católica e com os usos aprovados pela Igreja, que advoga, por exemplo, a separação dos dois sexos<sup>510</sup>.

A redacção entregue ao Governo português será a proposta por Cerejeira.

Artigo 11º, § 1 – As missões católicas do Ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.

Quanto à personalidade jurídica das organizações missionárias, o projecto do padre António Durão remete para um futuro acordo «sobre a protecção e auxílio que o Estado quer dar às Missões deste Padroado e sobre a personalidade jurídica civil, que há-de ser concedida aos estabelecimentos destinados à formação do pessoal dessas Missões», o que, como se sabe, virá a acontecer mais tarde.

Colonna considera desnecessária a referência final às instituições de ensino<sup>511</sup>, mas a sua observação não surte qualquer efeito no texto entregue ao Governo português. O artigo, segundo o próprio Cerejeira, é textualmente transcrito da Carta Orgânica do Império Colonial (art. 248º).

Artigo 11º, § 2 – É confirmado o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas, Dec. 12.485 de 13 de Outubro de 1926, que regula as relações do Estado com as missões católicas portuguesas.

Sem paralelo nos textos precedentes, Colonna vai opor-se à redacção de Cerejeira, lembrando que o Estatuto Orgânico das Missões Católicas portuguesas continua por confirmar pela Igreja Católica, e que o mesmo deverá ser substituído por um outro, em harmonia com as

<sup>509</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>510</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

<sup>511</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

disposições do Direito Canónico. Em seu entender, o parágrafo deve referir-se apenas à nacionalidade portuguesa dos ordinários e dos superiores das missões e à não interferência da Propaganda Fide<sup>512</sup> desde que exista número de missionários suficientes<sup>513</sup>.

Também a Secretaria de Estado considera que, embora o dito Estatuto Missionário contenha disposições «muito louváveis» que consubstanciam uma melhoria significativa relativamente à situação precedente, há outras que não são positivas, como a afirmação da «separação do Estado e da Igreja e um exagerado nacionalismo que leva a considerar as missões quase unicamente como instrumento de penetração política». Para ilustrar esta afirmação são citados os artigos 1º e 21º, respectivamente, «O Governo da República Portuguesa mantém e garante a liberdade de culto e a separação do Estado e da Igreja nas Colónias Portuguesas» e «O programa geral das missões nacionais é o de sustentar os interesses do Império colonial português e desenvolver o seu progresso moral, intelectual e a material». Em alternativa, será adoptada a seguinte redacção:

As missões e os missionários da Igreja Católica nas colónias portuguesas continuarão a gozar dos direitos e privilégios que lhe foram reconhecidos pelo Decreto nº 12.485 de 13 de Outubro de 1926 (Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas).

Esta formulação é, aliás, próxima daquela que o padre António Durão advogara anteriormente, ao procurar consagrar a seguinte norma: «o Governo Português promete continuar protegendo as Missões Católicas como até aqui, e sem prévio acordo com a Santa Sé nada mudará do que nesta matéria vem fazendo». Simplesmente, ao contrário do que faz a Santa Sé, tece vários elogios ao Estatuto das Missões, considerando-o «uma das melhores leis da Ditadura», que «estabelece um precedente seguro para a Concordata», afirmando mesmo que o seu projecto de Concordata poderia cingir-se à aplicação ao Continente das disposições vigentes no Ultramar Português: «lá temos a personalidade jurídica da Igreja, das associações religiosas, subsídio ao ensino religioso, isenção militar do clero, etc.».

Artigo 11º, § 3 – Em todo o território do Império Português as missões católicas estarão sujeitas à autoridade e vigilância dos prelados portugueses das respectivas colónias; os quais poderão criar direcções missionárias, provinciais ou distritais, devendo as nomeações recair em cidadãos

---

<sup>512</sup> Dicastério da Cúria Romana, fundado em 1622, hoje denominado Congregação para a Evangelização dos povos. Segundo Ivan Vallier, os territórios que estão inteiramente estabelecidos, i.e., que têm a hierarquia completamente consolidada, pertencem à Sagrada Congregação dos Bispos; aqueles que ainda são territórios de missão pertencem à Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos (até 1967 chamava-se a Sagrada Congregação da Propagação da Fé). Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor». In *Transnational Relations and World Politics: An Introduction*, ed. Joseph S. Nye e Robert O. Keohane, 5ª ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981, p. 129-152.

<sup>513</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

portugueses, ou em pessoas que tenham aceitado o foro português; estas direcções serão criadas de acordo com os governos das províncias, sempre que a sua criação traga novos encargos para a Colónia.

Já o padre António Correia previra a divisão das colónias portuguesas em zonas missionárias<sup>514</sup>. Em termos um pouco diferentes, o mesmo acontece com o projecto de Trindade Coelho, embora neste se afirme que as zonas missionárias corresponderão a dioceses e estas, por sua vez, aos distritos administrativos. O motivo desta alteração é explicado em nota: as dioceses são mais conformes à tradição portuguesa e «um Bispo, mais do que um Perfeito Apostólico, está em condições para fomentar a actividade missionária e fazer o que deve um missionário português». Para ilustrar a sua afirmação invoca o bispo de Angola<sup>515</sup>, o qual «em meia dúzia de meses tem feito mais pelas missões do que durante o tempo de Superior Provincial dos P. P. do Espírito Santo»<sup>516</sup>.

O Cardeal Rossi opõe-se à redacção de Cerejeira, porque esta permite a criação de direcções missionárias sem a intervenção da Santa Sé, crítica que será tida em conta na versão entregue ao Governo português. Nesta ainda, os bispos «serão oficialmente considerados como chefes de serviço público provincial para o efeito de vencimento, ajudas de custo e mais vantagens que são concedidas aos funcionários superiores desta categoria». Não deixa de ser assinalável que este acréscimo seja feito pela Santa Sé, que deste modo «funcionaliza» os seus prelados.

Artigo 11º, § 4 A Santa Sé poderá dividir e aumentar as Dioceses portuguesas do Ultramar, mediante prévio acordo com o Governo Português, ficando os seus bispos os directores das missões católicas das respectivas Dioceses, e oficialmente considerados como chefes de serviço público provincial, para o efeito de vencimentos, ajudas de custo e mais vantagens que são concedidas aos funcionários superiores desta categoria.

Trindade Coelho vai propor, inspirando-se na formulação apresentada por António Correia para a criação de circunscrições missionárias<sup>517</sup>, que a criação de dioceses seja da competência de duas comissões mistas (uma na metrópole e outra no ultramar). No projecto de António Durão, a criação de dioceses, bem como de vicariatos ou prefeituras

<sup>514</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>515</sup> Está a referir-se a Moisés Alves de Pinho (1883-1980) – frequentou em Roma a Universidade Gregoriana e em 1908 ordenado padre da Congregação do Espírito Santo. Bispo de Angola e Congo desde 1932, arcebispo de Luanda e Bispo de São Tomé e Príncipe em 1941. Em 1966 retirou-se.

<sup>516</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60)

<sup>517</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

apostólicas<sup>518</sup>, será da competência da Santa Sé, que o fará sempre que o achar conveniente, «e o Estado concederá a essas novas circunscrições o auxílio que está dando às existentes».

Mais cautelosa, e para evitar que se estenda esta disposição às dioceses metropolitanas, a Secretaria de Estado, obtendo o acordo da Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, propõe que a Santa Sé possa dividir e aumentar as dioceses portuguesas do Ultramar mas, apenas «em consideração [...] aos apoios financeiros fornecidos pelo Governo português às missões» e, assim, «procederá sobre este assunto de acordo com o Governo português».

Artigo 12º, § 1 – Todas as mais matérias, relativas a pessoas e coisas eclesiásticas, de que se não tratou nos artigos precedentes, serão reguladas, em tudo o que é da competência eclesiástica, segundo as normas do Direito Canónico.

Este parágrafo, textualmente transcrito da Concordata austríaca, e também presente na Concordata alemã<sup>519</sup>, não tem precedente nos projectos anteriores e sobre ele a Secretaria de Estado afirmará:

«Com a amplitude desta cláusula, os autores do projecto dão à Igreja toda a liberdade sobre questões de grande importância que não estão abrangidas na Concordata, tais como o número ou a dimensão das dioceses em Portugal. Assim, quando a Santa Sé julgasse oportuno, poderia proceder livremente a uma nova sistematização das dioceses em Portugal. De resto, como o Governo português no presente momento declarou que lhe era impossível estabelecer qualquer subsídio ou subvenção para os institutos eclesiásticos não destinados às missões do Ultramar, existentes ou a criar em Portugal, é óbvio que com este argumento – como também tudo quanto diz respeito à provisão de benefícios – a Igreja permanece livre de fazer como melhor entender. É por isso que na presente Concordata não se estabelecem as circunscrições diocesanas em Portugal nem a provisão de benefícios menores.

O artigo será aprovado sem alterações relevantes.

Artigo 12º, § 2 – Se de futuro surgir alguma dificuldade sobre a interpretação dos presentes artigos, ou se tornar necessário regular questões relativas a pessoas ou coisas eclesiásticas não tratadas nesta Convenção, que toquem na esfera do Estado, a Santa Sé e o Governo Português procederão de comum acordo a uma amigável solução.

Estava prevista na versão de António Correia de Santa Maria que «qualquer modificação nos artigos desta Concordata» seria feita de comum acordo entre a Santa Sé e a

---

<sup>518</sup> Uma e outra são dioceses em formação ao cuidado da Congregação para a Evangelização dos Povos. O vicariato apostólico está acima da prefeitura apostólica, sendo governado por um Bispo, enquanto a segunda é normalmente confiada a um padre.

<sup>519</sup> Alemanha, art. 33º – Todas as questões relacionadas com os clérigos ou assuntos da Igreja, que não tenham sido tratadas nos artigos anteriores, serão regulados pela autoridade eclesiástica de acordo com o actual Direito Canónico.

República portuguesa, fórmula que será consagrada também nos projectos de Trindade Coelho (*ipsis verbis*) e do padre António Durão, embora com uma redacção distinta. A fórmula adoptada será a de Cerejeira.

Artigo 12º, § 3 – Com a entrada em vigor da presente Convenção, são revogadas todas as leis, regulamentos e disposições que vigorem na República Portuguesa, em tudo quanto contradigam o disposto nesta Convenção.

Aprovado pela Santa Sé, este parágrafo encontra paralelo no projecto do padre António Durão que determina também que seja revogada toda a legislação contrária às disposições da Concordata.

Em jeito de conclusão, refira-se que o texto que Cerejeira entregará a Salazar é a versão impressa do seu projecto, tendo apostas as correcções da Santa Sé em letra manuscrita, pelo punho do próprio Cardial Patriarca. Do texto aprovado pela Sagrada Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários e pelo Santo Padre não se conhece senão uma versão dactilografada.

Ao texto impresso Cerejeira acrescentará ainda alguns aditamentos, que não foram submetidos à aprovação prévia da Santa Sé – pelo menos, nada nas fontes o indicia:

1. Deveria resolver-se neste Proj. o caso de S. António dos Portugueses, em Roma. É fundação de natureza eclesiástica; e não pode, sem um arranjo com a S. Sé, em boa consciência, continuar a situação actual de aplicação de rendas eclesiásticas a outros fins.

O Instituto de S. António de Roma constitui um caso anómalo: ver os institutos similares que há em Roma.

Juntam-se aqui; separadamente, umas notas sobre a história e natureza do Instituto.

Eu tinha, no borrão primitivo, redigido o artigo seguinte:

«A igreja nacional de S. António dos Portugueses em Roma com todos os seus bens e rendas que constituem o chamado Instituto Português em Roma, consoante a sua origem, natureza e fim de instituto pio, será governado e dirigido, por si ou por seu representante legítimo, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa».

2. Não poderia também fazer-se lá o mesmo que Briand fez em França por ocasião da aprovação das «Diocésaines», a saber: permitir a inscrição gratuitamente em nome das associações reconhecidas por este Proj., da propriedade eclesiástica que se ache presentemente em nome de particulares, sociedades, etc.?

Seria de grande vantagem para a Igreja, que poderia normalizar os seus títulos de propriedade e talvez o fosse também p.<sup>a</sup> o Estado. Era a coroação da Concordata.

3. A restituição dos valores que constituem o fundo da Comissão de Execução da Lei de Separação (não sei agora o nome) além de justa, seria de grandíssima utilidade (e até necessidade) para a Igreja.

As obrigações que pesam sobre ela são tão grandes, sobretudo nas Dioceses ao Sul; e, por outro lado, há obras de tanta necessidade e importância a realizar, como Seminários, igrejas novas, obras sociais, residências paroquiais, sustentação dos sacerdotes, e o Instituto Católico – que se não vê com arranjar os meios de o fazer<sup>520</sup>.

Alguns dos aspectos mencionados nos projectos de António Correia de Santa Maria, Trindade Coelho e António Durão não foram sequer referidos no projecto de Cerejeira.

Assim, comparando o projecto de Cerejeira com os projectos do franciscano e do diplomata, verifica-se que ficaram de fora do texto do Patriarca a afirmação explícita da possibilidade das ordens e congregações fundarem e dirigirem escolas, a atribuição de personalidade jurídica às ordens e congregações religiosas, o juramento de fidelidade dos bispos, a fundação de seminários pelos bispos das colónias «para a conveniente educação e formação do clero local», a criação de três comissões compostas por representantes da Igreja e do Governo Português, para o estudo da criação de zonas missionárias e a revisão do número e dos limites das dioceses e paróquias na metrópole, funcionando uma nas colónias, uma outra no Padroado e a terceira na metrópole (no projecto de Trindade Coelho prevê-se apenas a criação de duas comissões, funcionando uma na metrópole e outra nas colónias<sup>521</sup>). António Correia de Santa Maria prevê ainda que a Santa Sé dê «condenação plena e inteira a todos os particulares que estejam de posse de bens eclesiásticos, em virtude das leis que suprimiram o património da Igreja». O seu projecto refere o direito dos fiéis de serem sepultados em cemitérios sagrados ou benzidos para seu uso exclusivo «segundo é tradição antiquíssima da Igreja» e assim os mesmos «serão entregues à Igreja em plena propriedade»<sup>522</sup>. Nada disto consta também do “Projecto Cerejeira”.

São bastante mais numerosas as matérias do projecto do padre António Durão<sup>523</sup> que foram incluídas no projecto de Cerejeira<sup>524</sup>. No entanto, existem diferenças assinaláveis: previa-se que a autoridade civil prestasse auxílio aos ordinários «para coagir os eclesiásticos suspensos ou destituídos das suas funções a acatarem essa suspensão ou destituição», «para

<sup>520</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 391-400).

<sup>521</sup> Projecto de Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé. ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60).

<sup>522</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 368 P.O., fasc. 111, fls. 1-34.

<sup>523</sup> Arquivo Provincial dos Jesuítas.

<sup>524</sup> ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, fl. 10-17v.

tornar coerciva a cobrança de direitos de estola ou emolumentos, ou o pagamento de taxas ou penalidades, impostas aos [...] fiéis pela Autoridade Eclesiástica», «para coagir a comparecerem perante a Autoridade Eclesiástica os fiéis, que, por ela intimados, se recusarem a obedecer»; para defender e proteger todos os eclesiásticos «que lha pedirem e dela tiverem necessidade no exercício das suas funções». Como António Correia, dirá ainda que a Santa Sé deveria condenar «plena e inteiramente» todos os particulares que estivessem em posse de bens eclesiásticos. Os clérigos ficariam ainda obrigados a prestar «toda a cooperação» às autoridades civis, embora não «propriamente política» e sem prejuízo «das suas funções espirituais ou do segredo a que sejam obrigados em razão do seu ministério». Durão faz referência à obrigatoriedade das ordens terceiras, irmandades e confrarias reformarem os seus estatutos de acordo com o Direito Canónico e à necessidade de a Igreja e o Estado se porem de acordo no sentido de «encontrar normas que garantam a justa independência dessas Instituições tão gloriosas e tornem mais eficaz no seu funcionamento o espírito cristão, que tem sido o manancial mais fecundo das suas benemerências para assim exercerem a piedade com todos os necessitados sem distinção de crenças com eficiência cada vez maior». O jesuíta rejeita o carácter secular dos cemitérios públicos decretado pela Constituição (art. 48º)<sup>525</sup>, considerando que «não é justo» dizer que são públicos os cemitérios benzidos ou sagrados «e construídos, geralmente à custa das esmolas ou rendimentos da Igreja». Note-se, ainda, que Durão pretende que, tal como previsto para as certidões de casamento, seja reconhecido o valor legal às certidões de baptismo e óbito extraídas dos livros paroquiais. Determina ainda a eliminação da coeducação dos dois sexos e o ensino ministrado por professores do sexo feminino<sup>526</sup>.

As semelhanças entre o «projecto Cerejeira» e o «projecto Durão» até podem indiciar que este último constituiu fonte de inspiração para o primeiro, mas as diferenças indicadas permitem-nos concluir que se distanciaram de forma substancial. Nada impede que os outros projectos referidos tenham servido também de base de inspiração. Algumas das normas, como por exemplo a que se refere à devolução de bens e a que diz respeito ao ensino da religião nas escolas públicas, devem ter sido redigidos com base no conhecimento prévio da posição de Oliveira Salazar quanto à matéria, como aliás já acima procurámos demonstrar.

---

<sup>525</sup> «Os cemitérios públicos têm carácter secular, podendo os ministros de qualquer religião praticar neles livremente os respectivos ritos.»

<sup>526</sup> Arquivo Provincial dos Jesuítas.



## 4 O PROJECTO OFICIAL DO GOVERNO PORTUGUÊS

Entre 12 e 13 de Março de 1937 o Cardeal Patriarca entrega a Salazar, a título particular o anteprojecto da Concordata redigido pela Santa Sé.

### 4.1 A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO

Para a análise e reformulação do anteprojecto da Santa Sé foi constituído um grupo de trabalho do qual fariam parte, para além do próprio Oliveira Salazar, Mário de Figueiredo, Domingos Fezas Vital, Luís Teixeira de Sampaio e Manuel Rodrigues Júnior. Tratava-se de um grupo informal e apenas três dos seus membros gozavam àquela data de legitimidade institucional: Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, acumulava a pasta dos Negócios Estrangeiros; Teixeira de Sampaio era secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Manuel Rodrigues Júnior era ministro da Justiça. Porém, aparentemente, a legitimidade dos seus elementos residia mais no reconhecimento do valor de cada um dos restantes membros do grupo. Neste capítulo, procuraremos descortinar os critérios que presidiram à escolha destas personalidades (representação institucional, representação política, competência técnica, confiança política, confiança pessoal); o seu grau de influência na fixação do projecto definitivo, considerando de que modo as preferências políticas e ideológicas, os traços de personalidade, as convicções pessoais influíram, se é que o fizeram, no texto que viria a ser proposto oficialmente à Santa Sé. É ainda importante perceber se este grupo se constituiu enquanto corpo de decisão colectiva ou se a reunião deste indivíduos visava apenas o aconselhamento de Oliveira Salazar.

António de Oliveira Salazar, Mário de Figueiredo, Manuel Rodrigues Júnior e Domingos Fezas Vital tinham várias características em comum. Com trajectórias sociais semelhantes, os três primeiros foram seminaristas. Os quatro foram alunos e docentes da Faculdade de Direito Universidade de Coimbra<sup>527</sup>. O seu relacionamento data desses anos. Consta até que os três primeiros eram convivas regulares no antigo Convento dos Grilos,

---

<sup>527</sup> Mário de Figueiredo e Manuel Rodrigues tinham sido alunos destacados desta Faculdade. Ver intervenção de Bustorff Silva na Assembleia Nacional, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 40, 8 de Março de 1946, p. 676. Manuel Rodrigues e Fezas Vital serão transferidos para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, respectivamente, em 1927 e em 1934.

residência de Oliveira Salazar e Cerejeira em Coimbra, local onde discutiam habitualmente a situação política do país<sup>528</sup>. Salazar e Fezas Vital foram suspensos da actividade docente por suspeita de infidelidade ao regime republicano. Todos eles eram juristas de renome: Fezas Vital, especialista em direito constitucional e direito administrativo; Manuel Rodrigues, civilista; Mário de Figueiredo, civilista e especialista em Direito Internacional privado; e Oliveira Salazar que se destacara no domínio das ciências económicas e financeiras. Todos apoiaram o golpe de 28 de Maio de 1926 e Oliveira Salazar, Figueiredo e Rodrigues foram ministros na Ditadura Militar<sup>529</sup>. Além do próprio Salazar, Manuel Rodrigues e Mário de Figueiredo foram também membros do Conselho Político Nacional, órgão consultivo criado em 1931 para dar parecer sobre todos os assuntos de política e administração que interessassem ao Estado, tais como os projectos de Constituição<sup>530</sup>. Os quatro participaram, ainda que de modo muito variável, na elaboração da Constituição de 1933. Salazar e Rodrigues eram então dirigentes da União Nacional<sup>531</sup>. Já Teixeira de Sampaio e Manuel Rodrigues eram ouvidos por Salazar nas remodelações ministeriais<sup>532</sup> e sobre aspectos jurídicos<sup>533</sup>. Manuel Rodrigues era à data ministro da Justiça, enquanto Mário de Figueiredo e Fezas Vital tinham recusado, já depois do advento do salazarismo, vários convites para ocupar pastas ministeriais<sup>534</sup>. O último era ainda presidente da Câmara Corporativa.

Teixeira de Sampaio, Mário de Figueiredo e Fezas Vital eram monárquicos e católicos. Mário de Figueiredo, tal como Salazar, fora dirigente do Centro Académico de Democracia Cristã e do Centro Católico. Já Manuel Rodrigues era republicano e, embora em

---

<sup>528</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 1, Coimbra: Atlântida Editora, s/d, p. 146-147.

<sup>529</sup> Para Fezas Vital ver *A Voz*, 13 de Outubro de 1946.

<sup>530</sup> Ver António de Araújo, «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933», separata de *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, vol. 2, Coimbra: Coimbra Editora, 2005, p. 9.

<sup>531</sup> Salazar era presidente da Comissão Central (1932-1969); Manuel Rodrigues foi também vogal desta Comissão (1932-1944).

<sup>532</sup> A título de exemplo, os dois foram consultados quando Armindo Monteiro transitou da pasta das Colónias para a dos Negócios Estrangeiros (1935). Ver Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 326.

<sup>533</sup> Fezas Vital foi ouvido sobre o problema do património da Casa de Bragança (Ver Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 226), questões de Direito Administrativo (Ver carta de Fezas Vital de 11 de Novembro de 1944, ANTT, AOS/CP-257) e o tratamento jurídico dos espanhóis fugidos para Portugal em meados dos anos trinta (Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 21). Manuel Rodrigues colaborou na redacção das leis eleitorais de finais de 1934.

<sup>534</sup> Para o convite feito a Mário de Figueiredo em 1932, ver *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1986, p. 17. Figueiredo e Fezas Vital foram convidados em 1934 para ocupar a pasta da Instrução. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 287. Fezas Vital foi ainda convidado em 1936 para substituir Armindo Monteiro nos Estrangeiros. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 55.

1926 tenha afirmado ser hostil ao Centro Católico, também era católico<sup>535</sup>. Dos seus escritos sobressai, especialmente, a defesa da ordem e da autoridade, atribuindo ao Estado a função de «dar unidade a todos os que nele existissem»<sup>536</sup>.

Mário de Figueiredo, um dos membros deste pequeno conselho que havia de fixar o projecto oficial da Concordata, professor universitário e director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, era um jurista e um católico de renome. Para Franco Nogueira possuía uma «inteligência fulgurante»<sup>537</sup> enquanto Salazar o considerava «um emotivo»<sup>538</sup>. Foi o autor da já referida e controversa «portaria dos Sinos», datada de 26 de Junho de 1929. No mesmo período em que a publica, afirma em Conselho de Ministros ter também a pretensão de rever o Código do Registo Civil para acabar com «a precedência do registo do nascimento e do óbito, sobre o baptismo ou enterro religioso»<sup>539</sup>.

No Conselho Político Nacional, «afasta-se da corrente dominante em aspectos nucleares, como a oportunidade de aprovar uma nova Constituição e o recurso a um plebiscito»<sup>540</sup>. Contra Salazar, modera «o anti-parlamentarismo» do projecto constitucional, defendendo «a presença dos ministros na Assembleia para melhorar a fiscalização deste órgão sobre o Executivo», ao mesmo tempo que «discorda da possibilidade de emissão, pelo governo, de Decretos de urgência durante o período de funcionamento da Assembleia»<sup>541</sup>.

No início do ano de 1933, segundo o próprio testemunhou em carta enviada a Salazar, corria o rumor de que perfilhava a opinião de que o *Estado Novo* se devia inclinar mais para a «direita», circunstância que Presidente do Conselho imputava ao facto de ele ser «um caceteiro», e de estar despeitado por «o ter deixado cair, quando caiu», quer dizer, na sequência da «questão dos sinos»<sup>542</sup>.

Manuel Rodrigues Júnior é, por seu turno, a figura mais controversa deste grupo de discussão. Tinha obtido em exame de formatura a mais alta classificação com que a Faculdade

---

<sup>535</sup> Para além das várias referências já citadas, a intervenção de Fezas Vital na Sessão Plenária da Câmara Corporativa de homenagem a Rodrigues Júnior, em 12 de Março de 1946, aponta nesse mesmo sentido. Ver *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 46, 13 de Março de 1946, p. 774.

<sup>536</sup> Luís Mendonça, «De Te Fabula Narratur. O Pensamento de Franco Cipriani sobre justiça civil», *Revista do CEJ*, nº 2, 1º Semestre 2005, p. 65-125.

<sup>537</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 379.

<sup>538</sup> Ver Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 540.

<sup>539</sup> Ver Rita Almeida de Carvalho e António de Araújo, «A voz dos sinos: o «diário» de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929».

<sup>540</sup> António de Araújo, «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933», p. 36.

<sup>541</sup> António de Araújo, «O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933», p. 36.

<sup>542</sup> *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1986, p. 11.

de Direito de Coimbra distinguira qualquer dos seus alunos<sup>543</sup>, era um notável professor de desta faculdade e «a sua inteligência marcava-lhe uma posição de relevo na sociedade portuguesa; a sua cultura trazia-o a par do movimento jurídico de todo o mundo; a sua ponderação e equilíbrio mental garantiam-lhe o acesso aos mais elevados cargos sociais»<sup>544</sup>.

Como se disse atrás, Rodrigues Júnior integrou o primeiro Governo da Ditadura Militar, presidido por Mendes Cabeçadas, no início do mês de Junho de 1926, ocupando a pasta da Justiça, ao mesmo tempo que Oliveira Salazar era nomeado para a das Finanças e Mendes dos Remédios chamado a ocupar a pasta da Instrução Pública. Mas, «contrariamente aos seus colegas Oliveira Salazar e Mendes dos Remédios [...] o novo ministro da Justiça e dos Cultos constituía a essa época uma incógnita do ponto de vista ideológico; sabia-se tão só que integrara o politicamente muito heterogéneo grupo de subscritores do «Apelo à Nação», que em 1923 fora promovido pelo grupo da *Seara Nova*<sup>545</sup>. [...] Manuel Rodrigues Júnior aporta assim a Lisboa, sem que o tolhessem compromissos cívicos, políticos ou religiosos, circunstâncias essas que lhe conferem, [...], um amplo espaço de manobra»<sup>546</sup>. Rodrigues permaneceu no Executivo até 1928 enquanto os outros dois civis logo regressaram a Coimbra.

Inicialmente, no Governo constituído a 18 de Junho de 1926, o ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, «por diversas vezes falou na necessidade de realizar eleições, deixando a ideia de que se estava no início de um processo democrático, necessariamente diferente do que tinha vigorado até então. Nesse sentido, por exemplo, declarou ao *Diário de Lisboa*, de 15 de Outubro de 1926, que, dentro de algum tempo, a Nação livremente escolheria o Parlamento que lhe conviesse, sendo certo que este seria diferente dos anteriores nos processos e nos homens»<sup>547</sup>.

Paradoxalmente, o jurista Luís Mendonça afirma que Manuel Rodrigues «não era democrata nem liberal», mas antes defensor de um Estado autoritário, em que o indivíduo lhe está subordinado, de um executivo forte com primazia relativamente aos outros poderes, porque mais eficaz, já que era «composto por um pequeno número de indivíduos», «de maior categoria intelectual do que a generalidade das assembleias». O mesmo autor chama a atenção para o facto de Rodrigues considerar que «os órgãos do poder não podem estar à mercê de

---

<sup>543</sup> Sessão Plenária da Câmara Corporativa em 12 de Março de 1946, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 46, 13 de Março de 1946, p. 774.

<sup>544</sup> Leopoldo Nunes, *A Ditadura Militar*, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, Lisboa 1928, p. 127-141.

<sup>545</sup> *Seara Nova*, Março de 1923, p. 129-135.

<sup>546</sup> Luís Bigotte Chorão, «*Liberdade de Imprensa: a censura prévia ao capitão Azevedo. Uma página de História da Ditadura Militar*», p. 294.

<sup>547</sup> Arnaldo Madureira, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*, p. 49.

movimentos inconscientes da opinião pública, sobretudo da opinião pública preparada artificialmente», nem à mercê «de forças políticas adversas»<sup>548</sup>.

Já se viu que foi o autor do chamado «Decreto da personalidade» (Decreto nº 11.887, de 15 de Julho de 1926), que conferiu personalidade jurídica às corporações encarregadas do culto, permitiu o ensino religioso nos estabelecimentos particulares e reconheceu o direito de aposentação aos párocos. Porém, muitas das suas disposições, bem como as dos Decretos regulamentares que se lhe seguiram, foram considerados atentatórias dos direitos e da liberdade de acção da Igreja Católica. É o caso, por exemplo, da concessão de personalidade jurídica às corporações locais encarregadas do culto e não às paróquias e às dioceses; da imposição de que a décima parte das receitas das corporações fosse destinada à assistência pública (o que acabou por ser revogado a 15 de Julho de 1926); da exigência feita às corporações de terem escrita e contabilidade, que deveriam ser enviadas às autoridades administrativas no final de cada ano; da não devolução da propriedade dos bens mas apenas do seu usufruto; da condição de prova de que os bens eram efectivamente indispensáveis ao culto e de que a corporação era idónea; e da determinação de que os bens já destinados a serviços de utilidade pública fossem definitivamente cedidos para os mesmos serviços<sup>549</sup>.

Um dos arautos destas críticas foi o próprio Salazar, que entre outras coisas, dirá: «Em harmonia com o largo, profundo alcance da obra revolucionária a realizar, esperava-se sobre as relações do Estado com a Igreja qualquer coisa de completo e definitivo. Mas o Decreto sobre “a personalidade jurídica” não pode infelizmente considerar-se nem uma nem outra coisa»<sup>550</sup>. A Ditadura tinha então um mês e alguns dias e não deixa de ser curioso que já na Presidência do Conselho Salazar demore vários anos a encetar uma solução «definitiva» para o problema.

A propósito da execução deste mesmo Decreto, Manuel Rodrigues, para impedir que os juízes ordenassem a posse judicial de bens às corporações encarregadas do culto quando os mesmos estivessem já destinados a um fim de utilidade pública, adverte os presidentes dos tribunais da Relação que «o Estado é republicano e neutro em matéria religiosa». Esta medida foi tomada para acabar com uma situação de conflito, «que não convinha manter». Contudo, a

---

<sup>548</sup> Luís Mendonça, «*De Te Fabula Narratur*. O Pensamento de Franco Cipriani sobre justiça civil», p. 65-125

<sup>549</sup> Ver *A União*, Abril de 1927.

<sup>550</sup> António Oliveira Salazar, *Inéditos e dispersos*. vol. 1, p. 425. Sublinhado acrescentado.

sua execução, na opinião do ministro, teria de ser cuidadosa, «para que não possa parecer que o Estado abdicou de alguma das suas prerrogativas fundamentais»<sup>551</sup>.

Defendendo-se da acusação de que a sua política enquanto ministro da Justiça, designadamente com a publicação do «Decreto da personalidade», era a política do Centro Católico, Rodrigues chega mesmo a afirmar: «eu não só não estou filiado no Centro, mas sou-lhe hostil»<sup>552</sup>. Embora, por diversas vezes, como referimos no capítulo anterior, se tenha declarado católico.

Num ofício com data de 28 de Dezembro de 1931, o ministro da França em Portugal diz que Manuel Rodrigues, de entre os indivíduos que compõem o Conselho Político Nacional, é um dos poucos que professam «tendências republicanas liberais»<sup>553</sup>.

Por todas estas razões, não é de estranhar que tivesse fama de «esquerdista» nos meios católicos, de que é expressão o já citado protesto de Joaquim Dinis da Fonseca quanto à inclusão de Manuel Rodrigues no primeiro Governo de Oliveira Salazar, em meados de 1932.

Para Marcelo Caetano, Rodrigues era não só republicano como «tinha fama de socialista», embora estivesse contra a Primeira República. Considerava-o um homem simples, mas irreverente, que aceitava bem «a contradição e a discussão», que tinha «à vontade com todos», era «inteligente, culto e muito vivo»; «gostava do Poder» e «tinha amor a ser ministro». Quando, em 1928, Oliveira Salazar regressa ao Governo, Manuel Rodrigues culpa o ministro das Finanças por não ter sido convidado a integrar este novo Executivo. Pior ainda, «sentiu-se humanamente despeitado», porque deixava de ser «a primeira figura política, de entre os civis, da Ditadura»<sup>554</sup>.

Ainda segundo a perspectiva de Marcelo Caetano, Rodrigues era um homem «sarcástico», «capaz de amesquinhar «os ministros de quem não gostava» e de gracejar impiedosamente contra os políticos, entre os quais Salazar»<sup>555</sup>. Já na qualidade de ministro da Justiça do Governo de Oliveira Salazar, a partir de 1932, diz-se que viria a agregar à sua volta os republicanos do regime, do mesmo modo que Teotónio Pereira agregava os Monárquicos<sup>556</sup>.

---

<sup>551</sup> Circular reproduzida n.º *A União*, Abril de 1927, p. 12.

<sup>552</sup> *Diário de Lisboa*, 22 de Junho de 1926.

<sup>553</sup> José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares*, Lisboa: Estampa, 1992, p. 169.

<sup>554</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 106.

<sup>555</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 107.

<sup>556</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 108.

Franco Nogueira também considerava Manuel Rodrigues uma «inteligência fulgurante»<sup>557</sup>, «talvez o homem mais inteligente e mais cínico de todo o Estado Novo», o qual, na sua opinião, viria a transformar «o seu gabinete do ministério da Justiça num centro de intriga, de manobras quase na fronteira da conspiração» contra Salazar e o seu regime<sup>558</sup>.

Em 1935 chega mesmo a correr o boato que este ministro queria substituir Salazar na Presidência do Conselho<sup>559</sup>. Na sequência deste episódio pede a demissão<sup>560</sup>, a qual Salazar recusou<sup>561</sup>.

No final do ano de 1938, publicou n' *O Século* um artigo intitulado «O Homem que Passou», onde, segundo Franco Nogueira, sugeria que era já tempo de Oliveira Salazar se retirar<sup>562</sup>. Para Marcelo Caetano, ao contrário, tratou-se de uma «página melancólica de um político que vê perderem-se as últimas esperanças de conseguir realizar a sua ambição pessoal», a de «suceder a Salazar»<sup>563</sup>. É provável que a razão esteja mais do lado de Marcelo Caetano do que de Franco Nogueira: numa missiva a Salazar, de 1940, Rodrigues intitula-se a si próprio de «veneranda relíquia» e diz estar velho e cansado, dando por terminada a sua vida na administração superior do Estado. Trata-se da resposta a uma carta de Oliveira Salazar, em que este lhe pergunta se quer continuar na pasta da Justiça e, não querendo, que nomes sugere para o substituir<sup>564</sup>.

João do Amaral, ex-integralista e apoiante do Estado Novo, à data da morte de Manuel Rodrigues Júnior (1946) presta-lhe homenagem na Assembleia Nacional. Num testemunho credível, conta que o objectivo de Rodrigues era aproveitar a Ditadura para proceder ao «robustecimento do Estado», à «dignificação do Poder», à «fecundidade do Poder sobre as paixões partidárias». Reagrupados os valores políticos, poder-se-ia reintegrar a vida constitucional na «velha cadência de um novo rotativismo». Todavia, diz que o patriotismo, o civismo, a «grande solidariedade» para com o Exército impediram o jurista de manifestar a

---

<sup>557</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 379

<sup>558</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 239 e 287.

<sup>559</sup> Carta de 13 de Outubro de 1935, ANTT, AOS/CP-242, fl. 229-234; Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar. vol. 1 (1935-1950)*, Lisboa: PCM, 1988, p. 55.

<sup>560</sup> Carta de 25 de Outubro de 1935, ANTT, AOS/CP-242, fl. 229-234.

<sup>561</sup> Ver também Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 347.

<sup>562</sup> Na sua leitura muito pessoal dos acontecimentos, Franco Nogueira dirá: «todos os observadores atentos não têm dúvidas de que Rodrigues traça o retrato de Salazar; este, cumprida a sua missão, devia retirar-se. Não é essa, no entanto, a opinião do chefe do Governo: não se sente ultrapassado, nem carecido de capacidade ou de apoios para continuar: nem julga cumprida a sua missão. De tudo se apercebe; mas não toca em Manuel Rodrigues; e prossegue o caminho que se impusera». Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 186.

<sup>563</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 108.

<sup>564</sup> ANTT, AOS/CP-242, fl. 229-234.

sua discordância com o caminho seguido pela Ditadura Militar, embora o seu prestígio fosse de tal ordem que podia muito bem ter polarizado ao seu redor «todos os descontentamentos»<sup>565</sup>. Conta ainda que Manuel Rodrigues entendia, quanto ao programa da União Nacional, que os monárquicos só deveriam pertencer a esta agremiação se procedessem a uma «adesão formal ao regime». Não foi assim e «Manuel Rodrigues não gostou, resmungou»<sup>566</sup>; porém, continuou a servir a União Nacional.

Quanto ao papel que Manuel Rodrigues destinava ao catolicismo, não se duvida que por diversas vezes o ministro tomou disposições favoráveis à Igreja Católica, talvez movido mais por convicções políticas do que por crença religiosa. É neste contexto que deve ser entendido o Decreto da personalidade que, apesar de duramente criticado, regularia as relações entre o Estado e a Igreja até à assinatura da Concordata de 1940. O mesmo se poderá dizer sobre a reintrodução do juramento religioso prestado pelas testemunhas nos tribunais e o restabelecimento da assistência religiosa nas cadeias<sup>567</sup>, medidas que confirmam o seu alinhamento com a doutrina salazarista de matriz cristã.

A sua posição relativamente ao divórcio é claramente distinta da dos seus colegas. A partir das suas palavras depreende-se a recusa em reconhecer o carácter sacramental do casamento. A 21 de Dezembro de 1938, publica um artigo n' *O Século* considerando que há situações in comportáveis a qualquer existência e que exigem uma atenção cuidada: «a vida é só uma e quem a suporta tem de renunciar a ela mesma, e aqui a renúncia tem muito de doloroso e heróico. Mas também há muita ligeireza quando se entrega à vontade do homem a faculdade de se libertar de todos os liames que ele criou e que têm repercussão social»<sup>568</sup>. Preferindo não tomar partido, sugere ainda assim a limitação das causas do divórcio, designadamente as causas de «injúrias e sevícias graves», que em seu entender se converteu na prática «em incompatibilidade de génios ou embotamento de paixões». Tudo em nome da defesa da família, «unidade moral e económica, centro educador dos filhos, que sem ela caminham com mais facilidade para os reformatórios, casas de correcção e cadeias»<sup>569</sup>. Estas afirmações vão ao encontro da ideia de que o Estado não devia «permanecer indiferente

---

<sup>565</sup> João do Amaral. In *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 40, 8 de Março de 1946, p. 681.

<sup>566</sup> João do Amaral. In *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 40, 8 de Março de 1946, p. 682.

<sup>567</sup> Respectivamente, Código de Processo Civil (Decreto-lei nº 29.637, de 28 de Maio de 1939) e Reforma Prisional (Decreto-lei nº 26.643, de 28 de Maio de 1936). Ver Luís Salgado de Matos, *Um «Estado de Ordens» contemporâneo – a organização política portuguesa*, Dissertação de Doutoramento (ICS, U. de Lisboa, Lisboa, 1999), vol. 1, p. 1216.

<sup>568</sup> Sublinhado acrescentado.

<sup>569</sup> Manuel Rodrigues, *Problemas Sociais (Questões Políticas)*, Lisboa: Edições «Ática», Lisboa, 1943, p. 131 e ss.



perante o problema moral, o problema educativo ou económico, tanto sob o ponto de vista dos princípios como da sua realização»<sup>570</sup>.

Ao contrário dos outros elementos do grupo, Luís Teixeira de Sampaio tinha origens sociais aristocráticas e era filho de um diplomata que fora também secretário do ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo. Distingue-se ainda por não ter um curso superior e ser autodidacta.

Funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde os tempos da República, apoiou Sidónio Pais, o que lhe terá valido ter sido «posto na prateleira, como responsável do Arquivo»<sup>571</sup>. No entanto, já na Ditadura Militar foi promovido a ministro plenipotenciário, a director-geral dos Negócios Políticos e, por fim, nomeado secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupou até à sua morte. Era um erudito, que publicava estudos históricos, e um diplomata experiente, que influenciaria decisivamente a política externa salazarista<sup>572</sup>.

O próprio Salazar definia-o como um homem inteligente, experiente e competente, com uma «sólida preparação diplomática e histórica» que foram um «precioso auxílio que estou absolutamente convencido de que só com a sua ajuda eu poderia ter levado a cruz do Ministério dos Negócios Estrangeiros neste difícil período». Confessa que ele próprio e o País lhe devem «imenso»<sup>573</sup>. Outros, como Franco Nogueira, salientam a sua «cultura histórica de excepção», o «conhecimento minucioso dos arquivos do departamento, do passado diplomático do país, das grandes situações e dos grandes problemas que Portugal houve de enfrentar». Franco Nogueira diz ainda que Oliveira Salazar o ouve e compreende, seguindo as suas opiniões em matéria de política externa<sup>574</sup>. A sua importância é tal que sempre terá rivalizado com os sucessivos titulares da pasta<sup>575</sup>.

Domingos Fezas Vital foi também chamado a integrar o grupo de trabalho. «Um homem sério e de carácter, profundamente coimbrão», sofria, porém, de acordo com Marcelo

---

<sup>570</sup> Manuel Rodrigues, *Problemas Sociais (Questões políticas)*, p. 261-262. Para uma biografia mais detalhada de Manuel Rodrigues Júnior ver Luís Bigotte Chorão, *Crise Política e Política do Direito: o caso da Ditadura Militar*. Tese doutoramento, História (História Contemporânea), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007, p. 340 e ss.

<sup>571</sup> Ver Bernardo Fuchter Pereira, «Sampaio, Luís Teixeira de». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 9 (suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, 2000, p. 932-934.

<sup>572</sup> Ver Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 304-310.

<sup>573</sup> Bernardo Fuchter Pereira, «Sampaio, Luís Teixeira de», p. 395.

<sup>574</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 304

<sup>575</sup> Ver Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 305; Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 56.

Caetano, de «uma terrível insegurança», «era um indeciso»<sup>576</sup>. Caetano diz ainda que Vital era sempre submisso à palavra de Oliveira Salazar<sup>577</sup>, com quem, devido a «afinidades de espírito», tinha uma convivência especialmente assídua nos tempos de Coimbra<sup>578</sup>.

Destacado jurista, a sua notoriedade deve-se igualmente ao facto de ter presidido às Semanas Sociais Católicas. Fezas Vital era um dos mais eminentes constitucionalistas do Estado Novo e na redacção da Constituição de 1933 teve um papel semelhante ao que Mário de Figueiredo teria, depois, na fixação do texto da Concordata: acompanhou a revisão e redigiu as alterações propostas pelos diversos colaboradores<sup>579</sup>. Já antes, durante Ditadura Militar, colaborou com Manuel Rodrigues, então ministro da Justiça, na redacção de alguns Decretos.

É um crítico do Estado democrático, representativo e liberal, sobretudo da ideia de que a Nação resulta de «um simples agregado de indivíduos» e de que a soberania se traduz num «poder exclusivo, resultante duma soma de poderes particulares»<sup>580</sup>. Defende a representação orgânica, ainda que segundo António de Araújo não renegue o sufrágio universal e igualitário, mas apenas o seu exclusivismo<sup>581</sup>. Sustenta a necessidade de um poder executivo forte e independente relativamente às câmaras representativas.

Diz claramente que sacrificou as suas convicções monárquicas «porque, em certos momentos, os problemas de regime ocupam, na hierarquia dos valores político-sociais, um grau inferior a outros e, então, a consciência, rectamente consultada, impõe o dever de os sacrificar à resolução imediata destes outros, de valor superior»<sup>582</sup>. Refere ter abandonado os estudos para seguir Paiva Couceiro e, mais tarde, os cargos públicos para ser lugar-tenente.

Em 1935, Fezas Vital subscreve um parecer da Câmara Corporativa sobre um projecto de lei defendendo a instituição da família<sup>583</sup>. Neste parecer considera-se que uma abolição abrupta do divórcio perturbaria os espíritos e seria de evitar, preferindo-se uma solução gradual. Numa sociedade afectada pela «deseducação moral» republicana, que arrancara «da alma das novas gerações virtudes que são cultivadas com o ensino religioso», haveria que proceder primeiro a «uma grande obra de saneamento moral» por via da educação. Só assim

---

<sup>576</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 61.

<sup>577</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 62.

<sup>578</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 85.

<sup>579</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 44; Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 92.

<sup>580</sup> «Discurso Inaugural pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Domingos Fezas Vital, Reitor da Universidade na sessão do Congresso de Barcelona (22 de Maio de 1929)», *Boletim da Faculdade de Direito*, ano IX, 1929, p. 429 e ss.

<sup>581</sup> António Araújo, *A Lei de Salazar*. Coimbra: Tenacitas, 2007.

<sup>582</sup> Ver *A Voz*, 13 de Outubro 1946.

<sup>583</sup> Apresentado por José Maria Braga da Cruz.

«se prepara o ambiente para boas uniões conjugais e só a estas convém a indissolubilidade»<sup>584</sup>. Note-se que este é o mesmo tipo de opinião que expressa, em entrevista ao *Diário de Notícias* de 1 de Julho de 1932, quanto à oportunidade da redacção do projecto constitucional em curso:

Teria sido preferível caminhar vagarosamente, mediante reformas sucessivas e parcelares, à luz duma sadia educação nacionalista.

Por fim, resta referir Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa, o mais íntimo dos amigos de Oliveira Salazar dos tempos de Coimbra, que embora não faça parte do referido grupo de trabalho, acaba por intervir no processo negocial. Segundo alguns, Cerejeira era favorável à separação entre o Estado e a Igreja, considerando-a até favorável para a religião<sup>585</sup>.

Costa Brochado, nas suas memórias, afirma que, ao assumir a Presidência do Conselho, Oliveira Salazar ouvia as opiniões políticas de um «pequeno e selecto grupo de intelectuais católicos», de que faziam parte, entre outros, Joaquim Dinis da Fonseca e Manuel Gonçalves Cerejeira<sup>586</sup>. É duvidosa esta afirmação quanto aos dois nomes. Num estudo desenvolvido a partir da análise quantitativa e qualitativa das agendas de Salazar no período que vai desde 11 de Abril de 1933 a 19 de Maio de 1939, verificou-se, um pouco surpreendentemente, que Salazar se encontrou pouco quer com o cardeal Cerejeira, quer com Dinis da Fonseca<sup>587</sup>.

Quando assume a Presidência do Conselho, em 1932, Oliveira Salazar terá dito a Cerejeira: «Manuel, a partir deste momento os nosso destinos separam-se completamente. Eu defendo os interesses de Portugal e do Estado, e os interesses da Igreja só contam para mim enquanto se conjugarem com aqueles, e apenas nesta medida. E o Estado é independente e soberano»<sup>588</sup>. Um pouco mais tarde, Cerejeira ressentia-se da política levada a cabo pelo seu

---

<sup>584</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, suplemento ao nº 32, 22 de Março de 1935, p. 10. O relator foi José Gabriel Pinto Coelho. A mesma ideia é avançada num parecer, também subscrito por Fezas Vital, de que o relator é também José Gabriel Pinto Coelho, relativo ao projecto de lei apresentado por Luís da Cunha Gonçalves e Ulisses Cortês, no sentido de restringir as causas do divórcio. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 4º suplemento ao nº 127, 29 de Abril de 1937.

<sup>585</sup> Ver Vítor Silva Matos, *A Primeira Vida de Manuel Gonçalves Cerejeira, 1888-1928. A reconquista*, Dissertação de Doutoramento (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998), p. 25.

<sup>586</sup> Ver Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 3ª ed., Lisboa, 1987, p. 89.

<sup>587</sup> Filipa Raimundo, Nuno Estêvão Ferreira e Rita Almeida de Carvalho, «Political decision-making in the Portuguese New State (1933–9): The dictator, the council of ministers and the inner-circle». In António Costa Pinto, *Ruling Elites and decision-making in fascist-era dictartoships*, Nova Iorque: Colombia University Press, 2009, p. 160.

<sup>588</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 2, p. 152.

amigo, quanto mais não seja dada a pressão exercida pela Santa Sé, e numa missiva de 27 de Fevereiro de 1933, dirigida ao Presidente da República, que já citámos anteriormente, reclama contra o facto de a Constituição, cujo plebiscito já havia sido marcado uns dias antes, não reconhecer, garantir e proteger «a liberdade e a independência da Igreja Católica, na sua esfera própria; e os direitos da consciência católica, de expressão de pensamento, de culto, de ensino, de associação». Considera mesmo que, com ela, o Estado se declara «praticamente ateu, não reconhecendo expressamente a soberania de Deus». Tanto mais «num Estado que se propõe não só estabelecer a perfeita liberdade religiosa, mas ainda defender e promover a cultura dos altos princípios e valores morais da civilização»<sup>589</sup>.

No entanto, Cerejeira foi o autor do designado «borrão primitivo», que nalguns aspectos era bastante favorável ao Estado português na perspectiva de Oliveira Salazar. Assim é relativamente ao ensino da religião nas escolas públicas, cuja existência este texto fazia depender da requisição paterna. Como se viu, a fórmula consignada no anteprojecto da Santa Sé não será esta, mas uma outra que melhor se coadunará com as aspirações católicas, isto é, o ensino da religião só não seria ministrado nas escolas caso os pais o solicitassem expressamente.

Como se vê pelo dito «borrão primitivo» de 1934, que não consagra todas as reclamações expressas ao Presidente da República, como a confessionalidade do Estado ou a implícita extensão do ensino religioso a todos os graus de ensino, houve indiscutivelmente uma mudança de atitude da parte de Cerejeira, agora mais próximo do entendimento de Oliveira Salazar sobre as relações entre o Estado e a Igreja. Resta a certeza de que, para a elaboração desse texto, Cerejeira e Oliveira Salazar dialogaram e que esta carta ao Presidente da República deve ser entendida, segundo nos parece, no contexto das orientações gerais emanadas da Santa Sé.

À parte os elementos que referimos até aqui, outro indivíduo teve algum envolvimento no final das negociações da Concordata: Dinis da Fonseca. Em Janeiro de 1940, este foi encarregado de redigir o esboço do texto que Oliveira Salazar irá entregar aos jornalistas em Abril desse ano, intitulado *Sentido e oportunidade da Concordata*. Nesse mesmo mês é chamado a tratar confidencialmente das provas tipográficas dos acordos.

Laços pessoais uniam Cerejeira, Oliveira Salazar, Mário de Figueiredo, Joaquim Dinis da Fonseca e Carneiro de Mesquita, cuja origem remonta à Universidade de Coimbra,

---

<sup>589</sup> Ver ANTT, AOS/CO/PC-5A, fl. 196 e ss.

existindo entre todos alguma familiaridade. Cerejeira terá também alguma proximidade com Domingos Fezas Vital, já que o primeiro irá presidir ao casamento de uma das filhas do jurista, que se realizaria na capela do Paço Patriarcal<sup>590</sup>.

Vasco Quevedo teve também algum envolvimento no final das negociações; no entanto, o mesmo não ultrapassará o cumprimento das directivas emanadas do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Carneiro de Mesquita também tentou intervir nas negociações, quando, já em Abril de 1940, tentou que Oliveira Salazar procedesse ao reconhecimento das organizações da Acção Católica na Concordata. As suas diligências não terão, porém, qualquer sucesso.

#### 4.2. O PROCESSO DE FIXAÇÃO DO TEXTO OFICIAL

Nos dias 11 e 12 de Março de 1937, Oliveira Salazar inicia o estudo solitário para a realização de uma Concordata com a Santa Sé. O anteprojecto da Santa Sé terá sido entregue também a 12 desse mesmo mês. Trata-se do «borrão primitivo», «projecto do Patriarca» ou da «1ª fórmula», para usar as designações do Presidente do Conselho, embora o mesmo tenha sofrido algumas alterações da Santa Sé, como acima se viu<sup>591</sup>.

A 14, depois ter assistido à missa no Patriarcado, Oliveira Salazar conferencia com Cerejeira acerca da Concordata<sup>592</sup>. O encontro terá demorado cerca de uma hora<sup>593</sup>. Nesse dia e nos cinco dias seguintes, Oliveira Salazar prossegue o seu estudo, do qual resultou um extenso conjunto de notas sobre cada um dos artigos, que designa por «apontamentos para a C. da S. Sé»<sup>594</sup>. Tratou-se de um «trabalho de revisão e estudo das concordatas de outros países e da legislação portuguesa»<sup>595</sup>.

---

<sup>590</sup> AOS/CP-282, fl. 432.

<sup>591</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>592</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>593</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>594</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>595</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

Salazar, embora tenha enviado a todos os outros elementos do grupo de discussão o anteprojecto, conferência em primeiro lugar sobre o assunto com Teixeira de Sampaio (31 de Março de 1937, pelas 19h)<sup>596</sup>.

As notas de ambos, bem como o cotejo com as concordatas existentes e a legislação portuguesa, constituem a base de trabalho da primeira reunião plenária deste pequeno grupo, ocorrida a 5 de Abril de 1937<sup>597</sup>. O Presidente do Conselho passara parte da manhã a preparar o encontro. No Arquivo Oliveira Salazar encontramos um apontamento do próprio, preparatório de uma reunião em S. Bento, provavelmente esta, para a discussão da Concordata. Como ponto de partida, aponta-se a necessidade das negociações se processarem confidencialmente. Depois, referem-se os elementos de trabalho disponíveis. São eles o anteprojecto, outras concordatas e outros elementos de negociações diplomáticas. Quanto à sua oportunidade apontam-se os interesses metropolitanos e a política colonial.

Procedeu-se então ao estudo da primeira fórmula, tendo sido lidas as notas de Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio, e cotejado o texto da Santa Sé com outras concordatas e com a legislação portuguesa. Nesta reunião são «votadas» algumas deliberações. A alusão à existência de uma votação é feita, quer por Teixeira de Sampaio, quer por Mário de Figueiredo em documentos dos seus próprios punhos<sup>598</sup>. Sucedem-se mais seis reuniões em que todos estão presentes<sup>599</sup>. No dia 16, pela manhã, Oliveira Salazar procede à «leitura do documento do Mº dos Negócios Estrangeiros para a Conc. com a S. S.»<sup>600</sup>. À tarde volta a reunir-se a «comissão», e esta primeira revisão do texto dá-se por concluída no dia 17<sup>601</sup>. Mário de Figueiredo é, então, encarregado de redigir «o contra-projecto em harmonia com a discussão e deliberações tomadas»<sup>602</sup> e o ministro da Justiça fica encarregado de elaborar um projecto de decreto sobre o casamento<sup>603</sup>.

---

<sup>596</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>597</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>598</sup> Para Mário de Figueiredo ver ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 229-245); para Teixeira de Sampaio ver AHD-MNE, Santa Sé, GSG, Mç. 9, pt. 1.

<sup>599</sup> 6, 9, 10, 13, 15 17 de Abril de 1937.

<sup>600</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>601</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163) e ANTT, AOS/DI-2.

<sup>602</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>603</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

Figueiredo vai então escrever a chamada «2ª fórmula»<sup>604</sup>, que entrega a Salazar no dia 1 de Maio. D. Emília<sup>605</sup>, em casa de Oliveira Salazar, procede à sua cópia, que seria conferida nesse mesmo dia<sup>606</sup>. Este trabalho foi distribuído pelos membros da «comissão»<sup>607</sup>, tendo o próprio Salazar colocado o nome de cada um deles no canto superior esquerdo (o que se repetiria nas fórmulas posteriores). No dia 3, Oliveira Salazar, trabalhando sozinho, procede à revisão do trabalho de Mário de Figueiredo.

Sucedem-se mais quatro reuniões da «comissão» (4, 6, 10 e 11 de Maio), nas quais é revista e analisada a segunda fórmula. No último dia, concluiu-se a segunda fase da redacção do projecto governamental, e apreciou-se na generalidade o texto de Decreto do ministro da Justiça sobre o casamento<sup>608</sup>. Mário de Figueiredo é novamente incumbido «de introduzir na segunda fórmula as emendas aprovadas» na última reunião<sup>609</sup>.

A partir deste momento Fezas Vital deixa de participar no processo de fixação do texto, talvez porque todas as questões fundamentais estavam aparentemente resolvidas. Em suma, realizaram-se doze reuniões plenárias, às quais se sucedem encontros pontuais de Oliveira Salazar com Mário de Figueiredo, Teixeira de Sampaio, Cerejeira e Manuel Rodrigues (este, com menos frequência).

No dia 12, logo pelas 9h30m Salazar desloca-se à cerimónia que celebra a coroação de Jorge VI, numa igreja protestante<sup>610</sup>.

Dia 14 de Maio, o Presidente do Conselho dedica quase todo o dia ao projecto de Concordata. Pelas 12h30 trabalha sozinho elaborando «notas acerca da ordem dos artigos e modificações introduzidas no projecto de Concordata da Santa Sé» e D. Emília procede à cópia do trabalho realizado por Mário de Figueiredo, sob a epígrafe «3ª fórmula»<sup>611</sup>. Às 17h Mário de Figueiredo junta-se a Salazar, em S. Bento, e os dois revêem o trabalho: foram

---

<sup>604</sup> 1 e 3 de Maio de 1937.

<sup>605</sup> Trata-se, provavelmente, de Emília Adelaide Ferreira, licenciada em Ciências Económicas e Financeiras, secretária do ministro das Finanças António de Oliveira Salazar. Ver Fátima Patriarca, «“Diário” de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar», *Análise Social*, nº 178, 2006, nota 35.

<sup>606</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163) e ANTT, AOS/DI-2.

<sup>607</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>608</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163) e ANTT, AOS/DI-2.

<sup>609</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163). Sublinhado acrescentado.

<sup>610</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>611</sup> ANTT, AOS/DI-2.

notados «pequenos erros» e introduzidas «algumas pequenas emendas»<sup>612</sup>. Salazar, depois de um passeio de carro e a pé, pelas 23h00, trabalha novamente no projecto de Concordata e tira notas<sup>613</sup>. No dia seguinte, D. Emília faz novas cópias do trabalho. É a «4ª fórmula». O texto é revisto e remetido a Mário de Figueiredo e ao Patriarca<sup>614</sup>. O exemplar deste último contém «a ordem das matérias, uma observação e a indicação das correspondências entre a 4ª fórmula e o projecto primitivo (1ª fórmula)»<sup>615</sup>. É Carneiro de Mesquita quem «leva os papéis»<sup>616</sup>. Também são realizadas cópias para Teixeira de Sampaio, Fezas Vital e Manuel Rodrigues<sup>617</sup>, o qual foi «encarregado de dar nova redacção ao projecto de Decreto»<sup>618</sup>.

A 16 de Maio, domingo, Oliveira Salazar janta com Cerejeira e o tema da conversa é o que agora se chama «contra-projecto». Falam ainda da situação religiosa em Portugal e em França.

No dia anterior, Oliveira Salazar enviara ao Patriarca as seguintes observações:

a) Quanto à forma:

- Foi considerado o trabalho apresentado bastante defeituoso sob o aspecto técnico, sendo os principais defeitos:
  - Falta de nexos lógicos nas matérias;
  - Falta de técnica jurídica na redacção dos artigos;
  - Repetições escusadas dos mesmos preceitos;
  - Abusos de exemplificações e de razões da lei nos textos.
- Tentou-se dar melhor ordenação às matérias:
  - Redigiram-se os artigos com forma o mais perfeita possível tanto em direito interno como em direito internacional;
  - Eliminaram-se as repetições dos mesmos princípios gerais ou das suas aplicações concretas;
  - Cortaram-se quase por sistema as exemplificações.

b) Quanto à matéria:

- Transferiu-se para o novo texto toda a matéria que se afigurou fundamental e rigorosamente e sempre fundamentalmente a mesmo do texto proposto.

---

<sup>612</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>613</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>614</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163) e ANTT, AOS/DI-2.

<sup>615</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>616</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>617</sup> Embora estas estejam epigrafadas de 3ª Fórmula. Ver «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>618</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).



- Onde em benefício da Igreja se pode acrescentar ou melhorar o texto não se fugiu a isso.
- O novo texto foi estudado e redigido sem preocupações de negociação mas com o único intento de fixar o que pareceu razoável, possível e essencial sem importar se isso era a favor do Estado ou da Igreja.
- Os únicos pontos eliminados e cujo regime não pode ser deduzido dos princípios gerais da Concordata (texto agora proposto) são os relativos ao reconhecimento dos graus académicos pontifícios e estabelecimento obrigatório de dias festivos.
- O mais que foi eliminado e não foi substituído ou modificado, salvo uma referência que se encontrava no artigo 4º § 2º, considerou-se ou estranho à Concordata ou desnecessário por se conter nos princípios gerais aceites.
- Alguns aditamentos como os constantes do artigo 26º (separação de pessoas) e do artigo 7º (expropriação de bens do culto, aliás em benefício da Igreja) foram inspirados no preceituado noutras concordatas. Aliás, todas as celebradas sob Pio XI foram atentamente estudadas, para orientação dos limites postos pela Santa Sé nas suas concessões.
- Tal como é agora apresentado, o novo texto da Concordata parece apresentar melhoria notável, mesmo no aspecto doutrinal, sobre algumas das concordatas realizadas.
- Entendeu-se, sem aliás se ter a certeza disso, que cessa a intromissão inconveniente da *Propaganda Fide* à margem e por cima dos prelados nas colónias portuguesas. Mas dando-se algumas lutas nos territórios do Semi-Padroado exactamente por causa da protecção dada pela Propaganda às missões, contra os prelados portugueses, o mesmo regime lhe é aplicado.
- Da matéria adicional ao texto primitivo, pode ser satisfeito o pedido relativo à transferência de bens (encontra-se a matéria incluída no artigo 6º).
- A questão dos títulos é insolúvel, visto estar comprometido o rendimento (em termos precisos da Concordata devem considerar-se afectados a outro fim).
- A questão de Santo António dos Portugueses não tem valor para a Igreja resolvê-la nos termos que foram sugeridos; pequenas modificações estatutárias que oportunamente se façam poderão remediar o pior<sup>619</sup>.

Relembre-se que a matéria adicional a que Salazar alude resulta de um aditamento ao projecto que Cerejeira entrega, aparentemente, sem o conhecimento da Santa Sé, ao Presidente do Conselho<sup>620</sup>.

Cerejeira e Salazar voltam a encontrar-se mais de quinze dias depois, dia 4 de Julho, entre as 17h00 e as 20h30m, procedendo ao «exame de alguns problemas da Concordata em projecto – maneira de apresentar o problema à Santa Sé»<sup>621</sup>. O Cardeal sugere algumas emendas.

<sup>619</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 255-278)

<sup>620</sup> Ver ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 391-400) e ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 255-256).

<sup>621</sup> ANTT, AOS/DI-2.

No dia seguinte são «recebidas do patriarcado observações escritas e projecto de emendas a alguns artigos»<sup>622</sup>. Ao fim da tarde do dia 6, Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, em casa deste, procedem ao «exame de algumas dúvidas e propostas de emendas» à Concordata<sup>623</sup> e nesse mesmo dia o Patriarca envia a Salazar mais duas folhas com observações<sup>624</sup>. Na manhã seguinte Figueiredo e Oliveira Salazar revêem estas últimas observações<sup>625</sup>.

No dia 8 de Julho, D. Emília introduz as emendas acordadas em nova cópia, e Oliveira Salazar revê a quinta fórmula<sup>626</sup>. Um dia depois, este elabora as suas notas sobre esta fórmula<sup>627</sup> e envia dois exemplares ao Patriarca «para estudo particular do nuncio»<sup>628</sup>. No dia 11, o Patriarca conferencia com Salazar, transmitindo «a resposta particular e as impressões» do nuncio Ciriaci. Discutem «ainda algumas dúvidas» e «a política dos católicos franceses»<sup>629</sup>.

Num derradeiro encontro antes da entrega oficial do projecto, a 14 de Julho de 1937, Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio estabelecem o processo a seguir nas negociações e fica decidido que as mesmas serão secretas, embora o ministro de Portugal em Roma seja informado de que se negocia e possivelmente não lhe será facultado o texto sobre o qual se conversa. No dia seguinte D. Emília trabalha nas provas da Concordata<sup>630</sup>.

Desde que Cerejeira entrega o anteprojecto da Santa Sé até à fixação do projecto oficial do Governo português irão decorrer três meses.

---

<sup>622</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>623</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163) e ANTT, AOS/DI-2.

<sup>624</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>625</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>626</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>627</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>628</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>629</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>630</sup> ANTT, AOS/DI-2.

#### 4.3 OS CONTRIBUTOS DOS ACTORES PARA A FIXAÇÃO DO PROJECTO OFICIAL

Interessa agora determinar o contributo pessoal e, bem assim, da «comissão» para a fixação do texto do projecto de Concordata.

SS/AP [Santa Sé/Anteprojecto] – Preâmbulo, § 1 – Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XI e Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, concordes no desejo de regular de mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e o maior bem da Igreja e do Estado,

GP/PO [Governo Português/Projecto Oficial] – Idem – Sua Santidade o Sumo Pontífice Pio XI, e Sua Excelência, o Presidente da República Portuguesa, dispostos a regular por mútuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado.

A fórmula encontrada por Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, na sessão de trabalho de 12 de Abril de 1937, já depois da primeira reunião da «comissão» será aquela que irá ser entregue à Santa Sé, no dia 14 de Julho, e as alterações nesta alínea são apenas de redacção.

SS/AP – Preâmbulo, § 2 – resolveram concluir entre si uma solene Convenção, que reconheça e garanta a liberdade e direitos da Igreja, e salvguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa inclusivamente no que respeita às Missões Católicas e ao Padroado do Oriente, e defina a cooperação da Igreja e do Estado no concernente ao bem da colectividade, mantendo cada um na sua ordem a própria independência e competência.

GP/PO – Idem – Resolveram concluir entre si uma solene convenção que reconheça e garanta a liberdade da Igreja e salvguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa, inclusivamente no que respeita às Missões Católicas e ao Padroado do Oriente.

Quando Salazar analisa o anteprojecto dá-se conta que no preâmbulo a Santa Sé fala, quanto ao objectivo da Concordata, na salvguarda dos seus direitos enquanto menciona a garantia dos interesses da Nação portuguesa (19 de Março). Depois pondera se é de deixar passar a expressão «a própria independência», tendendo a preferir a eliminação de toda esta frase. Nas notas que Teixeira de Sampaio extrai da reunião da «comissão», a 5 de Abril, dirá que ele próprio fez um «reparo quanto a direitos por um lado e interesses por outro». Entendia ainda que era melhor traduzir «ordine» por «esfera», em lugar de «ordem».

Na referida reunião chega-se praticamente à redacção da fórmula proposta oficialmente à Santa Sé. Por um lado, eliminou-se a palavra «direitos»,

1º) Por parecer inútil, depois de se reconhecer a liberdade da Igreja, falar dos seus direitos: reconhecimento da liberdade pressupõe o dos direitos por que se efectiva;

2º) Porque ou com essa palavra se querem referir os direitos que resultam da Concordata e então é ainda inútil por o sentido da Concordata ser reconhecê-los, ou se querem referir

direitos independentes da Concordata e então não é a Concordata o lugar próprio para se afirmarem, já que... existem independentemente dela.

Isto não significa que o Estado Português não admita a existência de um direito superior a ele, pois que ele mesmo se afirma ligado pelo direito (Constituição art. 4 e art. 6º nº 1)<sup>631</sup>.

Foi ainda retirada a frase «e defina a cooperação da Igreja e do Estado no concernente ao bem da colectividade, mantendo cada um na sua ordem a própria independência e competência» por se considerar que «não há necessidade de afirmar o sentido da Concordata», e que «declarações de princípio são sempre perigosas, senão para quem contrata, para quem critica e pretende prejudicar com o desenvolvimento lógico de princípios abstractos». Até porque, no entender de Oliveira Salazar, as introduções das concordatas são habitualmente mais resumidas.

Pensou-se ainda suprimir, aparentemente por sugestão de Mário de Figueiredo, a referência às missões e ao Padroado português, por se considerar «desnecessária em face do que a respeito na Concordata se dispõe e porque poderia fazer crer que esta Concordata é a única fonte das prerrogativas do Estado Português sobre a matéria e não é esse o seu ponto de vista» – o que não chegou a fazer-se.

SS/AP – Preâmbulo, § 3 – Para tal efeito Sua Santidade nomeou Seu Plenipotenciário... e o Senhor Presidente da República Portuguesa....

Os quais, trocados os seus respectivos plenos poderes e achados em boa e devida forma, acordaram nos seguintes artigos:

GP/PO – Idem – Para tal efeito, Sua Santidade nomeou Seu Plenipotenciário..... e o Senhor Presidente da República Portuguesa....

os quais, trocados os seus respectivos plenos poderes e achados em boa e devida forma, acordaram nos artigos seguintes:

O texto deste parágrafo não sofre quaisquer alterações.

---

<sup>631</sup> Art. 4º – A Nação Portuguesa constituiu um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite [...].

Art. 6º – Incumbe ao Estado:

1º Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação, definindo e fazendo respeitar os direitos e garantias resultantes da natureza ou da lei, em favor dos indivíduos, das famílias, das autarquias locais e das corporações morais e económicas.  
[...]

#### 4.3.1 PERSONALIDADE JURÍDICA DA IGREJA CATÓLICA

SS/AP Artigo 1º, § 1 – A República portuguesa reconhece e assegura a existência e a personalidade jurídica à Igreja Católica em Portugal com a sua hierarquia e disciplina, aos seus institutos e às suas associações e organizações.

GP/PO – artigo 1º, § 1 – A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica à Igreja Católica, representada pela Santa Sé.

Embora numa anotação de Cerejeira à primeira fórmula da Santa Sé este considerasse que a norma estava implícita no artigo 45º da Constituição portuguesa de 1933<sup>632</sup>, a verdade é que no artigo 1º, parágrafo 1, do anteprojecto e do projecto de Concordata se reconhece apenas a liberdade de culto e organização das religiões – e não à Igreja Católica em particular, e menos ainda à Santa Sé. Salazar entende que a declaração de que o Estado português assegura a existência e reconhece a Igreja Católica, a sua hierarquia e a sua disciplina e os seus institutos, associações ou organizações é, não só redundante e não conforme à Constituição, como tem ainda «o inconveniente de se poder supor que traduz qualquer compromisso de "manter materialmente" a Igreja». Rejeita também a inclusão dos institutos para conformar o texto do projecto ao da Constituição. Considera, todavia, quanto à personalidade jurídica, que «reconhecê-la expressamente à Igreja parece que não pode ser discutido». Teixeira de Sampaio refere também: «Existência, não poderia supor-se que envolve ideia de qualquer auxílio material para subsistência?». Diz ainda que se a própria Constituição lhe reconhece a personalidade jurídica, então deveria fazer-se uma referência expressa à Constituição que corroborasse o princípio». Na reunião de 5 de Abril foi acordado que se eliminaria este parágrafo e se reconheceria a personalidade jurídica da Igreja Católica em Portugal como sujeito de direito interno noutro lugar do articulado. No entanto, Mário de Figueiredo, encarregado de redigir a segunda fórmula de acordo com a votação, vai mantê-lo, justificando em nota as suas razões: apesar de na revisão se ter resolvido eliminar um artigo considerado redundante, entendeu que não se afastava do «pensamento votado», pondo no lugar desse um outro em que se fazia o dito reconhecimento. «É certo que não havia necessidade de afirmar expressamente o reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja Católica (Santa Sé), pois o próprio facto da Concordata a pressupõe; mas também não há

---

<sup>632</sup> «É livre o culto público e particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.»

inconveniente e parece útil ao desenvolvimento lógico do pensamento»<sup>633</sup>. Esta sua alteração vingará no projecto oficial.

O nuncio Ciriaci, quando envia o projecto oficial do Governo à Santa Sé, dirá que aqui, ao contrário do que era mencionado anteriormente, «faz-se o reconhecimento explícito da personalidade jurídica da Igreja representada pela Santa Sé, o que, dada a mentalidade nacionalista e regalista que tem continuamente dominado em matéria religiosa, representa um grande progresso». Cerejeira ter-lhe-á dito «que tal artigo representa uma modificação para melhor do projecto e que esta era a primeira Concordata a usar uma fórmula tão explícita»<sup>634</sup>.

#### 4.3.2 ELEVACÃO DA LEGACÃO A NUNCIATURA

SS/AP – artigo 1º, § 2 – A fim de assegurar as relações amigáveis entre a Santa Sé e a República Portuguesa, da maneira historicamente tradicional, um nuncio apostólico continuará a residir em Portugal e um embaixador da República será nomeado junto da Santa Sé.

GP/PO – artigo 1º, § 2 – As relações amigáveis com a Santa Sé serão asseguradas na forma tradicional por que historicamente se exprimiam, devendo um nuncio apostólico representar a Santa Sé em Portugal e um embaixador da República representar Portugal junto da Santa Sé.

O Presidente do Conselho vai concordar com o conteúdo deste parágrafo, pois a Constituição previa já a reciprocidade da representação diplomática. No entanto, discorda da fórmula adoptada duvidando que se possa dizer «historicamente tradicional» (19 de Março de 1937). Na opinião de Teixeira de Sampaio, «o mais exacto seria dizer que continuaria a residir em Portugal um nuncio da maneira tradicional (o que envolve a ideia do cardinalato no termo da missão) e o governo português acreditaria um embaixador junto da Santa Sé». Embora com uma formulação, diferente esta ideia será incorporada no projecto oficial. Quando a comissão procede ao estudo do projecto, parece chegar-se a acordo quanto ao facto do privilégio cardinalício da Nunciatura em Portugal dever ser referido no artigo, o que não viria a concretizar-se.

---

<sup>633</sup> Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>634</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, Pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

### 4.3.3. LIVRE EXERCÍCIO DO CULTO

SS/AP – artigo 2º, § 1 – É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência poderá exercitar os actos do seu poder de ordem e de jurisdição sem qualquer impedimento.

GP/PO – artigo 2º, § 1 – É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência, tem a faculdade de praticar os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento.

Quanto a este artigo Salazar anota que só a Concordata alemã estabelece limites à autonomia da Igreja «nos termos do direito comum»<sup>635</sup>. O Presidente do Conselho interroga-se se não se deve fazer o mesmo na Concordata portuguesa, embora considere a fórmula agora proposta pela Santa Sé mais perfeita do que a das outras concordatas: na italiana, fala-se em «livre exercício do poder espiritual»<sup>636</sup>; na austríaca, usa-se a expressão «livre exercício do seu poder espiritual»<sup>637</sup>; a polaca, utiliza a fórmula «livre exercício do seu poder espiritual e da sua jurisdição eclesiástica»<sup>638</sup>. Teixeira de Sampaio considera que as fórmulas consagradas nas outras concordatas são mais claras e diz não saber o que significa «poder de ordem», o que não vai ter qualquer repercussão na redacção do artigo. De acordo com a votação da «comissão», a 5 e 17 de Abril de 1937, apenas se substitui a expressão «poderá exercitar os actos» por «tem a faculdade de praticar os actos», chegando-se assim, logo na segunda fórmula, à redacção definitiva do projecto oficial.

### 4.3.4 LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO

SS/AP – artigo 2º, § 2 – A Igreja Católica pode livremente promulgar leis, decretos e quaisquer determinações pertencentes ao seu governo espiritual.

GP/PO – artigo 2º, § 2 – Para tanto, a Santa Sé pode livremente publicar quaisquer determinações relativas ao seu governo e, em tudo quanto se refere ao seu Ministério pastoral, comunicar e corresponder-se com os prelados, clero e todos os católicos de Portugal, assim como estes com a Santa Sé, não carecendo de prévia aprovação do Estado, para se publicarem e correrem, dentro do País, as bulas e quaisquer instruções e determinações.

---

<sup>635</sup> Alemanha, art. 13º – As paróquias, as associações paroquiais e diocesanas, as sés episcopais, os paços episcopais e os capítulos, as ordens e congregações religiosas, bem como as instituições, fundações e os bens que estão sob a administração da Igreja, podem manter ou adquirir, respectivamente, competência jurídica no domínio civil segundo às disposições gerais do direito civil. Mantêm-se corporações de direito público tal como até agora; outros direitos semelhantes podem ser concedidos nos limites do direito comum.

<sup>636</sup> Itália, art. 1º - A Itália, de acordo com o Art. I do tratado, assegura à Igreja Católica o livre exercício do seu poder espiritual, o livre e público exercício do culto e da jurisdição em matéria eclesiástica em conformidade com as normas da presente Concordata.

<sup>637</sup> Áustria, art. 1º, § 1 – A República da Áustria assegura e garante a Igreja Católica nos seus diferentes ritos o livre exercício do seu poder espiritual e o livre e público exercício do culto.

<sup>638</sup> Polónia, art. 1º - A Igreja católica, sem distinção de ritos, gozará de uma liberdade completa na República da Polónia. O Estado polaco garante à Igreja a liberdade de exercer a sua autoridade eclesiástica e a sua jurisdição bem como a liberdade de administrar os seus negócios e os seus bens, de acordo com as leis divinas e a lei católica.

Nas suas notas, Oliveira Salazar manifesta-se contra à referência a leis e decretos, preferindo «uma fórmula genérica que tudo abarque», pois a «referência expressa a leis e decretos dará ao público ignorante a impressão de dois poderes a legislar». A «comissão» delibera que a redacção deverá abarcar não só liberdade de comunicação da Santa Sé com clero e fiéis, como também o inverso. As duas observações serão adoptadas no projecto oficial. Segundo Ciriaci, o disposto no anteprojecto está contido neste segundo parágrafo e no anterior<sup>639</sup>.

SS/AP – artigo 2º, § 3 – A Santa Sé goza da plena liberdade de comunicar e corresponder-se com os prelados, o clero e todos os católicos de Portugal, sem qualquer ingerência do poder público; assim como os prelados e demais autoridades diocesanas, com o clero e os fiéis, dentro do seu ministério pastoral, não carecendo da prévia aprovação do Estado, para se publicarem e correrem dentro do País, as bulas, pastorais e quaisquer instruções e determinações.

GP/PO – artigo 2º, § 3 – Nas mesmas condições, gozam desta faculdade os bispos e demais autoridades diocesanas em relação ao seu clero e fiéis.

A este propósito, Oliveira Salazar começa por dizer que se deverá eliminar a frase «sem qualquer ingerência do poder público», porque «não é necessária» e «dá a impressão de desconfiança e hostilidade ao Estado, e na realidade das coisas não é absolutamente exacta, porque na forma de transmissão natural (correio, teleg., etc.) o poder público intervém». Teixeira de Sampaio, por seu turno, considera que a referência à não ingerência do poder público é mais do que «em princípio pode ser admitido a um poder estrangeiro», considerando que pode até ser um «precedente mau em relação às potências no seu trato com os seus súbditos em Portugal».

O Presidente do Conselho, lembrando que o «Decreto Moura Pinto» ressaltava os abusos ou delitos, considera «não ser necessária esta reserva». Nota ainda a diferença entre a fórmula adoptada para a comunicação da Santa Sé com os prelados, e vice-versa, relativamente à comunicação dos bispos com os fiéis, e vice-versa. Neste último caso faz-se referência a tudo quanto se refere ao seu ministério pastoral. Teixeira de Sampaio dá também conta desta variação e sugere que o limite estabelecido relativamente aos bispos – liberdade mas apenas no que se refere ao seu ministério pastoral – se estenda à Igreja Católica na generalidade. Esta observação vem a ser incorporada no projecto oficial (embora no artigo 2º, § 2).

---

<sup>639</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.



#### 4.3.5 PERSONALIDADE JURÍDICA DAS ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

SS/AP – artigo 3º, § 1 – A Igreja Católica é reconhecida em Portugal como sociedade de direito público e poderá organizar-se livremente em harmonia com as normas de sua hierarquia e disciplina.

GP/PO – artigo 3º, § 1 – A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente, de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

Salazar anota que tal disposição nada acrescenta ao que se afirma no artigo 1º, § 1<sup>640</sup>, embora esta fórmula se aproxime mais da norma constitucional. Depois, interroga-se acerca do significado da expressão «sociedade de direito público», expressão que se encontra também nas concordatas austríaca e alemã<sup>641</sup>. Considera que para este artigo deveria passar o «reconhecimento da personalidade jurídica das associações e organizações e deixar no art. 1º só reconhecimento da personalidade jurídica da Santa Sé ou uma fórmula genérica acerca da soberania do Pontífice como chefe temporal da cidade do Vaticano e chefe espiritual da Igreja Católica (qualquer coisa neste género) – Ver o artigo 26º do Tratado com a Itália [...] em que o Estado reconhece o Estado da cidade do Vaticano sob a soberania do Sumo Pontífice» – o que viria a acontecer. Teixeira de Sampaio sugere que se fundam os dois artigos (este e o artigo 1º, § 1) – o que como se viu acima chegará a ser considerado. Mas é de acordo com as observações de Oliveira Salazar que, na reunião de 5 de Abril, será escolhida uma outra fórmula: «A República portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica em Portugal com a sua hierarquia e disciplina, aos seus institutos, associações e organizações». Porém, é o texto redigido por Mário de Figueiredo, depois de discutido com Salazar, que será adoptado, embora com alterações: onde Figueiredo tinha colocado «reconhece existência civil e personalidade jurídica» ficará apenas «personalidade jurídica».

SS/AP – artigo 3º, § 2 – Às instituições e associações assim organizadas, que, segundo o Direito Canónico, gozam de personalidade jurídica, é reconhecida pelo Estado existência e personalidade jurídica; tais são as Dioceses, Cabidos, Paróquias, Seminários, Confrarias, Ordens e Congregações religiosas, Institutos e outras organizações canonicamente constituídas.

---

<sup>640</sup> «A República portuguesa reconhece e assegura a existência e a personalidade jurídica à Igreja Católica em Portugal com a sua hierarquia e disciplina, aos seus institutos e às suas associações e organizações»

<sup>641</sup> Áustria, art. 2º – Na Áustria, a Igreja Católica goza de estatuto de direito público.

Alemanha, art. 13º – As paróquias, as associações paroquiais e diocesanas, as sés episcopais, os paços episcopais e os capitulos, as ordens e congregações religiosas, bem como as instituições, fundações e os bens que estão sob a administração da Igreja, podem manter ou adquirir, respectivamente, competência jurídica no domínio civil segundo às disposições gerais do direito civil. Mantêm-se corporações de direito público tal como até agora; outros direitos semelhantes podem ser concedidos nos limites do direito comum.

Quanto a este artigo, Oliveira Salazar considera inicialmente que «talvez seja preferível eliminar a frase "que segundo o Direito Canónico gozam de personalidade jurídica" – basta o canonicamente da 2ª parte». Depois, entende que como a segunda parte refere apenas exemplos, «pode eliminar-se sem prejuízo, antes com vantagem, a expressão «ordens e congregações religiosas» e até mesmo «Institutos», e que talvez seja possível acrescentar as fundações, como na Concordata italiana, que se refere a «fundações de culto» (artigo 29º alínea d). Já Teixeira de Sampaio é da opinião que se pode pura e simplesmente prescindir dos exemplos. Certo é que, na segunda fórmula, escrita por Mário de Figueiredo, este artigo será incorporado no antecedente: liberdade de organização e reconhecimento da personalidade jurídica ficarão consagrados no artigo 3º, § 1. A ideia dos exemplos é também abandonada, como sugerira o embaixador e a «comissão» concordara.

Efectivamente, Oliveira Salazar evitará sempre a menção explícita das ordens e congregações, o que desde logo o afasta de Franco, que a 3 de Maio de 1938 emanava um Decreto restabelecendo a plena personalidade jurídica da Companhia de Jesus<sup>642</sup>. É interessante verificar que também o Governo do marechal Pétain publicou uma lei, a 8 de Abril de 1942, derogando o artigo 13º da Lei de 1 de Julho de 1901, que proibia o reconhecimento legal das congregações religiosas<sup>643</sup>, o que em Portugal, tanto quanto se sabe, nunca chega a acontecer.

SS/AP – artigo 3º, § 3 – A constituição, modificação e extinção no foro civil das instituições e associações católicas a que se refere o parágrafo anterior pode ter lugar mediante e só com a participação escrita, feita pelo Bispo da Diocese onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

GP/PO – artigo 3º, § 2 – O reconhecimento da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à autoridade competente, feita pelo Bispo da diocese onde tiverem a sua sede ou por seu legítimo representante. Por igual forma se levará a efeito a sua modificação ou extinção.

Teixeira de Sampaio interroga-se, por exemplo, se este artigo se estende igualmente às ordens e congregações que não tenham a sua sede em território português e se a participação às autoridades competentes diz respeito apenas à sua constituição e existência, ou também aos seus estatutos. A «comissão» entende que estas questões não são relevantes e, ou estão já implicitamente contidas no texto, ou não são oportunas, pelo que se mantém o texto proposto pela Santa Sé. Todavia, Mário de Figueiredo procede a algumas alterações ao nível da

---

<sup>642</sup> Ver telegrama nº 11/07959 endereçado à Embaixada italiana na Santa Sé, a 15 de Janeiro de 1940, por ordem do ministro dos Assuntos Exteriores. Ministero degli Affari Esteri (Roma). Affari Politici, 1931-1945. Santa Sede. Busta 48 (1940). Spagna.

<sup>643</sup> Ver Ministero degli Affari Esteri (Roma). Affari Politici, 1931-1945. Santa Sede (Francia). Busta 53 (1942).

redacção, que com ligeiras alterações serão adoptadas na redacção proposta à Santa Sé: em vez de «o reconhecimento da existência civil e personalidade jurídica das associações» ficará apenas «o reconhecimento da personalidade jurídica» – aliás, em conformidade com o que fora adoptado no artigo 3º, § 1º<sup>644</sup>.

SS/AP – artigo 3º, § 4º – As referidas instituições e associações regem-se segundo as normas da hierarquia e disciplina canónicas, podem adquirir e administrar bens e funcionam livremente sob a vigilância e fiscalização da competente autoridade eclesiástica.

GP/PO – artigo 4º – As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos em que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente autoridade eclesiástica, salvo se, além de fins religiosos ou culturais, se propuserem também fins de assistência ou beneficência, em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, pois, neste caso, e na parte respectiva, ficam sujeitas ao regime geral instituído pelo direito português para as associações ou corporações da mesma natureza.

Este artigo vai ser amplamente reformulado. Nas suas notas de 19 de Março Salazar dispensa a referência às normas da hierarquia e disciplina canónicas «atendendo aos preceitos anteriores». Depois, sugere que a redacção seja conformada com o Decreto nº 11.887, de 6 de Julho de 1926, pelo que em vez de «podem adquirir e administrar bens» propõe «podem adquirir bens, dispor deles e administrá-los» mas, acrescentava «nos mesmos termos em que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as associações ou corporações perpétuas». Lembra também que a Concordata italiana, no artigo 30º, reconhece aos institutos e às associações religiosas a mesma capacidade, desde que observem «as disposições das leis civis relativas às aquisições das pessoas morais»<sup>645</sup>. Já na alemã e na austríaca a propriedade será garantida de acordo com as leis gerais do Estado<sup>646</sup>. Quanto à expressão «sob a vigilância e fiscalização» Salazar considera que «é frase corrente nestas concordatas (concordatas italiana, alemã, austríaca)»<sup>647</sup>. Depois, o Presidente do Conselho lembra que é necessário ajustar esta

---

<sup>644</sup> «A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente, de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica».

<sup>645</sup> Itália, art. 30º, § 2 - O Estado italiano reconhece aos Institutos eclesiásticos e associações religiosas a capacidade de adquirir propriedade, salvaguardadas as disposições da lei civil no que diz respeito às aquisições das corporações morais».

<sup>646</sup> Alemanha, art. 17º, § 1º – Os direitos de propriedade e outros direitos activos das corporações sob a lei pública, de instituições, fundações e associações da Igreja Católica são garantidos de acordo com os requisitos legais do local.

Áustria, art. 13º, § 1º - Os bens móveis e imóveis da Igreja enquanto pessoa de direito são garantidos dentro dos limites da lei comum do Estado, que é aplicável a todos. Dentro destes limites a Igreja tem o direito de adquirir e possuir bens (...).

<sup>647</sup> Itália, artº 30, § 1 – A administração ordinária e extraordinária da propriedade pertencente a qualquer instituto eclesiástico ou associação religiosa deve estar sob a direcção e controle da autoridade competente da Igreja, estando excluída qualquer intervenção do Estado italiano (...).

disposição com o Código Administrativo, artigo 387º: «se as associações religiosas se propuserem fins de assistência ou beneficência em cumprimento de dever estatutário ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, devem provar etc. (...) para cumprirem integralmente uns e outros». Deste modo, na Concordata deverá dizer-se que o funcionamento será livre se estas instituições se ocuparem unicamente de fins religiosos. Caso contrário terão de prestar contas na parte relativa à assistência ou beneficência. Interroga-se ainda se, tal como acontece com as missões católicas, as associações deverão prestar contas no que aos subsídios diz respeito.

Estas sugestões vão ser incorporadas na versão aprovada pela «comissão» e a livre administração fica limitada aos fins religiosos. A segunda fórmula, gizada por Mário de Figueiredo, será aquela que vai ser submetida à apreciação da Santa Sé, a 14 de Julho, embora com ligeiros aperfeiçoamentos ao nível da redacção.

Sobre a parte final deste artigo – a que diz respeito à fiscalização das organizações e associações que se dediquem a fins de assistência e beneficência – o núncio informará a Secretaria de Estado, a 16 de Julho de 1937, que «este acrescento tornou-se necessário porque assim determina o novo Código Administrativo português publicado recentemente, o qual sobre esta matéria melhorou muito a situação das entidades eclesiásticas [...]. De qualquer modo, a assistência ou beneficência exercida pelas associações religiosas são garantidas na Constituição, apesar de ser através do direito comum, o qual não regula a vida internacional da associação (reserva expressa na afirmação “e na parte respectiva”)). Por outro lado, acrescenta que a redacção proposta se aproxima mais daquelas utilizadas nas concordatas polaca, italiana e austríaca<sup>648</sup>.

#### 4.3.6 PROTECÇÃO DO ESTADO

SS/AP – artigo 4º, § 1 – No exercício do seu ministério é devida aos Eclesiásticos a protecção do Estado, do mesmo modo que aos funcionários e autoridades públicas: o Estado impedirá, nos termos das leis gerais, as ofensas à sua pessoa e qualidade de Eclesiásticos, e bem assim que sejam perturbados no exercício do seu ministério.

GP/PO – artigo 11º – No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam da protecção do Estado nos mesmo termos que as autoridades públicas.

---

Alemanha, art. 31, § 1 – Aquelas organizações que tenham fins exclusivamente caritativos, culturais ou religiosos são colocados sob a autoridade da Igreja e, como tal, as suas instituições e actividades serão protegidas.

<sup>648</sup> Polónia, art. 160º – Todas as pessoas jurídicas eclesiásticas e religiosas polacas terão, segundo as regras do direito comum, o direito de adquirir, de ceder, de possuir e de administrar, conforme o Direito Canónico, os seus bens móveis ou imóveis, bem como o direito de demandar junto de todas as instâncias ou autoridades do Estado pela defesa dos direitos civis [...].

Esta fórmula, que reproduz quase textualmente a da Concordata alemã<sup>649</sup>, é considerada por Salazar «um pouco redundante». Assim sugere que se elimine a palavra «funcionários». Teixeira de Sampaio considera que a expressão «do mesmo modo que às autoridades pode dar a impressão de braço secular p<sup>a</sup> execução de Decretos etc. eclesiásticos». E a «comissão» acha que a afirmação «o Estado impedirá ....» é desnecessária. Só a observação do embaixador não vai ser atendida no texto submetido à Santa Sé, prevalecendo assim a equiparação, neste domínio, dos eclesiásticos às autoridades públicas e, como bem notou o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma redacção que pode ser considerada de pendor regalista.

#### 4.3.7 SEGREDO RELIGIOSO

SS/AP – artigo 4º, § 2 – Os eclesiásticos não podem ser intimados pelos magistrados ou outras autoridades a prestar declarações sobre pessoas ou matéria de que tenham tido conhecimento sob o segredo inerente ao seu ministério.

GP/PO – artigo 12º – Os eclesiásticos não podem ser compelidos pelos magistrados ou outras autoridades a depor sobre factos de que tenham tido conhecimento sob o segredo inerente ao seu ministério.

Para além de constar da Concordata italiana e da Concordata alemã<sup>650</sup>, a mesma matéria está implícita na Constituição, no seu artigo 8, nº 3<sup>651</sup>. Sobre esta norma Salazar afirmará: «Não oferece dúvidas». Mário de Figueiredo, porém, refere que o mesmo se encontra mal redigido, propondo que a expressão «sob o segredo inerente» seja substituída por «em consequência», no que obterá o acordo da «comissão». Embora esta alteração acabe por não ser acolhida na proposta final do Governo, outras há que surgem na segunda fórmula

---

<sup>649</sup> Alemanha, art. 1º – O Reich alemão garante a liberdade de profissão e de prática da religião católica. Ele reconhece à Igreja Católica, nos limites das leis gerais do Estado, o direito de gerir e regular os seus próprios assuntos de forma independente, e, no âmbito das suas competências próprias, emitir leis e regulamentos vinculativos para os seus membros

<sup>650</sup> Art. 8º, n. 3 – Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: [...] 3º – A liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

<sup>651</sup> Itália, artº 7 – Aos eclesiásticos não pode ser exigido por magistrados ou outras autoridades que dêem informações relativas a pessoas ou assuntos que tenham chegado ao seu conhecimento por motivo do seu ministério sagrado.

Alemanha, art. 9º – Ao clero não pode ser exigido pelas autoridades judiciárias ou outras que dê informações sobre questões que lhes foram confiadas no âmbito da sua actividade pastoral e que, portanto, estão abrangidas pela obrigação de sigilo pastoral.

manuscrita de Mário de Figueiredo que vingarão; é o caso da substituição de «intimados» por «compelidos» e de «prestar declarações» por «depor».

#### 4.3.8 ISENÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

SS/AP – artigo 4º, § 3 – Os Eclesiásticos são isentos da obrigação de assumir ofícios ou cargos públicos que, nos termos do Direito Canónico, são incompatíveis com o estado eclesiástico.

GP/PO – artigo 13º – Os eclesiásticos são dispensados da obrigação de assumir os cargos de jurados e membros de tribunais ou comissões de impostos, considerados incompatíveis com o estado sacerdotal.

Quanto à isenção dos eclesiásticos de assumirem cargos incompatíveis com o seu estado, trata-se de uma disposição presente em muitas concordatas – polaca, italiana, austríaca, sendo decalcado, textualmente, da Concordata alemã<sup>652</sup>.

Salazar interroga-se sobre se «o Direito Canónico diz expressamente quais os cargos civis que não podem ser desempenhados por eclesiásticos». Já Teixeira de Sampaio considera que o melhor é não referir o Direito Canónico, o que virá a ser consagrado. A segunda fórmula, redigida após a reunião de 5 de Abril, está ainda muito próxima da apresentada no anteprojecto da Santa Sé. Das outras reuniões da «comissão» terá resultado a necessidade de substituir a alusão genérica a cargos públicos pela sua designação concreta: jurados e membros de comissões de impostos.

A 16 de Julho de 1937, o núncio informa a Secretaria de Estado que «em vez de se afirmar o princípio geral, considerado demasiado vago, do projecto, precisaram-se as funções incompatíveis com o estado eclesiástico (cargo de jurados e de membros de tribunais ou comissões de impostos), de que são dispensados os eclesiásticos»<sup>653</sup>.

---

<sup>652</sup> Polónia, art. 5º – [...] Os eclesiásticos estão isentos de todas as funções civis incompatíveis com a vocação sacerdotal, tais como as de jurados, de membros de tribunais, etc.

Itália, art. 4º – Os eclesiásticos e religiosos estão isentos de servir no cargo de jurados.

Alemanha, art. 6º – Os clérigos e membros de ordens religiosas estão isentos da obrigação de assumir cargos públicos que, de acordo com os ditames do Direito Canónico, são incompatíveis com o estatuto de um membro do clero ou de uma ordem religiosa. Isso aplica-se especialmente para o cargo de jurado, membro de comissões de impostos ou de um tribunal fiscal.

Áustria, art. 19º – Os clérigos e membros de ordens religiosas estão isentos do cargo de jurado.

<sup>653</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

### 4.3.9 SERVIÇO MILITAR

SS/AP – artigo 4º, § 3 bis – O serviço militar dos sacerdotes, dos clérigos e dos religiosos será prestado sob a forma de assistência espiritual e hospitalar às Forças Armadas.

GP/PO – artigo 14º – O serviço militar dos sacerdotes e clérigos será prestado sob a forma de assistência religiosa às Forças Armadas e também nas formações sanitárias, em tempo de guerra<sup>654</sup>.

Oliveira Salazar, quando analisa o anteprojecto da Santa Sé, lembra que a assistência religiosa às Forças Armadas se encontra já na Lei do Recrutamento e do Serviço Militar e que a mesma prevê a assistência religiosa também nas formações sanitárias em tempo de guerra<sup>655</sup>. O Presidente do Conselho diz ainda e que «não é possível fazer a criação de um corpo de capelães militares senão para campanha». Sugere ainda que se elimine a expressão «dos religiosos», evitando qualquer alusão directa às ordens e congregações. A segunda fórmula será redigida de acordo com as observações do Presidente do Conselho, com as quais a «comissão» concordará.

Quanto ao serviço militar, o nuncio explicará:

Fala-se de «sacerdotes e clérigos» e não se nomeiam os religiosos, os quais – afirma o Em. Patriarca – se não são sacerdotes, podem estar incluídos na categoria de clérigos, em analogia com a lei interna que concede a isenção aos membros dos institutos missionários, categoria a que pertencem quase todos os institutos religiosos de Portugal<sup>656</sup>.

### 4.3.10 DESTITUIÇÃO DE ECLESIÁSTICOS

SS/AP – artigo 4º, § 4 – As Autoridades civis prestarão o seu apoio às Autoridades eclesiásticas contra os eclesiásticos que, não obstante a proibição dos superiores competentes, continuem a exercer as funções de que tenham sido suspensos ou destituídos.

Salazar, embora não tenha nenhuma objecção senão no que «a previsão da hipótese tem de pouco elogioso para nós», parece considerar que esta afirmação não tem interesse, tanto mais que entre todos os tratados desta natureza se encontra apenas na Concordata polaca<sup>657</sup>. Entende que a inclusão ou não desta doutrina nas concordatas por parte da Santa Sé

---

<sup>654</sup> Trata-se da proposta que dará origem à já citada Lei 1.961, de 1 de Setembro de 1937.

<sup>655</sup> Art. 13.º, a): «São considerados aptos para serviços auxiliares, independentemente de apresentação as juntas de recrutamento, os sacerdotes da religião católica e os indivíduos que façam parte dos organismos de formação missionária, os quais só poderão ser obrigados a serviço de assistência religiosa, e, em tempo, de guerra, a prestar também serviço nas formações sanitárias». Ver *Diário das Sessões* nº 146, 7 de Julho de 1937.

<sup>656</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>657</sup> Polónia, art. 4º – As autoridades civis prestarão o seu apoio à execução das decisões e dos decretos eclesiásticos: a) em caso de destituição de um eclesiástico, da sua privação dum benefício da Igreja, depois da

tem a ver com «a educação social» de cada um dos povos. Teixeira de Sampaio vai sugerir, por seu turno, que a seguir à expressão «continuem a exercer» seja acrescentado «publicamente»; caso contrário «pode ser perigoso». Na reunião de 5 de Abril, a «comissão» delibera que a proibição tem de ser feita «por decisão executória» e «participação oficial da autoridade competente eclesiástica à autoridade do Estado». Na segunda fórmula do projecto, redigida por Mário de Figueiredo a 1 de Maio de 1937, o texto será distinto: «As autoridades civis prestarão o seu apoio às eclesiásticas no sentido de assegurar a eficiência da disciplina hierárquica sobre os clérigos». A nova redacção é justificada do seguinte modo: «Deu-se esta redacção para evitar o que há de chocante na do projecto. Referiram-se na parte final os clérigos para não abranger os simples fiéis, porventura apóstatas». Todavia, Oliveira Salazar e Figueiredo optam por eliminar este parágrafo, ressaltando que, no caso de a Santa Sé insistir, se retome o texto da primeira fórmula. A «comissão», nas suas reuniões subsequentes, concorda com esta decisão. De certo modo, a sua doutrina encontra-se implícita no parágrafo seguinte.

#### 4.3.11 HÁBITOS TALARES

SS/AP – artigo 4º, § 5 – O uso do hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas e religiosas a quem tenha sido interdito, é proibido e punido com as mesmas penas que o uso abusivo do uniforme militar.

GP/PO – artigo 15º – O uso indevido de paramentos e alfaías litúrgicas, assim como o hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas ou religiosas a quem tenha sido interdito por decisão executória da autoridade eclesiástica competente, oficialmente comunicada, é punido com as mesmas penas que o uso abusivo do uniforme próprio de um emprego público.

Como sublinha Salazar, esta disposição é igual às das concordatas italiana, austríaca e alemã<sup>658</sup>, com a diferença de que nestas se exige, por um lado, «a comunicação oficial à autoridade do Estado (ou ao Governo)», e por outro, «que a decisão da autoridade eclesiástica

---

promulgação de um decreto canónico relativo à destituição ou privação supracitadas ou em caso de defesa do uso do hábito eclesiástico.

<sup>658</sup> Alemanha, art. 10º – O uso de hábito eclesiástico por leigos ou por membros do clero ou de ordens religiosas a quem esta utilização tenha sido proibida por sentença definitiva e juridicamente válida emanada da competente autoridade eclesiástica e oficialmente comunicada à autoridade estatal, é sujeito às mesmas sanções por parte do Estado do que o uso do uniforme militar.

Áustria, art. 21º – O uso de hábito eclesiástico ou religioso por leigos ou por clérigos ou membros de ordens para os quais este tenha sido proibido pelas autoridades competentes através de um decreto definitivo, que para esse efeito tenha sido oficialmente comunicado às autoridades do Estado, é proibido com as mesmas sanções e punições que proíbem o uso indevido de uniformes militares.

Itália, art. 29, i) – A utilização de hábitos eclesiásticos ou religiosos por parte de seculares ou por parte dos eclesiásticos ou religiosos que tenham sido proibidos de usá-los por disposição definitiva das autoridades eclesiásticas, que deverá ser oficialmente comunicada ao Governo italiano, é proibido: e deve ser punido com as mesmas sanções com as quais é punido o uso do uniforme militar.



seja definitiva (e executória, acrescenta-se na Alemanha)». Segundo o Presidente do Conselho, não convém fazer referência ao uniforme militar em especial, sendo preferível uma menção mais genérica. A opinião de Teixeira de Sampaio vai no sentido de se «equiparar, de modo geral, a uma usurpação de estado ou qualidade». Mário de Figueiredo, em consonância com as observações de Oliveira Salazar, introduz na segunda fórmula a interdição por decisão executória da autoridade eclesiástica comunicada oficialmente, e substitui o uniforme militar pelo «uniforme próprio de um emprego público». Na quinta fórmula, de 15 de Maio de 1937, a mesma punição é aplicada, para além do uso indevido de hábito eclesiástico, ao uso indevido dos paramentos e das alfaías litúrgicas. Esta será a fórmula submetida à apreciação da Santa Sé.

Ciriaci informa a Secretaria de Estado da suposta intenção do Governo:

A punição estabelecida no Projecto pelo uso interdito do hábito eclesiástico e religioso e que se estende ainda àqueles que usam indevidamente os paramentos e bens litúrgicos, diz respeito aos sacerdotes suspensos que exercitam as suas ordens, pela razão evidente de que não podem exercitá-la sem usar paramentos ou bens litúrgicos. Com isto se quis evitar um comportamento indecoroso para o prestígio do clero português, isto é, que possam haver em Portugal eclesiásticos que cheguem publicamente a este ponto<sup>659</sup>.

#### 4.3.12 NACIONALIDADE DOS BISPOS

SS/AP – artigo 5º, § 1 – Os bispos residenciais, os párocos propriamente ditos, os reitores dos seminários e os superiores provinciais, residentes em Portugal, dos Institutos religiosos deverão ser cidadãos portugueses.

GP/PO – artigo 9º – Os bispos residenciais e seus coadjutores, os párocos, os reitores dos seminários e, em geral, os directores ou superiores de instituições ou associações com personalidade jurídica deverão ser cidadãos portugueses.

Contrariamente ao estipulado nas outras concordatas – a Concordata italiana refere-se simplesmente aos eclesiásticos investidos em benefício, enquanto nas restantes expõe-se ainda a necessidade de os mesmos não terem actividade contrária à segurança do Estado –, Oliveira Salazar pensa que não existe nenhuma razão para limitar esta doutrina aos bispos residenciais e aos párocos, devendo antes estender-se a todos os «directores ou superiores de associações ou organizações com personalidade jurídica». Considera assim inoportuna a menção aos «superiores Provinciais residentes em Portugal dos Institutos religiosos», pois não queria

---

<sup>659</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

referir explicitamente as ordens e congregações religiosas. Teixeira de Sampaio sugere que se adopte a fórmula da Concordata alemã<sup>660</sup>.

A sugestão de Oliveira Salazar vai ser incorporada na segunda fórmula, que será aprovada pela «comissão» nas reuniões subsequentes, embora a referência aos superiores provinciais só desapareça na terceira fórmula, de 14 de Maio de 1937. Quanto a este aspecto, o nuncio esclarece a Santa Sé que se preferiu utilizar uma «expressão geral», optando-se ainda pela extensão do princípio aos bispos coadjutores.

#### 4.3.13 NOMEAÇÃO DOS BISPOS

SS/AP – artigo 5º, § 2 – Antes de proceder à nomeação de qualquer Arcebispo e Bispo residencial, ou de coadjutor cum *iure successionis*, salvo o que está disposto na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, a Santa Sé comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo Português, a fim de saber se não há contra ela objecções de carácter político geral.

O silêncio do Governo, decorridos quinze dias após a dita comunicação, será tido como significativo de que não há nada em contrário.

As diligências relativas deverão manter-se rigorosamente secretas até à nomeação feita pela Santa Sé.

GP/PO – artigo 10º – A Santa Sé, antes de proceder à nomeação de qualquer Arcebispo ou Bispo residencial, ou de coadjutor cum *iure successionis* e salvo o que está disposto na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo Português, a fim de saber se contra ela há objecções de carácter político geral. O silêncio do Governo será tido, decorridos 30 dias sobre a referida comunicação, como significativo de que não há objecção. Estas diligências deverão manter-se rigorosamente secretas até à nomeação.

No Antigo Regime, a Santa Sé concedia habitualmente aos soberanos o direito de nomeação dos responsáveis eclesiásticos. Depois da Revolução francesa, quando os governos afastam a ingerência da Igreja Católica dos assuntos políticos, a Santa Sé, em contrapartida, reclama para si este direito. Segundo René Rémond, «a conquista da independência é como um corolário e a contrapartida do corte de relações entre a sociedade civil e a religião»<sup>661</sup>. Deste modo, a liberdade de nomeação vai sendo progressivamente restituída à Santa Sé, embora primeiramente ainda fosse concedido ao Estado um direito de objecção. Este direito irá, mesmo assim, ser suprimido após o Concílio Vaticano II.

Quanto àquele direito de objecção, Oliveira Salazar faz notar que nas concordatas italiana e romena se fala em razão de «carácter político», na alemã em «objecções» e na

---

<sup>660</sup> De acordo com o artigo 14º da Concordata alemã, os clérigos católicos que detivessem um cargo eclesiástico ou que exercem funções pastorais ou educacionais tinham de ser cidadãos alemães.

<sup>661</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 91.

austriaca em «razão de carácter público geral»<sup>662</sup>. Acrescenta também que, enquanto na Concordata austriaca a doutrina se aplica, tal como no anteprojecto português, apenas aos bispos residenciais, na alemã aplica-se aos arcebispos, bispos e bispos coadjutores com direito de sucessão. Parece-lhe que «esta maior extensão não tem interesse». Quanto ao prazo definido para que o Governo, se for caso disso, levante objecções, o Presidente do Conselho considera que, dada «a lentidão dos serviços portugueses», quinze dias é escasso. Coloca a possibilidade de ser alargado para vinte dias, tal como acontece no protocolo final da Concordata alemã, embora destaque que na Itália não se fixou prazo, que na Áustria são referidos quinze dias, e que na Polónia o prazo é de trinta dias. No final, sugere três alterações: que se adopte a fórmula «objecções de carácter político geral»; que o prazo seja, pelo menos, de 20 dias; que a expressão «as diligências relativas» seja substituída por «as respectivas diligências». A supressão da referência aos bispos coadjutores não chega a ser proposta.

Mário de Figueiredo interroga-se sobre o que se entende por «objecções de carácter político geral» e aponta para um prazo de trinta dias. Teixeira de Sampaio, por seu turno, faz notar que a expressão «semi-padroado» é nova, não existindo na Concordata de 1886 nem no acordo de 1928. À semelhança de Salazar e Figueiredo, entende que o prazo de quinze dias é muito reduzido e que o acordo de 1928 falava de dois meses. Na reunião de 4 de Abril de 1937, fica estabelecido que o prazo será de trinta dias e é ignorado o reparo do secretário-geral do Ministério dos Estrangeiros quanto ao «semi-padroado». Daqui para diante introduzem-se ainda pequenas alterações de redacção, mas no essencial será o texto da segunda fórmula, manuscrito por Mário de Figueiredo, o proposto oficialmente pelo Governo português à Santa Sé.

---

<sup>662</sup> Itália, art. 19 – A escolha dos Arcebispos e Bispos pertence à Santa Sé. Antes de proceder à nomeação de um arcebispo, um bispo ou um bispo coadjutor com direito de sucessão, a Santa Sé deve comunicar o nome da pessoa escolhida ao Governo italiano a fim se ser assegurado pelo mesmo que não existem razões de carácter político contra a nomeação.

Roménia, art. 5, § 2 – A Santa Sé, antes da sua nomeação, notificará ao Governo Real o nome da pessoa a nomear para verificar, de comum acordo, se não existem contra ela razões de carácter político.

Alemanha, art. 14, § 2 – A bula de nomeação de arcebispos, bispos, coadjutores *cum jure successionis* ou *praelatus nullius* [prelado com uma jurisdição independente quase episcopal, tal como um abade] não será emitida até que o nome da pessoa nomeada tenha sido apresentado ao governador do Reich no respectivo estado e até que tenha sido verificado que não há objecções de carácter político geral.

Áustria, art. 4º, § 4 – Antes de serem efectuadas diligências para nomear um arcebispo residencial, um bispo residencial ou um coadjutor com direito de sucessão ou um *praelatus nullius* a Santa Sé informará o Governo Federal Austriaco acerca do nome propostos, para ver se existem queixas de carácter político geral contra a nomeação.

Assim, como nota o nuncio, a principal diferença relativamente ao texto do Governo foi o aumento para trinta dias do prazo estabelecido, o que justifica perante a Santa Sé do seguinte modo:

«Dado, de facto, os métodos vigentes e dado ainda que algumas dioceses, como as das ilhas, estão muito distantes e são de difícil comunicação, considerou-se necessário alargar o prazo»<sup>663</sup>.

#### 4.3.14 ASSISTÊNCIA RELIGIOSA ÀS FORÇAS ARMADAS

SS/AP – artigo 6º, § 1 – A República Portuguesa garante a assistência religiosa às forças militares de terra, mar e ar, e organizará para este efeito um corpo de oficiais milicianos capelães militares.

GP/PO – artigo 19º, § 1 – A República Portuguesa garante a assistência religiosa, em campanha, às forças de terra, mar e ar e, para este efeito, organizará um corpo de capelães militares, considerados oficiais graduados.

O Cardeal Patriarca fará notar a Salazar que este artigo vai ao encontro da doutrina expressa nas conclusões da subsecção da Defesa Nacional do Congresso da União Nacional de 1934, que refere a assistência religiosa às Forças Armadas por conta do Estado e a organização de um corpo de oficiais milicianos capelães militares, ainda que apenas em tempo de guerra. Esta assistência fora já prevista pelas concordatas polaca, italiana, alemã e austríaca<sup>664</sup>. Cerejeira vê ainda neste parágrafo a doutrina do art. 8º, nº 3 da Constituição portuguesa<sup>665</sup>.

---

<sup>663</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>664</sup> Polónia, art. 7º – As Forças Armadas da República Polaca gozam de todas as isenções que são atribuídas às Forças Armadas pela Santa Sé, de acordo com as prescrições do Direito Canónico. Em particular, os capelães terão, por analogia com os militares e suas famílias, os direitos de cura e exercerão as funções do seu ministério sob a jurisdição de um Bispo das Forças Armadas, que terá o direito de os escolher. A Santa Sé permite que este clero no que diz respeito ao seu serviço militar, esteja submetido às autoridades das Forças Armadas.

Itália, art. 13º – O Governo italiano dará à Santa Sé uma lista dos eclesiásticos matriculados no trabalho de assistência espiritual às forças armadas, logo que sejam aprovados nos termos da lei.

A designação dos eclesiásticos a quem se atribui a alta direcção do serviço de assistência espiritual (os militares comuns, o Vigário-geral e os inspectores) deverá ser feita confidencialmente pela Santa Sé, ao Governo italiano. Sempre que o Governo italiano tiver razões para se opor a tal designação, deve comunicar o facto à Santa Sé, que deverá proceder a uma outra nomeação.

Os ordinários militares serão equiparados a arcebispos.

A nomeação dos militares capelães será feita pela autoridade estatal depois da designação do bispo militar.

Art. 14. As tropas italianas de terra, mar e ar gozam em relação aos seus deveres religiosos dos privilégios e isenções sancionados pelo Direito Canónico.

Os capelães militares têm em relação a essas tropas autoridade paroquial. Eles devem exercer o seu ministério sagrado sob a jurisdição do Ordinário militar assistido pelo seu próprio cura.

Os ordinários militares têm jurisdição também sobre os religiosos, tanto masculinos como femininos, contratados como trabalhadores em hospitais militares.

No seu estudo do anteprojecto da Santa Sé, Oliveira Salazar avança logo que não é possível criar um corpo de capelães militares senão para campanha, mesmo se nos outros países concordatários este exista em tempo de paz. Teixeira de Sampaio parece concordar com este ponto de vista quando se interroga: «Se não houver número suficiente de oficiais milicianos capelães, a garantia absoluta não será excessiva? Poderiam admitir-se voluntários em tempo de guerra, nomeados de acordo entre o Governo e a Santa Sé?».

Ao analisar este parágrafo, Oliveira Salazar diz ainda que em algumas concordatas, como na italiana, se estabelece que «as tropas gozam, quanto aos seus deveres religiosos, dos privilégios e das isenções consentidas pelo Direito Canónico. É conveniente deixar expressa esta garantia». Mário de Figueiredo, no manuscrito da segunda fórmula, introduz um parágrafo para que, à semelhança do que seria consagrado para os membros católicos das organizações da juventude do Estado, «em tempo de paz» fosse possível aos militares o cumprimento dos seus deveres religiosos nos domingos e dias festivos. Este parágrafo acabará por ser eliminado por Salazar.

Quanto a este artigo, dirá o núncio:

O Em. Patriarca disse-me que se acrescentou «em campanha» tendo em vista a dificuldade prática de impor ao Exército, no qual o elemento anticlerical ainda é demasiado forte, a

---

Alemanha, art. 27º – A assistência pastoral ao Exército alemão fora da esfera de jurisdição ordinária é concedida aos seus funcionários, oficiais e homens, assim como às suas famílias.

A administração de tais cuidados pastorais ao Exército é dever do bispo do Exército. A sua nomeação deve ser feita pela Santa Sé a ter comunicado ao Governo do Reich, a fim de, com o seu acordo, se seleccionar uma pessoa idónea.

A nomeação pela Igreja de capelães militares e outros clérigos militares será feita pelo bispo do Exército após prévia consulta com as respectivas autoridades do Reich. Ele só poderá nomear capelães após receber permissão de seu bispo diocesano para empreender trabalho militar pastoral, juntamente com um certificado de aptidão. Os capelães militares têm o direito de párocos em relação às tropas do Exército e a outro pessoal que lhe seja atribuído.

As regras pormenorizadas para a organização do trabalho pastoral dos capelães serão fornecidas por um Breve Apostólico. Os regulamentos para os aspectos jurídicos, em termos de funcionários, serão elaborados pelo Governo do Reich.

Áustria, art. 8º – A nomeação pela Igreja dos vigários militares é efectuada pela Santa Sé, após ter sido informada particularmente pelo Governo Federal se existem objecções políticas gerais.

O vigário militar tem o posto de bispo.

§ 2. A nomeação pela Igreja dos capelães militares é efectuada pelo vigário militar após uma consulta prévia ao ministro das Forças Armadas.

§ 3. Depois disso, a nomeação do Estado do vicariato militar é efectuada em conformidade com as disposições legais do Estado.

§ 4. Os capelães militares estão equiparados, no contexto das Forças Armadas, aos párocos. Exercem o seu sagrado ministério sob a jurisdição dos vigários militares.

O vigário militar também exercerá jurisdição sobre o clero masculino e feminino quando estabelecidos nos hospitais.

<sup>665</sup> Art. 8º, nº 3 – Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: [...] 3º – A liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

assistência fora das campanhas. Sua Em. acrescentou que, de resto, a Igreja em Portugal não tem agora, e quem sabe por quanto tempo, sacerdotes suficientes para poder assumir de modo estável tal serviço<sup>666</sup>.

SS/AP – artigo 6º, § 2º – O Cardeal Patriarca de Lisboa terá as funções do Ordinário Castrense, as quais poderá delegar num capelão-chefe, escolhido entre os Capelães militares.

GP/PO – artigo 19º, § 2º – O Bispo que desempenhar as funções de Ordinário Castrense será nomeado pelo Governo, de acordo com a Santa Sé.

Salazar vai manifestar a sua discordância com o § 2 do artigo 6º, argumentando que «não é conveniente [que] fique designado o Patriarca de Lisboa como bispo castrense, sendo preferível que este seja nomeado pela Santa Sé, ouvido o Governo». Acrescenta ainda que não é essa a fórmula usualmente adoptada nas concordatas. Sugere, então, que a designação do Ordinário seja dual, isto é, a nomeação para capelão seja feita pela autoridade eclesiástica e a designação como oficial seja da responsabilidade do titular da pasta das Forças Armadas. Preocupado com a adequação da Concordata ao direito interno, lembra a necessidade de se saber «o que está estabelecido no Regulamento de Campanha a este respeito». A «comissão» vai também considerar que o ordinário castrense não deve ser o Cardeal Patriarca, mas um bispo escolhido pela Santa Sé. Em conformidade, Mário de Figueiredo assim redigirá a segunda fórmula do projecto de Concordata: o ordinário castrense não é o Patriarca, e a sua nomeação é dual. Uma pequena alteração é feita nas reuniões subsequentes da «comissão»: «ouvida a Santa Sé» passa a «de acordo com a Santa Sé».

A possibilidade do ordinário castrense delegar as suas funções num capelão-chefe vai ser remetida pelo Governo para um outro parágrafo.

GP/AP – artigo 19º, § 4º – As funções de Ordinário Castrense podem ser desempenhadas por um capelão chefe, nomeado pelo governo de acordo com o Bispo titular do cargo.

Este parágrafo resulta de uma divisão do anterior, tendo a sua redacção sido sugerida por Salazar.

GP/PO – artigo 19º, § 3º – Para as expedições coloniais poderá ser nomeado como Ordinário Castrense um Bispo da respectiva colónia.

---

<sup>666</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

Este parágrafo resulta também de uma proposta de Oliveira Salazar: ficar expresso que, no caso de expedições coloniais, deverá ser nomeado um bispo das colónias. A «comissão» concordará com este novo parágrafo, que ficará assim estipulado desde a segunda fórmula até à sexta – ou seja, aquela que é oficialmente entregue à Santa Sé.

SS/AP – artigo 6º, § 3 – Os capelães militares serão nomeados pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, ouvido o respectivo Ministério. A sua nomeação enquanto oficiais da milícia será feita pelo Ministério competente.

GP/PO – artigo 19º, § 5º – Os capelães militares serão nomeados pelo Governo de entre os sacerdotes apurados para os serviços auxiliares, sobre proposta do Ordinário Castrense, feita depois de audiência do ministro respectivo.

Numa primeira fase, Oliveira Salazar vai reivindicar que, tal como na Concordata alemã, se exija aqui que seja previamente ouvida a autoridade competente, «visto a delicadeza das atribuições dos capelães junto das tropas (o perigo de capelães pacifistas, etc.)»<sup>667</sup>. Em esboços preparatórios da reunião da «comissão» o princípio é invertido: os capelães passam a ser nomeados pelo Governo sob proposta do ordinário castrense. Esta redacção colherá a aprovação da «comissão», acrescida ainda da afirmação de que os capelães serão escolhidos entre os sacerdotes apurados para os serviços auxiliares.

#### 4.3.15 ACÇÃO CATÓLICA

SS/AP – artigo 7º, § 1 – O Estado reconhece as organizações e actividades dependentes da Acção Católica Portuguesa, ou suas auxiliares, que, sob a dependência da Autoridade Eclesiástica, se propõem fins religiosos, culturais, profissionais e sociais, com plena liberdade de usar de todos os meios aptos para conseguir tais fins.

GP/PO – artigo 20º. O Estado reconhece, nos termos do direito comum, as organizações da Acção Católica Portuguesa que, sob a dependência imediata da autoridade eclesiástica, se proponham fins religiosos, culturais e caritativos, devendo as mesmas abster-se sempre de toda a actividade política.

Esta norma se encontra nos acordos italianos e alemão<sup>668</sup>. Primeiramente, quando procede ao estudo do anteprojecto, Oliveira Salazar debruça-se sobre as redacções das outras

---

<sup>667</sup> Alemanha, art. 8º, § 1 – A nomeação pela Igreja dos capelães militares é efectuada pela Santa Sé, após ter sido informada particularmente pelo Governo Federal se existem objecções políticas de carácter gerais relativamente ao nomeado.

<sup>668</sup> Itália, art. 43º – O Estado italiano reconhece as organizações dependentes da Acção Católica Italiana, na medida em que a Santa Sé tenha determinado que elas exercem a sua actividade fora de qualquer partido político e sob a imediata dependência da hierarquia da Igreja para a difusão e exercício dos princípios católicos. A Santa

concordatas, constatando que na italiana não há referência às actividades, reconhecendo-se apenas as organizações, e que na alemã se menciona o reconhecimento de organizações e associações, embora não se fale directamente em Acção Católica. Sugere, desde logo, que se elimine a expressão «ou suas auxiliares» porque ser «pouco precisa».

Quanto à dependência destas organizações da autoridade eclesiástica, embora na redacção italiana se diga na «dependência imediata da hierarquia da Igreja», o Presidente do Conselho afirma que «a fórmula do projecto parece servir». Já no que respeita aos seus fins considera que «esta questão é muito delicada e importante». Para tal, lembra o pacto italiano de 2 de Setembro de 1931, no qual se estabelece que «o fim próprio da Acção Católica é de ordem religiosa e sobrenatural», e que a mesma não constitui uma organização sindical ou profissional<sup>669</sup>. Diz Salazar que aí as secções profissionais têm apenas fins espirituais e religiosos, ajudando até o «sindicato juridicamente constituído a responder cada vez melhor aos princípios de colaboração entre classes». Assim, distancia-se da redacção alemã onde, além dos fins religiosos, culturais e caritativos, as organizações católicas exercem fins sociais ou profissionais («ficou para determinar mais tarde quais eram estas associações ou organizações»). Ora, em sua opinião «na organização corporativa portuguesa não pode ser admitida a formação de sindicatos ou grémios de carácter confessional – além do erro que seria deixá-los constituir, de modo que se devem restringir os fins da Acção Católica a fins religiosos, culturais e, se se quiser, de beneficência».

A frase «com plena liberdade de usar de todos os meios aptos para conseguir tais fins» foi considerada vaga e, como tal, perigosa, pelo que se decide pela sua eliminação.

Depois, Oliveira Salazar invoca novamente a Concordata italiana, na qual se afirma que a Acção Católica desenvolve a sua actividade «fora de todo o partido político», e o acordo

---

Sé aproveita a ocasião da estipulação da presente Concordata para renovar a todos os eclesiásticos e religiosos da Itália a proibição de pertencer e de lutar por qualquer partido político;

Alemanha, art. 31º – Aquelas organizações e associações católicas que tenham fins exclusivamente de beneficência, culturais ou religiosos e, como tal, são colocadas sob a autoridade da Igreja, serão protegidos nos termos das suas instituições e actividades.

Aquelas organizações católicas que, para além dos seus fins religiosos, culturais e caritativos, tem outros fins, como sociais ou profissionais – mesmo que possam ser incorporadas nas organizações nacionais – beneficiarão da protecção do artigo 31º, n.º 1, desde que garantam desenvolvem as suas actividades fora todos os partidos políticos.

É reservado ao Governo do Reich e ao episcopado alemão, de comum acordo, determinar quais as organizações e associações cabem no âmbito do presente artigo. Na medida em que o Reich e os Estados tomam a seu cargo o desporto e outras organizações juvenis, serão tomados cuidados para que seja possível aos seus membros frequentar regularmente a igreja aos domingos e dias festivos, não devendo ser induzidos a fazer algo incompatível com as suas convicções religiosas e morais e obrigações.

<sup>669</sup> Este acordo é celebrado na sequência da ordem de encerramento de Mussolini dos círculos de juventude católica e de dissolução da Federação Universitária Católica, que acusa de desenvolverem actividade política.



de 1931, que determina que aqueles que pertencem a partidos políticos contrários ao regime instituído não podem ser escolhidos como chefes da Acção Católica. Já a Concordata alemã estabelece idêntica doutrina, pois as organizações, sejam elas quais forem, só são reconhecidas se não desenvolverem actividades políticas. Neste sentido, impõe a afirmação na Concordata portuguesa de que a Acção Católica se absterá de qualquer actividade política. Mário de Figueiredo assim redigirá a segunda fórmula, apesar de Teixeira de Sampaio chegar a interrogar-se sobre se este artigo não está já contido naquele em que se reconhece a personalidade jurídica das associações e organizações católicas.

As duas concordatas atrás citadas (italiana e alemã) contêm ainda a proibição do clero pertencer a partidos políticos, mas Salazar rejeita a sua inclusão no texto do acordo português, pois «pode dar a entender que há ainda receio de que os partidos ressuscitem».

Na discussão da proposta de Mário de Figueiredo, a 5 de Abril, Teixeira de Sampaio dirá nos seus apontamentos acerca da votação do texto: «Não insisti»<sup>670</sup>. Talvez se refira à sua preferência pela eliminação deste parágrafo pois, como se viu, colocou a hipótese de a Acção Católica fazer parte das associações ou das organizações da Igreja Católica a que o Estado reconhecia personalidade jurídica. Ora, o entendimento dos restantes membros da «comissão» não era esse, como também não o era o da Santa Sé, e o texto que é oficialmente entregue mantém o preceito, embora com a ressalva de ficar explícita a não intromissão na actividade política. E sujeitando o reconhecimento das organizações da Acção Católica aos «termos do direito comum», o que, sabe-se através de uma carta enviada por Cerejeira a Pacelli, terá a oposição do Patriarca<sup>671</sup>.

#### **4.3.16 ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NAS ORGANIZAÇÕES DE JUVENTUDE**

SS/AP – artigo 7º, § 2 – O Estado providenciará no sentido de que nas organizações da juventude sustentadas ou adoptadas pelo Estado seja facultado aos seus membros católicos o cumprimento regular dos seus deveres religiosos nos domingos e dias festivos, e a sua educação moral segundo os princípios da Igreja.

GP/PO – artigo 21º. O Estado providenciará no sentido de tornar possível aos membros católicos das suas organizações da juventude o cumprimento regular dos seus deveres religiosos nos domingos e dias festivos.

---

<sup>670</sup> Anotações de Teixeira de Sampaio à 2.ª Fórmula. AHD-MNE, Correspondência sobre a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, 2P, A13, CX. 1010, pt. 1.

<sup>671</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 122-123.

Este artigo encontra paralelo nas concordatas alemã e italiana<sup>672</sup> e Cerejeira considera que a sua doutrina é a do artigo 8º, nº 3, da Constituição portuguesa<sup>673</sup>.

Salazar considera que a redacção, tal é como apresentada pela Santa Sé, pode dar a entender que, por exemplo, deveriam existir capelães na Mocidade Portuguesa (embora o Decreto nº 27.301, de 4 de Dezembro de 1936, que aprova o regulamento da Mocidade Portuguesa, o previsse). Semelhante disposição existe, quer na Concordata alemã, quer na Concordata italiana, ainda que estas caminhem mais no sentido negativo («não impedirá...»)<sup>674</sup>. Teixeira de Sampaio interroga-se sobre se nesta disposição está incluído o Exército e sugere, tal como o fizera Salazar, que, em vez da expressão «seja facultado», se utilize antes uma negativa, como, por exemplo, «não seja impedido». A versão aprovada na reunião de 5 de Abril opta pelo termo «facilitado», que será depois substituído na versão redigida por Mário de Figueiredo por «no sentido de tornar possível». Acorda-se ainda que se falará também neste parágrafo do cumprimento dos deveres religiosos por parte dos membros católicos do Exército, o que no final não será feito (o assunto já tinha sido abordado por Salazar na discussão do artigo 6º, § 1).

Dirá o núncio à Santa Sé, a 16 de Julho:

O Estado declara empenhar-se para que seja possível aos membros católicos das suas organizações de juventude o regular cumprimento dos deveres religiosos ao domingo e nos dias festivos. Omite-se a alusão à educação moral dos mesmos segundo os princípios da Igreja, afirmando-se isso fora do quadro deste artigo, e contido implicitamente no artigo 23º deste texto. De resto isso é já lei interna da organização nacional da juventude portuguesa<sup>675</sup>.

---

<sup>672</sup> Alemanha, art. 31º, al. 3) – [...] – Na medida em que o Reich e os Estados tomam a seu cargo o desporto e outras organizações juvenis, serão tomados cuidados para que seja possível aos seus membros frequentar regularmente a igreja aos domingos e dias festivos, não devendo ser induzidos a fazer algo incompatível com as suas convicções religiosas e morais e obrigações.

Itália, art. 37º – O director da Associação do Estado da Cultura física para a instrução pré-militar, dos Avanguardisti e da Balilla, a fim para tornar possível a instrução religiosa da juventude a eles confiada, deve dispor das horas de forma que não impeça aos domingos e dias festivos o cumprimento dos seus deveres religiosos. O mesmo se aplica aos directores das escolas públicas para o cumprimento dos deveres dos seus alunos nos referidos dias festivos.

<sup>673</sup> Art. 8º, n. 3 – Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: [...] 3º – A liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

<sup>674</sup> Alemanha, art. 31º, § 3 – (...) Na medida em que o Reich e os estados (Länder) tomarão a seu a cargo as organizações desportivas e outras organizações de juventude, cuidados serão tomados para que seja possível aos seus membros frequentarem regularmente a igreja aos domingos e dias de festa, e os mesmos não deverão ser induzidos a fazer algo incompatível com as suas convicções religiosas e morais e com as suas obrigações.

Itália, art. 37º – O director da Associação Estatal da cultura física para a instrução pré-militar, dos Avanguardisti e Balilla, a fim de tornar possível a instrução religiosa da juventude a eles confiada, devem dispor dos horários de modo a não impedir o cumprimento dos seus deveres religiosos aos domingos e dias de festa.

O mesmo se aplica aos directores das escolas públicas no que se refere aos dias festivos.

<sup>675</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

#### 4.3.17 CASAMENTO

SS/AP – artigo 8º, § 1a – O Estado Português reconhece os efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, pela forma estabelecida na Igreja Católica, desde que a acta seja transcrita nos competentes registos do estado civil.

GP/PO – artigo 24º, §1 – O Estado Português reconhece os efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil.

Salazar faz notar que o reconhecimento do casamento católico existia na Lituânia, na Áustria e na Itália<sup>676</sup>. O Código Civil de 1867<sup>677</sup> e Constituição do Brasil de 1934<sup>678</sup>, nos quais também se verifica também esse reconhecimento, já haviam sido invocados por Cerejeira. A fórmula adoptada irá sofrer apenas alterações ao nível da redacção.

SS/AP – artigo 8º, § 1b – Para evitar diferenças na questão da idade dos contraentes e em conformidade com o mesmo espírito da Igreja, os párocos terão cuidado de evitar os casamentos de menores de 18 anos para o homem e de 16 para a mulher.

GP/PO – – artigo 24º, §2 – Para evitar diferenças possíveis entre as condições de celebração do casamento civil e do casamento religioso, correrá também o respectivo processo perante a conservatória competente do registo civil, devendo os ministros da religião exigir o certificado de que não há óbice legal antes de oficiarem na realização de casamentos.

A disposição proposta pela Santa Sé relativamente aos impedimentos não agradou ao chefe do Governo, pois sem o processo preliminar de publicações, que aliás tinha sido previsto nas concordatas italiana e austríaca<sup>679</sup>, não havia habilitação civil, uma vez que o pároco não ficava obrigado a verificar a existência de impedimentos civis. De acordo com a proposta da Santa Sé, o casamento celebrava-se, embora não produzindo efeitos civis. Mas, na

---

<sup>676</sup> Lituânia, art. 14º – o Clero da Lituânia fica encarregado de manter os registos de nascimentos, baptismos, casamentos e mortes, os quais são válidos, de acordo com a Constituição do país, em tribunal e na vida pública; Áustria, art. 7º, § 1 – A república da Áustria reconhece efeitos civis aos casamentos contraídos sob o Direito Canónico;

Itália, art. 34º – O Estado Italiano, desejando restabelecer a instituição do matrimónio, que é a base da família, dignidade essa que está conforme às tradições católicas do seu povo, reconhece os efeitos civis do sacramento do matrimónio regulado pelo Direito Canónico.

<sup>677</sup> Art. 1069º – O casamento só produz efeitos civis sendo celebrado em conformidade com as leis canónicas recebidas neste reino, ou por elas reconhecido, salvo as seguintes disposições.

Art. 1070º – A lei canónica define e regula as condições nos efeitos temporais dele.

<sup>678</sup> Artigo 146º – «O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o casamento civil, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registo Civil».

<sup>679</sup> Itália, art. 34º – O Estado Italiano, desejando restabelecer a instituição do matrimónio, que é a base da família, dignidade esse que está conforme às tradições católicas do seu povo, reconhece os efeitos civis do sacramento do matrimónio regulado pelo Direito Canónico.

As publicações dos matrimónios citados devem ser efectuadas na paróquia e também no registo civil.

Áustria, art. 7, § 2 – As publicações para este casamento são realizadas de acordo com o Direito Canónico. A República da Áustria reserva-se o direito de impor também publicações estatais.

opinião de Oliveira Salazar, «a autoridade civil não pode prescindir de regular em certos casos as condições do casamento por meio de impedimentos e não pode por isso comprometer-se a dar efeitos civis a todo o casamento religioso». Isto é, deveria ser consagrada «a garantia de não se fazerem casamentos que segundo a lei civil não poderiam realizar-se». Para além das razões expostas, Oliveira Salazar lembra uma outra: seguir esta determinação era uma «maneira de compensar os funcionários do serviço do registo civil da perda de emolumento proveniente da nova regulamentação».

A questão dos impedimentos relativos à idade estava resolvida no projecto de Concordata, na medida em que o Governo optou por fazer coincidir os impedimentos civis com os canónicos. No entanto, subsistiam outros problemas, tais como a existência de um vínculo anterior não dissolvido, o qual não constituía um impedimento para o casamento religioso, mas que o Governo julgava ser «um impedimento moral e que os párocos não deveriam casar qualquer indivíduo nessas condições». Acrescente-se também a questão da falta de consentimento, que é fundamento para a anulação do casamento civil mas não do casamento religioso. É certo que se podia entender, adverte Oliveira Salazar, que, tal como acontece com o divórcio católico, os católicos abdicavam da possibilidade civil de anulação.

Para obstar a este problema, Teixeira de Sampaio sugere que a Igreja seja obrigada «por instrução ao reconhecimento de determinados impedimentos morais pelos párocos». Contudo, é a opinião de Oliveira Salazar que prevalece e torna obrigatórias as publicações no competente registo do estado civil. Esta posição é acolhida pela «comissão» e o texto será elaborado em conformidade.

O nuncio dirá a 16 de Julho de 1937 à Santa Sé:

Na segunda alínea generaliza-se a doutrina da alínea 2ª do § 1 do artigo 8º do projecto, segundo o mesmo espírito.

O Em. Patriarca assegurou-me que, no seguimento da conversa dele com o Dr. Salazar, que, adoptando-se tal doutrina, o Estado se apressará a publicar nova lei interna, que já está em preparação, com o objectivo de: 1) modificar os impedimentos civis, de modo a fazê-lo coincidir com os canónicos; 2) a tornar praticamente gratuito o processo civil. Isto terá uma enorme importância para a regeneração moral e religiosa de Portugal. Actualmente não se pode, sob grave pena, celebrar o matrimónio religioso sem primeiro ter feito o civil, para o qual são necessárias despesas não leves, que muitas pessoas não podem pagar. Esta é a principal razão do enorme número de concubinatos que existe em Portugal (só em Lisboa remontam a muitos milhares). Bastaria isto para se fazer ver a extraordinária importância de um acordo entre a Santa Sé e o Governo<sup>680</sup>.

---

<sup>680</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

O núncio não comentará a imposição do processo preliminar de publicação e da obrigatoriedade de apresentação de certificado de que não existe impedimento civil para a realização do casamento.

SS/AP – artigo 8º, § 2 – O pároco enviará dentro de cinco dias cópia integral da acta do casamento para ser transcrita nos registos do estado civil. Para os efeitos desta transmissão o pároco é considerado como público oficial, cujas responsabilidades por tanto incorre plenamente.

GP/PO – artigo 24º, § 4 – O pároco enviará dentro de dois dias cópia integral da acta do casamento à repartição competente do registo civil para aí ser transcrita. Para este efeito, o pároco é considerado oficial público e se, sem motivo de força maior, deixar de expedir a cópia da acta, dentro do prazo, incorre nas penas de desobediência qualificada.

Este artigo ia ao encontro do estipulado na Constituição portuguesa<sup>681</sup> e no artigo 2º do Código do Registo Civil (Decreto 22.018, de 22 de Dezembro de 1932), que determinava: «É obrigatória a inscrição no registo civil dos factos relativos ao estado civil dos indivíduos». Era também uma exigência das concordata italiana e austríaca<sup>682</sup>.

Nas suas notas ao anteprojecto, Oliveira Salazar aponta logo para a necessidade de reduzir o prazo de envio da cópia da acta. O Presidente do Conselho sublinha ainda que a sanção prevista na segunda parte, decorrente da atribuição ao pároco do estatuto de um oficial público, não estava prevista nas concordatas italiana e austríaca. Na segunda fórmula, escrita por Mário de Figueiredo e depois corrigida por Oliveira Salazar, mantém-se no essencial o conteúdo do artigo, embora este esteja redigido de uma forma mais clara. O prazo de envio da cópia da acta só vai ser reduzido a partir da quarta fórmula (15 de Maio de 1937).

Cerejeira terá transmitido ao núncio apostólico a sua convicção de que a redução de cinco para dois dias do tempo concedido ao pároco para enviar a cópia da acta do matrimónio para o registo civil era razoável. Por outro lado, assinala que «é de notar uma melhoria pois o pároco não é considerado culpado em caso de «motivo de força maior»<sup>683</sup>.

SS/AP – artigo 8º, § 4 – Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico entende-se que pelo facto de realizarem o casamento na forma estabelecida pela Igreja, os cônjuges renunciam à faculdade civil de requerer o divórcio, que por isso não poderá ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos.

No que respeita à impossibilidade de os católicos se divorciarem, Oliveira Salazar começa por observar simplesmente que esta disposição só deverá ser válida para os

<sup>681</sup> Art. 12, nº 3 – A constituição da família assenta: [...] 3º – Na obrigatoriedade de registo do casamento e do nascimento.

<sup>682</sup> Ver nota 676.

<sup>683</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

casamentos celebrados após a vigência da Concordata. A questão da não retroactividade é logo incorporada nas versões seguintes do projecto. Assim, na discussão da segunda fórmula a «comissão» irá deliberar que, no final do parágrafo, se introduza a frase «celebrados posteriormente à vigência desta Concordata».

Salazar também toma nota de que o Cardeal Patriarca sugerira que se substituísse esta redacção pela reposição em vigor do artigo 1.086º do Código Civil de 1867, onde se determinava:

O casamento católico só pode ser anulado no juízo eclesiástico, e nos casos previstos nas leis da Igreja, recebidas neste reino.

No entanto, na versão enviada ao núncio antes da entrega oficial do texto, dir-se-á: «O Governo não apresentará no projecto oficial este artigo cuja matéria muito receia tenha por ora efeitos contraproducentes nos casamentos católicos. A atenção do Santo Padre deve ser chamada de modo muito especial para esta questão»<sup>684</sup>.

Porquê esta alteração de última hora? Não terá sido por sugestão de Cerejeira. Em face do que expusemos sobre Mário de Figueiredo, é também pouco provável que tenha partido da sua iniciativa. É verdade que esta atitude parece ir ao encontro do parecer subscrito por Fezas Vital em 1935, mas não é possível determinar se foi a sua opinião que prevaleceu, embora o receio das consequências que o impedimento do divórcio pudesse suscitar se coadune com os seus traços de personalidade. A posição que vingou poderia ser também defendida, embora por razões diversas, por Manuel Rodrigues. É pois possível que os dois últimos tenham sustentado esta posição nas reuniões, mas imputar-lhes tal responsabilidade releva do domínio da especulação. Sabe-se que Oliveira Salazar tinha por hábito ouvir opiniões divergentes para depois, no final, decidir solitariamente. Esta alteração pode ainda ter sido sugerida por uma outra personalidade com a qual Salazar se tivesse aconselhado. De entre as figuras com as quais habitualmente discutia assuntos de Estado, talvez possamos destacar o nome de Bissaia Barreto<sup>685</sup>, com quem durante este período jantou mais de uma dúzia de vezes<sup>686</sup>. Todavia,

---

<sup>684</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 279-295).

<sup>685</sup> Trata-se de um médico e cirurgião, que na I República foi deputado às Constituintes de 1911, membro do Partido Evolucionista, da Maçonaria e da Carbonária de Coimbra, acabando por aderir à União Nacional logo em 1930, sendo depois, desde 5 de Julho de 1932, vogal da sua Comissão Central. Chegou mesmo a ser nomeado procurador à Câmara Corporativa em 1961. As suas origens republicanas levam alguns a considerar que representa «a principal caução republicana do Estado Novo». Ver Filipa Ribeiro Silva, «Rosa, Fernando Bissaia Barreto», *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, vol. M-Z. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2005, p. 496-497.

<sup>686</sup> Ver ANTT, AOS/DI-2.

atribuir-lhe a responsabilidade por esta alteração seria novamente entrar no domínio da especulação.

Esta atitude pode igualmente ser o resultado do que Jon Elster designa por *uso estratégico da argumentação*. É questionável que Oliveira Salazar pensasse que os católicos deixariam de se casar pela Igreja por perderem a faculdade de se divorciarem. O argumento invocado é pouco convincente, e aparentemente pouco sincero, tanto mais que os divórcios eram escassos<sup>687</sup>. Repugnava-lhe a dualidade jurídica que acima referimos? Preferia ir resolvendo a questão internamente, limitando a pouco e pouco as causas do divórcio até a sua eliminação? Tudo indicia que Oliveira Salazar temia, sim, a reacção de determinados sectores da sociedade, certamente mais dos republicanos do que dos católicos<sup>688</sup>. É assim possível que com este argumento se procurasse aumentar o poder negocial. Invocando o interesse público mais facilmente a Santa Sé aceitaria um compromisso<sup>689</sup> e o regime tornar-se-ia menos vulnerável.

Relativamente a este assunto o núncio transmite o seguinte à Santa Sé:

Quanto à inaplicabilidade do divórcio aos matrimónios católicos pelos tribunais civis, que é omissa no texto governativo oficial, e que se pode considerar implícita no texto do artigo, eu já fiz saber ao Dr. Salazar que é preciso aceitar, se a Santa Sé o desejar, um artigo genérico (*apposito*)<sup>690</sup>.

GP – artigo 24º, §3 – Os casamentos *in articulo mortis* e eminência de parto ou cuja imediata celebração se imponha por um grave motivo de ordem moral suficientemente verificado pelo Bispo próprio, poderão ser feitos, independentemente do processo preliminar, e serão transcritos, corrido esse processo, se não se verificar óbice legal.

Podemos pensar que a inserção deste texto no articulado resulta da influência directa de Domingos Fezas Vital, por não constar do anteprojecto e ser assunto versado no já referido

<sup>687</sup> Se não existem dados para a década de 10, para as décadas de 20 e 30 verifica-se, respectivamente, que apenas 1,1% e 1,8% dos casamentos resultaram em divórcio. Depois da Concordata, na década de 40, também não se verificam alterações significativas sendo que a percentagem de divórcios é de 1,6%. O caso muda de figura nas décadas de 50 e 60, em que as médias dos divórcios rodam os 1,5 e 0,9%, começando a sentir-se o efeito da disposição concordatária que só permitia o divórcio aos casados catolicamente em data anterior à celebração da Concordata. Mesmo assim, de forma ténue. Ver dados apresentados em Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal. Análise Social e Demográfica. Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 137.

<sup>688</sup> Aliás, na *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, proíbe-se aos católicos o casamento civil: «visto que o casamento religioso celebrado em conformidade com as disposições da Concordata, produz todos os efeitos civis, sendo, por isso, apto para conseguir o seu fim religioso e social». Os que ousarem fazê-lo «serão tidos como pecadores públicos, devendo o pároco conformar-se com o disposto no cân. 1066 do Código de Direito Canónico».

<sup>689</sup> Ver António de Araújo e Miguel Nogueira de Brito, «Argumentar e negociar em debates constitucionais: a revisão constitucional de 1997, *Perspectivas constitucionais nos 20 anos da Constituição de 1976*, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, p. 128.

<sup>690</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

parecer da Câmara Corporativa sobre a defesa da família. Uma hipótese que ganha força se considerarmos que a Salazar repugna a ideia de se poderem fazer casamentos que não sejam registados civilmente e que não produzam efeitos civis, o que, para o Presidente do Conselho, é uma violação da Constituição pois o registo civil estava garantido constitucionalmente<sup>691</sup>. Seja como for, este artigo é introduzido logo na segunda fórmula manuscrita por Mário de Figueiredo, assumindo a sua versão definitiva na terceira fórmula.

A 16 de Julho de 1937, o núncio transmite à Santa Sé que, segundo observou o Patriarca, o parágrafo 3º torna possível o matrimónio para aqueles que não podem fazer a prática civil<sup>692</sup>.

SS/AP – artigo 8º, § 4a – No mesmo caso, as causas concernentes à nulidade do casamento e à dispensa do casamento rato e não consumado são reservadas aos tribunais e repartições eclesiásticas competentes.

GP – artigo 25º, § 1º – O conhecimento das causas concernentes à nulidade do casamento católico e à dispensa do casamento rato e não consumado, é reservado aos tribunais e repartições eclesiásticas competentes.

Este parágrafo, que segundo Cerejeira se inspira nas concordatas italiana e austríaca<sup>693</sup> e que já era a doutrina do Código Civil português<sup>694</sup>, só sofre alterações de redacção, como

---

<sup>691</sup> Art. 12º, nº 3 – A constituição da família assenta: [...] 3º – Na obrigatoriedade de registo do casamento e do nascimento.

Art. 28º – O registo do estado civil dos cidadãos é da competência do estado:

<sup>692</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>693</sup> Itália, art. 34º – O Estado Italiano, desejando restabelecer a instituição do matrimónio, que é a base da família, dignidade essa que está conforme às tradições católicas do seu povo, reconhece os efeitos civis do sacramento do matrimónio regulado pelo Direito Canónico.

Áustria, art. 7º, § 3 – A República da Áustria reconhece a jurisdição dos tribunais das autoridades da Igreja e sobre as acções que impliquem a nulidade do casamento e da dispensa de casamento rato, mas não consumado casamento; § 4 – As decisões e sentenças relativas a estes serão, após terem sido tornadas definitivas, apresentados ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica. Este verifica se foram seguidas as regras do Direito Canónico sobre a competência do juiz, a citação, a representação legal e a ausência das partes. As mencionadas sentenças e decisões finais com os decretos e as decisões do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica serão transmitidos ao Supremo Tribunal Austríaco. O efeito jurídico entrará em vigor com a declaração executória do Supremo Tribunal austríaco, pronunciada em uma sessão fechada.

<sup>694</sup> Art. 1087º – A jurisdição do juízo eclesiástico limita-se todavia ao conhecimento e julgamento da nulidade, e todas as diligências ou actos de indagação que devam praticar-se serão deprecados à competente autoridade judicial civil.

Art. 1088º – Proferida no juízo eclesiástico sentença que anule o casamento, será executada pela autoridade civil, a quem será oficialmente comunicada; e à autoridade eclesiástica só competirá transmitir ao pároco, perante quem tiver sido celebrado o casamento, uma certidão da sentença, para ser averbada à margem do respectivo registo.



transmite o nuncio à Santa Sé a 16 de Julho de 1937, de maneira a «conformar melhor aos usos de Portugal sobre tal matéria, mantendo-se porém o mesmo na substância»<sup>695</sup>.

SS/AP – artigo 8º, § 4b – As providências e sentenças relativas, quando definitivas, subirão ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, para a respectiva verificação. As sobreditas providências e sentenças definitivas com os relativos Decretos do Supremo Tribunal da Assinatura serão transmitidas ao Supremo Tribunal do Estado Português, o qual as tornará executivas para os efeitos civis e mandará que sejam averbadas nos registos do estado civil à margem da acta do casamento.

GP/PO – artigo 25º, § 2 – As decisões e sentenças destas repartições e tribunais, quando definitivas, subirão ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica para verificação, e os Decretos respectivos serão, pela via diplomática, transmitidos ao tribunal da Relação competente, que lhes aporá o *exequatur* e mandará que sejam averbados nos registos do estado civil, à margem da acta do casamento.

Por sugestão de Oliveira Salazar, a expressão «Supremo Tribunal do Estado Português» passa para «Supremo Tribunal de Justiça» e «executivas» por «executórias». Na redacção de Figueiredo, que se sucede à primeira reunião da «comissão», substituiu-se «Supremo Tribunal de Justiça» por «tribunal da Relação competente».

#### 4.3.18 SEPARAÇÃO DE PESSOAS

GP – artigo 26º – Para as acções de separação de pessoas são competentes os tribunais civis.

Este artigo, ausente do anteprojecto da Santa Sé, foi inspirado na Concordata italiana e no protocolo adicional à Concordata austríaca, que determinavam estar a separação de pessoas afecta às autoridades civis<sup>696</sup>. A sua redacção foi feita por Mário de Figueiredo na segunda fórmula e manter-se-ia até à entrega oficial do projecto à Santa Sé.

O nuncio explica à Santa Sé as razões da inclusão deste artigo:

O tratamento das causas de separação de pessoas por parte dos tribunais civis é uma prática tradicional em Portugal, já sancionada pelo Código Civil português. A inclusão, porém, de tal artigo foi tida por politicamente necessária.<sup>697</sup>

---

<sup>695</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>696</sup> Áustria, texto adicional ao artigo 7º: A Santa Sé concorda que os procedimentos relativos à separação de mesa e cama é matéria para os tribunais do Estado.

Itália, art. 34, § 7º - Em relação às causas de separação de pessoas a Santa Sé concorda que estas devem ser julgadas pela autoridade civil ordinária.

<sup>697</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

#### 4.3.19 LIBERDADE DE CULTO

SS/AP – artigo 9º, § 1 – É assegurado à Igreja Católica o livre exercício de todas as funções do culto, particular ou público, as quais poderão ser realizadas em qualquer hora e lugar, sem dependência de licença da autoridade pública.

GP – Artigo 16º – É assegurado à Igreja Católica o livre exercício de todos os actos do culto, particular ou público, sem prejuízo das exigências de polícia e trânsito.

Mal recebe o anteprojecto, Oliveira Salazar toma as suas notas fazendo um ponto da situação quanto à legislação interna portuguesa: no Decreto nº 3.856 «o culto público de qualquer religião pode, de harmonia com as leis, exercer-se nos lugares adequados e a qualquer hora, sem dependência da licença da autoridade pública». Já no Decreto nº 11.887 «só se permite o culto fora dos lugares a ele habitualmente destinados nos termos em que se exerce o direito de reunião». Ora, sendo assim, escreve Oliveira Salazar, o anteprojecto de Concordata alarga o direito já concedido, não ficando o culto confinado aos lugares que lhe são destinados. Lembra depois que se deve introduzir restrições no que se refere às exigências de polícia e trânsito.

Refere ainda que este artigo, assim redigido, não tem paralelo nas outras concordatas, as quais fazem apenas a afirmação das liberdades de culto, como sucede na italiana<sup>698</sup>. Assim, sugere uma redacção mais sintética que determine apenas o livre exercício de todas as funções do culto, particular ou público. Desta forma, o texto ficava mais próximo do artigo 45º da Constituição – «É livre o culto público e particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica».

Também Teixeira de Sampaio afirma que a redacção proposta «torna a Igreja juiz desse problema [da ordem pública], de que o Estado não se pode abstrair, como dever e direito seu, e que ela aliás tem de ter em conta como realidade». A Comissão aprova as sugestões de ambos e Figueiredo redigirá um outro texto, o qual constitui sensivelmente a versão oficialmente submetida à apreciação da Santa Sé.

---

<sup>698</sup> No artigo 1º da concordata italiana afirma-se que a Itália assegura à Igreja Católica o livre exercício do seu poder espiritual e o livre e público exercício de culto e de jurisdição nas matérias eclesiásticas.

O nuncio anotar , no envio do projecto oficial para a Santa S , que a determinação de que os actos de culto são permitidos desde que não prejudiquem as exigências de polícia e trânsito visa evitar possíveis conflitos<sup>699</sup>.

#### 4.3.20 TOQUE DOS SINOS

SS/AP – artigo 9 , é 2 – O toque dos sinos   parte integrante da manifestação do culto e por isso mesmo compete à hierarquia eclesiástica regular o seu uso.

Salazar avança logo com a afirmação de que, como acto litúrgico, não há d vida de que o toque dos sinos está incluído no   1 . Além disso, considera que o assunto é «pouco próprio da Concordata», e que, quanto muito, se podia empregar uma fórmula no é 1 que, só com uma palavra, substituísse o é 2. Na mesma ordem de ideias, Teixeira de Sampaio observa que o assunto é «muito secundário» e na primeira reunião da «comissão» o parágrafo é logo suprimido.

Mas a verdade é que este tema não era assim tão irrelevante pois os sinos marcavam a vivência das populações, sobretudo rurais, constituindo um poderoso meio de comunicação, e já tinham levado, em Portugal,   queda de um governo da Ditadura Militar.

É isso mesmo que o nuncio participa à Secretaria de Estado:

Não é feita menção específica para evitar uma nova grave agitação (no passado esta questão causou a demissão de um ministro da Justiça), tanto mais que tal direito se considera já incluído no artigo 16 do texto do Governo)<sup>700</sup>.

#### 4.3.21 FESTAS RELIGIOSAS

SS/AP – artigo 9 , é 3 – A República Portuguesa reconhece os seguintes dias festivos estabelecidos pela Igreja:

todos os domingos,  
o d ia primeiro do ano,  
o d ia da Epif nia (6 de Janeiro)  
o d ia de S. José (19 de Março)  
o d ia da Ascensão,  
o d ia do Corpo de Deus,  
o d ia dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho)  
o d ia da Assunção (15 de Agosto)

<sup>699</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>700</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

o dia de Todos os Santos (1 de Novembro)  
o dia da Imaculada Conceição (8 de Dezembro)  
o dia de Natal (25 de Dezembro).

GP/PO – artigo 17º – O domingo é o dia oficial do descanso semanal.

Sobre os dias festivos, que foram regulados em diversas concordatas, tais como a austríaca e a italiana<sup>701</sup>, o Presidente do Conselho entende que, «dada a orientação dada pelo Estado aos feriados nacionais, reduzindo-os muito no seu antigo número, não parece possível admitir esta disposição». No máximo, poderia aceitar-se que o Estado reveria os seus feriados para que coincidissem com os feriados religiosos. Na reunião de 5 de Abril, a «comissão» resolve suprimir este parágrafo, mas na quarta fórmula, de 15 de Maio, é introduzido o reconhecimento do domingo como dia oficial de descanso semanal, o que virá a ser proposto à Santa Sé.

O núncio explica à Secretaria de Estado:

A declaração de que «o domingo é o dia oficial de repouso» é uma declaração de princípio feita a pedido do Em. Patriarca de Lisboa, se bem que não fosse considerado necessário para o Governo, sendo um princípio reconhecido por todos os povos civilizados.

Quanto aos outros dias festivos considerou-se prudente não os nomear, para evitar dificuldades. Mas num outro artigo (o 21º) diz-se que «O Estado providenciará que seja

---

<sup>701</sup> Itália, art. 11º - O Estado reconhece os dias festivos estabelecidos pela Igreja, que são os seguintes:  
Todos os domingos.

O primeiro dia do ano.

A Epifania (6 de Janeiro).

A festa de São José (19 de Março)

A Ascensão.

A Festa de Corpo de Deus.

A Festa de S. Pedro e S. Paulo (29 de Junho).

A Assunção da Virgem Maria (15 de Agosto)

O dia de todos os Santos (1 de Novembro)

A festa da Imaculada Conceição (8 de Dezembro)

O dia de Natal (25 de Dezembro).

Áustria, art. 9º - A república da Áustria reconhece os dias feriados estabelecidos pela Igreja. Este São:

Todos os domingos;

O primeiro dia do ano;

A Epifania (6 de Janeiro);

O dia da Ascensão;

Corpo de Cristo;

A Ascensão da Virgem (15 de Agosto);

O dia de todos os Santos (1 de Novembro);

A festa da Imaculada Conceição (8 de Dezembro);

O dia de Natal (25 de Dezembro).

possível aos católicos das suas organizações de juventude o regular cumprimento dos seus deveres religiosos e dias festivos»<sup>702</sup>.

Atente-se que Oliveira Salazar acabará por resolver o problema do reconhecimento dos dias santos através de um acordo com a Santa Sé, em 1952, no qual se reduziu o seu número, obrigando-se o Estado, por seu turno, a considerá-los dias feriados<sup>703</sup>.

A posição de Oliveira Salazar é bem distinta daquela que Franco virá a adoptar na Concordata espanhola de 1953, não só reconhecendo os dias festivos estabelecidos pela Igreja no Código de Direito Canónico ou noutras disposições particulares sobre festividades locais, como comprometendo-se a velar pela observância do descanso nesses dias (artigo 5º).

#### 4.3.22 LUGARES DE CULTO

SS/AP – artigo 9º, § 4 – Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser destinado pelo Estado a outro fim.

GP/PO – artigo 7º – Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, e no caso de expropriação por utilidade pública. Neste último caso, não serão praticados quaisquer actos materiais de apropriação sem que, previamente, a autoridade eclesiástica competente prive do seu carácter sagrado os bens expropriados.

Salazar concorda com a doutrina deste artigo, que, no seu entender, está já garantida constitucionalmente. No entanto, pretende que se introduza no projecto de Concordata a possibilidade de os templos serem requisitados ou terem outro destino, mas sempre com o acordo das autoridades eclesiásticas ou em caso de «graves necessidades públicas». Aliás, era este o sentido das disposições equivalentes nas concordatas italiana e alemã<sup>704</sup>.

Teixeira de Sampaio lembra a necessidade de se regular de modo diferente o património artístico pertencente à Igreja, embora a sua posição não chegue a ser considerada.

---

<sup>702</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>703</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 167 (nota).

<sup>704</sup> Itália, art. 9º, § 1 – os edificios abertos ao culto serão isentos de requisições e ocupação. Em caso de grave necessidade pública se necessário ocupar um edificio, a autoridade que procede à ocupação deve obter previamente o acordo do Ordinário, a menos que existam razões de urgência absoluta para não o fazer. Nestes casos, a autoridade deve informar imediatamente o Ordinário;

Alemanha, art. 17º § 2 – Nenhum edificio dedicado aos serviços religiosos pode ser destruído por razão alguma sem o prévio consentimento das competentes autoridades eclesiásticas.

A comissão vai votar a redacção no sentido pretendido por Salazar, e o artigo será redigido por Mário de Figueiredo em conformidade, embora, mais tarde, por iniciativa de Oliveira Salazar, aquele o vá alterar, aproximando-o do texto equivalente da Concordata polaca<sup>705</sup>.

#### 4.3.23 ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL AOS HOSPITAIS

SS/AP – artigo 9º, § 5 – É garantida a prestação da assistência espiritual nos hospitais, asilos, prisões e estabelecimentos similares do Estado e das autarquias locais, que poderão ter capela e serviços privativos para este efeito, sendo livre o acesso ao pároco do lugar ou sacerdote encarregado destes serviços pela competente autoridade eclesiástica.

GP/PO – artigo 18º – Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, asilos, prisões e estabelecimentos similares do Estado, das autarquias locais ou institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para este efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado destes serviços pela competente autoridade eclesiástica, sem prejuízo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência.

Quanto à assistência espiritual nos hospitais, asilos, prisões, etc., o Presidente do Conselho considera que a redacção proposta não tem correspondente nas outras concordatas, já que na versão portuguesa parece estar subjacente a ideia de que «o Estado tem o dever de arranjar capelães», o que Teixeira de Sampaio também vai sublinhar. Depois, no seu entender, deviam ser introduzidas limitações no acesso do pároco a estes locais, o qual teria de respeitar os regulamentos das instituições, sob pena de existirem conflitos permanentes. Aliás, fora assim que se fizera na Concordata alemã<sup>706</sup> e a redacção vai ser alterada em conformidade com estas observações.

Às instituições enumeradas Salazar acrescenta as «pessoas colectivas de utilidade pública administrativa (universidades, asilos, etc.)». Na redacção da segunda fórmula, Figueiredo adiciona as «autarquias institucionais» e Oliveira Salazar as misericórdias.

Mário de Figueiredo redigirá este artigo fazendo referência à necessidade de capelães privativos nestes estabelecimentos «sempre que o movimento o exija», o que não terá o acordo da «comissão» sendo por isso eliminado.

---

<sup>705</sup> Polónia, art. 14º – Os bens pertencentes à Igreja não serão submetidos a nenhum acto jurídico, modificando o seu fim, sem o consentimento das autoridades eclesiásticas, salvo em casos previstos pela lei de expropriação para a construção de vias de transportes e dos rios, de defesa nacional e causas similares. Em todo o caso, o destino dos imóveis e móveis, consagrados exclusivamente ao serviço divino, tal como as igrejas, os objectos de culto, etc., não poderão ser modificados sem que a autoridade eclesiástica competente os tenha privado do seu carácter sagrado.

<sup>706</sup> Alemanha, art. 28º - Nos hospitais, prisões e outras instituições públicas, é permitido à Igreja fazer visitas pastorais e conduzir serviços de culto, sujeitando-se ao regime geral das instituições em causa. Se estas instituições forem providas assistência pastoral regular, e se os pastores forem nomeados na qualidade de funcionários do Estado, essas nomeações serão feitas com o acordo das autoridades da Igreja.

Diz o núncio à Secretaria de Estado:

É feita uma redacção bastante diferente da do Projecto para tornar mais fácil a aceitação do conteúdo, que permanece idêntico. Acrescenta-se uma restrição de que não prejudica a observação dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência, restrição análoga à Concordata com a Alemanha<sup>707</sup>.

#### 4.3.24 LIBERDADE DE ENSINO

SS/AP – artigo 10º, § 1 – Às instituições e associações da Igreja é garantida a liberdade de ensino em todos os graus, salvas as obrigações sancionadas pela lei portuguesa a fim de obter a equiparação e os subsídios do Estado.

GP/PO – artigo 22º, § 1º – É livre às associações e organizações da Igreja o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos gerais, à fiscalização deste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas ou oficializadas.

Quanto à liberdade de ensino da Igreja Católica, Oliveira Salazar começa por dizer que a terminologia deve ser aproximada da utilizada no artigo 45º da Constituição de 1933 – «associações ou organizações da Igreja». No que se refere aos graus de ensino, chama a atenção para o facto de a Concordata alemã nada dizer a este respeito enquanto a austríaca e a romena fazem referência às escolas primárias e secundárias<sup>708</sup>. Observa ainda que, como em Portugal não existe nenhuma Faculdade de Teologia, «é conveniente dar à Igreja a faculdade de fundar uma ou um instituto de altos estudos religiosos». Mas, como «não é provável a fundação de qualquer outro estabelecimento superior, por falta de meios», deixa de ser necessária a introdução de qualquer restrição quanto a estes locais.

Depois, diz que nas outras concordatas se reconhece à Igreja a liberdade de ensino, mas nos termos das leis comuns (Alemanha e Áustria) ou sob a vigilância e fiscalização do Estado (Roménia). Considera, assim, que o mesmo deve ser afirmado no projecto português. Aliás, no seu entender, trata-se de uma exigência constitucional (artigo 44º), que não pode limitar-se «às condições de equiparação e concessão de subsídios».

---

<sup>707</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>708</sup> Roménia, art. 19º, § 1 – A Igreja católica tem o direito de criar e manter, às suas próprias custas, escolas primárias e secundárias, que ficarão sob a dependência dos Ordinários respectivos e sobre a vigilância e controlo do Ministério da Instrução Pública.

Alemanha, art. 23º – A criação e a manutenção de novas escolas confessionais estão garantidas. Em todas as localidades onde os pais ou quem a vez deles fizer o reclamarem, serão abertas escolas elementares católicas, desde que o número de alunos, tendo em conta as condições da organização escolar local, torne possível, nos termos das prescrições do Estado, um funcionamento conveniente da escola;

Áustria, art. 6, § 3 – A Igreja, as suas ordens e congregações têm o direito, desde que observem as leis escolares em vigor, de fundar e dirigir as escolas médias e elementares.

Oliveira Salazar pondera ainda a hipótese de afirmar aqui a proibição do «ensino de doutrinas contrárias à independência e integridade da pátria portuguesa, ao respeito pelas tradições nacionais, etc.». Para este efeito, observa ser necessário ver o artigo 2º do Decreto nº 27.084, de 14 de Outubro de 1936, diploma que aprovou a reforma do ensino particular, o qual estipulava:

O ensino liceal em comum é ministrado nos liceus e nos estabelecimentos oficiais equiparados e poderá ser autorizado em estabelecimentos particulares que ofereçam garantias de completa realização dos fins educativos do mesmo ensino.

Teixeira de Sampaio parece defender que a liberdade de ensino deve ser condicionada, mostrando alguma surpresa pelo facto da Igreja Católica poder fundar escolas e conferir diplomas sem a intervenção do Estado.

Atendendo a estas observações, a 5 de Abril a «comissão» vota (a expressão, como se referiu é de Oliveira Salazar e de Teixeira de Sampaio) pela inclusão da fiscalização do Estado neste parágrafo. A segunda fórmula, tendo por base o esboço manuscrito por Mário de Figueiredo, vai consagrar a sujeição das escolas da Igreja à fiscalização do Estado. Esta será a proposta submetida à Santa Sé.

O Patriarca terá dito ao núncio que, «se a redacção [...] é um pouco diferente da do projecto, não se modifica, porém, a doutrina»<sup>709</sup>.

#### 4.3.25 ENSINO RELIGIOSO

SS/AP – artigo 10º, § 2 – O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende da autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados.

GP/PO – artigo 22º, § 2º – O ensino religioso nas escolas e curso particulares não depende de autorização do Estado.

Quanto à primeira parte deste parágrafo, Oliveira Salazar considera que, sendo matéria constitucional, «nada há objectar». Discorda, porém, da segunda parte, por não constar da Constituição e ser inútil. Todas as personalidades envolvidas vão seguir a opinião do Presidente do Conselho, sendo a segunda parte do parágrafo eliminada.

---

<sup>709</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.



SS/AP – artigo 10º, § 3 – O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas não deverá hostilizar a Igreja Católica e a sua doutrina, e o Estado adoptará as providências necessárias para este efeito.

Salazar considera que a afirmação constitucional de que «o ensino ministrado pelo Estado visa à formação de todas a virtudes morais, orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do país», que aliás considera uma afirmação eufemística, torna inútil a declaração de que «o ensino não pode hostilizar a Igreja Católica». Assim, manifesta-se a favor da eliminação deste artigo. A «comissão», a 5 de Abril, vota a sua suspensão.

#### **4.3.26 MORAL CATÓLICA**

SS/AP – artigo 10º, § 4a – A moral que o Estado Português respeita, ensina, aplica e defende, é, segundo a tradição católica do País, a moral católica.

Salazar dirá que esta declaração lhe parece inútil «por ser repetição dos princípios noutros lugares expressos» e a «sua redacção susceptível de críticas». Nota ainda que «nada de semelhante se encontra nas outras concordatas, salvo a fórmula usual das que declaram a religião católica a religião do Estado». De qualquer forma, esta doutrina virá a ser incorporada no artigo 23º, § 1.

#### **4.3.27 SÍMBOLOS RELIGIOSOS**

SS/AP – artigo 10º, § 4b – Fica autorizado o uso público de imagens e emblemas cristãos nas escolas e nos outros estabelecimentos do Estado e autarquias locais, assim como o juramento sobre os evangelhos em actos públicos.

Salazar diz a propósito do uso público de imagens e emblemas cristãos nas escolas e nos outros estabelecimento do Estado, também proposto pela Santa Sé, que esta norma «deve ser eliminada por inútil e inconveniente», embora possa «ser autorizado o juramento religioso nos actos civis». Teixeira de Sampaio parece concordar com o princípio mas esta determinação ficou de fora do anteprojecto, aparentemente por decisão «votada» na discussão de 5 de Abril.

#### **4.3.28 ENSINO DA RELIGIÃO**

SS/AP – artigo 10º, § 5 – Em harmonia com o parágrafo precedente, ministrar-se-á o ensino da religião católica nas escolas públicas elementares, complementares e médias, exceptuados os alunos para quem os pais ou os que façam suas vezes, requerem isenção. Este ensino será

ministrado por pessoas devidamente encarregadas pela competente autoridade eclesiástica, segundo o programa pela mesma estabelecido.

GP/PO – artigo 23º, § 1 – O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do País. Nestas condições, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não exprimirem desejo contrário.

Quanto a este parágrafo, Oliveira Salazar dá o seu acordo à fórmula usada pela Santa Sé, que permite aos pais requerer isenção do ensino da religião, considerando «que não se pode ir mais longe no momento», isto é, torná-lo obrigatório para todos. As divergências são «mais de uma questão de forma do que de uma questão de fundo». Anotará em conformidade: «será aceite».

Entende, assim, que deve ser feita uma nova redacção que englobe também o parágrafo 6º, que diz respeito ao ensino da religião nas escolas primárias e complementares, ao manual do ensino da religião e aos respectivos professores, o que, aliás, é a fórmula usualmente consagrada nas outras concordatas (polaca, italiana, austríaca, alemã<sup>710</sup>) e também

---

<sup>710</sup> Polónia, art. 13º – Em todas as escolas públicas, à excepção das escolas superiores, o ensino religioso é obrigatório. Este ensino será ministrado à juventude católica por professores nomeados pelas autoridades eclesiásticas que os escolherão exclusivamente entre as pessoas autorizadas pelos Ordinários a ensinar a Religião. As autoridades eclesiásticas competentes fiscalizarão o ensino religioso no que diz respeito ao seu conteúdo e à moral dos professores.

Itália, art. 36º – A Itália, considerando-se o ensino da doutrina cristã segundo a forma recebida pela tradição católica como o fundamento e o coroamento da instrução pública, concorda que a instrução religiosa ministrada nas escolas elementares públicas deverá ter um maior desenvolvimento nas escolas secundárias, de acordo com um programa a ser estabelecido por acordo entre a Santa Sé e o Estado.

Essa instrução deverá ser dada por mestres e professores, sacerdotes e religiosos, aprovados pela Autoridade Eclesiástica, e subsidiariamente mestres e professores leigos, que para este efeito deverão ser munidos de um certificado de aptidão a ser emitido pelo ordinário da diocese.

A revogação do certificado por parte do ordinário priva os professores da capacidade de ensinar.

Para o referido ensino religioso nas escolas públicas devem ser usados apenas os livros de textos aprovados pela Autoridade Eclesiástica.

Áustria, art. 6º- § 1. A Igreja possui o direito de ministrar instrução religiosa e de orientar o cumprimento dos deveres religiosos em todas as escolas primárias e secundárias. Fica acordado que os Ordinários diocesanos estabelecerão consultas com as mais altas autoridades escolares estatais para o estabelecimento do ensino religioso, que vai além daquilo que existe actualmente.

A direcção e a supervisão rigorosa da instrução e do cumprimento dos deveres religiosos são atribuídas à Igreja. É garantido o carácter obrigatório da instrução religiosa, juntamente com o cumprimento dos deveres religiosos na sua actual forma. A provisão financeira para esta instrução deve ser efectuada como até aqui. Instrução religiosa complementar para além desta, incluindo o cumprimento dos deveres religiosos, é também obrigatória para os alunos católicos, quando é instituído em consulta com as autoridades escolares do Estado. A responsabilidade financeira para tal instrução cabe à Igreja, sem prejuízo de uma eventual regulação amigável, as condições económicas forem melhores.

Em geral, a instrução religiosa será administrada pelo clero; em caso de necessidade, podem ser utilizados professores e outras pessoas leigas adequadas, após acordo entre a Igreja e o Estado autoridades escolares.

Apenas esses podem ser designados como professores de religião, a quem as autoridades tenham declarado adequados para tal finalidade. Ministrar instrução religiosa está dependente de ter a *missio* canónica.

Os cursos de estudo para a instrução religiosa serão estabelecidos pelas autoridades da Igreja; só serão utilizados os livros de textos que as autoridades da Igreja tenham declarado admissíveis.

[...]

na Constituição brasileira<sup>711</sup>. Assinala que o ensino da doutrina e da moral cristã já é ministrado nos estabelecimentos públicos, com o nome de «doutrina e moral cristãs», de «moral» ou de «educação moral e cívica» (ensino liceal). E que, se não há nenhum preceito constitucional ou legal que se oponha à redacção destas normas, «a mesma razão pela qual a legislação tem sido prudente» aconselha a que sejam substituídas «por uma fórmula mais genérica e propositadamente mais vaga». A redacção deverá ainda aproximar-se da terminologia da Constituição.

A Comissão acabará por votar a redacção de um novo artigo, redigido a partir dos parágrafos 2, 4, 5 e 6 deste artigo 10º, e de harmonia com a Constituição. A proposta de Mário de Figueiredo será votada favoravelmente pela «comissão», a 5 de Abril, e submetida à apreciação da Santa Sé a 14 de Julho.

SS/AP – artigo 10º, § 6a – Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e bem assim nos institutos de correcção ou reforma, nos quais o Estado se substitui aos pais, será ministrado por conta deste o ensino da Religião católica e assegurada a prática da mesma aos alunos baptizados na Igreja Católica.

GP/PO – artigo 23º, § 2 – Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores e de correcção ou reforma nos quais o Estado se substitui aos pais será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos.

Cabe aqui notar a seguinte diferença: no projecto da Santa Sé utiliza-se a expressão «assegurada a prática da mesma aos alunos baptizados na Igreja Católica», enquanto na proposta oficial surge, em sua substituição «assegurada a prática dos seus preceitos». No fundo, uma afirmação idêntica, mas feita com mais subtilidade e de maior abrangência.

A doutrina deste parágrafo não encontra paralelo nas outras concordatas aqui citadas.

---

Alemanha, art. 21º – A educação religiosa católica nas escolas primárias, de formação profissional, escolas secundárias e as instituições de ensino superior é matéria regular de ensino e será ensinada em conformidade com a doutrina da Igreja Católica. Na educação religiosa, será dado especial ênfase ao inculcamento de uma cultura patriótica, cívica e social, orientada para o dever no espírito da fé e da moral cristã, tal como acontecerá em todas as outras disciplinas. O currículo e a selecção de livros didácticos para o ensino religioso serão escolhidos de acordo com as autoridades da Igreja. Será dada oportunidade às autoridades da Igreja para verificar, com o acordo das autoridades escolares, se os alunos recebem educação religiosa, em conformidade com as especificações e ensinamentos da Igreja.

<sup>711</sup> Constituição brasileira de 1934, art. 153: O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

### 4.3.29 OS PROFESSORES DE RELIGIÃO

SS/AP – artigo 10º, § 6b – O professor de religião, encarregado da formação religiosa dos alunos, será equiparado aos demais e nomeado por proposta da competente autoridade diocesana, à qual também pertence organizar e aprovar os respectivos programas.

GP/PO – artigo 23º, § 3 – Quando houver compêndio de religião adoptado e professores ou preceptores especialmente incumbidos do seu ensino, será aquele aprovado pela autoridade eclesiástica e estes nomeados pelo Estado, de acordo com ela, não podendo em qualquer caso o ensino da religião católica ser feito por pessoas que a autoridade eclesiástica declare não idóneas.

A fórmula da Santa Sé não referia expressamente o manual de ensino da religião. À segunda fórmula vai ainda ser acrescentada, já na quinta fórmula, a frase «não podendo em qualquer caso o ensino da religião católica ser feito por pessoas que a autoridade eclesiástica declare não idóneas»<sup>712</sup>.

Quanto ao facto dos professores serem escolhidos de acordo com a autoridade eclesiástica, correspondia à prática corrente no sistema de ensino português.

O nuncio observa quanto a esta redacção:

«É de notar o acrescento de que não pode em nenhum caso o ensino da religião católico ser ministrado por pessoas que a autoridade eclesiástica declare não idóneas»<sup>713</sup>.

SS/AP – artigo 10º, § 6c – Os directores destes estabelecimentos com a cooperação do professor da Religião Católica velarão por que nada possa ofender os direitos e sentimentos católicos dos alunos, e por que estes cumpram os seus deveres religiosos na capela privativa do estabelecimento ou, na sua falta, numa igreja pública.

Na nova redacção do Governo português, este trecho será eliminado por se considerar que a sua doutrina estava integrada no parágrafo 1º deste artigo.

### 4.3.30 SEMINÁRIOS

SS/AP – artigo 10º, § 7 – É livre a fundação e regime dos seminários e estabelecimentos de formação eclesiástica, sem ingerência alguma por parte do Estado, nomeadamente na escolha dos compêndios neles adoptados, na habilitação dos professores e na organização dos estudos.

O mesmo se aplica a quaisquer escolas e cursos de disciplinas religiosas, e ao Instituto Católico Português, que já existam ou venham a fundar-se.

GP/PO – artigo 22º, § 3 – É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado pelo que respeita ao corpo docente e disciplinar, à organização de programas e escolha de compêndios de filosofia e disciplinas do curso teológico.

<sup>712</sup> Quanto à mesma doutrinas presente noutras concordatas, ver nota anterior.

<sup>713</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

Salazar observou que, ao contrário do anteprojecto da Santa Sé, este parágrafo devia seguir-se ao da liberdade de ensino atribuída à Igreja Católica, pois tratava-se da «aplicação particular do mesmo princípio em condições também particulares». Nota que é doutrina de várias concordatas mas não se faz, como na alemã, referência à observância do direito comum<sup>714</sup>. Lembra ainda que o Decreto Moura Pinto, reiterado pelo Decreto nº 19.244, de 16 de Janeiro de 1931, «declarava livre a fundação de seminários teológicos ou de preparatórios, a escolha de compêndios e de professores»<sup>715</sup>, mas no restante colocava-os sob a fiscalização do Estado nos termos da lei. No seu entender, deveria introduzir-se aqui a fiscalização do Estado, tal como se fizera no § 1.

Do mesmo modo, manifesta a sua discordância com a frase «sem ingerência alguma por parte do Estado», que julga «demasiado absoluta» e inexacta. Por não existirem escolas de formação religiosa, considera ainda desnecessária a segunda parte do parágrafo, com excepção da referência ao Instituto Católico Português. Porém, a querer-se referir neste parágrafo o Instituto ou qualquer Faculdade de Teologia a fundar pela Igreja, haveria de retirar-se a referência, incluída no parágrafo 1, a «quaisquer estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica». Em conformidade com estas observações, será redigida uma segunda fórmula, na qual se afirma que os seminários e outros estabelecimentos de formação religiosa não estão sujeitos à fiscalização do Estado «apenas» no que diz respeito «ao seu corpo docente e disciplinar ou à organização de programas e escolha de compêndios de

---

<sup>714</sup> Alemanha, art. 20º – Quando não existam outros acordos, a Igreja é livre de criar escolas filosóficas e teológicas para a formação do seu clero, que ficarão totalmente dependentes das autoridades da Igreja se não beneficiarem de subsídios estatais.

O estabelecimento, gestão e administração dos seminários teológicos e casas para seminaristas é, no âmbito do direito comum, prerrogativa exclusiva das autoridades religiosas.

Itália, art. 39º - art. 39º As universidades, os seminários maiores e menores, diocesanos, inter-diocesano ou inter-regionais, as academias, os colégios e outros institutos católicos de formação e cultura eclesiástica continuam a depender exclusivamente da Santa Sé, sem qualquer interferência por parte da autoridade escolar do Reino.

Áustria, art. 5º, § 1 – O desenvolvimento escolar do clero tem lugar na Faculdade de Teologia Católica mantido pelo Estado ou nas academias teológicas estabelecidas pelos órgãos da igreja adequados. Os seminários e instalações semelhantes da Igreja são apenas responsáveis em termos dos seus regulamentos perante as autoridades superiores da Igreja.

O regime interno, bem como os aspectos pedagógicos e de formação, das faculdades de teologia católica reconhecidas pelo Estado, será estritamente regulamentado de acordo com as exigências da Constituição Apostólica "Deus Scientiarum Dominus" de 14 de Maio de 1931 e respectivos regulamentos da Igreja.

Roménia, art. 16º, § 1 - Em cada diocese, o seminário para a formação do jovem clero estará sob a dependência exclusiva do Ordinário.

§ 2 – Os professores serão cidadãos romenos salvo as excepções admitidas de comum acordo pela Santa Sé e pelo Governo.

§ 3 – O programa de estudos será fixado pela autoridade eclesiástica competente.

§ 4 – Nos seminários, o estudo da língua e da história nacional será obrigatório, de acordo com o programa estabelecido pela Conferencia dos Bispos diocesanos de acordo com o ministério competente, para que não prejudique os estudos teológicos e de maneira que seja compatível com o carácter religioso dos institutos; para este efeito, o dito ministério terá conhecimento do programa referido no parágrafo precedente.

<sup>715</sup> Este artigo regula o exercício do ensino particular.

filosofia e matéria teológica». A redacção deste parágrafo sofre ainda outras alterações, mas meramente de redacção.

O nuncio transmite à Santa Sé, a 16 de Julho de 1937:

«Quanto aos institutos de formação eclesiástica, a redacção do texto do Governo é menos afirmativa do que a do Projecto. O governo afirma o poder de vigiar para que sejam aí observadas as normas, comuns a todos os estabelecimentos de ensino, sobre a higiene e disciplinas, como a história, que possam influir no sentimento patriótico»<sup>716</sup>.

#### 4.3.31 TÍTULOS ACADÉMICOS

SS/AP – artigo 10º, § 8 – O Estado Português reconhece os graus académicos conseguidos nas faculdades pontificias de Roma e de Portugal.

Em Itália, pela Concordata de 1929, o Estado reconhece os diplomas das universidades pontificias e em Espanha, a Concordata de 1953 vai ditar a reconhecimento por parte do Estado de todos os efeitos dos graus maiores em ciências eclesiásticas conferidos a clérigos e seculares pelas faculdades aprovadas pela Santa Sé para efeitos de ingresso nas universidades do Estado. Esses graus seriam ainda considerados suficientes para o ensino das disciplinas da secção de letras dos centros de ensino médio dependentes da autoridade eclesiástica, sendo equivalentes a bacharelato.

Mas, como não existiam entre nós faculdades de Teologia, esta afirmação não tem para Salazar qualquer sentido. O secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros vai no entanto justificar a inserção deste parágrafo com o facto de lhe parecer que se prevê para breve a criação de uma academia pontificia em Portugal, mas a «comissão», na reunião de 5 de Abril, opta pela sua eliminação.

O nuncio transmite à Santa Sé a justificação que o Patriarca lhe dera:

«Não se fala dos graus académicos obtidos na faculdade pontificia. O Em. Patriarca assegurou-me que a omissão é devida somente ao facto de ela não ter aplicação em Portugal, visto que o Estado português não intervém nas habilitações dos eclesiásticos»<sup>717</sup>.

---

<sup>716</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>717</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

#### 4.3.32 COBRANÇA DE TAXAS E COLECTAS

SS/AP – artigo 11º, § 1 – A Igreja pode livremente cobrar taxas e colectas no interior e à porta das igrejas, assim como nos edifícios e lugares que lhe pertencem.

GP/PO – artigo 5º – A Igreja pode livremente cobrar dos fiéis colectas para a realização dos seus fins, designadamente no interior e à porta dos templos, assim como nos edifícios e lugares que lhe pertençam.

Quanto à livre cobrança de colectas, doutrina que, segundo Cerejeira, foi inspirada na Concordata italiana (artigo 2, nº 5), Oliveira Salazar prefere que se especifiquem os seus fins e manifesta-se contra a utilização da palavra «taxas», que entende dever ser reservada às finanças públicas. Teixeira de Sampaio sugere que em lugar das «taxas» se utilizem as palavras «contribuições» ou «donativos».

A Comissão, a 5 de Abril, concorda com a eliminação proposta pelo Presidente do Conselho. Figueiredo irá redigir a segunda fórmula onde, para além deste reparo, acrescenta, tal como Salazar sugerira, que a liberdade de cobrar colectas se cinge a «fins de culto». Na quinta fórmula o texto será alterado: «para a realização dos seus fins».

O núncio informa a Secretaria de Estado (16 de Julho de 1937):

«O Em. Patriarca observa que tal artigo representa um melhoramento do Projecto (não tem importância a eliminação da palavra “taxas”, que praticamente está contida na “colecta”), porque é autorizada a recolha de dinheiro mesmo fora dos templos, edifícios e lugares de responsabilidade da Igreja, que no texto governativo são apenas uma exemplificação. Isso, afirma sua Eminência, nem mesmo está na Concordata com a Itália»<sup>718</sup>.

#### 4.3.33 OS BENS DA IGREJA

SS/AP – artigo 11º, § 2 – É reconhecida à Igreja Católica a propriedade dos bens eclesiásticos que anteriormente lhe pertenciam como templos, paços episcopais e outras residências eclesiásticas com seus passais, seminários com suas cercas, casas das comunidades religiosas e dos institutos eclesiásticos, paramentos, alfaías e outros objectos affectos ao culto e religião católica, que ainda não foram affectados a outro destino, ou, tendo-o sido, venham a ficar livres.

GP/PO – artigo 6º, § 1 – É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens eclesiásticos que anteriormente lhe pertenciam e ainda em poder do Estado, como templos, paços episcopais ou residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos eclesiásticos, paramentos, alfaías e outros objectos affectos ao culto e religião católica, salvo os que se achem ocupados ou utilizados por serviços públicos e os classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público».

<sup>718</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

Itália, art. 2, § 5 – As autoridades eclesiásticas podem, sem qualquer interferência da parte das autoridades civis, fazer colectas no interior e à porta das igrejas e dos edifícios que lhe pertencem.

Salazar concorda com a redacção proposta no anteprojecto da Santa Sé, excepto na última parte. Considera que tem implicações importantes a afirmação segundo a qual serão devolvidos também os bens que, atribuídos pelo Estado a outro fim, venham ainda a ficar livres: «dada a sofreguidão dos serviços pelos prédios em que se possam instalar melhor, levantar-se-iam dificuldades graves quando cada prédio vagasse». Mas pondera, no entanto, a possibilidade do Governo se obrigar por escrito «a considerar com benevolência os pedidos que lhe fossem dirigidos no sentido de restituir bens hoje afectos mas que em momento posterior viessem a vagar».

Relativamente a esta norma, Oliveira Salazar interroga-se também se se julgam afectos a outro destino os títulos averbados a pessoas ou entidades eclesiásticas entregues à Comissão de Bens das Igrejas. Uma questão à qual tende a responder afirmativamente. Porém, atendo «à pobreza da Igreja e às necessidades presentes, sobretudo com a formação do clero, parece que o capital correspondente à parte não comprometida nas instituições tutelares de menores» devia ser restituído. Lembre-se que Cerejeira solicitara a restituição dos valores que constituíam o fundo da Comissão de Execução da Lei de Separação<sup>719</sup>.

Põe ainda em causa se os objectos de culto agora integrados em museus se podem considerar afectados a outro destino, tanto mais que no parágrafo § 4 do anteprojecto da Santa Sé se fala em cedência desses mesmos objectos para fins de culto.

Na reunião de 5 de Abril, a «comissão» substitui a expressão «residências eclesiásticas» por «residências paroquiais» e vota a eliminação da expressão «venham a ficar livres». Nas suas anotações, Mário de Figueiredo escreve que a expressão «anteriormente» se deveria referir a algo em concreto, pelo que se acrescenta numa segunda versão da segunda fórmula «e ainda em posse do Estado». Nota também que entre a enumeração dos bens a devolver estão as «casas de comunidades religiosas», o que é tanto mais estranho quanto «através das conversas, se ter caminhado no sentido de eliminar quaisquer referências expressas a ordens religiosas». Porque será que, interroga-se, «quanto a esta disposição não se levantou o problema? Seria porque a fórmula é mais vaga do que ordens ou congregações?». Diz, por fim, não perceber o significado da expressão «institutos religiosos». Na versão que propõe vai, contudo, manter esta última, embora eliminando as «casas de comunidades religiosas». É Figueiredo quem introduz ainda a ideia de que não serão devolvidos os bens classificados como monumentos nacionais. Na segunda fórmula, já revista por Salazar, além da excepção dos monumentos nacionais, são acrescentados os bens «com valor histórico ou

---

<sup>719</sup> Ver ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 391-400) e ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 255-256).



artístico». Os bens «utilizados para outros fins» são substituídos pelos bens «ocupados ou utilizados por serviços públicos».

O núncio apostólico, a 16 de Julho de 1937, informa a Secretaria de Estado que «não se usa a palavra “casas de comunidades religiosas” para evitar inúteis e danosas oposições; mas essas estão certamente compreendidas na afirmação “casas de institutos eclesiásticos”» e «omite-se a afirmação «ou que tendo recebido venham a ficar livres», porque tem poucas vantagens práticas e o grande inconveniente de ser fonte de conflito para o futuro, dada a sua incerteza»<sup>720</sup>.

GP/PO – artigo 6º, § 2 – Os bens referidos na alínea anterior que não estejam em poder do Estado podem ser transferidos à Igreja pelos seus proprietários, independentemente de quaisquer encargos de carácter fiscal, desde que o acto de transferência seja celebrado dentro do prazo de seis meses, a contar da data da ratificação desta concordata.

Por sugestão de Cerejeira, na discussão da segunda fórmula pela «comissão», no início do mês de Maio, ter-se-á acordado em acrescentar uma alínea a este parágrafo que dissesse respeito aos «bens de particulares afectos ao culto». Assim, na terceira fórmula surge a isenção de encargos de carácter fiscal quando da transferência de bens à Igreja por outros proprietários que não o Estado, desde que essa transferência seja feita no prazo de três meses. Na quinta fórmula o prazo será alargado para seis meses. Esta nova alínea será submetida ao parecer da Santa Sé a 14 de Julho de 1937.

A Secretaria de Estado será informada pelo núncio de que este parágrafo «representa uma enorme vantagem, porque favorece a regularização da propriedade eclesiástica (episcopados, seminários, etc.), que está agora encoberta sob o nome de um indivíduo ou sociedade constituída segundo o direito comum, com todos os prejuízos e inconvenientes inerentes. Com a supracitada disposição estes edifícios podem passar juridicamente para a Igreja sem que se pague nada ao fisco pela transferência»<sup>721</sup>.

#### 4.3.34 MONUMENTOS NACIONAIS

SS/AP – artigo 11º, § 3 – Continua a cargo do Estado a conservação, reparação e restauração dos edifícios religiosos declarados monumentos nacionais, competindo à Igreja a sua guarda e o regime interno.

<sup>720</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

<sup>721</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

GP/PO – artigo 6º, § 3 – Os imóveis classificados como «monumentos nacionais» e como «de interesse público» ou que o venham a ser dentro de cinco anos, a contar da data da ratificação desta concordata, continuarão propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja; ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração, de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Igreja, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas, para dirigir as quais o Estado poderá nomear um funcionário seu.

Nos seus apontamentos de 19 de Março de 1937, Oliveira Salazar dirá:

O § suscita duas observações apenas: a) A doutrina é a legal e a executada na prática, mas o problema que se pretende resolver com a expressão do proj. – com representação da Igreja nos organismos oficiais – é um problema sério, que demanda solução mas esta não pode ser a proposta, visto não ser fácil ter a Igreja representação na D. G. dos Edifícios e Monumentos Nacionais ou mesmo nas Direcções Distritais de Obras Públicas. Os abusos que na prática se têm verificado resumem-se no desprezo absoluto (quase sempre) dos serviços pelas autoridades eclesiásticas quanto às exigências do culto durante e depois das obras. Ora neste ponto a Igreja deve ser ouvida – Talvez exigir, quanto à forma de realização das obras e modo de assegurar as necessidades do culto, o acordo prévio da Igreja ou das autoridades competentes da Igreja, como se disse acima (art. 9º § 4º) para a demolição de templos. b) Quanto à guarda – dec. 3856 artº 7º e dec. 11.887 art. 12º – É preciso garantir que possam ser reparados e até visitados em certos casos acompanhados por pessoas que possam explicar o valor histórico ou artístico do monumento – [?] o regulamento interno acerca do horário de visitas, etc. não pode deixar de pertencer à Igreja por causa da exigência do culto.

Teixeira de Sampaio, a 31 de Março de 1937, interroga-se sobre se os monumentos nacionais vão ser ou não devolvidos à Igreja.

A 5 de Abril de 1937, a «comissão» vota a necessidade das autoridades eclesiásticas serem ouvidas no que se refere à conservação, reparação e restauro destes imóveis. Quanto à sua guarda, aprova-se a ideia de acautelar os direitos do público (Mário de Figueiredo refere que este parágrafo foi votado pela comissão). A 1 de Maio de 1937, juntamente com Oliveira Salazar, esboça a redacção o parágrafo, sendo que o primeiro período é elaborado por Mário de Figueiredo e o segundo por Salazar. Assim, assume a seguinte forma:

Continua a cargo do Estado, com representação da Igreja nos organismos oficiais, a conservação, reparação e restauração dos edificios religiosos declarados monumentos nacionais, competindo à Igreja a sua guarda e o regime interno.

Em virtude dos cuidados e despesas com a reconstrução, reparação e conservação dos templos considerados monumentos nacionais, será o regime destes de propriedade do Estado e cessão perpétua a favor da Igreja Católica para efeitos do culto. Art. 11 § 3 (em ligação com o 2º).

Na segunda fórmula, manuscrita por Mário de Figueiredo, a redacção aproxima-se do texto definitivo:

Os classificados como monumentos nacionais continuam propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja; ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração, de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Igreja, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita a horário de visitas, para dirigir as quais o Estado poderá nomear funcionário seu.

Mário de Figueiredo anota ainda que também se poderia fazer aqui referência «aos monumentos com valor histórico ou artísticos não declarados monumentos nacionais, aludindo à faculdade para o Estado de os conservar, reparar e restaurar como monumentos nacionais». Levanta, todavia, a possibilidade de tal ser regulado por via do direito interno. Salazar acolhe a sugestão de Figueiredo, acrescentando nesta versão, além dos monumentos nacionais, os imóveis com interesse público ou aqueles que vierem a ser classificados num período de 5 anos. A Comissão reúne a 11 de Maio e concorda também com a sugestão de Mário de Figueiredo, mas elimina a frase que diz respeito à nomeação de um funcionário para dirigir as visitas a estes imóveis. A terceira fórmula vai, no entanto, incluí-la, e a mesma vai constar da redacção oficialmente proposta à Santa Sé.

A 16 de Julho de 1937, o nuncio transmite à Secretaria de Estado que esta «disposição relativa aos imóveis classificados como “monumentos nacionais” e como “imóveis de interesse público”, embora continuem a ser propriedade do Estado (o prazo de 5 anos é para permitir terminar a classificação), tem na prática, observa o Em. Patriarca, a consequência de o Estado permanecer obrigado (conservação, reparação, etc.)» e a Igreja tem a vantagem dos imóveis permanecerem «com atribuição permanente ao serviço da Igreja». Depois, diz-se, é introduzida de novo, com grande vantagem para a Igreja, a afirmação de que a «conservação, reparação e restauro destes edifícios deve ser feita em harmonia com o plano estabelecido de acordo com a Igreja, para evitar perturbações no serviço religioso». Quanto à nomeação de um funcionário para dirigir as visitas, o Cardeal Patriarca terá dito que deste modo o encargo ficava do lado do Estado<sup>722</sup>.

---

<sup>722</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

#### 4.3.35 OBJECTOS DE CULTO

SS/AP – artigo 11º, § 4 – Os objectos destinados ao culto que se encontrem incorporados em algum museu, serão sempre cedidos para as cerimónias do culto, no templo a que pertenciam, quando sejam guardados na mesma localidade, mediante requisição do respectivo representante, que os guardará com o devido cuidado.

GP/PO – artigo 6º, § 4 – Os objectos destinados ao culto que se encontrem incorporados em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias do culto no templo a que pertenciam, quando sejam guardados na mesma localidade, mediante requisição da autoridade eclesiástica respectiva que velará pela sua guarda sob a responsabilidade de fiel depositária.

Salazar anota que este artigo é textualmente o artigo 14º do Decreto nº 11.887, embora neste a autoridade eclesiástica fosse considerada fiel depositária dos objectos. Ora, o Presidente do Conselho entende que a substituição desta última parte do artigo pela frase «que as guardará com o devido cuidado» decorre do facto da Santa Sé «não reconhecer expressamente a propriedade do Estado em relação aqueles objectos». A este respeito dirá:

É razoável o melindre e pode ser aceite a nova redacção. Se o § não fosse a cópia fiel da lei, valeria a pena para evitar mal-entendidos [e] deixar expressa a ideia de tratar-se de objectos que se encontravam em serviço quando foram incorporados, de poderem ainda servir, dado o seu estado de conservação, e de serem pedidos para cerimónias do culto de [?]. Isto é o que praticamente se tem executado, mesmo no silêncio da lei, com uma ou outra dificuldade e rabugice de parte a parte. Valerá a pena restringir agora uma faculdade que desde 1918 foi reconhecida nos termos [?] e verificado que não tem tido inconvenientes de ordem prática?

Teixeira de Sampaio interroga-se a 31 de Março de 1937 sobre se este parágrafo «não dá lugar a constantes dificuldades e conflitos», mas a «comissão» irá aprová-lo na reunião de 5 de Abril. A fórmula vai sofrendo algumas alterações sendo digno de nota o facto de, a 11 de Maio de 1937, a «comissão» aprovar a substituição das palavras «os tratará com o devido cuidado» por «se constituirá fiel depositária», aproximando assim a redacção do Decreto nº 11.887. Na quinta fórmula, de 9 de Julho de 1937, a palavra «museus» é seguida de «do Estado e das autarquias locais e institucionais». O núncio explica à Secretaria de Estado o que se pretende com estas alterações:

Quanto aos objectos que se encontram nos museus, é especificado tratar-se de museus do Estado e autarquias locais ou de outros institutos públicos, para deixar inteiramente livre os museus das Igrejas (catedrais, etc.), já que se trata de uma obrigação para o Estado.

Quanto à custódia dos mesmos objectos afirmava-se no projecto que o representante da Igreja «os custodiaria com o devido cuidado». Isto pareceu uma escassa garantia para o Estado, que a substituiu pela afirmação: «A autoridade eclesiástica respectiva ficará responsável pela sua custódia sob a responsabilidade do fiel depositário». De acordo com esta afirmação – observa o Em. Patriarca – a Igreja é salvaguardada, a qual só assume uma responsabilidade, mas não é declarada fiel depositária.

#### 4.3.36 ISENÇÕES FISCAIS

SS/AP – artigo 11º, § 5 – São isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os bens eclesiásticos de que se trata no parágrafo 2 precedente.

Os demais bens eclesiásticos, não compreendidos no dito parágrafo, não poderão ser onerados de contribuições especiais.

GP/PO – artigo 8º – São isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os templos e objectos neles contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, os editais e avisos afixados à porta das igrejas, para efeitos de culto, e os clérigos pelo exercício do seu múnus espiritual.

Nas suas notas de 19 de Março de 1937, Oliveira Salazar dirá que já são isentos de contribuição predial os templos e os objectos nele contidos, enquanto os seminários são isentos de contribuição industrial. Esta última isenção deve-se à «extrema pobreza dos alunos», razão pela qual esses institutos devem ser também isentos de contribuição predial. Já as residências paroquiais e os passais não estão isentos de contribuição predial, o que estaria correcto, no entender do Presidente do Conselho, não fosse o clero «tão pobre que é quase uma violência exigir o imposto» (embora depois, na redacção final, não haja referência a esta isenção). Entende que os paços episcopais «podem e devem pagar contribuição predial». Este valor seria exagerado se estivessem isentos os antigos paços episcopais, mas julga que «nenhum foi restituído e todos foram destinados a outros fins».

Refere que na Polónia as casas de religiosas com voto de pobreza estão também isentas<sup>723</sup>, «mas aqui não convém fazer-lhes referência expressa».

Em seu entender, este parágrafo merece o acordo do Governo, mas com dois reparos: 1) deve fazer-se a enumeração do que se considera isento; 2) «na segunda parte do artigo deveria apenas como esclarecimento (visto a doutrina ser a constitucional) acrescentar-se: ou mais onerosas que as lançadas sobre a mesma espécie de bens em igualdade de condições».

Fala depois no facto de não ser fazer referência à isenção de imposto profissional por parte dos eclesiásticos pelo exercício da sua missão. Embora a questão já tivesse sido «levantada pelas repartições e resolvida no sentido da isenção, administrativamente», considera que talvez se devesse fazer «expressa referência à isenção desse ou de outros impostos semelhantes, em virtude do carácter sagrado da missão sacerdotal». Põe ainda a

---

<sup>723</sup> Polónia, art. 15º - Os eclesiásticos, os seus bens e os bens das pessoas sob a lei eclesiástica e monacal gozarão do mesmo regime fiscal das pessoas e dos bens dos cidadãos laicos da República da Polónia, excepção feita a todos os edifícios destinados ao serviço divino, aos seminários eclesiásticos, aos noviciados de monges e de religiosos que pronunciam os votos de pobreza, bem como os bens e os títulos cujos rendimentos sejam destinados ao culto religioso e não aumentem os rendimentos pessoais dos beneficiários. As habitações dos bispos e do clero paroquial bem como os locais oficiais serão tratados pelo Tesouro do Estado do mesmo modo que as habitações oficiais dos funcionários e os locais das instituições do Estado.

hipótese de se declarar aqui que os bens da Igreja não possam ser onerados com encargos superiores a outros com os mesmos fins (v.g., beneficência, cultura). A «comissão», a 5 de Abril, vai concordar com as observações do Presidente do Conselho.

Mário de Figueiredo irá redigir a seguinte fórmula:

São isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os templos e objectos neles contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, os editais e avisos afixados à porta das igrejas, e de imposto profissional os clérigos.

Sobre os demais bens eclesiásticos não podem recair contribuições mais onerosas do que as lançadas sobre outros bens da mesma espécie, em igualdade de condições.

No entanto, numas notas em que justifica as alterações, dirá: «É claro que não era este o lugar próprio para estabelecer a isenção do imposto profissional. É talvez, no entanto, preferível referi-la aqui do que numa disposição independente. O mesmo para os editais e avisos».

Na reunião de 11 de Abril, decide-se eliminar a afirmação «Sobre os demais bens eclesiásticos não podem recair contribuições mais onerosas do que as lançadas sobre outros bens da mesma espécie, em igualdade de condições» e também a referência explícita ao imposto profissional, ficando os clérigos inseridos na restante enumeração, ainda que se justifique o motivo da isenção: «pelo exercício do seu munus espiritual». O artigo adquire assim a sua última formulação.

A 16 de Julho de 1937, Ciriaci esclarece a Santa Sé:

A isenção de impostos é concedida aos templos (compreendendo os objectos neles contidos), aos seminários e a qualquer estabelecimento destinado à formação do clero. Não são incluídos os paços episcopais e as outras residências eclesiásticas, que eram contempladas no projecto. Mas neste não se fazia menção do que foi acrescentado no texto do governo, que é a isenção de todos os impostos para os clérigos no exercício dos seu ministério espiritual e para os editais e avisos afixados na porta da Igreja para efeitos de culto.

A alínea do projecto que afirmava que os bens eclesiásticos sujeitos ao imposto ordinário não podiam ser onerados de impostos especiais foi omitida no texto do governo por desnecessária, estando essa doutrina consagrada na Constituição portuguesa.

#### 4.3.37 MISSÕES

SS/AP – artigo 12º, § 1 – As missões católicas do Ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.

GP/PO – artigo 27º – As missões católicas do Ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os seus serviços e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino, com os direitos e privilégios que lhes foram reconhecidos pelo Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas.

De acordo com a proposta da Santa Sé, neste parágrafo, como diz Salazar nas suas notas de 19 de Março de 1937, transcreve-se textualmente o artigo 24º do Acto Colonial e o artigo 248º da Carta Orgânica do Império Colonial<sup>724</sup>. O artigo 5º do Estatuto Missionário (Decreto nº 12.485, de 13 de Outubro de 1926) difere apenas quando acrescenta quem representa as missões<sup>725</sup>.

Na segunda fórmula, escrita por Mário de Figueiredo em Abril de 1937, este artigo vai incorporar a doutrina do artigo 12º, § 2 proposto pela Santa Sé. Aparentemente, esta alteração não decorre nem das observações de Oliveira Salazar, nem da sugestão da «comissão», mas da iniciativa do próprio Mário de Figueiredo.

O nuncio faz notar à Santa Sé que se afirma neste artigo «a ajuda concedida aos missionários católicos – e só a estes – do Estado português: subvenções oficiais, viagens gratuitas, privilégios dos funcionários, etc.».

SS/AP – artigo 12º, § 2 – As missões e os missionários da Igreja Católica nas Colónias Portuguesas continuarão a gozar dos direitos e privilégios, que lhes foram reconhecidos pelo Decreto 12:485 de 13 de Outubro de 1926 (Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas).

GP – Fundido no artigo 27º.

Salazar, nas suas notas de 19 de Março, diz nada ter a objectar quanto às missões, mas quanto aos missionários considera existirem disposições «acerca de vencimentos, aposentações, etc. que variam com princípios informadores da legislação interna a todos os

<sup>724</sup> «As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino».

<sup>725</sup> «As missões católicas portuguesas constituem pessoas morais com capacidade jurídica e são legitimamente representadas pelos prelados e seus delegados, que são os vigários gerais, os superiores distritais de missões, os superiores destas, os párocos e quaisquer procuradores, com os poderes que os prelados lhes conferirem.

funcionários públicos», pelo que entende que «não convém tomar na Concordata compromissos acerca destes». Sugere então a eliminação na primeira linha das palavras «e os missionários», «ficando assim apenas como matéria contratual os direitos e privilégios das missões». Já se viu que Figueiredo irá incorporar este parágrafo no artigo 27º do projecto oficial do Governo.

SS/AP – artigo 12º, § 3a – Em todo o território do Império Português as missões católicas estarão sujeitas à autoridade e vigilância dos prelados portugueses das respectivas Colónias; os quais poderão criar direcções missionárias, provinciais ou distritais.

Estas direcções serão criadas com a autorização da Santa Sé e prévio acordo com os governos das províncias, sempre que a sua criação importe novos encargos para a Colónia.

GP – artigo 28º, § 1 – Em todo o território do Império Português as missões católicas, nacionais ou estrangeiras estarão sujeitas à jurisdição ordinária dos prelados das respectivas colónias. Nas colónias portuguesas os bispos poderão criar direcções missionárias, provinciais ou distritais, com prévio acordo dos respectivos governos.

Quanto à proposta da Santa Sé, Oliveira Salazar anota a 19 de Julho:

- É reclamação do Governo português. A redacção parece suficiente para garantir a superintendência dos bispos portugueses e não da Propaganda Fide sobre as missões católicas, nacionais ou estrangeiras. Não há dúvida, mas conviria que a redacção fosse essa, acrescentando-se a missões católicas – nacionais ou estrangeiras.

- Na segunda parte do § deve dizer-se "governos coloniais" em vez de "governos das províncias". Se a criação das direcções missionárias não trazer encargo para a Colónia, esta não tem de dar o seu acordo mas convinha que lhe fosse notificado o acto.

- Supondo que o governo da metrópole algum dia subsidia as Missões nas Colónias [...], não deveria prever-se, ao menos na fórmula a empregar, o seu acordo na criação das direcções provinciais ou distritais [...], redigindo: ... acordo com o governo na metrópole ou com os governos coloniais, sempre que a sua criação importe novos encargos para um ou para as outras?

Em concordância com estas observações, Mário de Figueiredo reformula o texto do parágrafo:

Em todo o território do Império Português as missões católicas nacionais ou estrangeiras estarão sujeitas à autoridade e vigilância dos prelados portugueses das respectivas Colónias exclusivamente; os quais poderão criar direcções missionárias, provinciais ou distritais.

Estas direcções serão criadas com a autorização da Santa Sé [?] e prévio acordo com os governos das colónias.

A palavra «exclusivamente» será trocada, mais tarde, pela expressão por «dentro da hierarquia», a qual acabará por ser eliminada quando a «comissão» analisa a segunda fórmula (4, 6, 10 e 11 de Maio).



As palavras «autoridade e vigilância» só serão substituídas por «jurisdição ordinária» da 5ª (9 de Julho) para a sexta fórmula (proposta oficial de 14 de Julho), sendo que esta alteração pode muito bem ter partido da iniciativa de Cerejeira.

O núncio diz a este respeito: «Quis-se precisar, para evitar inconvenientes».

Quanto à segunda parte do parágrafo, importa referir que, logo na segunda fórmula redigida por Mário de Figueiredo, a criação de direcções missionárias passará a estar sempre subordinada ao acordo prévio com os governos provinciais (e não apenas no caso em que a sua criação implique novos encargos para a Colónia) – assim se deliberou na reunião da «comissão» de 5 de Abril de 1937.

Eliminou-se a referência à autorização da Santa Sé pois, como informa o núncio à Secretaria de Estado, a mesma é desnecessária uma vez que os bispos dependem dela. Esta alteração decorreu também da reunião da «comissão» de 5 de Abril.

SS/AP – artigo 12º, § 3b – A nomeação dos directores das mesmas deverá recair em cidadãos portugueses, ou em pessoas que tenham aceitado o foro português.

GP/PO – artigo 28º, § 2 – As nomeações dos directores deverão recair em cidadãos portugueses ou, não sendo possível, far-se-ão por acordo, sempre revogável, com o Governo Português.

Salazar, a 19 de Março de 1937, interroga-se sobre o que quererá dizer «aceitar o foro português». Se se pretende dizer que terão de ser portugueses, então considera a redacção inconveniente devido à falta de missionários em Portugal. Sugere, assim, que se redija uma fórmula nos seguintes termos: «cidadãos portugueses, ou, não sendo possível, em pessoas [...]». Teixeira de Sampaio também não percebe o alcance da expressão «aceitar o foro português». Na reunião de 5 de Abril de 1937, estabelece-se a seguinte fórmula: «[...] deverá recair em cidadãos portugueses ou no caso de impossibilidade mediante entendimento com o Governo português». Mas, é a segunda fórmula, de 1 de Maio de 1937, redigida por Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, que consagrará a versão definitiva.

O núncio informará a Santa Sé, a 16 de Julho de 1937, que o Governo português não exclui a possibilidade de nomear estrangeiros, «mas quer usar de cautela para se prevenir no campo político».

#### 4.3.38 DIVISÃO RELIGIOSA DO ULTRAMAR

SS/AP – artigo 12º, § 4a – A Santa Sé poderá dividir e aumentar as dioceses portuguesas do Ultramar. Em consideração porém das prestações e subsídios pecuniários dados pelo Governo português às missões, a Santa Sé procederá neste ponto de acordo com o mesmo Governo.

GP – artigo 29º – A Santa Sé poderá, por acordo com o Governo, alterar o número e área das dioceses portuguesas do Ultramar, mantendo-se sempre, salvo o estabelecido na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, dentro dos limites do território nacional.

Salazar começa por apontar, a 19 de Março de 1937, um problema de redacção: considera que a expressão «dividir e aumentar» é, em si mesma, contraditória, se bem que não tenha importância uma vez que o território português se encontra bem delimitado. Teixeira de Sampaio, por seu lado, alerta para a necessidade de ter em conta a questão da divisão da arquidiocese de Bombaim, embora o artigo use a expressão «dioceses portuguesas do Ultramar».

Por acordo da «comissão», a 5 de Abril votou-se a introdução da expressão «nos limites do território nacional» e a eliminação das palavras «dividir e aumentar», que foram substituídas por «alterar o número e a área». Mário de Figueiredo redige a segunda fórmula, incorporando estas alterações e eliminando a referência aos subsídios do Governo.

GP – artigo 30º – Serão criadas pela Santa Sé as províncias eclesiásticas de Angola e Moçambique, assim constituídas:

Província eclesiástica de Angola:

Arquidiocese Metropolitana de Luanda com as dioceses sufragâneas de S. Tomé, actualmente sufragânea de Lisboa, e as outras que forem criadas na mesma província eclesiástica de acordo com o Governo Português.

Província eclesiástica de Moçambique:

Arquidiocese Metropolitana de Lourenço Marques com as dioceses sufragâneas que forem de novo criadas de acordo com o Governo.

Será também criada nos territórios portugueses de Timor a diocese de Timor, com sede em Dili.

Salazar anotarà a 19 de Março de 1937 que «convirá prever desde já a divisão da diocese de Luanda». No entanto, a inclusão deste parágrafo só foi decidida na quinta fórmula, a 9 de Julho de 1937, cinco dias antes da entrega oficial do projecto.

#### 4.3.38 BISPOS ULTRAMARINOS

SS/AP – artigo 12º, § 4b – Fica entendido que os Bispos são directores das missões católicas da respectiva diocese e serão oficialmente considerados como chefes de serviço público provincial para o efeito de vencimento, ajudas de custo e mais vantagens que são concedidas aos funcionários superiores desta categoria.

Na sua análise solitária ao anteprojecto da Santa Sé, Oliveira Salazar escreverá que, quanto à equiparação dos directores das missões a chefes de serviço público provincial, a matéria já foi resolvida por Decreto. Em relação à afirmação de que os bispos serão os directores das missões, «tem sido o Governo quem entrega a direcção das missões ao respectivo Bispo». Salazar interroga-se:

Convirá este sistema ou poderá admitir-se o proposto? O vigente tinha explicação e uma certa vantagem no sistema actual em que o gov. português não era ouvido acerca dos bispos que eram nomeados pela Santa Sé.

Contudo, o Presidente do Conselho considera que, se se aplicar aos bispos das colónias a doutrina do artigo 5º do projecto de Concordata – direito de objecção – não será necessário manter a legislação actual e pode ser aceite a formulação proposta. Mas «para tanto convém porém que no art. 5º se redija: “... de Portugal e do Império Colonial Português” ou “de todo o território português” ou ainda qualquer outra frase equivalente». O que não se fez, provavelmente, por ter a comissão julgado que o artigo 5º continha em si mesmo tal doutrina.

Salazar propõe ainda que se mude o termo «oficialmente» para «legalmente» e se diga «chefes de serviço» em vez de «chefes de serviço público provincial». Teixeira de Sampaio interroga-se sobre o significado da expressão «chefes de serviço público». Nas reuniões de Abril, decide-se, assim, que a expressão «chefes de serviço» seja substituída por «funcionários superiores», o que Figueiredo incorporará na segunda fórmula, mas que será ainda corrigida por Salazar alcançando a sua formulação definitiva.

#### **4.3.39 PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE**

SS/AP – artigo 13º – As convenções estipuladas entre a Santa Sé e o Governo Português a 15 de Abril de 1928 e a 1 de Abril de 1929, relativas ao Padroado Português do Oriente, mantêm-se em vigor, salvas as modificações que poderão ser determinadas de comum acordo entre as duas Altas Partes.

GP/PO – artigo 31º – Mantêm-se em vigor as disposições da Concordata de 21 de Fevereiro de 1857, ressalvadas pela Concordata de 23 de Junho de 1886, e as da Concordata de 23 de Junho de 1886, na parte não atingida por acordos posteriores, designadamente pelos de 15 de Abril de 1928 e 11 de Abril de 1929, e por esta convenção.

Quanto a este artigo, Oliveira Salazar anota que «nada há a objectar», se bem que «poderia talvez acrescentar-se que nenhuma concessão feita a Portugal nessa Convenção ou

Concordata anterior (1886) relativa ao Padroado Português do Oriente superior às constantes da presente é por ela alterada». Invoca para tanto o ofício que Trindade Coelho enviara a Teixeira de Sampaio, a 18 de Outubro de 1932<sup>726</sup>, e uma nota do projecto de Monsenhor José de Castro na qual se diz que «de propósito não se faz referência ao Padroado. 1º, porque este assunto já está regulado pelo Acordo de 1929; 2º, pelo perigo deste cair na hipótese de ruptura de relações com a Santa Sé; 3º porque a Santa Sé não iria fazer uma verdadeira revolução nas circunscrições eclesiásticas recém-criadas»<sup>727</sup>.

Oliveira Salazar considera que a posição de Portugal na matéria é juridicamente débil, tendo a Santa Sé mantido de facto a situação criada pela Concordata de 1886, «mas sem conferir expressa revalidação da situação concordatária». O chefe do Governo julga então conveniente «aproveitar a oportunidade de resolver a questão, ao menos com uma referência indirecta àquela Concordata e ao seu valor, salvas as modificações que as duas convenções de 1928 lhe introduziram». Dirá ainda:

Esta questão afigura-se-me muito importante politicamente, e evitará, se resolvida agora, discussões desagradáveis no futuro, com o inconveniente de [?], uma vez feita esta Concordata, a nossa posição não ser forte.

Teixeira de Sampaio redige também uma longa nota sobre este artigo:

A Sta. Sé declarou em 1925 ou 26 em nota anterior ao início das negociações do acordo de 1928, e a propósito da nomeação do Bispo de Damão feita pelo Governo de então em consulta [?] à Santa Sé, que considerava abolida a Concordata de 1886 desde a Lei da Separação. Até então nunca tornara conhecida esta opinião. Aconselhei então, embora fosse simplesmente arquivista do Ministério [?] se pedisse ao Núncio a retirada daquela nota. O meu parecer não foi aceite, creio que no receio de iniciar discussão com o Núncio.

Quando o governo começou as negociações levantadas por aquele incidente fizeram-se diligências p.<sup>a</sup> a retirada daquela nota que punha a questão num pé desfavorável para Portugal (aliás justificadamente). Era já tarde. Nesta parte a atitude do M. de Portugal foi [?] instante em Roma. A Santa Sé acabou por declarar virtualmente retirada a nota e prometeu até, se a memória me não falha, que a retiraria de facto logo que chegássemos a um novo acordo. Faltou a isto como faltou à promessa de uma "especial demonstração de estima para com Portugal" eufemismo dum 2º Cardeal p.<sup>a</sup> Portugal na pessoa do Arcebispo de Goa.

No decurso das negociações sustentámos sempre a vigência da Concordata de 1886. Conseguiu-se mencioná-la no preâmbulo do novo Acordo e deixar, pela redacção do art. IX do

---

<sup>726</sup> «Remeto-lhe, confidencialmente, o projecto de Concordata que enviei ao ministro, (...); acrescentando que o projecto, tal qual lho expedia, deveria ser aceite, sem discussão pela Santa Sé; e que nele não regulara as desordenadas coisas do Oriente, porque, conhecedor dos *hasards* da política, temia que a denúncia da Concordata arrastasse, na *débacle*, o que nos [?]. Portanto, deixemos muito sossegados os deploráveis acordos de 29. Não concorda?...»ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 2, fl. 46).

<sup>727</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 2, fls. 47-60).

mesmo, implicitamente reconhecido que caducavam apenas as cláusulas contrárias às novas estipulações. Mas isto tudo de maneira um pouco ambígua. À última hora a Sta. Sé ainda quis redigir o preâmbulo da Concordata de modo que aludisse veladamente à sua nota. Isso disse o nosso M<sup>o</sup>.

A redacção do artigo agora proposta destrói definitivamente a existência da Concordata de 1886 e os artigos da de 1857 que ela mantinha.

O Bispo de Macau é da opinião que a C. de 86 está em vigor<sup>728</sup>.

Nas reuniões de Abril de 1937 fica acordado que este artigo será redigido de modo a reafirmar a vigência das concordatas de 1857 e 1886. Depois de várias formulações, chegou-se, já na discussão da segunda fórmula, ao texto definitivo. Ciriaci explicará à Santa Sé, a 16 de Julho de 1937, que «o Governo considera oportuno, para melhor satisfazer a opinião pública, tão sensível à questão do Padroado, que sejam também recordadas as concordatas precedentes».

#### 4.3.40 DIREITO SUBSIDIÁRIO

SS/AP – artigo 14º, § 1 – Todas as mais matérias, relativas a pessoas e coisas eclesiásticas de que se não tratou nos artigos precedentes serão reguladas segundo as normas do Direito Canónico.

Salazar dirá que, não obstante esta norma se encontrar em várias concordatas, a matéria «levantou questões de parte dos jurisconsultos que atacaram textos idênticos com o fundamento de se considerar o Direito Canónico como subsidiário do direito interno», o que se quer evitar em Portugal. E que, se não for esse o sentido a dar, então é inútil pois o Estado não é competente para legislar em matérias eclesiásticas. Assim, «convém que seja eliminado».

Teixeira de Sampaio parece partilhar esta opinião quando diz: «não teria os mesmos inconvenientes que admiti-lo p.<sup>a</sup> o casamento?».

Na reunião de 5 de Abril de 1937, a «comissão» vai também considerá-lo inútil, pelo que será eliminado nas fórmulas posteriores

---

<sup>728</sup> A nota do Núncio a que Teixeira de Sampaio se refere encontra-se citada nas p. 49-51.

#### 4.3.41 INTERPRETAÇÃO DA CONCORDATA

SS/AP – artigo 14º, § 2 – Se de futuro surgir alguma dificuldade sobre a interpretação dos presentes artigos, ou se tornar necessário regular questões relativas a pessoas ou bens eclesiásticos não tratadas nesta Convenção, que toquem na esfera do Estado, a Santa Sé e o Governo Português procederão de comum acordo a uma amigável solução.

GP/PO – artigo 32º – Se vier a surgir qualquer dúvida na interpretação desta concordata, a Santa Sé e o Governo Português procurarão de comum acordo uma solução amigável.

Quanto a este parágrafo, Oliveira Salazar anotárá, a 19 de Julho de 1937, que o seu conteúdo se encontra também noutras concordatas, não havendo dificuldades em aceitá-lo. Porém, nas concordatas alemã, romena e italiana<sup>729</sup> não se encontra a frase «ou se tornar necessário regular as coisas eclesiásticas não tratadas nesta convenção». Assim, «não convém que apareça na Concordata Portuguesa, embora ao espírito e à letra desta repugne qualquer procedimento do Estado que não fosse conforme ao que se prescreve na citada frase».

Em contrapartida, Teixeira de Sampaio afirma que esta fórmula não tem qualquer consequência prática no domínio da diplomacia, sendo, porém, uma fonte de perpetuação de divergências, dando ainda a entender que «alguma coisa há que não foi regulada».

A «comissão», a 5 de Abril de 1937, vota a supressão da frase «ou se tornar necessário, etc.» e que a redacção seja substituída por:

«Se vier a surgir qualquer dúvida na interpretação desta concordata, a Santa Sé e o Governo Português procurarão por comum acordo uma solução amigável».

O parágrafo não recebe senão uma pequena alteração formal, e o núncio explicará à Santa Sé, a 16 de Julho:

«Preferiu-se uma redacção mais sucinta do que aquela do Projecto».

---

<sup>729</sup> Alemanha, art. 33º – Todas as questões relacionadas com os clérigos ou assuntos da Igreja, que não tenham sido tratadas nos artigos anteriores, serão regulados pela autoridade eclesiástica de acordo com o actual Direito Canónico.

Roménia, art. 22º – Todas as dificuldades e problemas que poderão surgir relativamente à interpretação da presente Concordata serão resolvidas de comum acordo entre a Santa Sé e o Governo.

Itália, art. 44º – Se surgir qualquer dificuldade no futuro, relativa à interpretação da presente Concordata, a Santa Sé e a Itália devem encontrar conjuntamente uma solução amigável.

#### 4.3.41 NORMA REVOGATÓRIA

SS/AP – artigo 14º, § 3. Com a entrada em vigor da presente Convenção, ficam revogadas todas as leis, regulamentos e disposições que vigorem na República Portuguesa, em quanto contradigam o disposto nesta Convenção.

Salazar considera que, muito embora este parágrafo se encontre em algumas concordatas, «não tem qualquer vantagem», sendo contrário ao uso legislativo português que acabou com as fórmulas de revogação global, razão pela qual advoga a sua supressão.

Teixeira de Sampaio anota, por sua vez: «A fórmula é toda em favor da Santa Sé; seria preferível a do art. VII do Acordo de 1929 [Consideram-se revogadas todas as disposições de anteriores documentos contrárias ao presente protocolo]».

Na reunião de 5 de Abril, a «comissão» opta pela sua eliminação.

#### 4.3.42 RATIFICAÇÃO

SS/AP – artigo 15º – A presente Concordata, cujo texto português e italiano igualmente farão fé, deverá ser ratificada e os instrumentos de ratificação deverão ser trocados quanto antes. A Concordata entrará em vigor no dia de troca dos ditos instrumentos.

GP – artigo 33º – A presente Concordata, cujos textos português e italiano farão igualmente fé, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução dependa da legislação interna complementar, em que só entrará em vigor com a vigência desta, vigência cujo início não poderá ultrapassar o prazo de dois meses sobre a ratificação.

A 19 de Março de 1939 Salazar anota:

É simples transcrição de muitas outras concordatas.

– No caso português, é preciso atender à forma como fica resolvida a questão do casamento, porque se há-de estar preparado e publicada legislação conveniente a tempo de se poder aplicar, ou se há-de fixar para data posterior à da ratificação da Conc. para esta entrar em vigor naquele preceito.

Teixeira de Sampaio considerará que é mais prudente «ou marcar um prazo p.<sup>a</sup> a ratificação (tem o inconveniente de dar alento à campanha política a curto prazo, p.<sup>a</sup> tentar impedir a satisfação) o que daria tempo p.<sup>a</sup> preparar a execução, ou marcar um certo número de dias depois da ratificação. Não é uma fórmula muito usual mas nada se lhe opõe [?] visto que a ratificação confirma tudo qto. o tratado encerra e assim aquela cláusula também».

A «comissão» delibera a introdução de um prazo e Mário de Figueiredo redigirá novamente o parágrafo nos seguintes termos:

A presente Concordata, cujos textos português e italiano farão igualmente fé, deverá ser ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução depende da publicação de legislação interna complementar em que só entrará em vigor com a vigência desta legislação, vigência cujo início não poderá ultrapassar o prazo de seis meses sobre a ratificação.

Na correcção que Oliveira Salazar fará ao texto de Figueiredo o prazo para a entrada em vigor da Concordata nas matérias que necessitam de legislação interna é encurtado para dois meses. Assim ficará no texto definitivo.

Em jeito de síntese, atente-se nas principais diferenças entre o «Borrão Primitivo» e o Projecto Oficial do Governo português. Do «Borrão Primitivo», foram eliminados: 1) a autorização de imagens e emblemas cristãos nas escolas e outros estabelecimentos públicos; 2) o juramento sobre os Evangelhos em actos públicos; 3) a regulação pela hierarquia eclesiástica do toque dos sinos; 4) o reconhecimento dos graus académicos obtidos nas faculdades pontifícias de Roma e de Portugal; 5) a proibição do divórcio para os casamentos católicos; 6) a determinação que estabelecia que todas as matérias relativas a pessoas e coisas eclesiásticas de que se não tratou na Concordata seriam reguladas pelas normas do Direito Canónico; 7) a revogação imediata de todas as leis, regulamentos e disposições que vigorem na República Portuguesa contrárias ao estabelecido na Concordata. Dos aditamentos feitos pelo Governo no seu Projecto Oficial salientam-se: 1) que os bens em pose de particulares possam ser transferidos à Igreja sem encargos de carácter fiscal; 2) a assistência religiosa às forças armadas apenas em tempo de guerra; 3) a obrigatoriedade do processo preliminar de publicação do casamento a exigência do certificado civil de que não há óbice legal para a sua celebração, 4) uma nova divisão eclesiásticas do Ultramar; 5) a reafirmação da vigência das concordatas oitocentistas.

Agora, era chegado o tempo de negociar.



## 5 DAS NEGOCIAÇÕES OFICIAIS À RATIFICAÇÃO DA CONCORDATA

A 14 de Julho de 1937 o Presidente do Conselho faz a entrega oficial do projecto de Concordata ao núncio Apostólico<sup>730</sup>. Neste encontro Salazar terá afirmado que só o fazia porque o havia prometido, já que entretanto eram divulgadas notícias pela imprensa francesa «acerca do mútuo desejo da Igreja em França e do governo francês de não fazerem Concordata», pois tal não era necessário ao bom entendimento entre as duas partes<sup>731</sup>.

Explica depois o processo de elaboração do projecto, desde o «projecto primitivo levado ao conhecimento do governo», passando pelo seu estudo e comparação com as concordatas modernas até à formulação do novo projecto, para o qual contribuíram na sua redacção e revisão várias «pessoas competentes». Terá dito ainda, «não tanto para negociações e *marchandage*», que o projecto continha as «concessões que politicamente podem no momento ser feitas», «tudo o que pareceu essencial, razoável ou justo, mesmo quando o projecto primitivo o não pedia», e presta esclarecimento quanto às alterações feitas relativamente à forma e à ordem das matérias tratadas, mencionando também as novas matérias introduzidas em benefício, quer da Santa Sé, quer do Governo.

Salazar pediu urgência na resposta da Santa Sé, fosse em que sentido fosse, porque ou se aproveitava o momento ou se «aguarda[va] outra oportunidade certamente bastante mais afastada para obra mais perfeita e completa». O motivo da urgência residia no facto de deter a pasta dos Estrangeiros e na dificuldade de as negociações serem retomadas por outro ministro.

Preferia que a negociação se fizesse em Portugal, para maior «facilidade tanto para a Santa Sé como para o Governo». Entendia que a negociação seria mais expedita se, em vez de se promoverem conferências, fosse utilizado «o método de pequenas memórias». Seriam secretas as negociações e, embora tivesse intenção de informar o ministro de Portugal no Vaticano de que havia negociações em curso, não lhe seria dado conhecimento do texto que serviria de base às negociações.

Salazar fez depois referência a algumas matérias contidas no projecto: a necessidade de manter o privilégio da Nunciatura de Lisboa; a necessidade da subordinação das missões aos bispos; a referência expressa de que continuavam em vigor as concordatas de 1857 e 1886

---

<sup>730</sup> «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos. I». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 7, fls. fls. 146-163).

<sup>731</sup> Esta mesma ideia é veiculada em Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 116. Ver René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 153.

no que respeita ao Padroado e semi-Padroado; a necessidade de ser prevista a criação de novas dioceses em Angola e Moçambique; o pouco significado do reconhecimento do domingo como dia oficial de descanso semanal numa Concordata, por ser «princípio comum a todos os povos da civilização ocidental». Faz ainda menção à ausência de certas matérias que o projecto devia contemplar, tais como o fazer coincidir as circunscrições administrativas com as circunscrições religiosas.

O Presidente do Conselho manifesta ainda o desejo de que a Concordata fosse assinada em Portugal, por motivos políticos, e a troca de ratificações se efectuasse em Roma. E, por fim, alude a uma demonstração especial de apreço por parte da Santa Sé que havia sido prometida quando se fizeram os acordos de 1928 e 1929 [segundo cardeal], que não chegou a ser feita e que não nomeia – «esperar-se-á que o mesmo aconteça agora», dirá.

O núncio, por seu turno, diz que o projecto é em si mesmo um «acto de grande coragem» da parte do Governo e, segundo testemunha o próprio Salazar, resultou de um muito bom conhecimento da mentalidade portuguesa em questões religiosas. Parece-lhe globalmente digno de ser aprovado embora seja normal que venham a ser levantadas algumas dificuldades por parte da Santa Sé, pois aí não se conhecem bem as «circunstâncias locais»<sup>732</sup>.

O representante da Santa Sé em Lisboa apressa-se a enviar um telegrama à Secretaria de Estado:

Considerando que o Doutor Salazar não pode ficar muito tempo na pasta dos Estrangeiros, foram adoptados procedimentos apressados e eu interrompi um tratamento em Paris, que retomarei depois.

Tenho o prazer de comunicar a V.E.R. que ontem recebi finalmente uma fórmula oficial do texto da Concordata, coisa sobre a qual esta gente demorou tanto tempo a decidir-se.

Considero esse texto digno de interesse da parte da Santa Sé.

Com ele podem iniciar-se contactos úteis para a solução da questão missionária porque a Nunciatura não podia até agora exercer alguma influência porque o Governo agia com base em disposições unilaterais.

Para evitar agitações danosas o Governo deseja absoluto segredo não só quanto ao texto mas também sobre toda a questão concordatária.

O ministro de Portugal na Santa Sé será informado das negociações da Concordata mas talvez não receba o texto do governo sobre o qual se pede para manter segredo mesmo com ele.

V.E.R. receberá o texto oficial do Governo com o meu relatório, na próxima semana,

[...].

---

<sup>732</sup> Conferencia com o Núncio em 14 de Julho de 1937, para entrega oficial do projecto de Concordata. ANTT, AOS/CO/NE-29<sup>a</sup> (pt. 7, fl. 164-176).

O Governo pede a máxima urgência, estando verdadeiramente ligada à questão da permanência do Dr. Salazar no Ministério dos Assuntos Exteriores neste momento delicado devido à questão espanhola<sup>733</sup>.

A 15 de Julho Cerejeira escrevera directamente ao Cardeal Secretário de Estado, dizendo que:

O projecto apresentado oficialmente foi «escrupulosamente elaborado sobre o anteprojecto que VE conhece: e em consciência devo dizer que foi feito num espírito de lealdade e de chegar àquilo que se julga poder conceder à Igreja.

Dadas as condições de Portugal – país de tradição católica, mas onde a ignorância religiosa e a herança regalista são profundas – tenho para mim que o Projecto tomado no seu conjunto pode ser muito vantajoso para a Igreja em Portugal (salvo sempre o julgamento da Santa Sé, que será definitivo ...: marcará o começo de uma nova época para a Igreja em Portugal).

É por esta razão que eu me permito recomendá-lo vivamente ao Santo Padre e a Vossa Eminência.

O Sr. Salazar deseja que este assunto seja resolvido rapidamente (ele que tem a Presidência do Ministério e mais duas pastas, tem pressa de deixar o Ministério dos Negócios Estrangeiros): e eu penso mesmo que se pode beneficiar da sua passagem pelos Negócios Estrangeiros se se quer chegar a bom termo.

Ele manifestou-me também o seu desejo de que as negociações e a assinatura sejam feitas em Portugal por razões internas e pessoais, se bem que o Nuncio é da opinião que elas se devem fazer em Roma; quanto à assinatura, se a Santa Sé considerar que se deve fazer em Roma, ele não insistirá<sup>734</sup>.

O Cardeal Secretário de Estado acusa a recepção da carta do Patriarca, agradece «as interessantes informações fornecidas» e informa que o assunto será submetido à Sagrada Congregação dos Assuntos Extraordinários. Confia, tal como Cerejeira, que «a Concordata marcará o começo de uma nova época para a Igreja em Portugal». Elogia depois Salazar, «que manifesta tanto as suas preocupações iluminadas com o futuro de Portugal e da Igreja Católica», e Cerejeira, a quem Portugal será também «devedor do feliz resultado que coroará, se a Providência permitir, a importante *démarche* iniciada hoje»<sup>735</sup>.

A 16 de Julho de 1937, o nuncio envia à Secretaria de Estado um extenso relatório sobre o projecto de Concordata. Junto remete à Santa Sé não só o texto do projecto entregue por Oliveira Salazar, que constituiu «o fim da dilação e da hesitação que duravam há tantos anos», como o anteprojecto que anteriormente o próprio nuncio entregara ao Governo português para este apresentasse o seu projecto oficial.

---

<sup>733</sup> ASV, Portugallo – Concordato, pos. 398 (3), fasc. 158, fl. 5-6.

<sup>734</sup> ASV, Portugallo – Concordato, pos. 398 (3), fasc. 158, s/f.

<sup>735</sup> Carta de 24 de Julho de 1937. ASV, Portugallo – Concordato, pos. 398 (3), fasc. 158, fl. 11.

Para o núncio, a entrega oficial do projecto não teria sido possível sem a presença de Oliveira Salazar no Governo, em particular na pasta dos Estrangeiros. O representante da Santa Sé elogia ainda «a obra altamente eficaz desenvolvida a este respeito pelo Em. Senhor Cardeal Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa» e pede para ambos «o justo elogio da Santa Sé».

Fará notar que a redacção dos artigos e a ordem seguida pelo Governo é, devido à mentalidade existente, muito distinta da proposta. No seu entender, a principal alteração consiste na eliminação da norma que ditava a inaplicabilidade do divórcio pelos tribunais civis ao matrimónio católico, pois Salazar temia que viesse a ser contraproducente para a Igreja, podendo levar a que muitos não se casassem religiosamente. O núncio concorda com o Presidente do Conselho, mas informará a Secretaria de Estado que Oliveira Salazar lhe terá dito que, se a Santa Sé assim o desejasse, o Governo poderia aceitar a seguinte norma:

De acordo com a propriedade essencial do matrimónio católico, os cônjuges, pelo facto de celebrarem o matrimónio na forma estabelecida pela Igreja, renunciam à faculdade civil de requerer o divórcio, o qual por isso mesmo não poderá ser aplicado pelos tribunais civis ao matrimónio católico celebrado posteriormente à entrada em vigor desta Concordata.

O acrescento «celebrado posteriormente à entrada em vigor da desta Concordata» justifica-se pelo facto de os matrimónios celebrados anteriormente não terem sido transcritos no registo civil.

Ciriaci aponta ainda outras diferenças, utilizando para o efeito as observações do Governo português, que eram, aliás, concordantes com o parecer do próprio Patriarca: «dar uma ordem mais compreensível às matérias», redigir os artigos «da forma mais perfeita possível, tanto do ponto de vista do direito interno, como do ponto de vista do Direito Internacional», e eliminar as repetições existentes. Não se procedeu a alterações substanciais, mas apenas a melhoramentos, alguns até do ponto de vista doutrinal, aperfeiçoando-se nalguns casos a redacção de algumas das concordatas já feitas.

Salazar dissera ao núncio que o texto podia ser ainda mais perfeito mas que, «na situação actual de Portugal, isso não era possível». Depois, Ciriaci transmitiu à Secretaria de Estado outro excerto da conversa com o Presidente do Conselho:

Eu – disse-me ele – não quis e não quero regatear com a Santa Sé: deu-se tudo o que se podia dar; e nos pontos em que me foi possível, dei ainda mais do que pedia o Projecto apresentado pelo Núncio. São de excluir, assim, negociações no sentido, quase se pode dizer, tático da palavra.

Tal não quereria dizer que não aceitaria modificações, mas que, se a Santa Sé desejasse uma Concordata substancialmente melhor da que se apresentava, isto equivaleria a dizer que, por ora, não se poderia fazer nenhuma. O Patriarca partilhava essa opinião: «dada a actual situação da Igreja em Portugal, o texto apresentado pelo Governo representa um extraordinário progresso e trazendo incalculáveis vantagens para a Igreja» e caso a Santa Sé deixasse escapar esta oportunidade dificilmente se proporcionaria no futuro «um ambiente como este». Era também este o parecer do nuncio:

Vossa Eminência não pode imaginar quão dolorosas e difíceis são as condições que transformaram a Igreja em Portugal num profundo espírito regalista por um lado e um ressentido e tenaz anticlericalismo do outro. Estes não estão ainda ultrapassados e, mesmo se nem sempre surgem à superfície, podem vir a impor-se ainda hoje. Esses são pois defensores de uma estrondosa ignorância religiosa do povo e de graves deficiências da parte do clero, embora este tenda agora a melhorar. Eis porque entendo que se deve ir ao encontro do gesto, certamente louvável, do Dr. Salazar, sem o qual nem seria sequer possível pensar na apresentação oficial da parte do Governo português de um texto de Concordata. Não se trata de considerar prudente atender, mas conveniente aproveitar esta ocasião para concluir o Acordo, e concluí-lo o mais rapidamente possível, para que se possa finalmente iniciar aquela obra de regeneração religiosa que é necessária em Portugal e nas suas vastas colónias. Recordo a este propósito que a situação está cheia de incógnitas e não se sabe se uma ocasião como esta se repetirá no futuro.

Porém, se a Santa Sé não aceitasse o texto proposto, Oliveira Salazar acataria a decisão «com filial e sincera devoção», fazendo «tudo para tornar possível no futuro a conclusão de uma Concordata». Para tanto, seria necessário que a situação do país se alterasse radicalmente até que se afirmasse uma nova geração e isso exigiria muitos anos.

Em síntese, Oliveira Salazar pretendia saber «se a Santa Sé considerava digno de interesse o texto» por ele apresentado. Tutelando a pasta dos Estrangeiros, «onde agora não permanece senão para ser útil na questão da Concordata», se a Santa Sé considerasse o projecto indigno de apreciação abandonaria esta função, até porque «as suas forças não consentem conservar-se aí por mais tempo», pois o Ministério dos Estrangeiros ocupava-o muitíssimo, e assumia ainda a presidência do Conselho e as pastas das Finanças e da Guerra. Caso contrário, ficaria no Ministério até ao fim das negociações, confiando que a Santa Sé as fará rapidamente, desejando «por sérios motivos políticos e pessoais, que a negociação e a assinatura da Concordata se façam em Lisboa».

O nuncio informa ainda que envidou todos os esforços para convencer Salazar «a fazer as negociações directamente com o Vaticano», mas não foi bem sucedido, «tendo ele insistido

na relevância dos seus motivos». O núncio ter-se-á ficado pela exigência de que, pelo menos, a assinatura se fizesse no Vaticano.

Termina o relatório dizendo:

Permito-me assim pedir vivamente a Vossa Eminência de me colocar em condições de dar uma resposta ao Dr. Salazar e dá-la o mais depressa possível, pois ele insiste continuamente na urgência do assunto<sup>736</sup>.

A 19 de Julho, antes de ter a resposta da Santa Sé, Oliveira Salazar continua a tirar apontamentos sobre a Concordata<sup>737</sup>.

A visão apreensiva que, quer Salazar, quer Cerejeira, quer ainda o núncio, têm da situação religiosa em Portugal vai ser partilhada por Monsenhor Colonna, o qual analisa a proposta oficial do Governo:

As condições religiosas de Portugal são tão tristes, tragicamente tristes, que qualquer medida, ainda que defeituosa, para melhorá-la, deveria ser carinhosamente abraçada<sup>738</sup>.

Apesar disso, não deixa de apontar que certas omissões no texto do Governo «poderão constituir um precedente desfavorável nas negociações para outras concordatas, por exemplo, com a Espanha libertada – se Deus quiser – dos vermelhos». Mas acaba por minimizar este inconveniente, considerando que, por um lado, «não será fácil concluir com o General Franco uma Concordata melhor do que aquela agora proposta». Por outro, «no caso presente é necessário dar, e com rapidez, uma resposta definitiva e precisa: pegar ou largar». Assim, pelas razões invocadas, propõe à Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários que aprove a iniciativa do Governo português, não obstante «se possam e se devam procurar melhoramentos», que provavelmente serão aceites, uma vez que Oliveira Salazar afirmara que introduziria as modificações solicitadas desde que compatíveis «com as actuais condições de Portugal». Porém, na sua opinião, o núncio não deverá ser demasiado insistente e deve transmitir a Salazar «que a Santa Sé está disposta a conceder-lhe a honra de assinar o tratado caso seja condescendente». Não se opõe também a que a assinatura seja feita

---

<sup>736</sup> Relatório nº 1626, reproduzido pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários em Agosto de 1937. ASV, AES. Portogallo, IV Periodo, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>737</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>738</sup> «Umilissima Osservazioni». AES – Portogallo, Concordato, pos. 398 (2), Fasc. 157, s.f.

em Portugal, até porque essa prática já tem antecedentes nas concordatas com a Baviera, a Prússia e Bade<sup>739</sup>.

Desconhecendo que a resposta vinha já a caminho, a 12 de Agosto Ciriaci insiste junto da Santa Sé para que lhe seja dada uma resposta ao pedido do Presidente do Conselho, de modo a que este possa decidir relativamente à sua permanência na pasta dos Negócios Estrangeiros<sup>740</sup>.

Efectivamente, o Cardeal Secretário de Estado escreve ao núncio a 11 de Agosto de 1937, informando-o de que, «acolhendo plenamente o desejo» do núncio de dar rapidamente uma resposta a Salazar, reunira «com a maior brevidade possível», a 9 de Agosto, o plenário dos cardeais membros da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários. Após esta reunião foi emitida a seguinte declaração:

Os Eminentíssimos Cardeais membros da Sagrada Congregação dos Negócios Estrangeiros Eclesiásticos Extraordinários junto da Secretaria de Estado de Sua Santidade reunidos em sessão plenária para examinar o texto da Concordata, tiveram expressões de vivo elogio para sua Excelência o Sr. Dr. Salazar, o qual, com tanta coragem, se conforma com a fé que professa, também no desenvolvimento da própria actividade política, trabalhando com tacto mas eficazmente, para atenuar os danos sofridos pela Igreja em Portugal e promover a volta de Cristo na Nação inteira.

A carta de Eugenio Pacelli refere ainda que os cardeais se alegraram com a intervenção do Patriarca no processo, «o qual soube oportunamente valer-se da amizade que o liga ao Dr. Salazar e da reverência que este lhe professa». Diz ainda o Cardeal Secretário de Estado que até então os cardeais não excederam os limites dos melhoramentos que Oliveira Salazar se declara pronto a introduzir, embora o exame do documento só termine a 19 desse mês de Agosto. Informa ainda o núncio que o Santo Padre o encarregou de transmitir o bom acolhimento da Sagrada Congregação ao projecto, mas que a comunicação das modificações nos artigos só seria transmitida após o exame completo do projecto, e que a Santa Sé, contra a tradição estabelecida, cedera para dar uma prova de especial consideração a Salazar, no pedido de que as negociações decorressem em Lisboa, impondo, porém, que a assinatura teria de ter lugar em Roma<sup>741</sup>.

A 21 de Agosto, o Cardeal Patriarca escreve a Salazar, enviando um projecto da nota que o núncio tencionava entregar ao secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros

---

<sup>739</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 76.

<sup>740</sup> Relatório Oficial nº 3361/37. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 148-149.

<sup>741</sup> Ofício nº 3214/37. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 148-149.

Teixeira de Sampaio. O representante da Santa Sé fazia-o antes que fosse entregue oficialmente para que Oliveira Salazar visse se nela haveria alguma coisa que julgasse ser necessário eliminar ou modificar, de modo a evitar «qualquer inconveniente político em públicas expressões que são exactas, mas poderiam prestar-se a explorações». Transcreve a parte da carta do Cardeal Pacelli, datada de 11 de Agosto, acima citada<sup>742</sup>.

A 23 de Agosto, Oliveira Salazar encontra-se com Teixeira de Sampaio e, entre outros assuntos, trocam impressões acerca do projecto da nota do núncio a acusar a recepção da Concordata com a Santa Sé<sup>743</sup> que lhe fora transmitida por Cerejeira. Essa nota acabou por ser expedida pela Nunciatura a 25 de Agosto de 1937 e os seus termos são os que constam do excerto que Cerejeira remetera a Salazar<sup>744</sup>.

A aceitação de que as negociações fossem feitas em Portugal foi uma concessão importante por parte da Santa Sé, não obstante os precedentes estrangeiros atrás citados. Tanto assim é que numa carta do ministro de Portugal no Vaticano dirigida a Teixeira de Sampaio, de 28 de Setembro de 1937, se dá conta desta da transigência: Monsenhor Tardini (terceira figura da Secretaria de Estado e considerado um dos cardeais da maior confiança de Pio XII) dizia «ser quase indispensável que as negociações se fizessem em Roma, porque em Roma residem as Congregações que terão de ser consultadas e em Roma... está o Santo Padre». Isso facilitaria os trabalhos, para além de ter sido até aí o procedimento habitual, a que acrescia ainda o argumento de que se tratava de uma honra atribuída ao Papa. O ministro realça, assim, a deferência feita ao Governo português<sup>745</sup>.

A 30 de Agosto de 1937, Pacelli envia um relatório oficial ao núncio, já com o exame do projecto concluído pela Sagrada Congregação dos Assuntos Extraordinários (realizado a 9 e 19 de Agosto e aprovado a 10 e 20 do mesmo mês pelo Santo Padre). Neste relatório expõem-se as apreciações que estiveram na base das propostas da Santa Sé, quer para orientação do núncio, quer para que o mesmo soubesse que tinham sido levadas em consideração as observações e as justificações dos interessados. Os ajustamentos propostos visaram ou uma maior clareza ou, noutros casos, obter alguma vantagem, embora não excessiva, para a Igreja, dentro dos limites impostos por Salazar. Quanto à sequência dos artigos, afirmar-se-á que a proposta do Governo até podia estar mais conforme com a mentalidade portuguesa, mas a da Santa Sé era mais lógica e correspondia ao Código de

---

<sup>742</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 349 e 350).

<sup>743</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>744</sup> AHD-MNE, GSG, M9, Pt. 3.

<sup>745</sup> AHD-MNE, GSG, M9, Pt. 3.



Direito Canónico: «não se trata contudo de uma questão substancial». O Cardeal Secretário de Estado diz ainda:

Estas são as emendas sugeridas pelos Eminentíssimos cardeais e aprovadas pelo Santo Padre com o mesmo ânimo com que o Sr. Dr. Salazar propôs o projecto de Concordata, isto é, não por motivos táticos, não para negociar, mas somente para oportunamente se precisar alguns pontos e para indicar aqueles em que a Santa Sé, tendo presente as condições particulares da República portuguesa e as grandes vantagens que derivam para a Igreja de uma Concordata, estima conveniente emendar.

A Santa Sé tem plena confiança que o Dr. Salazar, que sempre se demonstrou deferente para com a Igreja, não só levará em linha de conta os motivos pelos quais a Santa Sé propôs as referidas emendas, mas com a sua conhecida habilidade, e coadjuvado pela zelosa e iluminada obra do Exmo. Cardeal Patriarca e de Vossa Exa., saberá encontrar aquelas formas e os meios que tornarão possível a substancial aceitação das sugestões propostas<sup>746</sup>.

Paralelamente, Oliveira Salazar envia a Cerejeira um relatório do bispo de Cabo Verde sobre o modo como este entendia dever ser regulada a questão missionária e que fora redigido a pedido do ministro das Colónias<sup>747</sup>, sem que o bispo fosse informado das negociações em curso. O Presidente do Conselho informa o Cardeal que o bispo tem um entendimento semelhante ao do próprio ministro das Colónias. Para se manter o segredo quanto às negociações da Concordata, optara-se por não se ouvir ninguém das missões, nem mesmo o próprio ministro. Salazar entende que a matéria considerada «pode até favorecer a negociação com a Santa Sé» e deseja ter pronta, para quando o núncio apresentar as observações da Santa Sé ao projecto do Governo, uma outra redacção dos artigos do projecto «que salvaguardem de um lado a revisão em vicariato apostólico (além das dioceses existentes) que a Santa Sé prefere às dioceses e por outro mantenha a subordinação da actividade missionária a autoridades eclesiásticas portuguesas e a fiscalização possível de um delegado apostólico português (o inglês que nos mandaram há tempos parece não se ter comportado muito bem). Há ainda um ponto importante – o relativo à distribuição dos subsídios pelas missões em compensação dos vencimentos dos missionários». Pede, assim, a Cerejeira que vá estudando o assunto para que o possam discutir e coloca a hipótese de receber num dia próximo o bispo de Cabo Verde<sup>748</sup>.

A 6 de Setembro de 1937, o núncio acusa a recepção do relatório da Santa Sé que contém as modificações a introduzir nos artigos da Concordata e informa que o ministro dos

---

<sup>746</sup> Relatório Oficial nº 3361/37. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 148-149.

<sup>747</sup> Era então ministro das Colónias Francisco José Vieira Machado (1898-1972) – licenciado em Direito (1919), foi deputado à Assembleia Nacional e ministro das Colónias de Janeiro de 1936 a Outubro de 1944. Já depois de ser ministro, foi por muito tempo Governador do Banco Nacional Ultramarino.

<sup>748</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 351-358).

Negócios Estrangeiros deseja, antes de mais, ter o texto completamente formulado de acordo com essas modificações; por conseguinte, preparou ele, o núncio, as novas formulações. No entanto, «tratando-se de coisa tão delicada e de tanta responsabilidade não ousou apresentá-la ao ministro sem primeiro submetê-lo a Vossa Eminência e saber se está bem»<sup>749</sup>.

Monsenhor Colonna redige umas notas sobre o projecto de Concordata, a 16 de Setembro de 1937, destinadas, ao que tudo indica, a Eugenio Pacelli<sup>750</sup>:

Em obediência à sua veneranda ordem fui encarregado de examinar o Relatório de Mons. Ciriaci [...] esta manhã, no qual Ele apresenta as modificações que entende deverem ser feitas no projecto de Concordata, antes de o apresentar ao Dr. Salazar, perguntando a esta Secretaria lhe faça saber se corresponde perfeitamente às instruções que lhe foram dadas pelo Cardeal Secretário de Estado.

O trabalho elaborado pelo S. E. Mons. Ciriaci pareceu-me excelente; só me parece que alguns pontos poderiam, com alguns leves retoques, aproximar-se melhor dos votos dos Cardeais<sup>751</sup>.

A 20 de Setembro de 1937 o Cardeal Secretário de Estado escreve ao núncio:

As modificações feitas por Vossa Exa. ao texto de Oliveira Salazar parecem corresponder bastante bem à vontade expressa pelos Em. Cardeais e aprovadas pelo Santo Padre. Todavia para aceder ao desejo expresso por Vossa Excelência proponho-Lhe alguns retoques. [...] E se este [Salazar] interpretando mal algum ponto ou considerando-o incompatível com as condições actuais de Portugal se mostrar reservado a entabular discussões detalhadas, peço a Vossa Excelência que me avise logo, para que se tome uma atitude que antecipe a ruptura das negociações<sup>752</sup>.

A 14 de Outubro, das 20h30m às 24h, Oliveira Salazar e Cerejeira conversam sobre o projecto de resposta do núncio ao projecto de Concordata e analisam as emendas apresentadas – tal aconteceu antes de o núncio ter entregado a sua contraproposta ao Governo português, o significa que este, ou o próprio Cerejeira, terão informado previamente Salazar do seu teor<sup>753</sup>.

Alguns dias depois, a 21 de Outubro de 1937, o núncio entrega nas Necessidades a contraproposta da Santa Sé. No dia seguinte, Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar examinam esse texto e estabelecem a «orientação a seguir nas várias questões», e acertam os

---

<sup>749</sup> Ofício nº 1689. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 229.

<sup>750</sup> Tratam-se de uma notas que se encontram junto a correspondência trocada entre o Cardeal Secretário de Estado e o Núncio.

<sup>751</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 150.

<sup>752</sup> Ofício nº 3664/37. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 151.

<sup>753</sup> ANTT, AOS/DI-2.

termos de uma conversa a ter com o núncio no dia seguinte, antes da partida deste para França<sup>754</sup>.

No dia 23 de Outubro, sábado, Oliveira Salazar trabalha numa carta ao núncio, a ser apresentada por Mário de Figueiredo<sup>755</sup>.

Nesse mesmo dia, o núncio telegrafava para a Secretaria de Estado dizendo ter encontrado «grandes dificuldades», mas como o Governo não se pronunciaria acerca das modificações sem antes serem examinadas pela «comissão» composta por ministros, altos funcionários e juristas, pede que o autorizem a ir a Paris, continuar a cura que interrompeu por causa da Concordata, mantendo-se, no entanto, em contacto com o Cardeal Patriarca e o Governo para qualquer eventualidade<sup>756</sup>. Envia ainda para o Vaticano o texto completo com as modificações introduzidas ao projecto do Governo, em italiano e em português.

A 29 de Outubro, Salazar trabalha com D. Emília na revisão de trabalhos da Concordata<sup>757</sup>. No dia 4 de Novembro, às 17h30, Oliveira Salazar recebe o bispo de Cabo Verde e o ministro das Colónias para falarem sobre um futuro acordo sobre as missões<sup>758</sup>.

Nos dias 5, 6 e 8 de Novembro, reúnem-se Oliveira Salazar, Teixeira de Sampaio, Manuel Rodrigues e Mário de Figueiredo para analisar as emendas propostas à Concordata pela Santa Sé<sup>759</sup>. Teixeira de Sampaio ficou de averiguar nos Negócios Estrangeiros a questão missionária em Macau e nas Colónias enquanto Mário de Figueiredo foi incumbido de entregar uma súmula da discussão desses três dias, no prazo de três semanas.

A 18 de Novembro, o ministro das Colónias Vieira Machado e o bispo de Cabo Verde encontram-se novamente com Salazar, estabelecendo as «linhas gerais de um projecto de convénio a fazer com a S. Sé acerca das missões»<sup>760</sup>.

Mário de Figueiredo é recebido a 29 por Salazar para discutirem as «dificuldades encontradas na redacção dos artigos da Concordata que se referem ao casamento e ao convénio das missões»<sup>761</sup>. Só no final de Dezembro é que Mário de Figueiredo entregou uma nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas na

---

<sup>754</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>755</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>756</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 153.

<sup>757</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>758</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>759</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>760</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>761</sup> ANTT, AOS/DI-2.

contraproposta da Santa Sé<sup>762</sup>. A 4 de Janeiro de 1938, D. Emília dactilografa várias cópias desse trabalho.

A 2 de Fevereiro, Salazar recebe Lino Neto, conversando os dois sobre «a saída deste da presidência do Centro Católico, as queixas do Patriarcado, etc.»<sup>763</sup>.

O Patriarca de Lisboa escreve a Pacelli no dia 9 de Março, dizendo que o Presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros o encarregou de lhe dar uma explicação quanto ao atraso nas negociações sobre a Concordata. Salazar tinha a intenção de as terminar o mais cedo possível mas as reformas militares [leis de organização e de recrutamento militar] que empreendeu exigiram a sua atenção (Salazar acumula a pasta da Guerra)<sup>764</sup>. Esperava agora retomar rapidamente as negociações<sup>765</sup>. No dia 12 de Março Salazar participa num jantar na Nunciatura<sup>766</sup> e a 22 do mesmo mês Pacelli agradece a Cerejeira, mas também a Salazar, «o qual, no meio das dificuldades da hora presente, não perde de vista a soberana importância do factor espiritual e a urgente renovação dos valores morais. [...] Compreendendo bem que Sua Excelência Sr. Salazar, em face de graves problemas que de momento lhe retêm a atenção, não possa estar pronto a tratar de outras questões»<sup>767</sup>.

Na Santa Sé, a Sagrada Congregação dá-se conta da demora, considerando que «os trabalhos da comissão [portuguesa] não foram muito solícitos e durante quase cinco meses não se teve a mais pequena notícia da Concordata»<sup>768</sup>.

Oliveira Salazar, Mário de Figueiredo, Manuel Rodrigues e Teixeira de Sampaio examinam no dia 24 de Março o «memorial em que se expõem as razões por que se concorda ou discorda de certas propostas da Santa Sé acerca da Concordata. Essa análise vai até ao art. 21º» (eram, no total, 33 artigos)<sup>769</sup>. No dia seguinte o texto regressa às mãos da secretária de Salazar, que actualiza os apontamentos e, seguidamente, os quatro membros da «comissão» concluem o trabalho da véspera. Salazar agenda o estudo sobre o acordo relativo às colónias para o dia 30 de Março<sup>770</sup>.

---

<sup>762</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. II – 938», ANTT, AOS/CO/NE-29 A (fls.177-197).

<sup>763</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>764</sup> Ver Telmo Faria, *Debaixo de Fogo: Salazar e as Forças Armadas*. Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, p. 262-263.

<sup>765</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 151, fl. 244. Sublinhado acrescentado.

<sup>766</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>767</sup> Ofício nº 1029/38.

<sup>768</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários de Julho de 1938. ASV, ASV – Portugallo, Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

<sup>769</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>770</sup> ANTT, AOS/DI-2.

No dia indicado, o ministro das Colónias, Teixeira de Sampaio e Mário de Figueiredo analisam um projecto de *modus vivendi* acerca das missões coloniais. Na sua base está um texto do bispo de Cabo Verde e ao resultado do trabalho desse dia chamar-se-á «1ª fórmula»<sup>771</sup>. A revisão do projecto termina no dia 31 de Março, ficando mais uma vez Mário de Figueiredo «encarregado de lhe dar uma redacção conveniente e extrair três ou quatro bases fundamentais» para a Concordata<sup>772</sup>.

No dia 4 de Abril Salazar tira «notas particulares acerca dos trabalhos» da Concordata com a Santa Sé. Oito dias depois, Salazar trabalha com Mário de Figueiredo (às 23h), o qual o informa sobre o «resultado da conferência com o Patriarca acerca das missões e novo regime a introduzir na Concordata e no *modus-vivendi* com a Santa Sé»<sup>773</sup>. Nesta data os dois trabalham numa nova sistematização das matérias tratadas na Concordata.

No dia 28 de Abril, Oliveira Salazar janta com o Patriarca, Carneiro de Mesquita e o com o ministro do Interior<sup>774</sup>. Como se verá adiante, não terão falado da Concordata.

Salazar e Figueiredo continuam, no dia 3 de Maio, o «estudo do acordo com a Santa Sé sobre o regime eclesiástico das Colónias». Emendam a primeira fórmula e chegam a uma nova redacção. Examinam ainda as quatro bases extraídas deste acordo para a Concordata<sup>775</sup>.

Por volta das 12h30m do dia seguinte, Oliveira Salazar recebe o ministro das Colónias e procede à leitura do projecto de acordo com a Santa Sé sobre as missões. Às 17h, emenda o acordo missionário e as «bases a tirar deste para a Concordata». Revê ainda as «notas anexas explicativas sobre estes pontos»<sup>776</sup>. Dia 5 de Maio continua o trabalho do dia anterior e procede à redacção do texto da Concordata «resultante das emendas aceites». Nesse mesmo dia, analisa, juntamente com o embaixador, Teixeira de Sampaio «os documentos a entregar ao núncio»<sup>777</sup>. A nova redacção segue depois para D. Emília<sup>778</sup>, sendo o trabalho desta revisto nos dias 9 e 10<sup>779</sup>. Neste último dia, nas Necessidades, Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio

---

<sup>771</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>772</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>773</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>774</sup> ANTT, AOS/DI-2. Era então ministro do Interior Mário Pais de Sousa (1891-1949) – advogado e, como o Presidente do Conselho, natural de Santa Comba Dão. Em Coimbra foi aluno de Salazar, militou no CADC e, mais tarde, foi governador civil do distrito. ministro do Interior de 21 de Outubro de 1931 a 5 de Julho de 1932 e de 15 de Janeiro de 1936 a 5 de Novembro de 1944, foi ainda dirigente da União Nacional e deputado à Assembleia Nacional. No período em estudo era uma das personalidades mais próximas de Oliveira Salazar sendo aliás cunhado de uma das suas irmãs (um irmão seu casara com uma irmã de Salazar).

<sup>775</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>776</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>777</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>778</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>779</sup> ANTT, AOS/DI-2.

conversam sobre o encontro a marcar com o núncio e telefonam para Roma para tratar do Acordo Missionário<sup>780</sup>.

No dia seguinte, Oliveira Salazar entrega ao núncio a documentação relativa à Concordata e ao Acordo Missionário<sup>781</sup>, e acusa a Santa Sé de «excessivas regulamentações ou desconfiança em relação à boa fé do Governo»<sup>782</sup>. A 13 de Maio de 1938, Ciriaci envia o novo texto da Concordata para o Vaticano, «redigido por este Governo depois de examinar as modificações e os acrescentos propostos pela Santa Sé, que amplamente e repetidamente illustrei ao mesmo Governo, assim como ao Exmo. Cardeal Patriarca, com base nas razões que V. me indicou». Junta também uma sinopse do Presidente do Conselho, com o primeiro projecto do Executivo, as modificações da Santa Sé e a nova proposta governamental. Segue ainda um projecto de acordo para as missões, «acerca do qual a Concordata enuncia os princípios fundamentais» e uma Nota Explicativa, também essa entregue por Salazar.

O representante da Santa Sé sugere à Secretaria de Estado que, para se concluir o acordo, não se deve proceder senão a alterações «absolutamente indispensáveis por razões de princípio». Transmite ainda o pedido de desculpa de Oliveira Salazar pelo «grande atraso na resposta, que dependeu não da sua vontade mas da situação política, por longo tempo perturbada pela agitação militar»<sup>783</sup>, esperando o chefe do Governo «que a Santa Sé, na sua boa vontade, não adopte a mesma medida com ele», respondendo-lhe o mais rapidamente possível» quer sobre o novo texto da Concordata, quer sobre o projecto de acordo para as Missões, a ser negociado simultaneamente com a Concordata<sup>784</sup>. Como diria mais tarde a Sagrada Congregação do Assuntos Eclesiásticos Extraordinário a respeito deste pedido, o que Oliveira Salazar desejava era que «não fosse tratado como... merecia»<sup>785</sup>.

Alguns dias depois, Oliveira Salazar, trabalhando sozinho, actualiza o «dossier» da Concordata com a Santa Sé<sup>786</sup>.

A 19 de Maio, o Presidente do Conselho conversa com o núncio sobre a política internacional, a política da Santa Sé e a política da Alemanha em relação ao Vaticano<sup>787</sup>. Este

---

<sup>780</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>781</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>782</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. II – 938». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (fls.177-197).

<sup>783</sup> Os anos de 1936 e 1937 foram, segundo Telmo Faria, aqueles em que Salazar procedeu à subordinação das forças armadas, de que as reformas militares acima citadas (leis de organização e de recrutamento e outras medidas são expressão). Ver Telmo Faria, *Debaixo de Fogo*, p. 262-263.

<sup>784</sup> Carta nº 2033. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 P.O., fasc. 172, fl. 4-5.

<sup>785</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Julho de 1938. ASV, AES, Portogallo – Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

<sup>786</sup> É provável que se trata da documentação que se encontra hoje depositada na Torre do Tombo.

último assunto será retomado por Salazar, nas Necessidades, em conversa com o ministro da Alemanha, o qual «nega o carácter anti-cristão do nazismo argumentando com os seus sentimentos religiosos», referindo-se ainda a uma carta que escrevera ao Patriarca e à qual este ainda não respondera<sup>788</sup>.

Não se conhece a carta que o ministro terá enviado a Cerejeira, mas sabe-se que se refere a um discurso dirigido pelo Cardeal patriarca ao clero do Patriarcado, a 11 de Novembro de 1938. Nele criticava os regimes comunistas e o nazismo. Temos, no entanto – e note-se, no Arquivo de Salazar – a resposta de Cerejeira ao ministro alemão:

Peço a Vossa Excelência que me desculpe de não ter ainda respondido, por motivos que não exponho a Vossa Excelência para não o fatigar, à Sua carta de 30 de Janeiro.

Lamento a sua dolorosa surpresa em me ter feito a honra de ler o meu pequeno discurso, e especialmente por quererem ver aí hostilidade face à Alemanha.

Em tudo o que eu disse, disse muito menos do que o Episcopado alemão cujo amor pela Alemanha não é questionável. Tenho feito o meu dever como Bispo prevenindo os espíritos contra ideias que eu acho condenáveis à luz da fé católica, que me cabe esclarecer. E nessa área eu não posso prometer-lhe que não o vou fazer mais.

Permita-me, Excelência, dizer-lhe que V. viu no meu discurso alusões indirectas, que não estavam nas minhas intenções.

Quero-lhe dizer com toda a sinceridade que eu não quis de modo nenhum faltar à consideração e admiração pela grande nação alemã, e muito menos a Vossa Excelência que tem tido sempre para mim a mais ilustre deferência<sup>789</sup>.

Quanto à Concordata, a 24 de Maio de 1938 a Santa Sé informa Ciriaci que a sua resposta demorará ainda algum tempo:

Estes bons portugueses devem persuadir-se que, se eles trabalham com uma notável lentidão, nós temos necessidade de trabalhar com calma. Exige-o a importância do assunto e a fineza, que, como tu sabes, certas práticas devem ter em Roma. Entretanto começaremos a preparar o relatório. Ainda assim o trabalho é longo.

A proposta não poderá ser apresentada apenas em português e por essa razão terá que ser traduzida, o que requer tempo. O óptimo Verolino<sup>790</sup>, que poderia ter feito uma boa tradução, foi para Paris<sup>791</sup>.

No domingo, dia 17 de Junho, Oliveira Salazar desloca-se ao Patriarcado para tratar da Concordata. Cerejeira partirá no dia seguinte para o Vaticano, para resolver assuntos referentes ao Seminário Português de Roma e, perante a possibilidade do Papa vir a chamá-lo

---

<sup>787</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>788</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>789</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 363).

<sup>790</sup> Trata-se provavelmente de Gennaro Verolino, que fora encarregado de negócios na Nunciatura em Lisboa.

<sup>791</sup> Carta nº 2033. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 P.O., fasc. 172, fl. 49-51.

para conversarem sobre o acordo, Oliveira Salazar pede-lhe que transmita ao Papa «a pressa que há em resolver a questão»<sup>792</sup>. É nesse momento que Oliveira Salazar põe em causa, pela primeira, que as negociações cheguem a bom termo<sup>793</sup>.

A 9 de Julho de 1938, um relatório da Secretaria de Estado, com o título «Algumas reflexões sobre o projecto de Concordata com Portugal», não deixará de afirmar que o exame do projecto de Concordata «se inicia com um sentimento pouco favorável acerca das disposições do Dr. Salazar»:

Enquanto o Núncio no dia 16 de Julho do ano passado escrevia sobre as circunstâncias que não permitiam ao Dr. Salazar conservar, para além da Presidência do Conselho, e os ministérios das Finanças e da Guerra, de que não se podia libertar, ainda o dos Estrangeiros, que detinha unicamente para ser útil à Igreja com a conclusão de uma Concordata, o mesmo Dr. Salazar por meio do Em. Patriarca fazia saber do seu desejo de que este assunto fosse tratado muito rapidamente.

A resposta da Santa Sé é favorável mas não conclusiva, e toda a pressa do Dr. Salazar se desvanece [...], conserva todas as pastas que tinha, e passam 5 meses sem dar de si, e sete meses antes de fazer uma proposta concreta.

Tudo isto faz duvidar da afirmação de que o Dr. Salazar ofereceu tudo o que podia dar, que não tencionava negociar, etc.

Quase que se pode pensar que o seu desejo de celebrar uma Concordata está ligado à situação política. Quando se sente forte e a salvo no poder, não quer saber; quando se sente inseguro e vacilante (ainda recentemente foi vítima de um atentado<sup>794</sup>) então procura popularidade e segurança com a conclusão da Concordata<sup>795</sup>.

Quanto ao Padroado, no mesmo relatório afirma-se:

O Padroado está morto, mortíssimo. A Constituição de 1910 e a Lei da Separação são verdadeiramente actos de apostasia, e um patrono eclesiástico apóstata é um absurdo.

Contudo, em Portugal todos, bons e maus, crentes e maçónicos, republicanos e monárquicos, estão unidos. O que importa não é tanto a coisa, mas a palavra, que é perfeitamente inócua. Nas dioceses de semi-Padroado, o Presidente não pode fazer nenhuma objecção, confirmando só o nome indicado. Não obstante foi exaltado – ao tempo da concessão – como um triunfo para o P., e ainda hoje se faz publicar na primeira página do *Osservatore*.

O assunto importa tão pouco a Portugal que a diocese de Quilon foi duas vezes desmembrada e reduzida a um terço, e não parece que o Governo queira saber do acordo.

Uma concessão de Padroado em termos muito amplos, mas de muito pouca importância prática, permitiria que a Igreja obtivesse em troca as mais importantes concessões e reconhecimentos.

Pode-se dizer assim.

---

<sup>792</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>793</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. II – 938». ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. fls.177-197).

<sup>794</sup> A 4 de Julho de 1937, Oliveira Salazar é alvo de um atentado à bomba. Dirigia-se a casa de Josué Trocado para aí assistir à missa dominical. O Presidente do Conselho escapa ileso.

<sup>795</sup> Relatório de autor não identificado. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 101-102. Sublinhado acrescentado.



O Padroado, extinto com a promulgação da Constituição de 1910 (ou 1911) e da Lei da Separação de 20 de Abril de 1911, é restaurado nos termos que se seguem,

O Padroado estende-se a todos os territórios Ultramarinos pertencentes a Portugal, e às dioceses de Coxim, S. Tomás de Meliapor, Bombaim, Quilon, Mongalore e Trichinopoly, e é exercido pelo chefe de Estado português.

Em virtude de tal Padroado, o chefe de Estado apresenta oficialmente nas dioceses supra indicadas os nomes a ele indicados pela Santa Sé no prazo máximo de 30 dias depois da comunicação.

Para as dioceses situadas no território sob administração portuguesa, deverá ser escolhido um cidadão português, e será facultado ao Governo a possibilidade de assinalar objecções de ordem política. Em tal caso proceder-se-á de comum acordo com a Santa Sé e o Governo português na solução destas dificuldades.

O processo será reservado e será mantido em segredo até à nomeação.

Na bula de nomeação será feita menção à apresentação, em conformidade com a presente Concordata.

Um tal artigo significaria um progresso na liberdade da Igreja porque deixaria de ser nomeado um português em Meliapor, Coxim e Bombaim, onde os portugueses não são bem vistos, seja porque a sua actividade é inferior quando comparada com a de outros missionários, seja por a sua escolha impede a elevação ao episcopado dos sacerdotes indígenas.

Para as outras dioceses não se concederá nada que não tenha sido já concedido, ou pelo menos que não seja razoável; tanto mais que o prévio consentimento político é, certamente, vantajoso para o Estado; mas também o é para a Igreja e talvez ainda mais.

Para mais... o Dr. Salazar aparece como o restaurador da antiga glória portuguesa, e a Concordata que contém tal concessão seria aceite com verdadeiro júbilo<sup>796</sup>.

A 23 de Julho o Cardeal Secretário de Estado remete a Cerejeira os documentos que dizem respeito à Concordata, pedindo-lhe que os examine e que se pronuncie sobre o assunto<sup>797</sup>. O que não deixa de ser interessante porque também o nuncio e Oliveira Salazar procederam do mesmo modo. Cerejeira responde a Pacelli, numa carta não datada, em papel timbrado do Colégio Português de Roma:

Tenho a honra de remeter a Vossa Eminência Reverendíssima as observações que julguei dever fazer.

Permita-me V. Em. que eu escreva em português, língua que me é mais familiar e não é desconhecida a V. Exa.

Só a ordem de V. Em. me anima a redigir estas fracas observações. V. Em. as receberá como a prova do meu desejo de A servir, mas verificará que o meu préstimo é nulo.

Perdoe-me, Eminentíssimo Senhor, o tempo que tomo a V. Em. De todo o coração desejo que a Concordata possa ser feita, para bem da Igreja e do meu País. Penso que ela será para Portugal uma bênção de Deus e princípio de uma época nova – não só pelo que trará de novo no sentido da recristianização da nossa legislação e costumes, mas ainda por estabilizar todas as conquistas cristãs feitas.

<sup>796</sup> Relatório de autor não identificado. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 102-104

<sup>797</sup> Ofício nº 2747/38. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 100-121.

Temo um pouco da mentalidade e da susceptibilidade dos homens que trabalham em Portugal neste grande negócio. Mas vou orar e trabalhar quanto eu puder, a fim de que o esforço e o estudo de V. Em. seja coroado do melhor êxito.

Pode V. Em. contar absolutamente com a minha dedicação para que seja dado a Deus tudo o que é de Deus<sup>798</sup>.

Em carta de 1 de Agosto de 1938, escrita agora de Palermo, Cerejeira acrescenta:

No desejo de bem informar V. Eminência Reverendíssima, e ainda no espírito da ordem recebida de V. Eminência, peço licença para acrescentar o seguinte ao que já tive a honra de comunicar.

Em Portugal, onde há pressa em ultimar este negócio, ficarão talvez contrariados com a insistência em pontos que a S. Sé já admitira no anteprojecto apresentado pelo nuncio, ou depois no texto apostado ao governamental.

Lembro-me especialmente do art. 2º. A palavra diocesanas (que é menos feliz que eclesiásticas, por ex., por V. Em. lembrada) é justamente a empregada no anteprojecto da Santa Sé apresentado antes do oficial do Governo português.

No art. 20º a expressão perigosa «nos termos do direito comum», contra a qual eu me bati junto dum dos membros da Comissão, parece todavia admitida pela Santa Sé na sua resposta ao texto do Governo.

Não sei se há mais casos, pois cito de cor, sem quaisquer elementos de comparação.

Já tive a honra de falar a V. Em. no carácter da pessoa preponderante e das dificuldades que essa mesma tem que vencer no seio da comissão.

Vossa Em. ponderará se em algumas destas redacções (atrevo-me a lembrar especialmente a segunda) a Santa Sé poderá ceder, para insistir noutros pontos reputados essenciais ou mais importantes.

Não quero com isto dizer que também estes não sejam importantes, mas a Santa Sé não estará porventura tão bem situada para exigir o que já parece ter cedido.

A fazê-lo, quer-me a mim parecer que deveria fazer-se em termos de não chocar a susceptibilidade da Comissão: quero dizer, explicando a necessidade da alteração proposta.

Como disse a V. Em., prevejo bastante oposição a aceitar o direito da Igreja, não só no art. 4º<sup>799</sup>, mas também no art. 7º<sup>800</sup>; menor, prevejo-a em relação à liberdade da Igreja nos Seminários [artigo 13º, § 3].

Perdoe-me mais uma vez V. Em. Creia que só o desejo de servir V. Em. E a Santa Sé me levou a tomar a liberdade de escrever esta carta<sup>801</sup>.

O Cardeal Secretário de Estado agradece as cartas de Cerejeira, e informa-o de que as suas observações foram comunicadas aos cardeais da Sagrada Congregação, «os quais em três demoradas sessões examinaram o importantíssimo assunto a que elas se referiam». Diz também que os mesmos cardeais se mostraram condescendentes em relação àquilo que não

<sup>798</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 126-127. Sublinhado acrescentado.

<sup>799</sup> Reconhecimento às associações ou organizações da capacidade de adquirir bens e dispor deles.

<sup>800</sup> A demolição ou o destino para outro fim de um edifício religioso.

<sup>801</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 122-123. Sublinhado acrescentado.

era essencial, renunciando «a diversas exigências antes manifestadas». Informa ainda que seguiram há poucos dias instruções para o núncio, o qual foi «encarregado de apresentá-las de uma forma conveniente e tendo em conta a mentalidade e as susceptibilidades, sobre as quais Vossa Eminência mais de uma vez chamou a minha atenção». Terminará esta missiva declarando:

Confio muito na sábia e delicada obra de Vossa Eminência, a fim de que este negócio, do qual se espera tanto bem para a Igreja Católica nessa cara e nobre nação, possa chegar finalmente a um resultado satisfatório para ambas as partes<sup>802</sup>.

Por razões práticas, tais como a sua tradução<sup>803</sup>, o texto só é submetido aos cardeais membros da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários a 28 de Julho, que reúne ainda a 4 e a 11 de Agosto de 1938. O texto do Acordo Missionário não é apreciado «seja porque esse poderá ser utilmente examinado só depois de alcançado um entendimento definitivo acerca do artigo 27º e seguintes da presente Concordata, seja porque parece indispensável ter o parecer do Ordinário das Missões e dos dirigentes das corporações missionárias de Portugal, o qual não se pode ter senão daqui a algum tempo»<sup>804</sup>.

Domingo, dia 7 de Agosto, Oliveira Salazar reúne-se com Cerejeira, que lhe expõe a conversa que tivera com o Pio XII e o Cardeal Pacelli acerca da Concordata. Salazar anota na sua agenda que dialogaram acerca das «dificuldades de precedentes e dificuldades de princípios», colocando a hipótese de enviar alguém a Roma. Nesse mesmo dia, janta com Carneiro de Mesquita<sup>805</sup>. A conversa que tivera com o Cardeal Patriarca é transmitida ao embaixador Teixeira de Sampaio a 9 do mesmo mês<sup>806</sup>.

A 30 de Agosto o Cardeal Secretário de Estado escreve ao núncio informando-o de que o novo projecto do Governo, com data de 11 de Maio, fora examinado pelos cardeais da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, e que as suas resoluções foram depois aprovadas pelo Santo Padre. Na discussão ter-se-á levado em conta os pontos de vista apresentados pelo núncio – propor modificações apenas quando delas se não pudesse prescindir por razões de princípio. Também foi ponderado aquilo que o Cardeal Patriarca lhe

---

<sup>802</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 128.

<sup>803</sup> Relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, Concordato, pos. 427 (4), fasc. 172.

<sup>804</sup> Excerto de publicação da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, preparatória das sessões de Dezembro de 1938, destinadas à discussão do Acordo Missionário. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 P.O., fasc. 173, fl. 163.

<sup>805</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>806</sup> ANTT, AOS/DI-2.

transmitira sobre diversos pontos do projecto. Comunica agora as alterações propostas pelos cardeais da Sagrada Congregação, juntando-lhes uma justificação para tornar mais fácil ilustrar as propostas e assegurar ao Governo português que os argumentos expostos na nota explicativa enviada com o projecto foram devidamente considerados.

Em síntese, os cardeais não insistiram nas emendas propostas ao projecto de 1937 excepto quando se tratava de questões de princípio sobre as quais a Igreja não podia transigir ou que podiam criar um precedente danoso para futuras negociações concordatárias. O Cardeal diz ainda que conta com o núncio para colocar as questões ao Governo português de maneira a corresponder às circunstâncias e tendo em conta a susceptibilidade dos membros da «comissão» encarregada deste importante assunto; «quer-se ter este cuidado, se bem que a forma adoptada na “nota explicativa” do Governo pareceu aos Em. bastante pouco atenciosa». A terminar, Pacelli diz que confia no núncio para que o Governo tenha em conta o espírito de condescendência que guiou a Santa Sé e para que seja bem sucedido no dissipar das divergências e na superação das incompreensões expressas na «nota explicativa», devidas em boa parte à mentalidade regalista de quem a redigiu<sup>807</sup>.

A 3 de Setembro Teixeira de Sampaio transmite a Salazar o teor da conversa que tivera com o núncio acerca das negociações. A resposta da Santa Sé é esperada para breve e discutem o envio de um emissário a Roma para prosseguir as negociações.

Salazar e Mário de Figueiredo almoçam a 5 de Setembro. Este iria partir para uma reunião na Sociedade das Nações, em Genebra, e coloca-se a hipótese de passar também por Roma para tratar da Concordata. De imediato o Presidente do Conselho começa a preparar um dossier para acompanhar Figueiredo a Roma<sup>808</sup>.

A 6 de Setembro Salazar vai para Santa Comba e no dia seguinte tem uma conversa telefónica com Teixeira de Sampaio. Este informa o Presidente do Conselho de que o núncio recebeu instruções quanto à Concordata. Na opinião do diplomata, ter-se-á «adiantado alguma coisa» e irá encontrar-se com o núncio para que este lhe transmita as observações da Santa Sé por escrito<sup>809</sup>.

No dia 9 de Setembro, o núncio entrega as instruções da Santa Sé a Teixeira de Sampaio e, no dia 12, Salazar trabalha com ele sobre este documento. Resolvem redigir

---

<sup>807</sup> Relatório nº 3311/38. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175. Sublinhado acrescentado.

<sup>808</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>809</sup> ANTT, AOS/DI-2.

algumas orientações para Mário de Figueiredo, as quais seriam enviadas a Genebra por um portador, e avisar o nuncio para que este informasse Pacelli desta diligência. Na sua agenda, Oliveira Salazar anota que se continua a aguardar o estudo da Santa Sé sobre o Acordo Missionário<sup>810</sup>. Começa então a redigir as instruções para Figueiredo, trabalho que termina no dia 14<sup>811</sup>. No dia seguinte, da parte da manhã, ainda envia, por correio, um «aditamento às anotações já redigidas ao documento entregue pelo nuncio». De tarde, continua a preparar a «organização do dossier e respectivo índice»<sup>812</sup>.

Nestas notas, datadas de 15 de Setembro, «para uso do Doutor Mário de Figueiredo»<sup>813</sup>, Oliveira Salazar tece as seguintes considerações:

O documento volta nalguns casos a questões de princípios irredutíveis ou de certa importância (casamento, Acção Católica); noutros ocupa-se de pequenas questões de redacção, algumas de somenos importância. Há casos em que nova redacção proposta parece nada alterar ou acrescentar à essência da forma proposta pelo Governo. Nestes casos deve atender-se que:

- a) O Governo tem obrigação de bater-se por fórmulas tecnicamente correctas, preferindo-as e contrapondo-as a fórmulas com adjectivações de finalidade política exclusivamente;
- b) É preciso convencer a Santa Sé que, para a susceptibilidade portuguesa, desde que a fórmula contenha inequivocamente o essencial, é inconveniente reforçá-la. As repetições e exemplificações, a que já em circunstâncias anteriores se fez referência, suscitam o mesmo inconveniente. Chama-se a atenção para a redacção do documento apresentado pelo Nuncio: são correntes as expressões – a Santa Sé desejaria, preferiria, acha bastante, não é favorável a, seria preferível – que traduzem frouxidão de atitude nos casos a que respeitam e portanto relativa facilidade de entendimento sobre o texto do Governo<sup>814</sup>.

Tal presunção, como veremos, revelar-se-ia errada.

Dia 16 de Setembro, o embaixador Teixeira de Sampaio informa Salazar que lera as anotações. Acordam em pequenos acrescentos e fica o diplomata encarregado de entregar a D. Emília o documento para que o dactilografe<sup>815</sup>.

Por telegrama recebido a 18 de Setembro, o nuncio informa a Secretaria de Estado que, estando já na posse da resposta da Santa Sé, a comunicara imediatamente ao Governo. Depois de longas conversações com Salazar, este terá decidido enviar ao Vaticano uma pessoa de confiança e ao corrente das negociações da Concordata – Mário de Figueiredo. Este aproveitaria uma deslocação a Genebra para ir a Roma «evitando assim suspeitas e rumores

---

<sup>810</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>811</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>812</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>813</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 573).

<sup>814</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589).

<sup>815</sup> ANTT, AOS/DI-2.

perigosos em Portugal». Contavam que isso ocorresse no final do mês e «o Dr. Salazar espera vivamente ter primeiro uma resposta da Santa Sé sobre o Acordo Missionário a fim de dar instruções ao seu Enviado, querendo por sérios motivos tratar deste Acordo juntamente com a Concordata»<sup>816</sup>.

Quanto a este aspecto, Monsenhor Tardini responde dizendo que é necessário um adiamento da ida de um enviado português, porque não existem ainda condições para tratar a questão das missões<sup>817</sup> pois o Papa sairá de Roma a 25 de Setembro e os cardeais da Sagrada Congregação encontram-se de férias. Além disso, foram pedidas diversas informações sobre as missões, muitas das quais não tinham chegado e as que chegaram não eram positivas:

Não são raros os funcionários que, contrariamente à política do Governo de Lisboa, fazem uma verdadeira guerra aos missionários, especialmente os estrangeiros, sem nenhum motivo: enquanto, ao contrário, os protestantes estrangeiros são deixados trabalhar tranquilamente.

Ter-se-á de aguardar até Novembro, altura em que os cardeais poderão reunir. E é também conveniente que «o emissário do Governo tenha instruções claras e poderes amplos» porque em certas matérias (como a exigência do Governo português de que o Delegado Apostólico seja português) não é possível ceder. Abrir-se-ia um precedente para a nomeação de todos os Delegados Apostólicos e «isto – como bem se compreende – o Santo Padre não admitirá». Apesar de o representante do Governo só ser desejado em Novembro, o Cardeal considera que não se perdeu tempo:

Quando se pensa no momento que se atravessa, no grande trabalho que chega de toda a parte, na importância das questões consideradas na Concordata e ainda no período de férias, não é um adiamento excessivo<sup>818</sup>.

Poucos dias depois, Salazar, ignorando ainda a instrução da Secretaria de Estado, encontra-se com Teixeira de Sampaio em Leiria. A 20 de Setembro, no edifício do Governo Civil desta cidade, preparam a «revisão das instruções» para Mário de Figueiredo<sup>819</sup>. A 23 Oliveira Salazar redige uma carta para Mário de Figueiredo.

Meu caro Mário

---

<sup>816</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 176.

<sup>817</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 177.

<sup>818</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 178-179.

<sup>819</sup> ANTT, AOS/DI-2.

Com receio de qualquer extravio pelo correio e consequente impossibilidade de reconstituir o dossier tal como o envio, pois são os únicos existentes alguns dos documentos, resolveu-se mandar um funcionário do ministério dos Negócios Estrangeiros levá-lo a Genebra. O funcionário, Sr. Patrício, só sabe que leva documentos que tem de entregar cuidadosamente em mão, mas ignora, como todos os mais, do que se trata. Assim que possas libertar-te da Sociedade das Nações, convém seguir para Roma. As coisas estão prevenidas para não haver perda de tempo, mas precisamos saber da data da partida de Genebra para avisarmos, por intermédio do nuncio, o Cardeal Pacelli.

Esta fase das negociações parece-me simples, as dificuldades são já pouco numerosas e estão reduzidas ao mínimo, de modo que julgo fácil chegar em algumas horas de troca de impressões e de esclarecimentos a entendimento completo. Esperamos que a Santa Sé formule as suas objecções ou reparos ao acordo missionário. Se demora, teremos o trabalho em duas fases. Estas porém consideramo-las interdependentes e convém deixar bem esclarecido que o acordo acerca das várias questões da Concordata é condicionado ao acordo que venha a estabelecer-se acerca das missões. Este ponto não pode ficar duvidoso. Sobre cada um dos problemas ainda a discutir suponho não terás grandes dificuldades. As instruções tão circunstanciadas e minuciosas quanto possível constam dumas notações que redigi ao documento entregue há dias pelo Nuncio [...]. É por onde te convém começar o estudo.

Como opinou o Emb. Teixeira de Sampaio, o novo ministro na Santa Sé [Vasco Quevedo] já sabe que há negociações mas ignora o seu estado, deve acompanhar-te da primeira vez para fazer a apresentação e estabelecer o contacto. Se o Cardeal Pacelli quizer nessa mesma ocasião tratar do assunto, não há mal que o nosso ministro assista (sem intervenção ostensiva). Nas outras conferências não convém que esteja presente para não comprometer pela sua situação oficial qualquer posição do governo. Estas instruções ser-lhe-ão oportunamente enviadas; mas pelo sim pelo não vai junto uma carta minha para ele com a indicação do que convém fazer. Farás o favor de lha entregar. E mais nada senão muitas felicidades.

Uma nota: há junto da Legação um consultor eclesiástico, homem muito amigo e de toda a confiança. Com o pedido ou ordem de absoluta discrição podes pedir-lhe qualquer indicação necessária<sup>820</sup>.

Ao ministro são dirigidas as seguintes instruções:

Exmo. senhor ministro

No seguimento das negociações com a Santa Sé para a conclusão duma Concordata e de um acordo acerca das missões fora do território do Padroado, achou-se útil enviar a Roma o Doutor Mário de Figueiredo com a missão de uma conversação directa com o Cardeal Pacelli esclarecer alguns pontos duvidosos. É desejo de Sua Eminência e do nuncio apostólico em Lisboa, os quais ambos vêem nessas conversações o meio mais expedito de chegar, na altura em que os trabalhos se encontram, a uma conclusão. As negociações têm decorrido com o máximo sigilo. Tendo-se conseguido que nada transpirasse em Portugal acerca delas. Dos funcionários do Ministério só V. Exa. sabe que existem negociações e o Emb. Teixeira de Sampaio conhece os termos das mesmas. Convém absolutamente que assim continue a ser até ao fim. A discrição da viagem do Doutor Mário de Figueiredo que tem estado em Genebra e dá aí um salto tem o mesmo intento.

É natural que V. Exa. tenha de apresentar o Doutor Mário de Figueiredo, conduzindo-o aonde o Card. Pacelli deseje conversar. Salvo na primeira entrevista se porventura Sua Eminência

---

<sup>820</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 624-627). Refere-se, certamente, a monsenhor José de Castro. Sublinhado no original.

logo desejar tratar do assunto, não convém que V. Exa. assista às conferências que houver para não comprometer pela sua situação oficial a posição do Governo. (O Doutor Mário de Figueiredo não é rigorosamente negociador mas técnico de confiança). Se o Doutor Mário de Figueiredo necessitar de algum esclarecimento do consultor eclesiástico junto da Legação, fará V. Exa. o favor de o facilitar, ordenando ao Rev. padre Castro reserva absoluta<sup>821</sup>.

A ideia era enviar toda a documentação por comboio no dia seguinte<sup>822</sup>, mas com certeza as notícias do nuncio terão chegado entretanto, pelo que, ao que parece, Mário de Figueiredo não chega a receber as instruções.

Salazar recebe uma carta do bispo de Cabo Verde sobre o Acordo Missionário a 3 de Outubro<sup>823</sup>.

No dia 16 de Outubro, Oliveira Salazar assiste à missa celebrada por Carneiro de Mesquita e, depois, ambos conversam sobre os capelães prisionais<sup>824</sup>, assunto que viria a ser versado na Concordata.

No domingo seguinte, 20 de Novembro, o Presidente do Conselho redige uma carta para o Patriarca sobre a Concordata, de que não existe, tanto quanto se sabe, cópia<sup>825</sup>.

Gonçalves Cerejeira escreve a Oliveira Salazar no dia 8 de Dezembro, transcrevendo-lhe uma carta particular do Cardeal Pacelli que acabara de receber:

Les délais en question ne sont assurément pas dus à un manque d'égard, si petit soit-il, envers le Gouvernement portugais, ni à une négligence de la part de la Secrétairerie d'Etat, mais uniquement à la nature même des choses.

Comme vous le savez, Eminence, la réponse au Project de Concordat fut donnée avec le plus grand empressement, et les Eminentissimes Cardinaux tinrent dans ce but trois séances aux mois de juillet et d'août, époque à laquelle ils sont habituellement en vacances. Les Bureaux de la Secrétairerie d'Etat ont alors, à la même époque, conduit à terme cette laborieux tâche.

Il ne fut malheureusement pas possible d'en faire autant pour le Project d'Accord sur les Mission, car ce Project entraînait beaucoup de détails, nouveaux en grande partie, de sorte qu'il fut nécessaires de prendre des renseignements de divers cotés. Comme sur certains points, par suscrit, ceux qui nous envoyaient ces renseignements ont émis des avis assez divergents, il a fallu soumettre à un examen minutieux les diverses propositions.

D'autre part, Votre Eminence n'ignore pas combien sont graves et délicates les questions missionnaires dans les colonies portugaises; en plus de cela, il faut tenir compte du fait que bon nombre des propositions gouvernementales n'avaient pas des précédents historiques, le Saint Siège n'ayant dans le passé convenu que rarement et sur des point de détail des accords à ce sujet avec le pouvoir civil. La Secrétairerie d'État s'est donc trouvée en présence de

---

<sup>821</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 629-631). Sublinhado acrescentado.

<sup>822</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>823</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>824</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>825</sup> ANTT, AOS/DI-2.



nouveaux problèmes qui intéressaient également le Saint Siège et l'Etat Portugais, et qui, de ce fait, devaient être résolus avec la plus grande pondération.

Malgré tout, quoique le travail ait dû se faire en grande partie pendant la période de vacances, quand il y avait pénurie d'employés sans que l'affluence de besogne diminuât pour autant, le Project a déjà été soumis à l'Etude des Eminentissimes Cardinaux.

Toutefois, étant donnée l'ampleur de la matière à examiner, il n'est pas possible de déterminer le jour précis de la réponse définitive.

Depois de ter dito que a resposta seria dada o mais breve possível, Cerejeira concluiu a transcrição fazendo comentários da sua própria autoria:

le Saint Siège lui est (a ti) bien reconnaissant du concours qu'il prête, et pourra, espérons, continuer à prêter, pour l'heureuse issue des négociations en question».

Nada quis pôr de minha casa. Transcrevi as próprias palavras. E creio absolutamente que são sinceras, como tu crias se conhecesses o Card. Pacelli. Imagina Mr. Beda Cardinale com mais inteligência e uma face mais austera. Raras vezes terá estado na Secretaria de Estado um homem tão santo e tão simples.

Enganas-te quando pensas na «omnipotência da Propaganda» a embaraçar isto. Mas já no primeiro Projecto ela tinha renunciado inteiramente: as missões de África passavam para a jurisdição episcopal. É por isto que eu creio absolutamente na sinceridade das razões do Cardeal Pacelli. Eu ouvi-lhe a ele, e ao Santo Padre, palavras da maior estima e carinho para ti.

Eu continuo a pedir a Deus e a pedir-te a ti que faças quanto estiver na tua mão para lebares este negócio ao fim. Fiz muito dele para o bem da Igreja e de Portugal. Além do mais, parece-me o meio mais eficaz de consolidares a tua obra espiritual.

Escrevo-te no dia de N. Senhora da Conceição. Que Ela te ajude em tudo e inspire. A conclusão deste negócio, já tão próximo do fim, é certamente das coisas que mais A alegrarão.

E se o puderes fazer, creio que Lho debes. Quando Deus pôs tanto poder e tanta glória na tua mão, justamente espera de ti, filho da Igreja, não ponhas de banda coisa de tanta importância para a Igreja e para a Pátria<sup>826</sup>.

Como habitualmente, na noite do dia 25 de Dezembro, Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira jantam juntos. Tendo o núncio recebido as contrapropostas de Roma, ambos conversam sobre as dificuldades da celebração do Acordo Missionário<sup>827</sup>. A 30 de Dezembro, D. Emília dactilografa várias cópias.

A 31 de Dezembro de 1938, Manuel Rodrigues publica um artigo n'*O Século*, intitulado «O homem que passou» (a que já aludimos).

O Cardeal Patriarca escreve então a Pacelli, a 2 de Janeiro de 1939, agradecendo as explicações acerca «do atraso no assunto que nos interessa». Dirá ainda que deu o seu melhor para ultrapassar as «impressões de Mr. S.[Salazar]»:

---

<sup>826</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 359-361)

<sup>827</sup> ANTT, AOS/DI-2.

Eu coloquei-o ao corrente de todo o trabalho e boa vontade da Santa Sé. Eu penso que ele está actualmente em melhor disposição.

Não fiz senão o meu dever. E continuarei a fazê-lo tanto quanto possa. Sua Eminência ajudou-me ao escrever-me estas duas cartas, apesar de toda a torrente de trabalho que exige a atenção e o trabalho de Vossa Eminência.

Eu confio que seremos bem sucedidos. Que Deus abençoe o esforço de Vossa Eminência, a quem eu beijo as mãos<sup>828</sup>.

A 12 de Janeiro de 1939, Salazar encontra-se às 22 horas com o Provincial dos Franciscanos para falarem acerca das missões<sup>829</sup>. A 15 recebe o Patriarca e discutem «questões suscitadas pelo acordo missionário – alguns pontos de vista da Santa Sé»<sup>830</sup>. A 23 e 24 de Janeiro, Salazar, Vieira Machado e Mário de Figueiredo analisam a contraproposta de Acordo Missionário da Santa Sé. A 27 de Janeiro, Teixeira de Sampaio transmite a Salazar a conversa que tivera com o nuncio sobre o mesmo assunto<sup>831</sup>. A 7 de Fevereiro, o chefe do Governo recebe Mário de Figueiredo e procede ao «exame do trabalho por ele feito (resumo das discussões havidas com a intervenção do Mº das Colónias acerca do contra-projecto da S. Sé)».

A 10 de Fevereiro, o Presidente do Conselho desloca-se à Nunciatura e ao Patriarcado para apresentar os pêsames do Governo pela morte de Pio XI. Volta ao Patriarcado no dia 15 para se despedir do Cardeal Cerejeira que parte para o conclave, aproveitando para conversar sobre a eleição do Papa, bem como sobre a Concordata e o Acordo Missionário. No dia seguinte, Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio combinam a despedida a fazer ao Cardeal Patriarca.

A 2 de Março, o bispo de Moçambique foi consultado em São Bento acerca do Acordo Missionário, apresentando as suas objecções a algumas cláusulas:

«questão do clero secular (deveria manter-se a aposentação embora só depois de 30 anos de serviço) – as missões estrangeiras e o nosso nacionalismo – preferiria a divisão em dioceses (2 e a arquidiocese de Lourenço Marques) – conversa com o Santo Padre Pio XI acerca da inauguração da Sé de Lourenço Marques e de ser enviado como legado a latere o Cardeal Patriarca de Lisboa»<sup>832</sup>.

---

<sup>828</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 428 P.O., fasc. 173, fl. 214-215.

<sup>829</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>830</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>831</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>832</sup> ANTT, AOS/DI-2.

No mesmo dia, Ciriaci envia um cartão a Teixeira de Sampaio, informando-o de «que o Senhor Doutor Mário de Figueiredo pode vir à Nunciatura amanhã, sexta-feira, às 5 horas da tarde ou depois de amanhã, sábado, à mesma hora, ou noutro dia ou hora que ele desejar, dando-se, neste último caso, apenas o incomodo de avisar pelo telefone»<sup>833</sup>. O secretário-geral do Ministério responde no mesmo dia informando que Mário de Figueiredo, docente da Universidade de Coimbra, só se desloca a Lisboa esporadicamente. Solicita assim que o nuncio marque um dia para o receber<sup>834</sup>.

A 3 de Março, o Presidente do Conselho e o embaixador Teixeira de Sampaio discutem a cerimónia de coroação de Pio XII – «missão especial P[at]riarca» e no dia seguinte conversam sobre a representação a enviar à cerimónia<sup>835</sup>.

Já de Roma, Cerejeira escreve a Salazar a 4 de Março, participando-lhe as palavras que o novo Papa Pio XII lhe dirigiu:

Tenho pressa em comunicar-te a missão que para ti me deu o novo Papa, ao acabar de ser eleito. Ainda não abandonara o seu lugar, que era ao pé de mim, como sabes. Estava, como podes imaginar, tremendo de emoção. E, virando-se para mim, abraçou-me e disse: «Diga a Salazar que o abençoo-o neste momento. Que ele, que tanto tem trabalhado e feito pelo seu País, possa levar a cabo a sua obra. Faço votos por que ultime a Concordata. Que Deus o defenda e proteja». (...) Abençoou também Portugal, os Bispos, o Patriarcado e as minhas obras, e a mim.

Fiquei impressionadíssimo, porque ele espontaneamente (sem que eu lho solicitasse nem dissesse no que pensava) correspondeu aos meus votos mais íntimos: eu estava interiormente pensando em ti, em Portugal, no Patriarcado, nas necessidades da Igreja. Só lhe pude responder: «eu não ousava pedir; V. E. (chamei-lhe ainda Eminência) vem ao encontro dos votos que eu estava fazendo no meu coração; é verdadeiramente o Espírito Santo que fala através de V. E.».

Tudo o que Ele disse foi isto, pouco mais ou menos: «Abenço-o os Bispos. Diga-lhes que lhes envio uma bênção cordialíssima. Que faço os votos mais fervidos por eles. E abenço-o também Portugal, essa nação tão gloriosa que fez tanto pela dilatação da Fé, nação nobre, que está renascendo. (...)»

O novo Papa transmite também a Cerejeira o seu desejo de se chegar rapidamente ao termo das negociações. Insiste na deslocação de alguém da confiança de Oliveira Salazar ao Vaticano no sentido de se ultimar a redacção definitiva do projecto de Concordata<sup>836</sup>. Cerejeira sugere que essa pessoa seja a mesma que iria ao Vaticano na qualidade de embaixador extraordinário de Portugal à coroação do novo Papa – «e assim matava dois

---

<sup>833</sup> AHD-MNE, Correspondência sobre a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, 2P, A13, CX. 1010.

<sup>834</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1)

<sup>835</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>836</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 407)

coelhos»<sup>837</sup>. Nesse mesmo dia, o patriarca escreve a Salazar dizendo-lhe que tencionava publicar esse «acto espontâneo do Papa», mas sendo provável que o Presidente do Conselho deseje omitir a referência à Concordata, pede a opinião de Salazar.

No dia 5 de Março, Oliveira Salazar assiste à missa celebrada pelo padre Carneiro de Mesquita. Na conversa que se segue, este refere eventuais convites às entidades oficiais para o *Te-Deum* a realizar no regresso do Patriarca, mas Salazar recusa a participação oficial de entidades civis nesta cerimónia religiosa<sup>838</sup>, talvez por não considerar o acontecimento suficientemente importante para envolver o Governo, assim dando uma imagem de comprometimento com a Igreja Católica – o que, por vezes, tentava evitar.

Dois dias depois, Mário de Figueiredo relata ao Presidente do Conselho as duas conferências (3 e 4 de Março) que tivera com o núncio acerca do Acordo Missionário, tendo-se este mostrando indisposto «por não se ter atendido à redacção de Roma e por causa dos subsídios às missões»<sup>839</sup>. Figueiredo entregou a Salazar um resumo sobre esta tomada de posição do núncio<sup>840</sup>.

Salazar tem nesse dia um novo encontro com Teixeira de Sampaio, no qual definem a representação portuguesa na coroação de Pio XII e a nova conferência do embaixador com o núncio – este indispusera-se com Mário de Figueiredo<sup>841</sup>. O diplomata foi logo conversar com o núncio para averiguar as razões da sua má disposição<sup>842</sup>. Durante a noite Oliveira Salazar, prepara uma carta sobre o Acordo Missionário para o Cardeal Patriarca, a mandar pelo ministro da Instrução Pública, António Faria Carneiro Pacheco, que se iria deslocar ao Vaticano para as cerimónias de coroação do Papa<sup>843</sup>.

Respondendo à carta de Cerejeira de 4 de Março, Oliveira Salazar, a 9 de Março, informa-o de que os encontros entre Mário de Figueiredo e o núncio no sentido de se chegar a um acordo em face das divergências da Santa Sé quanto ao projecto do Governo tinham corrido mal, tendo até sido interrompidas. Por haver necessidade de reelaborar novamente o projecto, o chefe do Governo não considera oportuna a deslocação de um enviado a Roma

---

<sup>837</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 408)

<sup>838</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>839</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>840</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A, fl. 198-250.

<sup>841</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>842</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A, fl. 198-250.

<sup>843</sup> ANTT, AOS/DI-2.

para concluir a negociação da Concordata. Perante a atitude da Santa Sé, Oliveira Salazar duvida da pressa desta em ultimar o projecto<sup>844</sup>.

Também nesse dia, Oliveira Salazar relata a Mário de Figueiredo o diálogo de Teixeira de Sampaio com o núncio acerca das impressões deste quanto às conversas que tivera com Figueiredo sobre o Acordo Missionário. Decidem, então, reformar o projecto aproveitando o mais possível a redacção da Santa Sé, «quando se está de acordo no fundo da questão»<sup>845</sup>. Figueiredo organiza então o quarto volume do «dossier» relativo ao Acordo Missionário e redige umas notas sobre o entendimento do texto ou razões porque não se adoptara em alguns pontos a doutrina da Santa Sé<sup>846</sup>.

No dia 14 de Março, Oliveira Salazar procede à leitura das notas de Figueiredo sobre o Acordo Missionário. No dia seguinte, o novo trabalho, redigido «na medida do possível com aproveitamento das emendas» da Santa Sé, é discutido por Teixeira de Sampaio, Vieira Machado e Mário de Figueiredo<sup>847</sup>.

Entretanto, no mesmo mês de Março de 1938, num relatório da Santa Sé, sem identificação do respectivo autor, elabora-se um historial das relações entre o Estado e a Igreja desde que Oliveira Salazar chegara a chefe do Executivo, apontando o facto de em Portugal permanecerem ainda «em vigor quase todas as leis contra a religião e a Igreja, se bem que não sejam rigorosamente aplicadas». Lamenta-se o facto de até ao momento ainda não ter sido feita nenhuma restituição dos bens da Igreja. No relatório dizia-se ainda que, por conta das perseguições da Primeira República, o que restava da fé católica é «um vago e débil sentimento religioso, não sem elementos supersticiosos, nas classes humildes; e uma simples etiqueta (por exemplo, na ocasião das exéquias) para as classes cultas». Cita-se o Cardeal Patriarca, o qual terá afirmado ser «um pastor de um cemitério, tantos são os seus diocesanos não baptizados ou praticamente ateus». O relatório continua a descrever os acontecimentos em Portugal até à aprovação da Constituição de 1933, a qual, «apesar do seu carácter abertamente laico, e considerando a Igreja Católica como uma qualquer confissão religiosa, trouxe notáveis melhorias à situação» (afirmação que não corresponde exactamente ao que, na altura, a Igreja Católica disse). Destaca-se ainda o facto de ter sido assegurada à Igreja a liberdade de culto e de organização, podendo aquela constituir associações às quais seria reconhecida personalidade jurídica. Consentiu-se novamente o culto religioso nos cemitérios e

---

<sup>844</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 40 -415).

<sup>845</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>846</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A, fls. 198-250.

<sup>847</sup> ANTT, AOS/DI-2.

restabeleceram-se definitivamente as relações diplomáticas com a Santa Sé. O ensino do Estado é laico, mas é autorizada a instrução religiosa, que pode ser ministrada nas escolas privadas. Recorda-se que nesse momento Salazar «tinha assumido poderes muito extensos (que depois se tornariam ainda mais amplos)», tendo então o Presidente do Conselho manifestado o desejo de concluir uma Concordata, o que foi bem recebido pela Santa Sé. Era não só um crente católico, como um amigo pessoal de Cerejeira. Monsenhor Beda Cardinale, então núncio em Lisboa, esforçou-se para que um projecto de Concordata estivesse pronto antes da abertura da primeira legislatura da Assembleia Nacional, a qual tinha poderes constituintes, para que o documento pudesse ser incluído nas leis fundamentais do Estado. Depois deste esforço em vão, o novo núncio, Pietro Ciriaci, tentou chegar a acordo com o Governo português, mas só a 19 de Novembro de 1934 foi enviado a Roma um projecto de Concordata, o qual havia sido elaborado por Cerejeira, embora consultando para este efeito o Presidente do Conselho, seu «amigo íntimo». Em Fevereiro de 1935, o projecto foi examinado pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários e reenviado ao núncio com as modificações aprovadas. Mas, apesar de Oliveira Salazar ter afirmado a sua pressa em concluir o acordo, o projecto «permaneceu letra morta por mais dois anos». Por fim, a 14 de Julho de 1937, o próprio Salazar entregou oficialmente um projecto de Concordata ao núncio, tendo as alterações da Sagrada Congregação sido comunicadas ao representante da Santa Sé um mês e meio depois, «com um despacho muito encorajante». Com base nas indicações recebidas, o núncio redigiu um novo texto, que seria revisto pelo Cardeal Secretário de Estado e restituído à Nunciatura a 20 de Setembro. A 23 de Outubro, o novo texto foi apresentado ao Governo, tendo então Ciriaci «encontrado fortes resistências». Salazar afirmara que só lhe daria a conhecer o pensamento do Governo depois de ouvido o parecer de uma «comissão». Percorridos seis meses e meio, a 13 de Maio de 1938, o núncio envia ao Cardeal Secretário de Estado a nova proposta do Governo português. Juntamente com este texto, seguia um projecto de acordo para as missões. Em três sessões, os cardeais analisaram o projecto de Concordata, com excepção das normas respeitantes às missões (artigos 27º a 31º), porque estas haveriam de ser consideradas num acordo à parte.

Nos primeiros dias de Agosto de 1938, enquanto o projecto estava a ser discutido pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Cerejeira deslocou-se a Roma e teve várias conversas com o Cardeal Secretário de Estado, deixando-lhe uns apontamentos sobre algumas das disposições em exame.

As modificações foram transmitidas ao Governo português e Oliveira Salazar decidiu enviar Mário de Figueiredo ao Vaticano, no final de Setembro, para assim se concluírem as negociações. A Santa Sé pediu então que se atrasasse a ida do jurisconsulto, pois ainda não estava em condições de discutir o Acordo Missionário. Examinado este acordo, as modificações foram comunicadas ao Governo no mês de Dezembro de 1938, «mas até 18 de Março de 1939 não houve qualquer resposta»<sup>848</sup>.

Ora, nesse dia 18, o núncio escreve a Luigi Maglione, o novo Cardeal Secretário de Estado<sup>849</sup>, dizendo-lhe que não dera quaisquer notícias porque só então o Governo português se manifestara, enviando-lhe Mário de Figueiredo (a 3 e 4 de Março), «que soube agora ter sido o autor do último projecto governativo de Concordata e da nota explicativa, tendo pouca consideração pelos cardeais da Sagrada Congregação». Nesses encontros Figueiredo transmitiu-lhe que não tinha instruções quanto à Concordata, mas vinha solicitar esclarecimentos sobre o Acordo Missionário. Afirmava que o que a Santa Sé propunha piorava a situação da Igreja nas colónias. Depois, criticou firmemente a contraproposta da Sagrada Congregação, quer do ponto de vista doutrinal, quer do ponto de vista formal, que considerou tecnicamente imperfeita. O núncio prossegue a descrição do encontro:

Perante tal falta de respeito para com os Em. Cardeais e ainda dada a impossibilidade de se chegar a algum resultado com semelhante gente, não me restou senão interromper a conversação e dizer «a quel disgraziato portoghese» que continuaríamos quando deixasse de dar lições de forma aos cardeais e seguisse as suas sábias sugestões.

Dirá ainda à Santa Sé que não tinha esperança de que se chegasse a um acordo, que duvida que à Igreja conviesse «fazer acordos com gente desta» e que não entendia como, num momento de tal gravidade para as colónias, se criassem tantos obstáculos à acção das missões. E que se acontecesse às colónias portuguesas o mesmo que aconteceu na Checoslováquia<sup>850</sup>, seria «uma punição merecida». Queixa-se de Oliveira Salazar, dizendo:

É, infelizmente, um facto que o Dr. Salazar leva mais em conta os anticlericais que os da Igreja, os quais ele acredita poder ter na mão pela amizade pessoal com o Cardeal Patriarca. Mesmo na elevação do novo pontífice, aceite a nível mundial tão entusiasticamente, não se portou a princípio como devia. Se, depois daquilo que fez, enviou uma delegação no último momento foi porque as circunstâncias o obrigaram<sup>851</sup>.

---

<sup>848</sup> Relatório da Santa Sé de 8 de Março, de autor não identificado. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 180-189.

<sup>849</sup> Luigi Maglione (1877-1944) – Cardeal Secretário de Estado da Cúria Romana de 1939 a 1944.

<sup>850</sup> Está a referir-se à ocupação dos sudetas por Hitler, que se seguiu à Conferência de Munique (Setembro de 1938).

<sup>851</sup> Ofício nº 2533. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 190-191. Sublinhado acrescentado.

No dia 20 Março, ao meio-dia, Oliveira Salazar trabalha sozinho no Acordo Missionário. Às 13h discute com Mário Figueiredo as emendas a introduzir no texto. Às 19h15m, Figueiredo fez o relato do encontro que tivera essa tarde com o núncio sobre a nova redacção, dizendo ter encontrado o representante da Santa Sé «muito cordial», não tendo levantado dificuldades e achando mesmo «que se tinha feito grande progresso – mandaria o novo texto para Roma com o seu relatório, e se eu lhe fizesse saber, diria mesmo que o governo estava disposto a mandar alguém a Roma concluir as negociações, se a Santa Sé entendesse que o texto podia servir de base à negociação. Caso contrário, esperar-se-iam novas observações»<sup>852</sup>.

No Conselho de Ministros de 21 de Março é relatada a missão extraordinária do ministro da Educação Nacional às coroações do Santo Padre<sup>853</sup>.

A 24 desse mês, o embaixador Teixeira de Sampaio informa Salazar sobre o estado das negociações entre o núncio apostólico e Mário de Figueiredo. Estando agendado um novo encontro para segunda-feira, dia 29, Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, nos dias 27 e 28, procedem ao estudo da nota explicativa e das novas propostas a apresentar ao núncio, levando em consideração as sugestões ou modificações da Santa Sé acerca da Concordata. No dia 28, o trabalho foi dactilografado<sup>854</sup> e no dia seguinte entregue ao núncio<sup>855</sup>. Salazar, Teixeira de Sampaio e Mário de Figueiredo jantam nesse dia. Este último volta a falar dos resultados do encontro que tivera com o núncio, o qual ia agora trabalhar no seu relatório para Roma e na tradução dos documentos<sup>856</sup>.

O núncio envia um telegrama à Secretaria de Estado, por esta recebido a 31 de Março de 1939, informando que remetera um relatório e que o Governo «tem tentado declarar a Nunciatura Apostólica responsável caso não se fizesse nada a favor da Igreja e das Missões». Em face desta atitude, o representante da Santa Sé terá replicado que «para mostrar quem era o verdadeiro responsável perante o público bastava que a Nunciatura fizesse saber que passados seis meses ainda não tinha recebido resposta quanto à Concordata e fazer notar que o projecto governativo para o Acordo Missionário piorava a situação actual». «Para salvar as aparências», Oliveira Salazar enviara-lhe Mário de Figueiredo, «que se portou respeitosamente e me comunicou a resposta do Governo para a Concordata e algumas

---

<sup>852</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>853</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>854</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (fsl. 634 a 640).

<sup>855</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A (fls. 198-250).

<sup>856</sup> ANTT, AOS/DI-2.



modificações ao projecto das Missões». Supõe que terá ainda conversações com o ministro dos Estrangeiros e só depois enviará a nova proposta governamental para a Concordata e o Acordo Missionário. Este telegrama tem uma nota do Cardeal Secretário de Estado dizendo: «Escrever ao Cardeal Patriarca, em Lisboa, mudando adequadamente o estado de espírito [do nuncio]»<sup>857</sup>.

Num memorando não assinado, provavelmente da autoria Antonio Colonna, afirmava-se que dentro de poucos dias o nuncio seria recebido por Oliveira Salazar e, embora o primeiro seja «temperamental», esperava-se que não pusesse em causa as negociações. Seria aconselhável informar o Cardeal Patriarca da situação, o qual ajuizaria sobre o que fazer: tomar uma atitude junto de Oliveira Salazar ou informar simplesmente a Santa Sé. Recomendava-se que se telegrafasse a Ciriaci para que este tentasse retardar a audiência com Oliveira Salazar. À margem deste documento existe uma outra nota do Cardeal Secretário de Estado, dizendo que, quanto ao nuncio, se aguardaria o que este anunciava e que se escrevesse ao Cardeal Patriarca<sup>858</sup>.

A 2 de Abril Salazar desloca-se ao Patriarcado e conversa com Cerejeira acerca da eleição de Pio XII, da Concordata e do Acordo Missionário. Dias depois Teixeira de Sampaio e Oliveira Salazar trocam impressões acerca desta conversa com o Patriarca e decidem que o embaixador irá falar com o nuncio. No dia 5, às 22h, Oliveira Salazar troca impressões com Teixeira de Sampaio acerca da conversa que este tivera com o nuncio sobre os resultados dos trabalhos desenvolvidos após os diálogos com Mário de Figueiredo e sobre a possibilidade de se enviar alguém a Roma.

No dia 8 de Abril é Cerejeira quem escreve confidencialmente ao Cardeal Secretário de Estado. Diz-lhe que o nuncio já recebeu a resposta de Oliveira Salazar quanto às observações sobre o projecto de Concordata, as quais devem estar a chegar ao Vaticano. E continua:

O Sr. Salazar visitou-me em minha casa, durante a minha gripe, e falou-me no Projecto. Insisti com ele para que enviasse alguém a Roma com os devidos poderes. Ele gostava de terminar as negociações; acrescentou que o momento actual é politicamente favorável e que amanhã pode não ser. Por outro lado, o Presidente da República partirá em Junho em visita a Moçambique e essa visita durará alguns meses (ida e vinda); se a Concordata não for feita antes de Junho, só poderá ser feita alguns meses mais tarde, depois do regresso do Presidente.

Mas ele hesita em enviar alguém a Roma, sem estar seguro de que se chegará a acordo. Vossa Eminência conhece já o seu carácter. Ele teme que não se consiga, e não quer correr riscos. Se

---

<sup>857</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 199.

<sup>858</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 202.

ele estiver seguro de que o Acordo se fará, estou certo que enviará rapidamente alguém para a redacção definitiva.

Vossa Em. tem já a sua resposta. Assim, Vossa Eminência poderá ajuizar se existem ainda problemas e dificuldades insuperáveis.

[...]

Sinto-me um pouco envergonhado de dizer sempre que ele está com pressa. Eu creio que o Sr. Salazar é sincero. As circunstâncias mudam a qualquer momento. [...].

Peço permissão para abordar um ponto do projecto de *modus vivendi* sobre as Missões. O Governo português pede (creio eu) a qualidade de cidadãos portugueses para os vigários e perfeitos apostólicos.

Eu não sei se a Santa Sé está disposta a conceder, por causa do precedente que este princípio poderia criar para todos os países missionários.

Mas eu creio que podemos dar satisfação aos desejos do Governo, se a Santa Sé admitir que a divisão eclesiástica das colónias portuguesas será constituída por dioceses, exclusivamente.

A Santa Sé já o admitiu em princípio num dos primeiros projectos de Concordata (art. 12 § 3º).

No projecto de *modus vivendi* prevêm-se dioceses e circunscrições missionárias, estas sob vigários ou perfeitos apostólicos.

Creio poder afirmar que se a Santa Sé propusesse que a divisão eclesiástica fosse constituída somente por dioceses (que poderiam ter direcções missionárias) o aceitariam.

Eis as vantagens que eu vejo: 1) evitar-se-iam as dificuldades do precedente de que já falei; 2) toda a tradição portuguesa da colonização cristã foi a constituição de dioceses; 3) não se percebe porque é que Timor se tornará diocese e certas regiões de Angola ou de Moçambique circunscrições missionárias; 4) o Estado português pagará aos bispos, mas não (creio eu) aos vigários ou perfeitos; 5) poderemos já constituir a hierarquia com o apoio financeiro do Governo, mais tarde pode ser difícil.

Eu não sei se o que disse a propósito de coisas que conheço mal é razoável [...] <sup>859</sup>.

Entretanto, na Secretaria de Estado, Antonio Colonna prepara uma carta para o Cardeal Patriarca, que será enviada a 13 de Abril de 1939, lembrando-lhe os «longos» e «frequentes» encontros que o novo Papa tivera com ele a propósito destas negociações. E que, na sequência das sugestões do Patriarca, quer verbais, quer escritas, aquelas foram introduzidas no texto proposto pela Sagrada Congregação, «com o fim de preparar um Acordo que, quer na forma, quer na substância, pudesse estar o mais possível conforme à mentalidade, às necessidades e ainda às exigências do Governo português». Ora, em face de tudo isto, poderá o Patriarca «compreender facilmente a dolorosa surpresa» com que a Santa Sé ficou ao saber, através de Mário de Figueiredo, que a contraproposta da Santa Sé era considerada inaceitável, insistindo-se no texto apresentado pelo Governo, o qual «piorava

---

<sup>859</sup> Ofício nº 1277/39. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 286-287.

uma situação já de si dolorosa». Pede-se assim o parecer do Cardeal sobre o caminho a seguir<sup>860</sup>.

A 21 de Abril, o Patriarca responde a esta carta da Secretaria de Estado dizendo que tudo tem feito para obter as maiores vantagens para a Igreja e para que os seus direitos sejam mais respeitados no projecto de Concordata, embora nem sempre tenha sido bem sucedido. Não conhecendo a resposta do Governo ao contra-projecto para as missões, discutiu com o nuncio aquilo que foi comunicado ao Governo, tendo apoiado junto de Oliveira Salazar a posição da Santa Sé. Informa ainda que só regressará a Lisboa em Maio (encontrava-se em Fátima com os restantes bispos) e que, então, se puder ser útil, ficará muito feliz<sup>861</sup>.

Numa missiva dirigida a Cerejeira pelo Cardeal Secretário de Estado, este responde à carta de 21 de Abril, agradecendo a resposta do Patriarca e informando-o de que as suas observações serão, «como sempre têm sido», consideradas<sup>862</sup>.

A 29 de Abril, Oliveira Salazar recebe o padre José de Castro e este transmite-lhe notícias de Roma, ignorando-se se se tratavam de assuntos referentes à Concordata e ao Acordo Missionário<sup>863</sup>.

Nos dias 17 e 18 de Maio de 1939 Teixeira de Sampaio e Oliveira Salazar combinam «como continuar as conversas com o nuncio».

A 31 de Maio, à noite, Oliveira Salazar prepara uma carta para o Patriarca sobre as demoras da Santa Sé, cujo teor se desconhece<sup>864</sup>.

Finalmente, a 12 de Junho de 1939, o nuncio entrega a Teixeira de Sampaio um novo documento sobre a Concordata e o Acordo Missionário, considerando que caso o Governo aceite as modificações sugeridas, «pode enviar ao Vaticano um seu representante munido de poderes para fixar o texto acerca das questões menores»<sup>865</sup>. De acordo com o nuncio,

Nota-se que a Santa Sé fez todo o possível para apressar o exame e o estudo do novo projecto governamental, comunicando telegraficamente o resultado à Nunciatura. Por isso mesmo, não foi possível fazer uma redacção completa. Se, porém, o Governo português aceita as modificações e propostas acima referidas, pode enviar ao Vaticano um seu representante munido de poderes para fixar o texto acerca das questões menores.

---

<sup>860</sup> Ofício nº 1277/39. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 204-205. Ver tb. fls. 197-198.

<sup>861</sup> Ofício nº 1277/39. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 198.

<sup>862</sup> Ofício nº 2146/39. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 210.

<sup>863</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>864</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>865</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

Quanto à nota explicativa, que, segundo o Governo, serviria para fixar o sentido do texto, deveria, segundo a Santa Sé, ser substituída por notas reversais acerca dos pontos que ocorresse esclarecer.<sup>866</sup>

De acordo com Teixeira de Sampaio, o núncio ter-lhe-á dito que essas eram as instruções da Santa Sé e o embaixador retorquiu se «estava habilitado a explicar o alcance de algumas das modificações no caso de ser interrogado a esse respeito». O núncio responde afirmativamente, mas o que não fosse aceite teria, de qualquer forma, «de ser submetido pelo correio à Santa Sé para esta lhe dar instruções».

Entretanto, a 13 de Junho, o Patriarca escreve a Salazar:

António

Já debes ter a resposta que desejavas. Trabalhou-se com toda a diligência. Houve duas congregações gerais. Acresce que foi preciso primeiro traduzir e imprimir tudo.

Fico ao teu dispor para qualquer esclarecimento. Eu e todos nós ficaríamos mal, se agora se não ultimasse o assunto.

Este cartão vai no dia do santo do teu nome. Que ele te proteja!<sup>867</sup>

No dia seguinte, Oliveira Salazar procede à leitura dos documentos da Santa Sé e a dia 15 de Junho analisa-os com Teixeira de Sampaio. A secretária de Salazar é encarregada de «preparar os documentos para enviar ao Dr. Mário de Figueiredo com a resposta da Santa Sé – actualizar o dossier e notas respectivas». A 16 o Presidente do Conselho escreve a Figueiredo sobre os trabalhos da Concordata:

Meu Caro Mário

Recebi há dias do Núncio a resposta da Santa Sé aos dois projectos – Concordata e Acordo Missionário. Pensei que o melhor caminho e o mais curto seria mandar-te o documento e ao mesmo tempo os quatro cuja consulta te pode ser necessária para fazeres ideia das emendas sugeridas. Depois de habilitado – estou convencido de que uma hora de reflexão te chegará – poderíamos encontrar-nos sós ou com o Emb. Sampaio e assentar na resposta que se há-de dar, a não ser que precisas esclarecimentos do núncio que diz estar habilitado a dá-los sobre o alcance das emendas – e talvez seja o melhor. Então, depois da entrevista, organizar-se-ia a resposta ou tratava-se das últimas conversas com Roma, se desta vez se puder chegar ao fim, do que aliás duvido, pois há ainda algumas dúvidas sérias e também uma ou outra «rabugice».

Acabo de saber que vens agora a Lisboa. Poder-se-á aproveitar a oportunidade de pela nossa parte dar um empurrão ao assunto<sup>868</sup>.

---

<sup>866</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>867</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 8, fl. 416).

<sup>868</sup> ANTT, AOS/DI-2; Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

No dia 20 de Junho, Oliveira Salazar recebe Mário de Figueiredo e Teixeira de Sampaio, procedendo em conjunto à análise do documento entregue pelo núncio. Combinaram que Figueiredo iria pedir certos esclarecimentos ao Ciriaci. A visita ficou agendada para o dia 22, pelas 17h. Dessa visita dependeria o teor da resposta do Governo<sup>869</sup>. Às 20h15m desse dia 22, Mário de Figueiredo relata a Salazar e a Teixeira de Sampaio a conversa com o núncio. Decidem, então, que, como o Governo não pode responder simplesmente que «aceita substancialmente as emendas» e que deste modo enviará a Roma um representante para fixar a redacção das «questões menores», fica o Doutor Mário de Figueiredo encarregado de redigir um projecto de resposta<sup>870</sup>, a qual será escrita nos seguintes termos:

#### Nota Preliminar

O Governo não tem dúvida em converter em notas reversais o conteúdo total das notas explicativas de que tem feito acompanhar as suas propostas ou autenticá-lo, oficializando-o por meio de notas reversais. Não só não tem dúvida, mas até deseja proceder assim.

#### Questões Menores

O Governo não manda, desde já, um representante seu ao Vaticano, porque liga a maior importância a algumas das questões suscitadas e, em vista das divergências ainda existentes, receia não poder chegar ao fim, como tanto deseja.

Havendo, nas questões suscitadas pela Santa Sé, algumas de pura forma, o Governo não conseguiu apreender completamente o sentido da frase «fixar o texto acerca das questões menores». Quais são estas questões menores? O Governo não possui critério para se orientar na sua determinação<sup>871</sup>.

A 25 de Junho, Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo trabalham no projecto de resposta ao documento do núncio<sup>872</sup>; no dia seguinte D. Emília dactilografa-o. A 28, Oliveira Salazar trabalha só, procedendo à revisão, correcção e aditamentos a este documento. No dia 30, é com D. Emília que o Presidente do Conselho procede à revisão «da resposta ao documento da Nunciatura, de 12 de Junho», organiza a documentação e redige uma carta ao Patriarca sobre este assunto:

#### Caríssimo

Recebi o teu cartão de 13 a que não tenho podido responder. Efectivamente foi entregue a 12 do corrente a resposta da Santa Sé às últimas propostas do governo. Com a diligência e paciência possíveis e depois das necessárias entrevistas entre o Núncio e o Mário de

---

<sup>869</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>870</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>871</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 717-739). O mesmo doc. manusc. por Mário de Figueiredo nos fólios 755-768.

<sup>872</sup> ANTT, AOS/DI-2.

Figueiredo para se tentar descobrir o pensamento da Santa Sé, organizou-se a resposta que está pronta e levam hoje para o Ministério dos Estrangeiros a fim de que o embaixador Teixeira de Sampaio a entregue com a maior urgência ao Núncio.

Tinha-nos sido prometido que as negociações se fariam em Lisboa, o que importaria dar ao Núncio instruções e poderes para discutir e aceitar soluções. Afinal o Núncio não tem poderes para nada. Limita-se a esclarecer o pensamento das propostas ou sugestões da Santa Sé e a enviar para o Vaticano as longas exposições que somos por esse facto obrigados a fazer. Não duvido da boa vontade do núncio, antes creio que o conhecimento que a Santa Sé tem dessa boa vontade e da manifestada pelo Patriarcado fez com que mansamente puxasse para Roma as negociações. Agora sugere que se mande ao Vaticano um representante munido de poderes para fixar a redacção de questões menores. Não mandarei, é claro, sem saber precisamente de que se trata, porque à parte certos aspectos da questão do casamento, as questões agora tratadas são tão insignificantes que me custa a crer haja ainda outras «menores». Por outro lado a essência e a forma da maior parte dos artigos estão fixados por acordo. Não percebo o que se possa ainda discutir. Pelo menos o Governo não discute mais aquilo em que uma vez acordou.

Isto tudo me tem deixado uma péssima impressão que esconde oficialmente o melhor que posso, sem que aliás esteja resolvido a deixar-me enlear em metades de negociações com que não concorde e que não emprego. Não sei se isto terminará ou quando terminará. Para mais resolvi dissociar inteiramente esta negociação da minha permanência no Ministério dos Estrangeiros. Já não posso mais: chegada a oportunidade, resolverei a parte política e o resto será o que for e como for. Porque detesto qualquer sombra de pressão sobre a consciência alheia, por mais leve que seja, peço a ti o favor de não fazeres saber a minha deliberação. E não me refiro a um conflito que atire para um plano secundaríssimo negociações desta ordem. Tenho-me cansado de dizer que se perdem a seguir oportunidades efectivas; mas Roma não tem pressa de nada, porque é eterna, e eu não estou para fingir que o desconheço<sup>873</sup>.

Não se sabe se o conteúdo desta carta foi ou não transmitido a Roma pelo Patriarca, sendo que o Presidente do Conselho que pedira que não o fizesse. Resta saber se estava a ser sincero ou se, pelo contrário, queria que Cerejeira falasse.

Depois de ter escrito esta carta, Oliveira Salazar falou ainda com Teixeira de Sampaio sobre o documento a entregar ao núncio e agendaram uma entrevista entre ambos logo no começo da semana<sup>874</sup>.

Do documento entregue ao núncio constavam as seguintes afirmações:

Ao fazer entrega a Sua Exa. Revma. o núncio apostólico em Lisboa da sua resposta ao documento recebido em 12 de Junho, o Governo agradece as diligências empregadas pela Santa Sé no sentido de enviar uma rápida resposta aos textos entregues pelo Governo em 28 de Março, embora tenha de lamentar o forçoso atraso de muitos meses que na melhor das hipóteses advirá de não ter sido possível completar as negociações antes da partida do Chefe de Estado para África.

Quanto a enviar um representante ao Vaticano «munido de poderes para fixar o texto acerca das questões menores», o Governo não pode desde já declarar-se disposto a utilizar a faculdade concedida pela Santa Sé pelos motivos seguintes:

<sup>873</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A (pt. 8, fl. 417- 423). Sublinhado acrescentado.

<sup>874</sup> ANTT, AOS/DI-2.

a) Em primeiro lugar não pode o Governo como fica expresso, aceitar todas as modificações e propostas da Santa Sé, condição posta para o seguimento do assunto sob aquela forma, se bem que se tenha esforçado por aceitar o maior número delas;

b) Em segundo lugar não sabe o que sejam as «questões menores» para ainda acerca delas ser fixado o texto, dado que a maior parte das agora propostas à consideração do Governo podem já considerar-se como tais. Por outro lado, à parte os artigos 27º a 30ºA da Concordata, cuja última redacção está dependente do Acordo Missionário, o trabalho encontra-se no seguinte estado: um grande número de artigos em que se chegou a acordo sobre a essência e a forma; os artigos em discussão segundo este documento, e só três artigos a que a Santa Sé se não referiu expressamente (al. 3ª do artigo 2º, art. 8º e art. 32º). Não tendo a Santa Sé levantado qualquer dúvida, depois de longa discussão acerca destes últimos, o Governo supõe que a redacção proposta pelo Governo está aceite. Se pois a Santa Sé der o seu acordo às propostas agora feitas, não há quaisquer questões nem de essência nem de forma a discutir ainda. Quanto muito haverá que dar verbalmente todos os esclarecimentos que sejam necessários para que a tradução italiana do texto corresponda fielmente ao acordado. O mesmo se diz do Acordo Missionário.

c) O Governo prontificara-se em Setembro último – e tudo preparara nesse sentido – para mandar um representante a Roma, mas sobre a segurança que lhe foi dada de que seria trabalho para oito dias ultimar as negociações. Parece porém pelas questões ainda levantadas que se era algo optimista. Por outro lado tem a Santa Sé retomado questões cuja solução se considerava assente, e o Governo naturalmente receia que com tal método se possam dilatar indefinidamente as negociações e afinal sem proveito, visto o Governo não estar habilitado a retomar a discussão de tudo aquilo que depois de discutido se considerou assente e ele considera definitivo quanto ao pensamento e à redacção. O Governo ficará muito grato por que a Santa Sé possa facultar-lhe elementos para conhecer quais são, além das discutidas, as questões que, em conformidade das declarações acima, deseja ainda discutir, para saber se pode enviar um representante seu a Roma e com que poderes. Em todo o caso este representante poderia estar em Roma em Agosto ou em Setembro, conforme o desejo da Santa Sé<sup>875</sup>.

O Governo considera como elemento de interpretação da Concordata e do Acordo Missionário as notas explicativas com que tem acompanhado as suas propostas. Não tem dúvida por isso em autenticar o seu conteúdo por meio de notas reversais que se lhes refiram e em que se exprimam os compromissos tomados que não constam dos textos da Concordata e do Acordo Missionário.

O encontro entre o núncio e Teixeira de Sampaio teve lugar a 4 de Julho, tendo demorado cerca de uma hora e meia. O embaixador resume-o do seguinte modo:

Entreguei hoje ao núncio apostólico a resposta do Governo português às últimas propostas ou observações da Santa Sé relativas à Concordata e ao Acordo Missionário.

Monsenhor Ciriaci agradeceu e disse-me que ia estudar e transmitir para Roma. Não fez menção de querer ler diante de mim. Disse-me que já conhecia os pontos de vista ou pelo menos grande parte deles pelas conversas tidas com o Doutor Mário de Figueiredo. Daqui passou a referir-se à homenagem prestada em Viseu a este último; a conversa seguiu outro rumo e só um bocado depois eu a trouxe novamente para o assunto que me levava à Nunciatura.

[...]

---

<sup>875</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 702-714).

Depois de nova referência ao Doutor Mário de Figueiredo, por quem exprimiu muita simpatia e a quem teria desejado mandar um telegrama se publicamente pudesse haver explicação para isso, voltámos ao assunto da Concordata.

Monsenhor Ciriaci disse que se tinha andado já muito. A minha alusão à vantagem que teria havido se ele tivesse poderes para negociar sem referir a Roma, o que teria evitado as comunicações escritas, sempre mais longas, disse-me que pedira esses poderes, mas Roma não lhos podia dar por causa do reflexo que esta Concordata pode ter sobre outras projectadas. Ele conhece certamente as grandes questões de princípio mas há outras de pura forma, e contudo de importância considerável para a Santa Sé. Exemplo típico é o do serviço militar. De Roma queriam por força que se estipulasse a isenção para os clérigos. Gastou páginas para lhes explicar quanto a fórmula do Governo português era bem achada e como ela dava satisfação prática aos desejos da Santa Sé, isentando das formações combativas e da taxa militar, sem contudo violar a organização militar do país.

Das questões de forma passei facilmente para as questões de menor monta mencionadas no documento por ele entregue. Disse-me que o Doutor Figueiredo lhe fizera as mesmas observações que eu lhe estava fazendo; por isso se antecipara a pedir para Roma que o esclarecessem.

Depois, Teixeira de Sampaio terá lido ao núncio um excerto da resposta do Governo, tentando medir a sua reacção. No entanto, o representante da Santa Sé mostrava-se relutante em discutir o documento sem antes o ter estudado. O embaixador continuava a conversa, dizendo que a Santa Sé voltava algumas vezes a questões que estavam assentes, o que o núncio justificava com a mudança de Pontífice e de Secretário de Estado.

O resumo da conversa continua do seguinte modo:

Compreende [o Núncio] perfeitamente o desejo do Sr. Presidente do Conselho de querer fórmulas perfeitas. Ao seu espírito lógico, ao seu escrúpulo de professor repugnam as fórmulas imprecisas e vagas.

Disse-lhe que o Sr. Presidente do Conselho quer sobretudo evitar dificuldades futuras; não quer que uma Concordata destinada a acabar com quaisquer dificuldades existentes fique semente de dificuldades futuras por imprecisão ou ambiguidade de fórmulas.

Replicou-me que o intuito era o mais louvável, mas era difícilimo senão impossível atingir fim tão perfeito. A experiência da Igreja diz-lhe que as dificuldades entre o Estado e a Igreja renascem, ou se renovam sempre, ou persistem, através dos séculos e sob todos os regimes; varia a intensidade delas, varia a forma, têm longas pausas, mas não se extinguem nunca. Para as resolver são preferíveis as fórmulas um pouco vagas às fórmulas rígidas ou muito precisas.

Em Portugal as grandes dificuldades foram sempre resolvidas pelo tempo, por um estado de facto resultante de compromisso (transigência) de ambas as partes, consagrado depois por diplomas do Estado, da Igreja ou acordo formal dos dois. Este só por si, sem a acção dos outros dois elementos, teria sido insuficiente.

Noutro ponto concreto tocámos: o casamento. Disse-me que no fundo se está inteiramente de acordo, o que falta é encontrar a fórmula. Por sua parte confessa que nenhuma o satisfaz ainda. Quanto ao perigo que o Governo receia, ele não existe na prática pois que os casamentos sem publicação só poderiam fazer-se com autorização do prelado e este não a concederá nos dois casos que o Governo deseja acautelar.



Voltando às demoras e dificuldades desta «grande obra» que se procura levar a cabo, disse-me «temos ainda a elaboração do 3º documento, a nota explicativa ou reversal». Observei-lhe que o problema me parecia simplificado pela fórmula proposta ou sugerida pelo Sr. Presidente, de se fazer uma nota reversal simples autenticando ou oficializando a nota explicativa que lhe ficaria junta.

- Sim, mas a nota explicativa tem muitas coisas que deixaram de ter razão de ser, pois se referiam a pontos em que a Santa Sé cedeu, ou que desapareceram. E as notas reversais não são unilaterais. Representam aquilo em que as duas partes estão de acordo. Desde que se adopte a nota reversal a Santa Sé tem também o direito de dizer alguma coisa. Há um terceiro documento a fazer.

Teixeira de Sampaio diz, por fim, que ficou com a impressão que a última nota explicativa «dará lugar ou servirá de pretexto a discussões longas». Sugere, então, a Oliveira Salazar que esta seja reduzida e transformada «em nota interpretativa» da redacção final, esperando assim diminuir as possibilidades de discussão, pois «o exame escrito da evolução do pensamento de um lado e doutro, consignado em nota reversal, é um registo de cedências ou transigências de que, embora pouco numerosas da sua parte, a Santa Sé se há-de defender quanto puder»<sup>876</sup>.

O Presidente do Conselho e Teixeira de Sampaio analisam a conversa deste com o núncio a 5 e 7 de Julho.

No sábado seguinte, dia 8, Oliveira Salazar recebeu o bispo de Macau, D. José da Costa Nunes. Falaram sobre a situação de Macau (no contexto da guerra sino-japonesa), as cristandades do Oriente, a possível criação das dioceses de Timor, de Singapura e Malaca, a conversa com o núncio a este respeito e «de como a Santa Sé está deficientemente informada acerca da nossa acção no Padroado – Não temos medo de comparações – queixas da Santa Sé àquele projecto em 29 ou 30 – falta da resposta de Portugal, etc.»<sup>877</sup>.

Nos dias 3 e 10 de Agosto, Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio combinam os termos da «conversa a ter com o núncio acerca da representação da Santa Sé nas comemorações centenárias» e sobre o andamento das negociações<sup>878</sup>.

Cerejeira celebra um *Te-Deum* na Basílica da Estrela em acção de graças pelo regresso, são e salvo, do Presidente da República da sua visita a África (Angola, Moçambique e África do Sul). Era dia 13 de Setembro de 1939 e a Segunda Guerra Mundial começara com a invasão da Polónia logo no início desse mês.

---

<sup>876</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl.769-773); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>877</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>878</sup> ANTT, AOS/DI-2.

No dia 24 de Setembro, depois de Oliveira Salazar ter assistido a uma missa dominical celebrada pelo Cardeal Patriarca, ambos trocam impressões sobre a Concordata e o Presidente do Conselho anota no seu diário:

Queixei-me da S. Sé que tinha pedido se mandasse alguém em Setembro ou Agosto, não disse nada até agora – Instituto ou Universidade Católica.

No dia 18 de Outubro, ao jantar, o Presidente do Conselho e o embaixador Teixeira de Sampaio combinam os termos da «conversa a ter com o núncio sobre a demora de qualquer resposta no assunto da Cc.».

A 22 de Outubro, Carneiro de Mesquita é recebido pelo chefe do Governo, dizendo-lhe que o núncio se referiu à política do Governo, designadamente, no que se refere ao facto de não fazer a Concordata, com «frases violentas e desprimorosas», no que seria contestado pelo bispo coadjutor responsável pela Acção Católica. Tal situação ocorreu quando uma comissão de dirigentes deste organismo foi cumprimentar o núncio no começo do ano de actividades. Salazar respondeu a Carneiro de Mesquita, sem lhe prestar quaisquer esclarecimento e sem se referir às negociações da Concordata, que «a Santa Sé era muito difícil nas negociações e que não julgava poder ser o Governo acusado». A propósito desta conversa, redigiu a seguinte nota, datada de 23:

Para ter presente na conversa com o Núncio

No domingo, 22 de Outubro, o Dr. Carneiro Mesquita referia-se-me ao que se passara numa visita de cumprimentos ao núncio que dirigentes e delegados da Acção Católica (ou de qualquer das suas obras) acompanhados por um dos bispos coadjutores do Patriarcado que não sei qual fosse. A visita era de cumprimentos ao representante da Santa Sé no começo do ano de trabalhos. O Núncio ter-se-ia referido desabridamente à acção do governo e dos seus dirigentes por não terem ainda feito a Concordata com a Santa Sé. Os termos teriam sido violentos e talvez pouco respeitosos, visto que o Bispo se sentira na obrigação de defender o Governo com alusão a possíveis dificuldades que este teria em dar tudo o que os católicos desejariam. O Núncio respondeu que, quando quera, o Governo tinha força para fazer tudo, e citou o caso da reforma de vencimentos do funcionalismo civil e das reformas militares, e que só quando se tratava de satisfazer os pedidos da Igreja o Governo mostrava receios. Estava e mostrou-se de tal modo irritado que os assistentes não acharam os modos, as palavras e os termos em que eram feitos consentâneos com a situação de alto representante da Igreja, junto de um Governo estrangeiro.

Em resposta não fiz a menor referência a quaisquer negociações, à Concordata ou ao Acordo Missionário, de que não sei se o Dr. C. M. [Carneiro de Mesquita] tem conhecimento, e limitei-me a dizer que todas as negociações com Roma eram difíceis (estava o caso provado por muitos antecedentes históricos) por várias razões e que em quaisquer dificuldades com a Santa Sé eu tinha a consciência, e podia afirmá-lo claramente, que ela não tinha razão e lhe cabia a responsabilidade de certas questões se não resolverem com a rapidez desejada. Eu sabia que o Núncio era pessoa de valor, muito inteligente e de integridade moral, mas doente e que por vezes o seu estado de saúde se reflectia numa certa irritação, mas nas relações com o

Governo, a Presidência do Conselho e o Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha sido sempre correcto.

O facto deu-se, não podia ser inventado e pode ser confirmado pelas várias pessoas que assistiram. A irritação foi espontânea e natural ou ao menos artificialmente agravada para poder chegar ao conhecimento do Governo? Mas o Núncio sabe que é a Santa Sé que está em falta; pois não responde há três meses às últimas propostas do Governo. Seria o emprego da mesma táctica já de outras vezes empregada – não podendo levar o Vaticano a mexer-se, tentar fazer com que o Governo se mexa?

O meu interlocutor explicava a irritação do Núncio pelo facto de desejar ser levado pelo Vaticano, ter pressa disso e não ter conseguido ainda uma Concordata, o que impede a sua saída de Lisboa para qualquer outro lugar<sup>879</sup>.

No dia 1 de Novembro, Oliveira Salazar e o secretário-geral do Ministério dos Estrangeiros combinam a conversa a ter com o representante da Santa Sé «acerca da paralisação dos trabalhos da Concordata» e, dois dias depois, o embaixador informa-o de que o núncio esperava a qualquer momento a resposta de Roma para dar continuidade aos trabalhos.

A 21 de Novembro, o núncio entregou a citada resposta no Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo a Concordata, o Acordo Missionário e as Notas Reversais, afirmando que nas questões de maior importância teria que ser Roma a decidir. No acto da entrega junta ainda um ofício no qual se afirma:

A resposta do Governo português às últimas observações e propostas da Santa Sé a respeito dos projectos de Concordata e de Acordo Missionário, resposta entregue em 4 de Julho passado ao núncio apostólico, foi por este comunicada imediatamente à Santa Sé.

O Núncio tem a honra de enviar agora ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o texto completo do projecto de Concordata, de Acordo Missionário e de Notas Reversais, que a Santa Sé compilou depois de ter atentamente examinado a sobredita resposta do Governo e de ter cuidadosamente estudado toda a complexidade do importante assunto.

O texto da Santa Sé vai acompanhado da tradução portuguesa, que a Nunciatura fez tendo presentes os anteriores textos do Governo.

O Núncio observa que, em tudo o que foi possível, a Santa Sé veio ao encontro dos desejos do Governo português. As modificações introduzidas no texto são geralmente de simples forma. Se algumas se referem à substância, não se pretendeu com isso retomar questões cuja solução se considerava assegurada, mas somente dar máxima exactidão e precisão a texto de tanta importância. Em todo o caso o Núncio está pronto a dar, com muito gosto, todas as explicações<sup>880</sup>.

Teixeira de Sampaio apressa-se a informar Salazar da entrega do texto e das explicações dadas. No mesmo dia, o Cardeal Patriarca, em carta a Oliveira Salazar, considera

---

<sup>879</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1). Sublinhado acrescentado.

<sup>880</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 775-776).

que se chegara ao fim das negociações. Ao que parece, o Presidente do Conselho e o secretário-geral do Ministério partilhavam tal ideia, já que, no dia seguinte, ambos prepararam os «aspectos finais do processo de negociação: assinatura, ratificação, entrada em vigor e publicidade»<sup>881</sup>. Só às 22h30 desse dia Salazar lê os documentos entregues pelo núncio, comparando-os com o projecto do Governo<sup>882</sup>.

No dia 23 de Novembro, Oliveira Salazar escreve uma carta a Mário de Figueiredo acerca das negociações da Concordata. Nesse mesmo dia, redige apontamentos sobre aquelas negociações<sup>883</sup>. A 25 reúne-se com Figueiredo, conversando sobre a orientação a dar aos trabalhos da Concordata e do Acordo Missionário e referindo a necessidade de trocar impressões com o ministro das Colónias. Acertam ainda os termos da entrevista a ter com o núncio e começam a examinar o novo texto da Concordata. Este trabalho prossegue a 27 de Novembro, fazendo ambos emendas de redacção e outras, e vendo «o que poderia aceitar-se e aquilo em que não podemos ceder». Acertam que Figueiredo iria encontrar-se com o ministro das Colónias, o Patriarca e o núncio, depois do que se reuniria com Salazar<sup>884</sup>.

Nesse mesmo dia Salazar dá conta que existem ainda questões de princípio nas quais não se pode ceder, como o casamento, a Acção Católica e a livre comunicação das autoridades eclesiásticas com o clero e os fiéis. No dia 28, discute com Teixeira de Sampaio a «orientação a seguir nas negociações com o núncio» e transmite o seu pensamento a Mário de Figueiredo. Este, depois de conferenciar com o núncio, janta com Salazar, a quem transmite as suas impressões, bem como o resultado da conversa que tivera com o Cardeal Patriarca<sup>885</sup>.

Mário de Figueiredo comunica a Salazar, a 29 de Novembro, o teor de uma segunda conferência com o núncio, que encontrou com «boa disposição». O jurisconsulto e o representante da Santa Sé assentaram na orientação a seguir e no processo de trabalho. O núncio ter-se-á queixado do ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, por causa do Palácio das Picoas<sup>886</sup>.

Num apontamento manuscrito constante do Espólio Mário de Figueiredo, depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e sem data, pode ler-se:

---

<sup>881</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A. Salazar, Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos (manuscrito).

<sup>882</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>883</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>884</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>885</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>886</sup> ANTT, AOS/DI-2. De 1929 a 1938, o palácio foi ocupado pelo Colégio Normal de Lisboa. Ver Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, Livro XIV, Lisboa, Vega, 1993.

O núncio apostólico não é um traidor da causa da Igreja.

Ele agirá até ao fim, ainda que isso lhe custasse a vida, para defender o prestígio e os direitos da Santa Sé. Nisso não vê a pessoa de Duarte Pacheco, mas todo Portugal, católicos compreendidos<sup>887</sup>.

O Palácio das Picoas, ou Palácio de Camaride, era propriedade da Santa Sé e nele esteve instalada a Nunciatura até 1929. Fora deixado em testamento a Leão XIII por D. Isabel Freire de Andrade e Castro, condessa de Camaride (1895)<sup>888</sup>. Em 1929, Gasparri dá autorização ao núncio para vender o edifício e adquirir um outro, por se considerar que, embora tivesse uma boa localização, nunca poderia oferecer instalações condignas à representação diplomática da Santa Sé<sup>889</sup>. Deste prédio fazia parte um jardim que tinha frente para a Praça Duque de Saldanha, prolongando-se para a Avenida da República.

Deste modo, a Santa Sé adquire um palacete na Rua Rosa Araújo, nº 41<sup>890</sup>, que seria inaugurado a 3 Fevereiro de 1930, continuando as repartições dos serviços da Nunciatura instalados no Palácio das Picoas<sup>891</sup>. Ainda que em meados de 1932 a Nunciatura fosse afirmando que não estava interessada em vender o Palácio<sup>892</sup>, ao que parece, o núncio Beda Cardinale, antes de partir para Itália, onde viria a falecer no final do ano de 1933, terá acordado em alienar o imóvel. Mas Tondini, encarregado de negócios em Lisboa, opôs-se à venda a 29 de Dezembro de 1933 «porque a oferta está muito desvalorizada em relação à avaliação feita em 1929», «o poder de compra está presentemente diminuído» e «o terreno se situa na parte mais nobre da cidade»<sup>893</sup>.

---

<sup>887</sup> Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>888</sup> ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola 439 (2), fls. 16-17.

<sup>889</sup> Relatório de avaliador, Lisboa, 27 de Maio 1929: «A Nunciatura está instalada num grupo de casas velhas, construídas num dos locais mais apreciáveis da cidade. As referidas casas, ainda que dispendiosamente se possam conservar, nunca podem constituir para a Nunciatura uma instalação condigna:

São os seguintes os edifícios:

Uma casa de r/c e 1º andar com o nº 72 para a Rua das Picoas. A área do terreno ocupado é de 206 m2

Outra casa junto à anterior, com r/c, 1º e 2º andar e sótão, e que tem entrada pelo portão nº 70 da R. das Picoas.

A Área do terreno ocupado é de 232 m2.

Uma casa que antigamente serviu de cocheira, e que ocupa a área de 387 m2.

A área total do terreno é de 6.202 m2. O terreno que fica contíguo à Avenida Fontes Pereira de Melo e à Praça Duque de Saldanha tem muito mais valor do que o que é contínuo à Rua das Picoas. ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona, scatola nº 439 (2).

<sup>890</sup> Quem representa a Santa Sé neste negócio é Domingos Pinto Coelho (1856-1944) – advogado conceituado, formado pela Universidade de Coimbra (1876), foi Bastonário da Ordem dos Advogados. Católico de prestígio, foi membro do Centro Católico, advogado do Cardeal Patriarca António Mendes Belo e de vários outros bispos na questão religiosa suscitada pela implantação da República. No sidonismo, foi vice-presidente do Senado. Era colaborador nos jornais *Novidades*, *A Nação* e *Portugal*.

<sup>891</sup> *Novidades*, 3 de Fevereiro de 1930.

<sup>892</sup> ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona (1580-1940), scatola nº 440, fl. 176.

<sup>893</sup> ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona (1580-1940), scatola nº 440, fl. 163 e ss.

As propostas dos compradores sucedem-se, mas sem quaisquer consequências. O edifício vai-se degradando, o município impõe o restauro do extenso muro que o circunda e informa que, «para cumprimento do plano de urbanização da cidade que o município está efectuando, o prédio sofrerá uma expropriação em toda a sua extensão causada pelo alinhamento da rua o que o desvalorizará enormemente»<sup>894</sup>. O Plano de Urbanização e Expansão de Lisboa foi traçado entre 1938 e 1940 por Étienne de Gröer, urbanista de origem russa contratado por Duarte Pacheco. A necessidade de cumprir o programa do Governo para as Comemorações dos Centenários (oitavo centenário da Fundação e terceiro centenário da Restauração) permitiu a Duarte Pacheco publicar o controverso Decreto-lei nº 28.797, de 1 de Julho de 1938, que visava tornar céleres as aquisições ou expropriações, eximindo-as à via judicial. São declaradas de utilidade pública as aquisições ou expropriações necessárias à execução de obras que o Governo aprovasse para a Lisboa, desde que a sua construção fosse iniciada antes do final de 1940. Ao abrigo desse diploma Duarte Pacheco irá tentar expropriar a edificação da Nunciatura, episódio que só se encerra com a instalação daquela no Palácio de Egas Moniz<sup>895</sup>, onde ainda hoje se encontra.

A 2 de Dezembro, sábado, Oliveira Salazar, Teixeira de Sampaio e Mário de Figueiredo analisam os documentos a enviar ao núncio – nota de remessa e projecto de notas reversais – e discutem ainda alguns artigos da Concordata e do Acordo Missionário. No domingo, o Presidente do Conselho e Mário de Figueiredo revêem os trabalhos de cópia dos dois acordos e comparam-nos com os textos primitivos. A 4 de Dezembro, Oliveira Salazar discute com Teixeira de Sampaio a negociação da Concordata. Depois, junta-se Mário de Figueiredo que lhes transmite os resultados da conversação que tivera nessa mesma tarde com o núncio (Mário de Figueiredo e Ciriaci tentam nesse dia chegar a fórmulas definitivas). Este terá dito que «prefere trabalhar ainda amanhã sobre os pontos duvidosos a ver se se encontram fórmulas aceitáveis» e fala da questão de Picoas. Segundo Figueiredo, «esta questão domina a negociação na parte relativa à expropriação». O embaixador Teixeira de Sampaio remete ao núncio os projectos e no dia seguinte Oliveira Salazar põe «em dia os apontamentos acerca das negociações para CC e Acordo Missionário». Nessa tarde, recebe ainda o jurisconsulto, que traz notícias de uma nova conversa com o núncio, o qual comprometeu a enviar no dia seguinte uns apontamentos dando a conhecer a posição da Santa Sé em face das «precisões do ofício do governo».

---

<sup>894</sup> ASV, Archivio della Nunziatura di Lisbona (1580-1940), scatola nº 440, fl. 159.

<sup>895</sup> *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1943.

Na manhã do dia 6 de Dezembro, Oliveira Salazar e Figueiredo, aos quais se junta posteriormente o embaixador Teixeira de Sampaio, estudam os referidos apontamentos e alteram «a redacção de alguns artigos em conformidade com os resultados da conferência de ontem – modificam-se também passagens do memorando ou ofício de remessa para maior facilidade na aceitação por parte da S. Sé – mandam-se tirar cópias limpas para fazer a entrega oficial dos textos». Já de tarde, Oliveira Salazar esclarece as dúvidas de D. Emília acerca de um artigo do acordo, acabando por redigir um novo texto. Neste dia, o Presidente do Conselho anota que, «praticamente, deve considerar-se concluído neste momento o Acordo Missionário, e quanto à Concordata em suspenso apenas duas questões – a relativa à palavra culturais no art. 4º e a relativa à Acção Católica (art. 19º) que o núncio propõe à Santa Sé [que] se elimine, mas que o Governo preferiria se mantivesse com a ultima redacção»<sup>896</sup>.

A 7 de Dezembro, o embaixador combina com o núncio ir entregar os documentos no dia seguinte pelas 17 horas<sup>897</sup>. Salazar prepara o «dossier» dos documentos a enviar. Ao fim da tarde, trabalha sozinho, tomando apontamentos sobre as negociações da Concordata. Mário de Figueiredo transmite telefonicamente as declarações que o núncio lhe fez: Ciriaci terá dito «a título meramente pessoal que considerava acabado o trabalho e feitos os acordos. Estava persuadido de que a Santa Sé poderia responder ao relatório que ia mandar por telégrafo, devendo ter resposta dentro de 4 ou 5 dias; e que nestas condições a assinatura poderia fazer-se antes de 1 de Janeiro». Mais tarde, Teixeira de Sampaio transmite a Salazar a conversa com o núncio quando da entrega dos documentos. Às 21h30m Salazar recebe o ministro das Obras Públicas e falam do caso da expropriação do Palácio das Picoas<sup>898</sup>.

No dia 9 de Dezembro, sábado, D. Emília faz novas cópias da Concordata e do Acordo Missionário<sup>899</sup>. No domingo, Salazar assiste à missa celebrada por Carneiro de Mesquita e envia a Cerejeira um exemplar de cada um dos documentos. Começa a redigir um apontamento para o Conselho de Ministros «que venha a reunir-se para tomar conhecimento da Concordata e do Acordo Missionário, se as negociações forem rapidamente terminadas».

Mário de Figueiredo participa a Salazar o teor da conversa que tivera no dia 15 de Dezembro com o núncio Apostólico. Este não transmitira ao Vaticano a urgência que havia na assinatura dos acordos porque Teixeira de Sampaio não a havia pedido. Falaram ainda acerca

---

<sup>896</sup> ANTT, AOS/DI-2. Sublinhado acrescentado.

<sup>897</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>898</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>899</sup> ANTT, AOS/DI-2.

da venda das Picoas e o núncio contara-lhe o que se passara com o ministro das Obras Públicas.

No dia 17 de Dezembro, domingo, Figueiredo relata uma outra «grande conversa» tida com o núncio acerca do caso das Picoas. Nada adiantara sobre a Concordata, a não ser que telegrafara à Santa Sé para transmitir a urgência do Governo na assinatura. Referira ainda que, embora tivesse explicado à Santa Sé «as razões que levavam a liquidar a questão», em Roma não as compreenderam. No dia seguinte, Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio falam telefonicamente sobre uma «nota do núncio acerca das Picoas». Salazar lerá essa nota às 23h desse dia. No dia 19 de Dezembro troca impressões com o embaixador sobre a mesma e estabelecem a orientação a seguir.

Na véspera de Natal, Oliveira Salazar assiste, como habitualmente, à missa celebrada por Carneiro de Mesquita e a seguir conversam sobre o temperamento do núncio Ciriaci. No dia 25 à noite, também como era hábito, janta com Cerejeira. Discutem alguns aspectos da Concordata e do Acordo Missionário. Falam também da eventual fundação dum instituto católico a criar em S. Vicente ou em Campolide. A questão das Picoas volta a ser tema de conversa. Depois do jantar, junta-se-lhes Carneiro de Mesquita<sup>900</sup>. Não sabemos se prosseguiram a conversa.

No dia 28 o núncio comunica telefonicamente a Mário de Figueiredo que dentro de poucos dias receberá a resposta oficial de Roma, mas que antes de a comunicar ao Governo gostava de falar com ele, embora desconheça ainda o teor da resposta de Roma. No dia seguinte, Mário de Figueiredo informa Salazar que o núncio lhe dissera ter-se avançado muito na resposta que acabara de receber, que as negociações estavam terminadas, mas não para a assinatura. O núncio não pôde, no entanto, recebê-lo nesse dia mas recebê-lo-á no dia seguinte. Logo após o encontro entregará a resposta oficial da Santa Sé.

No dia 30 de Dezembro, sábado, Mário de Figueiredo e Bissaia Barreto jantam com Salazar. Depois da refeição, Figueiredo, ao que tudo indica já a sós com Salazar, transmite-lhe o teor da conversa com o núncio: «este irá fazer relatório para Roma e só fará a comunicação oficial ao Governo depois de receber nova resposta – o núncio mostrou-se satisfeito com a nota que se lhe enviou sobre as Picoas»<sup>901</sup>.

---

<sup>900</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>901</sup> ANTT, AOS/DI-2.



A 2 e 3 de Janeiro de 1940, Oliveira Salazar toma apontamentos acerca da conferência de Mário de Figueiredo com o núncio – estava a redigir os «apontamentos acerca das fases das negociações com a Santa Sé». No dia seguinte, Teixeira de Sampaio é posto ao corrente das conversas do núncio com Mário de Figueiredo e redigem um ofício para a Câmara Municipal de Lisboa sobre o caso das Picoas.

No dia 7, após a missa dominical, Carneiro de Mesquita e Oliveira Salazar tomam chá e conversam «acerca de diferentes problemas de ordem política e social»<sup>902</sup>.

A 22 de Janeiro, Figueiredo informa que se irá encontrar com o núncio na tarde do dia seguinte, e que depois da conferência o avisará pelo telefone, para ser recebido.

No dia seguinte, de manhã, o Presidente do Conselho recebe os trabalhos de Dinis da Fonseca sobre o sentido e a oportunidade da Concordata e do Acordo Missionário, a entregar aos jornalistas se necessário. Foi portanto Dinis da Fonseca que fez o primeiro esboço do texto que, já em Abril de 1940, Oliveira Salazar irá entregar aos jornalistas acerca dos acordos com a Santa Sé. Um deles é devolvido para ser modificado; o outro é dactilografado. Salazar recupera agora o apoio de um católico que se tinha oposto, como seu viú, ao seu primeiro Governo.

Ao fim da tarde, Mário de Figueiredo é recebido para dar conta da conversa que tivera com o núncio. Este recebera instruções e plenos poderes de Roma com excepção de três pontos: expropriações, fórmula da nota reversal sobre a política a seguir pela Santa Sé no que respeita aos casamentos de consciência (matéria nova que aparece agora pela primeira vez) e penas aplicáveis aos sacerdotes que façam casamentos católicos sem se assegurarem de que os mesmos poderão produzir efeitos civis.

A nota da Santa Sé que deveria ter sido entregue em Dezembro vai ser entregue dentro dos próximos dias. O núncio foi repreendido pela Santa Sé por ter discutido o documento particularmente com Figueiredo. Salazar escreve no seu diário:

«O essencial da questão está nas Picoas».

Sobre este assunto, falará ainda nesse dia com Duarte Pacheco.

O núncio é recebido em São Bento a 24 de Janeiro e entrega a resposta à nota do Governo de 8 de Dezembro. Ciriaci e Oliveira Salazar trocam impressões acerca da «questão

---

<sup>902</sup> ANTT, AOS/DI-2.

das Picoas» e da maneira de solucionar rapidamente a questão: a Nunciatura e um engenheiro da Câmara Municipal avaliarão o prédio. «Falou-se muito sobre as expropriações (Picoas, etc.)», diz Salazar<sup>903</sup>.

Neste mesmo dia, Oliveira Salazar redige um apontamento acerca desta audiência ao núncio:

Recebi em S. Bento o Núncio para trocar com ele impressões acerca do andamento a dar ao caso das Picoas, visto ter já em meu poder os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal. O Núncio concordou em que a forma de mais facilmente se chegar a uma solução seria escolher a Nunciatura um técnico que em conjunto com outro da Câmara procurasse determinar o valor do prédio.

Mesmo sem compromisso para qualquer das partes, esta avaliação prévia poderia fazer avançar muito a questão. Se o perito da Nunciatura estivesse de acordo com o da Câmara, a Nunciatura transmitiria o resultado à Santa Sé e certamente se poderia fazer a venda pelo que ficasse estipulado, ainda que ao Núncio não parecesse bem determinado o valor; caso não chegassem a acordo os dois peritos, pelo menos ficaríamos com as suas avaliações que nos serviriam de base às negociações ulteriores.

O Núncio repetiu muitas vezes tratar-se de determinar o valor do prédio e não qualquer outra coisa, e que se eu o não referisse na nota a enviar-lhe, ele o diria na sua resposta. Parece ter querido dizer que os peritos não tinham que avaliar o prédio para expropriação ou que determinar o valor de expropriação do prédio.

Afirmando que me referiria na nota a enviar-lhe ao valor do prédio, fiz em todo o caso notar – e nisso insisti vivamente – que não comprando a Câmara senão para revender, não há nenhum elemento de ordem subjectiva a ter em consideração mas somente os factores objectivos que podem entrar na avaliação:

- Rendimento matricial
- Rendimento efectivo
- Valor de reconstrução
- Valor dos terrenos livres para venda

E que não havendo no caso mais critérios possíveis, a estes se deveriam ater os técnicos.

O núncio queixou-se da maneira como foi tratada a Nunciatura nesta questão e parece convencido de que em Portugal se praticam grandes abusos nesta matéria. Rebatí fortemente as suas afirmações, e mostrando-lhe o que se passa noutros países, como na Itália, procurei demonstrar-lhe que nem quanto às leis de expropriação nem quanto ao respeito pelas sentenças dos tribunais se pode com justiça acusar o Estado português.

É lamentável mas tem-se a impressão de que o Núncio passou a ver o país através dos contos que várias pessoas lhe transmitem acerca das expropriações e do seu azedume pelo facto de a Câmara lhe ter feito saber que tem direito a expropriar o prédio das Picoas.

Em todo o caso afirmou mais de uma vez não interessar à Santa Sé a questão do dinheiro mas uma questão de princípio. Qual esta seja, não se entende<sup>904</sup>.

---

<sup>903</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>904</sup> ANTT, AOS/CO/ND-2 (pt. 4, fl. 757-758); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1). Sublinhado acrescentado.

Quanto aos acordos, permanecia a divergência a respeito do casamento. Salazar conclui, «pela forma e tempo que todas as negociações levaram, não ter a Santa Sé interesse na Concordata». Ciriaci ter-lhe-á respondido que a Santa Sé mantinha o interesse, mas não em quaisquer termos. Salazar põe então em confronto a forma como o Governo sempre procedeu e a maneira de trabalhar da Santa Sé:

Nós não levantámos ou não insistimos em nenhuma das questões de princípio em que sabemos não poder a Santa Sé ceder; em troca a Santa Sé prolonga discussões enfadonhas sobre os pontos secundários em que demais não tem razão mas que por capricho parece desejar não abandonar nunca.

No dia 25 de Janeiro, Oliveira Salazar volta a rever a segunda versão do trabalho de Dinis da Fonseca. Recebe depois a nota entregue pelo núncio a Teixeira de Sampaio, estuda-a e escreve um apontamento para Mário de Figueiredo. Nesse apontamento, decide que é preferível aceitar a eliminação do artigo da Acção Católica proposta pela Santa Sé e, quanto às expropriações, «é preciso achar uma fórmula em que a expropriação (sem acordo) possa ser estabelecida na lei interna, sem violação da Concordata e sem consentimento expresso da Santa Sé». Já quanto às notas reversais Oliveira Salazar admite que as mesmas não sejam publicadas embora considere que o Governo poderia tirar vantagens políticas publicitando a declaração de que fora tomado o compromisso de as penas a aplicar aos párocos serem «consentâneas com o estado eclesiástico e não graves e seja em qualquer caso excluída a prisão não convertível em multa»<sup>905</sup>. Mário de Figueiredo e Teixeira de Sampaio conversam telefonicamente sobre este assunto com o Presidente do Conselho.

No dia 26 de Janeiro, Oliveira Salazar redige uns apontamentos sobre a conferência com o núncio acerca das Picoas e da Concordata «para actualização do respectivo dossier». Recebe depois Teixeira de Sampaio e Mário de Figueiredo, falam sobre a conversa deste último com o representante da Santa Sé («a questão das declarações orais do núncio em substituição das notas reversais») e estabelecem a orientação a seguir na entrevista do dia seguinte entre Figueiredo e o núncio. Salazar avistar-se-á depois com o ministro das Obras Públicas.

Em casa, na manhã do dia 27, sábado, o Presidente do Conselho continua a escrever o relato da conversa com o núncio relativa à Concordata, para actualização do «dossier». Ao fim do dia, Mário de Figueiredo transmite-lhe a conversa que tivera com o núncio e trocam

---

<sup>905</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 922-931); ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 943)

impressões acerca da fórmula de um telegrama que este pretendia enviar para a Santa Sé, nos seguintes termos:

A dificuldade está no terceiro ponto das notas reversais. O Governo aceita o primeiro aditamento de V.Em<sup>a</sup> e por isso uma redacção da nota reversal assim concebida: «A Santa Sé, reafirmando a doutrina católica da exclusiva competência da Igreja para restabelecer impedimentos ao casamento cristão, e com pesar de fazer declarações sobre o que é sua norma constante para o bem das almas, adoptará em Portugal a mesma atitude adoptada na Itália com o fim de evitar, na medida do possível, a existência de casamentos religiosos que não produzam efeitos civis». Aqui deveria acabar o texto da nota reversal, não podendo o Governo por decisivos motivos de ordem política e jurídica do País, aceitar o restante do texto de V. Em<sup>a</sup>. O Governo está disposto na resposta escrita ao Núncio acerca das últimas propostas da Santa Sé por ele apresentadas, a explicar a primeira decisão relativa à Concordata no sentido de que não é seu pensamento impedir, em todo e qualquer caso, a celebração do casamento religioso quando este não possa produzir efeitos civis, e a declarar que, quanto às sanções, procurará estabelecer só aquelas que sejam consentâneas com o estado eclesiástico. O Governo insiste por que se façam notas reversais nos termos indicados. Não desespero, porém, de conseguir que o Governo se contente sobre este ponto com uma nota do Núncio. Porém, pude já perceber que, em tal caso, por razões de uniformidade, o Governo exigiria que também a declaração da revogação da legislação contrária à Concordata se fizesse por nota do Governo ao núncio, ficando notas reversais só para o Acordo Missionário. Manifestando-me o Doutor Salazar a máxima urgência peço a V. Em<sup>a</sup> comunicar-me pelo telégrafo o que deva responder<sup>906</sup>.

O Presidente do Conselho continua depois a redigir os seus apontamentos sobre a Concordata<sup>907</sup>.

No dia 31 de Janeiro, Mário de Figueiredo recebe instruções acerca do telegrama do núncio para a Santa Sé. A secretária é chamada a casa de Oliveira Salazar para fazer as cópias do telegrama e Mário de Figueiredo leva depois consigo três cópias.

Já no dia seguinte, Oliveira Salazar chama o presidente da Câmara Municipal de Lisboa<sup>908</sup> para que este escolha um técnico que, de acordo com outro indicado pela Nunciatura, deveria definir o valor do imóvel das Picoas.

A 10 de Fevereiro é comunicado a Mário de Figueiredo um excerto de um telegrama enviado pelo Cardeal Secretário de Estado ao núncio Apostólico:

A Santa Sé não pode renunciar ao direito e dever dos ordinários de permitirem em casos extraordinários a celebração dos matrimónios religiosos que, não podendo ser transcritos no registo civil, não devem ser denunciados. Por isso, não é admissível que estejam sujeitos a

---

<sup>906</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 933).

<sup>907</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>908</sup> Em substituição de Duarte Pacheco, era então presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa Eduardo Rodrigues de Carvalho (1891-1970) – engenheiro militar, civil e de minas pela Antiga Escola do Exército. Foi chefe de gabinete do ministro Duarte Pacheco, chefe da Repartição de Estudos de Edifícios da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e engenheiro-inspector do Conselho Superior de Obras Públicas. Foi presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa de 1938 a 1944.

penalidades os párocos que procedam em tais casos à celebração e não façam a denúncia. A Santa Sé, por conseguinte, tem de manter o texto das notas reversais proposto no documento de 24 de Janeiro passado<sup>909</sup>.

Seguia-se no original a referência ao desejo da Santa Sé de conhecer quais as penalidades que seriam impostas aos párocos pelo direito interno caso não comunicassem à autoridade civil os casamentos por eles realizados; «mesmo sem consultar a Santa Sé, o nuncio tomou sobre si a responsabilidade de eliminar essa parte, atendendo a que questão já tinha sido posta de lado noutra oportunidade»<sup>910</sup>.

No dia 11 de Fevereiro, Oliveira Salazar vai, como sempre, assistir à missa de Carneiro de Mesquita. A seguir, conversam sobre os cardeais a convidar para a Exposição do Mundo Português e que o Patriarca se dispõe a hospedar. Um pouco mais tarde, Oliveira Salazar receberá em casa Mário de Figueiredo, o qual lhe fará o relato da conversa do dia anterior com o nuncio quanto às novas instruções da Santa Sé.

A 13 de Fevereiro, Salazar e Mário de Figueiredo examinam a resposta a dar ao nuncio relativamente ao último telegrama do Cardeal Secretário de Estado, a qual será redigida nos seguintes termos:

O Governo português não pode aceitar o texto da nota reversal como é sugerido na nota da Santa Sé de 24 de Janeiro último. Só pode aceitar esse texto, suprimido o último período.

Para obtemperar, porém, ao desejo da Santa Sé, expresso na comunicação verbal feita por Sua Exa. Revma. o nuncio apostólico em 10 do corrente, o Governo declara-se disposto a assumir, em nota verbal, o compromisso de não estabelecer no direito interno sanções contra os párocos que deixem de denunciar, para efeitos de transcrição, os casamentos cuja imediata celebração seja autorizada pelo Bispo próprio por graves motivos de ordem moral e que não possam ser transcritos<sup>911</sup>.

Mário de Figueiredo entregará esta nota ao nuncio a 16 de Fevereiro, o qual lhe pedirá esclarecimentos complementares.

A 17, o Presidente do Conselho troca impressões com Teixeira de Sampaio sobre as negociações com o nuncio e coloca-se a hipótese de o representante de Portugal na Santa Sé realizar aí uma diligência, cujo teor se desconhece.

---

<sup>909</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 937).

<sup>910</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 937).

<sup>911</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 942).

No dia 25 de Fevereiro, depois da missa, Oliveira Salazar e Carneiro de Mesquita conversam sobre as negociações com a Santa Sé e a «posição do Governo em relação a novos favores – cumprimento das leis existentes».

Três dias depois, Salazar e Figueiredo discutem a nova nota verbal apresentada pelo núncio e combinam a resposta a dar-lhe. Durante hora e meia, Oliveira Salazar, já em casa, escreve uma carta ao Cardeal Patriarca sobre os convites aos cardeais para as Festas do Duplo Centenário e toma apontamentos para o «dossier» da Concordata.

A 2 de Março, sábado, Oliveira Salazar e Figueiredo redigem a comunicação a fazer ao núncio. No dia seguinte, após a missa dominical, o chefe do Governo e Carneiro de Mesquita trocam novamente ideias sobre as negociações com Roma.

No dia 6, o embaixador Teixeira de Sampaio é informado do estado das negociações com a Santa Sé e da última resposta do Governo. A 7 Salazar escreve ao Patriarca e a Júlio Dantas<sup>912</sup> sobre convites a dirigir a cardeais para as Comemorações Centenárias<sup>913</sup>.

No domingo seguinte, dia 10 de Março, na habitual conversa após a missa, o Presidente do Conselho e o padre Carneiro de Mesquita dialogam novamente sobre o temperamento do núncio. Uma semana depois, retomam a conversa relativa às negociações com a Santa Sé e aos boatos que corriam a este respeito; falam ainda acerca do valor do Palácio das Picoas.

A 19, juntamente com Teixeira de Sampaio, Oliveira Salazar resolve que o ministro Quevedo apresentaria à Santa Sé «a expressão da mágoa do Governo português pela maneira como têm ultimamente decorrido as negociações», «pelas demoras inexplicáveis e pela insistência em pontos secundários *a latere* da matéria que se encontra discutida e assente e que estas demoras e insistências correm o risco de fazer soçobrar todo o trabalho feito, tão importante para o Governo português»<sup>914</sup>.

Na audiência com o núncio apostólico, a 25 de Março, Teixeira de Sampaio informa-o da diligência de que fora encarregado Quevedo, e explica que a mesma não significava a sua interferência nas negociações. O núncio considera a diligência «providencial» e afirma o seu

---

<sup>912</sup> Júlio Dantas (1876-1962) – médico, escritor, jornalista e político, foi escolhido por Salazar para presidir à comissão executiva da Exposição do Mundo Português.

<sup>913</sup> ANTT, AOS/DI-2. Sublinhado acrescentado.

<sup>914</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 A. Salazar, Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos (manuscrito).

empenho, e o de Mário de Figueiredo, em encontrar fórmulas que obtenham uma resposta favorável quando oficialmente propostas<sup>915</sup>. Eis o resumo da conversa:

Conversa preliminar anódina.

Disse a Mons. Ciriaci que, como ele sabia, o Dr. Quevedo, nosso ministro no Vaticano, não tivera até agora a mínima interferência nas negociações da Concordata. Sabia, porém, como em tempos eu dissera a Sua Exa., da existência de negociações, da qual aliás ninguém lhe falou nunca no Vaticano. Veio agora o Dr. Quevedo a Lisboa de licença curta, por motivos meramente particulares. Como era natural, perguntou se devia dizer alguma coisa em nome do Governo sobre qualquer assunto ao regressar a Roma.

Foi incumbido de falar do assunto dos Centenários, sobre o qual na sua audiência o encarregado de negócios dirigiu o convite à Santa Sé para aqui se fazer representar. Expliquei a Mons. Ciriaci em linhas gerais os termos do convite. O Nuncio aludiu às dificuldades do momento, e pareceu-me retraído. Não abordei a questão da forma da representação, Cardeal legado, por não me parecer oportuno entabular qualquer discussão sobre isso e julgar preferível que se dê primeiramente a acção do nosso ministro no Vaticano nos termos que aqui lhe foram indicados. Disse contudo a Mons. Ciriaci que lhe mostraria ou enviaria cópia do despacho do convite.

Passaram depois à questão da Concordata. O secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros diz ao nuncio que não seria natural que Quevedo regressasse ao Vaticano sem levar notícias sobre o estado das negociações. Assim,

O Dr. Quevedo foi encarregado de dizer ao Cardeal Secretário de Estado ou ao Santo Padre a mágoa e pesar com que o Governo português via que a insistência da Santa Sé num ponto ao lado das questões principais, já assentes, a sua intransigência, e demoras, estivessem em risco de fazer malograr negociações tão longas e tão importantes. O ministro de Portugal não foi porém encarregado de discutir ponto nenhum nem se inteirou mesmo dos pormenores da negociação. Contudo, tendo-se sempre dito ao nuncio apostólico que o ministro de Portugal não intervinha na negociação, o Sr. Presidente do Conselho não queria que ele transmitisse a expressão daqueles sentimentos do Governo português sem que Mons. Ciriaci fosse disso prevenido. Havia nisto um dever de cortesia e de lealdade a que não se queria faltar. E era este o objecto da minha visita.

O Nuncio agradeceu calorosamente a atenção, e pediu-me que agradecesse em seu nome ao Sr. Presidente. Estimava imensamente a diligência do ministro Quevedo. «Reputo-a providencial» (sic); e mais duas vezes no correr da conversa empregou o mesmo adjectivo.

No entender do nuncio, talvez a diligência do ministro Quevedo já não viesse a ter influência nas instruções que pedira para Roma depois de se avistar com Mário de Figueiredo, pois esperava-as a qualquer momento. Mas

se elas não bastarem ainda, está certo de que a diligência Quevedo influirá no que de definitivo se seguir (devo dizer que fiquei com a impressão nítida de estar o Nuncio já de posse das instruções e que a notícia da diligência Quevedo vai talvez apressar a execução das mesmas).

---

<sup>915</sup> AHD-MNE, 2P, A13, CX. 1010.

Disse-me depois que nesta última fase das negociações tem evitado cuidadosamente dar respostas oficiais que possam colocar as duas partes num beco sem saída. O que tem feito tem sido procurar com o Dr. Mário fórmulas, a ver se chegam a uma aceitável que tenham a certeza de obter resposta favorável quando for oficialmente proposta.

Aludiu depois com certa demora aos dois pontos em discussão, os casamentos secretos e as punições. Este último parece-lhe mais fácil. Quanto ao primeiro dissertou de maneira um pouco confusa, passando dos casamentos sem efeitos civis para os casamentos secretos, do que não pode ser transcrito para o que não pode sequer ser comunicado. Não sabendo se o seu arrazoado tinha por fim discutir limitei-me a fazer perguntas sobre o alcance prático da reserva dos casamentos secretos. Disse-me ser quase nenhum, tão raros eram. Mas havia a questão de princípio e o mal é que ela se levantara para a Santa Sé como para o Governo português.

Pessoalmente tinha, ele, o maior desejo de ver tudo concluído; está verdadeiramente cansado da negociação e do que tem tido de explicar à Santa Sé. A diligência Quevedo mostrará no Vaticano que não é o núncio que faz pressão para se concluir, mas sim que a questão chegou a um ponto em que tudo se pode comprometer. A diligência Quevedo deixava-o em muito melhor posição. Providencial.

Disse a Mons. Ciriaci que não lhe escondia a minha impressão que se estava em risco de perder todos os esforços feitos, e de se malograr uma coisa tão importante para Portugal como para a Santa Sé como eram a Concordata e o Acordo, por motivo de uma questão *à côté* e secundária.

Disse-me que o receava também, que tem feito todos os esforços para que nada transpire a fim de evitar que isso se saiba, se houver interrupção de negociações, num momento em que no quadro geral do mundo a conclusão seria tão importante.

Foi isto o que de essencial se passou na matéria que me levou à Nunciatura<sup>916</sup>.

No dia 26 de Março Ciriaci envia o seguinte cartão a Mário de Figueiredo:

O Núncio Apostólico

Com os seus melhores cumprimentos apressa-se a comunicar ao Exmo. Sr. Dr. Mário de Figueiredo que chegou a resposta. O Núncio prontifica-se a remetê-la para Viseu, se o Sr. Doutor puder indicar como fazer-lha chegar às mãos com certeza e de modo que se conserve o segredo. No caso de que o Sr. Doutor julgasse melhor vir a Lisboa tomar conhecimento da resposta, o núncio desejaria saber quando V. Exa. chegaria.

P. Ciriaci<sup>917</sup>.

Logo no dia seguinte Mário de Figueiredo informou Oliveira Salazar pelo telefone de que o núncio recebera novas instruções da Santa Sé mas que ele, Figueiredo, só poderia vir a Lisboa no domingo ou no dia seguinte para conversar com o núncio. Salazar, entretanto, trabalha na actualização do dossier acerca das negociações da Concordata.

---

<sup>916</sup> AHD-MNE, 2P, A13, CX. 1010; ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 946-948).

<sup>917</sup> ANTT, AOS/CP-194, fl. 384.



A 28 de Março, Vasco Quevedo envia um telegrama confidencial ao ministro dos Negócios Estrangeiros informando-o de que procurará fazer a diligência de que foi incumbido no dia 30 de Março. Dará notícias desta diligência noutro telegrama:

Feitas diligências termos seguintes: «tive ocasião ser recebido Senhor Presidente do Conselho e encontrei Sua Exa. magoado penalizado facto questão a latere nada tem com texto poder malograr negociações tão importantes». Cardeal Secretário de Estado quis explicar-me minúcias questão ser chamado a Lisboa disse referir-se ao casamento eu porém pedi licença interrompê-lo afirmei desejaria poder telegrafar uma resposta V. Exa. Secretário de Estado respondeu que tinha enviado depois Páscoa uma nova proposta que esperava desse satisfação V.Exa. Agradei e acrescentei que bem precisa era para que pudéssemos ter grande satisfação [?] negociações bem encaminhadas definitivamente<sup>918</sup>.

O Presidente do Conselho assiste à missa celebrada por Carneiro de Mesquita no dia 31 de Março e depois discute com o sacerdote vários assuntos de «política geral», bem como a relação do Governo com a Nunciatura. À noite, das 22h às 24h30m, Oliveira Salazar e Figueiredo analisam as últimas instruções da Santa Sé e discutem a orientação a seguir, assunto que retomarão no dia seguinte. Dão-se conta que persiste o problema do casamento. Salazar interroga-se nas suas notas:

Valerá a pena estar a discutir a matéria desde que se está convencido de que ou por causa da questão das Picoas ou por causa das negociações com a Espanha a Santa Sé está apenas tomando pretexto para protelar as negociações, até ao momento por ela desejado?<sup>919</sup>

Nesse dia, Quevedo é novamente recebido pelo Cardeal Secretário de Estado e apressa-se a dar conta do teor da entrevista telegrafando ao ministro dos Negócios Estrangeiros:

Falei hoje Secretário de Estado questão representação Santa Sé solenidades Centenários. Afirmei todo país espera maior esperança Santa Sé queira associar-se festas nacionais consagram memória filhos de Portugal fundaram e defenderam mantiveram sua independência sob sinal da Cruz e Religião Católica. Circunstâncias históricas evolução vida portuguesa provam somente graça Cristo pode explicar milagre nacional português. Com efeito meu país não somente pode viver uma existência oito vezes secular ao afirmar uma combatividade gloriosa pode levar a Fé Católica a uma grande parte do mundo apesar da fraqueza do pequeno número de filhos e dos seus meios materiais. Foi a sua Fé que o fez grande. A Igreja era a inspiradora e a protectora dos ideais católicos que deram a Portugal existência plena desfruta. Vida fecunda de Portugal esteve sempre ligada postulado Igreja e sua defesa. Eis as razões porque meu país considera como necessidade de ordem moral a assistência cara corações portugueses representação diplomática especial Igreja festas mais solenes e expressivas Centenários 1940 constituem expressão máximos sentimos patrióticos exaltando orgulho todo um povo que se sente feliz poder evocar oito séculos de vida cristã de dedicação e sacrificio glorioso pela causa augusta Pátria e Religião e que graças seu chefe eminente pode continuar

---

<sup>918</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 953).

<sup>919</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. V – 1940». ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7, fl. 251-339).

dar exemplos ao mundo depois oito séculos vida. Foram este os [?] da minha defesa [?] Cardeal necessidade absoluta nomeação missão especial Cardeal falou-me possibilidade nomeação quase me garantiu eu porém insisti sobre necessidade ida de Roma dum Cardeal com carácter Legado a latere lhe parecia sentido não ser isso possível a não ser que ele fosse Cardeal Cerejeira. Nesta altura e entre merecidos elogios Cardeal Patriarca tinha admiração todos os portugueses interrompi dizendo achar preferível ida de Roma missão. Disse que lhe seria difícil esquecer Nuncio «primeira classe» Lisboa. Respondi momento coroação Papa, França além doutros países apesar de existência Roma um embaixador permanente tinha nomeado uma Embaixada que não incluía senhor Charles-Roux<sup>920</sup>. Cardeal repetiu caso estava entregue resolução «pessoal» Papa. Novamente repeti argumentos dizendo que respeito grandeza especial festas Centenários e que Governo e Portugal inteiro desejam acolher representante Papa mandado Roma. Dirigi-me depois Secretaria de Estado onde falei Montini<sup>921</sup> a quem pedi interessar-se junto Santo Padre resolução favorável questão. Montini goza maior e mais íntima confiança Sumo Pontífice<sup>922</sup>.

A 1 de Abril Mário de Figueiredo recebe do nuncio um documento onde se afirma:

A comunicação verbal feita a 2 de Março corrente pelo Governo português ao nuncio apostólico de Lisboa, que a transmitiu textualmente à Santa Sé, foi por esta examinada atentamente. Eis a resposta:

«Ainda que não lhe é possível aceder completamente a quanto deseja o Governo português, contudo a Santa Sé pretende com novas contrapropostas vir ao seu encontro, até onde as próprias obrigações lho consentem»<sup>923</sup>.

Na manhã de 2 de Abril, Mário de Figueiredo relata a Salazar a conversa que tivera no dia anterior com o Patriarca e o nuncio. A Cerejeira, o professor de Coimbra terá falado do «risco em que se está de tudo se malograr pela inexplicável teimosia de Roma, visto o governo não poder continuar a discussão do assunto – o casamento – e ser naturalmente levado a declarar findas as negociações»<sup>924</sup>.

Figueiredo e Oliveira Salazar discutem uma vez mais a posição a tomar:

«Responder negativo amanhã apresentando razões? dar uma negativa seca?»

O assunto é também discutido com o embaixador Teixeira de Sampaio. Depois, Figueiredo e Salazar continuam a ponderar:

Vale a pena responder ainda uma vez dando as razões da discórdia ou acabar já com as negociações – acordou-se em responder, fazer em Roma uma diligência a indicar o risco de fracassarem as negociações e no caso da resposta não satisfatória da Santa Sé ou de qualquer

<sup>920</sup> François Charles-Roux (1879-1961) – embaixador da França no Vaticano de 1932 a 1940.

<sup>921</sup> Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini (1897-1978) – ordenado padre em 1920, foi nomeado bispo de Milão em 1954. Pertenceu à Secretaria de Estado do Vaticano de 1911 a 1954. Era considerado um dos principais colaboradores de Pio XI. Elevado a Cardeal no consistório de 1958, foi eleito Papa no conclave de 1963. Foi Paulo VI que reabriu o Concílio Vaticano II iniciado pelo seu antecessor, João XXIII.

<sup>922</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3).

<sup>923</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 954-955).

<sup>924</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. V – 1940». ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7, fl. 251-339).

resposta dilatória declarar findas as negociações – reviu-se a comunicação e fez-se o teleg. com as instruções p<sup>a</sup> o M<sup>o</sup> no Vaticano – a D. Emília começou as cópias – o Dr. M. de F. [Mário de Figueiredo] entregará a comunicação e observação às 4 horas.

Na declaração entregue ao núncio a 2 de Abril o Governo recusa-se a ceder ao desejo manifestado pelo representante da Santa Sé no dia anterior quanto ao casamento. Dirá então que quanto às penas a instituir pelo Governo contra as infracções do direito interno, «não está em condições de ultrapassar os compromissos assumidos nas suas comunicações anteriores». Até porque seria «inadmissível» que «o Estado que, em determinada matéria, não acordou em limitar a sua conduta, consinta em limitá-la quanto ao estabelecimento de sanções pela infracção de normas que podia livremente emanar por não estar internacionalmente ligado. Só o Estado é senhor de estabelecer os processos de reacção contra a infracção de normas que pode livremente emanar. Um exemplo concreto esclarece o pensamento que se quer exprimir: O Governo português pode impor, no direito interno, a obrigação de serem comunicados certos casamentos. Não está ligado pela Concordata a não o fazer: é, portanto, livre da emanção da norma respectiva». Por outras palavras: «o que não se explicaria bem é que sendo livre na emanção da norma o não fosse no estabelecimento das sanções contra a sua infracção; ele que é livre na emanção da norma deve sê-lo também na organização do processo de reacção contra os que a infringirem». O que se pretende, explicar-se-á ainda «é afastar ao máximo a possibilidade de existirem casamentos religiosos que não produzem efeitos civis. E é tal o seu empenho neste aspecto que vai ao ponto de, em matéria de casamentos *in articulo mortis*, em eminência de parto ou cuja imediata celebração seja autorizada pelo bispo próprio por graves motivos de ordem moral, secretos ou não, renunciar ao seu próprio sistema de impedimentos para adoptar o da Igreja, salvo em dois casos excepcionalíssimos».

É neste momento que todo o processo negocial é colocado em causa:

O Governo não pode ultrapassar os compromissos assumidos já.

Custa-lhe que a situação alcançada depois de tantos esforços, situação que crê plena de benefícios tanto para o Estado como para a Igreja em Portugal, se perca por questões incidentais que só um extremo de lealdade sua suscitou. Por isso se permite solicitar a deferente e urgente consideração da Santa Sé sobre o caso<sup>925</sup>.

O telegrama confidencial para a Legação de Portugal no Vaticano, sobre a diligência directa do ministro junto do Santo Padre, é do seguinte teor:

---

<sup>925</sup> ANTT, AOS/CO/NE-1A (pt. 16, fls. 958-962).

Núncio recebeu antes da diligência de V. Exa. referida seu telegrama nº 19 resposta e observações explicativas Santa Sé ao último documento aqui entregue ao Núncio em que o Governo lhe disse não poder ir além dos compromissos já assumidos. Na resposta de agora Santa Sé insiste nas suas exigências relativas aos casamentos que não produzem efeitos civis e às penalidades para os párocos que não comuniquem casamentos celebrados, matérias para simples notas verbais. Governo vai responder hoje ao Núncio mostrando improcedência observações agora apresentadas. No mesmo documento exprimirá pesar por que se perca por meras questões incidentais negociação tão importante. Rogo V.Exa. solicitar imediatamente audiência Santo Padre, prevenindo previamente Cardeal Secretário de Estado e exponha a Sua Santidade que com profunda mágoa Governo português depois de ter dado todas as provas de seu espírito de transigência, no caso das observações que agora apresenta ao Núncio não lograrem demover a Santa Sé da sua intransigência e Ela não as puder aceitar, se verá obrigado a reconhecer que o prosseguimento das negociações não se justifique nem pode conduzir a resultados práticos, o que é tanto mais para lamentar estando matéria principal acordada e tudo sido último incidente suscitado por excesso de lealdade Governo português que bem poderia ter deixado de referir-se-lhe. Governo não pode protelar situação e tem por isso maior urgência conhecer última palavra Santa Sé. Esta diligência deve ser por V.Exa praticada nos precisos termos que aqui lhe são indicados, com a firmeza e sobriedade que gravidade assunto exige<sup>926</sup>.

À noite, Oliveira Salazar recebe Duarte Pacheco e conversam sobre os relatórios dos técnicos da Nunciatura e da Câmara Municipal de Lisboa acerca do caso das Picoas.

A 3 de Abril de 1940, Oliveira Salazar actualiza o «dossier» relativo às negociações com Roma em face das últimas diligências. Nessa noite, recebe Figueiredo para jantar e este dá-lhe notícias mais pormenorizadas acerca do que se passou com o núncio e o Cardeal Patriarca. O primeiro terá enviado um telegrama à Santa Sé e o segundo terá escrito uma carta ao Cardeal Maglione. Depois desta conversa, que foi longa, extravasou-se para «coisas políticas – crise – recomposição»<sup>927</sup>.

No dia seguinte, Quevedo responde ao telegrama de 2 de Abril, informando que teria audiência com Sua Santidade e o Seu Secretário de Estado em breve. Mas a verdade é que só se viria a avistar com o último, e de Lisboa ordenam-lhe que insista na audiência com o Papa. Quevedo encontrar-se-ia com o Papa a 6, e nesse mesmo dia envia um telegrama para o Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Audiência esta manhã falei também Sua Santidade representação centenários explicando Cardeal Patriarca terá grande papel solenidades como representante máximo Igreja portuguesa e repeti o que disse ao Cardeal Secretário de Estado acabando afirmar representação Santo Padre devia e não podia deixar de ser entregue personagem ido Roma ofereci-me levar automóvel até Lisboa se me for possível ausentar em Roma essa ocasião. Sua Santidade ouviu afectuosamente e deixou-me impressão melhores esperanças solução que desejamos<sup>928</sup>.

---

<sup>926</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 963-967); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1). Sublinhado acrescentado.

<sup>927</sup> A remodelação ministerial terá lugar em Agosto de 1940.

<sup>928</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3).

A Salazar remete também um telegrama de teor distinto:

Confidencialíssimo – Acabo sair longa audiência Santo Padre. É de notar fui recebido imediatamente quarto hora antes hora marcada não tendo feito um só instante antecâmara. Expus Sua Santidade considerações de V. Exa. ouvidas mais atenciosa deferência interesse. Santo Padre disse-me última nota de V. Exa. Nuncio não tinha sido ainda recebida que seria estudada melhor espírito de colaboração. Afirmei Pontífice várias formas forte empenho V. Exa. concluir negociações e interrompeu dizendo que acreditava plenamente tanto mais que V. Exa. além de ser grande chefe de talento superior era um bom cristão. Sua Santidade explicou o incidente provocado excesso previdência Governo português que dizia respeito «casamento de consciência» que deveria ser secreto como segredo confissão e afirmou mais espírito de transigência todos os casos não se prenderem em direito divino. Repeti resumo considerações de V. Exa. com deferente firmeza e Santo Padre sempre no mais acentuado benevolente affecto V. Exa. disse esperar que chegue nota de V. Exa. Nuncio seria examinada interesse atenção. Audiência terminou palavras expressiva admiração e affecto Santo Padre V. Exa. a quem envia uma grande bênção para V. Exa. e seu grandes trabalhos como homem de Estado eminente e bom cristão<sup>929</sup>.

Complementa esta informação com um outro telegrama ao secretário-geral do Ministério em que afirma que, conforme as instruções de Oliveira Salazar, solicitara ao Santo Padre «toda a possível urgência resposta Santa Sé última nota V. Exa. nuncio o que me foi prometido»<sup>930</sup>.

No dia 10 de Abril, a preparação do *Te-Deum* inaugural das comemorações centenárias na Sé de Lisboa ocupa, em larga medida, a atenção de Oliveira Salazar.

A 13 Quevedo envia um telegrama para Lisboa informando que o Cardeal Secretário de Estado acabara de lhe dizer que seguira nesse dia uma resposta pelo telégrafo endereçada ao nuncio Apostólico<sup>931</sup>.

Oliveira Salazar assiste à missa dominical celebrada por Carneiro de Mesquita. Como era hábito, após a homilia discutem vários assuntos de natureza política. Ainda da parte da manhã, Oliveira Salazar actualiza o «dossier da Cc.».

No dia seguinte, às 10h da manhã, o presidente do Conselho toma conhecimento da resposta da Santa Sé, a qual volta a insistir na questão do casamento. Telefona a Mário de Figueiredo sendo informado que este partira de Coimbra para Lisboa a pedido do nuncio. À noite, das 22h45m às 24h15m, conversam sobre o encontro que Figueiredo tivera essa tarde com o nuncio. Este informa que se pretende ter a resposta do Governo no dia seguinte para ser telegrafada para a Santa Sé e pede indicação da legislação sobre casamentos que necessitam

---

<sup>929</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>930</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>931</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 973)

de autorização civil e sobre os casos em que as viúvas perdem as pensões. Dado o adiantado da hora, a elaboração da resposta é adiada para o dia seguinte<sup>932</sup>.

No dia 16, pela manhã, Salazar redige sozinho uns apontamentos destinados ao núncio acerca da legislação sobre os casamentos que necessitam de autorização<sup>933</sup>.

---

<sup>932</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>933</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 983-984). Eis o seu teor:

I

Disposições relativas a funcionários públicos

a) Ministério da Guerra

É um Decreto de 1851 que regula a matéria. Nele se vêem as sanções que são diferentes conforme o posto.

b) Ministério da Marinha

Aqui as penas não são nunca de demissão e quando um motivo particular (estupro, violação) intervem é obrigatoriamente concedida a autorização.

c) Ministério dos Negócios Estrangeiros

Os funcionários do Corpo Diplomático não podem casar sem autorização, sob sanções disciplinares não determinadas.

As mulheres admitidas ao exercício dos cargos do Ministério perdem o lugar, casando.

Com casamento não comunicado ficam sujeitas às sanções disciplinares correspondentes à falta de decoro para o exercício da função.

d) Ministério da Educação Nacional

É proibido o casamento de professoras primárias sem autorização do ministro.

Se casarem sem essa autorização sujeitam-se a sanções disciplinares não determinadas; se casarem religiosamente e o casamento não for comunicado, encontram-se em situação de escândalo público e portanto são demitidas.

Quer dizer: é mais grave a consequência de casarem religiosamente e não ser o casamento comunicado do que sê-lo.

II

Outras Disposições

a) Inválidos de Guerra (Pensões de sangue)

As viúvas e filhas perdem-nas, casando, mas também as perdem se não tiverem bom comportamento moral.

b) Montepio dos Servidores do Estado

Os beneficiários perdem as pensões casando, mas também as perdem quando o seu porte moral dê escândalo público.

Quer dizer: casando religiosamente perderiam a pensão se o casamento não fosse comunicado, tal qual como se fosse comunicado: no primeiro caso, por não terem bom comportamento moral ou por darem escândalo público; e no segundo, por terem casado. E casando era melhor a sua situação porque perdiam a pensão mas podiam ter um dote.

---

A – Leis

Ministério da marinha

Dec. 16.349 de 10/I/929 rectificado no D. G. de 5/VI/929

Dec. 30.262 de 9/I/1940, art. 156º e 157º (regulamentação quanto a praças)

Ministério da Guerra

Executa-se ainda a lei de 10-XII-1851 (DG de 16)

Ministério da Ed. Nacional

Dec. 27.279 de 24-XI-936, art. 9º

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Dec. 29.319, de 30-XII-938 artº 14º

- mesma disposição no Reg. aprov. pelo dec. nº 29.970 de 13-X-1931 art. 142.

Guerra

Dec. 17.335, de 10-IX-1921, art. 5º, nº 4 e artigo 6º nº 6 e § 1º deste artigo.

Montepio Oficial [?]

Dec. 24.046 de 21-VI-1934 art. 44º nº 123º e art. 38º».

Mais tarde, às 12h45m, juntam-se-lhe Teixeira de Sampaio e Mário de Figueiredo. Estudam o documento entregue no dia anterior pelo núncio e redigem uma declaração para o núncio:

Nas observações à sua nota de 2 de Abril, o Governo reafirmou que não podia ultrapassar os compromissos assumidos, embora se corresse o risco de não se atingir, por questões incidentais, uma situação que julgava plena de benefícios para o Estado e para a Igreja.

Para chegar a essa situação, o Governo deu, durante as negociações, constantes provas de sincero espírito de conciliação e, no caso particular, suscitado apenas por um extremo de lealdade, foi até a proposição de uma fórmula que supôs bastante para garantir os direitos da Igreja, em harmonia com o Direito Canónico.

A repetida insistência da Santa Sé leva o Governo a reconhecer, com grande pesar, que não é possível chegar a acordo e que, portanto, as negociações se devam considerar malogradas.

Chegou-se, porém, a uma solução reciprocamente aceite quanto ao Acordo Missionário; o Governo está, por isso, disposto à assinatura deste, se a Santa Sé nela concordar.

Teixeira de Sampaio fica para almoçar e «continua a troca de impressões acerca das negociações e seu rompimento». Entretanto, regressa Mário de Figueiredo e os três procedem a um novo exame da situação, resolvendo manter-se a redacção do documento a entregar ao núncio.

Nesse mesmo dia, às 23h, Figueiredo transmite telefonicamente a Salazar a entrevista que tivera com Ciriaci. Na Nunciatura estava também «o Patriarca chegado de Fátima [onde se encontrava no retiro anual dos bispos portugueses], na suposição de que a sua presença fosse aqui necessária para alguma coisa, pois lá recebera a comunicação do Cardeal Maglione com o aditamento do núncio de que não havia nenhuma esperança de resposta favorável do Governo»<sup>934</sup>. O núncio defendeu então que este ultimato à Santa Sé a colocava numa situação de difícil resposta, e que aquela talvez ainda pudesse transigir se lhe fosse dada a conhecer melhor a situação portuguesa. De acordo com o testemunho de Franco Nogueira, é neste momento que o representante da Santa Sé afirma que Oliveira Salazar é a «encarnação viva do demónio»<sup>935</sup>.

O Presidente do Conselho consente no adiamento por quatro ou cinco dias da comunicação formal à Santa Sé relativamente à ruptura das negociações. No entanto, sem esperanças de que o novo estudo do núncio pudesse alterar a sua atitude de irredutibilidade, pensa que este tem sobretudo interesse em demorar as negociações e ganhar tempo<sup>936</sup>.

---

<sup>934</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 989).

<sup>935</sup> Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 3, p. 263.

<sup>936</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. V – 1940». ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7, fl. 251-339).

A 17 de Abril, Oliveira Salazar recebe Figueiredo, que explica com mais detalhe o que se passara na visita ao núncio e o presidente do Conselho, meticoloso, volta a actualizar o dossier da Concordata.

Entretanto, no dia 20 de Abril, os bispos portugueses fizeram o voto de construção do Monumento a Cristo-Rei. De acordo com Samuel Rodrigues:

Todos sabem que o voto foi feito para Portugal ser poupado à segunda Grande Guerra, iniciada no ano anterior. O que talvez nem todos saibam é que o voto foi feito pedindo duas graças: a segunda é a que acaba de lembrar-se, mas a primeira foi a Concordata, formulada com estas palavras «nós, os pastores por vós escolhidos ... imploramos do Vosso Coração a graça de dardes a Portugal um Estatuto no qual o Estado reconheça à Vossa Igreja a sua liberdade e direitos»<sup>937</sup>.

Quevedo envia um telegrama para Lisboa a 21 de Abril:

Acerca matrimónio duas partes estar de acordo regra geral a aplicar e sobre a possibilidade modalidades das excepções. Regra geral é que matrimónio religioso tenha sempre efeitos civis tanto mais que privado daquele efeito conserva sua [...] indissolubilidade razão porque a Igreja fará sempre todo o possível matrimónio tenha efeitos civis de matrimónio religioso ser denunciado pela autoridade eclesiástica autoridade civil para que esta o transcreva registo. São porém possíveis algumas excepções aquelas regras gerais porque Igreja para bem das almas forçada admitir matrimónios religiosos que não sejam denunciados autoridade civil. Tais excepções são muito raras e só por grave motivo ordem moral julgado e permitido pelo Bispo e pelos párocos e por garantias assegurem indissolubilidade matrimónio religioso<sup>938</sup>.

No dia 22 de Abril, Mário de Figueiredo transmite pessoalmente a Salazar a comunicação recebida do núncio de que a Santa Sé desistira «da última posição», estando disposta a assinar os acordos:

O núncio apostólico, feitas oralmente, em nome da Santa Sé, declarações de princípio e considerações sobre a situação de facto, comunica que a Santa Sé renuncia a insistir no seu pedido e se declara disposta a proceder à assinatura dos Acordos. O Núncio está seguro de que as palavras de confiança expressas pela Santa Sé e por ele acrescentadas verbalmente encontrarão correspondência da parte do Governo<sup>939</sup>.

O secretário-geral dos Estrangeiros é chamado. Redigiu-se ainda um telegrama para a Legação do Vaticano, dando instruções ao ministro Quevedo:

Depois novas conversas Lisboa transmitidas pelo Núncio resposta favorável Santa Sé disposta assinatura imediata Acordos. Queira comunicar Cardeal Secretário Estado com alto apreço em que o Governo tem atitude Santa Sé e êxito negociações que missão assinatura deverá partir

---

<sup>937</sup> Samuel Rodrigues, «Concordata de 1940 – da Génese ao texto definitivo», p. 49.

<sup>938</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3).

<sup>939</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 16, fl. 990).



fim esta semana crendo-se que tudo poderá aí concluir-se decurso próxima semana. V. Exa. fará parte missão e será um dos signatários. Convém manter absoluta reserva até assinatura. Igualmente Portugal só será dada publicidade após aquele acto<sup>940</sup>.

Estabelece-se ainda a data da partida da missão e outros pormenores da assinatura.

Mais tarde, estando Salazar já sozinho com Mário de Figueiredo, definem a matéria das declarações verbais. Depois, o Presidente do Conselho actualiza o «dossier» da Concordata e recebe um telefonema de Teixeira de Sampaio que o informa do teor da conversa que o ministro Quevedo tivera com Monsenhor Tardini:

Antes de ontem encontrei Monsenhor Tardini pediu ir falar com ele ontem meio-dia. Tenho honra transmitir V. Exa. o que lhe ouvi sobre dificuldades surgidas negociações acerca matrimónio duas partes estão acordo regras gerais a aplicar e sobre possibilidades modalidades das excepções. Regra geral é que matrimónio religioso tenha sempre efeitos civis tanto mais, privado aqueles efeitos, correria perigo sua indissolubilidade, razão porque a Igreja fará sempre todo possível matrimónio tenha efeitos civis, de aí matrimónio religioso ser denunciado pela autoridade eclesiástica autoridade civil para que esta o transcreva registo. São porém possíveis algumas excepções aquela regra geral porque a Igreja para bem das almas é forçada admitir matrimónios religiosos que não sejam denunciados às autoridades civis. Tais excepções são muito raras e só por grave motivo de ordem moral julgado e permitido pelos Bispos e não pelos párocos e defendidas por garantias assegurem indissolubilidade matrimónio religioso. Tais excepções à regra acima apontada isto é matrimónios religiosos não denunciados e não transcritos registo civil só poderão verificar-se nas seguintes três hipóteses: primeira quando leis Igreja imponham o segredo nos matrimónios consciência (Cânone 1104 e seguintes); segunda, quando leis Estado impeçam a transcrição matrimónio religioso; terceira quando circunstâncias especialíssimas e pessoais requeiram que matrimónio religioso não seja conhecido. Isto sucede raríssimas vezes mas é possível. Em tais circunstâncias a Igreja procede com cautelas e severidade máximas o que pode verificar se leitura artigo 28 «Instruções» Sagrada Congregação Sacramentos de 1 de Julho 1929 tendente disciplinar execução Concordata italiana. Um exemplo: Lei italiana proíbe oficiais Exército casamento antes 28 anos. Pode porém dar-se caso oficial 24 anos viver amancebado ter filhos e desejar por caso consciência, unir-se matrimónio com mãe. Nesse caso Igreja casa-os porque não pode consentir continuação concubinato, mas não comunica matrimónio autoridade civil, por lei italiana não o permitir.

Continua o ministro de Portugal no Vaticano a dizer que, se o Governo português admite, na prática, a primeira e a segunda excepções, exclui as situações que possam ser compreendidas na terceira hipótese. Ora, Tardini ter-lhe-á afirmado que tais casos poderiam ser eliminados, desde que se acrescentasse uma breve frase ao texto do Governo:

Onde se diz: «A fórmula que não possam ser transcritos pretende abranger não só os casamentos que, segundo o direito interno, não teriam efeitos civis, mas também os que, nos termos do Cânone nº 1104 e seguintes do Código de Direito Canónico, não podem ser comunicados». – bastaria acrescentar: «e outros excepcionais casos análogos» ou outra frase semelhante. Poderá objectar-se que, quando foi conseguido um acordo entre Portugal e a Santa

<sup>940</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 992) e AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

Sé sobre todos os pontos mais importantes, não se compreende porque Santa Sé continue tão firme na defesa dum simples detalhe. Tardini disse ser fácil a resposta se temos em vista o número de casos que são reduzidíssimos; mas se a questão é encarada em si própria, ela é da maior importância. De facto o matrimónio católico é um Sacramento e a Igreja não pode renunciar à liberdade na administração dos Sacramentos, mas é obrigada, unicamente para bem das almas, a admitir a celebração do matrimónio quando se verifiquem todas as condições e garantias que a própria Igreja exige. Transcreve as instruções Congregações Sacramentos 1 de Julho de 1929 acima citada: «Artigo 28 – Quanto aos oficiais e militares assimilados, diplomatas e a todos aqueles aos quais é vedado o matrimónio sem especial autorização civil, poderá proceder-se ao matrimónio religioso unicamente se razões graves de consciência aconselharem o Ordinário a permiti-lo, mas não será denunciado para os efeitos civis. O mesmo sucede quando se trate de viúva pensionada, especialmente de viúvas de guerra. Quando em tais casos seja permitido casamento religioso, este, cessado o impedimento que se opunha à transcrição, será denunciado ao oficial do registo civil a instâncias de quem pelo caso se interessar. Os Reverendíssimos ordinários, ao permitirem tais matrimónios, procederão com muita circunspecção, visto poderem verificar-se inconvenientes não leves<sup>941</sup>.

À noite, Dinis da Fonseca é chamado para tratar das provas tipográficas da Concordata e do Acordo Missionário, que deverão ser realizadas confidencialmente de modo a estarem prontas para o Conselho de Ministros de quarta-feira, dia 24.

No dia 23, Oliveira Salazar escreve a Gonçalves Cerejeira e entrega a Mário de Figueiredo «a nota oficial a enviar pelo Ministério dos Estrangeiros com o termo final das negociações explicando o estado a que se chegou nas discussões e transcrevendo as notas verbais que hão-de ser trocadas». Entretanto, chegado Dinis da Fonseca, procedem os três à revisão das provas tipográficas para o Conselho de Ministros e para os jornais.

No dia do Conselho de Ministros, o chefe do Governo e o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros vão ao funeral do embaixador Alberto de Oliveira, o qual, como se viu, também teve o seu papel nestas negociações, regressando Salazar a São Bento meia-hora depois. Trabalha então com Mário de Figueiredo na Concordata, analisando «pequenas dúvidas acerca das notas a entregar pelo governo ao nuncio». Pouco depois, Dinis da Fonseca traz as provas tipográficas da Concordata e do Acordo Missionário. Já sozinho, Oliveira Salazar prepara o Conselho de Ministros e, às 18 horas, tem uma conferência com o Presidente da República. Às 18h15m inicia-se a exposição de Oliveira Salazar aos ministros e trocam-se impressões sobre os acordos e a composição da missão a enviar a Roma. Salazar pensava enviar apenas Mário de Figueiredo, mas o Conselho é da opinião de que a missão deve ser mais numerosa.

De regresso a casa, Oliveira Salazar redige a nota do Conselho de Ministros para a imprensa. Às 21h45m recebe Teixeira de Sampaio, que lhe relata a conversa com o nuncio

---

<sup>941</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG M 9 (pt. 1).

sobre essa nota oficiosa. Salazar pede-lhe que, dada a importância da entrevista, a reduza a escrito, o que o embaixador fará:

Monsenhor Ciriaci tinha marcado às 5 horas da tarde. O ministro de França demorou-se tanto no Ministério, onde eu tive de o receber, que cheguei à Nunciatura com 1/2 hora de atraso. Julguei encontrar o Núncio mal-humorado por este motivo. Apressei-me a pedir-lhe desculpa, mas ao contrário do que eu receava Monsenhor Ciriaci estava em ótima disposição; não se apercebera do atraso, assegurou.

Estava a desencaixotar um retrato do Pontífice e disse-me que não sendo a casa nada própria para Nunciatura, pelos ornatos modernos que tem, se lhe iam introduzindo retratos de Papas para a tornar mais séria (sic).

Comecei por apresentar ao Núncio apostólico as minhas felicitações pelo êxito das negociações relativas à Concordata. Agradeceu com alegria muito expansiva. Falou do muito trabalho que teve e do quanto estava já enfadado. Fiz justiça ao seu labor e ao seu esforço.

Depois, o núncio ter-se-á referido ao momento em que as negociações estiveram quase a ser suspensas. Teixeira de Sampaio continua a detalhar a conversa que tivera com Ciriaci:

Disse-me, como que duvidoso de que eu conhecesse tudo: «Sabe que recebi uma nota dando por malogradas as negociações? Recebi-a, mas não a transmiti. Tive de chamar aqui o pobre Cardeal Patriarca que estava fora. Foram ouvidos mais alguns Bispos e depois disso eu pude mandar o meu relatório».

«A diligência Quevedo junto do Secretário de Estado e do Pontífice não a compreenderam em Roma. Não lhe perceberam todo o alcance e quiseram ainda questionar. Quando receberam o meu relatório, onde eu lhes dizia que podiam agora apreciar todo o significado da diligência ordenada ao ministro Quevedo viram a realidade da situação e o Santo Padre deu então a resposta que veio a qual é certamente do seu próprio punho (sic) – conheço o estilo, digno, calmo; – é certamente dele. Mas a diligência junto do Santo Padre foi benéfica porque foi sobre ela que eu pude apoiar o meu relatório».

Nas alusões às dificuldades da negociação – feitas quase todas em tom risonho (oh! as fórmulas! tenho montes de fórmulas que Mário e eu fizemos e com que procurávamos exprimir pensamentos!) – Monsenhor Ciriaci disse-me: Porque verdadeiramente isto não é uma Concordata. Não há nenhuma assim. O Governo não renunciou a nenhum dos seus princípios; não dá nada ao clero. Isto é verdadeiramente um *modus vivendi*. Não há outra Concordata assim.

Para que a Concordata não saísse desvalorizada desta conversa, o embaixador terá então utilizado um argumento que era, aliás, invocado pelo próprio Cardeal Cerejeira: se a Concordata parecia dar pouco, era porque muito já estava dado. Também o núncio concordou com esta justificação e Teixeira de Sampaio continua a defender a importância do acordo:

Acrescentei então: Mas, Sr. núncio, a Concordata dá à Igreja a meu ver uma coisa de grandíssimo valor, é o testemunho público, a consagração solene da importância que o Governo atribui à missão da Igreja na vida social portuguesa e as garantias de que cerca essa missão.

Mons. Ciriaci deu um salto na cadeira, tão súbito, e virou-se para mim com os olhos tão abertos que julguei ter cometido alguma tremenda *gaffe*. Mas sem me deixar firmar uma impressão, exclamou prontamente, quase gritando, com a mão levantada e o index espetado: Esse é o meu grande argumento; isso é que eu tenho sustentado [frase sublinhada por Salazar]. O Governo reconhece todo o alcance da missão da Igreja. Mantém os seus princípios, mas reconhece a acção educativa, a importância dos seminários, etc.

E isso é de um grande alcance futuro, porque esta Concordata é o primeiro acto de um Pontificado e a sua repercussão será grande. E acrescentou ainda: sob esse ponto de vista, da acção na vida social, é uma verdadeira revolução permanente. Havia um conflito permanente. Isso acaba. Quem não é católico não o é; mas aqueles que o são aceitam integralmente os preceitos da Igreja. Salazar matou a questão religiosa que existia em Portugal.

Voltámos às dificuldades, falando sempre Mons. Ciriaci em torrente tão rápida que me escapavam às vezes algumas das suas palavras ditas em português italianizado ao último ponto.

Observou: em Portugal e em Espanha as dificuldades são diferentes, porque as mentalidades também o são; em Portugal temos um grande espírito de religiosidade no povo; o povo é religioso no fundo; está desapegado de toda a parte formal. Em Espanha a parte formal está no ânimo de todos, a religiosidade de sentimento é menor; é formalista.

O núncio e o secretário-geral dos Estrangeiros debatem depois as circunstâncias que quase malograram o acordo:

Eu [Teixeira de Sampaio] comentei: é sempre mau ficar um ponto único para debater, na discussão concentrada é mais difícil achar fórmulas de transigência.

«Tem razão», replicou o Núncio. «Debatemos tanto tempo um único ponto que em Roma já não viam senão ele. Esqueceram tudo mais! E o ponto era mau para um rompimento, se a Igreja o fizesse por aquele motivo, porque nem sequer se tratava de um ponto incontroverso. É um ponto controvertido entre os próprios juristas da Santa Sé e daqueles casamentos. Tão segura era a posição no que respeita aos casamentos de consciência segundo o Direito Canónico como controvertidos são os outros, e fraca era pois a posição».

Teixeira de Sampaio refere-se ainda à questão da indissolubilidade civil dos casamentos católicos, tendo o núncio informado que o assunto fora levado ao Papa e que este se tinha pronunciado pela sua inclusão no acordo, considerando que «a Igreja não podia transigir», até porque fora em grande parte por essa razão que perdera a Inglaterra, o que preferiu a abdicar de tal princípio. Com a solução encontrada na Concordata portuguesa, «o Governo não faz mais do que respeitar a vontade dos cônjuges expressa pela celebração do casamento católico».

Depois, ambos conversam sobre a necessidade da Igreja Católica evitar a celebração de matrimónios que não tenham efeitos civis. Na opinião do representante da Santa Sé, a solução encontrada é vantajosa para o Estado pois:

Praticamente, de facto, as leis da família em Portugal tinham caído em desuso; o casamento religioso tornara-se livre. Agora a Igreja tem de ouvir o registo civil. Este não acaba. Não intervém no acto, mas toma conhecimento dele pela comunicação obrigatória e dá-lhes efeitos civis pela transcrição.

Não falaram muito sobre o Acordo Missionário, mas Ciriaci não deixou de referir a irritação que o mesmo iria causar à Propaganda Fide. Continua a dissertar sobre o processo negocial,

O nuncio referiu-se com elogios ao Dr. Mário de Figueiredo cuja lealdade apreciou e cuja inteligência pode admirar até na evolução que o seu espírito teve durante as negociações.

Sobre este mesmo tema Mons. Ciriaci dissertou bastante acerca das mentalidades diferentes dos diplomatas, dos políticos, dos professores, dos juristas, e dos historiadores. Observações interessantes de um espírito muito inteligente, que não transcrevo por não importarem ao assunto que me levou à Nunciatura.

À despedida Mons. Ciriaci agradeceu-me «todo o meu auxílio». Disse-lhe ter eu sido apenas intermediário de boa vontade. Retorquiu-me: «Não, não», e a rir: «em dois momentos, e com Mário, decisivo». Não percebi bem ao que aludia, e não procurei esclarecer.

Sobre a nota oficiosa que lá me levava, o nuncio declarou-se plenamente de acordo: «no fundo e na forma»<sup>942</sup>.

Na manhã de 25 de Abril, Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo esclarecem entre si «as pequenas dúvidas que estavam para resolver na nota verbal do Governo a enviar ao nuncio». À tarde, D. Emília conclui as cópias que depois serão revistas e Figueiredo regressa a S. Bento para tratar ainda de «pequenas coisas ligadas ao fecho das negociações e à partida da missão para Roma». Junta-se-lhes pouco depois o embaixador Teixeira de Sampaio e são preparados os documentos para enviar à Nunciatura. Das 22h às 24h30 Salazar e Figueiredo conversam sobre numerosos assuntos de política, entre os quais a ida a Roma e a composição da missão.

No dia seguinte, o engenheiro Silva Dias<sup>943</sup> recebe indicações para a redacção de um artigo no *Diário da Manhã* sobre as relações com a Santa Sé. Depois, é a vez de Figueiredo se despedir e Oliveira Salazar faz-lhe recomendações. Está presente o ministro das Obras Públicas.

---

<sup>942</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 1087-1091). Sublinhado acrescentado.

<sup>943</sup> José Luís da Silva Dias (1897-?) – Engenheiro, chefe da Repartição dos Serviços de Produção da Emissora Nacional de Radiodifusão, chefe da Secção de Propaganda do Gabinete do Comando Distrital da Legião Portuguesa; membro da Comissão de Propaganda da União Nacional, chefe dos serviços de informação e imprensa do SPN. Foi deputado no Estado Novo de 1942 a 1953. Colaborou no jornal *Diário da Manhã*.

A 27 de Abril de 1940 parte a missão constituída pelo general Eduardo Marques, que era Presidente da Câmara Corporativa e um prestigiado militar<sup>944</sup>, e por Mário de Figueiredo. Os ministros da Justiça – Manuel Rodrigues – e das Colónias – Vieira Machado – deslocam-se à estação, bem como o embaixador Teixeira de Sampaio e o núncio apostólico. O ministro de Portugal no Vaticano juntar-se-á em Roma à missão.

Nesse dia Ciriaci é recebido em S. Bento às 5 horas da tarde:

Recebi o Núncio em S. Bento pelas 5 horas da tarde. Conversa de 3/4 de hora. Pedi-lhe o incómodo de vir para lhe agradecer todos os esforços desenvolvidos por Sua Excelência Reverendíssima durante as negociações para poder-se levar a cabo este trabalho da Concordata e do Acordo Missionário. O Núncio falou depois longamente sobre as negociações e suas dificuldades, dificuldades aumentadas pelo facto de Roma chamar a si a resolução de quase todas as questões. Reconhece que é exclusivamente devido à minha presença nos Estrangeiros e vontade de chegar ao fim das negociações que se deve o seu bom modo. Fez grandes elogios ao talento do Doutor Mário de Figueiredo. Referindo-me eu a que não tinha podido compreender por que razão tinha a Santa Sé optado pela eliminação do artigo relativo à Acção Católica, o Núncio esboçou uma explicação; a experiência dos países em cuja Concordata o princípio tinha sido posto. Os católicos políticos acusam a Santa Sé de coarctar a sua acção nas respectivas concordatas – daí o cuidado de encontrar uma fórmula que respeite essas actividades; mas tal fórmula é difícil de encontrar. Por outro lado a acção católica não precisa de ser expressamente reconhecida nas concordatas, porque se desenvolve dentro dos princípios gerais. Referindo-se expressamente à Alemanha e à extinção do Centro Católico. É questão para que o actual Papa responsável pela Conc. alemã quando Cardeal Pacelli (ou talvez Núncio). Isso não queria dizer que o Governo ou o Episcopado não fizessem a esse respeito as mesmas declarações que estavam para constar da Concordata. (O Núncio parece ter as maiores dúvidas sobre a Acção Católica em países católicos. Apresentei-lhe por um lado dificuldades graves nessa matéria, sobretudo quando se passa para a organização tão profissional.). Falei na possível ratificação da Concordata e do Acordo na Assembleia Nacional, o que daria oportunidade a declaração; mas não me comprometi a fazer-las acerca da Ac. Católica. O Núncio referiu-se ainda a que tinha mandado para Roma os textos acordados e respectivas

---

<sup>944</sup> Eduardo Augusto Marques (1867-1944) – General desde 1930, iniciou as suas actividades no Ultramar em Macau (1897), seguindo depois para Timor, Moçambique e Angola. Foi ministro das Colónias no Governo presidido por Domingos de Oliveira (21/01/1930 a 31/01/1931). Desempenhou os cargos de vogal do Conselho Colonial e do Conselho Superior das Colónias e foi vogal nato do Conselho de Estado. Foi ainda procurador à Câmara Corporativa de 1935 a 1944. Sobre ele diz Marcelo Caetano: «Conheci-o no Conselho do Império Colonial [...]. Quando em 1935 entrei para o Conselho, cujos vogais funcionavam então distribuídos por secções, fui designado para as duas mais trabalhosas de que justamente fazia parte também Eduardo Marques. Como vogal mais antigo competia-lhe presidir a essas secções que conduzia com pontualidade, regularidade e grande correcção. / Ai me afeiçoei a esse militar baixo, seco, já entrado nos anos, com o seu pequeno bigode branco bem cuidado e olhos tristes e leais. Era um trabalhador infatigável e escrupuloso. Os pareceres que em projecto apresentava às sessões para discussão vinham escritos numa letra aberta, clara, regularíssima, eram sempre cuidadosamente fundamentados e traziam apenas umas tantas folhas de papel em que o relator copiara, por sua mão, as disposições legais aplicáveis. / [...] Eduardo Marques era conhecido pela sua impassibilidade perante o perigo, pelo seu aprumo impecável e pela sua meticulosidade no serviço. Chefe do Estado-Maior das tropas portuguesas na campanha dos Cuamatos, no sul de Angola, em 1907, nunca, durante as penosas marchas a pé, por areais escaldantes, deixou de fazer a barba todas as manhãs, sacrificando embora uma parte da exígua ração de água que lhe era distribuída. E depois da reunião matutina do comando vinha para o ar livre, sentando-se num caixote em frente de outro que lhe servisse de mesa de trabalho, redigir a ordem do dia, não sem que verificasse sempre à transparência a marca de água do papel sem linhas que ia utilizar e que era uma coroa real, para que esta não ficasse ao invés da escrita ... / Na Câmara Corporativa foi um residente cuidadoso, assíduo, cortês, diligente: mas sob o aparente cansaço da velhice e a polidez suave das maneiras ocultava-se uma energia tenaz». Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, p. 447-448.

traduções em italiano esperando que não haja em Roma alterações a fazer, a não ser pequenas coisas. Falou longamente dos trabalhos que tem já adiantados para a execução do Acordo Missionário, divisão de dioceses, etc., que deseja fazer de acordo com o governo.

Pareceu muito satisfeito com os documentos e referiu-se ao seu valor mesmo para futuras negociações da Igreja. Acha os textos honestos e leais<sup>945</sup>.

Na sua agenda, Salazar anota que o núncio apostólico considerou os acordos obtidos excelentes, mas «sobretudo na parte missionária».

A 28 de Abril, Salazar assiste à missa celebrada por Carneiro de Mesquita. A seguir tomam chá e falam sobre vários assuntos. O secretário do Patriarca refere-se ao artigo sobre o divórcio, considerando «a solução infeliz e politicamente muito má», porque o sector integralista se agita exigindo que se acabe imediatamente com o divórcio e acusando o Governo de cobardia. Salazar terá explicado que a fórmula encontrada provinha da Santa Sé e não foi modificada pelo Governo. Referiu-se ainda «ao parecer das senhoras de Cascais contrário à solução (!) da Concordata»<sup>946</sup>.

No dia seguinte, Salazar procede à actualização do «dossier» da Concordata e no dia 30, à noite, recebe Carneiro de Mesquita que coloca «possibilidade de em Roma se tratar ainda do artigo relativo à Acção Católica». A 2 de Maio, Salazar assiste à missa, agora celebrada por Saturnino Pires, mas a seguir conversa com Carneiro de Mesquita, desta feita sobre o Mosteiro de São Vicente. Nesse dia, Oliveira Salazar actualiza mais uma vez o «dossier» da Concordata, nele incorporando a conversa que tivera com Carneiro de Mesquita acerca da Acção Católica a 30 de Abril:

Recebi o Dr. Carneiro de Mesquita que não cheguei a saber se vinha da parte do Núncio ou do Cardeal Patriarca ou de ambos, como é mais provável. Parece que estes se lembraram de que talvez se pudesse ainda introduzir na Concordata um artigo sobre a Acção Católica. E apresentou-me uma fórmula tão diferente da base de discussão e até da parte aceite pela Santa Sé que não compreendo como se lembraram ou puderam crer na sua viabilidade. Respondi que primeiro me parecia muito tarde para discutir, visto a missão só ter levado poderes para assinar os textos ajustados em Lisboa; 2º se nos embrenhássemos em Roma em novas discussões, poderíamos, dados os hábitos diplomáticos da Santa Sé, augurar muito mal dos resultados. Se naquele ponto se voltasse atrás, porque não recomeçar a discussão de muitos outros pontos *tant bien que mal* assentes? As instruções dadas à missão não podiam ser alteradas.

Expliquei depois que quanto ao fundo da questão se tinham encontrado os 3 problemas seguintes:

a) Sujeição das organizações da Ac. Católica ao direito comum: a Santa Sé tinha aceite este ponto.

---

<sup>945</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. V – 1940». ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7, fl. 251-339). Sublinhado acrescentado.

<sup>946</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. V – 1940». ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7, fl. 251-339).

b) Finalidade da Ac. Católica: a maior dificuldade em definir o que seja. Repudiadas fórmulas apresentadas por nós, até que se chegou a uma fórmula aproximada da italiana, bastante vaga e inexpressiva mas que pudemos aceitar.

c) Os católicos e a acção política: impossível chegar a solução satisfatória da dificuldade, porque a Santa Sé ao mesmo tempo que proclamava a Acção Católica estranha à actuação política, para que os governos a consintam, pretende não coarctar a liberdade política dos católicos, mesmo para reconstituírem partidos políticos – o que é impossível de admitir. Nós vemos muito a reacção de católicos de certos países contra os compromissos tomados pela Santa Sé e vemos esta desejosa de salvar tudo ao mesmo tempo. Daqui veio ter a Santa Sé proposto a eliminação do artigo, se bem que a fórmula por nós aceite era vantajosa para a Igreja pela garantia que ficava tendo.

Ora a fórmula aqui apressadamente redigida pelo Nuncio ou pelo Cardeal Patriarca (a letra parece deste último) contém garantias suficientes, latíssimas para a Acção Católica, mas não contém nenhuma garantia para o Estado, sendo neste aspecto muito inferior às anteriores.

-Em resumo, entendia que era melhor não tocar no assunto<sup>947</sup>.

A nota do punho de Cerejeira, entregue por Carneiro de Mesquita a 30 de Abril como fórmula possível para ser ainda introduzida na Concordata, era a seguinte:

As organizações da Acção Católica, que actuam sob a dependência imediata da autoridade eclesiástica (ou Hierarquia) poderão sempre desenvolver livremente a sua actividade p<sup>a</sup> a difusão e actuação dos princípios católicos<sup>948</sup>.

A 2 de Maio o Presidente do Conselho telefona a Dinis da Fonseca para saber se os exemplares da Concordata destinados aos jornais iriam ficar prontos a tempo da sua assinatura. Informa telegraficamente a missão portuguesa em Roma sobre a diligência de Carneiro de Mesquita e dá «instruções para o caso de vir a ser versado lá o assunto»:

Para uso missão especial: fui pressentido sobre possibilidade incluir Concordata artigo sobre a acção católica com fórmula inaceitável pois não tem mesmo conta posições que Santa Sé tinha já acedido tomar durante discussão. Mesmo noutra hipótese impossível recomençar aí discussão seja de que assunto for<sup>949</sup>.

Pelo telefone, conversa com o embaixador em Madrid sobre a Concordata. À noite recebe Duarte Pacheco; conversam sobre o *Te-Deum* na Sé que irá assinalar o início das comemorações do Duplo Centenário.

A 3 de Maio Eduardo Marques responde ao telegrama de Oliveira Salazar:

Tanto Cardeal Secretário de Estado como chefes Secretaria de Estado não fizeram até agora menor referência mesmo carácter vaga insinuação ou sugestão assunto, o que nos leva supor

<sup>947</sup> «Nota das fases das negociações com a Santa Sé. V – 1940». ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7, fl. 251-339).

<sup>948</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 1096).

<sup>949</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 1100).



não teremos intervir defesa redacção texto será por nós rigorosamente mantida sem a menor alteração.

Também de Roma, escreve Mário de Figueiredo a Salazar:

Não te escrevo para te roubar tempo nem para te dar qualquer notícia sobre a missão que não conheças já por telegrama.

É que me não dá jeito, dadas as condições em que vim, escrever a alguém para Portugal antes de te escrever a ti.

Passadas as chatices da viagem em que nós, o que já não é o menos, tivemos de dormir sentados no trajecto Paris-Roma, por falta de cabines com camas, aqui estamos à espera de que as coisas se aprontem para a assinatura. Esta deverá fazer-se na próxima terça-feira e, pelo modo como, nas audiências de hoje, as coisas se passaram, não creio que apareça qualquer sugestão que hajamos de afastar formalmente.

A audiência do Papa ainda não está definitivamente marcada. Talvez venha a realizar-se na quarta-feira. Logo a seguir deixaremos Roma, mas não creio que possamos estar em Portugal, dados os quatro dias maciços de viagem, antes dos meados da semana de além. Temos que oferecer aqui um almoço ou jantar à gente oficial portuguesa; à outra gente será oferecido na Legação creio que na própria terça-feira. E depois teremos que parar em Paris a viagem de modo a não matarmos o general.

O general sempre uma pessoa impecável; bom ar; excessos de bondade, uma grande sobriedade e nada que possa provocar o mais mínimo reparo. Uma grande dignidade sem mistura.

Ontem assistimos a uma festa em que se faziam duas canonizações. Creio que é coisa muito rara em Roma. Tivemos o Papa ali, a três metros de nós, durante muito tempo. Cinco horas de Basilica, um cenário de maravilha e uma liturgia misturada de latino e bizantino cuja imponência se não descreve.

Abraços afectuosos do teu

Mário de Figueiredo<sup>950</sup>.

Quevedo escreve também a Salazar dando conta dos trabalhos de preparação da assinatura da Concordata:

Missão reuniu ontem à noite para confrontar textos vindos Lisboa com textos Vaticano. Esta manhã, antes dez horas, foi devolvido Secretaria de Estado Vaticano revisto e emendado. Às onze horas missão completa foi recebida Cardeal Secretário de Estado. Ficou combinado fazer-se assinatura terça-feira 7 de Maio. Não pode ser antes porque amanhã ainda não está feita nova impressão textos depois de emendados embora correcções tipográficas sejam muito pequenas; domingo Papa sai Vaticano assistir solenidade Igreja Santa Maria Imminerva; segunda-feira Papa receberá Príncipe Piemonte herdeiro do trono. Depois nossa audiência com Cardeal Secretário de Estado a que assistiram Tardini Montini missão recebida Secretaria de Estado pelos mesmos altos funcionários. Hoje às cinco da tarde Cardeal Secretário de Estado virá a esta Legação cumprimentar missão. No dia assinatura Cardeal Secretário de Estado voltará Legação almoçar. É provável Santo Padre receba missão quarta-feira 8 de Maio<sup>951</sup>.

---

<sup>950</sup> ANTT, AOS/CP-115.

<sup>951</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 1101-1102).

No dia 5 de Maio, domingo, Oliveira Salazar assiste à missa celebrada por Carneiro de Mesquita. A seguir «lançaram-se no parque 2 casais de rouxinóis»<sup>952</sup>. No final do dia redige apontamentos para apresentar aos jornalistas sobre a Concordata e o Acordo Missionário.

Na noite do dia seguinte, o presidente do Conselho recebe Dinis da Fonseca que lhe trouxe os exemplares da Concordata e do Acordo Missionário destinados à imprensa. Conversam acerca da ratificação da Concordata e da presumível atitude dos jornais. Telefonicamente, o embaixador Teixeira de Sampaio informa que recebera do Vaticano um telegrama sobre um pedido de informações relativo à Concordata da agência noticiosa Havas. Salazar envia telegrama para a missão:

Rogo comunicar assinatura acordos logo que esteja feita e por radiograma se possível. Governo só pode publicar textos na íntegra nos jornais 5ª feira 9 do corrente. Com respeito pedido Havas referido 39 pode missão fazer-lhe comunicação que lhe parecer conveniente sobre significado Concordata acentuando pontos desta que mais contribuem para pôr termo dificuldades que existiram por muitos anos e dão satisfação católicos acautelando ao mesmo tempo direitos Estado e frisando importância e alcance Acordo Missionário sob ponto de vista católico nacional<sup>953</sup>.

Na manhã de 7 de Maio, o Presidente do Conselho redige mais apontamentos para a exposição dessa tarde aos directores dos jornais. Às 17h30, em São Bento, recebe os directores dos diários de Lisboa e Porto, a quem expõe o significado e o valor dos documentos assinados e entrega os textos. Dirá na altura:

É depois de alguns anos de árduos esforços e difíceis negociações que se torna possível levar à prática esta política de confiante reconciliação e de paz religiosa, e a oportunidade não podia ser melhor do que ao abrir este ano das festas centenárias da independência nacional. Um pacto com Roma presidiu à fundação da nacionalidade portuguesa; dum novo pacto pode esperar-se auspicioso impulso para a sua comemoração solene e para a renovação das prosperidades e glórias que à mesma queremos e devemos associar<sup>954</sup>.

A seguir, com Teixeira de Sampaio, redige os telegramas que o Presidente da República enviará ao Santo Padre e que o Presidente do Conselho enviará ao Cardeal Maglione. Escrevem ainda à missão especial em Roma e a Mário de Figueiredo. Às 21h15m chega o Patriarca para apresentar cumprimentos pela conclusão das negociações.

Neste mesmo dia é assinada em Roma a Concordata com a Santa Sé. Na cerimónia, Mário de Figueiredo profere um discurso no qual se refere a uma interrupção na tradição

---

<sup>952</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>953</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 1104).

<sup>954</sup> ANTT, AOS/CO/NE-1A (pt. 16, fls. 180-183). Texto de Salazar entregue aos directores dos jornais, a 7 de Maio de 1940. Sublinhado acrescentado.

católica do Estado, que «não é correspondida pela nação». Diz ainda que o golpe de 28 de Maio de 1926 foi o primeiro passo para a recomposição do Estado, pois a partir de então a legislação passou a conferir à Igreja Católica o papel de colaboradora «indispensável para a reorganização de uma obra que devia voltar a levar Portugal no caminho da sua tradição». Afirma também que «a maior parte dos princípios agora consagrados na Concordata existiam já no direito interno» e que com este acordo o princípio da separação não havia sido posto em causa<sup>955</sup>.

A 9 de Maio de 1940, os jornais franceses *La Croix* e *Le Temps* noticiam o acontecimento, considerando que assinatura teve lugar num momento particularmente oportuno e significativo para Portugal, já que se celebrava o oitavo centenário da sua independência e o terceiro centenário da restauração, embora dêem sobretudo relevância ao Acordo Missionário. Por sua vez, o *Osservatore Romano*, a 7 de Maio de 1940, assinala «as felizes repercussões» dos acordos nas relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, bem como na actividade espiritual do catolicismo nas colónias portuguesas.

Todos os católicos e os católicos portugueses em particular elevam as vozes para que a assinatura deste documento corresponda verdadeiramente à abertura duma nova era de colaboração cada vez mais cordial entre a Santa Sé e as autoridades civis, para o bem da Igreja e dos seus fiéis, não menos do que para o bem do país<sup>956</sup>.

No dia 10 de Maio, Oliveira Salazar recebe o padre Carneiro de Mesquita a quem diz que era sua intenção convidar apenas um Cardeal para as comemorações centenárias, o Cardeal Sebastião Leme<sup>957</sup>, o qual não terá querido vir (não adianta os motivos)<sup>958</sup>.

Depois de uma missa celebrada por Saturnino Pires, Oliveira Salazar actualiza pela derradeira vez o «dossier» da Concordata, no dia 12<sup>959</sup>.

A 15 de Maio recebe o Cardeal Patriarca e os arcebispos de Angra<sup>960</sup> e Évora<sup>961</sup>, que lhe agradecem a Concordata.

---

<sup>955</sup> *Le Temps*, 9 de Maio de 1940, AHD-MNE, 2P, A13, CX. 1010.

<sup>956</sup> Recorte. AHD-MNE, 2P, A13, CX. 1010.

<sup>957</sup> Sebastião Leme Cardinal da Silveira Cintra (1892-1942) – ordenado padre em 1904, foi nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1911), bispo de Olinda (1916), bispo coadjutor do Rio de Janeiro (1921), arcebispo do Rio de Janeiro (1930). Era amigo pessoal de Getúlio Vargas, procurando evitar após a instituição da Ditadura Militar em 1937, que o seu clero compromettesse o bom entendimento Estado e Igreja. Em 1942, apoiou Getúlio Vargas, quando este rompeu as relações diplomáticas do Brasil com as potências do Eixo.

<sup>958</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>959</sup> ANTT, AOS/DI-2.

<sup>960</sup> Guilherme Augusto Inácio da Cunha Guimarães (1877-1957) – Bispo de Angra de 1928 até à data da sua morte.

<sup>961</sup> D. Manuel Mendes da Conceição Santos (1876-1955).

Teixeira de Sampaio e Mário de Figueiredo, já regressados a Portugal, jantam com Salazar a 17 de Maio. O segundo faz o relato do que se passou em Roma e acertam detalhes acerca da ratificação da Concordata e da sessão extraordinária da Assembleia Nacional para este efeito. Sobre a Concordata haverá ainda uma reunião do Conselho de Estado, em Belém, a 20 de Maio, a seguir à qual se segue uma conversa com o Chefe de Estado na qual se tratam de questões relativas às comemorações centenárias.

A 21 Salazar começa a preparar o discurso que irá proferir na Assembleia Nacional acerca da Concordata. Pelo telefone esclarece Fezas Vital, que como vimos não voltara a ser chamado a negociar, acerca do regime do casamento concordatário. Dedicar parte dos dias seguintes à preparação desse seu discurso. No dia 23 dedica-se também à leitura do parecer da Câmara Corporativa que mandará imprimir depois para ser discutido na Câmara dos Deputados. O seu discurso na sessão para ratificação da Concordata e do Acordo Missionário terá lugar no dia 27 de Maio, às 15h15m. Das 16 às 17 horas Salazar descansa. Às 21 horas recebe Carneiro de Mesquita que lhe traz o breve<sup>962</sup> do seu oratório particular.

Já a 1 de Junho o núncio e Oliveira Salazar trocam os instrumentos de ratificação. Talvez para assinalar o acto, o Decreto nº 30.484, do mesmo dia, concede uma ampla amnistia aos crimes de injúria. No dia seguinte Cerejeira inaugura as comemorações do Duplo Centenário com uma alocução proferida na Sé de Lisboa que vai intitular *Arraial! Arraial! Por Portugal!* Celebra ainda um *Te-Deum*, ao qual assiste Oliveira Salazar. Na verdade, o programa das Comemorações previa a celebração de um *Te-Deum* em todas as sés episcopais, colegiadas e igrejas matrizes, na metrópole e nas colónias.

O projecto de decreto para a execução da Concordata é trabalhado por Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo em 24 de Junho.

O núncio apostólico desloca-se a casa de Oliveira Salazar e entrega a Cruz *Pro Ecclesia et Pontífice*<sup>963</sup> a D. Emília (5 de Julho)<sup>964</sup>. Esta recebe ainda um terço benzido por Pio XI, como sinal de agradecimento da Nunciatura pelo trabalho que desenvolveu no complicado processo de negociação da Concordata.

---

<sup>962</sup> Documento pontifício usado para regulamentar assuntos de menor importância.

<sup>963</sup> Esta cruz foi instituída a 17 de Julho 1888 para distinguir aqueles que tinham contribuído significativamente para a celebração do jubileu sacerdotal do Papa Leão XIII. Em 1898 torna-se uma distinção permanente traduzindo o reconhecimento do Papa por serviços à Igreja e ao papado. Como distintivo situa-se no lugar imediatamente inferior à Rosa de Ouro.

<sup>964</sup> ANTT-AOS/DI-2.

A 14 de Julho, Oliveira Salazar procede ao estudo do projecto de Decreto de execução da Concordata e, nos dias que se seguem, juntamente com Manuel Rodrigues e Mário de Figueiredo, procede à revisão do mesmo. Pelo telefone, discutirá com Cerejeira o modo de levar o projecto ao conhecimento da Santa Sé, para que os párocos fossem instruídos de acordo com as suas disposições.

Mário de Figueiredo transmite a Salazar, uns dias depois, uma conversa com o núncio, na qual discutiram «a questão dos foros – dinheiro e bens disponíveis». A 18, é Teixeira de Sampaio quem relata a conversa com o representante da Santa Sé sobre as condecorações.

A 22, Oliveira Salazar prossegue o estudo do projecto de Decreto para a execução da Concordata e estuda a situação financeira da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Das 17 às 21 horas prossegue estes trabalhos, nos quais é acompanhado por Manuel Rodrigues e por Mário de Figueiredo. Discutem ainda a compensação a dar pelos foros.

Com Leal Marques<sup>965</sup> e D. Emília, o Presidente do Conselho revê as provas tipográficas do Decreto no dia 25. Analisa também a exposição do ministro da Justiça acerca de algumas emendas (Decreto nº 30.615, de 25 de Julho de 1940).

O Decreto nº 30.635, de 6 de Agosto de 1940, eleva finalmente a representação diplomática portuguesa no Vaticano a Embaixada.

A 2 de Dezembro encerram as comemorações centenárias com outro *Te-Deum* na Igreja de São domingos, ao qual Salazar assiste.

## 5.1 A DISCUSSÃO DO ARTICULADO

Partindo da citação dos diversos artigos da Concordata de 1940, do projecto oficial ao texto definitivo, analisam-se agora as diversas fórmulas propostas pelas duas partes até ao momento da sua aprovação (deixando-se de lado, para este efeito, as modificações na ordem das matérias e usando como epígrafe dos capítulos a mesma que Oliveira Salazar utilizou

---

<sup>965</sup> Antero Augusto Leal Marques (1880-1969) – chefe de gabinete de António Oliveira Salazar de 1928 a 1948. Durante as negociações da Concordata ameaçou, por diversas vezes, demitir-se. Foi inspector-geral de Finanças e administrador do Banco Lisboa & Açores. Era amigo pessoal de Salazar e, este chegou a pedir-lhe lições de prática financeira quando se encontravam ambos ainda em Coimbra, Leal Marques trabalhando numa repartição de finanças desta cidade. Veio para Lisboa pela mão do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues Júnior, de quem foi também chefe de gabinete.

quando submeteu as diversas fórmulas à análise da Santa Sé). Entende-se ainda ser este o lugar adequado para confrontar, ainda que não de forma exaustiva e sistemática, as soluções encontradas na Concordata portuguesa com outros documentos concordatários ou legislativos, quer nacionais, quer estrangeiros<sup>966</sup>.

### 5.1.1 A SANTA SÉ SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

No Congresso de Viena (1815) consagrou-se o estatuto da Santa Sé como sujeito pleno de Direito Internacional, e «a nova regra protocolar da precedência por antiguidade reconheceria uma exceção no caso dos Estados católicos, a quem era dada a faculdade de manterem a precedência de honra para com o representante da Santa Sé»<sup>967</sup>. Esta situação foi reafirmada pela Convenção de Viena sobre a codificação do direito diplomático (1961). Os núncios apostólicos são assim em muitos países, entre os quais Portugal, decanos do corpo diplomático.

Faz-se remontar as primeiras relações internacionais da Igreja Católica Romana à visita dos Reis Magos vindos do Oriente à gruta de Belém, marcando a Epifania «a revelação do Senhor às nações» e lembra-se depois que o Papa na Idade Média era já «uma espécie de chefe e árbitro entre nações cristãs». Porém, os Descobrimentos, confrontando as nações cristãs com novos povos pagãos, abririam brechas à unidade da fé, enquanto a Renascença e a Reforma «subtraem uma parte da Europa à influência da Santa Sé». Com a Paz de Vestefália (1648), consagrou-se uma nova ordem internacional, em que os Estados soberanos estavam ligados entre si «sobre uma base contratual de autonomia da vontade e não mais sobre a de uma norma superior revelada». O declínio do poder papal culminaria com a perda dos Estados pontifícios (1870) e consequente marginalização política da Santa Sé<sup>968</sup>.

Destituída do seu poder temporal, a Santa Sé continuava, porém, a agir como se conservasse as bases da sua soberania temporal, isto é, mantendo, entre 1870 e 1929, quando deixaram de existir os Estados papais e até que os Acordos de Latrão resolvessem a «Questão Romana», o direito de representação diplomática, activo e passivo. Aliás, o número de Estados representados na Cúria de Roma em 1870 era de 14, atingindo os 30 em 1929, ano em

---

<sup>966</sup> Quando essa citação foi já feita em capítulos anteriores, o leitor para ela será remetido em nota de rodapé.

<sup>967</sup> Jacques Mercier, *Le Vatican. Capitale de l'Eglise*. Paris: Éditions Lavoiselle, 1984, p. 426.

<sup>968</sup> Joel-Benoît d'Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International» in *Le Saint-Siège dans les Relations Internationales*, dir. Joel-Benoît d'Onorio. Paris: Éditions du Cerf et Cujas, 1989, p. 56.

que viriam a ser assinados os referidos Acordos. Mais ainda, realizaram-se visitas oficiais de chefes de Estado ao Vaticano, foram assinados muitos documentos entre os Estados e a Santa Sé (concordatas, convenções, acordos, etc.) e feitos vários esforços para intervir no plano das relações internacionais: um apelo junto da Sociedade das Nações a favor do povo russo (1922); esforços para regular a situação jurídica dos lugares santos de Jerusalém (1923); um memorando sobre o projecto de convenção internacional para a supressão da escravatura (1926)<sup>969</sup>. Entre 1870 e 1929, a Santa Sé demonstrou, deste modo, que continuava «a usufruir de prerrogativas que relevam plenamente do Direito Internacional», e «que era a Igreja sociedade espiritual que estava em causa e não um antigo Estado. A este respeito, podemos dizer judiciosamente que, durante estes dois terços de século, “a experiência foi também prova”»<sup>970</sup>.

Se tal lhe foi consentido devido ao peso da tradição, porque os Estados evitavam tomar atitudes que poderiam ser tidas como anticlericais e o Governo italiano não se opôs<sup>971</sup>, parece inegável de que se trata sobretudo do reconhecimento por parte da comunidade internacional do poder espiritual do Papado, o qual, desta forma, se afirmava como independente do seu poder temporal. Na verdade, a apropriação dos Estados papais por Vítor Emanuel II, em 1870, permitiu que Papado se afirmasse para lá «das bases temporais e territoriais de poder». De facto, foi entre 1870 e 1929 que a Santa Sé «fez o seu caminho nas relações internacionais como um soberano espiritual, o que significa, no Direito Internacional que beneficia de um estatuto jurídico pleno»<sup>972</sup>. Com os Acordos de Latrão de 1929, é devolvida à autoridade espiritual a soberania territorial do pequeno Estado da Cidade do Vaticano, o que acaba por facilitar o estabelecimento de uma extensa rede de relações com os diferentes Estados. A Igreja assume-se como uma organização transnacional, com um centro visível a partir do qual irradiam os seus princípios<sup>973</sup>. Esta fusão entre Estado e Igreja corporizada no Vaticano, sendo que o Sumo Pontífice é simultaneamente chefe de Estado e chefe da Igreja Católica Romana, traz alguma ambiguidade à diplomacia papal. Contudo, o facto de ter subsistido enquanto potência impede-a de ser «confundida institucionalmente com o Estado da Cidade do Vaticano»<sup>974</sup>.

---

<sup>969</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 14.

<sup>970</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 18.

<sup>971</sup> Gérard Descotils, «La Diplomatie du Saint-Siège», *Relations Internationales et Stratégiques*, n° 9, Primavera 1993, p. 73.

<sup>972</sup> Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor», p. 133.

<sup>973</sup> Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor», p. 133.

<sup>974</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 20.

Na verdade, o Vaticano não pode ser caracterizado como um Estado-nação, pois embora a Santa Sé possua «o estatuto de soberana temporal e espiritual», nenhum Estado tem, como a Santa Sé, cerca de um bilião de pessoas sob a sua autoridade – religiosa e moral, não política – vivendo dentro das fronteiras de outras entidades soberanas ou Estados-nação<sup>975</sup>. Por isso se diz que o Papa é chefe de um Estado «que é o mais pequeno do mundo quanto à superfície, mas o maior segundo o espírito»<sup>976</sup>. Como o provam os diferentes documentos diplomáticos que a Santa Sé conclui – as concordatas, por exemplo – a sua soberania exerce-se não sobre um território mas sobre as pessoas: «eleito pelos homens da Igreja, dita universal, o Papa vai ao estrangeiro a convite de uma comunidade religiosa, com o necessário acordo, mas sempre secundário, das autoridades estatais locais. Ele atravessa uma fronteira, mas está ao mesmo tempo em sua casa, sempre no seu reino universal»<sup>977</sup>. A Santa Sé é apenas «o governo central e supremo da Igreja na qual há que ver o verdadeiro sujeito do Direito Internacional»<sup>978</sup>.

A acção da Igreja Católica em cada Estado depende da sua capacidade de se auto-legitimar junto dos governos nacionais, e por isso o reconhecimento da sua autoridade espiritual «está altamente dependente das suas capacidades políticas e diplomáticas»<sup>979</sup>. Sendo no plano do religioso e do ético que encontra a legitimidade da sua actuação, é também daí que lhe advém o seu estatuto internacional. Sujeito soberano do Direito Internacional, de natureza religiosa e moral, não é o Estado do Vaticano, mas a Santa Sé, ou a Sé Apostólica – «a autoridade espiritual que personifica o Pontífice Romano, autoridade que inclui também, pelo menos em parte, os administradores que rodeiam o Papa na sua Cúria»<sup>980</sup>. Esta é a situação jurídico-política admitida pelo Direito Internacional Público e confirmada pela prática dos Estados e das organizações. De facto, «desde o final da Idade Média, ninguém contesta a legitimidade internacional da Santa Sé; nem os soviéticos no passado recente, nem os chineses hoje. Não há dúvida de que a Santa Sé pertence inteiramente à comunidade internacional»<sup>981</sup>.

<sup>975</sup> Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor», p. 133.

<sup>976</sup> Joel-Benoît d'Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 12.

<sup>977</sup> Jean George, «Le Vatican Urbi et Orbi. La Politique Internationale de la Papauté», *La Pensée*, nº 298, abril-maio-junho 1994, p. 96.

<sup>978</sup> Joel-Benoît d'Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 20.

<sup>979</sup> Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor», p. 129-152.

<sup>980</sup> Pierre Valin, «Le Saint-Siège dans les relations internationales» in *Études*, Tome 385, nº 3 (3853), Setembro 1996, p. 223.

<sup>981</sup> «Lecture by Archbishop Jean-Louis Tauran on the theme “the presence of the Holy See in the international organizations”», Catholic University of the Sacred Heart, Milan, 22 Abril 2002 ([www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state)).



É a Santa Sé – e não o Vaticano – que detém o estatuto de observador nas Nações Unidas e acredita embaixadores (núncios apostólicos) junto do Estados. Tal situação não é partilhada por mais nenhuma outra religião e é justificada pelos representantes do Vaticano pelo papel que Igreja Católica desempenha enquanto força moralizadora nas relações internacionais, devendo-o à sua organização universal e transnacional e, acima de tudo, à sua história<sup>982</sup>. Daí também que esteja representada em muitas outras organizações internacionais como a FAO (*Food and Agriculture Organization*), o Conselho da Europa, as Comunidades Europeias, a Organização para a Segurança e Cooperação Europeia, a Organização dos Estados Americanos, a Organização para a Unidade Africana, a Agência Internacional da Energia Atómica. Foi, aliás, o emergir destas organizações internacionais que acabou por pôr termo à discussão da personalidade jurídica internacional da Santa Sé. Sendo o Papa «reconhecido como “a mais alta força moral” mesmo pelos não crentes» (o que faz com que a sua presença na cena internacional também não seja confessional), ele é, então, «um soberano de natureza espiritual, sem reino visível, mas não menos real» e daí advém a sua designação habitual de «soberano pontífice»<sup>983</sup>. Na realidade, se ainda hoje «tanto as grandes potências como os micro-Estados solicitam o estabelecimento dessas relações, é porque existe nesse “organismo atípico” qualquer coisa de irredutível, de inevitável e indispensável à comunidade das nações». Esta realidade transparece no artigo 2º do Tratado de Latrão que declara a soberania internacional da Santa Sé como inerente à sua natureza<sup>984</sup>. É, portanto, a única organização religiosa que tem o estatuto de Estado<sup>985</sup>.

Este intróito ajudará a compreender a discussão que se segue quanto ao acordo concordatário entre Portugal e a Santa Sé e, mais propriamente, no que respeita ao reconhecimento da personalidade jurídica desta instituição.

GP/PO – artigo 1º, § 1 – A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica à Igreja Católica, representada pela Santa Sé.

TD (Texto definitivo) – artigo 1º, § 1 – A República portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica.

O texto proposto pela Santa Sé e a formulação adoptada pelo Governo são bem distintos daquela encontrada para a Concordata italiana, na qual se afirma que «a Itália reconhece a soberania da Santa Sé como um atributo inerente à sua natureza, em

<sup>982</sup> «Lecture by Archbishop Jean-Louis Tauran on the theme “the presence of the Holy See in the international organizations”».

<sup>983</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 20.

<sup>984</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 20.

<sup>985</sup> Jean George, «Le Vatican Urbi et Orbi. La Politique Internationale de la Papauté», p. 93.

conformidade com a sua tradição e com as exigências da sua missão no mundo» (artigo 2º). Esta última redacção compreende-se melhor no contexto italiano, no qual, de acordo com a Lei das Garantias<sup>986</sup>, o Papa tinha apenas direito às honras dos soberanos, enquanto, na redacção da Concordata italiana era ele próprio o soberano.

Entre nós, no final da Primeira República e durante toda a Ditadura Militar, a concessão da personalidade jurídica à Igreja Católica, e não às suas associações e organizações, foi a matéria que mais opôs católicos e não católicos, clericais e anticlericais.

Como se referiu, quando o nuncio Ciriaci aprecia o texto oficial do Governo português, informa a Secretaria de Estado que o «reconhecimento explícito da personalidade jurídica da Igreja representada pela Santa Sé» proposto pelo Governo português constitui um progresso assinalável, «dada a mentalidade nacionalista e regalista que tem continuamente dominado aqui em matéria religiosa». Aliás, segundo o seu testemunho, o Cardeal Patriarca considerara, em Julho de 1937, «que tal artigo representa uma modificação para melhor do projecto e que esta era a primeira Concordata a usar uma fórmula tão explícita».

Monsenhor Colonna lembra que a Santa Sé não representa apenas a Igreja Católica mas também outras entidades, como por exemplo, as dioceses, que não podem ser compreendidas nas «associações, corporações ou institutos» aos quais o artigo 3º reconhece personalidade jurídica. Sugere assim que se diga «representada pela Santa Sé ou outros entes eclesiásticos»<sup>987</sup>. Por esta razão no relatório de resposta da Santa Sé ao Governo português, de 30 de Agosto de 1937, o nuncio é informado que os cardeais da Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários fizeram notar que as dioceses e as paróquias não eram representadas pela Santa Sé e que a formulação deste artigo não era correcta. Além do mais, expressaram ainda a vontade de que neste artigo se afirmasse:

- 1) Que a religião católica é aquela de quase a totalidade da nação;
- 2) A natureza de sociedade de direito público da Igreja; conceito bem mais amplo e importante do que a simples personalidade jurídica, que reduz a Igreja ao mesmo nível de qualquer outra sociedade.

---

<sup>986</sup> A lei promulgada por Vítor Emanuel II em 1871, garantindo ao Papa honras de soberano e liberdade eclesiástica, concedendo-lhe os palácios do Vaticano, de Latrão e de Castelgandolfo, e estabelecendo uma indemnização como compensação pela perda dos Estados pontifícios.

<sup>987</sup> Cit. em Relatório (impresso) da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, Pos. 398 P.O., Fasc. 158, s.f.

No entender da Santa Sé, uma fórmula assim redigida «criaria um precedente favorável para outras negociações concordatárias em curso»<sup>988</sup>. A 16 de Setembro, Colonna, tendo em conta as observações dos cardeais, faz uma proposta de redacção na qual se afirma que «à Igreja Católica pertence a quase totalidade da Nação» e que a Igreja era «uma sociedade de direito público, dotada de personalidade jurídica perfeita». Pacelli vai aperfeiçoar a redacção do parágrafo, mas no essencial a Santa Sé acabará por propor ao Governo português a redacção de Colonna<sup>989</sup>.

Mário de Figueiredo redige a resposta do Governo português às alterações apresentadas pela Santa Sé e, neste documento, opõe-se à afirmação de que a Igreja Católica é uma sociedade de direito público, pois:

Ou aquela afirmação se referia à Igreja pessoa jurídica de direito interno e não podia ser admitida por implicar um regime contrário ao princípio da separação que a Constituição não permite; ou se referia à Igreja pessoa jurídica de Direito Internacional e então era pouco feliz, prestando-se a interpretações duvidosas, e ficava melhor como se redigiu, onde sua personalidade é pressuposta em termos paralelos daqueles em que se pressupõe a do Estado<sup>990</sup>.

No relato que Figueiredo faz do seu encontro, a 23 de Outubro de 1937, afirma ainda que transmitira ao representante da Santa Sé o desacordo do Governo português quanto à afirmação de que à religião católica pertencia a quase totalidade da Nação portuguesa, pois este é «o facto [que] constitui motivação para este tipo de Concordata». Porém, o núncio é da opinião que talvez «a Santa Sé insista por que a proposição se mantenha, porque, colocando-se num ponto de vista geral, quererá deixar marcado um motivo que possa em outros casos invocar como justificação de certas concessões particulares que nesta Concordata são feitas». Mesmo assim o núncio acabará por afirmar que «não tem dificuldade em patrocinar a eliminação da frase»<sup>991</sup>.

Diferentemente, o núncio refere que seria difícil a Santa Sé dificilmente transigir na afirmação da Igreja Católica como sociedade de direito público, porque «era considerada [...] como afirmação de um princípio de carácter geral e não como referida ao caso particular de

---

<sup>988</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>989</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>990</sup> Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>991</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Portugal». Figueiredo observa que ou esta expressão pretendia significar «direito público internacional e então a redacção do Governo exprimia essa ideia por forma muito mais precisa e clara; ou queria significar direito público interno e, então, não podia ser aceite pelo Governo, por conter implícita a ideia de que a actividade da Igreja se desenvolvia como se fosse um serviço público o que era contrário ao regime de separação e, portanto, à Constituição que o prevê e estatui»<sup>992</sup>.

Esta explicação é reelaborada de forma mais clara na «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937»: «Se se quer afirmar que a Igreja Católica é um sujeito de direito público interno tal não é possível porque no direito português só o Estado e as suas formas de descentralização (autarquias locais) ou de desconcentração (autarquias institucionais) são sujeitos de direito interno. Afirmer que a Igreja Católica era uma forma de descentralização ou de desconcentração do Estado, o qual estava encarregado do serviço religioso e do culto, era erigi-lo em serviço público, o que seria inconstitucional»<sup>993</sup>.

Retomando a conferência de Mário de Figueiredo, este informa que o núncio sugere então que se poderá fazer uma declaração, afirmando «que aquele direito público é o Direito Internacional ou que, com ela, se não queria atingir a Constituição», acabando Figueiredo por concluir que o problema era «mais de forma que de conteúdo»<sup>994</sup>.

A 11 de Maio de 1938, o Governo responde oficialmente à proposta da Santa Sé, insistindo na redacção por si proposta e justificando:

Com ela teve-se em vista afirmar ostensivamente o reconhecimento da Igreja Católica como sujeito de Direito Internacional. Ostensivamente porque o próprio facto da celebração da Concordata continha já esse reconhecimento implícito.

A personalidade da Igreja Católica em Portugal, como sujeito de direito interno, é afirmada e reconhecida no artigo 3º.

---

<sup>992</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>993</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1). O art. 46º da Constituição ditava: «Sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticados dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal com recíproca representação».

<sup>994</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Porque se tratava de personalidade internacional é que se referiu a Santa Sé, como única entidade qualificada para representar a Igreja, evitando-se, assim, quaisquer possibilidades de dúvida.

Nesta resposta do Governo português, reiteram-se os argumentos apresentados por Mário de Figueiredo ao núncio, rejeitando-se as afirmações de que a Igreja é uma sociedade de direito público e de que a esta pertence a quase totalidade da Nação. Quanto a este último aspecto, clarifica-se que, «além de ser contrário aos bons princípios da técnica legislativa que no contexto das normas se façam enunciações de facto, ela não pode entender-se como exprimindo o fundamento da disposição, único caso em que, ainda assim, seria justificável. Na verdade, não é porque à Igreja Católica pertence a quase totalidade da Nação que se reconhece a sua personalidade jurídica, pois o reconhecimento poderia fazer-se mesmo que tal facto se não verificasse (e tem sido feito em vários Estados)»<sup>995</sup>.

Um membro da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinário contesta este argumento do Governo português, pois «na Concordata napoleónica é dito que a religião católica é a religião da maior parte dos franceses». Considera, no entanto, que «não parece ser coisa que valha a pena insistir» e que a argumentação do jurisconsulto português possui algum fundamento. Sugere-se que, em substituição, se afirme a «perfeita personalidade» da Igreja Católica<sup>996</sup>.

A 30 de Agosto de 1938 são transmitidas ao núncio as observações da Congregação ao projecto português, onde se clarifica a posição da Santa Sé:

A personalidade jurídica, sob o ponto de vista dos direitos que se obtêm pode ser privada, pública e internacional. A primeira goza de direitos privados, compreendidos os patrimoniais; a segunda goza de direitos públicos – assim tem o poder de emanar leis, de exigir impostos, de infligir penas, etc.; a terceira é aquela que goza e usufrui dos direitos internacionais, entre os quais está o direito de concluir tratados, o direito de Legação diplomática, etc.

Todos estes direitos, pertencem *ex ipso iure* divino positivo à Igreja, e *quidem* independentemente do Estado.

É necessário tornar claro os conceitos.

Erra assim a «nota explicativa» quando nega que a Igreja seja sociedade (e portanto sujeito) de direito público interno, apelando-se para o efeito para a Constituição Portuguesa, já que essa

---

<sup>995</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>996</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

qualidade cabe à Igreja, não em virtude da Constituição do Estado, mas independentemente desse e por direito divino<sup>997</sup>.

Depois, invoca-se a Concordata austríaca, na qual a Igreja Católica é reconhecida como personalidade de direito público<sup>998</sup>. Sugere-se então a seguinte redacção:

A República portuguesa reconhece plena e perfeitamente a personalidade jurídica da Igreja Católica e da Santa Sé, que é a sua autoridade suprema<sup>999</sup>.

A Santa Sé, quanto à eliminação da expressão «à qual pertence quase a totalidade da Nação», acede ao desejo do Governo português, discordando embora da sua argumentação, pois «similar se encontra também na célebre Concordata francesa de 1801»<sup>1000</sup>.

Teixeira de Sampaio, quando lhe são transmitidas as observações acima, a 9 de Setembro de 1938, dirá ao núncio que não se compreende «o que acrescente ao reconhecimento da personalidade jurídica dizer-se que esta é plena e perfeita»<sup>1001</sup>. Para Salazar, trata-se de uma reminiscência de uma fórmula anterior, a do anteprojecto da Santa Sé, na qual se dizia que a Igreja Católica era uma «sociedade perfeita» ou uma «sociedade de direito público». O Presidente do Conselho não compreende o que possa representar a personalidade jurídica da Santa Sé para além de «autoridade suprema ou representante da Igreja Católica». Interroga-se se o reconhecimento da Igreja, quando não representada pela Santa Sé, querará significar o reconhecimento da personalidade jurídica em Portugal de uma diocese estrangeira, de uma congregação romana ou uma de ordem religiosa estrangeira, o que, em seu entender não podia ser admitido. E repete o que já antes havia afirmado: «no Direito Internacional parece só poder reconhecer-se a Igreja representada pela Santa Sé; na ordem interna, as formas de desconcentração da Igreja nos termos dos artigos seguintes da Concordata e das nossas leis».

---

<sup>997</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175. ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>998</sup> Áustria, art. 2º – «Na Áustria, a Igreja Católica goza do estatuto de direito público».

<sup>999</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1000</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175. No preâmbulo desta Concordata afirma-se: «O Governo da República reconhece que a religião Católica, Apostólica e Romana é a religião da grande maioria dos cidadãos franceses».

<sup>1001</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

A 28 de Março de 1939 é entregue uma *Nota explicativa da posição do Governo* na qual se nota alguma impaciência de Oliveira Salazar, quando se afirma:

Julgou-se dever acrescentar coisas que não apareciam em nenhuma das sugestões anteriores da Santa Sé<sup>1002</sup>.

Argumenta-se que o Governo português não pode aceitar o aditamento das palavras «plena» e «perfeita», porque são «equivocas»: «fazem pensar numa distinção entre personalidade jurídica plena e perfeita e personalidade jurídica não plena nem perfeita, sem se lhe alcançar o fundamento». Também não lhe parece aceitável o aditamento em que se afirma, além do da Igreja Católica, o reconhecimento da personalidade jurídica da Santa Sé. A menos que «com ele queira distinguir-se entre a Igreja Católica, cujo elemento supremo de organização é a Santa Sé, e a Santa Sé como Estado temporal». Se assim for, «o duplo reconhecimento só terá interesse lógico». Sugere então uma das fórmulas antes propostas ou ainda outra:

A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica, representada pela Santa Sé, sua autoridade suprema<sup>1003</sup>.

A 12 de Junho de 1939, a Santa Sé responde que «o primeiro período da primeira alínea deveria terminar nas palavras «Igreja Católica»<sup>1004</sup>. O Governo aceitará esta redacção a 4 de Julho de 1939, assim se chegando à fórmula definitiva<sup>1005</sup>.

Nesta discussão, o Governo mostra-se empenhado em não comprometer o regime constitucional de separação<sup>1006</sup>, bem diferente do existente, por exemplo, em Itália. Na Concordata italiana o catolicismo é reconhecido como a «religião dos italianos». Mas, as concordatas adaptam-se às circunstâncias específicas de cada país e, em Itália, ao contrário do que se passara em Portugal, o catolicismo foi sempre a religião de Estado, mesmo após a

---

<sup>1002</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1003</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1004</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701). A proposta do Governo era: «A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica à Igreja Católica, representada pela Santa Sé».

<sup>1005</sup> «Resposta do Governo Português ao Documento entregue pelo nuncio de Sua Santidade em 12 de Junho de 1939 acerca dos projectos de Concordata e de Acordo Missionário». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 702-714).

<sup>1006</sup> A assunção de que a religião católica era «a religião da Nação portuguesa» acabaria por ser consagrada na Revisão Constitucional de 1951.

ocupação dos Estados pontifícios. Com Mussolini, a situação mantém-se pois este assumia que o catolicismo era um dos elementos que o compunham procurando absorvê-lo e enquadrá-lo<sup>1007</sup>.

Também a Concordata espanhola de 1953 assume a confessionalidade do Estado e confirma a soberania espiritual e a independência da Igreja como «sociedade perfeita». Esta doutrina da Igreja como «sociedade perfeita» significa que é independente na sua ordem e que a ela está subordinada a sociedade temporal. Esta era, aliás, uma disposição constante da Concordata de 1851, celebrada entre Bento XIV e Fernando VI de Espanha, e que é reafirmada no Acordo sobre o modo de exercício do privilégio de apresentação entre o Governo espanhol e a Santa Sé, celebrado a 7 de Junho de 1941<sup>1008</sup>.

GP/PO – artigo 1º, § 2 – As relações amigáveis com a Santa Sé serão asseguradas na forma tradicional por que historicamente se exprimiam, devendo um núncio apostólico representar a Santa Sé em Portugal e um embaixador da República representar Portugal junto da Santa Sé.

TD – artigo 1º, § 2 – As relações amigáveis com a Santa Sé serão asseguradas na forma tradicional por que historicamente se exprimiam, devendo um núncio apostólico representar a Santa Sé em Portugal e um embaixador da República representar Portugal junto da Santa Sé.

A origem dos delegados do Pontífice romano é muito antiga: primeiro, os papas faziam-se representar nos concílios por legados e no episcopado local por vigários apostólicos, ambos com prerrogativas exclusivamente religiosas. Já em 453, no Concílio de Calcedónia, surge a figura do núncio apostólico, no sentido moderno do termo, isto é, um embaixador do Papa acreditado junto de um Governo, mas também «investido com uma missão eclesial» junto da Igreja local. No final do Concílio, «o Papa Leão, o Grande, pediu ao seu legado, Julian de Cos, que tinha seguido os trabalhos do Concílio, para aí permanecer e aplicar as decisões da assembleia. Para este fim, deu-lhe duas cartas de credenciais: uma acreditando-o junto da hierarquia local, representada pelo Patriarca Marcion, e outra para o Imperador de Constantinopla, Teodósio»<sup>1009</sup>.

Com a emergência do Estado moderno e com o surgimento do conceito de *raison d'Etat*<sup>1010</sup>, os governos inspirar-se-iam nas instituições de crédito e nas agências comerciais

<sup>1007</sup> D. A. Binchy, *Church and State in Fascist Italy*, 2ª ed. Londres: Oxford University Press, 1970, p. 359.

<sup>1008</sup> Neste acordo «vão solucionar-se os problemas mais graves então colocados, como os da vigência ou não da Concordata de 1851, a confessionalidade do Estado, a tutela da ortodoxia e ensino da religião, a liberdade dos prelados no exercício das suas funções e, é claro, o referente ao direito de Padroado e nomeação dos Bispos. Ao mesmo tempo assume-se o compromisso de elaborar uma nova Concordata, obrigando-se o Estado a não legislar sobre matérias mistas ou sobre aquelas que pudessem interessar à Igreja, sem prévio acordo com a Santa Sé». Ver José Giménez y Martínez de Carvajal (pref.). In Antonio Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco (1936-1945)*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 16.

<sup>1009</sup> Gérard Descotils, «La Diplomatie du Saint-Siège», p. 60.

<sup>1010</sup> Ver, por exemplo, Henry Kissinger, *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994, p. 58.



venezianas: cria-se um sistema de recolha de informações de carácter permanente, em que o representante diplomático tenta também obter a confiança do Estado onde se encontra acreditado. Este modelo viria a ser adoptado também pelo Papado e as primeiras nunciaturas apostólicas, encabeçadas por arcebispos enviados de Roma, surgem em 1500, nas cidades de Veneza e Paris e, em 1513, em Viena<sup>1011</sup>. No final do século XVI, o sistema de nunciaturas recebe de Gregório XIII a organização que, em traços gerais, se mantém ainda hoje<sup>1012</sup>. Com o impulso das conferências episcopais após o Concílio Vaticano II, a existência de Nunciaturas tem sido colocada em causa. Mas, dado «que os bispos, autênticos chefes das suas dioceses, não são de modo algum os representantes do primeiro dos bispos, e ainda menos seus delegados», e que o Papa tem «o direito de imprimir a sua vontade hierárquica em todo o lugar e todas as coisas segundo a sua linha de pensamento e de acção que ele é o único habilitado a definir para toda Igreja, com ou sem o concurso do Colégio dos bispos», o aparelho diplomático da Santa Sé subsiste<sup>1013</sup>.

A partir dos Acordos de Latrão o Papado assume-se como poder neutro sem quaisquer aspirações de natureza temporal – o que significa que «é totalmente independente e livre de todos os laços humanos que o constroem e obrigam»<sup>1014</sup> – ocupando um lugar incontestado nas relações internacionais. Autoridade moral por excelência, a Igreja Católica procura assim contribuir para a criação de uma nova ordem social, baseada na lei divina e nos ensinamentos cristãos contidos no Evangelho<sup>1015</sup>. A Igreja Católica encontra, como justificação para a diplomacia papal, quer uma espécie de «delegação espiritual», quer a «herança de um poder temporal»<sup>1016</sup>, com raízes históricas muito recuadas. A diplomacia papal é um instrumento desta pretensão, faz parte da organização transnacional da Igreja concebida para «exercer influência e controle social»<sup>1017</sup> e compreende as relações com os Estados mas também os assuntos internos da Igreja e as relações com as outras religiões. Os objectivos da diplomacia vaticana são, assim, distintos dos fins prosseguidos pelos outros Estados. Contudo, a diplomacia, enquanto técnica, serve estes objectivos<sup>1018</sup>, mesmo se, para tal, os diplomatas ao

---

<sup>1011</sup> Lecture by Archbishop Jean-Louis Tauran on the theme “the presence of the Holy See in the international organizations”, Catholic University of the Sacred Heart, Milan, 22 Abril 2002 ([www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state](http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state)).

<sup>1012</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 35-36.

<sup>1013</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 51.

<sup>1014</sup> Joel-Benoît d’Onorio, «La Saint-Siège et le Droit International», p. 12.

<sup>1015</sup> Paul Blanquart, «Le pape en voyage: la géopolitique de Jean-Paul II». In *Le retour des certitudes – Événements et orthodoxie depuis Vatican II*, dir. Paul Ladrière, René Luneau. Paris, Éditions du Centurion, 1987, p. 31 ; Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor», p. 133.

<sup>1016</sup> Gérard Descotils, «La Diplomatie du Saint-Siège», p. 60.

<sup>1017</sup> Ivan Vallier, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor», p. 133.

<sup>1018</sup> Gérard Descotils, «La Diplomatie du Saint-Siège», p. 59.

serviço do Papado, tal como os seus colegas, tenham que recorrer a « *finesse*, realismo, pragmatismo, cinismo»<sup>1019</sup>, mesmo se a diplomacia parece contrária ao sacerdócio, e mesmo sendo o catolicismo a única religião do mundo a ter uma organização diplomática e a deter uma preponderância que a distingue das outras confissões religiosas<sup>1020</sup>.

Neste contexto, o artigo 1º, alínea 2, da Concordata portuguesa de 1940 estabelece a manutenção da Nunciatura e a elevação da Legação diplomática no Vaticano a Embaixada. Esta declaração consta de todos os projectos de Concordata que antecederam as negociações oficiais e ia ao encontro do artigo 46º da Constituição de 1933: «o Estado mantém (...) as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, com recíproca representação».

Antes da Concordata foi recorrente o pedido para que a Legação portuguesa no Vaticano fosse elevada a Embaixada: a 4 de Julho de 1928, Monsenhor Pizzardo mencionou este assunto a Beda Cardinale<sup>1021</sup>; a 6 de Março de 1929, o núncio fala ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Quintão Meireles, «do desejo da Santa Sé que a Legação de Portugal em Roma fosse elevada a Embaixada; expus-lhe os motivos, assegurando-me que o Governo o desejava fazer e não o fazia apenas por motivos económicos». Numa carta de 23 de Outubro de 1934, de Alberto de Oliveira a Oliveira Salazar, o então ministro de Portugal em Bruxelas considerou a supressão da Embaixada do Vaticano «um grave erro» do regime republicano, e que o seu restabelecimento imediato lhe parecia «condição prévia para o êxito das negociações que hão-de estabelecer-se no sentido de se consolidar todas as nossas posições, metropolitanas ou Ultramarinas», pois o ministro de Portugal estava ali numa posição diminuída, passando acima dele os embaixadores de países sul-americanos, como o Chile, o Peru, a Colômbia, o Brasil e a Argentina. No seu entender era indispensável que o representante português se revestisse do prestígio e da autoridade próprios a uma grande nação católica, «a quem a Igreja deve a evangelização de boa parte do mundo, e cujas relações e tradições em Roma são das mais gloriosas». Lembra a Salazar que Lisboa é uma das quatro Nunciaturas cardinalícias da Europa e considera descortês o facto de o nosso representante não usufruir então de igual categoria diplomática. E faz notar que, na Europa, os únicos países que não têm embaixadores no Vaticano são, além de Portugal, a Áustria, a Hungria e a Irlanda: «as duas primeiras degeneraram de partes de um grande império em países microscópios. A última não chega a ser um Estado independente»; nem sequer a

---

<sup>1019</sup> Jean George, «Le Vatican Urbi et Orbi. La Politique Internationale de la Papauté», p. 94.

<sup>1020</sup> Gérard Descotils, «La Diplomatie du Saint-Siège», p. 60.

<sup>1021</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Núncio na Argentina e em Portugal. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 394 P.O., fasc. 154.

Espanha republicana suprimira a sua Embaixada<sup>1022</sup>. O mesmo Alberto de Oliveira, agora ministro de Portugal na Santa Sé, escreve a Armindo Monteiro, a 30 de Junho de 1935, dizendo: «Há tendência a supor que a elevação de categoria de uma missão diplomática interessa tanto ou mais ao Governo que a recebe do que ao que a institui. Ora, em regra, não é assim, exceptuando-se o caso em que o país que nomeia é de importância muito superior ao país onde vai exercer funções o novo agente. Em regra cada Governo tem o maior interesse em que os seus representantes obtenham o máximo de autoridade e preponderância junto do Governo onde são acreditados»<sup>1023</sup>.

Este artigo deve também ser compreendido na óptica dos benefícios daí decorrentes para a Santa Sé, sobretudo tendo em conta a dificuldade de a mesma em se consubstanciar enquanto Estado, já que a recíproca representação diplomática lhe permitiria fortalecer a sua posição de sujeito do Direito Internacional. Na verdade, os Acordos de Latrão fizeram prevalecer uma certa ambiguidade, pois embora a Itália tenha reconhecido o Estado do Vaticano, «parece evidente que se trata de um acto de direito interno, porque o território não tem as características de Estado nem a possibilidade de exercer os seus direitos de Estado». Por outro lado, o direito de Legação activa e passiva, atributo dos Estados soberanos, é reconhecido à Santa Sé, sendo esta o sujeito de Direito Internacional e não o Estado do Vaticano, onde está a sua sede. Por fim, tendo a Santa Sé declarado no artigo 24º dos Acordos que não se imiscuiria nas questões mundanas dos Estados, restou-lhe «apenas» o direito de exercer o seu poder moral e espiritual<sup>1024</sup>. Como já se disse, a Santa Sé é um Estado cuja soberania não acaba nos limites das suas fronteiras, pois o seu múnus espiritual estende-se a todos os católicos, e consequentemente, faz do seu chefe um duplo soberano, do seu território e dos seus fiéis. É certo que este direito já tinha sido reconhecido ao tempo de Sidónio Pais, mas não num documento com as características de um tratado internacional onde a Legação era, finalmente, elevada a Embaixada.

GP/PO – artigo 2º, § 1 – É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência, tem a faculdade de praticar os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento.

TD – artigo 2º, § 1 – É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência, tem ela a faculdade de exercer os actos do seu poder de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento.

---

<sup>1022</sup> ANTT, AOS/CP-198, fls. 130-131.

<sup>1023</sup> AHD-MNE, Relações políticas com o Vaticano, 3P, A11, M 329.

<sup>1024</sup> Adriano Moreira, *Direito Internacional Público*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1993, p. 106-7.

O artigo 2º, parágrafo 1, que afirma o livre exercício da Igreja Católica, encontra justificação também no artigo 45º da Constituição<sup>1025</sup>.

Com a excepção de algumas alterações meramente formais, este parágrafo irá manter-se tal como o Governo o havia proposto em meados de Julho de 1937.

Trata-se da «expressa revogação do beneplácito, régio ou republicano [o que] foi uma machadada decisiva no edifício jurídico do regalismo»; «usado com prepotência pelos governos do séc. XIX, serviu de pretexto ao mais grave conflito entre a República e a Igreja [...]: a prisão de D. António Barroso, por ter infringido o beneplácito – ou seja, por ter mandado ler nas Igrejas uma Pastoral dos Bispos não aprovada pelo ministro da Justiça»<sup>1026</sup>.

GP/PO – artigo 2º, § 2 – Para tanto, a Santa Sé pode livremente publicar quaisquer determinações relativas ao seu governo e, em tudo quanto se refere ao seu Ministério Pastoral, comunicar e corresponder-se com os prelados, clero e todos os católicos de Portugal, assim como estes com a Santa Sé, não carecendo de prévia aprovação do Estado, para se publicarem e correrem, dentro do País, as bulas e quaisquer instruções e determinações.

TD – artigo 2º, § 2 – Para tanto, a Santa Sé pode livremente publicar quaisquer determinações relativas ao governo da Igreja e, em tudo quanto se refere ao seu ministério pastoral, comunicar e corresponder-se com os prelados, clero e todos os católicos de Portugal, assim como estes o podem com a Santa Sé, sem necessidade de prévia aprovação do Estado, para se publicarem e correrem, dentro do País, as bulas e quaisquer instruções ou determinações da Santa Sé.

Esta afirmação, consequência da anterior, pode também ser compreendida como uma contrapartida da secularização<sup>1027</sup> – o Estado não interfere nos assuntos da Igreja – e consta das concordatas polaca, italiana, romena, alemã, austríaca e, posteriormente, da espanhola<sup>1028</sup>.

---

<sup>1025</sup> «É livre o culto público e particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.»

<sup>1026</sup> João Maria da Costa Seabra, «Liberdade Religiosa e Concordata», In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 107.

<sup>1027</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 92.

<sup>1028</sup> Polónia, art. 2º – Os Bispos, o clero e os fiéis comunicarão livremente e directamente com a Santa Sé. No exercício das suas funções, os Bispos comunicarão livremente e directamente com o seu clero e os seus fiéis e publicaram do mesmo modo as suas instruções, os seus decretos e as suas cartas pastorais.

Itália, art. 2º – A Santa Sé comunica e corresponde-se livremente com os Bispos e o clero de todo o mundo católico sem qualquer interferência do Governo Italiano.

Igualmente, em tudo o que diz respeito ao seu ministério pastoral, os Bispos comunicam e correspondem-se livremente com o seu clero e todos os fiéis. Tal com a Santa Sé, os bispos podem livremente publicar e afixar, dentro ou no exterior das portas destinadas ao culto público ou nos locais a isso destinados, instruções, regulamentos, cartas pastorais, boletins diocesanos e outras instruções que digam respeito ao Governo espiritual dos crentes que caibam na esfera da sua competência [...].

Roménia, art. 4º – A comunicação directa dos Bispos, do clero e dos fiéis com a Santa Sé, e vice-versa, em matéria espiritual e assuntos eclesiásticos será absolutamente livre.

Alemanha, art. 4º – A Santa Sé goza de plena liberdade nas suas relações e correspondência com os Bispos, clero e outros membros da Igreja Católica na Alemanha. O mesmo se aplica aos bispos e outras autoridades diocesanas na sua relação com os fiéis nas matérias que dizem respeito ao seu ministério pastoral.

Instruções, determinações, cartas pastorais, boletins diocesanos e outros decretos que digam respeito ao Governo espiritual dos fiéis publicados pelas autoridades da Igreja no domínio da sua competência podem sê-lo sem qualquer entrave e publicados junto dos fiéis pelas formas habituais.

Com a excepção de algumas alterações meramente formais, este parágrafo irá manter-se tal como o Governo o propusera em meados de Julho de 1937.

GP/PO – artigo 2º, § 3 – Nas mesmas condições, gozam desta faculdade os bispos e demais autoridades diocesanas em relação ao seu clero e fiéis.

TD – artigo 2º, § 3 – Nos mesmos termos, gozam desta faculdade os ordinários e demais autoridades eclesiásticas em relação ao seu clero e fiéis.

A doutrina desta alínea, bem como da anterior, já se encontra no Decreto nº 3.856, de 22 de Fevereiro de 1918:

As bulas, pastorais ou outras determinações escritas da Cúria Romana, dos prelados ou outras entidades que tenham funções dirigentes em qualquer religião, não ficam dependentes da prévia aprovação do Estado para se publicarem e correrem dentro do país; mas os abusos ou delitos que elas contenham serão punidos nos termos das leis penais e da imprensa.

Na resposta ao projecto oficial do Governo português, de 30 de Agosto de 1937, pede-se que se substitua a expressão «demais autoridades diocesanas» por uma expressão mais ampla, tal como «outras autoridades religiosas»<sup>1029</sup>. Trata-se, como o nuncio dirá a Mário de Figueiredo, ao prestar-lhe esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé, em 21 de Outubro de 1937, de abranger os gerais e provinciais das ordens religiosas, porque tal como Portugal, «a Igreja tem também a sua opinião pública... que deve considerar». No relato que faz deste encontro, Figueiredo escreverá:

Como, pelo que respeita às ordens religiosas se trata de coisas internas e infiscalizáveis e como, por outro lado, a palavra, por exprimir uma ideia muito diluída, me parece inofensiva, do ponto de vista político, não vejo dificuldade em que seja admitida<sup>1030</sup>.

Quando a 11 de Maio de 1938 o Governo explica a sua posição relativamente às modificações sugeridas, diz-se que o texto proposto pelo Executivo era, não só o do

---

Áustria, art. 1, § 2 – É reconhecido o direito da Igreja Católica, na esfera de sua competência, de emitir leis, decretos e nomeações. Não será dificultado ou impedido o exercício deste direito. Dentro dos limites da legislação o quadro das leis válidas para todos, poderá gerir e regular os seus próprios assuntos de forma independente e, no âmbito das suas competências próprias, poderá emitir leis e regulamentos vinculativos para os seus membros.

Espanha, art. 2, § 2 – A Santa Sede poderá livremente promulgar e publicar em Espanha qualquer disposição relativa ao Governo da Igreja e comunicar sem impedimento com os prelados, o clero e os fiéis do país, da mesma maneira que estes poderão fazê-lo com a Santa Sé.

<sup>1029</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1030</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

anteprojecto da Santa Sé, como idêntico ao das concordatas alemã e austríaca<sup>1031</sup>. Ao contrário do que tinha sido dito por Mário de Figueiredo, afirma-se que não se pretende abranger neste parágrafo a hierarquia particular das ordens religiosas, rejeitando-se alteração<sup>1032</sup>.

Num relatório da Santa Sé de 9 de Julho de 1938, de autor não identificado, irá propor-se a substituição da palavra «bispos» por «ordinários» de maneira a incluir os perfeitos apostólicos que não são nem bispos nem autoridades diocesanas. Caso o Governo português aceitasse, ficariam aqui também compreendidos os superiores das ordens religiosas<sup>1033</sup>.

A Sagrada Congregação explicita o seu pedido: ao contrário «da Alemanha e da Áustria, Portugal tem colónias com missões, onde se encontram vigários e perfeitos apostólicos que não são autoridades diocesanas no sentido próprio do termo, mas usam o nome de ordinários. Deste modo, embora não se insista na palavra «religiosas», propõe-se, a 9 de Setembro de 1938, a seguinte expressão: «Os ordinários e demais autoridades eclesiásticas»<sup>1034</sup>.

Em certa medida, Oliveira Salazar, a 15 de Setembro de 1938, dá razão à Santa Sé, mas considera demasiado ampla a fórmula proposta («demais autoridades eclesiásticas»). Interroga-se sobre se, nas circunscrições missionárias, o perfeito ou vigário apostólico é considerado ordinário e afirma que «só a estas autoridades que praticamente são como bispos das circunscrições é que poderá reconhecer-se a faculdade reconhecida aos bispos». Assim, embora não adopte «pura e simplesmente a redacção sugerida, com receio de que as palavras – autoridades eclesiásticas – possam abranger os párocos aos quais não deseja atribuir-se a faculdade prevista», propõe a seguinte redacção:

Nas mesmas condições, gozam desta faculdade os bispos e demais ordinários, em relação ao seu clero e fiéis<sup>1035</sup>.

---

<sup>1031</sup> Ver nota acima.

<sup>1032</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1033</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1034</sup> «Entregue por S. Em. o Sr. núncio apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938».

<sup>1035</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo núncio apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

No entanto, o Governo acabará por ceder à vontade da Santa Sé, ainda que tente, sem sucesso, que a mesma emita uma declaração escrita onde se explicita que nas «autoridades eclesiais» não se enquadram os párocos. A Santa Sé entende, a 25 de Abril de 1940, que bastaria uma declaração oral feita pelo nuncio em seu nome e nos seguintes termos:

A Santa Sé convém em que os párocos não estão compreendidos na expressão – Autoridades eclesiais – empregada na alínea 3) do artigo 2º da Concordata, contanto que fique assegurada a liberdade dos mesmos no exercício do seu ministério<sup>1036</sup>.

### 5.1.2 CAPACIDADE JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS

GP/PO – artigo 3º, § 1 – A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente, de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

TD – Idem – A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente, de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento da personalidade jurídica das associações e organizações da Igreja Católica foi também consagrado nas concordatas polaca, a italiana, a romena, a alemã e a austríaca<sup>1037</sup>.

<sup>1036</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 1057-1059).

<sup>1037</sup> Polónia, art. 16º – Todas as pessoas jurídicas eclesiais e religiosas polacas terão, segundo as regras do direito comum, o direito de adquirir, de ceder, de possuir e de administrar, conforme o Direito Canónico, os seus bens móveis ou imóveis, bem como o direito de demandar junto de todas as instâncias ou autoridades do Estado pela defesa dos direitos civis [...].

Itália, art. 29º – (a) A personalidade das entidades eclesiais já reconhecidas pela lei italiana (a Santa Sé, Dioceses, capítulos, seminários, paróquias, etc.), permanecerá inalterada. Essa personalidade deve ser reconhecida também às igrejas abertas ao culto público, que, actualmente, não gozam dela, compondo as que antes pertenciam às entidades eclesiais agora suprimidas, [...]. (b) A personalidade jurídica dessas congregações religiosas deve ser reconhecida, com ou sem votos, desde que aprovadas pela Santa Sé, que tenham a sua sede na capital do Reino, e que estejam representadas juridicamente e na dirigidas por pessoas que sejam de cidadania italiana e domiciliadas em Itália...

Alemanha, art. 13º – As paróquias, as associações paroquiais e diocesanas, as sés episcopais, os paços episcopais e os capítulos, as ordens e congregações religiosas, bem como as instituições, fundações e os bens que estão sob a administração da Igreja, podem manter ou adquirir, respectivamente, competência jurídica no domínio civil segundo às disposições gerais do direito civil. Mantêm-se corporações de direito público tal como até agora; outros direitos semelhantes podem ser concedidos nos limites da geral.

Áustria, art. 2º – Na Áustria, a Igreja Católica goza de estatuto de direito público. Os seus organismos individuais, que segundo o Direito Canónico têm personalidade jurídica, gozam de personalidade jurídica também sob a jurisdição civil desde que já existam no momento em que a presente Concordata entrar em vigor. As estabelecidas no futuro obterão personalidade jurídica civil desde que resultem da cooperação com o Governo que está prevista no presente concordata.

Art. 10º – as ordens e congregações religiosas podem, na República da Áustria, em conformidade com a regulamentação canónica, ser livremente fundadas e extintas, não são submetidas pelo Estado a qualquer limitação no que respeita à sua localização, número [...] e natureza de seus membros ou o seu modo de vida [...].

Roménia, art. 9º – O Estado reconhece à Igreja Católica, representada pelas suas autoridades legítimas, a personalidade jurídica segundo o direito comum do país.

Em consequência, as paróquias, as dioceses, os mosteiros, os capítulos [...], e outras organizações canonicamente constituídas têm personalidade jurídica e a plena propriedade dos seus bens [...].

Com este artigo, pretende-se ultrapassar os limites da legislação anterior, quer do Decreto nº 3.856, artigo 1º, § 1 [«os fiéis de qualquer confissão religiosa autorizada (...) podem, livremente, e sem dependência de licença, agrupar-se para constituírem a corporação que a seu cargo fique tendo a sustentação do culto»], quer do Decreto nº 11.887, artigo 3º [«Considera-se legalmente constituída e com capacidade jurídica a corporação formada em harmonia com as regras da respectiva religião e que, não contrariando as leis do País, comunique às autoridades administrativas a lista dos associados e o nome das pessoas que assumem os cargos da corporação»], bem como do artigo 45º da Constituição [«É livre o culto público e particular de todas religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações e organizações»]. Na prática, todas as normas citadas reconhecem a personalidade jurídica às corporações de culto. Porém, na redacção definitiva, refere-se expressamente a necessidade de estas associações se conformarem às «normas da sua hierarquia e disciplina» e à liberdade de organização da Igreja Católica em harmonia com o Direito Canónico. Esta nova redacção decorre da proposta da Nunciatura, de 21 de Novembro de 1939<sup>1038</sup>.

GP/PO – artigo 3º, § 2 – O reconhecimento da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à autoridade competente, feita pelo Bispo da diocese onde tiverem a sua sede ou por seu legítimo representante. Por igual forma se levará a efeito a sua modificação ou extinção.

TD – artigo 3º, § 2 – O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à autoridade competente feita pelo Bispo da Diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante. Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos.

Já quanto à forma como o Estado português procede ao reconhecimento da personalidade jurídica, os membros da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, ao apreciarem o projecto oficial do Governo, irão pedir a introdução neste parágrafo de uma expressão que designe de modo mais claro as ordens e as congregações religiosas, «as quais não são mencionadas no projecto inteiro». Deste modo, acautelavam-se «falsas interpretações, que excluam as Ordens e as Congregações, como na verdade já se verificou noutros países»<sup>1039</sup>. Assim, logo a seguir à palavra «institutos» seria acrescentada a palavra «religiosos», mesmo se com isso a redacção do parágrafo se tornasse mais restritiva.

<sup>1038</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1039</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937 ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.



Num documento em que se encontram registadas as observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé, existe um apontamento, que tudo sugere ser da autoria de Oliveira Salazar, no qual se lê: «poderia passar»<sup>1040</sup>; o que, de facto, acabará por acontecer a 11 de Maio de 1938<sup>1041</sup>. Cerejeira explica a Pacelli a razão pela qual a fórmula proposta pela Santa Sé era mais limitativa:

Também a mim foi dito, quando da elaboração do primeiro texto do Governo, que se compreendia também as ordens e congregações religiosas; e que até a palavra institutos fora acrescentada às outras duas, que são as mesmas da Constituição Portuguesa, para tirar quaisquer dúvidas sobre esta interpretação; mas que, além das congregações religiosas, abrangia ainda quaisquer outros institutos religiosos.

Contudo, a Santa Sé vai preferir conservar a sua fórmula por considerar assegurar melhor as ordens e as congregações religiosas.

Em síntese: «trata-se de um reconhecimento quase automático, em que o Estado se limita a constatar a existência das mínimas exigências formais»<sup>1042</sup>. Trata-se, no fundo, de reconhecer a personalidade jurídica às associações religiosas desde que a sua existência seja participada pelo Bispo, isto é, que já tenham personalidade eclesial<sup>1043</sup>.

### 5.1.3 AQUISIÇÃO E O REGIME DE BENS DA IGREJA CATÓLICA

GP/PO – artigo 4º. As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos em que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente autoridade eclesiástica, salvo se, além de fins religiosos ou culturais, se propuserem também fins de assistência ou beneficência, em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, pois, neste caso, e na parte respectiva, ficam sujeitas ao regime geral instituído pelo direito português para as associações ou corporações da mesma natureza.

TD – artigo 4º – As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles, nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente autoridade eclesiástica. Se, porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações que se tornará efectivo através do Ordinário competente e nunca poderá ser mais gravoso do que o regime geral estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza.

---

<sup>1040</sup> Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

<sup>1041</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1042</sup> Rosana Corral Garcia, «La Adquisición de personalidad jurídica por las asociaciones religiosas em el derecho portugués», AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*, p. 263.

<sup>1043</sup> José António Gomes da Silva Marques, «Associações e organizações da Igreja». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 127.

Esta disposição consta também das concordatas polaca, romena, italiana e austríaca<sup>1044</sup>. Trata-se de doutrina também já consagrada no Decreto nº 3.856, art. 5º § 2, que isentou de imposto «os templos e objectos neles contidos», e no Decreto nº 11.887, art. 16º, que isentou também de contribuição industrial os seminários. De acordo com Cerejeira, o «mesmo princípio, mais amplo», encontra-se ainda no art. 15º da Constituição de 1933<sup>1045</sup>.

A afirmação da capacidade de adquirir e dispor de bens prende-se com razões históricas, pois, de acordo com a tradição jurídica portuguesa, para evitar grandes acumulações de propriedade por parte da Igreja Católica, era habitual as pessoas colectivas perpétuas terem a capacidade de adquirir bens e de dispor deles de forma restrita<sup>1046</sup>, o que aqui não acontece.

De acordo com a redacção proposta, as associações ou organizações da Igreja Católica, desde que se proponham fins religiosos, administram-se livremente. Mas caso se proponham fins de assistência ou beneficência, ficam nessa parte sujeitos ao regime geral estabelecido pelo direito português para as associações ou corporações da mesma natureza. Trata-se de eximir a actividade religiosa e cultural destas instituições da ingerência civil, excepto no campo caritativo e assistencial. Esta era já a doutrina do Estatuto Orgânico das Missões (Decreto nº 12.485, de 13 de Outubro de 1926).

---

<sup>1044</sup> Polónia, art. 16º – Todas as pessoas jurídicas eclesiásticas e religiosas polacas terão, segundo as regras do direito comum, o direito de adquirir, de ceder, de possuir e de administrar, conforme o Direito Canónico, os seus bens móveis ou imóveis, bem como o direito de demandar junto de todas as instâncias ou autoridades do Estado pela defesa dos direitos civis. As pessoas eclesiásticas e monacais serão tidas por polacas se os fins para os quais trabalham disserem respeito aos assuntos eclesiásticos ou monacais da Polónia e se as pessoas autorizadas a representá-las e à administrar os seus bens permanecerem de forma permanente no território da República da Polónia. As pessoas eclesiásticas e monacais que não se encontrarem nestas condições gozaram dos direitos civis reconhecidos aos estrangeiros pela República da Polónia.

Roménia, art. 14º – As propriedades das escolas, dos institutos de educação e beneficência e de todas as outras instituições pias de cada diocese, serão administradas pelas autoridades diocesanas e devolvidas para o mesmo fim previsto ....

Itália, art. 30º – A administração ordinária e extraordinária da propriedade pertencente a qualquer instituto eclesiástico ou associação religiosa deve estar sob a direcção e o controlo da autoridade competente da Igreja, excluindo-se qualquer intervenção por parte do Estado italiano [...] / O Estado italiano reconhece aos institutos eclesiásticos e às associações religiosas a capacidade de adquirir bens, salvaguardadas as disposições do direito civil relativas à aquisição das corporações morais.

O Estado italiano pelos novos acordos, a menos que estabelecido de outra forma, deve continuar a suprir as deficiências no rendimento dos benefícios eclesiásticos [...].

Austríaca, art. 13º – Os bens móveis e imóveis da Igreja, na qualidade de pessoa jurídica, são garantidos no âmbito das leis gerais do Estado. Deste modo, a Igreja tem o direito de adquirir e possuir bens [...].

<sup>1045</sup> As corporações, associações ou organizações [morais ou económicas] a que se refere o artigo anterior visarão principalmente objectivos científicos, literários, artísticos ou de educação física; de assistência, beneficência ou caridade; de aperfeiçoamento técnico ou de solidariedade de interesses, e serão reguladas, na sua constituição e exercício das suas funções, por normas especiais.

<sup>1046</sup> José António Gomes da Silva Marques, «Associações e organizações da Igreja», p. 129-130.

Quanto a esta disposição, a 30 de Agosto de 1937, a Santa Sé participa ao Governo que os «Em. Padres temem que se venha a sujeitar a um “regime geral” não bem definido e a restringir a beneficência por parte da Igreja, como aconteceu noutros países com governos totalitários». Por esta razão, o Cardeal Secretário de Estado propõe que, quanto ao cumprimento de encargos de assistência ou beneficência, resultantes de disposições estatutárias ou testamentárias, a autoridade eclesiástica siga determinadas «normas a definir de comum acordo com o Governo e tendo presentes as disposições da lei portuguesa a tal respeito»<sup>1047</sup>. A doutrina desta proposta será incorporada nas emendas da Santa Sé apresentadas ao Governo português a 21 de Outubro de 1937, juntando-se-lhe ainda outras alterações:

É inteiramente livre a sua actividade não só no campo religioso e cultural mas também no da assistência e beneficência. Tratando-se do cumprimento de encargos de assistência ou beneficência, resultantes de disposições estatutárias ou testamentárias, a autoridade eclesiástica seguirá particulares normas a definir de comum acordo com o Governo e tendo presentes as disposições da lei portuguesa a tal respeito<sup>1048</sup>.

Quanto a esta redacção, Mário de Figueiredo é da opinião que se deve manter a proposta do Governo:

A afirmação que se pretende inteira liberdade no campo religioso e cultural (ou cultural) já está feita e se não está (cultural) não é exacta, e a afirmação de inteira liberdade no campo da assistência e beneficência, além de não ser de admitir por perturbar o regime de separação, não é exacta, como a própria redacção proposta reconhece, aceitando a submissão contratual às disposições da lei portuguesa a tal respeito<sup>1049</sup>.

Em conferência com o núncio, a 23 de Outubro de 1937, o jurista prestará o seguinte esclarecimento:

Pretendeu não só afirmar-se o princípio da completa liberdade, mas ainda afastar qualquer forma de fiscalização, sem deixar de reconhecer-se, em determinados casos, o respeito devido à lei portuguesa. Diante da minha observação no sentido de que, nas hipóteses particulares previstas, dificilmente se compreenderia que o Estado desistisse do seu regime de direito comum e que só esse queria referir, disse [o núncio] que talvez o texto agora proposto pudesse ser modificado por nota verbal, protocolo adicional e porventura na própria Concordata. Parecia-lhe, em todo o caso, que a insistir-se no texto governamental será bom fazê-lo

---

<sup>1047</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1048</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1049</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

acompanhar de uma nota explicativa em que expressamente se lhe indicasse o conteúdo preciso<sup>1050</sup>.

Na nota explicativa de 11 de Maio de 1938 diz-se que a alteração proposta pela Santa Sé não corresponde ao sentido que o Governo lhe atribuiu: as associações ou organizações canonicamente erectas ficavam, quanto à aquisição e alienação de bens, sujeitas ao regime geral do direito estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza ou categoria, portanto, ao regime de direito comum. Quanto à administração do seu património:

1) ou a pessoa jurídica se propõe só fins religiosos e culturais e então está sob a vigilância e fiscalização exclusivas da autoridade eclesiástica competente;

2) ou se propõe também fins de assistência e beneficência, em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações que porventura tenha aceite e, nesta parte, está sujeita à fiscalização do Estado para se verificar se cumpriu os estatutos ou a vontade do testador ou doador.

[...]

Fixa-se, assim, por força da Concordata um regime especial de favor para estas associações e organizações, não as sujeitando ao regime geral de tutela administrativa a que estão subordinadas as outras pessoas jurídicas da mesma natureza e categoria.

Este particular regime cessa, quando, em vez de ser a própria associação ou organização religiosa que se propõe, além de fins religiosos e culturais, também fins de assistência e beneficência, funda e sustenta um outro instituto que se proponha só estes fins; neste caso, e quanto a este instituto, reingressa-se no regime geral, no direito comum estabelecido para as pessoas jurídicas desta natureza<sup>1051</sup>.

O Governo não cede, pois, à proposta da Santa Sé, até porque «não lhe parece razoável, quando está a celebrar um acordo, deixar dependente de acordo ulterior a solução de um problema», e mesmo em face dessa possibilidade não parece ao Governo que haja uma solução diferente daquela que propõe. Mas, numa atitude conciliatória, sugere que a segunda parte do parágrafo seja redigida da seguinte forma:

Se, porém, além de fins religiosos ou culturais, se propuserem também fins de assistência e beneficência, em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime geral estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza.

---

<sup>1050</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1051</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

Um relatório de autor não identificado, proveniente da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, considera que «a redacção do Governo ameaça submeter ao controlo governativo a beneficência exercida pelas Ordens e outras entidades religiosas. Assim, propõe que se aceite a proposta no que se refere aos deveres decorrentes da hereditariedade, dos legados e das doações, desde que, em contrapartida, se confira total liberdade para os deveres estatutários. Entretanto, Cerejeira informa Pacelli que dificilmente o Estado reconhecerá plenamente os direitos da Igreja, «já por causa das falsas ideias sobre a competência do Estado, já pelas tendências absorventes do novo Código Administrativo Português, que estabelece regras de fiscalização para a assistência mesmo particular, já pela nefasta tradição do País, que sujeitava toda a administração eclesiástica, mesmo no campo cultural, à tutela do Estado». O Cardeal Patriarca diz ainda que não conseguiu redigir outra fórmula, mas que talvez seja possível encontrar um texto que vá ao encontro do proposto pelo Cardeal Secretário de Estado, «impondo às autoridades eclesiásticas [...] a obrigação de anualmente apresentarem relatório donde conste o cumprimento dos deveres assumidos»<sup>1052</sup>.

A 30 de Agosto de 1938, a Sagrada Congregação dá as seguintes instruções ao núncio Apostólico:

Vossa Excelência procure que o Governo admita ser suficiente que esse controlo sobre as despesas feitas no cumprimento das disposições estatutárias ou testamentárias em matéria de assistência e beneficência das associações religiosas de que aqui se fala, não directamente, seja feito através do Ordinário, o qual prestará contas ao Governo anualmente, por simples participação.

Tal expediente, adoptado na Polónia, deixa suficientemente livre a Igreja, e dá satisfação ao Governo.

Poder-se-ia assim dizer: «A autoridade ordinária informará anualmente o Estado sobre a sua administração» ou, segundo uma fórmula semelhante proposta pelo Em. Cardeal Patriarca, impondo às autoridades eclesiásticas a obrigação de anualmente apresentarem relatório de onde conste o cumprimento dos deveres assumidos.

Quanto à palavra «cultural» do projecto da S. Sé ela está reproduzida no projecto do Governo com o termo «cultuais», que tem um sentido muito mais restrito. É possível que isso se deva atribuir a um simples erro de tradução, já que, se se tratasse de uma divergência substancial, a nota governativa tê-lo-ia assinalado e transmitido a sua objecção.

É claro, porém, que deveria procurar obter-se que ficasse «cultural», porque cultural está já compreendido em «religioso», enquanto cultural tem um significado bem mais amplo do que religioso; e a substituição de cultural por cultural restringirá muito a liberdade assegurada à Igreja neste artigo<sup>1053</sup>.

---

<sup>1052</sup> Observações do Cardeal Cerejeira dirigidas ao Cardeal Secretário de Estado. ASV, AES – Portugal, pos. 427 (4), Fasc. 172, fl. 124-125.

<sup>1053</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portugal, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

Em conversa com Teixeira de Sampaio, o núncio transmite estas observações ao Governo, mas Salazar não consente que se substitua a palavra «cultural» por «cultural», pois não «haveria razão nenhuma para aceitar a absoluta liberdade (sem fiscalização) quando as associações tivessem fins culturais (liceus, escolas, academias, ou colégios de qualquer espécie) e não tivessem fins de beneficência». Para o Presidente do Conselho só aqueles que considerassem que a instrução dos povos pertencia por mandato divino à Igreja Católica e que o Estado usurpara esse direito é que poderiam atender à pretensão da Santa Sé.

Oliveira Salazar considera que a fiscalização do Estado saía diminuída na redacção da Santa Sé, pois ficava limitada à apresentação de relatórios e os bispos eram, para este efeito, transformados em delegados do Estado. Mesmo se «em muitos casos a apresentação dos orçamentos, contas e relatórios anuais é a única forma utilizada pelo Estado para saber se o rendimento ou valor de certos bens foi ou não empregado como o testador designara ou como os estatutos da instituição ordenam» a limitação proposta não é de admitir, «porque não se sabe *a priori* se essa apresentação de relatórios bastará em todas as circunstâncias e é certo que não é suficiente para todos os casos (escolas, asilos, etc.)». Por exemplo, «o respeitante à higiene, segurança, formação intelectual no que interessa ao interesse ou unidade da Nação ficaria fora do alcance da fiscalização por não serem, como outros factos aliás, redutíveis às contas ou apreensíveis por meio de relatórios da parte interessada». Salazar diz assim que pelas razões invocadas não se pode ir além do texto proposto pelo Governo.

Na *Nota explicativa da posição do Governo*, de 28 de Março de 1939, afirma-se que o máximo que se pode fazer é eliminar a palavra «cultuais», mas quanto aos outros aspectos insiste-se nos mesmos argumentos: as associações com fins exclusivamente religiosos estão isentas de fiscalização, até no que se refere à fiscalização administrativa. As associações com fins de assistência e beneficência «devem razoavelmente ficar sujeitas ao regime do direito comum», tendo-se ainda acrescentado a favor da Igreja Católica o facto de o regime a esta aplicado nunca poder ser mais gravoso do que o regime de direito comum<sup>1054</sup>.

A Santa Sé, num relatório de Março de 1939, vai considerar que desta forma se visa tutelar «a completa liberdade das associações religiosas»<sup>1055</sup>. A 12 de Junho de 1939, insiste que a fiscalização sobre o cumprimento de encargos de assistência ou beneficência resultantes

---

1054 «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1055</sup> Relatório da Santa Sé de 8 de Março, de autor não identificado. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 180-189.

de disposições estatutárias ou testamentárias se realize por intermédio do Ordinário<sup>1056</sup>. O Governo acabará por ceder a esta reivindicação, introduzindo uma alteração através da qual a fiscalização se fazia por meio do Ordinário. No entanto, o regime de sanções a aplicar pelo incumprimento dos actos necessários à fiscalização seria o do direito comum. Uma outra alteração vingará: a eliminação da palavra «culturais».

GP/PO – artigo 5º – A Igreja pode livremente cobrar dos fiéis colectas para a realização dos seus fins, designadamente no interior e à porta dos templos, assim como nos edifícios e lugares que lhe pertençam.

TD – artigo 5º – A Igreja pode livremente cobrar dos fiéis colectas e quaisquer importâncias destinadas à realização dos seus fins, designadamente no interior e à porta dos templos, assim como dos edifícios e lugares que lhe pertençam.

No seu relatório oficial de recepção da proposta do Governo, a Santa Sé propõe que se utilize a expressão «contribuições e colectas», de modo a tornar-se mais abrangente. Mas, nas suas notas, Mário de Figueiredo discorda da alteração, quer porque deveria ficar claro que só ao Estado cabe lançar impostos (pelo que se deveria eliminar a palavra «contribuições»), quer por ser mais restrita do que a anterior<sup>1057</sup>. O núncio informa, a 23 de Outubro de 1937, que não se insiste na palavra «contribuições» pois ela não tem italiano o mesmo significado que tem na língua portuguesa, embora se deseje que se encontre uma fórmula cujo sentido se aproxime do italiano<sup>1058</sup>. Num documento de 11 de Maio de 1938, no qual a posição do Governo é explicitada, afirma-se que em Portugal a palavra «contribuições» possui o mesmo sentido que imposto. Sendo assim, a mesma não pode ser aceite, pois «o seu emprego podia prestar-se a especulações de carácter político». Todavia aceita-se a ideia «desde que se não pretenda reivindicar para a Igreja o direito de tributar, criando obrigações de carácter fiscal, os fiéis». Explica-se ainda que a palavra «colectas» tem, em português, um sentido genérico, cabendo nela a ideia pretendida pela Santa Sé<sup>1059</sup>. Um relatório de 9 de Julho de 1939 explicita melhor a finalidade da Santa Sé: a Igreja Católica deve poder não só cobrar e receber, mas também exigir, por exemplo, os direitos paroquiais.

---

<sup>1056</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1057</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1058</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1059</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

A 1 de Agosto de 1938 Cerejeira justifica a posição do Governo junto do Cardeal Secretário de Estado e procura o consenso entre as partes: «cobrar» tem em português um sentido activo e a palavra «contribuições» pode ferir «a má sensibilidade política». Sugere então que se redija o parágrafo da seguinte forma:

A igreja pode livremente cobrar dos fiéis colectas e quaisquer importâncias...

Porém, acrescenta, na explicação do texto que seria dada ao Governo reivindicar-se-ia expressamente «o direito da Igreja de tributar os fiéis e no texto italiano traduzir-se-ia cobrar por “receber e exigir”».

A Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, nas suas observações de 30 de Agosto, considera que a formulação proposta pelo Governo «nega à Igreja o direito de exigir taxas; direito que ao contrário é expressamente reconhecido (e até agora respeitado) na Concordata germânica»<sup>1060</sup>. O Governo português não «pode negar à Igreja o direito de exigir os direitos de estola»<sup>1061</sup>. Acresce ainda que tudo estaria resolvido se à Igreja, como propusera a Santa Sé, tivesse sido reconhecido o carácter de sociedade de direito público (artigo nº 1), pois «um dos direitos da pessoa jurídica pública é o de cobrar impostos». Propõe-se então que se adopte a sugestão de Cerejeira<sup>1062</sup>.

Salazar, nas suas notas de 15 de Setembro 1938, observa que só não se admite a palavra «taxas» por não se desejar empregar «palavra de uso contínuo nas nossas finanças». Escreve ainda:

Através das palavras com que no texto italiano se pretende fazer traduzir a portuguesa cobrar parece porém entrever-se o desejo do reconhecimento pelo Estado da «Igreja sociedade perfeita» que mesmo financeiramente se basta. Ora a verdade é que: primeiro, a essência da disposição foi sempre vista na palavra livremente, o que significava não poder o Estado proibir que a Igreja recebesse colectas, fizesse peditórios, taxasse serviços religiosos nos locais referidos no artigo; segundo, além disto, o reconhecimento da faculdade de exigir, se se trata apenas da obrigação moral imposta aos fiéis, de obrigação de consciência, não tem qualquer valor jurídico; e não sei como possamos ir além disto. Pretender-se-á que vamos? Isto é, desejará a Igreja que o seu sistema de taxas ou colectas seja fonte de obrigações exigíveis nos tribunais?

---

<sup>1060</sup> De acordo com o protocolo final desta Concordata, diz-se, quanto ao artigo 13º: «Entende-se que a Igreja mantém o direito de cobrar taxas da Igreja».

<sup>1061</sup> «O Decreto de 30 de Julho de 1790 define benesses e direitos de estola todas as prestações, que por uso e costume os paroquianos dão aos seus párocos pelos serviços que deles recebem em diferentes actos do seu ministério, tais como baptismos, sufrágios, funerais e bens da alma. Todas estas prestações são o que constituem o pé de altar, cujo rendimento faz parte da cõgrua do pároco, segundo a avaliação em que tiver sido computado, no arbitramento segundo a lei de 8 de Novembro de 1841». <http://www.arqnet.pt/dicionario/benese.html> (14 de Outubro de 2008).

<sup>1062</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portugallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.



Lembro que no tempo da monarquia, dentro do regime concordatário, a cônica para o pároco, a importância dos «bens de alma» relativamente a pessoas falecidas com certos meios de fortuna, etc., eram exigíveis nos tribunais e quanto à cônica suponho que pelo processo das execuções fiscais. Foi um descrédito e um horror para a Igreja e para o Estado. Na frase citada há alguma coisa a este respeito? E preciso esclarecer o caso, antes de aceitar a tradução italiana proposta. O Cardeal Patriarca parece ter defendido em Roma que na palavra cobrar, como a empregamos, se contém o sentido de exigir. Não vou longe disso. Mas qual o alcance do exigir e quais as consequências jurídicas para o Estado de reconhecer expressamente essa faculdade?<sup>1063</sup>

A 28 de Março de 1939, na *Nota explicativa da posição do Governo português*, aceita-se a redacção proposta pela Santa Sé, mas esclarece-se que com a mesma não se quer significar que as obrigações impostas aos fiéis sejam juridicamente exigíveis, mas apenas «obrigações de consciência»<sup>1064</sup>.

GP/PO – artigo 6º, § 1 – É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens eclesiásticos que anteriormente lhe pertenciam e ainda em poder do Estado, como templos, paços episcopais ou residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos eclesiásticos, paramentos, alfaías e outros objectos affectos ao culto e religião católica, salvo os que se achem ocupados ou utilizados por serviços públicos e os classificados como «monumentos nacionais» ou como «imóveis de interesse público».

TD – Idem – É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda em poder do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaías e outros objectos affectos ao culto e religião católica, salvo os que se encontrem actualmente applicados a serviços públicos ou classificados como «monumentos nacionais» ou como "imóveis de interesse público".

A Igreja Católica viu o seu património confiscado por diversas vezes: primeiro, o marquês de Pombal confiscou os bens dos jesuítas; depois, com Decreto de 28 de Maio de 1834, extinguiram-se as ordens religiosas e o Estado apropriou-se dos seus conventos e outros bens (inclusivamente, móveis e jóias); por fim, a República irá manter em vigor estes decretos<sup>1065</sup> e depois publicar a Lei da Separação que nacionalizou todos os bens eclesiásticos.

Com aquele parágrafo a Igreja recuperaria a propriedade dos bens eclesiásticos que até então eram considerados propriedade do Estado e aos quais este não tivesse dado outro destino – ao que parece, já não eram muitos.

---

<sup>1063</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo núncio apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólhos 503-572.

<sup>1064</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1065</sup> O Decreto de 18 de Abril de 1901, autorizou, ainda que disfarçadamente, a constituição de congregações religiosas no país desde que exclusivamente dedicadas à instrução ou beneficência ou à propaganda da fé no Ultramar. Ver Decreto de 8 de Outubro de 1910.

Relativamente à proposta oficial do Governo, a Santa Sé prefere que a expressão «casas de institutos eclesiásticos» seja substituída por «casas de institutos religiosos», «por compreender mais seguramente as ordens e congregações religiosas». Embora Mário de Figueiredo tivesse dito ao núncio, a 23 de Outubro de 1937, que esta alteração não teria quaisquer consequências – «já não havia casas de institutos religiosos em condições de serem restituídos» -, o núncio terá respondido que, «colocando-se no ponto de vista geral do mundo, o que pretendia era salvar a face perante o mundo, embora, de facto, com a inserção da frase, nada obtivesse de positivo»<sup>1066</sup>. O Governo português acabará por aceitar a alteração proposta a 11 de Maio de 1938<sup>1067</sup>.

GP/PO – artigo 6º, § 2 – Os bens referidos na alínea anterior que não estejam em poder do Estado podem ser transferidos à Igreja pelos seus proprietários, independentemente de quaisquer encargos de carácter fiscal, desde que o acto de transferência seja celebrado dentro do prazo de seis meses, a contar da data da ratificação desta concordata.

TD – Idem – Os bens referidos na alínea anterior que não estejam actualmente na posse do Estado podem ser transferidos à Igreja pelos seus possuidores sem qualquer encargo de carácter fiscal, desde que o acto de transferência seja celebrado dentro do prazo de seis meses, a contar da troca das ratificações desta concordata.

Esta norma, introduzida no texto concordatário por iniciativa de Cerejeira, representa a possibilidade de regularização da propriedade eclesiástica «encoberta sob o nome de um indivíduo ou sociedade constituída segundo o direito comum, com todos os prejuízos e inconvenientes inerentes», podendo estes bens ser transferidos juridicamente para a Igreja sem quaisquer encargos fiscais.

Relativamente ao projecto oficial, Monsenhor Colonna considera exíguo o prazo estabelecido de seis meses para a transferência de bens, lembrando que os três anos estatuídos na Concordata italiana não foram suficientes para a regularização da posse das propriedades das ordens religiosas.

A 12 de Dezembro de 1939, o Governo português vai exigir que, em nota reversal, seja aceite pela Santa Sé que as palavras «sem qualquer encargo de carácter fiscal» signifiquem apenas a isenção do imposto sobre a transmissão (sisal ou imposto sobre sucessões e doações) e não aquele que incide sobre o título em que a transmissão se exara (imposto de selo). A Santa Sé não discorda dessa pretensão mas considera, no entanto, que

<sup>1066</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1067</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

bastava uma declaração oral feita pelo nuncio em nome da Santa Sé<sup>1068</sup>. O Governo aceita esta proposta.

GP/PO – artigo 6º, § 3 – Os imóveis classificados como «monumentos nacionais» e como «de interesse público» ou que o venham a ser dentro de cinco anos, a contar da data da ratificação desta concordata, continuarão propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja; ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração, de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Igreja, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas, para dirigir as quais o Estado poderá nomear um funcionário seu.

TD – Idem – Os imóveis classificados como «monumentos nacionais» e como «de interesse público» ou que o venham a ser dentro de cinco anos, a contar da troca das ratificações, ficarão em propriedade do Estado com afectação permanente ao serviço da Igreja; ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Autoridade eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso; à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita a horário de visitas, na direcção das quais poderá intervir um funcionário nomeado pelo Estado.

Através deste parágrafo, o Estado fica obrigado à conservação dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público, mas fá-lo-á de harmonia com a Igreja, à qual estes bens serão afectados permanentemente. Acresce ainda que a possibilidade de as visitas a estes edifícios poderem ser feitas por um funcionário do Estado parece querer significar que este assume o seu encargo.

Durante as negociações oficiais, este parágrafo sofreu apenas pequenas alterações de natureza formal.

GP/PO – artigo 6º, § 4 – Os objectos destinados ao culto que se encontrem incorporados em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias do culto no templo a que pertenciam, quando sejam guardados na mesma localidade, mediante requisição da autoridade eclesiástica respectiva que velará pela sua guarda sob a responsabilidade de fiel depositária.

TD – Idem – Os objectos destinados ao culto que se encontrem em algum museu do Estado ou das autarquias locais ou institucionais serão sempre cedidos para as cerimónias do culto no templo a que pertenciam, quando este se ache na mesma localidade onde os ditos objectos são guardados. A cedência far-se-á a requisição da competente autoridade eclesiástica, que velará guarda dos objectos cedidos, sob a responsabilidade de fiel depositário.

A doutrina deste parágrafo, o qual ao longo das negociações oficiais sofrerá apenas algumas alterações de forma, constava já do artigo 14º, do Decreto nº 11.887, de 6 de Julho de 1926, no qual se afirmava:

Os objectos destinados ao culto que, por seu valor histórico ou artístico, se encontrem incorporados em algum museu serão cedidos para as cerimónias do culto, no templo a que

---

<sup>1068</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).

pertenciam, quando sejam guardados na mesma localidade, mediante requisição do respectivo representante legal, que será considerado como seu fiel depositário.

GP/PO – artigo 7º – Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, e no caso de expropriação por utilidade pública. Neste último caso, não serão praticados quaisquer actos materiais de apropriação sem que, previamente, a autoridade eclesiástica competente prive do seu carácter sagrado os bens expropriados.

TD – Idem – Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acordo prévio com a Autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, como guerra, incêndio ou inundação.

No caso de expropriação por utilidade pública, será sempre ouvida a respectiva Autoridade eclesiástica, mesmo sobre o quantitativo das indemnizações. Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação sem que os bens expropriados sejam privados do seu carácter sagrado.

Este artigo consta também das concordatas italiana, polaca e alemã<sup>1069</sup> e mesmo a Constituição de 1933, no seu artigo 47º, já determinava:

Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto afecto a uma religião poderá ser destinado pelo Estado a outro fim.

Segundo a proposta oficial de Concordata, a demolição de uma igreja não poderia ser feita sem o acordo da autoridade eclesiástica, excepto por urgente necessidade pública ou por expropriação por necessidade pública. Quando analisa o projecto do Governo, em Agosto de 1937, Monsenhor Colonna diz não compreender a razão pela qual não é sempre necessário o acordo da Igreja, tanto mais que cabe a esta privar o edifício do seu carácter sagrado, razão pela qual propõe a eliminação da frase «e no caso de expropriação por utilidade pública».

Em conformidade com estas observações, a Santa Sé propõe ao Governo um outro texto, de modo a que a autoridade eclesiástica seja sempre ouvida, mesmo no que dissesse respeito à indemnização a estabelecer.

---

<sup>1069</sup> Polónia, art. 14º – Os bens pertencentes à Igreja não serão submetidos a nenhum acto jurídico, modificando o seu fim, sem o consentimento das autoridades eclesiásticas, salvo em casos previstos pela lei de expropriação para a construção de vias de transportes e dos rios, de defesa nacional e causas similares. Em todo o caso, o destino dos imóveis e móveis, consagrados exclusivamente ao serviço divino, tal como as igrejas, os objectos de culto, etc., não poderão ser modificados sem que a autoridade eclesiástica competente os tenha privado do seu carácter sagrado.

Itália, art. 10º – Em nenhuma circunstância é possível proceder à demolição de um edifício aberto ao culto, sem acordo prévio dada Autoridade Eclesiástica competente.

Alemanha, art. 17º § 2 - Nenhum edifício dedicado aos serviços religiosos pode ser destruído por qualquer motivo, sem o consentimento prévio das autoridades eclesiásticas competentes.

Num manuscrito de Mário de Figueiredo levantam-se objecções à proposta da Santa Sé, pois «necessidade pública pressupõe caso de força maior (guerra, incêndio, etc.) em que não há lugar de consultar a autoridade eclesiástica». Quanto às expropriações, será sempre tentado o acordo mas, se não o houver, será feita a operação jurídica necessária, «com o respeito devido e previsto às coisas sagradas, enquanto operação material de afectação a fins profanos». Assim, afirma-se que «a única coisa que poderá acrescentar-se, sem que seja de grande necessidade, é depois das palavras “nestes últimos casos” escrever: “tentar-se-á primeiro o acordo de uma expropriação seja voluntária ou forçada, etc.”»<sup>1070</sup>.

Mário de Figueiredo encontra-se com o núncio a 23 de Outubro de 1937 e este parece admitir o pensamento expresso pelo Governo, pois acordam em indicar alguns exemplos de «urgente necessidade pública» e em fazer «a alusão expressa à tentativa de acordo antes da expropriação forçada»<sup>1071</sup>.

Na nota explicativa da posição do Governo, datada de 11 de Maio de 1938, clarifica-se o pensamento do Governo português: quando se fala em «urgente necessidade pública» fala-se em situações de calamidade pública, nas quais não haverá tempo para ouvir a autoridade eclesiástica e, sendo assim, «não são possíveis as cautelas que o respeito pelas coisas sagradas impõe». Quanto às expropriações por utilidade pública, a Igreja Católica ficará sujeita ao regime geral, segundo o qual, «declarada a utilidade pública nos termos da lei, uma de duas: ou se chega a acordo e faz-se a expropriação chamada amigável ou se não chega a acordo e faz-se a expropriação forçada. Neste último caso torna-se necessário distinguir o processo jurídico de expropriação e os actos materiais de apropriação, para evitar que com estes últimos se profanem as coisas sagradas. Mas não pode a expropriação deixar-se sempre dependente de acordo, porque isso seria o mesmo que deixá-la ao arbítrio de uma das partes». Irá então procurar-se «uma redacção em que isto que se quis dizer apareça por forma mais clara»<sup>1072</sup>.

Primeiro, a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários propõe que seja acrescentada a seguinte frase: «para a demolição de lugares de culto e para destinar a

---

<sup>1070</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1071</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1072</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

outro fim os objectos sagrados é sempre requerido o prévio acordo da competente autoridade eclesiástica». Quando esta Congregação transmite ao núncio as suas observações, a 30 de Agosto de 1938, dirá:

É surpreendente que o Governo português recuse o que foi aceite pelo governo alemão. De facto, a C. germânica, artigo 17, § 2, estabelece que «por nenhum motivo poderá haver lugar à demolição de um edificio dedicado ao culto, sem prévio acordo com a competente autoridade eclesiástica».

Deixar à Autoridade eclesiástica o direito de proceder a dessacralização parece bem pouca coisa.

Os Em. não puderam ignorar a contradição existente na «nota explicativa», a qual, depois de uma primeira frase «ou não se chega a acordo, e se fará a expropriação forçada», se segue outra afirmando que não se pode deixar a expropriação «ao arbítrio de uma das partes»<sup>1073</sup>.

O núncio, quando transmite a Teixeira de Sampaio as observações acima transcritas, expurgadas da sua formulação mais agressiva mas idênticas na doutrina, acrescenta ao pensamento da Igreja que o Governo deverá ter presente que, no caso do bispo se mostrar renitente, haverá sempre o recurso à Santa Sé – isto porque o embaixador Teixeira de Sampaio lhe terá dito que era necessário prever a possibilidade de não se chegar a acordo.

A 15 de Setembro, Oliveira Salazar toma notas sobre a proposta da Santa Sé, reafirmando a sua posição anterior. Quanto às expropriações por utilidade pública, considera que a possibilidade de recurso à Santa Sé se tornaria uma constante sempre que fosse impossível obter acordo; entende que a resistência à expropriação decretada pelo Estado talvez significasse que se estaria a tentar impor «um processo que pode valorizar mais o prédio expropriado através de negociações»; diz que o juízo de utilidade pública «só ao Estado compete formular», podendo a autoridade religiosa ter uma outra noção da utilidade pública; por fim, afirma que «a Concordata alemã [foi] feita precipitadamente para fins políticos do Reich [pelo que] não pode ser invocada como exemplo». Já quanto à possibilidade de se chegar a acordo em caso de calamidade pública, ela é praticamente impossível: «há casos (incêndio por exemplo) em que não há mesmo tempo de avisar quanto mais de pôr-se de acordo». Quanto à possibilidade de abusos pelo Estado, diz: «aqui e com mais razão se deve partir do princípio de que se trabalha no campo do razoável»<sup>1074</sup>.

---

<sup>1073</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175. Sublinhado acrescentado.

<sup>1074</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo núncio apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento manuscrito e assinado por Salazar nos fólios 503-572.

Na *Nota explicativa da posição do Governo português*, de 28 de Março de 1939, a observação do Presidente do Conselho quanto à Concordata da Alemanha é atenuada no sentido de se afirmar que nesta apenas se pretendeu garantir a não profanação das coisas sagradas, razão pela qual se fala de demolição e não de expropriação<sup>1075</sup>.

A Santa Sé responde a 12 de Junho de 1939, pedindo que a expressão «expropriação por utilidade pública» fosse eliminada de maneira a que deixasse de estar contemplada nos casos em que não haveria necessidade de acordo e que fosse feita menção às indemnizações<sup>1076</sup>.

O Governo contrapõe, a 4 de Julho, dizendo que a redacção proposta «é fundamentalmente idêntica à do artigo 14º da Concordata com a Polónia»<sup>1077</sup>. Talvez a Santa Sé não queira que o princípio da expropriação «fique explicitamente estabelecido na Concordata, embora lhe não repugne que, nada dizendo sobre ele a Concordata, continue a vigorar no direito interno». Mas o Governo não pode prescindir desse princípio, «ao menos como regra de direito interno», e assim sugere a seguinte redacção:

Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto católico pode ser demolido ou destinado pelo Estado a outro fim, a não ser por acordo prévio sobre a indemnização com a autoridade eclesiástica competente ou por motivo de urgente necessidade pública, como guerra, incêndio ou inundação. Na falta de acordo sobre a indemnização, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito, não sendo, em todo o caso praticados quaisquer actos de apropriação sem que, previamente, a autoridade eclesiástica prive do seu carácter sagrado os respectivos bens<sup>1078</sup>.

Partindo deste texto, o núncio redige uns apontamentos que entrega a Mário de Figueiredo que a título particular, e este fá-los faz chegar a Oliveira Salazar. O representante da Santa Sé diz que se poderia aprovar um texto cuja primeira parte do parágrafo terminaria em «incêndio ou inundação», seguindo-se: «Em caso de expropriação por utilidade pública será sempre ouvida a respectiva autoridade eclesiástica sobre o quantitativo da indemnização. Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação sem que os bens expropriados sejam privados do seu carácter sagrado». O Governo propõe, a 8 de Dezembro de 1939, a seguinte redacção:

---

<sup>1075</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1076</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1077</sup> Ver nota 1067.

<sup>1078</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

No caso de expropriação por utilidade pública, será sempre ouvida a respectiva Autoridade eclesiástica, mesmo sobre o quantitativo das indemnizações. Em qualquer caso, não será praticado acto algum de apropriação sem que os bens expropriados sejam privados do seu carácter sagrado.

A 24 de Janeiro de 1940, a Santa Sé não aceita a proposta, pedindo que a frase «será sempre ouvida a respectiva autoridade eclesiástica» fosse substituída por «proceder-se-á de acordo com a autoridade eclesiástica». Neste documento diz-se ainda:

Como a Santa Sé se tem mostrado conciliadora em todos os outros pontos, confia também que o Governo português o será neste último, que permanece em discussão. Com este fim a Santa Sé observa que não é argumento peremptório o da existência duma lei civil em contrário, visto que as concordatas se fazem precisamente para estabelecer um acordo em matérias mistas<sup>1079</sup>, não obstante as leis próprias das duas Altas Partes. Nem deveria causar estranheza; pelo contrário, todos os bons portugueses aplaudiriam uma situação especial estabelecida a favor dos edifícios mais augustos do País, quais são os contemplados neste artigo, de modo particular as Igrejas. Por outra parte uma redacção menos cautelosa da Concordata neste particular poderia servir de justificação a actos que poderiam vir a causar dano à Igreja. Tem-se visto, na verdade, que não faltam inconvenientes neste campo. Exemplo disto vimo-lo na mesma capital do País, onde para com uma propriedade da Santa Sé se procedeu duma forma inqualificável e ter-se-ia atingido mesmo o prestígio da Santa Sé – que até Potências não católicas respeitam –, se, depois dum protesto do nuncio, não tivesse intervindo directamente o Presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>1080</sup>.

Nesta última parte, a Santa Sé refere-se à expropriação do Palácio das Picoas por Duarte Pacheco, a que aludimos anteriormente e que era propriedade da Santa Sé, episódio que terá prejudicado o curso das negociações e que envolvia a matéria regulada por este artigo. Contudo, nem a evocação deste caso levará Salazar a abdicar dos princípios que considerava não deverem ser renunciados pelo Estado.

GP/PO – artigo 8º- São isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os templos e objectos neles contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, os editais e avisos afixados à porta das igrejas, para efeitos de culto, e os clérigos pelo exercício do seu múnus espiritual.

TD – Idem – São isentos de imposto ou contribuição, geral ou local, os templos e objectos neles contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, e bem assim os editais e avisos afixados à porta das igrejas, relativos ao ministério sagrado. De igual isenção gozam os eclesiásticos pelo exercício do seu múnus espiritual.

Os bens e entidades eclesiásticos, não compreendidos na alínea precedente, não poderão ser onerados com impostos ou contribuições especiais.

Já no Decreto nº 3.856, de 1918, se dispunha: «São isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os templos e objectos neles contidos». Por sua vez, o Decreto nº 11.887, de

<sup>1079</sup> Matrimónio, educação, assistência religiosa às Forças Armadas, aos hospitais, etc.

<sup>1080</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).



1926, reafirmava: «Continuam isentos de quaisquer contribuições gerais ou locais os templos e objectos neles contidos: são também isentos de contribuição industrial». O artigo 8º da Concordata mantém essa isenção de contribuições gerais ou locais quanto aos templos, mas estende este privilégio aos estabelecimentos destinados à formação do clero e aos clérigos pelo seu exercício espiritual.

Em Agosto de 1938, Monsenhor Colonna, na sua apreciação do projecto de Concordata, vai solicitar que, para além das igrejas e dos seminários, se isentem de impostos os paços episcopais e as residências paroquiais, pois «as espoliações a que foi repetidamente submetida a Igreja em Portugal, não só tornam aceitável, como modesta esta reclamação». No relatório oficial da Santa Sé acerca do projecto, datado de 30 de Agosto de 1937, observa-se que também aqui se não fala das ordens religiosas. Pede-se ainda que se inclua o artigo do primeiro projecto da Santa Sé, o qual afirmava: «os bens eclesiásticos não podem ser onerados por impostos especiais». Apesar de esta doutrina estar consagrada na Constituição portuguesa, «sem dúvida que teria mais força e estabilidade se fosse conservada também na Concordata, acordo bilateral que não pode ser modificado unilateralmente». O Governo aceita a proposta de alteração, que irá constituir uma nova alínea deste parágrafo. A Igreja Católica procurava assim precaver-se «duma tentação, comum nos Estados, de imporem contribuições especiais aos bens das entidades religiosas, como aconteceu pela Lei da Separação»<sup>1081</sup>.

Nas suas observações às alterações propostas pela Santa Sé, Mário de Figueiredo escreverá que não deve ser admitido o primeiro aditamento proposto, pois assim se estabeleceria «uma situação de privilégio que quebrava o princípio constitucional de igualdade perante o imposto», não se estando a tratar de «coisas sagradas». Cede, no entanto, quanto à última reivindicação, embora se considere inútil «pois o seu conteúdo é princípio constitucional»<sup>1082</sup>. O núncio, perante estes argumentos, dirá que, «vista a isenção dos seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, a Santa Sé não pode compreender a dificuldade de princípio à isenção das residências paroquiais, etc.». O jurisconsulto terá respondido ao representante da Santa Sé que «o facto de serem estabelecimentos de ensino sem intuitos económicos justificaria a isenção para eles e não nos outros casos», pois nestes últimos quebrava-se «o princípio constitucional da igualdade de todos perante o imposto e que dificilmente se podiam admitir». Em face desta argumentação, o núncio não insistiu. Figueiredo anotarà no seu resumo da conversa com o núncio: «é bem

---

<sup>1081</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 359.

<sup>1082</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

observado, mas perigoso, porque podia conduzir a que também os paços episcopais fossem excluídos da isenção». No entanto, o núncio pede que se mantenha o segundo aditamento – «os bens eclesiásticos não podem ser onerados por impostos especiais»<sup>1083</sup>.

Assim, a 11 de Maio de 1938, o Governo aceita este último aditamento mas não a extensão da isenção aos paços episcopais e às residências paroquiais, argumentando que «reconhecer um privilégio e quebrar o princípio constitucional da igualdade de todos perante o imposto», «chocaria a sensibilidade da opinião portuguesa que é, nesta matéria, muito melindrosa»<sup>1084</sup>.

No relatório da Sagrada Congregação, de 9 de Julho de 1938, intitulado «Algumas reflexões sobre o projecto de Concordata com Portugal», afirma-se:

É surpreendente que em Portugal, onde a Igreja foi tão depredada ao ponto de o Palácio presidencial ser um antigo convento não se queira conceder a isenção de taxas dos paços episcopais e residências episcopais<sup>1085</sup>.

Esta afirmação vai ser reiterada nas observações da Sagrada Congregação transmitidas ao núncio, embora aparentemente se reconheça, até porque o Cardeal Patriarca o terá confirmado junto da Santa Sé, «que a isenção de impostos tem qualquer coisa de odioso para a opinião pública». Para ultrapassar esta dificuldade, sugere-se que, em lugar de se falar de isenção para os «paços episcopais e para as residências episcopais», se considere que a isenção destas contribuições constitua uma «indenização parcial pelos bens eclesiásticos já em posse do Governo», num país onde «a Igreja não só nada recebe do Governo para a sustentação do culto e do clero, como acontece em tantos Estados, mas foi também espoliada de todos os seus bens». Neste relatório diz-se que o Patriarca terá aprovado a ideia. Caso o Governo não esteja de acordo, então «poder-se-á aceitar o artigo tal como proposto pelo Governo, fazendo porém notar que se trata de uma enorme concessão da Santa Sé».

Estas observações foram transmitidas pelo núncio a Teixeira de Sampaio a 9 de Setembro de 1938, que à margem do documento anota quanto a esta proposta: «a isca da

---

<sup>1083</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1084</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1085</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss. Trata-se provavelmente de uma referência ao Palácio de S. Bento.

indenização»<sup>1086</sup>. O núncio ter-lhe-á dito, «fora das negociações e como amigo de Portugal», que se desejava que a Concordata criasse «condições de paz e estas não se conseguirão se a pretensão não for satisfeita ou concedida alguma coisa equivalente». Se tal não acontecesse, «os bispos continuarão reclamando apesar da Concordata, e sustentarão um ambiente de mal-estar, não obstante Roma se manifestar satisfeita pelo próprio facto de assinar aquela»<sup>1087</sup>.

Salazar parece concordar com esta observação nos seus apontamentos de 15 de Setembro de 1938:

Isto deve ser verdade, e a insistência com que no caso me tem falado o Cardeal Patriarca, por pressão dos bispos, confirma absolutamente aqueles receios. Mas eu suponho que os descontentes da Concordata serão numerosos e não só por este caso mas por muito outros. Há entre nós o hábito de ser mais papista que o Papa.

É certo que os bispos, tendo a Igreja sido espoliada de muita coisa, agora não restituída, têm grande dificuldade de sustentar o clero, demais que as populações não têm entre nós o hábito de sustentar os párocos e são muito pobres para remunerarem suficientemente os serviços religiosos. Desta dificuldade advém serem um pouco insofridos nestas questões dos bens e isenções.

Deve porém considerar-se:

- a) a questão sob o aspecto económico ou financeiro não tem interesse decisivo para a Igreja e muito menos para o Estado, não sendo por isso o que principalmente nos importa;
- b) a questão foi sempre posta por nós no terreno de evitar para a Igreja a antipatia resultante dos regimes de excepção quanto a impostos, a que o nosso povo tem horror. No estado da nossa deseducação popular não convém à Igreja e seus serventuários se dê a impressão de que não estão como os outros sujeitos às leis tributárias quanto aos bens (residências)<sup>1088</sup>.

O Presidente do Conselho considera ainda inconveniente estabelecer-se uma ligação entre as isenções concedidas e a indenização pelos bens tomados. Embora considerasse possível estabelecer uma indenização em capital ou rendimento anual entregue à Igreja, considera que tal seria impolítico e perigoso. Para sustentar este argumento, invoca dois casos concretos, resolvidos pelo Estado aliás dentro das leis e da moral:

- a) O reforço da verba para aposentação dos párocos que se haviam endividado para pagar as cotas à Caixa e que o Estado não mandava aposentar nem reembolsar do que pagaram levantou tais protestos que a situação moralmente difícil para o Estado teve de ser esclarecida em nota oficiosa.

---

<sup>1086</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. núncio apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1087</sup> O Núncio recorre aqui ao uso estratégico da argumentação ao distinguir os Bispos e as suas pretensões da Santa Sé.

<sup>1088</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo núncio apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

b) O subsídio concedido pelo Fundo de Desemprego para o Seminário de Beja, apesar de ser a aplicação automática de leis existentes, criou dificuldades: o Patriarcado veio mesmo aos jornais declarar que nada havia recebido do Estado para os Olivais e para o Seminário de Almada.

Põe então a hipótese de «incluir no regime do artigo 6º [devolução de bens] alguns dos valores em poder da Comissão da Lei de Separação e cujo rendimento é aplicado a obras tutelares de menores», mas diz desconhecer se todos os rendimentos estão cativos para obras a funcionar e considera que de momento não é possível tomar posição favorável a este respeito<sup>1089</sup>.

Pode pensar-se que a «isca das indemnizações» tenha sido lançada pelo Arcebispo de Évora, já que este, a 6 de Maio de 1938, enviara uma carta directamente à Secretaria de Estado nos seguintes termos:

Soube em Lisboa, e por que via que não me obriga a reserva, que correm agora entre a Santa Sé e o governo negociações para a Concordata, e eu não tenho senão de me alegrar com o facto.

Mas, porém, sofrendo como poucos os efeitos da espoliação infligida à Igreja pela Lei da Separação, veio-me à mente fazer a este respeito uma sugestão a Sua Eminência, que talvez não seja inútil.

Fala-se hoje muito em actos simbólicos em diplomacia, e ocorre-me que também na Concordata poderiam ser incluídos alguns actos simbólicos, que seriam ao mesmo tempo o reconhecimento dos gravíssimos danos causados à Igreja pelo sequestro dos seus bens e uma pequena reparação destes danos.

Que significado teria, por exemplo, um milhão de escudos pagos a cada diocese? Há dez anos que o orçamento de Estado encerra com um excedente de várias centenas de milhões, e as dioceses portuguesas do continente europeu e das ilhas (Madeira e Açores) são dezasseis e eram catorze no tempo da separação. Não falo das dioceses das colónias, porque para essas é o orçamento de Estado generoso.

Temos de considerar que o Estado ainda está na posse de muitos edifícios e terrenos que roubou a Igreja e mantém intactos, aplicando-os a outros fins, o património em títulos de venda pública confiscado a várias entidades eclesásticas e religiosas da [?] Lei da Separação<sup>1090</sup>.

---

<sup>1089</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo núncio apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1090</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 251-254.

Na *Nota explicativa da posição do Governo português*, insiste-se na redacção que se propusera anteriormente (28 de Março de 1939)<sup>1091</sup>. No final, a doutrina expressa inicialmente pelo Governo português acabará por vingar.

A propósito dos artigos respeitantes aos bens da Igreja, o Cardeal Patriarca afirmará: «quanto pesa a Concordata no Orçamento português, desde já se responde francamente com esta seca palavra: nada!». Na opinião deste, embora o Estado reconhecesse à Igreja «a propriedade dos bens que ela de facto conserva», após a Concordata a Igreja subsistiria apenas graças à generosidade espontânea dos seus fiéis, dado que o Estado se negava a sustentar os ministros do culto, bem como a indemnizá-la pela propriedade eclesiástica que a República se apropriara. Por isso, afirmará que «é a Concordata em que a Santa Sé vai mais longe em concessões»<sup>1092</sup>. Como diz o parecer da Câmara Corporativa, de 23 de Maio de 1940, «neste domínio não é de admirar a generosidade do Estado, mas antes o alto espírito de renúncia que por parte da Igreja a Concordata revela»<sup>1093</sup>.

Mas certas medidas menos favoráveis parecem antes significar que o Governo não queria consagrar num acordo internacional benesses que podia ir concedendo através da legislação interna. Tanto assim é que, a 6 de Abril de 1931, quando a Nunciatura compra um edifício para melhorar as suas instalações, o representante da Santa Sé é informado, em visita ao ministro dos Negócios Estrangeiros, que o ministro das Finanças, Oliveira Salazar, isentará aquela do pagamento de contribuição predial<sup>1094</sup>. Muitos outros exemplos poderiam ser aqui invocados, como acontece com a colaboração técnica e financeira do Governo na construção do Santuário de Fátima.

Contudo, parece certo que os eclesiásticos em Portugal não estão isentos do imposto de prestação de trabalho, a julgar por uma notícia publicada no *Diário de Notícias*, de 8 de Setembro de 1949:

A Procuradoria-Geral da República foi ouvida sobre se os eclesiásticos devem considerar-se obrigados ao pagamento do imposto de prestação de trabalho ou se estarão antes isentos dessa obrigação, por efeito do disposto no artigo 8º da Concordata entre Portugal, e a Santa Sé. Num extenso parecer ontem publicado no *Diário do Governo*, a Procuradoria esclarece que os eclesiásticos não estão, pelo exercício do seu «múnus espiritual» isentos daquele imposto.

---

<sup>1091</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1092</sup> «Observações ao Projecto de Concordata da autoria do Cardeal Cerejeira», ANTT, AOS/CO/NE -29ª (pt. 8, fl. 391).

<sup>1093</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 88, 23 de Maio de 1940, p. 60-61.

<sup>1094</sup> Diário de Beda Cardinale enquanto Nuncio na Argentina em Portugal.

O regime da Concordata portuguesa é bem distinto das soluções consagradas nas concordatas italiana e espanhola. Na Concordata italiana, os salários dos eclesiásticos são isentos de algumas taxas, da mesma forma que os funcionários públicos o eram, e as instituições eclesiásticas gozam também de privilégios fiscais, e o Estado comprometia-se a contribuir para o orçamento do culto<sup>1095</sup>. Acresce ainda que, além da Concordata, os Acordos de Latrão instituíram um acordo financeiro com o objectivo de estabelecer compensações pela perda dos Estados pontifícios decorrente da unificação italiana – o Estado ficava obrigado a pagar à Santa Sé 1.750 milhões de liras. Já a Concordata espanhola determinava que o Estado pagaria os salários aos padres e religiosos, uns e outros isentos de impostos, e subsidiaria a reconstrução da propriedade da Igreja destruída na Guerra Civil. Estavam ainda isentos de contribuições e impostos de índole estatal ou local:

- a) As igrejas e capelas destinadas ao culto, assim como os edifícios e locais anexos destinados ao seu serviço ou à sede de associações católicas;
- b) As residências dos bispos, dos clérigos e sacerdotes com cura de almas, sempre que o imóvel seja propriedade da Igreja, compreendidos também os passais, jardins, etc.;
- c) Os locais destinados aos escritórios da Cúria diocesana e aos escritórios paroquiais;
- d) As casas das Ordens, Congregações e Institutos religiosos e seculares canonicamente estabelecidos em Espanha;
- e) Os colégios ou outros centros de ensino, dependentes da hierarquia eclesiástica, que tenham bons professores;
- f) As universidades eclesiásticas e os seminários destinados à formação do clero;
- g) Os objectos destinados ao culto;
- h) A publicação de instruções, cartas pastorais, boletins diocesanos e outros documentos das autoridades eclesiásticas competentes referentes ao governo espiritual dos fiéis e a sua fixação em lugares públicos;
- i) As doações, legados ou heranças destinados à construção de edifícios de culto católico ou de casas religiosas;
- j) As dotações de culto e clero;
- k) O exercício do ministério sacerdotal.

Estes benefícios concedidos à Igreja Católica em Espanha tinham antecedentes: uma lei de 9 de Novembro de 1939 restaurava integralmente o orçamento de culto, o que era justificado pela espoliação do património da Igreja feita pelos governos liberais<sup>1096</sup>; outra, de 1 de Janeiro de 1942, restituía-lhe a propriedade de certos bens; outra ainda, de 11 de Maio do mesmo ano declarava de utilidade pública a reconstrução de certos mosteiros e conventos.

---

<sup>1095</sup> D. A. Binchy, *Church and State in Fascist Italy*, p. 383-386.

<sup>1096</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste*, p. 93.

Para ilustrar a diferente natureza da situação espanhola, leia-se um excerto da supracitada lei de 1939:

O Estado espanhol, consciente de que a sua unidade e a sua grandeza assentam nos alicerces da fé católica, inspiradora suprema das suas empresas imperiais, e desejoso de mostrar uma vez mais de uma maneira prática a sua adesão à Igreja, assim como de reparar rapidamente a iníqua espoliação que os Governos liberais fizeram do seu património ao consumir aquele sacrílego despojo, que um dos mais insignes publicista denominou «imenso latrocínio», propõe-se por esta lei render o tributo devido ao abnegado clero espanhol [...] que [na Cruzada] soube espiritualizar ainda mais a glória das nossas armas com o exemplo das suas virtudes heróicas, como nunca destacadas por aqueles que, no seu ódio a qualquer coisa verdadeiramente espanhola e católica, encontraram nas proximidades dos nossos altares as suas vítimas preferidas<sup>1097</sup>.

A situação criada, quer pela legislação interna, quer pela Concordata espanhola só seria alterada no Acordo sobre Assuntos Económicos, de 3 de Janeiro de 1979, em que as disposições atrás referidas foram substituídas por uma norma na qual o Estado se comprometia a colaborar no sustento da Igreja Católica, mas com respeito pelo princípio da liberdade religiosa.

Assim, embora já se tenha afirmado que «a Concordata de 1940 foi sobretudo um acordo financeiro entre o Estado Português e a Santa Sé», outros haverá, como o espanhol e o italiano, que foram consideravelmente mais favoráveis à Igreja. Tal não quer dizer que «nada se dá», como opinava o Cardeal Cerejeira, pois até aí os bens da Igreja estavam apenas na sua posse na qualidade de usufrutuária; a Concordata devolver-lhe-á a propriedade plena.

#### 5.1.4 GARANTIAS QUANTO AO CLERO E REGIME DAS PESSOAS ECLESIASTICAS

GP/PO – artigo 9º- Os bispos residenciais e seus coadjutores, os párocos, os reitores dos seminários e, em geral, os directores ou superiores de instituições ou associações com personalidade jurídica deverão ser cidadãos portugueses.

TD – Idem – Os arcebispos e bispos residenciais, seus coadjutores *cum jure successionis* e auxiliares, os párocos, os reitores dos seminários, e, em geral, os directores ou superiores de instituições ou associações dotadas de personalidade jurídica com jurisdição em uma ou mais províncias do país, deverão ser cidadãos portugueses.

Quanto à obrigatoriedade da nacionalidade portuguesa do clero, que era já um costume na metrópole<sup>1098</sup>, a Santa Sé solicita, relativamente à proposta do Governo, que em vez de

<sup>1097</sup> José Andrés-Gallego, Antón M. Pazos, *La Iglesia en la España contemporánea, 1936-1999*, vol. 2. Madrid: Ediciones Encuentro, 1999, p. 66.

<sup>1098</sup> Manuel Saturnino da Costa Gomes, «Nomeação de párocos e de bispos». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 167-183.

«coadjutores» se diga «coadjutores *cum iure successionis*»<sup>1099</sup>. Pretende-se ainda que se faça uma menção directa aos superiores provinciais das ordens religiosas, de modo a que a exigência de nacionalidade portuguesa não abranja os simples superiores ou directores das casas.

Mário de Figueiredo opõe-se a esta última modificação, nas suas observações manuscritas às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Não por razões jurídicas, mas «por motivos de carácter político». Discorda ainda da inclusão dos «coadjutores *cum iure successionis*», pois parece implicar a exclusão de obrigatoriedade da nacionalidade portuguesa relativamente aos coadjutores dos bispos<sup>1100</sup>. O nuncio irá esclarecê-lo que os coadjutores são sempre «*cum jure successionis*»; existem depois os auxiliares e, se se quisesse abranger estes últimos, dever-se-ia acrescentar uma menção expressa aos mesmos. Quanto à referência aos superiores provinciais, o nuncio vai explicar que «a experiência de certas dificuldades leva a Igreja a reclamar a possibilidade de serem estrangeiros os superiores das casas, embora devam ser sempre nacionais os superiores provinciais». O que a Santa Sé pretende é uma fórmula «mais elástica», «capaz de admitir aquela possibilidade»<sup>1101</sup>.

O Governo português, examinando as modificações propostas pela Santa Sé, redige a norma de modo a que os bispos auxiliares devam ter também a nacionalidade portuguesa, pois não pode aceitar como auxiliar de um bispo português uma pessoa que o não seja. Para que a redacção abarque os superiores provinciais altera a referência antes feita para: «os directores ou superiores de instituições ou associações dotadas de personalidade jurídica com jurisdição em uma ou mais províncias do país deverão ser cidadãos portugueses».

Num relatório dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, com data de 9 de Julho de 1938, aceita-se a proposta do Governo, até porque este não nomeia os administradores apostólicos<sup>1102</sup>. Ora, como essa Congregação transmitira ao nuncio, a 30 de Agosto, esta «é uma dimensão favorável à Igreja e não convém revelá-la, se bem que seja muito difícil que se

---

<sup>1099</sup> O bispo-coadjutor é nomeado para ajudar ou substituir um bispo, com direito de sucessão. Vagando a Sé episcopal o coadjutor torna-se diocesano.

<sup>1100</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1101</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1102</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.



dê o caso de se nomear um administrador apostólico estrangeiro»<sup>1103</sup>. A redacção do Governo será então aceite.

GP/PO – artigo 10º – A Santa Sé, antes de proceder à nomeação de qualquer Arcebispo ou Bispo residencial, ou de coadjutor *cum iure successionis* e salvo o que está disposto na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo português, a fim de saber se contra ela há objecções de carácter político geral. O silêncio do Governo será tido, decorridos 30 dias sobre a referida comunicação, como significativo de que não há objecção. Estas diligências deverão manter-se rigorosamente secretas até à nomeação.

TD – Idem – A Santa Sé, antes de proceder à nomeação dum Arcebispo ou Bispo residencial, ou de coadjutor *cum iure successionis* e salvo o que está disposto na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, comunicará o nome da pessoa escolhida ao Governo português, a fim de saber se contra ela há objecções de carácter político geral. O silêncio do Governo decorridos 30 dias sobre a referida comunicação, será interpretado no sentido de que não há objecções. Todas as diligências previstas neste artigo ficarão secretas.

Esta disposição não sofrerá alterações ao longo das negociações oficiais. Trata-te de uma norma de enorme importância política para o Governo português.

De acordo com o Código de Direito Canónico de 1917, só à Santa Sé cabe a nomeação dos bispos. Mas, tendo em vista a celebração das concordatas, a Santa Sé, numa tentativa de conciliar o Direito Canónico com a intervenção do poder temporal, reconhece aos Estados o direito de pré-notificação, ainda que, «mesmo que o parecer deste seja desfavorável, ela pode nomear a pessoa indicada, pois a opinião do Governo de modo nenhum equivale a um veto ou a um *agrément* ou consentimento»<sup>1104</sup>. Assim, na Concordata italiana o artigo que diz respeito à nomeação dos bispos começa com o reconhecimento de que é à Santa Sé que cabe a escolha dos arcebispos e bispos, embora se diga também que, após a nomeação, o nome da pessoa seleccionada deve ser comunicado ao Governo italiano para se apurar se existem ou não objecções de natureza política<sup>1105</sup>. A mesma fórmula é adoptada na Concordata portuguesa, embora a italiana acrescente que o bispo provido deve jurar fidelidade ao rei e ao Estado. A questão do juramento dos bispos surge nos primeiros projectos portugueses de Concordata, mas foi abandonada, quer pelo Governo, quer pela Santa Sé. Note-se, no entanto, que este será adoptado na Concordata espanhola de 1953, que para o efeito se socorreu da fórmula italiana, sendo uma disposição que já constava da Concordata de 1851 celebrada entre Bento XIV e Fernando VI. O Estado espanhol, ao contrário da Santa Sé, considerava que esta prerrogativa tinha sido reposta em vigor pelo acordo celebrado entre o Governo espanhol e a

<sup>1103</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Nuncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1104</sup> Manuel Saturnino da Costa Gomes, «Nomeação de párocos e de bispos». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 184.

<sup>1105</sup> D. A. Binchy, *Church and State in Fascist Italy*, p. 373. Este direito só seria abolido da Concordata italiana no acordo com a Santa Sé de 18 de Fevereiro de 1984.

Santa Sé, a 7 de Junho de 1941. Constituindo este um dos privilégios regalistas da Coroa de Espanha, a fórmula do juramento de fidelidade era a seguinte:

Perante Deus e os Santos Evangelhos, juro e prometo, como cabe a um Bispo, fidelidade ao Estado espanhol.

Juro e prometo respeitar e fazer que o meu clero respeite o Chefe de Estado espanhol e o Governo estabelecido segundo as leis espanholas.

Juro e prometo, ainda, não tomar parte em nenhum acordo nem assistir a nenhuma reunião que possa prejudicar o Estado espanhol e a ordem pública, e que farei observar ao meu clero igual conduta. Preocupando-me com o bem e o interesse do Estado espanhol, procurarei evitar todo o mal que possa ameaçá-lo<sup>1106</sup>.

A Santa Sé, por alturas da negociação da Concordata com Espanha, tentou abolir o juramento dos bispos, argumentando que, depois do Acordo de Junho de 1941, «não existiam dúvidas de que daí em diante a nomeação dos bispos deveria ser regulada exclusivamente pelas normas que foram fixadas de comum acordo nesse convénio», chegando mesmo a invocar o exemplo de Portugal, onde não existia tal juramento. Mas o Governo não se conformava que se negasse a Espanha o que fora concedido a Itália e entendia que o direito tradicionalmente existente em Espanha continuava em vigor em tudo quanto não tivesse sido alterado no convénio de 1941<sup>1107</sup>. A Santa Sé haveria de ceder a troco do reconhecimento de que o direito de Padroado erigido antes do convénio de 1941 tinha caducado e que o estabelecimento da lista dos seis nomes propostos pelo Governo para que a Santa Sé escolhesse os bispos teria de ter a participação do núncio. Esta última determinação constitui um dos passos para o complexo preenchimento das dioceses vacantes em Espanha.

A forma de nomeação dos bispos não foi uma questão pacífica nas negociações com o Estado espanhol. Contrariando a vontade do regime franquista, a Santa Sé opôs-se inicialmente à renovação do privilégio de apresentação que desde há séculos a Coroa espanhola possuía:

O direito de apresentação fora concedido aos reis católicos, a um Estado confessional e carecia de sentido em outras circunstâncias. Em face deste possível argumento, o novo Estado espanhol invocava a sua afirmação de confessionalidade católica e a sua intenção de restaurar todos os valores e instituições religiosas tradicionais<sup>1108</sup>.

---

<sup>1106</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 9183.

<sup>1107</sup> Antonio Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco (1936-1945)*, p. 297-300.

<sup>1108</sup> José Giménez y Martínez de Carvajal no pref. à obra de Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco (1936-1945)*, p. 17.

Franco queria a todo o custo manter o estatuto que o Estado espanhol gozara até 1931<sup>1109</sup>, momento em que foi revogada a Concordata de 1851 – nesta, salvaguardaram-se os direitos estabelecidos pelas concordatas anteriores, entre as quais a de 1753, que conferia ao monarca o direito de nomear os bispos: o rei apresentava três candidatos e o papa aceitava um deles. O Caudilho não cedeu, declarando que aquilo que tinha sido atribuído aos reis católicos não podia ser recusado a um governo que se proclamava herdeiro da mesma tradição e que o governo da República era ilegítimo porque anti-espanhol e, por consequência, os seus actos eram nulos. Com a manutenção deste privilégio, Franco pretendia que a renovação do episcopado contribuísse, quer para fortificar a interdependência e a harmonia entre a acção da Igreja e do Estado, quer para reduzir o espírito autonomista através da escolha de bispos que contrariassem tais pretensões<sup>1110</sup>. O regime «desejava um Estado confessional, mas não tinha a menor intenção de permitir que a hierarquia ou o Vaticano interferissem “demasiado” nos seus planos de reorganização política e social do país»<sup>1111</sup>. Como explicará Bernard Hardion, ministro de França em Madrid, ao seu ministro dos Assuntos Estrangeiros, «Franco, invocando a tradição e as necessidades políticas, procurava sobretudo assegurar um episcopado devotado à sua causa»<sup>1112</sup>.

A fórmula encontrada, que reproduz a convenção assinada entre os dois poderes a 7 de Junho de 1941, consiste no estabelecimento conjunto entre o Governo espanhol e o núncio de uma lista de seis pessoas que seria enviada à Santa Sé. Entre os nomes propostos, a Santa Sé escolheria três, comunicando-os ao Governo, o qual, dentro de 30 dias, apresentaria oficialmente a sua escolha. Mas se o Papa não aceitasse nenhum dos nomes, ou parte deles, formulava uma outra lista com três nomes e o Governo escolheria um deles (artigo 6º)<sup>1113</sup>. Se o Governo tivesse objecções de carácter político relativamente a algum dos novos nomes, transmiti-lo-ia à Santa Sé. Se o Governo não respondesse até 30 dias depois da comunicação, entendia-se que não existiam objecções. Se existissem objecções, continuariam as negociações<sup>1114</sup>. Foi assim que a Santa Sé acabou por conseguir, em parte, o fim do Padroado

---

<sup>1109</sup> A constituição promulgada em Dezembro de 1931 estabelecia um regime laicista incompatível com a Concordata de 1851.

<sup>1110</sup> António Matos Ferreira, «Le christianisme dans l'Europe de la première moitié du XXe siècle. II. La péninsule ibérique». In *Histoire du Christianisme*, p. 432.

<sup>1111</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España (1875-2002)*, p. 297.

<sup>1112</sup> Relatório de 6 de Fevereiro de 1946. Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1944-1949, Espagne, 63, fl. 44.

<sup>1113</sup> Os primeiros cinco artigos deste acordo dizem respeito ao procedimento a seguir para a nomeação dos bispos.

<sup>1114</sup> Antonio Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco*, p. 291-292.

espanhol, mas Franco, em contrapartida, conseguiu encontrar um processo de manter a hierarquia católica fiel ao seu regime:

Calculara-se e escrevera-se que dos quarenta e oito bispos que havia em Espanha no momento da assinatura do acordo [de 1941] metade tinha sido nomeado durante a Monarquia e a outra metade durante a República. Franco aspirava a ter também uma hierarquia afectada e não hesitava em esperar até que tal direito lhe fosse concedido<sup>1115</sup>.

O processo encontrado inspirou-se no disposto na Concordata austríaca de 1934 que determinava que, para a provisão do arcebispado de Salzburgo (artigo 4º), a Santa Sé designaria três candidatos e competiria ao cabido, por votação livre e secreta, escolher o novo Arcebispo. Com o método adoptado, como afirma Martínez de Carvajal,

O problema da nomeação dos bispos resolvia-se mediante uma fórmula híbrida e falha de precisão jurídica em que a iniciativa passa para a Igreja assim como a decisão final, mas na qual o Estado tem uma eficaz intervenção em virtude da qual podia, pelo menos, paralisar em grande parte o processo de nomeação<sup>1116</sup>.

Afirma-se que este procedimento de selecção foi obra pessoal de Pio XII e «dava garantias suficientes à Santa Sé sobre a idoneidade dos candidatos»<sup>1117</sup>. A Igreja dificilmente podia adiar mais a resolução de tal questão, pois no ano de 1941 eram vinte as dioceses vacantes em Espanha (entre mortes naturais e assassinatos de bispos).

Porém, importa sublinhar que este sistema abria uma excepção à prevalência do Direito Canónico, atribuindo ao Estado um papel importante no processo de decisão. Mas havia uma possibilidade de fuga, pois o Governo não intervinha na nomeação dos bispos auxiliares e dos administradores apostólicos (que dirigiam as dioceses temporariamente). Atente-se numa nota do Ministério da Justiça para o Ministério dos Assuntos Exteriores de Espanha, «acerca de questões que estão em negociação com a Santa Sé sobre a Concordata», datada de 4 de Outubro de 1955, no momento em que se discutia a aplicação do acordo (para a qual fora criada uma comissão):

O Ministério da Justiça enviou um Pró-Memoria à Nunciatura Apostólica [em Março de 1954] em que se indicava que se considerava conveniente limitar quanto possível a nomeação de novos Bispos Auxiliares, e os que forem nomeados o sejam com o conhecimento do Governo, com o objectivo de cumprir a prática tradicional seguida na nossa Pátria.

---

<sup>1115</sup> José Andrés-Gallego e Antón M. Pazos, *La Iglesia en la España contemporánea. 1936-1999*, p. 49.

<sup>1116</sup> José Giménez y Martínez de Carvajal no pref. à obra de Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco*, p. 21.

<sup>1117</sup> Antonio Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco*, p. 291. Ver também Guy Hermet, *Les catholiques dans l'Espagne franquiste*, p. 216.

Não se recebeu a resposta da Nunciatura a este Pró-Memoria<sup>1118</sup>.

Desde a celebração da Concordata de 1953, a Santa Sé nomeava bispos auxiliares sem consulta e conhecimento prévios do Governo. Este, como se viu, apelava ao «critério tradicional da nossa pátria [que consiste em] solicitar previamente ao Governo o “Nulla Obstat”». Acrescentava-se ainda que a multiplicidade destas nomeações «pode pôr em perigo o normal exercício do direito de apresentação do Chefe de Estado pois, «quando por falecimento do bispo residencial ou por alguma outra causa fica vaga a diocese, a situação do bispo auxiliar torna-se, pelo menos, anómala. E esta situação só pode desembocar em duas soluções: ou se o nomeia bispo residencial de essa ou outra diocese vagante ou fica a ocupar um posto inadequado»<sup>1119</sup>. A Santa Sé ignora as reclamações do Estado espanhol quanto a este assunto, o que é tanto mais importante quanto, nos anos sessenta, no momento em que as relações entre a Igreja e o Estado se deterioraram, foram os bispos auxiliares que conduziram o episcopado espanhol a mudar de atitude relativamente ao franquismo.

Saliente-se ainda que, na Primavera de 1969, Paulo VI escreveu a Franco solicitando a renúncia do Estado espanhol ao direito de apresentação para a provisão de sedes episcopais, ao que o ditador terá respondido que o seu Governo estava disposto a rever este artigo, embora desejasse uma revisão da Concordata no seu conjunto<sup>1120</sup>. A este respeito, é interessante lembrar o empenho de Oliveira Salazar em não permitir a subsistência de anacronismos no texto concordatário, e também por isso a «sua» Concordata vigorou até 2004.

A Concordata italiana de 1984 eliminou o controlo do Estado sobre a nomeação dos bispos e o juramento dos bispos ao chefe de Estado, o qual fora copiado da Concordata napoleónica. De acordo com Margiotta Broglio, os bispos estavam de tal modo habituados ao juramento que se interrogavam: porque razão os seus predecessores foram recebidos no Quirinal e eles não? <sup>1121</sup>

GP/PO – artigo 11º – No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam da protecção do Estado nos mesmo termos que as autoridades públicas.

TD – Idem – No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam da protecção do Estado, nos mesmos termos que as autoridades públicas.

---

<sup>1118</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10.096I.

<sup>1119</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10.096I.

<sup>1120</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10092.

<sup>1121</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 100-101.

Quanto à protecção dos eclesiásticos por parte do Estado, a Lei da Separação já estipulava:

- 1) A injúria ou a ofensa cometida contra um ministro de qualquer religião, no exercício ou por ocasião do exercício legítimo do culto, será considerada crime público e punida com as penas que são decretadas para os mesmos crimes quando cometidos contra as autoridades públicas (artigo 12º);
- 2) Aquele que por actos de violência perturbar ou tentar impedir o exercício legítimo de culto de qualquer religião será condenado, na pena de prisão correcional até um ano, e na multa, conforme a sua renda, de três meses a dois anos (artigo 11º).

Esta norma, que se encontra também nas concordatas polaca, alemã e austríaca<sup>1122</sup>, não será objecto de discussão entre a Santa Sé e o Governo português, sendo de imediato aceite pelas partes.

Actualmente, alguns consideram que, com esta determinação, a Igreja se colocava sob a protecção do Estado, isto é, que este preceito «envolve uma intervenção do Estado na vida interna da Igreja Católica»<sup>1123</sup>. Outros entendem que este artigo permite obstar a «desacatos aos actos de culto, oposição a procissões ou peregrinações, impedimento de um eclesiástico de exercer o seu ministério em certo lugar»; assim, «o interesse em causa merece a tutela do Estado “nos mesmos termos” que o exercício da autoridade pública»<sup>1124</sup>. Ora, este último argumento não invalida o segundo.

GP/PO – artigo 12º – Os eclesiásticos não podem ser compelidos pelos magistrados ou outras autoridades a depor sobre factos de que tenham tido conhecimento sob o segredo inerente ao seu ministério.

TD – Idem – Os eclesiásticos não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do sagrado ministério.

O Cardeal Patriarca considera a norma correspondente à doutrina consagrada no artigo 8º, nº 3 da Constituição de 1933:

---

1122 Polónia, art. 5º – Os eclesiásticos gozarão no exercício do seu ministério de uma protecção jurídica especial. Alemanha, art. 4º – No exercício das suas actividades clericais os clero gozam da protecção do Estado da mesma forma que os funcionários públicos. Em conformidade com as disposições gerais do direito civil, o Estado irá agir contra qualquer insulto às suas pessoas ou à sua capacidade clerical, bem como contra qualquer interferência com os deveres do seu cargo e, se necessário, providenciará protecção oficial.

Áustria, art. 1º, § 3 – No cumprimento de seus deveres eclesiásticos oficiais, os clérigos têm direito à protecção do Estado.

<sup>1123</sup> Jorge, Miranda, «A Concordata e a ordem constitucional portuguesa». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 83.

<sup>1124</sup> João Maria da Costa Seabra, «Liberdade Religiosa e Concordata». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 111.

Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: a liberdade e inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

Constava este preceito das concordatas italiana e germânica<sup>1125</sup>. Na sua apreciação do projecto oficial do Governo português, Monsenhor Colonna irá sugerir que em vez de se dizer «sob o segredo inerente ao seu ministério», expressão passível de interpretações subjectivas, seria oportuna uma frase mais compreensiva e mais segura: «por razões do seu ministério». Por sua vez, no relatório oficial da Santa Sé em resposta ao projecto do Governo, diz-se que seria preferível utilizar a expressão «inquiridos» em lugar de «compelidos», tal como constava das concordatas citadas. Os cardeais da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários pediram ainda outra alteração: em face dos recentes acontecimentos na Alemanha, onde a polícia confiscou correspondência na residência episcopal, em Berlim, «que tinha por objecto coisas puramente de consciência», a Santa Sé apresentou as suas reclamações, tendo o Governo germânico respondido que o artigo 9º proibia apenas a inquirição de informações da parte dos magistrados ou outras autoridades.

Assim sendo, para evitar situações análogas, sugere-se uma redacção que acautele explicitamente «a violação do segredo para todos os documentos respeitantes ao ministério espiritual», e que a frase «sob o segredo inerente ao seu ministério» seja substituída por uma outra, «mais abrangente e menos sujeita a contestação: “por razões do sacro ministério”», como sugerira Colonna. Esta é, aliás, a fórmula adoptada na Concordata italiana. Em consonância com esta perspectiva, a contraposta apresentada ao Governo português, a 21 de Outubro de 1937, irá apresentar a seguinte redacção:

Os eclesiásticos não podem ser intimados pelos magistrados ou outras autoridades a depor sobre factos de que tenham tido conhecimento por motivo do sagrado ministério. Em geral, nada será feito ou permitido pelas autoridades civis que represente ou importe a violação do segredo de coisas respeitantes ao ministério espiritual<sup>1126</sup>.

---

<sup>1125</sup> Itália, art. 7º – Aos eclesiásticos não pode ser exigido pelos magistrados ou outras autoridades que dêem informações relativas às pessoas ou matérias de que tenham tido conhecimento por motivo do seu sagrado ministério.

Alemanha, art. 9º – Ao clero não pode ser exigido pelas autoridades judiciárias ou outras que dê informações sobre questões que lhes foram confiadas no âmbito da sua actividade pastoral, e que, portanto, estão abrangidas pela obrigação de sigilo pastoral.

<sup>1126</sup> AHD-MNE, Correspondência sobre a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, 2P, A13, CX. 1010.

Nas observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé dir-se-á que a redacção do Governo «é melhor e tem tudo o que tem a proposta» mas que se pode adoptar esta<sup>1127</sup>. O nuncio dirá a Figueiredo que a Santa Sé achou por bem modificar a redacção deste parágrafo de modo a evitar que fossem «devassados os documentos que continham alguns segredos mais graves que os de confissão». Os eclesiásticos na Alemanha não foram compelidos, pois tinham sido as próprias autoridades a apoderarem-se dos arquivos. E reitera o pedido de substituição da palavra «compelidos», que se achou «muito dura», por «intimados»<sup>1128</sup>.

Depois do exame das sugestões da Santa Sé, a 11 de Maio o Governo português faz a sua contraproposta: «compelidos» é substituído por «perguntados», que é corrente na legislação do Estado português, ao contrário de «intimados», que «repugna à nossa técnica legislativa»; também se eliminaram as palavras «a depor». Afirma-se ainda que não é possível aceitar a substituição da frase «sob segredo inerente ao seu ministério» pela outra: «por motivo do sagrado ministério». Isto porque os eclesiásticos devem poder ser perguntados sobre factos que «tenham conhecimento por ocasião do exercício do seu ministério, mas relativamente aos quais não estejam presos pelo segredo inerente ao seu ministério». Também se rejeita o aditamento «Em geral, nada será feito ou permitido pelas autoridades civis que represente ou importe a violação do segredo de coisas respeitantes ao ministério espiritual» – «aceitá-lo significaria instituir uma espécie de extra-territorialidade para todas as casas onde estivessem instalados serviços da Igreja ou mesmo onde habitassem simplesmente eclesiásticos», tanto mais que, em Portugal, «nem mesmo os escritórios de advogados, obrigados ao segredo profissional, estão isentos de varejo policial ou judicial». O Governo faz notar ainda que este aditamento não existia no anteprojecto da Santa Sé<sup>1129</sup>.

Num relatório da Sagrada Congregação apresentam-se as seguintes considerações: 1) «o legislador português parece ter formulado um falso dilema: uma coisa é o motivo, outra é ocasião, e outra ainda é o segredo»; 2) dado o que aconteceu na Alemanha seria desejável o

---

<sup>1127</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1128</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1129</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).



dito aditamento, mas tal não parecia fácil de aceitar por parte do Governo português porque não se encontra nas concordatas do pós-guerra<sup>1130</sup>.

O nuncio é instruído no sentido de insistir para que se adopte o artigo 7º da Concordata com a Itália, que se considera bem redigido. Quanto ao aditamento, a Santa Sé explica que, embora, de facto, não existisse no projecto primitivo, fora introduzido «depois da triste experiência recentemente ocorrida na Alemanha, e por isso se deve manter». Os cardeais da Sagrada Congregação terão todos considerado «indecorosa» a comparação entre o segredo eclesiástico por delicadas questões de consciência e aqueles dos escritórios de advogados<sup>1131</sup>.

Deste modo, o nuncio participa a Teixeira de Sampaio que a Santa Sé insiste na sua proposta e «salienta-se a particularidade do segredo dos eclesiásticos nas delicadíssimas questões de consciência, segredo que não se pode comparar com outro e muito menos com o dos consultórios dos advogados». O nuncio chamou ainda a atenção para a diferença entre «por motivo» e «por ocasião» (assim um crime praticado na presença do sacerdote quando se encontrasse a administrar um sacramento estaria fora do alcance da disposição). Disse ainda que o segredo não é apenas o da confissão mas aquele necessário ao exercício do múnus sacerdotal<sup>1132</sup>.

Para sair deste impasse, Oliveira Salazar reflecte sobre a possível aproximação da fórmula portuguesa à fórmula da Concordata italiana. Quanto ao aditamento, o Presidente do Conselho diz que se trata de uma redacção acrescentada para evitar casos como o alemão, mas tal «não tem precedente em Portugal»<sup>1133</sup>.

Num documento da Santa Sé interpreta-se esta atitude da seguinte forma: Quer-se tutelada rigorosamente e em todos os casos o segredo da confissão<sup>1134</sup>.

A 28 de Março de 1939, o Governo diz que o mais que poderá fazer é aceitar a substituição da frase final «sob segredo inerente ao seu ministério» por «por motivo do

---

<sup>1130</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1131</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Nuncio). ASV, AES – Portugal, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1132</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Nuncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1133</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1134</sup> Relatório da Santa Sé de 8 de Março, de autor não identificado. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 180-189.

sagrado ministério – estabelecendo-se, desta forma, uma disposição de conteúdo idêntico à da Concordata italiana»<sup>1135</sup>.

A Santa Sé contrapõe uma nova redacção, a 12 de Junho de 1939:

Os magistrados não podem fazer perguntas ou pesquisas junto dos eclesiásticos a respeito de coisas de que estes tenham tido conhecimento por motivo do sagrado ministério<sup>1136</sup>.

A 4 de Julho de 1939, o Governo português responde a este documento fazendo notar, por um lado, que a redacção do Governo dá satisfação aos antigos desejos da Santa Sé, sendo fundamentalmente idêntica às Concordata italiana e alemã<sup>1137</sup>, e por outro, que já se afirmara que «não podia ser aceite a alínea que, em aditamento, a Santa Sé sugeria na sua nota de 21 de Outubro de 1939», pelo que também não aceitará que essa alínea seja substituída pela palavra «pesquisas»:

Ora, ou com esta palavra se quer significar o mesmo que se dizia naquela alínea e então não pode ser aceite, pelas razões expressas naquela nota explicativa; ou se quer significar, não a extraterritorialidade de todas as cúrias e arquivos eclesiásticos, mas só o carácter secreto dos papéis que, contendo factos de que houve conhecimento por motivo do sagrado ministério, deviam ser respeitados como os conhecidos por forma não escrita<sup>1138</sup>.

O Governo concorda com a doutrina expressa no final deste parágrafo, mas «simplesmente não descobre processo prático de tornar efectivo o princípio, a não ser a extraterritorialidade que, por ultrapassar muito o princípio, não pode aceitar». Além do que «não há memória de, em Portugal, alguma vez se terem produzido circunstâncias que dêem qualquer valor prático ao acrescentamento sugerido»<sup>1139</sup>. A sugestão do Governo será então aceite a 21 de Novembro de 1939<sup>1140</sup>.

---

<sup>1135</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1136</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1137</sup> Itália, art. 7º – Os Eclesiásticos não podem ser compelidos pelos magistrados ou outras autoridades para dar informações relativas a pessoas ou questões de que tenham tido conhecimento por motivo do seu sagrado ministério.

Alemanha, art. 9º – Ao clero não pode ser exigido pelas autoridades judiciárias ou outras que dêem informações sobre questões que lhes foram confiadas no âmbito da sua actividade pastoral, que está, portanto, abrangido pela obrigação de sigilo pastoral.

<sup>1138</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1139</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1140</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

GP/PO – artigo 13º – Os eclesiásticos são dispensados da obrigação de assumir os cargos de jurados e membros de tribunais ou comissões de impostos, considerados incompatíveis com o estado sacerdotal.

TD – Idem – Os eclesiásticos são isentos da obrigação de assumir os cargos de jurados e membros de tribunais ou comissões de impostos e outros da mesma natureza, considerados pelo Direito Canónico incompatíveis com o estado eclesiástico.

No seu relatório oficial, de 30 de Agosto de 1937, a Santa Sé informa que pretende substituir a expressão «são dispensados» por «estão isentos» e prefere a indeterminação constante do seu projecto, no qual não é feita referência explícita aos cargos em causa. Pretende-se ainda que «estado sacerdotal» seja substituído por «estado eclesiástico». Assim, propõe-se:

Os eclesiásticos são isentos da obrigação de assumir ofícios ou cargos públicos que, nos termos do Direito Canónico, são incompatíveis com o estado eclesiástico<sup>1141</sup>.

Relativamente a esta fórmula, Mário de Figueiredo observa que «a redacção proposta é imprecisa porque, não determinando o Direito Canónico quais os cargos públicos incompatíveis com o estado eclesiástico, fica essa determinação ao arbítrio dos Bispos, tornando prováveis práticas divergentes e até injustificáveis, como já se tem verificado». Deve manter-se a do Governo<sup>1142</sup>. Tendo o jurisconsulto transmitido ao nuncio estes argumentos, o mesmo sugeriu que se adoptasse a fórmula das concordata polaca, austríaca ou alemã<sup>1143</sup>.

A 11 de Maio de 1938, a Santa Sé é informada de que a sua alteração não será aceite, mas que se admite uma redacção semelhante à das outras concordatas, «que claramente denuncie o carácter exemplificativo da enumeração». Não se pode deixar que sejam os bispos a definir as incompatibilidades porque, se assim for, como o Direito Canónico não define

---

<sup>1141</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1142</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1143</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Polónia, art. 5 – [...] Os Eclesiásticos estão isentos de todas as funções civis incompatíveis com a vocação sacerdotal, tais como as de jurados, de membros de tribunais, etc.

Alemanha, art. 6 – Os clérigos e membros de ordens religiosas estão isentos da obrigação de assumir cargos públicos que, de acordo com os ditames do Direito Canónico, são incompatíveis com o estatuto de um membro do clero ou de uma ordem religiosa. Isso aplica-se especialmente para o cargo de jurado, membro de comissões de impostos ou de um tribunal fiscal.

Áustria, art. 19º – Os clérigos e membros de ordens religiosas estão isentos do cargo de jurado.

quais os cargos incompatíveis com o estado eclesiástico, o mesmo cargo é considerado compatível numa diocese e incompatível noutra. Depois, não vê o Governo razão para que os eclesiásticos não possam ser membros dos Conselhos de Província e dos Conselhos Municipais, «cargos pouco absorventes e que se prendem com a vida e interesses locais, em que o padre pode desempenhar uma alta função de propugnador do bem comum» – o que já tem acontecido. Sendo assim, não se aceita a redacção proposta e sugere-se que se intercale no texto governamental, depois das palavras «comissões de impostos» estas – «e outros da mesma natureza»<sup>1144</sup>.

A 30 de Agosto, o núncio recebe instruções da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos para que se insista na palavra «eclesiástico» em vez de «sacerdotal» e na substituição da palavra «dispensados» por «isentos», tal como constava do artigo 4º da Concordata italiana. De acordo estas instruções, a vontade da Santa Sé será transmitida pelo núncio a Teixeira de Sampaio<sup>1145</sup>.

Salazar acabará por defender a proposta da Santa Sé quanto à palavra «dispensados», dizendo que esta «parece querer dizer que o Estado tem apenas que declarar uma situação existente por virtude de outros princípios que não são os das suas leis». Quanto à substituição da expressão «estado sacerdotal» por «estado eclesiástico» considera que é também de aceitar, «dado que a fórmula é mais correcta e mais harmónica com o sujeito da frase». Deste artigo da Concordata não decorreu a isenção da prestação de certos cargos políticos.

Aparentemente, os bispos – ou melhor, o bispo de Viseu<sup>1146</sup> – opunha-se a tal desempenho, como consta de uma carta a um sacerdote, datada 30 de Março de 1937:

Exmo. Senhor

Só agora estou um pouco livre para poder dar resposta a consultas e requerimentos que alguns sacerdotes como V. Rev. apresentaram a propósito de terem sido nomeados para funções públicas.

O caso não me parece carecer de esclarecimento para se perceber que vai de encontro a princípios assentes no Direito e de Disciplina eclesiástica. Que mais claro que o can. 121 do CDC em defesa e afirmação, e imunidades eclesiásticas? Os poderes públicos acostumaram-se a menosprezar e ignorar os privilégios clericais e alguns sacerdotes também vão crendo que os prescreveram ou há direito a renunciar a eles. Todavia é certo que os clérigos [estão isentos]

---

<sup>1144</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1145</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1146</sup> José da Cruz Moreira Pinto (1887-1964) – ordenado padre em Janeiro de 1910, foi nomeado bispo de Viseu a 9 de Maio de 1928.

de cargos e de ofícios civis públicos estranhos ao cargo eclesiástico (can. 121); e que a tais privilégios nenhum clérigo pode renunciar (Can. 123).

Quero crer pela nomeação de V. R<sup>a</sup> para conselheiro municipal se pretendeu dar-lhe prova de confiança e porventura de estima. Mas um sacerdote, reconhecido embora (e deve sê-lo) por tais demonstrações de apreço, não deve a ela sacrificar a altíssima nobreza a que a Igreja o elevou e a isenção de que, para salvaguardar, o cercou, tendo conquistado em tempos de maior fé para o sacerdócio o reconhecimento dos seus privilégios pelos Estados cristãos. Não é preciso encarecer a V. R<sup>a</sup> como é oportuno alhear-se o sacerdote nomeadamente de ocupações políticas que são mãe fecunda de irrequietas paixões, e sem esforço lhe roubam a paz, independência e prestígio espiritual, embora o seduzam com outro de menos seguras promessas para o bom serviço da sua missão divina.

A Santa Igreja a isto nos tem lembrado em instruções repetidas algumas bem recentes. O Código Administrativo não dá aos sacerdotes como tais, e ainda bem, o direito de serem escolhidos para conselheiros municipais<sup>1147</sup>. (...). Pelo que, depois de agradecer a quem o indigitou ou nomeou, se não pode prevalecer-se das causas de escusa prevista no mesmo Código – idade superior a 60 anos ou doença crónica – deve respeitosamente requerer a aceitação da sua renúncia a quem de direito e inteirar-me dentro de um mês do resultado.

Se V. Rv<sup>a</sup> não conseguir ser atendido teremos de nos socorrer de meios que custarão certamente sacrifícios a V. R<sup>a</sup> e a mim para defender até onde seja lícito as suas imunidades e pôr o meu ministério sacerdotal quanto possível ao abrigo de inquietações.

Por certo quem pretendeu dar-lhe testemunho de confiança e estima não quererá deixar a V. Exa. contrafeito e sacrificado<sup>1148</sup>.

Talvez a inquietação do bispo estivesse mais relacionada com a política local pois, como se sabe, muitos eclesiásticos foram membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, antes e depois de 1937, antes e depois da Concordata.

GP/PO – artigo 14º – O serviço militar dos sacerdotes e clérigos será prestado sob a forma de assistência religiosa às Forças Armadas e também nas formações sanitárias, em tempo de guerra.

TD – Idem – O serviço militar será prestado pelos sacerdotes e clérigos sob a forma de assistência religiosa às Forças Armadas e, em tempo de guerra, também nas formações sanitárias. Todavia o Governo providenciará para que mesmo em caso de guerra o dito serviço militar se realize com o menor prejuízo possível para a cura de almas das populações na Metrópole e no Ultramar Português.

Este artigo regula o serviço militar de sacerdotes e religiosos prestado sobre a forma de assistência religiosa às Forças Armadas, respeitando a interdição canónica dos clérigos de derramarem sangue.

Cerejeira considera que a doutrina deste artigo está já patente na Constituição (art. 8º, nº 3): «Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses: a Liberdade e

<sup>1147</sup> Refere-se aos artigos 16 a 36º do Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1939, que definem a composição e as competências do Conselho Municipal.

<sup>1148</sup> ANTT, MI – Gabinete do ministro, Maço 496, NT. 370, Liv. 3, DS/VZ, nº 2.

inviolabilidade de crenças e práticas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico (...)». Diz Cerejeira que este artigo provém, textualmente, da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, art. 163, § 3<sup>1149</sup>, com a diferença que em vez de sacerdotes, eclesiásticos e religiosos, se diz apenas eclesiásticos. Consta ainda das concordatas alemã, polaca, italiana, e austríaca<sup>1150</sup>. O princípio da isenção do serviço militar dos eclesiásticos constava já do artigo nº 48º do Estatuto Missionário (Decreto-lei nº 12.485, de 13 de Outubro de 1926)<sup>1151</sup>, estando

---

<sup>1149</sup> «O serviço militar dos eclesiásticos será prestado sob forma de assistência espiritual e hospitalar às forças armadas».

<sup>1150</sup> Alemanha, art. 27º – A assistência pastoral ao Exército alemão fora da esfera de jurisdição ordinária é concedida aos seus funcionários, oficiais e homens, assim como às suas famílias.

A administração de tais cuidados pastorais ao Exército é dever do bispo do Exército. A sua nomeação deve ser feita pela Santa Sé a ter comunicado ao Governo do Reich, a fim de, com o seu acordo, se seleccionar uma pessoa idónea.

A nomeação pela Igreja de capelães militares e outros clérigos militares será feita pelo bispo do Exército após prévia consulta com as respectivas autoridades do Reich. Ele só poderá nomear capelães após receber permissão de seu bispo diocesano para empreender trabalho militar pastoral, juntamente com um certificado de aptidão. Os capelães militares têm o direito de párocos em relação às tropas do Exército e a outro pessoal que lhe seja atribuído.

As regras pormenorizadas para a organização do trabalho pastoral dos capelães serão fornecidas por um Breve Apostólico. Os regulamentos para os aspectos jurídicos, em termos de funcionários, serão elaborados pelo Governo do Reich.

Polónia, art. 7 – As Forças Armadas da República da Polaca gozaram de todas as isenções que são atribuídas às forças armadas pela Santa Sé, de acordo com as prescrições do Direito Canónico. Em particular, os capelães terão, por analogia com os militares e suas famílias, os direitos de cura e exercerão as funções do seu ministério sob a jurisdição de um Bispo das Forças Armadas, que terá o direito de os escolher. A Santa Sé permite que este clero no que diz respeito ao seu serviço militar, esteja submetido às autoridades das Forças Armadas.

Itália, art. 13º – O Governo italiano dará à Santa Sé uma lista dos eclesiásticos matriculados no trabalho de assistência espiritual às forças armadas, logo que sejam aprovados nos termos da lei.

A designação dos eclesiásticos a quem se atribui a alta direcção do serviço de assistência espiritual (os militares comuns, o Vigário-geral e os inspectores) deverá ser feita confidencialmente pela Santa Sé, ao Governo italiano. Sempre que o Governo italiano tiver razões para se opor a tal designação, deve comunicar o facto à Santa Sé, que deverá proceder a uma outra nomeação.

Os ordinários militares serão equiparados a arcebispos.

A nomeação dos militares capelães será feita pela autoridade estatal depois da designação do bispo militar.

Art. 14. As tropas italianas de terra, mar e ar gozam em relação aos seus deveres religiosos dos privilégios e isenções sancionados pelo Direito Canónico.

Os capelães militares têm em relação a essas tropas autoridade paroquial. Eles devem exercer o seu ministério sagrado sob a jurisdição do Ordinário militar assistido pelo seu próprio cura.

Os ordinários militares têm jurisdição também sobre os religiosos, tanto masculinos como femininos, contratados como trabalhadores em hospitais militares.

Áustria, art. 8º – A nomeação pela Igreja dos vigários militares é efectuada pela Santa Sé, após ter sido informada particularmente pelo Governo Federal se existem objecções políticas gerais.

O vigário militar tem o posto de bispo.

§ 2. A nomeação pela Igreja dos capelães militares é efectuada pelo vigário militar após uma consulta prévia com o ministro das Forças Armadas.

§ 3. Depois disso, a nomeação estatal do vicariato militar é efectuada em conformidade com as disposições legais do Estado.

§ 4. Os capelães militares estão equiparados, no contexto das Forças Armadas, aos párocos. Exercem o seu sagrado ministério sob a jurisdição dos vigários militares.

O vigário militar também irá exercer jurisdição sobre o clero masculino e feminino nos casos em que estão estabelecidos nos hospitais.

<sup>1151</sup> «Aos mancebos das corporações de formação missionária, incluindo os auxiliares, quando chegarem à idade do recrutamento militar, serão permitidos adiamentos anuais de alistamento, para efeitos dos seus cursos

igualmente presente na Lei de Recrutamento Militar (Lei 1.961, de 1 de Setembro de 1937)<sup>1152</sup>.

No relatório oficial da Santa Sé de 30 de Agosto de 1937, afirma-se que com a redacção do Governo não ficou claro se estão incluídos os religiosos<sup>1153</sup>, pelo que, quando a Santa Sé apresenta às autoridades portuguesas as suas emendas ao projecto, a 21 de Outubro de 1937, acrescenta à redacção os «religiosos», de modo a abranger os irmãos leigos<sup>1154</sup>. Mário de Figueiredo vai considerar que tal «pode ser admitido se se não vir nisso melindre político»<sup>1155</sup>. Mas, na resposta do Governo à Santa Sé, dir-se-á que não se podia aceitar o aditamento proposto e que, em face da legislação portuguesa, o mesmo não parecia ter qualquer pertinência<sup>1156</sup>.

Já a 9 de Julho de 1938, num outro relatório, a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários vai afirmar que «o legislador português não sabe bem quem são os religiosos». Sugere-se que se atenua o texto proposto pela Santa Sé, «dizendo não simplesmente “religiosos” mas “os religiosos que fizerem os votos”», tal como se fizera na Concordata italiana<sup>1157</sup>. Deste modo, a 30 de Agosto, o núncio recebe instruções para procurar

---

ordinários ou de aperfeiçoamento científico, literário ou profissional, até entrarem no serviço das missões, que será considerado equivalente ao serviço militar, ficando eles então isentos deste para todos os efeitos».

<sup>1152</sup> «Art. 13.º A junta de recrutamento julga por inspecção directa da aptidão ou inaptidão dos indivíduos recenseados para as diversas armas e serviços do Exército, de harmonia com a capacidade física e as aptidões profissionais que possuam.

Quanto à aptidão física para o serviço, os indivíduos presentes às juntas de recrutamento são por estas divididos nas seguintes categorias:

- 1.º Apurados para todo o serviço militar;
- 2.º Aptos para serviços auxiliares;
- 3.º Adiados;
- 4.º Isentos de todo o serviço militar.

a) São considerados aptos para serviços auxiliares, independentemente de apresentação as juntas de recrutamento, os sacerdotes da religião católica e os indivíduos que façam parte dos organismos de formação missionária, os quais só poderão ser obrigados a serviço de assistência religiosa, e, em tempo, de guerra, a prestar também serviço nas formações sanitárias.

b) Ficarão sujeitos ao mesmo regime, na parte aplicável, os auxiliares das missões, durante o tempo que permanecerem ao serviço das mesmas nas colónias portuguesas».

<sup>1153</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1154</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portugal, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1155</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1156</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1157</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

Itália, art. 3, § 2 – Os clérigos ordenado «in sacris» e os religiosos que fizeram os seus votos estão isentos do serviço militar, salvo o caso de uma mobilização geral. Neste caso, os sacerdotes são incorporados nas forças armadas, mas conservam os seus hábitos eclesiais, a fim de exercer entre as suas tropas o sagrado ministério

«obter a isenção do serviço militar ao menos para todos os religiosos que emitiram votos, que «são os que pertencem a uma Ordem ou Congregação religiosa que, findo o período de prova do noviciado, emitam solenemente os votos de pobreza, de castidade e de obediência, pelos quais se tornam membros efectivos da Ordem ou da Congregação». Acrescenta-se que «o Governo português sabe bem quanta necessidade há de missionários e para haver missionários deve haver religiosos» e que não se percebe o que queria dizer o Governo com a observação de que a emenda proposta não possuía interesse tendo em conta a legislação portuguesa<sup>1158</sup>.

O desejo de se incluir neste artigo também os religiosos professos, tal como se fez em Itália, vai ser transmitido a 9 de Setembro de 1938, lembrando-se ao Governo que «o favor feito aos religiosos é um favor feito às Missões, que tanto precisam de obreiros». Teixeira de Sampaio, que recebe esta proposta, terá explicado ao núncio que este aditamento poderia constituir uma fonte de abusos e que não tinha fundamento<sup>1159</sup>. Nas suas notas de 15 de Setembro, Oliveira Salazar considera que, no que se refere às missões, «o interesse destas está acautelado, pois todos os que servem nas missões desfrutam a situação de favor garantida pelas leis internas»<sup>1160</sup>. Por esta razão, o Governo afirma, a 28 de Março de 1939, que pretende manter o seu texto, apesar de ter também a intenção de «continuar a conceder ao pessoal missionário as regalias já exaradas no direito interno»<sup>1161</sup>.

A Santa Sé responde a 12 de Junho de 1939, insistindo na sua posição<sup>1162</sup>, mas o Governo, na sua resposta de 4 de Julho, não cede, «mesmo com a restrição sugerida nas palavras "enquanto estiverem adstritos aos mesmos votos"»:

A razão que já antes deu de que uma disposição que abrangesse os religiosos não clérigos se prestava a abusos funda-se no facto de a qualidade de clérigo ter uma publicidade efectiva que não tem a de religioso não clérigo, e não é, por isso, infirmada com a restrição sugerida<sup>1163</sup>.

---

eclesiástico sob a competência do Ordinário militar ordinários, no sentido enunciado no art. 14. Os outros clérigos e religiosos devem destinar-se preferencialmente ao serviço militar.

<sup>1158</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio) AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1159</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1160</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fôlios 503-572.

<sup>1161</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1162</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1163</sup> «Resposta do Governo Português ao Documento entregue pelo núncio de Sua Santidade em 12 de Junho de 1939 acerca dos projectos de Concordata e de Acordo Missionário». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 702-714).



O núncio, a 21 de Outubro de 1939, sugere em alternativa:

O serviço militar será prestado pelos sacerdotes e clérigos sob a forma de assistência religiosa às Forças Armadas e, em tempo de guerra, também nas formações sanitárias.

Todavia o Governo providenciará para que mesmo em caso de guerra o dito serviço militar se realize sem causar prejuízo à cura de almas das populações na Metrópole e nas Colónias<sup>1164</sup>.

O Governo acabará por adoptar esta proposta ainda que a expressão «sem causar prejuízo à cura de almas ...» seja substituída por «com o menor prejuízo possível para a cura de almas ...». O núncio submeterá esta nova redacção à Santa Sé cuja aceitação será conhecida pelo Governo a 24 de Janeiro de 1940<sup>1165</sup>.

Quanto à assistência religiosa às Forças Armadas, a situação consagrada na Concordata de 1940 é claramente menos favorável à Igreja do que a criada em Espanha pela Concordata de 1953. Aí, a isenção do serviço militar aos clérigos tinha também antecedentes: por acordo de Agosto de 1950, o Estado espanhol regulamentara a jurisdição das capelanias militares e a assistência religiosa às Forças Armadas e concedera isenção de serviço militar aos clérigos e religiosos, embora todos os que tivessem menos de trinta anos fossem obrigados a exercer, por determinado período, assistência religiosa às Forças Armadas, enquanto os seminaristas, postulantes e noviços poderiam ver as suas obrigações proteladas até fazerem votos. Este acordo será reafirmado na Concordata de 1953.

GP/PO – artigo 15º – O uso indevido de paramentos e alfaia litúrgica, assim como o hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas ou religiosas a quem tenha sido interdito por decisão executória da autoridade eclesiástica competente, oficialmente comunicada, é punido com as mesmas penas que o uso abusivo do uniforme próprio de um emprego público.

TD – Idem – O uso do hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas ou religiosas a quem tenha sido interdito por medida das Autoridades eclesiásticas competentes, oficialmente comunicada às Autoridades do Estado, é punido com as mesmas penas que o uso abusivo de uniforme próprio de um emprego público. É punido nos mesmos termos o exercício abusivo de jurisdição e de funções eclesiásticas.

A punição pelo uso abusivo de hábito eclesiástico e pelo exercício abusivo de funções ou jurisdição eclesiásticas tinha já sido consagrada nas concordatas alemã, italiana e

---

<sup>1164</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1165</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).

austriaca<sup>1166</sup>. Tinha também paralelo no artigo 4º, do Decreto nº 11.887, de 6 de Julho de 1926, que dispunha:

Aos ministros de qualquer religião que, não obstante encontrarem-se suspensos (...), continuarem a exercer as funções de que estejam suspensos é aplicável o artigo 139º, nº 1, do Código Penal.

Ao hábito eclesiástico e religioso e aos paramentos e alfaia litúrgica, Monsenhor Colonna sugere que se acrescente os instrumentos litúrgicos. Para o efeito, argumenta que o «aspersório não é nem paramento nem uma alfaia mas um instrumento»<sup>1167</sup>. No seu relatório oficial, a Santa Sé manifesta o desejo de vedar e punir o exercício indevido de funções ou jurisdições eclesiásticas («por ex. no caso de um pároco suspenso ou deposto»)<sup>1168</sup>. Deste modo, quando a 21 de Outubro de 1937 apresenta as suas emendas ou aditamentos ao projecto, sugere a seguinte redacção:

O uso do hábito eclesiástico ou religioso por parte de seculares ou de pessoas eclesiásticas ou religiosas a quem tenha sido interdito por decisão executória da autoridade eclesiástica competente, oficialmente comunicada, é punido com as mesmas penas que o uso abusivo de uniforme próprio de um emprego público. É igualmente proibido e punido o exercício de funções ou jurisdição eclesiásticas<sup>1169</sup>.

Mário de Figueiredo é de opinião que esta alteração «parece de admitir»<sup>1170</sup>. O núncio explica a modificação dizendo que o exercício indevido de funções é mais grave do que o uso indevido de hábito eclesiástico, e como a norma estava redigida podia parecer não

---

<sup>1166</sup> Alemanha, art. 10º – O uso de veste ou de hábitos religiosos por leigos, ou por membros do clero ou de ordens religiosas por quem esta utilização foi proibida por uma sentença definitiva e juridicamente válida directiva, proferida pela competente autoridade eclesiástica e oficialmente comunicada à autoridade estatal, é sujeito às mesmas sanções por parte do Estado como o uso indevido do uniforme militar.

Itália, art. 29º, al. i) – A utilização de vestes eclesiásticas e hábitos religiosos, tanto por parte seculares como da parte dos eclesiásticos ou religiosos que foram proibidos de usá-los por sentença definitiva das autoridades eclesiásticas, que deverá ser oficialmente comunicada ao Governo italiano, é proibida e deve ser punida com as mesmas sanções com os quais é proibido e punido o uso indevido do uniforme militar.

Áustria, art. 21º – O uso de vestes eclesiásticas ou hábitos religiosos por leigos ou por clérigos ou membros de ordens aos quais este tenha sido proibido pelas competentes autoridades da Igreja através de uma sentença definitiva que, para esse efeito, é oficialmente comunicada ao Estado, é proibido com as mesmas sanções e punições que proíbem o uso indevido de uniformes militares e deve ser punido.

<sup>1167</sup> Este relatório foi escrito por Monsenhor Colonna, alto funcionário da Secretaria de Estado, em Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1168</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1169</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1170</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

abrangido<sup>1171</sup>. A 11 de Maio de 1938, o Governo português informa a Santa Sé que aceita a alteração proposta, com ligeiras mudanças ao nível da redacção<sup>1172</sup>.

### 5.1.5 PRÁTICA E ASSISTÊNCIA RELIGIOSAS

GP/PO – artigo 16º – É assegurado à Igreja Católica o livre exercício de todos os actos do culto, particular ou público, sem prejuízo das exigências de polícia e trânsito.

TD – Idem – ibidem.

Este artigo merecerá o acordo imediato de ambas as partes e, segundo Cerejeira, encontra a sua raiz nas seguintes fontes legislativas:

1 – No artigo 45º da Constituição de 1933: «É livre o culto público e particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, (...). Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e como os bons costumes».

2 – No artigo 18º do Decreto nº 11.887, de 26 de Julho de 1926: «O culto público pode realizar-se fora dos lugares a isso habitualmente destinados, nos termos em que se exerce o direito de reunião».

3 – No artigo 2º do Decreto nº 3.856, de 22 de Fevereiro de 1918: «O culto público de qualquer religião pode, de harmonia com as leis, exercer-se nos lugares adequados e a qualquer hora, sem dependência de licença da autoridade pública».

De qualquer modo atente-se que após a Concordata a realização de procissões carecia de autorização do Governo, devido às exigências de polícia e trânsito... Na correspondência do ministro do Interior existem muito officios solicitando e conferindo autorização para a sua realização, de que se transcreve aqui apenas uma, datada de 9 de Março de 1942 e assinada pelo respectivo chefe de gabinete, Abel de Campos Vieira Neves:

A Irmandade do Senhor dos Passos com sede no edificio das Comendadeiras de S. Tiago, em Santos-o-Novo, pretende realizar no próximo dia 20 do corrente a procissão anual do Senhor dos Passos.

Igualmente projecta explorar na tarde do referido dia um pequeno bazar cujo rendimento se destina às despesas do culto da Igreja. Com a declaração de que a referida Procissão não passa pela via pública, visto que sai da capela dos claustros para a Igreja, requer a V. Exa. as necessárias autorizações.

---

<sup>1171</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1172</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

Para conhecimento dessa Irmandade informo V. Exa. que Sua Exa. o Sr. ministro, por seu despacho de 5 do corrente, autorizou a realização, em 20 do corrente, da Procissão Anual do Senhor dos Passos e a exploração do bazar, nas condições expostas na carta de 1 também do corrente, por V. Exa. enviada aquele Exmo. Senhor<sup>1173</sup>.

GP/PO – artigo 17º – O domingo é o dia oficial do descanso semanal.

TD – Suprimido.

Esta norma resulta da alteração da proposta da Santa Sé visando o reconhecimento por parte do Estado dos dias festivos estabelecidos pela Igreja. Esse reconhecimento era feito, como se viu, nas concordatas italiana e austríaca. Diz Cerejeira que o mesmo também se deduz do artigo 45º da Constituição (garantia da inviolabilidade de crenças e práticas religiosas).

A Santa Sé, nas emendas ou aditamentos que faz ao projecto oficial, pede ao Governo que o suprima, caso não julgue possível acrescentar a disposição com os outros dias festivos, lembrando que o seu «reconhecimento, porém, é de importância capital para a cristianização da vida pública, tanto que existe em todos os países católicos». No manuscrito de Mário de Figueiredo sobre a posição do Governo relativamente às propostas da Santa Sé, defende-se a supressão<sup>1174</sup>. A Santa Sé é disso informada a 11 de Maio de 1938<sup>1175</sup>.

GP/PO – artigo 18º – Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, asilos, prisões e estabelecimentos similares do Estado, das autarquias locais ou institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para este efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado destes serviços pela competente autoridade eclesiástica, sem prejuízo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência.

TD – artigo 17º – Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, refúgios, colégios, asilos, prisões e estabelecimentos similares do Estado, das autarquias locais ou institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para este efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado destes serviços pela competente autoridade eclesiástica, sem prejuízo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência.

Cerejeira considera que a livre assistência espiritual dos párocos aos hospitais, asilos, prisões, etc. se inspira na Constituição Política, artigo 8º, n. 3, que consagra como direito

<sup>1173</sup> ANTT, MI – Gabinete do ministro, Maço 526, Liv. 6 – DS/L nº 12.

<sup>1174</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1175</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

fundamental a liberdade de crenças e práticas religiosas. A doutrina deste artigo fora incluída nas concordatas romena, alemã e austríaca<sup>1176</sup>.

Nas primeiras apreciações do projecto oficial de Concordata, a Santa Sé não propõe alterações. Só a 21 de Novembro de 1939 o nuncio irá apresentar uma redacção alternativa do artigo, ainda que as suas sugestões se limitem à enumeração de mais instituições do Estado onde será livre o acesso do pároco – refúgios e colégios<sup>1177</sup> – o que será aceite pelo Governo português a 3 de Dezembro<sup>1178</sup>, constituindo um alargamento importante.

GP/PO – artigo 19º, § 1 – A República Portuguesa garante a assistência religiosa, em campanha, às forças de terra, mar e ar e, para este efeito, organizará um corpo de capelães militares, considerados oficiais graduados.

TD – artigo 18º, § 1 – A República Portuguesa garante a assistência religiosa, em campanha, às forças de terra, mar e ar e, para este efeito, organizará um corpo de capelães militares, que serão considerados oficiais graduados.

Como já se referiu, a assistência religiosa às Forças Armadas e a organização de um corpo de capelães militares foram mencionados pelas concordatas polaca, italiana, alemã e austríaca<sup>1179</sup>, estando também implícitas na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil<sup>1180</sup>. Acrescente-se ainda que a mesma doutrina se encontra nas conclusões da Subsecção da Defesa Nacional do I Congresso da União Nacional de 1934:

- A República Portuguesa garante a assistência religiosa por conta do Estado em tempo de guerra, a todos os combatentes que a desejem, devendo organizar para este efeito um corpo de oficiais milicianos capelães militares.
- Em tempo de paz, a República assegura nas unidades e estabelecimentos militares liberdade em matéria de assistência religiosa.

---

<sup>1176</sup> Roménia, art. 18º – A Igreja Católica tem o direito de providenciar a assistência religiosa de todo o género, para os seus fiéis, nas Forças Armadas, nos hospitais civis e militares, nos orfanatos, nas escolas correcionais, nas penitenciárias, tem em conta os regulamentos das instituições respectivas.

Alemanha, art. 28º – Nos hospitais, prisões e outras instituições públicas, a Igreja tem permissão para fazer visitas pastorais e conduzir os serviços de culto, sujeito às regras gerais das instituições em causa. Se a assistência pastoral regular estiver prevista nestas instituições e os pastores tiverem de ser nomeados como funcionários públicos, essas nomeações serão feitas de acordo com as autoridades da Igreja.

Áustria, art. 16º – Ao capelão local e aos clérigos que o representam será assegurado o direito de livre acesso às instalações para o exercício do seu ofício espiritual às pessoas que se encontrem em hospitais públicos, lares e instituições similares, bem como nas prisões, instituições penitenciárias, centros de detenção juvenis e instituições similares, desde que mediante consulta à autoridade competente não tenha sido constituída capelania institucional própria para cada uma das instituições.

Fica acordado que, no caso de o estabelecimento de uma capelania institucional própria a nomeação do clérigo em causa é efectuada de acordo com o Ordinário diocesano.

<sup>1177</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1178</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 831-843).

<sup>1179</sup> Ver nota 663.

<sup>1180</sup> Ver nota 1147.

Quando a Santa Sé, a 30 de Agosto de 1937, acusa a recepção do projecto do Governo, diz ao núncio que, pelo menos, seria desejável o seguinte acrescento:

Ocorrendo circunstâncias favoráveis, a Santa Sé e o Governo empenhar-se-ão para providenciar de comum acordo a assistência religiosa em tempo de paz<sup>1181</sup>.

Mário de Figueiredo é favorável a este aditamento<sup>1182</sup>, mas na *Nota explicativa da posição do governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé* irá dizer-se que «o aditamento proposto na alínea 1), apesar de não conter praticamente nenhuma obrigação, é impolítico e podia trazer dificuldades internas. Não parece que valha a pena correr riscos para estabelecer um princípio de orientação de valor mais do que hipotético».

A Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, num relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938, vai considerar que «a observação do governo tem fundamento», mas recorda as dificuldades de organização da assistência religiosa na Grande Guerra, por não existir nada em tempo de paz. Sendo assim sugere-se que se diga: «tal assistência será preparada em tempo de paz». O uso desta terminologia poderá significar que o que se pretende é que esta força seja apenas organizada no papel e «assim ficará enquanto subsistirem as condições presentes»; ou então «“que será preparada com uma cômgrua a organização da assistência em tempo de paz” e isto se fará quando forem favoráveis as circunstâncias mencionadas no projecto da Santa Sé»<sup>1183</sup>. Mas estas observações não serão incorporadas na resposta ao Governo português, e a primeira proposta do Governo terá a aprovação de ambas partes a 9 de Setembro de 1938<sup>1184</sup>, o que demonstra que a Santa Sé foi sensível ao argumento do Executivo.

O Decreto nº 31.276, de 19 de Maio de 1941, equiparava os capelães aos oficiais das Forças Armadas quanto a regalias e vencimentos. Porém, a assistência religiosa às Forças Armadas ficava confinada às campanhas. Ainda em 1963 na I Semana Nacional de Direito Canónico, já no decorrer da guerra colonial, se reclamava a constituição de um corpo

---

<sup>1181</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1182</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1183</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1184</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

permanente de capelães militares, sob a dependência de um ordinário castrense<sup>1185</sup>. Em face do número crescente de capelães militares enviados para o Ultramar, o Decreto-lei nº 47.888, de 8 de Setembro de 1966, criou finalmente o Vicariato Castrense de Portugal. Ainda sim, já haviam sido publicadas medidas legislativas dispersas para melhorar a assistência religiosa às Forças Armadas<sup>1186</sup>.

Também aqui a Concordata espanhola é consideravelmente mais generosa para as pretensões da Igreja, reafirmando a assistência religiosa permanente às Forças Armadas, a qual tinha já sido objecto de um acordo entre as partes: a 5 de Agosto de 1950, Ruiz-Giménez, embaixador de Espanha junto da Santa Sé, e Monsenhor Tardini, secretário da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, assinaram um acordo sobre a jurisdição eclesiástica militar e a assistência religiosa às Forças Armadas. Note-se, todavia, que a função de capelão militar no Exército nacionalista fora oficialmente restabelecida logo a 6 de Dezembro de 1936<sup>1187</sup>.

Para Wladimir d'Ormesson, embaixador de França na Santa Sé,

A assinatura deste acordo afirma, uma vez mais, os laços particulares e muito estreitos que o regime franquista se esforça por manter com a Igreja Católica e com a Santa Sé nas diversas áreas da vida pública. Ele manifesta que a religião católica, apostólica e romana continua a ser a única religião da nação espanhola<sup>1188</sup>.

GP/PO – artigo 19º, § 2 – O Bispo que desempenhar as funções de Ordinário Castrense será nomeado pelo Governo, de acordo com a Santa Sé.

TD – artigo 18, § 2 – O Bispo que desempenhar as funções de Ordinário Castrense será nomeado pela Santa Sé de acordo com o Governo.

Quanto a esta norma, a Santa Sé irá instruir o núncio no sentido de modificar a redacção para que fique definido que, não só a nomeação do ordinário castrense deverá ser feita pela Santa Sé de acordo com o Governo, como a nomeação dos capelães militares caberá ao ordinário castrense também de acordo com o Governo, «o qual poderá ainda fazer um

---

<sup>1185</sup> Documentos acerca da I Semana Nacional de Direito Canónico sobre a Concordata Portuguesa de 1940, cedidos por Nuno Estêvão Ferreira, a quem agradeço.

<sup>1186</sup> Miguel Falcão, «A Concordata de 1940 e a assistência religiosa às Forças Armadas». In AAVV, In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 211-225.

<sup>1187</sup> Stanley G. Payne, *El catolicismo español*. Barcelona: Editorial Planeta, 2006, p. 230.

<sup>1188</sup> Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1949-1955, Espagne, 141, fl. 89. O corpo de capelães militares fora dissolvido pelo Governo da República, em 1931, sendo restabelecido por Franco em 1937, ficando sob a jurisdição do Cardeal Gomá, Primaz de Espanha, por decisão da Santa Sé.

Decreto de nomeação para o devido grau no Exército»<sup>1189</sup>. Em 21 de Outubro de 1937 é redigida uma fórmula em conformidade<sup>1190</sup>. Mário de Figueiredo dirá que se trata de «uma simples afirmação de princípio sem consequências práticas, mas de que a Igreja dificilmente poderá prescindir»<sup>1191</sup>. O Governo cede à Santa Sé no que diz respeito ao ordinário castrense, embora tenha sido eliminada a palavra «nomeado» para ser substituída por «designado». Trata-se de um «subterfúgio», como se assume na nota explicativa da posição do Governo, que permite satisfazer a Santa Sé, sem que o primeiro deixe de nomear o ordinário castrense, pois tal não é admissível para os negociadores portugueses.

A Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários considera a proposta do Governo inaceitável, «não se podendo admitir que a Autoridade civil crie ou constitua o ordinário castrense, salvo o Decreto de nomeação para o grau no Exército, de que se falava no projecto da Santa Sé». Evoca-se o artigo 27º da Concordata alemã, o qual estabelece que a «nomeação eclesiástica» do bispo castrense cabe à Santa Sé, «depois de Ela ter comunicado ao Governo do Reich para a designação, de acordo com ele, o nome de uma pessoa idónea». O mesmo se faz relativamente aos capelães militares. Tendo conseguido obter as suas pretensões junto de Hitler, a Santa Sé afirma não compreender «porque é que uma disposição similar não pode ser aceite também pelo Governo português». Isto mesmo será comunicado pelo núncio ao embaixador Teixeira de Sampaio, a 9 de Setembro de 1938<sup>1192</sup>.

Salazar, nos seus apontamentos de 15 do mesmo mês, dá razão à Santa Sé, considerando que se pode admitir a nomeação eclesiástica da Concordata alemã. Diz ainda Salazar:

Pensando bem, a nomeação do bispo castrense pelo Governo daria a este o carácter de exercer uma função pública ou ir desempenhar um serviço público – o que talvez se não harmonize com as nossas concepções. Por outro lado não é a mesma coisa nomear o bispo castrense ou nomear o bispo duma diocese? A intervenção do Governo revelar-se-ia então no acordo sobre as pessoas e na colocação nos quadros do Exército em campanha (atribuição da graduação militar)<sup>1193</sup>.

---

<sup>1189</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1190</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1191</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1192</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1193</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.



GP/PO – artigo 19º, § 3 – Para as expedições coloniais poderá ser nomeado como Ordinário Castrense um Bispo da respectiva colónia.

TD – artigo 18, § 3 – Idem.

Este artigo colherá a aprovação, quer do Governo, quer da Santa Sé.

GP/PO – artigo 19º, § 4 – As funções de Ordinário Castrense podem ser desempenhadas por um capelão chefe, nomeado pelo Governo de acordo com o Bispo titular do cargo.

TD – artigo 18, § 4 – O Ordinário Castrense pode nomear, de acordo com o Governo, um Vigário Geral.

Monsenhor Colonna dirá que «bispo titular do cargo» significa *vescovo in partibus*, «expressão, que apesar de certa, aparece estranha e um pouco equívoca», sugerindo a sua substituição por «bispo encarregado do cargo»<sup>1194</sup>. Já o Cardeal Pacelli diz não compreender o que significa a referida expressão<sup>1195</sup>. O Governo propõe a 11 de Maio de 1938 uma redacção mais consentânea com a doutrina da Igreja:

As funções de ordinário castrense podem ser desempenhadas por um capelão-chefe, designado pelo bispo titular do cargo, de acordo com o Governo<sup>1196</sup>.

Apesar de tudo, o nuncio, a 21 de Novembro de 1939, altera a redacção, simplificando e adequando a linguagem, no que terá o acordo do Governo, daí resultando a versão final do artigo<sup>1197</sup>.

GP/PO – artigo 19º, § 5 – Os capelães militares serão nomeados pelo Governo de entre os sacerdotes apurados para os serviços auxiliares, sobre proposta do Ordinário Castrense, feita depois de audiência do ministro respectivo.

TD – artigo 18, § 5 – Os capelães militares serão nomeados, de entre os sacerdotes apurados para os serviços auxiliares, pelo Ordinário Castrense, de acordo com o Governo.

Primeiro, como se viu acima, tenta-se evitar a nomeação dos capelães pelo ordinário castrense, mas Oliveira Salazar acabará por ceder<sup>1198</sup>. Tal como aconteceu nos parágrafos anteriores, as autoridades portuguesas aceitaram que a nomeação dos capelães militares fosse feita pelo ordinário castrense, de acordo com o Governo.

<sup>1194</sup> Ofício nº 1689. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 150.

<sup>1195</sup> Anexo ao Ofício nº 3664/37. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 152-157.

<sup>1196</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1197</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1198</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólhos 503-572.

GP/PO – artigo 19º, § 6 – Os capelães militares têm jurisdição paroquial sobre as suas tropas e estas gozam, quanto aos seus deveres religiosos, dos privilégios e isenções consentidos pelo Direito Canónico.

TD – artigo 18º, § 6 – Idem.

A redacção deste parágrafo não vai sofrer qualquer alteração, querendo-se afirmar que os capelães militares tinham a jurisdição eclesiástica tal como os párocos de um lugar, podendo pregar, celebrar missa, administrar sacramentos, etc.<sup>1199</sup>.

GP/PO – artigo 20º – O Estado reconhece, nos termos do direito comum, as organizações da Acção Católica Portuguesa que, sob a dependência imediata da autoridade eclesiástica, se proponham fins religiosos, culturais e caritativos, devendo as mesmas abster-se sempre de toda a actividade política.

TD – Suprimido.

Desde que foi feita a proposta oficial do Governo português que este considerou a possibilidade de eliminar a norma em causa, dadas as diferentes concepções que as partes tinham relativamente às actividades das organizações da Acção Católica.

Monsenhor Colonna, em Agosto de 1937, num documento interno da Secretaria de Estado, diz que a Acção Católica não deve estar vinculada a nenhum tipo de actividade. Embora o objectivo desta organização esteja confinado a fins de natureza espiritual, a mesma «pode ainda (e deve) desenvolver actividade política no sentido de bem comum»<sup>1200</sup>. De acordo com estas observações, propõe que se escreva:

O Estado reconhece [...] as organizações da Acção Católica Portuguesa que [...] se proponham desenvolver actividades na sua própria esfera fora de qualquer actividade de partido<sup>1201</sup>.

Esta mesma posição é transmitida ao núncio, a 30 de Agosto de 1937: à Acção Católica não é vedada a actividade política no sentido mais lato da palavra, a qual implica colaboração para o bem comum. Deste modo, sugere-se, com mais pormenor do que fizera Colonna, o seguinte:

---

<sup>1199</sup> Miguel Falcão, «A Concordata de 1940 e a assistência religiosa às Forças Armadas». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 204.

<sup>1200</sup> Para Pio XI, a Acção Católica traduzia-se numa acção do laicado apolítica e apartidária no sentido da política concreta e não daquela «verdadeira e boa política que é aquela que estuda e promove o bem da polis». *Enciclopédia Católica*, vol. 9, Roma, 1952.

<sup>1201</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

O Estado reconhece [...] as organizações da Acção Católica Portuguesa que [...] se proponham fins religiosos, culturais, sociais e profissionais fora de qualquer actividade política de partido<sup>1202</sup>.

Mário de Figueiredo, nas suas observações às propostas da Santa Sé, escreve que a fórmula da Santa Sé não é de admitir, tendo a proposta do Governo resultado «de longas discussões em que se assentou o máximo a que poderia chegar-se». Diz ainda que a palavra «sociais» se presta a equívocos e que a palavra «profissionais» não faz sentido, devido à organização corporativa portuguesa. Quanto ao acrescento da expressão «de partido», talvez seja admissível, pois esta frase não pretende inibir os membros da Acção Católica do exercício dos seus direitos políticos, mas, precisamente, impedir a sua conversão em organizações partidárias<sup>1203</sup>.

O representante da Santa Sé dirá então que «se Portugal não pode aceitar em virtude da sua organização constitucional a fórmula proposta, é talvez preferível adoptar uma mais geral como a da Concordata lituana, artigo 25º [O Estado dará plena liberdade à organização e funcionamento das associações que prossigam fins principalmente religiosos, fazendo parte da Acção Católica e, como tal, dependentes da autoridade do Ordinário], ou do protocolo adicional ao artigo 14º da austríaca [A Federação concede às associações que prossigam fins essencialmente religiosos, que constituem parte das actividades católicas e que, como tal, estão subordinadas ao ordinário diocesano, a plena liberdade em termos da sua organização e actividades] ou da italiana, artigo 43º [O Estado italiano reconhece as organizações que dependem da Acção Católica italiana, na medida em que a Santa Sé garanta que a sua actividade se exerça fora de qualquer partido político e sob a imediata dependência da hierarquia da Igreja para a divulgação e exercício dos princípios católicos. / A Santa Sé aproveita a estipulação da presente Concordata para renovar a todos os eclesiásticos e religiosos da Itália a proibição de pertença e de lutar por qualquer partido político]».

Quanto à expressão «política de partido», o núncio explica que «quer-se com ela significar política dirigida contra o Governo por motivos e com intuítos não religiosos, mesmo que não haja partidos». Sugere, assim, que se proceda a uma outra redacção que

---

<sup>1202</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1203</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

exprima esta ideia claramente, sem que as organizações da Acção Católica sejam impedidas de pugnar pelos direitos da Igreja<sup>1204</sup>.

No dia 11 de Maio de 1938, o Governo sugere outras redacções possíveis:

O Estado reconhece, nos termos do direito comum, as organizações da Acção Católica Portuguesa que, sob a dependência imediata da autoridade eclesiástica, se proponham fins religiosos, culturais e caritativos, devendo as mesmas abster-se sempre de toda a actividade política.

Ou:

O Estado reconhece, nos termos do direito comum, as organizações da Acção Católica Portuguesa que, sob a dependência imediata da autoridade eclesiástica, se proponham a difusão e aplicação dos princípios católicos, devendo as mesmas abster-se sempre de toda a actividade contrária à lei ou tendente à conquista de posições políticas.

Na nota que acompanha esta proposta, explica-se mais claramente a posição das autoridades portuguesas:

Num sistema como o português em que a organização profissional há-de desenvolver-se dentro dos quadros fixados pelo Estado não podem aceitar-se fora desses quadros associações que se proponham fins profissionais. Poderão aceitar-se associações de base profissional mas não que se proponham fins profissionais. Poderá aceitar-se uma associação de sapateiros, de costureiras, que se proponha fins culturais, religiosos ou educativos, mas não profissionais. Se se propusesse estes fins era um sindicato e, em Portugal, para se apagarem todas as ideias ou tradições de luta de classes ou sindicatos, só se admitem os que se formam nos quadros fixados pelo Estado.

Por outro lado, no sistema português não se admitem partidos nem se aceita o partido único de outros sistemas; não tem, por isso, sentido falar-se de política de partido.

É claro que se não pretende negar aos católicos e às organizações da Acção Católica o exercício dos direitos políticos e, designadamente, das chamadas liberdades públicas; o que se pretende é negar-se-lhes o direito de se organizarem para a conquista de posições políticas ou para procurarem a queda de quem as ocupa.

Não podem desenvolver actividades contra o Governo, mas só, no intuito de o fazer modificar, contra os actos do Governo que atinjam as liberdades religiosas.

Não pode, por estas razões, aceitar-se a redacção proposta [...] <sup>1205</sup>.

---

<sup>1204</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1205</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

Num relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários dir-se-á:

O legislador português admite explicitamente que a Acção Católica pode agir contra os actos do Governo que diminuam a liberdade da Igreja no intento de o fazer modificar.

Isto não é política?

E ainda: não é isto o conquistar – em caso de acontecer – uma posição política?

No mesmo documento sugere-se então que o artigo termine da seguinte forma: «... devendo abster-se de qualquer actividade política que não tenha tal fim»<sup>1206</sup>.

Quanto à mesma proposta do Governo, Cerejeira, dirigindo-se a Pacelli, dirá a 1 de Agosto de 1938:

Efectivamente a expressão «nos termos do direito comum» é perigosa, dada a tendência totalitária do Estado actual.

Presentemente, a lei portuguesa exige apenas a apresentação dos Estatutos para reconhecer a existência legal. Para reconhecer a personalidade jurídica, é necessário sujeitar-se à tutela do Estado. A Acção Católica ficaria garantida se, em vez do que está no texto, se dissesse, por ex., «nos termos da alin. 2 do artigo 3º desta concordata.

Mas certamente o governo ficará mal-humorado com esta nova exigência, como já o mostrou no seu relatório em relação ao artigo 1º, ao artigo 2º alin. 3, e ao artigo 12º aditamento, argumentando que no anteprojecto da Santa Sé tal não estava, e que a S. Sé já tinha aceite para a Acção Católica o princípio «nos termos do direito comum»<sup>1207</sup>.

A 30 de Agosto, transmite-se ao núncio a posição dos cardeais da Sagrada Congregação: pretende-se manter a redacção do artigo tal como foi formulada pela Santa Sé. Os cardeais consideram que, apesar da Acção Católica ser sobretudo uma organização religiosa, ela implica também fins sociais e profissionais. Sugere-se ainda que o núncio procure que o Governo aceite uma redacção que garanta o exercício dos direitos políticos e das liberdades públicas aos católicos e às organizações da Acção Católica<sup>1208</sup>. Esta posição é levada pelo núncio ao Governo português a 9 de Setembro de 1938<sup>1209</sup>. O núncio diz ainda que a Santa Sé gostaria «que no artigo se introduzisse a declaração da *Nota explicativa*, isto é,

---

<sup>1206</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1207</sup> Observações do Cardeal Cerejeira dirigidas ao Cardeal Secretário de Estado. ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), Fasc. 172, fl. 124-125. Sublinhado acrescentado.

<sup>1208</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1209</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

que não se pretende negar aos católicos e às organizações da Acção Católica o exercício dos direitos políticos e particularmente das chamadas liberdades públicas».

Apoiando-se na própria explicação do nuncio, Oliveira Salazar entende que a atitude da Santa Sé em face desta questão estava relacionada com a «posição pessoal do Cardeal Pacelli que tomou a esse respeito determinada atitude com a Alemanha», o que terá comprometido a sua opinião. Afirma ainda «que o nuncio não partilha as ideias do Cardeal Pacelli neste ponto e defenderá em último caso a nossa posição, que diz compreender, julgando porém indispensável esclarecê-la verbalmente em Roma, ele próprio ou, de preferência, quem ali for em nome do Governo português». Salazar diz não saber por que razão não é aceite a proposta do Governo que foi decalcada da Concordata italiana.

Quanto ao pedido da Santa Sé para incluir na memória interpretativa do texto a afirmação de que se não negará aos católicos e às organizações da Acção Católica o exercício dos direitos políticos e particularmente das liberdades públicas, Oliveira Salazar diz não ver nisso qualquer vantagem, e que «a imprecisão das fórmulas actividade política, direitos políticos» aconselha «maior prudência». Seria inadmissível, «por exemplo, que a Acção Católica apresentasse lista de deputados para as eleições, que como tal ordenasse aos católicos o voto numa lista contra outra, etc.».

É então que Oliveira Salazar escreve:

Não se deve esquecer que uma das vantagens oferecidas ao Governo em troca da Concordata era exactamente a dissolução do Centro Católico<sup>1210</sup>.

Esta visão das coisas – a Acção Católica pelo Centro Católico – decorre também do entendimento que hierarquia e alguns dos membros do Centro Católico tinham desta organização, concebendo-a apenas como «um ramo da Acção Católica» e não «um partido político»<sup>1211</sup>. Mário de Figueiredo, que tem um papel preponderante nestas negociações, subscreve um relatório apresentado à assembleia-geral do Centro Católico a 17 de Dezembro de 1931, onde defende a extinção do Centro e o ingresso dos católicos na União Nacional<sup>1212</sup>.

---

<sup>1210</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólhos 503-572.

<sup>1211</sup> Mário de Figueiredo e Pacheco de Amorim, «Relatório» [apresentado à Assembleia Geral do Centro Católico em 17 de Dezembro de 1931]. In *Documentos Originais Sobre o Fim do Centro Católico*, documentos oriundos do arquivo particular de Mário de Figueiredo e depositados na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa por oferta de Josué Pinharanda Gomes.

<sup>1212</sup> Nem todos estão de acordo. António Lino Neto manifesta-se contra a extinção do Centro porque considera que a política religiosa exige uma luta constante, prosseguida por uma «organização social de carácter

Mesmo entre aqueles que se lhe opõem, há ainda os que lhe conferiam um carácter transitório. É o caso de Dinis da Fonseca, que, a 28 de Março de 1932, afirma que o Centro Católico é «uma organização de carácter transitório imposta por circunstâncias excepcionais que justificaram a suspensão, *hic et nunc*, das regras gerais que outorgam aos católicos, enquanto cidadãos, uma justa liberdade quanto à sua actividade política»<sup>1213</sup>. Embora considerasse que não tinha ainda chegado o momento de prescindir desta organização, concebia o Centro como «um ramo» da Acção Católica.

Regressando às negociações da Concordata, Oliveira Salazar dirá ainda relativamente ao reconhecimento da Acção Católica, que a mesma não pode ser fonte de perturbação da vida pública e da unidade política da Nação: nem transformando os católicos em «cidadãos diminuídos», nem pretendendo que fiquem «cidadãos acrescidos ou privilegiados»<sup>1214</sup>.

Em Março de 1939, a Santa Sé, num relatório interno, insiste que «a Acção Católica deve ser livre de prosseguir também fins sociais e profissionais»<sup>1215</sup>. Mas o Governo, a 28 desse mês, diz que mantém uma das redacções anteriormente propostas para o artigo<sup>1216</sup>.

A 12 de Junho de 1939, Santa Sé responde propondo ainda outra redacção:

O Estado reconhece, nos termos do direito comum, as organizações da Acção Católica Portuguesa, que, sob a dependência imediata da Autoridade eclesiástica, se proponham a difusão e aplicação dos princípios católicos. As mesmas, enquanto tais, permanecerão, segundo as directivas da Santa Sé, acima e fora das competições políticas, naturalmente sem prejuízo dos direitos inerentes à missão da Igreja<sup>1217</sup>.

---

permanente dentro da acção católica e como parte dela. [...] Em regime de ditadura, de parlamento ou de qualquer outro modo de representação nacional, não deve a política religiosa dos católicos fazer concorrência a qualquer força política, mas simplesmente manter, dentro dos princípios já estabelecidos para o Centro Católico, posições de que possa resultar o devido respeito pelas liberdades religiosas». António Lino Neto, «O que tem sido o Centro Católico». In *Documentos Originais Sobre o Fim do Centro Católico*, documentos oriundos do arquivo particular de Mário de Figueiredo e depositados na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa por oferta de Josué Pinharanda Gomes.

<sup>1213</sup> Joaquim Dinis da Fonseca, «Uma questão prévia», de 18 Março de 1932. In *Documentos originais sobre o fim do Centro Católico*, documentos oriundos do arquivo particular de Mário de Figueiredo e depositados na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa por oferta de Josué Pinharanda Gomes.

<sup>1214</sup> *Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938*. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1215</sup> Relatório da Santa Sé de 8 de Março, de autor não identificado. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 180-189.

<sup>1216</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1217</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

O Governo responde a 4 de Julho, dando conta que os fins sociais e profissionais foram eliminados e que fora modificada a última parte do artigo substituindo-se a frase «devendo as mesmas abster-se sempre de toda a actividade política de partido» por «as mesmas permanecerão acima e fora das competições políticas». A fórmula do Governo era: «devendo as mesmas abster-se sempre de toda a actividade contrária à lei ou tendente à conquista de posições políticas». Quanto à primeira parte desta fórmula (abstenção de actividade contrária à lei), diz-se que a mesma não é essencial, pois todas as organizações em Portugal têm de respeitar a lei. Quanto a expressão «ou tendente à conquista de posições políticas», tem conteúdo idêntico à fórmula sugerida pela Santa Sé: «permanecerão fora das competições políticas». Até aqui, o Governo não se opõe.

Porém, contesta as expressões «enquanto tais» e «naturalmente sem prejuízo dos direitos inerentes à missão da Igreja». Quanto à primeira, não pode aceitá-la porque pode levar a pensar que «as organizações da Acção Católica se poderão apresentar, ora como tais ora sob uma face diferente». Quanto à segunda, diz que pode ser entendida como se as organizações da Acção Católica ficassem livres para aproveitar garantias constitucionais e, «dentro do terreno da legalidade, pugnam pela realização do pensamento católico». Ora, o Governo já afirmou que não pretendia privar estas organizações do exercício das liberdades públicas, mas não se pode incluir esta frase na Concordata, porque «é demasiado vaga e assim se presta àquela e a outras interpretações». Sugere-se, desta forma, outra redacção, num esforço de aproximação à proposta da Santa Sé:

O Estado reconhece, nos termos do direito comum, as organizações da Acção Católica Portuguesa, que, sob a dependência imediata da autoridade eclesiástica, se proponham a difusão e aplicação dos princípios católicos, devendo as mesmas manter-se, segundo as directrizes da Santa Sé, sempre acima e fora das competições políticas<sup>1218</sup>.

A 3 de Dezembro, o Governo português participa ao núncio que não vai propor a sua eliminação, «pois é matéria que fica para resolver e será uma fonte de questões entre a Santa Sé e o Governo ou entre este e os bispos». O que significa, na prática, que a decisão de uma tal eliminação não será tomada pelo Governo português, esperando-se, talvez, que tal venha a acontecer por sugestão da Santa Sé. Por outro lado, se no projecto primitivo se prometia a dissolução do Centro Católico, o Governo não via agora a razão pela qual, «dada a evolução

---

<sup>1218</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).



dos factos», não se podia admitir o compromisso de a Acção Católica permanecer fora e acima das competições políticas.

Nos apontamentos do núncio entregues a Mário de Figueiredo, que depois os deu a Salazar a título particular, este afirma que procurará que a Santa Sé elimine a norma da Acção Católica<sup>1219</sup>, o que deve ter sido feito pois, a 24 de Janeiro de 1940, a Santa Sé afirma que não pode eliminar as expressões «enquanto tais» e «naturalmente sem prejuízo dos direitos inerentes à missão da Igreja». Assim, se o Governo insistir no seu corte, prefere-se que seja suprimido o artigo, afirmando que, neste caso:

[A Santa Sé] confia que o Governo português usará para com as associações da Acção Católica o justo e benévolo tratamento e que estas poderão sempre desenvolver livremente a sua actividade<sup>1220</sup>.

Uma situação contrária à italiana, na qual o Estado reconhece as organizações da Acção Católica, garantindo a Santa Sé que a mesma se manterá fora de todos os partidos políticos e sob a dependência imediata da hierarquia da Igreja para a difusão e aplicação dos princípios católicos. Com a redacção deste artigo, que também não foi pacífico nessas negociações, a Santa Sé procurava evitar a fascização do movimento católico, o que passava pelo reconhecimento de que as associações católicas de juventude eram parte integrante da Acção Católica. Aliás, este terá sido um dos principais motivos que levaram Pio XI a encetar negociações com Mussolini. Mesmo assim, a Acção Católica italiana não deixaria de sofrer as suas investidas: em Maio de 1931 o *Duce* decide encerrar todos os círculos de juventude católica e dissolver a Federação Universitária Católica, que acusa de actividade política. E, de facto, na Itália de Mussolini as associações da Acção Católica constituíram, a partir de meados dos anos 20, «verdadeiros focos de actividade política católica»<sup>1221</sup>.

De acordo com Arturo Carlo Jemolo, «os Acordos de Latrão entraram em vigor dois anos antes da ofensiva – que como todas as ofensivas similares, foi acompanhada de episódios de violência – contra a Acção Católica: acusada sobretudo de promover um enquadramento de

---

<sup>1219</sup> «Apontamentos particulares dados pelo Núncio ao Dr. Mário de Figueiredo que (...) me foram entregues a título particular em 4 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 869-870).

<sup>1220</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).

<sup>1221</sup> John Pollard, «Italy». In *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*, org. Tom Buchaman e Martin Conway. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 83.

trabalhadores oposto ao dos sindicatos fascistas e de oferecer postos de comando a velhos elementos do Partido Popular, permaneceu sempre hostil ao fascismo»<sup>1222</sup>.

O desentendimento entre a Santa Sé e o Governo fascista explica-se claramente num relatório de Fontenay, embaixador de França junto da Santa Sé, dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros, a 5 de Junho de 1931, e que vem acompanhado de um quadro que aqui reproduzimos:

A querela entre fascismo e a Acção Católica entrou numa fase final. Após a reunião no Vaticano de todos os cardeais residentes em Roma, Mussolini convocou o Conselho Supremo Fascista para lhe submeter o litígio. Veja-se aqui em síntese os argumentos de ambas as partes<sup>1223</sup>:

TESE FASCISTA	TESE DO VATICANO
O fascismo reconheceu o catolicismo como religião de Estado, ele restabeleceu o crucifixo nas escolas e o ensino religioso obrigatório, quer nas suas escolas, quer nos seus colégios e liceus.	
	E nós estamos-lhe reconhecidos. Mas, sob o pretexto da liberdade de consciência, ele deu um estatuto legal às confissões não católicas, que desenvolvem agora uma actividade extraordinária nas suas obras de proselitismo.
Se nós combatemos a vossa acção Católica, é porque que contrariamente aos Acordos de Latrão, os seus membros, em grande parte antigos representantes do Partido Popular, ocupam-se de política	
	Nada poderá ser demonstrado. Até agora, apesar das investigações realizadas nas instalações da Acção, não se encontrou nem um documento que prove a violação da Concordata. Também poderíamos muito bem dizer que entre os fascistas se encontram socialistas, comunistas e maçons que, a coberto do sistema, defendem o anticlericalismo.
Não reduzimos nós os comunistas ao silêncio e suprimimos a franco-maçonaria, o vosso mais temido inimigo?	
	Sim, mas suprimindo a instituição vós conservaram os homens. O Sr. Giuriati, o secretário-geral do fascismo e os ministros Acerbo e Orfinati não são eles antigos destacados e combativos maçons?
Eles obedecem às ordens do chefe do Governo que rompe impiedosamente com todos aqueles que lhe resistem; como provou demitindo das suas altas funções os Sr. Farinnaci e Federzoni.	
	Dando-lhe excelentes compensações. Há, aliás, uma completa antinomia entre a teoria totalitária do fascismo e a da Igreja. Nós não faremos, em casa algum, depender, no exercício da nossa missão apostólica, da boa vontade de um homem ou de um partido.

<sup>1222</sup> Arturo Carlo Jemolo, *Chiesa e Stato in Italia. Dalla unificazione agli anni settanta*, 5ª ed. Turim: Einaudi, 1977, p. 251.

<sup>1223</sup> Ministère des Affaires Étrangères (Paris), Correspondance politique e commerciale, Europe, 1930-1940, ITALIE, 265 (série Z).

Não se trata de um partido mas da própria Nação. Esta não pode, se quer viver e desenvolver-se, tolerar uma concorrência doutrinal. Qualquer organização fascista visa a unidade nacional. Eis porque, reconhecendo à Igreja o direito de pregar o Evangelho, nós nos recusamos a permitir-lhe constituir grupos políticos religiosos fora das nossas formações oficiais.	
	É isso mesmo. A Igreja torna-se uma secção dos vossos sindicatos, os bispos são vossos subordinados e o Papa é o Grande Capelão da corte.
Vocês exageram. Nós não nos ocupamos dos vossos dogmas e da vossa moral; mas não podemos tolerar a criação de sindicatos cristãos à margem dos nossos sindicatos fascistas. A Campanha que vocês organizaram em torno da Encíclica <i>Rerum novarum</i> abriu-nos os olhos.	
	Não há só Itália. Leão XIII falou para os católicos do mundo inteiro. Jamais nós combatemos os vossos sindicatos oficiais que realizaram, em grande parte, o programa do Papa. É absolutamente falso que tenhamos tentado criar sindicatos cristãos na Península.
Sim ou não, vocês reconhecem que, nos vossos círculos de jovens católicos se formam grupos particulares fora das fileiras das nossas associações?	
	Eles continuam a fazer parte destas últimas. São vocês que os prejudicam com as perseguições dos últimos dias.
Não se pode servir dois mestres ao mesmo tempo	
	Porque não, quando eles são teoricamente de acordo?
Eles podem deixar de o estar.	É o que estamos sempre a temer, esforçando-nos por manter o acordo entre eles, mesmo com elevados sacrifícios. Lembram-se os senhores da supressão das nossas associações de escuteiros?
Essa é a juventude do futuro. É portanto nosso dever formar as jovens gerações na nossa escola.	
	Isso não vos autoriza a violar os tratados que assinaram apenas há três anos. Crêem vocês que é entre as fileiras da juventude que se encontram os antigos membros do Partido Popular?
Não ! Mas esse partido pode facilmente recrutar membros entre os jovens italianos e é isso que tem absolutamente de se evitar	
	Maltratando as crianças, destruindo as sedes da Acção Católica, atirando para a rua e pisando os retratos do Papa ... e do Rei, interditando as nossas associações de juventude.
Não mobilizámos nós as nossas forças policiais para proteger os vossos amigos e os vossos imóveis?	Sim, tolerando todas as violências, as quais ocorreram em toda a Itália o que parece indicar bem que os perturbadores da ordem obedecem a instruções vindas de cima.
Pouco importa. Agora com o assunto arrumado podemos encontrar um entendimento.	
	Não até que recuperemos todas as nossas liberdades. Vocês querem a luta. Nós aceitamo-la, seguros de que teremos o apoio da opinião católica do mundo inteiro.
Agora seguem-se ameaças?	
	Depois de actos de violência.

A 2 de Setembro de 1931, após prolongadas negociações, a Santa Sé e Mussolini chegam a acordo: a Acção Católica não se ocuparia de política, não teria associações profissionais ou sindicais, e as suas associações de jovens ficariam limitadas a divertimentos de natureza recreativa e educativa com finalidade religiosa. Acresce que seria reforçado o carácter diocesano e hierárquico da organização, sendo os dirigentes locais escolhidos pelos bispos não podendo ser opositores ao regime<sup>1224</sup>. Deste modo Pio XI pode salvaguardar a existência de organizações da Acção Católica<sup>1225</sup>, «a única organização autónoma sobrevivente no fascismo italiano e que competia com o governo no terreno da juventude»<sup>1226</sup>.

Perante o que aqui se expôs, a atitude do Governo português ganha consistência. Efectivamente, os conflitos suscitados entre o Papa e Mussolini em torno desta questão estiveram certamente presentes na posição de Oliveira Salazar. Não nos referimos apenas aos conflitos de 1931, pois já em Janeiro de 1927 Mussolini proibira as organizações não fascistas nas povoações com menos de 20 mil habitantes e obrigara aquelas que subsistiram nas grandes cidades a adoptar as insígnias fascistas. A Federação das Associações Desportivas Católicas desapareceu em 1927. No ano seguinte, as organizações com carácter paramilitar que não dependiam dos *Balilla*<sup>1227</sup> foram dissolvidas<sup>1228</sup>.

Com a exclusão do artigo sobre a Acção Católica no acordo com o Estado português, Oliveira Salazar sublinhava o primado do direito interno nesta matéria. A existência da Acção Católica ficava exclusivamente dependente da boa vontade do Governo<sup>1229</sup>, acrescentando ainda que, no futuro, «o peso do clero no seio da Acção Católica portuguesa vai limitar durante bastante tempo um afrontamento directo entre os movimentos católicos e o regime, até porque o catolicismo português, nesse momento [anos 30], na sua generalidade encara o bom relacionamento entre o Governo e a Igreja como favorecendo a acção desta»<sup>1230</sup>.

---

<sup>1224</sup> Jean-Dominique Durand, «Le christianisme dans l'Europe de la première moitié du XXe siècle. I. L'Italie». In *Histoire du Christianisme*, p. 363 e 386.

<sup>1225</sup> Jean-Marie Mayeur, «Trois Papes: Benoît XV, Pie XI, Pie XII». In *Histoire du Christianisme*, p. 13-43; Arturo Carlo Jemolo, *Chiesa e Stato in Italia*, p. 251-258.

<sup>1226</sup> Jean-Marie Mayeur, «Les Églises et les Relations Internationales. II. L'Église Catholique», p. 297-346. Para este assunto ver também P. Milza e S. Berstein, *Le fascisme italien. 1919-1945*, p. 269-272.

<sup>1227</sup> *Opera nazionale Balilla*: organização de juventude fascista, criada em 1926.

<sup>1228</sup> Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien*, p. 261. Estes autores afirmam que Pio XI considera a questão do enquadramento católico da juventude uma questão secundária, fixado que estava na «liquidação dum contencioso velho de 60 anos». P. Milza e S. Berstein, *Le fascisme italien*, p. 263.

<sup>1229</sup> Chegou a falar-se num protocolo adicional à Concordata de 1940 que não chegou a ser concretizado. Ver António Matos Ferreira, «A Acção Católica. Questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)». In AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia. 1926-1959*, vol. 2. Lisboa: Fragmentos, 1987, p. 292.

<sup>1230</sup> António Matos Ferreira, «A Acção Católica. Questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)», p. 293.

No regime nazi vão igualmente surgir problemas com a Acção Católica. O chefe da juventude hitleriana proibiu a pertença em simultâneo àquela organização e às juventudes católicas. Também aqui houve negociações e em Junho de 1934 chegou-se a um acordo quanto à aplicação do respectivo artigo da Concordata alemã: todas as associações desportivas e operárias da Igreja seriam incorporadas na Acção Católica, que ficava limitada a acções puramente religiosas, culturais ou caritativas. Depois, em Abril de 1934, o chefe da *Deutsche Arbeitsfront* (DAF), o sindicato oficial, proíbe a pertença simultânea à DAF e às organizações operárias católicas, sendo que era indispensável pertencer a esta espécie de sindicato para obter um emprego. Mas os conflitos não ficam por aqui: o chefe da Acção Católica de Berlim, Ernsnt Röhm, é assassinado na *Noite das Facas Longas* (de 30 de Junho para 1 de Julho de 1934). Se bem que desde a assinatura da Concordata em 1933 até esta data os conflitos se avolumassem, as associações de estudantes católicos só foram dissolvidas em 1938.

De iguais problemas vai padecer o regime de Vichy: «A independência dos movimentos confessionais de juventude será um sujeito de desacordo entre o episcopado francês e o regime de Vichy desejoso de enquadrar a juventude»<sup>1231</sup>.

Até o Governo espanhol tentou que Acção Católica não constasse da Concordata – eram frequentes, por exemplo, os confrontos entre o sindicato único criado em 1940 e o movimento operário católico – mas o Vaticano insistiu na inclusão do artigo e Franco cedeu (artigo 34º da Concordata espanhola de 1953). De facto, embora o franquismo, desde a guerra civil, tentasse suprimir as organizações católicas<sup>1232</sup>, certo é que Acção Católica tinha apoiado Franco durante e depois da Guerra Civil, e o seu controle estava garantido pela hierarquia fiel ao caudilho. A redacção desta norma na Concordata espanhola – «As associações da Acção Católica poderão desenvolver livremente o seu apostolado, sob a imediata dependência da hierarquia eclesiástica, mantendo-se, no que se refere a actividades de outro género, no âmbito da legislação geral do Estado»<sup>1233</sup> – era menos restritiva do que a de outras concordatas, como por exemplo, a da Lituânia<sup>1234</sup>, que reconhece as associações da Acção Católica mas desde que prosseguiram objectivos essencialmente religiosos, e a de Itália, que restringe a sua liberdade à difusão e actuação dos princípios católicos. Ao contrário desta, a Acção Católica espanhola podia desenvolver diversas actividades para a difusão e

---

<sup>1231</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 96.

<sup>1232</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España*, p. 296.

<sup>1233</sup> Não é assim verdade a afirmação de Tussel: segundo a redacção deste artigo nem mesmo no que diz respeito às matérias não estritamente eclesiásticas as associações católicas se sujeitavam à autoridade civil. Javier Tussel, *Franco y los católicos. La política interior española entre 1945 y 1957*. Madrid: Alianza Editorial, 1984, p. 266.

<sup>1234</sup> Lituânia, art 25º – O Estado não imporá quaisquer restrições na criação e na actividade de organizações da Acção Católica prosseguindo sobretudo fins religiosos e agindo sob a jurisdição do Bispo.

concretização dos princípios católicos. Este artigo terá mesmo desagradado ao movimento falangista, «porque poderia alterar o equilíbrio entre a Igreja, o Partido e o Exército em que assenta a situação interna da Espanha»<sup>1235</sup>. Mas o Governo espanhol entendia que as actividades de apostolado eram distintas das demais; logo, «que não constituem matéria de apostolado da Acção Católica as actividades propriamente políticas ou sindicais [...] nem tão-pouco as de índole técnica, financeira ou económica», e assim demonstrava também a sua confiança na hierarquia da Igreja<sup>1236</sup>.

Há mesmo quem diga que esta disposição foi nociva não só para o Estado espanhol, mas também para a Igreja. Juan Mairena Valdayo, doutor em Direito Canónico, escreve um artigo em 1971, no qual afirma que, pelo facto de a Igreja ser a única instituição que gozava de liberdade de associação, acabou por se procurar realizar objectivos e fins políticos e sociais, utilizando para este efeito organizações e associações religiosas – «as quais, na sua regulamentação e direcção interna, dada a sua finalidade religiosa, caem fora da competência do Estado – [objectivos e fins] que deveriam ser cumpridos por meio de outras associações legalmente reconhecidas pelo Estado»<sup>1237</sup>.

GP/PO – artigo 21º – O Estado providenciará no sentido de tornar possível aos membros católicos das suas organizações da juventude o cumprimento regular dos seus deveres religiosos nos domingos e dias festivos.

TD – artigo 19º – O Estado providenciará no sentido de tornar possível a todos os católicos, que estão ao seu serviço ou que são membros das suas organizações, o cumprimento regular dos deveres religiosos nos domingos e dias festivos.

A inserção desta norma na Concordata portuguesa deve ser entendida à luz da doutrina da Igreja:

Para a recta administração do Estado e para a defesa externa e interna da paz [...] o Estado se reserve à instituição e direcção de escolas preparatórias para o exercício dalgumas das suas funções, e nomeadamente para o Exército, desde que não ofenda os direitos da Igreja e da família naquilo que lhes pertence. Não é inútil repetir aqui, dum modo particular, esta advertência, visto que nos nossos tempos (em que se vai difundindo um nacionalismo tão exagerado e falso quanto inimigo da verdadeira paz e prosperidade) costuma o Estado ultrapassar os justos limites, organizando militarmente a chamada educação física dos jovens (e às vezes mesmo das meninas, contra a própria natureza das coisas humanas), absorvendo muitas vezes desmesuradamente, no dia do Senhor, o tempo que deve ser dedicado aos deveres religiosos e ao santuário da vida familiar.

(Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI acerca da Educação Cristã da Juventude, 31 de Dezembro de 1929. Sublinhado acrescentado).

<sup>1235</sup> Ministero degli Affari Esteri (Roma). Affari Politici, 1950-1957. Santa Sede – Uffº 7, Pacco 1667 – Spagna.

<sup>1236</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10095bis.

<sup>1237</sup> *Ecclesia*, 30 de Janeiro de 1971, p. 19

Quando Monsenhor Colonna aprecia o projecto oficial do Governo português, em Agosto de 1937, considera que «tornar possível é muito pouco» e que é necessário dizer que «facilitará». Dirá ainda que esta «facilidade» deve ser extensível às outras instituições do Estado, além das organizações de juventude e que, não sendo o dia da Imaculada Conceição reconhecido como festivo, «ao menos que haja uma oração nos departamentos públicos»<sup>1238</sup>. Estas observações, que tiveram a concordância de Pacelli, serão, depois de aprovadas pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários (com a excepção da oração no dia da Imaculada), transmitidas ao núncio a 30 de Agosto de 1937<sup>1239</sup>.

A 16 de Setembro, Colonna informa Pacelli que «os Emi. Padres desejariam que fosse removida a palavra “de juventude” para indicar que a outras associações da infância, da adolescência, da maturidade, etc., deve ser facilitado o cumprimento dos deveres religiosos»<sup>1240</sup>. Quatro dias depois, Pacelli transmite ao núncio que «Os Em. Padres desejavam que fosse eliminada a palavra “de juventude” para indicar que também nas associações de adultos deve facilitar-se o cumprimento dos deveres religiosos»<sup>1241</sup>.

É assim que, a 21 de Outubro, naquela que é a sétima fórmula de Concordata, a Santa Sé propõe a seguinte redacção:

O Estado providenciará no sentido de facilitar a todos os católicos que estão ao seu serviço ou que sejam membros das suas organizações o cumprimento regular dos deveres religiosos nos domingos e dias festivos<sup>1242</sup>.

Mário de Figueiredo observa nas suas notas: «Talvez de admitir»<sup>1243</sup>. O núncio dirá ao jurista que o facto de se ter empregado «facilitar» visava, não que o Governo ficasse «com a obrigação de prover», mas excluir a possibilidade de o impedir caso causasse «grave incómodo». Sugeria-se ainda que a palavra «facilitar» pudesse talvez ser substituída por «tornar razoavelmente possível»<sup>1244</sup>.

---

<sup>1238</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1239</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1240</sup> Ofício nº 1689. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 150.

<sup>1241</sup> Anexo ao Ofício nº 3664/37. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fl. 152-157.

<sup>1242</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1243</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1244</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1);

O Governo, a 11 de Maio de 1938, aceita as alterações propostas, com excepção do uso da palavra «facilitar», «porque nela podia ver-se compreendida a ideia de que o Estado se obrigava a organizar ele mesmo os meios adequados ao cumprimento dos deveres religiosos». Aceita-se, em vez dela, «tornar razoavelmente possível»<sup>1245</sup>. A 20 de Agosto a Sagrada Congregação informa o núncio que, afinal, aceitaria a expressão «tornar possível», pois ela não tocava na doutrina e na disciplina católica<sup>1246</sup>. Este artigo ganhava assim uma muito maior abrangência.

### 5.1.6 ENSINO

O problema do ensino religioso nas escolas públicas e privadas é de suma importância para a Santa Sé, pois segundo a sua doutrina «não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã». A educação pertence à Igreja, à família e à sociedade civil. Primeiro, pertence à Igreja, «sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, porque reúne em si todos os meios para o seu fim que é a salvação eterna dos homens», suprema na sua ordem, a quem o seu divino fundador deu a missão de ensinar, de dirigir e preparar os homens, as suas associações e acções «em ordem à honestidade de costumes, integridade de vida, segundo a norma da doutrina revelada»; «além disso é direito inalienável da Igreja, e simultaneamente seu dever indispensável vigiar por toda a educação de seus filhos, os fiéis, em qualquer instituição, quer pública, quer particular, não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição, enquanto estão relacionadas com a religião e a moral». Em segundo lugar, a educação pertence à família, «instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade relativamente à sociedade civil»; «a educação mais eficaz e duradoira é aquela que se recebe numa família cristã bem ordenada e disciplinada, tanto mais eficaz quanto mais clara e constantemente aí brilhar sobretudo o bom exemplo dos pais e dos outros familiares». Mas, como a família é uma sociedade imperfeita, a sociedade civil tem preeminência sobre ela em ordem ao bem comum. Assim, cabe ao Estado «proteger e promover, e de modo

---

AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1245</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1246</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.



nenhum absorver a família e o indivíduo, ou substituir-se-lhes»; «é dever do Estado proteger com as suas leis o direito anterior da família sobre a educação cristã da prole [...] e por consequência respeitar o direito sobrenatural da Igreja a tal educação cristã». O Governo temporal só terá a ganhar em se coordenar com o espiritual, «pois que, enquanto o superior eclesiástico procura formar um bom cristão com a autoridade e os meios espirituais, segundo o seu fim, procura ao mesmo tempo e por necessária consequência formar um bom cidadão, como ele deve ser sob o governo político» (Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI, 31 de Dezembro de 1929, acerca da educação cristã da Juventude).

É normal, assim, que o ensino seja um dos aspectos que mais destaque merece na Concordata de 1940, não só pelas razões apontadas e porque o Código de Direito Canónico de 1917 ditava que os católicos estavam proibidos de frequentar escolas não católicas<sup>1247</sup>, como também porque o controlo da educação confere, senão o poder, pelo menos a ilusão de que se detém o controlo sobre o futuro<sup>1248</sup>. Não é despidendo lembrar que a educação religiosa e a orientação cristã do ensino constituíam aspectos nucleares para anular a herança secular republicana, de modo a que as futuras gerações abraçassem positivamente o Estado Novo.

Também aqui, com se viu atrás, muito já havia sido feito no domínio da legislação interna. Por essa razão, afirmará Domingos Fezas Vital no parecer da Câmara Corporativa sobre a Concordata:

Contém a Concordata disposições referentes ao ensino, mas pode dizer-se que, na essência das coisas, nada inovam, ou, se inovam, as inovações aparecem como consequência lógica de disposições constitucionais<sup>1249</sup>.

GP/PO – artigo 22º, § 1 – É livre às associações e organizações da Igreja o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos gerais, à fiscalização deste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas ou oficializadas.

TD – artigo 20º, § 1 – As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização deste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas ou oficializadas.

Para justificar a existência desta norma, o Cardeal Gonçalves Cerejeira invoca a Constituição, no seu artigo 8º, n. 5, que determina que ninguém pode ser privado da liberdade pessoal, e o artigo 44º, que consagra «o livre estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categorias do

<sup>1247</sup> Mário Bigotte Chorão, «Formação Eclesiástica e Educação Moral». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 241.

<sup>1248</sup> Ver Tom Gallagher, «Portugal». In *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*, p. 141 e ss.

<sup>1249</sup> *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 88, 23 de Maio de 1940, p. 57.

respectivo pessoal docente não serem inferiores ao dos estabelecimentos oficiais similares». O Decreto nº 19.244, de 16 de Janeiro de 1931, artigo 4º, aliás, já permitia o ensino «a quaisquer entidades, de direito público ou privado, individuais ou colectivas, cumpridas as formalidades legais». Também a este respeito se invoca a doutrina da Igreja:

É injusto e ilícito todo o monopólio educativo ou escolar, que física ou moralmente constrinja as famílias a frequentar as escolas do Estado, contra as obrigações da consciência cristã ou mesmo contra as suas legítimas preferências.

(Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI acerca da Educação Cristã da Juventude, 31 de Dezembro de 1929).

Em Agosto de 1937, Monsenhor Colonna sugere que, além da liberdade de «estabelecer escolas particulares», se junte a expressão «e manter», para tornar o texto «mais claro»<sup>1250</sup>. O relatório que acusa a recepção do projecto oficial explicitará que esta modificação evita que, no futuro «um governo hostil possa impor o encerramento das escolas privadas católicas já existentes». Acresce ainda que a redacção do Governo pareceu aos cardeais da Sagrada Congregação demasiado ampla no que se referia à fiscalização do Estado, pois conferia-lhe, em certa medida, o direito de controlo sobre escolas que não eram, nem públicas, nem equiparadas, nem subsidiadas. Pede-se, assim, «uma determinação bem precisa do controlo estatal»<sup>1251</sup>.

E, assim, a 21 de Outubro de 1937 a Santa Sé propõe a seguinte formulação:

As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, salvas as obrigações sancionadas pela lei portuguesa a fim de obter equiparação e os subsídios do Estado<sup>1252</sup>.

Quanto à posição do Vaticano relativamente à fiscalização do Estado, Mário de Figueiredo considera que a mesma resultou de uma má interpretação e que haverá necessidade de tornar claro que «estas escolas e cursos ficam sujeitos ao regime comum aplicável a todo o ensino particular e não a um regime especial que só para elas vigore»<sup>1253</sup>. Assim, na fórmula

---

<sup>1250</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1251</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1252</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1253</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

de 11 de Maio de 1938, dir-se-á que as escolas da Igreja paralelas às do Estado ficarão sujeitas à sua fiscalização nos termos do direito comum. Na nota explicativa desta mesma proposta, lembra-se que o princípio geral de fiscalização é uma obrigação constitucional<sup>1254</sup>.

Num relatório de um autor não identificado, proveniente da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, recomenda-se a aceitação da redacção do Governo, «desde que o núncio ateste que isso não será nocivo para as boas escolas católicas de Portugal (se as houver)»<sup>1255</sup>. Mas estas observações não serão aprovadas pela Sagrada Congregação, a qual transmite ao núncio que a sujeição das escolas à fiscalização nos termos do direito comum constituiu, «ainda mais em Estados de tendência totalitária, uma fórmula perigosa, da qual, sobretudo na Alemanha, se tem feito um grande abuso». Defende-se, assim, que a fiscalização deve ser limitada às escolas subsidiadas ou equiparadas às do Estado; caso contrário «de pouco vale a liberdade reconhecida à Igreja». Pede-se ao núncio que veja se consegue «alguma melhoria nesta matéria tão importante», razão pela qual este insistirá na redacção da Santa Sé<sup>1256</sup>.

Salazar anota, a 15 de Setembro, que não se compreende o regime de privilégio que a Santa Sé reivindica para as suas escolas «comparativamente com todas as outras escolas particulares», «nem se percebe como no documento agora apresentado se amesquinha tanto a liberdade concedida salvo o direito de fiscalização do Estado». A verdade é que a fiscalização das escolas particulares pelo Estado estava legalmente consagrada desde, pelo menos, 1832 («as atribuições administrativas a respeito da instrução de primeiras letras, compreendem o estabelecimento das Escolas, a inspecção delas, as instigações, e as recompensas, sem com tudo constranger a liberdade do ensino, cujo o exercício é de direito natural»<sup>1257</sup>). Diz ainda que a fórmula do Governo não pode ser substituída por outra, até porque considerava que se

---

<sup>1254</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1255</sup> Relatório de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss. Sublinhado acrescentado.

<sup>1256</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1257</sup> Relatório de José Xavier Mouzinho da Silveira, aos Decretos nº 22, 23 e 24, *Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832. Primeira Série. Segunda Edição aumentada de muitos Diplomas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936.

deveria mesmo obrigar «à equiparação dos cursos preparatórios»<sup>1258</sup>. A 28 de Março de 1939, transmite-se à Santa Sé que se mantém a redacção proposta pelo Governo<sup>1259</sup>.

Insistindo na ideia já exposta, a Santa Sé pede, então, que em vez de «fiscalização» se diga «vigilância». Levanta agora uma nova objecção: «A frase "podendo ser subsidiadas ou oficializadas" parece à Santa Sé demasiado fraca» (porque dependentes exclusivamente da vontade do Governo). A 4 de Julho de 1939, o Governo reitera o argumento da exigência constitucional, citando para este efeito o já referido artigo 45º da Constituição<sup>1260</sup>.

A Igreja Católica acaba por admitir a posição do Governo, aceitando finalmente que não se pode esperar que se crie para as suas escolas um regime particular contrário ao estipulado na Constituição. Quanto aos subsídios e equiparação das escolas, diz-se que existe um certo condicionamento já que os mesmos dependem de um acto discricionário do Estado<sup>1261</sup>.

A Igreja cederá, assim, às exigências do Governo português, aceitando a sujeição das suas escolas ao direito comum no que se refere à fiscalização pelo Estado, ao regime de financiamento e à oficialização.

GP/PO – artigo 22º, § 1 – O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende da autorização do Estado.

TD – O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende da autorização do Estado, e poderá ser livremente ministrado pela autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados.

Quanto a esta norma, o Cardeal Cerejeira invoca o artigo 43º, § 4 da Constituição<sup>1262</sup>, que ia também ao encontro do preceituado no projecto oficial da Concordata. O ensino religioso nas escolas particulares já fora até autorizado pelo Decreto nº 11.887, artigo 17º, 6 de Julho de 1926.

---

<sup>1258</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1259</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1260</sup> «Resposta do Governo Português ao Documento entregue pelo nuncio de Sua Santidade em 12 de Junho de 1939 acerca dos projectos de Concordata e de Acordo Missionário». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 702-714).

<sup>1261</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1262</sup> «Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares.»

A Santa Sé vai considerar, a 30 de Agosto de 1937, que se deve juntar a seguinte afirmação presente no seu projecto primitivo da Santa Sé: «Poderá ser livremente ministrado pela autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados»<sup>1263</sup>.

Em seu entender, tratava-se de «uma afirmação de princípio», para além do que se protegem os professores de religião de «possíveis ataques quando exercitam o ensino em Portugal»<sup>1264</sup>. Em conformidade, a Santa Sé apresenta, a 21 de Outubro de 1937, uma nova redacção do preceito<sup>1265</sup>. No entanto, Mário de Figueiredo anotarà: «se se quer significar com a parte acrescentada que a autoridade eclesiástica pode entrar, sem acordo dos respectivos proprietários ou directores, nos estabelecimentos de ensino particular, é inadmissível; se se quer significar que o ensino religioso pode aí ser livremente ministrado com o acordo daqueles, é inútil»<sup>1266</sup>. A 11 de Maio de 1938, a Santa Sé é informada que, se for este último o sentido da proposta de alteração, pode aceitar-se, «embora nada acrescente ao que já estava no projecto governamental», fazendo-se a ressalva de que «com a nova redacção se não atribui à autoridade eclesiástica interferência nas escolas particulares contra a vontade dos seus directores»<sup>1267</sup>.

GP/PO – artigo 11º, § 3 – É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado pelo que respeita ao corpo docente e disciplinar, à organização de programas e escolha de compêndios de filosofia e disciplinas do curso teológico.

TD – artigo 20, § 3 – É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. A este deverão, no entanto, ser comunicados os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas. As autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais, como no da história, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português.

No que respeita à livre fundação de seminários ou outros estabelecimentos de formação eclesiástica, o Cardeal Cerejeira invoca as concordatas romena, italiana, alemã, austríaca<sup>1268</sup>, bem como o artigo 6º do Decreto nº 3856, de 22 de Fevereiro de 1918, que dispunha:

---

<sup>1263</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1264</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1265</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1266</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1267</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1268</sup> Ver nota 713.

As entidades portuguesas dirigentes das diversas confissões religiosas podem livremente fundar estabelecimentos em que seja ministrado o ensino da teologia e das respectivas disciplinas preparatórias, não podendo, porém, tais estabelecimentos ter outra aplicação.

Já no que se refere à fiscalização, o artigo 187º da Lei da Separação de 1911 determinava a sujeição dos seminários à fiscalização do Governo no que respeitava ao seu funcionamento interno, ao regime escolar e ao sistema de provas finais.

Monsenhor Colonna considera que o adjectivo «alta», que precede «cultura eclesiástica», podia constituir um motivo para diminuir a liberdade da Igreja. Diz ainda que a livre escolha de textos pela autoridade eclesiástica não deveria estar confinada à filosofia e à teologia, pois «num país imbuído de regalismo e no qual a luta contra a Igreja ocorreu muitas vezes na praça pública é necessário que os clérigos estejam bem preparados na história e no direito»<sup>1269</sup>.

Na resposta ao núncio após a recepção do projecto de Concordata comunica-se que os cardeais da Sagrada Congregação desejavam que a norma sobre os seminários fosse tratada num artigo à parte, «dada a sua especial importância». Por outro lado, pareceu aos mesmos cardeais que dizer que o regime interno dos seminários não ficava sujeito à interferência estatal podia ser interpretado como «o reconhecimento de um direito geral de controlo do Estado, ao qual a Concordata imporá restrições». Depois o núncio é informado de que a liberdade de escolha dos textos de filosofia e teologia não é suficiente. Para o reforçar, afirma-se:

Vossa Excelência conhece demasiado bem Portugal para não saber os abusos cometidos através da história e do Direito Canónico contra a Igreja<sup>1270</sup>.

Deste modo, para «satisfazer a exigência do Governo e os direitos da Igreja», a 21 de Outubro de 1937 sugere-se uma outra redacção:

É livre a fundação e regime dos seminários ou de quaisquer estabelecimentos de formação eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. As autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que sejam observados nos ditos institutos os regulamentos gerais de higiene e que no ensino das disciplinas especiais, como no da história, nada se diga de contrário ao legítimo sentimento patriótico português<sup>1271</sup>.

---

<sup>1269</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1270</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1271</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

O núncio explicará a Mário de Figueiredo que esta «é uma questão de princípio de que a Igreja não pode prescindir; pode amanhã não opor embargo à fiscalização de facto, baseada na lei geral, mas não pode prescindir da afirmação do princípio»<sup>1272</sup>. Esta discussão tem provavelmente como fundamento a doutrina da Igreja no que respeita ao ensino, que ganhava ainda maior preeminência quanto se discutia o regime dos seminários:

É indispensável que todo o ensino e toda a organização da escola: mestres, programas, livros, em todas as disciplinas, sejam regidos pelo espírito cristão, sob a direcção e vigilância maternal da Igreja Católica, de modo que a Religião seja verdadeiramente fundamento e coroa de toda a instrução, em todos os graus, não só elementar, mas também media e superior.

(Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, do Papa Pio XI, acerca da educação cristã da juventude, 31 de Dezembro de 1929)

Monsenhor Ciriaci terá dito ainda que «afirmado o princípio sem restrições», talvez se pudesse admitir-se a sugestão de Mário de Figueiredo: a autoridade eclesiástica comunicaria ao Estado «quais os livros das disciplinas não filosóficas e teológicas adoptados, para este verificar se neles se continha alguma coisa que contrariasse a formação que entendia dever ministrar aos seus jovens e de poder, nos termos do direito comum, fiscalizar a segurança e higiene do edifício»<sup>1273</sup>.

Assim, naquela que é a oitava fórmula da Concordata e «para dar satisfação ao espírito do que com a nova redacção proposta se deseja», o Governo propõe, a 11 de Maio de 1938, a seguinte formulação:

É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. A este deverão, no entanto, ser comunicados os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas. Incumbe às autoridades eclesiásticas velar pela formação nacionalista dos seus educandos<sup>1274</sup>.

De acordo com a nota explicativa que acompanha este texto, tal não significa que o Estado não fiscalizará, nos termos do direito comum, as condições de segurança e higiene dos

---

<sup>1272</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1273</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1274</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

edifícios; «além disso, pressupõe o direito para o Estado de se opor a que seja adoptado algum dos livros a que se refere a alínea»<sup>1275</sup>.

Num relatório interno dos Assuntos Eclesiásticos e Extraordinários, de 9 de Julho de 1938, insiste-se na necessidade imperativa de se «excluir do controlo governativo os livros não só de filosofia e teologia mas também jurídicos». Apesar de se considerar grave que os textos de história profana dos futuros sacerdotes tenham o *nulla osta* do Governo, diz-se que, apesar disso, a redacção proposta é de tal forma diferente da primeira que «quase se pode aceitar». Sugere-se assim às autoridades portuguesas a seguinte redacção:

Serão comunicados às autoridades escolares os livros adoptados nas aulas que não façam parte dos cursos de filosofia teologia e direito, e não sendo sobre estas matérias, (...) <sup>1276</sup>.

Diz-se ainda que a palavra «nacionalista» deve ser substituída por «patriótica»<sup>1277</sup>.

Cerejeira explica a Pacelli, a 1 de Agosto de 1938, que «o Governo pensa justamente nos livros de história, como aqueles pelos quais não pode deixar de interessar-se» e diz ainda que «tem sido este também um ponto contra o qual tenho empenhado os meus esforços»<sup>1278</sup>.

Nas observações transmitidas pela Sagrada Congregação ao núncio acerca da proposta governativa portuguesa, a 30 de Agosto de 1938, insiste-se na redacção de Outubro de 1937 e diz-se que é «exorbitante» a exigência de que, nos seminários, «as autoridades eclesiásticas deverão vigiar a formação nacionalista dos seus educandos»<sup>1279</sup>.

A 9 de Setembro de 1938, o núncio explica a Teixeira de Sampaio que de pouco vale a liberdade que se reconhece à Igreja se esta não puder usufruir dela nos seminários. Na conversa que ambos tiveram o representante da Santa Sé terá ainda dito que a censura aos livros era «impossível»<sup>1280</sup>.

Nas suas notas de 15 de Setembro, o chefe do Governo escreve:

---

<sup>1275</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1276</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1277</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1278</sup> Observações do Cardeal Cerejeira dirigidas ao Cardeal Secretário de Estado. ASV, AES – Portugallo, pos. 427 (4), Fasc. 172, fl. 124-125.

<sup>1279</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portugallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1280</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).



Continuo a não compreender que espécie de infalibilidade pode arrogar-se a Santa Sé nas matemáticas ou na história e na geografia e como seria afrontoso ou perigoso para o ensino dos Seminários a comunicação dos livros adoptados ao Governo.

[...]

Sobre formação nacionalista dos educandos a fórmula da Santa Sé não parece suficiente; e os tempos vão bastante maus e há bastante confusão nos espíritos para que o Governo possa alhear-se da questão<sup>1281</sup>.

A Santa Sé irá continuar a discutir internamente o problema e a afirmar a necessidade de defender «a liberdade das escolas católicas e particularmente do ensino nos seminários»<sup>1282</sup>.

Por seu turno, o Governo, a 28 de Março de 1939, insiste na redacção que propôs<sup>1283</sup>, mas a Santa Sé, a 12 de Junho de 1939, sugere a mudança da última frase do parágrafo:

As autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que, no ensino das disciplinas especiais, como no da história, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português<sup>1284</sup>.

O Governo cede à vontade da Santa Sé, aceitando a substituição da palavra «nacionalista» por «patriótico». Compreende que a mesma, em face dos acontecimentos na Alemanha, se apresente suspeita para a Igreja, embora afirme que tal desconfiança não decorre do «caso português». Mas as autoridades portuguesas mantêm-se irredutíveis quanto à fiscalização dos livros. Propõe-se, então, a seguinte redacção:

As autoridades eclesiásticas ficam obrigadas a ter em conta, no ensino das disciplinas especiais, o legítimo sentimento patriótico português<sup>1285</sup>.

É certo, explicitar-se-á, que poderia dizer-se: «se as autoridades eclesiásticas ficam obrigadas a ter em conta, no ensino das disciplinas especiais, o legítimo sentimento patriótico português, [então] o Governo, se souber, pelo conhecimento dos textos, que a obrigação não é

---

<sup>1281</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1282</sup> Relatório da Santa Sé de 8 de Março, de autor não identificado. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 180-189.

<sup>1283</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1284</sup> «Resposta da Santa Sé acerca do novo projecto de Concordata e de Acordo Missionário apresentado pelo Governo Português em 28 de Março de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 700-701).

<sup>1285</sup> «Resposta do Governo Português ao Documento entregue pelo nuncio de Sua Santidade em 12 de Junho de 1939 acerca dos projectos de Concordata e de Acordo Missionário». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 702-714).

cumprida tem o direito de a fazer cumprir». Porém, o Governo entende que «em vez de o conhecimento dos textos adoptados lhe chegar por acaso ou através de devassas, o que pode ser perigoso, é preferível que lhe chegue por comunicação directa das autoridades competentes». Assim, insiste que se mantenha o penúltimo período, «tanto mais que está convencido de ter ido nesta matéria além do razoável, pois a verdadeira posição teria sido que o ensino secundário (salvo o estudo da filosofia pelo seu especial melindre) se fizesse em todos os estabelecimentos pelos livros oficialmente aprovados»<sup>1286</sup>. A 21 de Novembro de 1939, a Santa Sé cede<sup>1287</sup>.

Esta discussão enquadra-se bem no António Nóvoa que afirma acerca da educação do Estado Novo:

A escola nacionalista integra uma forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral, baseando-se num esforço de produção de consensos sociais fundados em valores que se dizem atemporais e indiscutíveis. O sistema educativo contribui para a interiorização de um modelo de sociedade que traduz projectos unificadores no plano político, simbólico e cultural<sup>1288</sup>.

É certo que a educação na I República constituía também um instrumento de afirmação e até de propaganda do Estado<sup>1289</sup>. No entanto, é indubitável que, pedagógica e ideologicamente, a escola, na I República e no Estado Novo, foi concebida de modo distinto:

A metáfora do *molde* (o mestre é um modelador de almas, um escultor das novas gerações) que traduz uma inculcação «de fora para dentro», impõe-se às anteriores metáforas *hortícolas* (a criança é uma planta, o professor é um jardineiro), que reflectem um movimento «de dentro para fora»<sup>1290</sup>.

Também nesta matéria, a Concordata espanhola era mais favorável à Igreja Católica. Em Espanha, os seminários, bem como as universidades eclesiásticas, seriam ajudados financeiramente pelo Estado. Ficou estabelecida a obrigatoriedade de comunicar ao Ministério da Educação Nacional os textos, os programas e os horários das disciplinas que não fossem filosóficas ou teológicas, mas «com carácter puramente informativo» (artigo 30º)<sup>1291</sup>. Trata-

---

<sup>1286</sup> «Resposta do Governo Português ao Documento entregue pelo nuncio de Sua Santidade em 12 de Junho de 1939 acerca dos projectos de Concordata e de Acordo Missionário». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 702-714).

<sup>1287</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1288</sup> António Nóvoa, «Educação Nacional». In *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. 1. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 286.

<sup>1289</sup> Ver Rui Ramos, *A Segunda Fundação* (1890-1926), vol. 6, *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 420-421.

<sup>1290</sup> António Nóvoa, «Educação Nacional», p. 288.

<sup>1291</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10095bis.

se, aliás, de uma confirmação do que fora estipulado no acordo de 8 de Dezembro de 1946 sobre os seminários e as universidades de estudos eclesiásticos.

GP/PO – artigo 23º, § 1 – O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País. Nestas condições, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não exprimirem desejo contrário.

TD – artigo 21º, § 1 – O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do País. Consequentemente, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção.

O ensino religioso nas escolas primárias públicas fora extinto por Decreto de 22 de Outubro de 1910. A Concordata vai repô-lo, sendo que a doutrina católica nesta matéria era:

A escola, considerada até nas suas origens históricas, é por sua natureza instituição subsidiária e complementar da família e da Igreja, e portanto, por lógica necessidade moral deve não somente não contradizer, mas harmonizar-se positivamente com os outros dois ambientes, na mais perfeita unidade moral possível, a ponto de poder constituir, juntamente com a família e com a Igreja, um único santuário, sacro para a educação cristã, sob pena de falir no seu escopo, e de converter-se, em caso contrário, em obra de destruição.

Não ocorre repetir aqui quanto acerca deste assunto disseram os Nossos Predecessores, nomeadamente Pio IX e Leão XIII, em cujos tempos começou particularmente a dominar o laicismo na escola pública. Nós renovamos e confirmamos as suas declarações e juntamente as prescrições dos Sagrados Cânones pelas quais é proibida aos jovens católicos a frequência de escolas acatólicas, neutras ou mistas, isto é, daquelas que são abertas indiferentemente para católicos e não católicos, sem distinção, e só pode tolerar-se tal frequência unicamente em determinadas circunstâncias de lugar e de tempo, e sob especiais cautelas de que é juiz o Ordinário.

Não pode admitir-se para os católicos a escola mista (pior se única e obrigatória para todos), na qual, dando-se-lhes em separado a instrução religiosa, eles recebem o resto do ensino em comum com os alunos não católicos de professores acatólicos. Pois que uma escola não se torna conforme aos direitos da Igreja e da família cristã e digna da frequência dos alunos católicos, pelo simples facto de que nela se ministra a instrução religiosa, e muitas vezes com bastante parcimónia.

(Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI acerca da Educação Cristã da Juventude, 31 de Dezembro de 1929).

Ora, mesmo considerando que os encarregados de educação podiam solicitar a dispensa da educação religiosa, a escola do Estado Novo, tal como aparece configurada na Concordata de 1940, não era uma escola mista, pois a sua orientação era católica. Esta era, aliás, o resultado das alterações constitucionais de 1935, designadas «Emendas Guardiola», as quais determinavam que o ensino deveria ser orientado pelos «princípios da doutrina moral cristã tradicional do país». Longe ia já a afirmação do artigo 43º, § 3 da Constituição de 1933 de que o «ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso».

Monsenhor Colonna, em face da proposta portuguesa, dirá: «Orientado é pouco; deve dizer-se “conforme” ou, pelo menos, “em harmonia com os”»<sup>1292</sup>.

A Santa Sé, no seu relatório oficial de recepção do projecto do Governo de 30 de Agosto de 1937, aproveita a ideia de Colonna, mas sugere outras expressões: «inspirado pela» ou «conforme à» ou «segundo os ...». Congratula-se pelo facto de Oliveira Salazar ter proposto a substituição da expressão «não deverá hostilizar», que constava do projecto primitivo da Santa Sé numa demonstração de agrado pelas melhorias introduzidas pelo Governo ao seu texto – também aí, nada estava definitivamente assente. Considera também que indo Portugal concluir uma Concordata com a Santa Sé, seria então «desejável que, em lugar de “doutrina e ... moral cristã” se dissesse, clara e francamente, “católica”». Diz ainda que se deveria inserir neste parágrafo «um artigo que preveja a instituição – embora não imediata – de uma cátedra facultativa de religião, especialmente de apologética, na universidade, como está referido, pelo menos de passagem, na Concordata germânica (Berlim) e italiana (Florença), etc.»<sup>1293</sup>.

Esta proposta significa que a Santa Sé considerava prematura a instituição de uma universidade católica em Portugal. Quando o Arcebispo de Évora, Manuel da Conceição Santos, envia um memorial solicitando ao Papa, em nome dos bispos, a criação de uma universidade católica (3 de Fevereiro de 1929), o qual está escrito em latim e é subscrito pela «Comissão Episcopal para a erecção do Instituto Católico» e assinada pelos bispos de Braga, Évora e Coimbra, a Santa Sé escreve uma carta, a qual tem a indicação de não ter sido enviada. Nesta, considera prematura a criação de uma universidade católica, «tornando-se necessário, antes de erigir um instituto tão dispendioso, que deve contar com um corpo de professores seleccionados, ao mesmo tempo, numeroso, que os seminários diocesanos sejam providos completamente em boa ordem, material e moral»<sup>1294</sup>. Esta situação é bem distinta da espanhola, pois logo a 8 de Dezembro de 1946, o núncio e o ministro dos Assuntos Exteriores assinam um acordo que prevê que «o Governo espanhol assumirá o encargo financeiro do funcionamento de um Seminário em cada diocese e contribuirá para a manutenção e desenvolvimento das universidades pontificias de Salamanca e Comillas, bem como das que forem criadas posteriormente», acordo que será confirmado pela Concordata de 1953<sup>1295</sup>.

---

<sup>1292</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1293</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1294</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 362 P.O., fasc. 97, fl. 55 e ss.

<sup>1295</sup> Archives Diplomatiques du Quai d’Orsay, Série Z, Europe, 1949-1955, Espagne, 141, fl. 42.

Regressando ao projecto português, os diplomatas da Santa Sé entendem que a dispensa do ensino da religião e moral católicas não deve decorrer apenas do facto de os progenitores se oporem. Propõe-se, deste modo, que em vez da expressão «exprimirem o desejo em contrário», se diga «não exprimirem por escrito o pedido de isenção»<sup>1296</sup>.

Assim, na sétima fórmula da Concordata, apresentada pela Santa Sé ao Governo a 21 de Outubro, propõe-se o seguinte texto:

O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será conforme aos princípios da doutrina e moral católicas, tradicionais do País. Nesta condições, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias a todos os alunos, exceptuados aqueles cujos pais, ou quem faça as suas vezes, fizerem por escrito o pedido de isenção.

Acrescenta-se ainda o seguinte parágrafo:

Verificando-se condições favoráveis procurar-se-á instituir cátedras facultativas de religião, especialmente de apologética, nas universidades.

Relativamente a esta proposta, Mário de Figueiredo dirá:

À parte o 3º período da alínea 1ª em que, apesar de platónico, não é de admitir por motivos políticos, no resto diz-se redundantemente o que já se encontra, com redacção mais precisa, no texto governamental.

O acrescentamento último não parece de admitir<sup>1297</sup>.

De acordo com estas observações, que parecem denotar alguma pretensão de supremacia académica (aqui como noutras ocasiões), a 11 de Maio de 1938 o Governo insiste na sua redacção. Primeiro, porque considera que «a doutrina e moral cristãs, tradicionais do país são a doutrina e moral católicas»; depois, porque a expressão reproduz o artigo 43º, § 3 da Constituição<sup>1298</sup>.

Quanto à proposta da Santa Sé sobre a dispensa do ensino da religião, afirma-se:

---

<sup>1296</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1297</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1298</sup> «O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País». Relembre-se, por facilidade de leitura, a redacção proposta pelo Governo: «O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do País. Nestas condições, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não exprimirem desejo contrário».

Faz supor que a isenção é um favor que se torna necessário requerer, o que não é de admitir num sistema constitucional que estabelece o princípio de que a educação pertence em primeiro lugar à família. Depois é à lei interna que pertence determinar a forma por que deve ser expresso o desejo contrário, parecendo chocante que seja indicada no texto de uma concordata.

O aditamento final não pode ser aceite. Praticamente é destituído de eficiência e é impolítico (além de que a sua doutrina não aparecia no projecto inicial)<sup>1299</sup>.

Salazar, tomando apontamentos sobre a proposta da Santa Sé, a 15 de Setembro de 1938, manifesta a sua opinião, considerando:

- Orientado é mais conforme e sobretudo mais do que consentâneo, que obrigaria apenas a não estar em contradição.
- Há inconveniente em que a fórmula constitucional seja substituída por outra, com o que se indicaria a possibilidade de interpretação diferente.

No entanto, estes dois aspectos são para o Presidente do Conselho «questões de somenos importância e não vale a pena talvez gastar muito tempo com elas»<sup>1300</sup>.

O núncio sugerirá ainda, a 21 de Novembro de 1939, uma redacção que aceita a fórmula do Governo português quanto aos dois aspectos acima referidos; relativamente à isenção do ensino da religião, propõe a redacção da Santa Sé mas com a eliminação da palavra «por escrito»<sup>1301</sup>.

Num parecer da Câmara Corporativa às referidas emendas constitucionais, do qual foi relator Gustavo Cordeiro Ramos, afirma-se:

Na maior parte das nações modernas, mesmo em regime de separação, se julga, e bem, que o respeito da liberdade espiritual consiste, não no laicismo escolar, mas na adopção do ensino confessional, de acordo com a vontade dos pais e seus tutores, responsáveis pela formação moral dos seus educandos<sup>1302</sup>.

---

<sup>1299</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1300</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1301</sup> «O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do País. Consequentemente, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção.» ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1302</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 41, 4 de Abril de 1935, p. 857.

O mesmo parecer acrescenta que esta doutrina é uma realidade nos seguintes países: Suécia, Noruega, Dinamarca, Bélgica, Hungria, Checoslováquia, Jugoslávia. E que o ensino religioso nas escolas públicas seria ainda autorizado em países concordatários, como a Polónia, a Itália, a Áustria, a Alemanha e a Roménia<sup>1303</sup>.

O artigo 13º, § 1, da Concordata polaca afirmava:

Em todas as escolas públicas, à excepção das escolas superiores, o ensino religioso é obrigatório. Este ensino será ministrado à juventude católica por professores nomeados pelas autoridades eclesiásticas que os escolhem exclusivamente entre as pessoas autorizadas pelos ordinários a ensinar a religião. As autoridades eclesiásticas competentes supervisionarão o ensino religioso no que diz respeito ao seu conteúdo e à moral dos professores.

No caso de um Ordinário retirar a um professor a autorização que lhe fora dada, este último será pela mesma privado de ensinar a Religião.

O artigo 6º da Concordata austríaca dispunha:

A Igreja tem o direito de dar a instrução religiosa e de prover aos exercícios religiosos para os alunos católicos em todos os institutos de ensino primário e secundário. Fica acordado que os ordinários diocesanos procederão de acordo com a suprema autoridade escolar competente para introduzir uma regulamentação religiosa mais extensa do que a que está actualmente em vigor.

A Igreja tem o direito de dirigir e de vigiar directamente a instrução religiosa e os exercícios de piedade.

A instrução religiosa será dada ordinariamente por sacerdotes; em caso de necessidade, poder-se-á também lançar mão de mestres leigos ou outras pessoas aptas, de acordo com a Autoridade eclesiástica e a Autoridade escolar do Estado. Para o ensino da religião não se empregarão senão pessoas que forem declaradas idóneas pela Autoridade eclesiástica. A faculdade de ensinar a religião é ligada à posse da missão canónica.

Os programas de instrução religiosa serão fixados pela Autoridade eclesiástica; para a instrução religiosa não se poderão empregar senão os textos aprovados pela Autoridade eclesiástica.

O texto da Concordata com o Estado italiano (artigo 36º), onde a instrução religiosa nas escolas era já obrigatória desde 1923, determinava:

A Itália considera como o fundamento e o coroamento da instrução pública o ensino da doutrina cristã segundo a forma recebida da tradição católica. Por isso, consente que o ensino religioso ministrado actualmente nas escolas públicas elementares tenha um desenvolvimento ulterior nas escolas médias, segundo um programa a estabelecer por acordo entre a Santa Sé e o Estado.

Este ensino será ministrado por intermédio de mestres ou professores, sacerdotes ou religiosos, aprovados pela autoridade eclesiástica, e subsidiariamente por intermédio de mestres e

---

<sup>1303</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 41, 4 de Abril de 1935, p. 857.

professores leigos que sejam para este fim munidos de um certificado de capacidade a leccionar pelo Ordinário diocesano.

A revogação do certificado por parte do Ordinário tira ao mestre, sem mais formalidades, o poder de ensinar.

Para o dito ensino religioso nas escolas públicas, não serão utilizados senão os manuais aprovados pela autoridade eclesiástica.

Já na Concordata alemã o ensino religioso foi regulado da seguinte forma (artigos 21º e 22º):

O ensino da religião católica nas escolas elementares, profissionais, médias e superiores é matéria ordinária de ensino e será dado conformemente aos princípios da Igreja Católica [...].

O programa de ensino religioso e a escolha dos manuais de instrução religiosa serão fixados de acordo com a autoridade eclesiástica superior. As autoridades religiosas superiores terão os meios de examinar, de acordo com as autoridades escolares, se os alunos recebem instrução religiosa conformemente às exigências da Igreja.

A designação dos professores de religião católica tem lugar de comum entendimento entre o Bispo e o governo do País.

Os professores que o Bispo, em razão da sua doutrina e do seu procedimento moral, declarar impróprios para darem a instrução religiosa, não podem ser empregados neste ensino enquanto durar o impedimento.

A concordata romena, no seu artigo 20º, regulava:

§ 1º A Igreja Católica tem o direito de dar instrução religiosa aos alunos católicos em todas as escolas públicas e particulares do Reino; esta instrução religiosa ser-lhes-á ministrada na sua língua materna.

§ 2º Nas escolas secundárias do Estado, frequentadas maioritariamente por católicos, o ensino da religião será dado por mestres católicos, padres ou leigos, nomeados de comum acordo pelo Ordinário e pelo Ministério da Instrução pública, e pagos pelo Governo, em conformidade com as leis em vigor.

§ 3º – Nas escolas primárias do Estado, frequentadas em maioria por católicos, o ensino da Religião católica será dado por um padre designado pelo Ordinário e, à falta de padres, por um leigo católico, que poderá ser também o professor da escola, contanto que seja reconhecido capaz pelo Ordinário.

§ 4º Se o Ordinário informar o ministério que o professor de religião não é idóneo, por motivos referentes à doutrina ou à moralidade, o professor será obrigado a cessar imediatamente o ensino e proceder-se-á à nomeação do sucessor, segundo os §§ 2 e 3 supra.

§ 5º Nas escolas do Estado, o programa de ensino religioso para os católicos será redigido pelo Ordinário, e comunicado ao ministério competente.

§ 6º Os textos escolares deverão ser igualmente aprovados pelo Ordinário, o qual terá também o direito de vigiar o ensino dado nas ditas escolas.



Outros exemplos ainda podem ser invocados: a Constituição brasileira de 1934, publicada durante o governo de Getúlio Vargas, que no seu artigo 153º, autoriza o ensino religioso, embora facultativamente, isto é, caso os pais manifestem tal desejo; no Peru, que era governado por militares, fora «publicada há meses uma lei estabelecendo o ensino católico nas escolas primárias e secundárias, ensino feito pela Igreja»; a França, onde existiam capelães nos liceus<sup>1304</sup>.

Quanto a este último exemplo, deve referir-se que ir o regime de Vichy, através de uma circular de 7 de Abril de 1941, introduziu a instrução religiosa nos horários escolares, embora como disciplina facultativa.

Num documento da época pode ler-se:

Esquema de entrevista do Marechal Pétain com o Cardeal Gerlier<sup>1305</sup>

A circular datada de 7 de Abril, melhor interpretada, deveria ser capaz de dar, em princípio, satisfação aos católicos. Se me pedirem um projecto lei, sou obrigado a dizer-vos que se levantarão muitas dificuldades e o mesmo provocará reacções apaixonadas entre os defensores do ensino público, reacções que foram muito fortes há uns meses atrás, aquando das decisões tomadas pelo Sr. Chevalier<sup>1306</sup>, e agora estão a atenuar-se.

Eu poderia, em bom rigor, considerar, para resolver a questão, a intervenção de um simples Decreto, que fixasse a inclusão de um ensino religioso facultativo (duas vezes  $\frac{3}{4}$  de hora) em horário escolar.

Mas preciso de algum tempo para reflectir sobre o possível impacto deste Decreto.

Tenho de fazer aderir à Revolução Nacional o grosso dos professores. Tal não vai ser feito em poucos dias<sup>1307</sup>.

Este esquema da circular também foi adoptado por Salazar, à cautela, para impor o crucifixo nas escolas, como vimos.

A Concordata portuguesa acompanha, assim, esta tendência geral.

No já citado parecer da Câmara Corporativa sobre a Concordata diz-se:

A Concordata viu no ensino da religião e da moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias, aliás já em parte existente, mera consequência de o ensino dever ser orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais ao País.

---

<sup>1304</sup> Ver ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 11, fl. 477-481)

<sup>1305</sup> Há uma data posta à mão 22 Juillet 1941 e um nome – Lavagne.

<sup>1306</sup> Jacques Chevalier (1882-1962) – ministro da Educação de 14 de Dezembro de 1940 a 22 de Abril de 1941. Tomou uma série de medidas contra o laicismo no ensino, o que terá suscitado uma fortíssima oposição anticlerical.

<sup>1307</sup> Archives Nationales de France, 2 AG 492, CC 72.

E até, se alguma coisa houvesse de estranhar-se, em face do preceito constitucional, seria antes a excepção aberta para os filhos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, tenham feito pedido de isenção do ensino do que a concessão deste aos que o desejem ou, pelo menos, o não repelam.

Obedeceram aqui a Igreja e o Estado ao princípio cristão que ordena o máximo respeito pela autoridade familiar, anterior à do Estado e, como esta, de direito natural: a educação dos filhos deve ser orientada pelos pais, em nome da sua própria autoridade, que só deverá ser-lhes retirada em casos excepcionais.

E o Estado obedeceu, por sua vez, ainda:

1.º Ao preceito constitucional que nos diz que «a educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela» (Constituição Política, artigo. 42º);

2º Ao princípio de que o Estado Português, não sendo totalitário, não impõe uma doutrina, e antes a propõe, «orientando a educação, por forma a despertar na alma de todos uma ideologia idêntica à sua própria ideologia», mas respeitando a autoridade paternal, para ele tão legítima, no seu domínio, como a autoridade política o é no seu: o bem comum nacional<sup>1308</sup>.

Na Concordata italiana, com se referiu, considerava-se que o ensino da doutrina cristã era fundamento da instrução pública e garantia-se a obrigatoriedade do ensino da religião nas escolas primárias e secundárias. Em Portugal, embora se consagrasse a obrigatoriedade do ensino da religião nas escolas públicas, existia uma possibilidade de exclusão, que não ocorria em Itália, para os alunos cujos encarregados de educação expressassem a sua discordância. Apesar de se ter optado por uma redacção que permitia que os pais fizessem um pedido de isenção, ao recusar-se a inclusão as alterações sugeridas pela Santa Sé, foi possível a este artigo sobreviver ao 25 de Abril de 1974 e à revisão da Concordata realizada no ano seguinte. A verdade é que só a Portaria nº 344-A/88, de 31 de Maio, introduz a declaração positiva expressa quanto à frequência da disciplina da religião e moral católicas. Isto na sequência da declaração de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional quanto à exigência de, no acto da matrícula, haver necessidade de fazer uma declaração expressa caso não se desejasse receber o referido ensino<sup>1309</sup>.

Também a Concordata espanhola de 1953 determina que todo o ensino contrário ao dogma católico é condenado e, que em todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, ele deverá ajustar-se aos princípios do dogma e da moral da Igreja Católica. Estabelece também a obrigatoriedade do ensino católico se estender aos três graus de ensino – primário, secundário e superior (artigo 27º)<sup>1310</sup>. Mesmo antes da Concordata de 1953 – na verdade, desde o Outono de 1937 –, o ensino da religião e da história sagrada era obrigatório,

---

<sup>1308</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 88, 23 de Maio de 1940, p. 61.

<sup>1309</sup> José Oliveira Branquinho, «O ensino da educação moral e religiosa católicas nas escolas». In AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*, p. 172-173.

<sup>1310</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España*, p. 290.

quer no ensino primário, quer no ensino secundário e em Março de 1938 foi restabelecida a obrigatoriedade da instrução religiosa nas escolas públicas<sup>1311</sup>. A título de exemplo, o primeiro ano do secundário comportava três horas de religião e educação cívica, uma carga horária igual à da disciplina de matemática<sup>1312</sup>. Também a lei universitária de 1943 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da religião católica nas academias espanholas (se bem que nunca tenha sido organizado), o que vigoraria até ao fim do franquismo<sup>1313</sup>; e muitas cátedras, como as de filosofia, eram esmagadoramente ocupadas por religiosos e pensadores católicos. Acrescente-se que o *modus vivendi* de 7 de Junho de 1941 e o Convénio de 16 de Julho de 1946 obrigavam a Governo a legislar em matéria de ensino sempre com o acordo da Igreja e tudo o que a esta dissesse respeito teria de estar, sob todos os pontos de vista, conforme à doutrina católica. A lei de 7 de Março de 1953, referente à reforma do ensino secundário, pouco tempo antes de ser assinada a Concordata, estabelece que «são reconhecidos e garantidos os direitos educativos da Igreja» e que serão criados lugares de professores de religião e moral nos estabelecimentos secundários públicos<sup>1314</sup>.

Embora na Concordata espanhola exista também uma possibilidade de exclusão de frequência das aulas de ensino religioso, esta apenas se refere aos não-católicos: de acordo com o segundo parágrafo do artigo 27º, «serão dispensado de tal ensino os filhos de não-católicos quando os seus pais, ou quem os substituir, o solicitar».

Não admira, pois, que Pio XII, em Abril 1946, durante o Congresso Catequístico em Barcelona, haja afirmado:

O mundo sofre de grandes males mas nenhum tão grave como a ignorância religiosa ... Nós sabemos, e nós nos felicitamos, que a vossa legislação escolar demonstra, sob a pena dos seus redactores, uma clara consciência da importância do problema assim como os deveres daqueles que governam uma nação católica; é precisamente por isto que nós queremos aproveitar esta ocasião para exortá-los a preservá-la e a ir ainda mais longe<sup>1315</sup>.

Neste contexto, não admira que Santos Julià afirme que «no âmbito educativo, o seu controlo [de Franco] foi total: [...] a educação foi o território onde os católicos puderam exercer sem entraves todo o seu poder. Exerceram-no, em primeiro lugar, para arrasar por

---

<sup>1311</sup> Stanley G. Payne, *El catolicismo español*, p. 238.

<sup>1312</sup> Jean Salomon, *La Politique Concordataires des États depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale*, 1955, p. 35.

<sup>1313</sup> Juan Pablo Fusi, «La Cultura». In *Franquismo. El juicio de la historia*, p. 180.

<sup>1314</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l'Espagne franquiste*, p. 208.

<sup>1315</sup> Citado num relatório de Jacques Maritain, embaixador de França na Santa Sé, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Georges Bidault, datado de 19 de Abril de 1946. Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1944-1949, Espagne, 63, fl. 87-88.

completo um passado que consideravam culpado de toda a espécie de delitos». Santos Juliá refere ainda o expurgo dos livros, não apenas de autores ateus ou anticlericais; o apoio do Estado às instituições de ensino da Igreja, etc.<sup>1316</sup>.

Note-se que o ensino religioso no ensino superior vai ser uma das aspirações da Igreja em Itália negada por Mussolini, o qual justificava que «nesse domínio, o Estado fascista reivindicava totalmente o direito de fixar as regras morais. Ele é católico, mas ele é fascista, antes de tudo, exclusivamente, essencialmente fascista»<sup>1317</sup>.

GP/PO – artigo 23º, § 2 – Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores e de correcção ou reforma nos quais o Estado se substitui aos pais será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos.

TD – artigo 21º, § 2 – Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores e de correcção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos.

Este parágrafo está também conforme à doutrina da Igreja, segundo a qual pertence ao Estado substituir os pais, quando estes, «por defeito, incapacidade ou indignidade» não cumprirem os seus deveres de educação. Nestes casos, «o Estado não se substitui já à família, mas supre as deficiências e providencia os meios apropriados, sempre de harmonia com os direitos naturais da prole e com os sobrenaturais da Igreja». Assim, «é direito e dever do Estado proteger, em harmonia com as normas da recta razão e da Fé, a educação moral e religiosa da juventude», «favorecendo e ajudando a iniciativa e esforço da Igreja e das famílias» e «completando este esforço, quando ele não chegue ou não baste, também por meio de escolas e instituições próprias» (Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI acerca da Educação Cristã da Juventude, de 31 de Dezembro de 1929).

Logo em Agosto de 1937, Monsenhor Colonna considera que dizer que será assegurada a prática dos preceitos da Igreja Católica pode dar a ideia de coação, sugerindo que se afirme antes «promover», que tem um carácter menos impositivo e mais persuasivo<sup>1318</sup>. Não sendo acolhida a sua sugestão, no relatório oficial ao projecto oficial, de 30 de Agosto de 1937, a Santa Sé faria outra crítica. Embora lhe parecesse certo que se dissesse que o ensino seria ministrado por conta do Estado, «porque o Estado deve assumir os custos», é à Igreja que cabe o ensino. Assim, informa-se o núncio que os cardeais da Sagrada Congregação

<sup>1316</sup> Santos Juliá Díaz, «La Sociedad». In *Franquismo. El juicio de la historia*, p. 81.

<sup>1317</sup> Discurso de Mussolini na Câmara dos Deputados, pronunciado a 13 de Maio de 1929. Cit em Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien*, p. 269.

<sup>1318</sup> ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

«preferiam que fosse afirmada a “missão canónica” dos professores»<sup>1319</sup>. Contudo, Colonna, a 16 de Setembro, entende que não é necessário que a missão canónica seja mencionada com todas as letras, sendo suficiente e preferível dizer: «pessoal escolhido pelo Ordinário»<sup>1320</sup>. Prevalecerá a opinião da Sagrada Congregação, pelo que, na sétima fórmula do projecto, datada de 21 de Outubro de 1937, se sugere:

Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores e de correcção ou reforma, nos quais o Estado se substitui aos pais, será ministrado, por conta dele, com pessoal que tenha a *missio* canónica, o ensino da religião católica, etc.<sup>1321</sup>.

Mário de Figueiredo não concorda com a redacção proposta<sup>1322</sup>. O núncio, em conversa com ele, prestando-lhe esclarecimentos sobre a proposta da Santa Sé, disse apenas que «a Igreja preferia esta fórmula como mais enérgica», e quanto às observações de Figueiredo, Ciriaci não teria respondido «nada de útil». Assim, na oitava fórmula do projecto, de 11 de Maio de 1938, o Governo volta a insistir na sua primeira redacção, considerando inútil o aditamento «com pessoal que tenha a missão canónica»<sup>1323</sup>, em face da alínea seguinte<sup>1324</sup>. A Santa Sé acabará por concordar com a redacção do Governo, com ligeiras alterações de forma<sup>1325</sup>.

GP/PO – artigo 23º, § 3 – Quando houver compêndio de religião adoptado e professores ou preceptores especialmente incumbidos do seu ensino, será aquele aprovado pela autoridade eclesiástica e estes nomeados pelo Estado, de acordo com ela, não podendo em qualquer caso o ensino da religião católica ser feito por pessoas que a autoridade eclesiástica declare não idóneas.

TD – artigo 21º, § 3 – Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acordo com ela; em nenhum caso poderá ser ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas.

A 30 de Agosto de 1938, a Santa Sé transmite ao núncio que a frase «o texto será aprovado pela autoridade eclesiástica» parece aos cardeais da Sagrada Congregação poder

<sup>1319</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1320</sup> Ofício nº 1689. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 150.

<sup>1321</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1322</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1323</sup> As autoridades portuguesas estão a referir-se à seguinte redacção da Santa Sé: «Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores e de correcção ou reforma, nos quais o Estado se substitui aos pais, será ministrado, por conta dele, com pessoal que tenha a missão canónica, o ensino da religião católica, etc.». Sublinhado acrescentado.

<sup>1324</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1325</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

significar que «as autoridade civis compilarão os textos e as autoridades eclesiásticas o aprovarão; o que não é admissível». Considerando que o ensino da religião só seria frutífero se tivesse um programa conveniente e ministrado num horário correcto, a Congregação propôs que depois da palavra «mesma» se acrescentasse: «a escolha dos programas e dos horários será feita de acordo com a Autoridade Eclesiástica e civil». Desta forma, tornar-se-ia «mais precisa» a redacção da última frase:

Não podendo em nenhum caso o ensino da religião ser feito senão por pessoas que a autoridade eclesiástica tenha aprovado como idóneas<sup>1326</sup>.

Estas alterações foram apresentadas às autoridades portuguesas a 21 de Outubro de 1937<sup>1327</sup>, mas a 11 de Maio de 1938 o Governo opõe-se à proposta da Santa Sé. Primeiro, porque considera que cabe ao Estado o livre estabelecimento dos horários nas escolas públicas. Depois, porque as restantes alterações dizem o mesmo que o texto governamental, quer no que respeita à idoneidade dos professores de religião e moral, quer no que se refere à sua nomeação de acordo com a autoridade eclesiástica, quer ainda na aprovação do compêndio pela autoridade eclesiástica («quem aprova o livro e o professor, aprova o programa»). Aceita-se, porém, a alteração da parte final do parágrafo, substituindo-se a expressão «que a autoridade eclesiástica declare não idónea» por «que a autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas». No entanto, esclarece-se que «com esta substituição o Estado se não obriga a, quando não tiver professor ou preceptor especialmente incumbido do ensino da religião, nomear para o seu corpo docente normal uma pessoa previamente aprovada como idónea pela autoridade eclesiástica»<sup>1328</sup>.

Na mesma ordem de ideias, a 15 de Setembro de 1938, Oliveira Salazar insiste:

Se o Estado tem professor especial de religião e moral e este tem de ensinar por compêndio aprovado pela autoridade eclesiástica, é ridículo supor que o mesmo Estado aboliria o ensino através de horário mal estabelecido. Ficava-lhe mais barato acabar com o lugar, pois nada o obriga a mantê-lo. São desconfianças em relação ao Estado que não podem ser aceites para

---

<sup>1326</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1327</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1328</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

base de convenções. Quanto aos programas, sempre se entendeu que estes ficariam dominados pelo livro<sup>1329</sup>.

A Santa Sé aceita a redacção do Governo a 21 de Novembro de 1939<sup>1330</sup>.

### 5.1.7 CASAMENTO

Com a sacralização do casamento, foi a Igreja Católica a primeira instituição a preocupar-se com o registo do estado civil dos cidadãos<sup>1331</sup>. O seu cuidado relativamente aos «casamentos privados» é mesmo anterior ao Concílio de Trento (1545-1563). «Desde finais do século XII verificaram-se tentativas isoladas de o sacerdote proclamar publicamente e com suficiente antecedência a proposta de casamento, a fim de qualquer um poder formular objecções à futura união. Este procedimento generalizou-se com o cânone 51 do quarto Concílio de Latrão (1123), em que se exigia ao sacerdote que anunciasse o casamento e investigasse os possíveis impedimentos»<sup>1332</sup>. É este, talvez, o antecedente mais remoto do processo preliminar de publicações.

Em Portugal conhecessem-se algumas tentativas anteriores ao Concílio de Trento para tornar obrigatório o registo do casamento<sup>1333</sup>. Contudo, é a partir deste Concílio que se torna obrigatória para toda Cristandade a criação de livros de registos paroquiais onde os sacerdotes procediam «à inscrição dos factos mais relevantes relativos à vida dos fiéis, a saber: baptizados, casamentos e óbitos»<sup>1334</sup>. As suas deliberações viriam a ser consideradas lei vigente em Portugal desde o reinado de D. Sebastião (1557-1579). Como afirma António Leite, «a Igreja adiantou-se por esta forma alguns séculos ao registo civil que entre nós só

---

<sup>1329</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Nuncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólhos 503-572.

<sup>1330</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1331</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*. Separata da revista *O Direito*, ano 131º (1999), nºs I-II/III-IV e 132º (2000), nº I-II, p. 157.

<sup>1332</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 135

<sup>1333</sup> Uma carta circular de D. Afonso IV (1325-1357) aos bispos do reino «ordenava que em todas as igrejas paroquiais houvesse um tabelião para proceder ao assentamento dos casamentos», assim procurando evitar, entre outras fraudes, que os clérigos casados negassem o casamento, assim prejudicando as mulheres, os filhos e o fisco. As Constituições Diocesanas de 25 de Agosto de 1536, promulgadas pelo Infante D. Afonso, arcebispo de Lisboa, preconizavam que nas igrejas paroquiais houvesse um tabelião para proceder ao assentamento dos casamentos. Contudo, como refere Vilalonga, «sendo então livre a forma de celebração do casamento, era muito difícil criar um sistema registal eficaz. A celebração de casamentos por forma secreta, ou até sem observância de um mínimo de formalidades específicas, tornava impossível a realização dos respectivos assentos». Ver José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 157-159.

<sup>1334</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 157.

veio a estabelecer-se três séculos e meio mais tarde»<sup>1335</sup>. O Concílio estabeleceu ainda a obrigatoriedade da celebração do casamento perante o pároco e duas testemunhas (excepto em perigo de vida) sob pena de invalidade. Assim se aboliram «os chamados casamentos clandestinos, isto é, celebrados sem a intervenção de nenhum sacerdote, pelo simples consentimento dos nubentes, que eram ilícitos mas válidos, e davam origem a muitos abusos»<sup>1336</sup>. Esta resolução, segundo Jack Goody, traduziu-se num «violento ataque contra as formas tradicionais de matrimónio extra-sacramental»<sup>1337</sup>.

Mesmo apresentando inúmeras deficiências, até porque só dizia respeito aos católicos, «o registo paroquial foi durante séculos o meio de prova mais seguro dos factos respeitante ao estado das pessoas, nomeadamente dos casamentos». Mas o Estado acabaria por reconhecer a «vantagem de tornar extensivo a todos os indivíduos a prática posta em vigor pela Igreja relativamente aos católicos»<sup>1338</sup> e no século XVIII começa a reclamar para si a regulamentação do casamento, designadamente no que se refere aos impedimentos e ao divórcio. Inicia-se então a secularização do casamento e o clero vai assim progressivamente perder o monopólio de uma função social que detinha desde há séculos, tanto mais que os actos religiosos vão sendo destituídos dos seus efeitos jurídicos.

De facto, a Revolução francesa concebia o casamento como um acto puramente civil (Constituição de 1791, artigo 7º)<sup>1339</sup> e o Decreto de 20 de Setembro de 1792 obrigava o funcionário municipal não apenas a verificar o estado civil dos cidadãos mas também a declarar o casal unido perante a lei. Também a Concordata napoleónica (1801) consagra a instituição do casamento civil, exigindo a sua precedência relativamente ao casamento religioso – seria punido o pároco que o celebrasse sem se se certificar da existência anterior do casamento civil<sup>1340</sup>. Como dirá Lynn Hunt a este respeito, «de uma forma geral é evidente que o Estado limitou frequentemente o controlo da família ou da Igreja sobre o indivíduo para poder alargar o seu», assumindo doravante um papel activo na formação da família<sup>1341</sup>.

A negociação das normas referentes ao casamento na Concordata portuguesa de 1940 deve ser assim inserida no seio de uma questão mais vasta, que é, como diz Fernando Catroga,

---

<sup>1335</sup> António Leite, «A reforma tridentina», *Brotéria* 77 (1963) 504-514.

<sup>1336</sup> António Leite, «A reforma tridentina», p. 504-514. Um dos objectivos da Igreja Católica era impedir a consanguinidade.

<sup>1337</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 135.

<sup>1338</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 160.

<sup>1339</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 161.

<sup>1340</sup> René Rémond, 2001, *Religion et Société en Europe*, p. 62 ; Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 53.

<sup>1341</sup> Lynn Hunt, «Revolução francesa e vida privada». In *História da Vida Privada*, org. Michelle Philippe Ariès e Georges Duby, *Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, dir. Michelle Perrot. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 36-37.



«saber quais os limites da Igreja face a um poder político crescentemente laicizado, e que, emanando da soberania nacional, teria de assumi-la em plenitude»<sup>1342</sup>. Tratava-se segundo Catroga de combater «a mediação simbólica e o controlo estatístico (registo paroquial), que a Igreja ainda mantinha sobre o nascimento, o casamento e a morte, [que] colidiam com os interesses do Estado-Nação que necessitava de impor a unicidade do seu poder e de exercer, por razões de censo, patrimoniais e legitimação, um carisma ideológico e uma tutela burocrática sobre a totalidade dos seus cidadãos»<sup>1343</sup>. Fala-se ainda na necessidade de «conhecer os elementos relevantes para determinados efeitos, nomeadamente tributários e militares»<sup>1344</sup>.

O processo de secularização do casamento começa em Portugal no século XIX, sob influência da legislação francesa, e é nele que deve ser enquadrada a legislação publicada por Mouzinho da Silveira, em 1832, na qual se determina:

Os actos que legalizam o estado das pessoas na família, e por conseguinte na sociedade, são da competência da administração, estabelecida especialmente para formar, e garantir a ordem pública. [...] O casamento interessa à Administração Pública, estabelecendo a ordem nas famílias, e sendo causa permanente da povoação. O acto do estado civil das pessoas, e o casamento, dependem das instituições sociais, e não das crenças religiosas<sup>1345</sup>.

Assim, o Decreto nº 23, de 16 de Maio de 1832, institui o registo civil, que consiste na «Matrícula geral de todos os Cidadãos, pela qual a Autoridade Pública atesta, e legitima nas épocas principais da vida civil dos indivíduos: a saber, os Nascimentos, Casamentos e Óbitos» e «em todos os Actos Públicos, em que de futuro se requeiram certidões de Casamentos, Nascimentos, ou Óbitos, só terão fé as extraídas do registo civil» (artigo 69º). Neste Decreto dizia-se ainda que «não haverá mais casos *mixti fori*: o foro Eclesiástico só é competente para o conhecimento das causas puramente espirituais» (artigo 177º). Mais tarde, Tomás António Ribeiro Ferreira, ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça entre 1878 e 1879<sup>1346</sup>, afirmará que o motivo que levou a essa deliberação «foi pura e simplesmente a conveniência

---

<sup>1342</sup> Fernando Catroga, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, separata de *A mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio. Coimbra 20 a 22 de Março de 1885*. Coimbra: Coimbra Editora, 1986, p. 8.

<sup>1343</sup> Fernando Catroga, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, p. 32. Ver também René Rémond, *Réligion et Société en Europe*, p. 199.

<sup>1344</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 156.

<sup>1345</sup> Relatório de José Xavier Mouzinho da Silveira aos Decretos nº 22, 23 e 24, *Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832. Primeira Série. Segunda Edição aumentada de muitos Diplomas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936.

<sup>1346</sup> Tomás Ribeiro foi ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça entre 15 de Novembro e 13 de Dezembro de 1878 e ministro da Marinha e Ultramar entre 29 de Janeiro de 1878 e 1 de Maio de 1879, no gabinete presidido por Fontes Pereira de Melo.

administrativa de regular, harmonizar e centralizar a atestação e legitimação dos actos fundamentais da vida civil»<sup>1347</sup>. Esta lei, como muitas outras que se seguiram, foi por muito tempo letra morta, continuando o registo civil dos cidadãos a ser feito pelos párocos.

No designado «Projecto Seabra»<sup>1348</sup>, datado de 1858, determinar-se-á que «os factos de nascimento, casamento, e óbitos, comprovam-se pelo registo público, instituído para esse fim» (artigo 2816º); que «haverá no arquivo da igreja matriz de cada paróquia três livros, para neles se lançarem os assentos dos baptismos, casamentos, e óbitos, que tiverem lugar na mesma paróquia (artigo 2818º), esses livros ficarão à guarda e responsabilidade dos párocos (artigo 2828º) e no mês de Janeiro de cada ano o administrador do Concelho os examinará e lançará neles o seu visto (artigo 2829º); este dará conta ao governador civil das irregularidades encontradas (artigo 2830º) e, se for caso disso, o pároco será punido e à autoridade eclesiástica se dará conhecimento (artigo 2832º). No fim de cada ano, o pároco enviará ao presidente da Câmara e administrador do respectivo concelho um mapa dos nascimentos, casamentos e óbitos registados (artigo 3832º). No arquivo da Câmara Municipal haverá também três livros para que sejam registados os nascimentos, casamento e óbitos dos estrangeiros e súbditos portugueses não católicos (artigo 2846º). O registo do casamento de súbditos portugueses não católicos consistirá no registo de seu contrato celebrado segundo o disposto no artigo 1125º (artigo 2850º)»<sup>1349</sup>.

Sem que estas determinações do projecto chegassem a constituir lei, o Decreto de 19 de Agosto de 1859 acabará por reconhecer a vantagem de se manter o registo paroquial, introduzindo-lhe, porém, algumas melhorias, tais como a obrigatoriedade da publicação dos registos e livros paroquiais<sup>1350</sup>. É assim que o registo civil continua a ser feito apenas pelos párocos<sup>1351</sup>.

O «Projecto Seabra», reelaborado pela Comissão Revisora em 1864, dita igualmente que: os factos de nascimento, casamento e óbito se provam pelo registo público instituído para esse fim (artigo 2483º); a parte orgânica das repartições de registo civil, as obrigações dos funcionários encarregados do registo, e a forma dele, serão determinadas em regulamento

---

<sup>1347</sup> Relatório ao Regulamento de 28 de Novembro de 1878, acerca do registo civil para os súbditos portugueses, não católicos. In *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano de 1878. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

<sup>1348</sup> António Luís de Seabra e Sousa, visconde de Seabra (1798-1895), foi um dos principais autores do projecto do primeiro Código Civil português, que entrou em vigência no ano de 1867. Por esta razão este código seria designado frequentemente por Código do visconde de Seabra.

<sup>1349</sup> *Código Civil Português. Projecto redigido por António Luís Seabra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1858, p. 655-660.

<sup>1350</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 162.

<sup>1351</sup> *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano de 1962. Lisboa: Imprensa Nacional, 1962, p. 68-75.

especial (artigo 2499º); «quando o casamento for celebrado perante o oficial do registo civil, os contraentes depois de terem entregue ao dito oficial todos os documentos necessários para que, nos termos deste código, o casamento possa ser validamente celebrado, declararão perante os mesmos oficiais e as testemunhas necessárias, nos termos do artigo 1072º nº 2, que livre e espontaneamente, sem condição alguma, se recebem por marido e mulher [...]. No caso dos casamentos celebrados perante o pároco estabelece-se que a acta desse contrato será por ele transmitida *ex officio* no prazo de quarenta e oito horas, ao oficial do registo civil e por este registada, arquivando o original» (artigo 2517º)<sup>1352</sup>.

O Código Civil de 1867 introduz duas formas de casamento: os católicos celebravam o casamento pela forma estabelecida na Igreja Católica; os não-católicos celebravam o casamento perante o oficial do registo civil. Trata-se, assim, de um sistema que já se designou de «casamento civil subsidiário». Contudo, como este mesmo Código proibia a realização de qualquer inquérito prévio acerca da religião dos nubentes e a impossibilidade da anulação do casamento por motivo religioso, na prática os nubentes podiam escolher a modalidade de casamento (civil ou canónica), «o que consubstanciava materialmente um sistema de “casamento civil facultativo”». O certo é, porém, que não houve adesão ao casamento civil devido ao forte enraizamento dos costumes católicos, embora, ficasse «finalmente consagrada legalmente uma modalidade civil de casamento»<sup>1353</sup>. Por outro lado, «a Carta de Lei que aprovou o Código Civil [...] condicionava suspensivamente a aplicabilidade de tais preceitos à organização dos serviços competentes, o que só se efectuou bem mais tarde»<sup>1354</sup>. E como Tomás Ribeiro<sup>1355</sup> daria conta em 1878, tinham-se já passado mais de doze anos desde que o Código Civil de 1867 fora sancionado e «o seu preceito jaz letra morta à falta de um regulamento». Mas, continuando a não ser possível impor o registo civil a todos os cidadãos, o ministro decreta-o apenas para os não-católicos, o qual passaria a ser feito nas administrações dos concelhos, produzindo os mesmos efeitos civis que o registo paroquial (deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência, vínculo de filiação, situação patrimonial)<sup>1356</sup>.

---

<sup>1352</sup> *Código Civil Português. Projecto redigido por António Luís de Seabra e examinado pela Respectiva Comissão Revisora*, 2ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 523-533.

<sup>1353</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 163.

<sup>1354</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 164.

<sup>1355</sup> Tomás Ribeiro foi ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça entre 15 de Novembro e 13 de Dezembro de 1878 e ministro da Marinha e Ultramar entre 29 de Janeiro de 1878 e 1 de Maio de 1879, no gabinete presidido por Fontes Pereira de Melo.

<sup>1356</sup> Relatório ao Regulamento de 28 de Novembro de 1878, acerca do registo civil para os súbditos portugueses, não católicos. In *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano de 1878. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

Toda esta situação é compreensível se se tiver em conta que «o país nunca reclamou o registo civil obrigatório nem praticou o registo civil facultativo», o que se traduz no facto de, até 31 de Dezembro de 1897, o número de registos civis em todo o país, incluindo nascimentos, casamentos e óbitos, ter sido apenas de 4.191<sup>1357</sup>.

Só em 1911 o Código de Registo Civil republicano prescreve os princípios da universalidade e da obrigatoriedade do registo civil, tornando obrigatória a precedência do registo civil para todos os actos religiosos, casamento incluído; os católicos que o não fizessem ficariam em situação de concubinato perante o estado civil<sup>1358</sup>, e o pároco que em tal consentisse seria punido. Uma circunstância pouco perceptível para muitos católicos, «que não entendiam a que propósito um Estado, que não reconhecia qualquer valor jurídico e social aos actos religiosos, impedia que cada um livremente os praticasse»<sup>1359</sup>. O casamento era, assim, destituído do seu carácter sacramental e reduzido a um acto de registo<sup>1360</sup>.

Esta situação manteve-se mesmo no período da Ditadura Militar, não obstante os inúmeros protestos dos católicos. Como atrás se viu, Mário de Figueiredo, na qualidade de ministro da Justiça (10 de Novembro de 1928 a 8 de Julho de 1929), afirmou em Conselho de Ministros que se preparava para rever o Código do Registo Civil no que a este assunto dizia respeito:

Há aí disposições que eu entendo devem ser modificadas porque são injustificáveis. Quero referir-me às que estabelecem a precedência do registo do nascimento e do óbito, sobre o baptismo ou enterro religioso<sup>1361</sup>.

Não se refere explicitamente ao casamento, é certo, mas a hipótese de pretender alterar tal regime não é de todo inverosímil. Pelo contrário, é até bastante provável.

Contudo, a verdade é que a precedência do registo civil sobre o casamento religioso seria reiterada no Código de Registo Civil de 1932, o qual foi publicado já Salazar era Presidente do Ministério, sendo ministro da Justiça Manuel Rodrigues Júnior. Nesse Código dir-se-á que «a modalidade de casamento sujeita a registo continuava a ser exclusivamente a

---

<sup>1357</sup> Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 57.

<sup>1358</sup> Alexandre Sousa Pinheiro, «Registo Civil». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 9 (suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, 2000, p. 230; Francisco Manuel Pereira Coelho, «Direito da Família», *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7 (suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, 1999, p. 548; José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 156, 166.

<sup>1359</sup> Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e mitos num tempo de utopias*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2004, p. 405.

<sup>1360</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 165.

<sup>1361</sup> Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, sem cota. [documento sobre o episódio que levou à sua demissão em virtude da contestação gerada em torno da portaria dos sinos]

civil»<sup>1362</sup>. Deste modo, até à Concordata de 1940, os nubentes católicos estavam obrigados a dois casamentos – o civil e o religioso – e às respectivas despesas e «incómodos». A breve trecho esta situação seria alterada, pois o texto concordatário iria reconhecer os efeitos civis do matrimónio católico, desde que o mesmo fosse transcrito nos livros do registo civil. Como afirmava Monsenhor Fino Beja, tratava-se de uma questão de coerência:

À coerência do Estado Novo,

- Que proclama na Constituição o princípio de defesa da família, como base fundamental da educação, da disciplina e da harmonia social (art. 12º);
- Que apregoa que o ensino e a educação devem ser orientados pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do país (art. 43º, § 3º);
- E que de harmonia com estas disposições, introduziu o Crucifixo nas escolas e o ensino da moral cristã nas Escolas primárias e nos Liceus;

Compete encontrar a fórmula, que, em matéria tão delicada e transcendente, concilie os direitos da Igreja e salvguarde os interesses dos cônjuges e do Estado<sup>1363</sup>.

#### 5.1.7.1 EFEITOS CIVIS DO CASAMENTO RELIGIOSO

GP/PO – artigo 24º, § 1 – O Estado Português reconhece efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil.

TD – artigo 22º, § 1 – O Estado Português reconhece os efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil.

A 30 de Agosto de 1937, a Secretaria de Estado transmite ao núncio o seu entendimento acerca da proposta oficial do Governo, informando que os cardeais da Sagrada Congregação preferem a redacção do projecto primitivo da Santa Sé que compreende a frase – «segundo a forma estabelecida pela Igreja Católica» – considerando Eles esta precisão importante». Pede-se ainda que seja substituída a expressão «reconhece efeitos civis» por «reconhece os efeitos civis»<sup>1364</sup>. Assim, naquela que é a sétima fórmula do projecto de Concordata, a Santa Sé sugere a seguinte redacção:

O Estado Português reconhece os efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, pela forma estabelecida na Igreja Católica, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil<sup>1365</sup>.

<sup>1362</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 174.

<sup>1363</sup> Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 60-61.

<sup>1364</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1365</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

Para Mário de Figueiredo, o alcance desta proposta de alteração não se compreende, excepto se, através dela, se tenha procurado considerar os «casamentos diferentes dos católicos, o que não parece razoável numa Concordata com a Santa Sé»<sup>1366</sup>. Quando o núncio reúne com ele, a 23 de Outubro de 1937, «reconhece que o acrescentamento nada acrescenta e só esclarece»<sup>1367</sup>, e a 11 de Maio de 1938 o Governo responde oficialmente à Santa Sé, dizendo que o aditamento proposto é «uma redundância inútil», pois «a fórmula governamental já compreende a forma de celebração»<sup>1368</sup>.

Quanto à substituição do termo «reconhece efeitos civis» por «reconhece os efeitos civis» Salazar dirá que a expressão «reconhece efeitos civis» é, «em Português e na técnica jurídica», «mais perfeita» do que «reconhece os efeitos civis». Justifica o reparo da Santa Sé como resultante da «eterna desconfiança a respeito de um legislador que mais tarde poderia atribuir ao casamento religioso alguns efeitos civis apenas». Na sua opinião, tal é «inadmissível» quando se tratam de governos que «exactamente procuram através da Concordata reduzir ao mínimo dos mínimos as disparidades entre casados por uma ou outra forma»<sup>1369</sup>. Em conformidade, a 28 de Março de 1939, o Governo faz saber que as duas expressões têm o mesmo sentido embora a segunda seja, em português, tecnicamente imperfeita. Não se opõe, no entanto, que seja adoptada na tradução italiana<sup>1370</sup>. Vinga assim a proposta governamental.

Com esta disposição, diz o parecer da Câmara Corporativa de 23 de Maio de 1940, relatado por Fezas Vital, «veio a Concordata [...] ao encontro de uma das mais instantes reclamações da consciência católica»: a atribuição pelo Estado português de eficácia civil ao casamento religioso. O relator justifica esta sua afirmação de seguinte modo:

É perfeitamente legítimo que, tendo em vista a circunstância de que uma grande parte ou a maioria da população professa uma religião determinada, que bem possa dizer-se a religião dominante ou a religião nacional, e em harmonia com ela costuma celebrar a união conjugal, o

---

<sup>1366</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1367</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1368</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1369</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fôlios 503-572.

<sup>1370</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

legislador atribua efeitos civis ao casamento religioso, confiando embora a funcionários próprios os serviços do registo do estado civil<sup>1371</sup>.

GP/PO – artigo 24º, § 2 – Para evitar diferenças possíveis entre as condições de celebração do casamento civil e do casamento religioso, correrá também o respectivo processo perante a conservatória competente do registo civil, devendo os ministros da religião exigir o certificado de que não há óbice legal antes de oficiarem na realização de casamentos.

TD – artigo 22º, § 2 – As publicações do casamento far-se-ão não só nas respectivas igrejas paroquiais mas também nas competentes repartições civis, devendo os ministros da religião exigir o certificado de que não há óbice legal antes de oficiarem na celebração de casamentos.

As publicações preliminares visam apurar a capacidade matrimonial dos nubentes, isto é, a existência ou não de impedimentos. Em circunstâncias excepcionais, poder-se-ão realizar casamentos sem este processo preliminar de publicações mas, caso se venha a apurar existirem impedimentos civis, a transcrição não poderá ser feita. Tal significa que o casamento terá apenas valor religioso, o que acontece nos casos de vínculo matrimonial anterior ou de interdição por demência<sup>1372</sup>.

De acordo com um ofício que Tondini, o encarregado de negócios da Nunciatura em Portugal, envia ao Secretário da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Mons. Pizzardo, a 18 de Novembro de 1933, neste período, de todos os impedimentos o mais frequente era o da consanguinidade, «pelo facto da família ainda hoje querer manter a propriedade imobiliária no círculo dos parentes, de modo que são muito frequentes ainda os matrimónios entre primos (consanguinidade em segundo grau da linha colateral)». Por esta razão, Tondini coloca a possibilidade de se enviarem instruções aos bispos «para evitarem este mal que tem as suas raízes no mais sórdido egoísmo e se opõe à sanidade pública e à caridade cristã»<sup>1373</sup>. O que diz Tondini explica-o melhor Jack Goody:

O matrimónio entre parentes contribui para fortalecer os laços de «família». Estas formas peculiares também impedem as herdeiras de levarem os bens para fora da «família», o que permite fazer frente ao problema da falta de filhos varões, embora não elimine os perigos da falta de herdeiros em geral. Qualquer sistema «directo» de herança (aquele em que os filhos são os principais beneficiários da riqueza e do status dos pais) tem que levar em conta o facto de aproximadamente 20 por cento dos casais só ter filhas e outros 20 por cento não deixarem descendência; as cifras serão ainda maiores se se derem altas taxas de esterilidade, homossexualidade ou contracepção. Estas formas de matrimónio entre parentes próximos preveniam a falta de filhos varões, mas também podem ser utilizadas estratégias como a adopção, a poliginia ou o divórcio e novo casamento como solução para a falta de filhos. Mas proíba-se o casamento entre parentes próximos, combata-se a adopção, condene-se a poliginia,

<sup>1371</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 88, 23 de Maio de 1940, p. 62-63.

<sup>1372</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 245.

<sup>1373</sup> Relatório nº 2783. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 360 P.O., fasc. 96, fl. 44-45.

o concubinato, o divórcio e o matrimónio e 40% das famílias ficarão sem herdeiros varões directos<sup>1374</sup>.

Goody considera que estes impedimentos, instituídos no século VI e ampliados posteriormente, não estão consagrados nos textos bíblicos, mas que «o estabelecimento de uma série de normas, especialmente se eram difíceis de cumprir, favorecia a sua [da Igreja Católica] posição e contribuía para aumentar o seu controlo sobre os destinos de um povo. [...] Ao introduzir-se no tecido da vida doméstica, da herança e do casamento, a Igreja conseguia exercer um amplo controlo sobre os próprios fundamentos da sociedade. Não era só a realeza que lhe estava submetida, mas também os camponeses. A religião introduziu-se nas unidades básicas de produção e reprodução. O mundo inteiro pecava e pagava por isso»<sup>1375</sup>. Noutra parte, afirma: «a gratidão para com a Igreja pelo facto de esta definir o pecado e proporcionar forma de remediá-lo expressava-se através de doações que permitiam alcançar a salvação»<sup>1376</sup>. Goody refere também que o sistema de impedimentos permitia ainda à Igreja o controlo da transmissão da propriedade, que está relacionada com as regras do casamento e da legitimação dos filhos – influenciando as estratégias hereditárias a Igreja favorecia a sua própria acumulação de propriedades<sup>1377</sup>.

Sendo assim, a norma sobre impedimentos matrimoniais deve ser também enquadrada na disputa entre o Estado e a Igreja, ambos lutando para exercer o controlo da vida privada dos cidadãos, desta vez nas estratégias de acumulação patrimonial e também da partilha da intimidade.

Depois de analisar a proposta oficial do Governo, a Santa Sé fez saber que numa Concordata não podia constar a expressão «matrimónio civil», pelo que se deveria antes dizer «acto civil» – para a Igreja existe apenas o matrimónio católico. De qualquer modo, os Padres da Sagrada Congregação consideraram que toda a alínea deveria ser modificada «na substância e na forma», porque com esta redacção era o Estado quem estabelecia os «impedimentos dirimentes<sup>1378</sup> ao matrimónio de baptizados»<sup>1379</sup>. Ao contrário do que

---

<sup>1374</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 39-40.

<sup>1375</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 41.

<sup>1376</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 123.

<sup>1377</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 200.

<sup>1378</sup> Parentesco por consanguinidade ou afinidade na linha directa, demência, vínculo matrimonial anterior, etc. Ver Mário de Figueiredo, *A Concordata e o Casamento*. Lisboa: União Gráfica, 1940, p. 29-33.

<sup>1379</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.



considerara o nuncio, quando enviara o projecto do Governo à Santa Sé<sup>1380</sup>, os cardeais discordaram da afirmação, como o farão noutras circunstâncias em que o nuncio minimiza a discrepâncias entre o anteprojecto da Santa Sé e o projecto oficial das autoridades portuguesas, de que esta alínea «generaliza a doutrina da alínea 2ª do §1º do artigo 8 do Projecto, segundo o mesmo espírito», já que aqui aí se dizia que os párocos não estavam impedidos de assistir às bodas daqueles que não apresentassem uma declaração em como não estavam impedidos, mas só que deveriam exortar os esposos a não contraírem matrimónio até que não tivessem atingido a idade de, respectivamente, 18 e 16 anos. Mesmo confiando na sinceridade do «egrégio dr. Salazar acerca de uma futura legislação matrimonial em harmonia com o Direito Canónico», tal dirá respeito ao futuro, pelo que «não pode constituir a base de uma Concordata»<sup>1381</sup>.

Assim, na sétima fórmula do projecto, a Santa Sé propõe, à semelhança da Concordata italiana<sup>1382</sup>, o seguinte texto: As publicações do casamento far-se-ão não só nas respectivas igrejas paroquiais mas também nas competentes repartições civis.

A 11 de Maio de 1938, o Governo contrapõe a seguinte redacção:

As publicações do casamento far-se-ão não só nas respectivas igrejas paroquiais, mas também nas competentes repartições do registo civil, devendo os ministros da religião exigir o certificado de que não há impedimento legal, antes de oficiarem na celebração do casamento.

Se o certificado denunciar a existência de algum impedimento, o casamento não poderá ser autorizado sem expressa autorização do Ordinário e, sendo feito sobre esta autorização, não será transcrito se aquele impedimento for a existência de um casamento anterior não dissolvido, ou a interdição por demência judicialmente decretada.

Na nota explicativa, diz-se:

- 1) A exigência do certificado do funcionário do registo civil tem o legítimo objectivo de evitar a celebração «corrente» de casamentos que não possam produzir efeitos civis. Depois,
- 2) Não se admite que os casamentos *in articulo mortis*, eminência de parto ou de consciência sejam transcritos sem que corra, perante as repartições respectivas, o processo de publicações.
- 3) Não é aceitável a solução de se transcreverem [os casamentos católicos], sem mais formalidades, como agora se sugere, nas alterações propostas, desde que o Estado não pode consentir em transcrever os casamentos católicos de pessoas ligadas por casamento anterior ou de interditos por demência.

---

<sup>1380</sup> Relatório impresso da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>1381</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1382</sup> Itália, art. 34º, al. 2) – As publicações do casamento acima referidas devem ser efectuadas na paróquia e também nas repartições civis.

4) É incompreensível que se transcrevam os casamentos católicos depois de correrem as suas publicações prévias, e que fossem transcritos sem mais formalidade aqueles que não foram antecedidos de publicações<sup>1383</sup>.

A 9 de Julho, um relatório de autor não identificado dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários vai considerar que as observações do Governo português têm fundamento<sup>1384</sup>.

A 28 de Março de 1939, numa outra nota explicativa, as autoridades portuguesas esclarecem que a sua proposta pretendia «reduzir ao máximo a possibilidade de se multiplicarem casamentos religiosos aos quais se não atribuísem efeitos civis», pelo que, «nos casos em que se podia verificar a existência de um impedimento civil, o casamento religioso não seria celebrado sem que os nubentes exibissem o certificado respectivo da repartição competente». Não se tratava de «impor à Igreja o sistema de impedimentos do Estado, mas apenas evitar um casamento religioso que não podia ser transcrito e, assim, não podia também produzir efeitos civis»<sup>1385</sup>.

A redacção portuguesa acabará por ser aceite.

A já citada *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos* chama a atenção para o facto de não serem dispensadas as publicações (leitura dos proclamas ou publicações pela afixação pública de editais à porta da igreja paroquial ou doutra qualquer) que antecedem o casamento, excepto em face da existência de «causa verdadeiramente grave e urgente» assim entendida pelo Ordinário<sup>1386</sup>. Afirma-se ainda que, caso o casamento não se realize seis meses depois da última proclamação ou do último dia da afixação dos editais, ter-se-ão que repetir os proclamas ou a afixação de editais<sup>1387</sup>.

Da mesma *Instrução* consta que as publicações nas competentes repartições do registo civil «podem ser feitas a pedido dos contraentes ou dos seus representantes, ou do Pároco do lugar, onde haja de realizar-se o casamento», em conformidade com o disposto no artigo 7º do

---

<sup>1383</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1384</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1385</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1386</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, p. 5.

<sup>1387</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, p. 6.

Decreto-lei nº 30.615, sendo «conveniente que o Pároco não deixe nunca de requerer ele também essas publicações»<sup>1388</sup>.

GP/PO – artigo 24º, § 3 – Os casamentos *in articulo mortis* e eminência de parto ou cuja imediata celebração se imponha por um grave motivo de ordem moral suficientemente verificado pelo Bispo próprio, poderão ser feitos, independentemente do processo preliminar, e serão transcritos, corrido esse processo, se não se verificar óbice legal.

TD – artigo 22º, § 3 – Os casamentos *in articulo mortis*, em eminência da parto, ou cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Ordinário próprio por grave motivo de ordem moral, poderão ser contraídos independentemente do processo preliminar das publicações.

O casamento civil podia ser *comum* (precedido de processo de publicações) ou *urgente* (não precedido daquele processo, o qual teria de ser realizado posteriormente). Esta última situação consubstancia «uma recepção pelo direito civil de uma figura típica do Direito Canónico»<sup>1389</sup>. Já o casamento canónico poderia ser não só *comum* ou *urgente* como *secreto* (ou de consciência), embora esta última modalidade não encontrasse paralelo no regime civil<sup>1390</sup>. Trata-se daqueles casamentos «cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Ordinário por grave motivo de ordem moral», cuja não transcrição pretende evitar que se denuncie uma situação que, se fosse conhecida, causaria «escândalo público». Por exemplo: a denúncia de um concubinato publicamente desconhecido. Mas, como dirá Mário de Figueiredo no seu livro *A Concordata e o Casamento*, os casamentos «secretos só interessam ao Estado depois de denunciados»<sup>1391</sup>. Ora, são exactamente estes que levantaram sérias dificuldades no acordo entre o Estado português e a Santa Sé.

Relativamente à proposta governamental, a Santa Sé dirá ao núncio, a 30 de Agosto de 1937, que os cardeais da Sagrada Congregação pediam que, quanto aos casamentos cuja imediata celebração se impusesse por motivo de ordem moral, fosse aceite a verificação feita pelo Bispo, sem a utilização do termo «suficientemente». Notaram ainda a «gravidade» da proibição do registo dos casamentos celebrados *in articulo mortis*<sup>1392</sup> sem dispensa de mais formalidades (processo preliminar de publicações e certificado de que não existia óbice legal).

Perante tais observações, na sétima fórmula, a 21 de Outubro de 1937, a Santa Sé propõe a seguinte redacção:

---

<sup>1388</sup> Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos, de 21 de Setembro de 1940, p. 7.

<sup>1389</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 169.

<sup>1390</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 154.

<sup>1391</sup> Mário de Figueiredo, *A Concordata e o Casamento*, p. 60.

<sup>1392</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

Os casamentos *in articulo mortis* e eminência de parto ou cuja imediata celebração se imponha por um grave motivo de ordem moral verificado pelo Bispo próprio poderão, sem mais formalidade, ser feitos e transcritos<sup>1393</sup>.

Quando Mário de Figueiredo conferencia com o núncio acerca destas alterações, este diz-lhe que se eliminou a palavra «suficientemente» para «não parecer que a verificação do bispo era fiscalizável». Quanto às outras alterações, o núncio não terá adiantado muito, porque, segundo o juriconsulto, não estava bem informado relativamente ao assunto, não conhecia bem a solução italiana, nem conseguia medir o esforço português no «sentido de assegurar efeitos civis a todos os casamentos religiosos». Figueiredo terá ainda explicado a Ciriaci a necessidade do processo preliminar de publicações, mesmo nos casamentos *in articulo mortis*, para evitar que o Estado reconheça «a validade do segundo casamento de uma pessoa ligada pelo casamento civil anterior não dissolvido»<sup>1394</sup>.

Na oitava fórmula do projecto, de 11 de Maio de 1938 e da autoria do Governo português, explica-se que, por um lado, não se pode admitir que os casamentos *in articulo mortis*, eminência de parto ou de consciência sejam dispensados do processo preliminar de publicações; por outro lado, diz-se ainda que não se podem transcrever estes casamentos sem mais formalidades pois o Estado não pode admitir que sejam transcritos casamentos sem valor para si, tais como aqueles em que existe casamento civil anterior não dissolvido ou aqueles em que um dos cônjuges foi interditado. Deste modo, propõe-se:

Os casamentos *in articulo mortis* e eminência de parto ou cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Bispo próprio por grave motivo de ordem moral, poderão ser feitos, independentemente do processo preliminar das publicações e serão transcritos, corrido este processo, se não existir impedimento legal de casamento anterior ao momento da transcrição, não dissolvido, ou de interdição por demência judicialmente declarada<sup>1395</sup>.

A 15 de Setembro, Oliveira Salazar anota que o núncio dissera a Figueiredo que a Santa Sé «não poderia aceitar no texto da Concordata a subordinação do sacramento do

---

<sup>1393</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1394</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1395</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

matrimónio<sup>1396</sup> aos requisitos da lei civil (mesmo que desse o seu acordo à legislação interna publicada nesse sentido)». O Presidente do Conselho afirmava ainda que com a última parte do parágrafo se restringia «ao mínimo os casos possíveis de casamentos religiosos sem efeitos civis, referindo expressamente os dois únicos casos em que não poderiam aqueles ser transcritos», e embora considerasse que tal princípio poderia ser estabelecido na legislação interna, anotava que dessa forma «desaparece a garantia da obrigação tomada bilateralmente»<sup>1397</sup>.

A 28 de Março de 1939, na sua nota explicativa, o Governo português reitera as afirmações constantes das notas de Oliveira Salazar, esclarecendo que a sua proposta visava «reduzir ao máximo a possibilidade de se multiplicarem casamentos religiosos aos quais se não atribuísem efeitos civis». Para isso, «nos casos em que a regularização urgente de uma situação, imposta por motivos de consciência, não consentia na verificação prévia da existência de impedimentos, aceitava-se, com certas cautelas, a celebração do casamento e a transcrição subsequente, salvo nos dois únicos casos de existir casamento anterior não dissolvido e de interdição por demência judicialmente declarada». O Governo acaba por condescender em substituir a parte final da alínea por esta fórmula: «A Santa Sé providenciará no sentido de evitar que sejam celebrados casamentos religiosos relativamente aos quais se verificou a existência de impedimentos civis». Isto embora acrescente que não se dispensa de, na lei interna, estabelecer a doutrina que naquela alínea se pressupõe. De outra forma, ser-se-ia conduzido a «um estado de grande desordem»<sup>1398</sup>.

A Santa Sé não aceita a proposta do Governo e a 21 de Novembro de 1939 insiste na fórmula:

Os casamentos *in articulo mortis*, em eminência da parto, ou cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Ordinário próprio por grave motivo de ordem moral, poderão ser contraídos independentemente do processo preliminar das publicações<sup>1399</sup>.

A 3 de Dezembro de 1939, o Governo português propõe, para ultrapassar este impasse, que a assinatura da Concordata seja acompanhada de uma declaração do Cardeal Secretário de

---

<sup>1396</sup> «A aceitação generalizada do matrimónio como sacramento data de começos do século XIII [...], se bem que não tenha sido declarado como tal até ao século XVI». Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 151.

<sup>1397</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572. Sublinhado acrescentado.

<sup>1398</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1399</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

Estado, na qual a Santa Sé se comprometeria a impedir a realização de casamentos que não fossem abrangidos pelas situações acima referidas (casamentos *in articulo mortis*, em eminência da parto, ou cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Ordinário próprio por grave motivo de ordem moral) sem o certificado do registo civil garantindo que produziriam efeitos civis. Se assim fosse, aceitar-se-ia a redacção proposta pela Santa Sé. A 4 de Dezembro, transforma as «declarações» em «notas reversais». Diz-se que é ainda intenção do Governo fazer preceder, ao nível da legislação interna, a transcrição dos casamentos *in articulo mortis*, em eminência de parto ou de consciência do processo preliminar das publicações, «se a isso se não opuser casamento anterior não dissolvido ou interdição por demência judicialmente declarada de algum dos nubentes».

A 8 de Dezembro, na sua resposta oficial, o Governo altera o texto da nota reversal:

A Santa Sé adoptará para com Portugal a atitude que noutro país tenha adoptado como a mais eficiente para evitar a existência de casamentos religiosos que não produzem efeitos civis.

Insiste-se ainda no processo preliminar das publicações para que os casamentos acima indicados produzam efeitos civis.

Na resposta de 24 de Janeiro de 1940, a Santa Sé diz preferir que, em lugar da nota reversal, seja feita uma declaração oral pelo núncio, mas que, se Oliveira Salazar «tem empenho em que haja a este respeito troca de notas reversais, a Santa Sé, para dar outra prova da sua condescendência, está disposta a aderir a esse desejo». No entanto, sugere outra redacção, de modo a que fique «explicitamente reafirmado o direito, que é também dever pastoral, da Igreja de permitir em certos casos a celebração de matrimónios somente religiosos»:

A Santa Sé, reafirmando a doutrina católica da exclusiva competência da Igreja para estabelecer impedimentos ao casamento cristão, e com pesar de ter de fazer declarações sobre o que é sua norma constante para o bem das almas, adoptará em Portugal a mesma atitude adoptada na Itália para evitar na medida do possível a existência de casamentos religiosos que não produzam efeitos civis.

À semelhança do que se pratica na Itália, ficará reservado ao juízo do Ordinário permitir, por motivos de consciência, a celebração dos casamentos religiosos, que não devem ser transcritos no registo civil e por isso não serão denunciados às autoridades civis<sup>1400</sup>.

Quanto à intenção do Governo de obrigar ao processo preliminar de publicações os matrimónios previstos na norma em causa, a Santa Sé dirá que com isto se vai «retardar a

---

<sup>1400</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).

transcrição, o que pode causar grave dano a terceiros, especialmente, por exemplo, nos matrimónios *in articulo mortis*». Sendo assim, o Governo deve fazer uma declaração de modo a que fique estabelecido que os efeitos civis destes casamentos decorrerão, mesmo relativamente a terceiros, a partir da data da celebração<sup>1401</sup>.

Os negociadores aceitam o novo texto da nota reversal, desde que seja eliminado o último parágrafo – «ficará reservado ao juízo do Ordinário permitir...» – que o Governo diz não poder aceitar «por decisivos motivos de ordem política e jurídica».

Quanto a esta observação, o Cardeal Secretário de Estado envia um telegrama ao núncio, que este comunicará a Mário de Figueiredo a 10 de Fevereiro de 1940:

A Santa Sé não pode renunciar ao direito e dever dos ordinários de permitirem em casos extraordinários a celebração dos matrimónios religiosos que, não podendo ser transcritos no registo civil, não devem ser denunciados<sup>1402</sup>.

A 13 de Fevereiro, Mário de Figueiredo responde ao núncio a respeito deste telegrama:

O Governo português não pode aceitar o texto da nota reversal como é sugerido na nota da Santa Sé de 24 de Janeiro último. Só pode aceitar esse texto, suprimido o último período<sup>1403</sup>.

A 28 de Fevereiro o núncio entrega a Mário de Figueiredo um documento onde a Santa Sé reitera as afirmações de 10 de Fevereiro:

Não se consegue ver quais possam ser «os motivos de ordem política e jurídica de Portugal» que impeçam o Governo português de reconhecer explicitamente à hierarquia católica os direitos que, por vontade divina, lhe competem acerca do Sacramento do Matrimónio, enquanto o próprio Governo exige que a Santa Sé se comprometa por nota reversal a fazer declarações, que seriam supérfluas, sobre a norma seguida pela mesma para o bem das almas no que respeita aos actos e disposições civis.

A Santa Sé tem, por tanto, de manter integralmente o seu texto das notas reversais.

Se se quer: a Santa Sé está disposta a inserir as palavras «não possam ou» na segunda alínea das notas reversais, a qual ficaria assim redigida: «À semelhança do que se pratica na Itália, ficará reservado ao juízo do Ordinário permitir, por motivos de consciência, a celebração dos casamentos religiosos, que não possam ou não devam ser transcritos no registo civil e por isso não serão denunciados às autoridades civis».

A Santa Sé consente – se dificuldades ou circunstâncias particulares de ordem interna se opuserem à publicação destas notas reversais – em que se reserve a publicação das mesmas ao caso de necessidade, que confia nunca se dará<sup>1404</sup>.

<sup>1401</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).

<sup>1402</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 937).

<sup>1403</sup> «Apontamento com a resposta que o Doutor M. de Fig.do dará ao Núncio com respeito ao último teleg. do Card. Secretário de Estado». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 942).

A 1 de Abril de 1940, a Santa Sé levanta novas questões quanto a este parágrafo. Pede que da frase «os casamentos cuja imediata celebração seja autorizada...» se elimine o termo «imediate», considerando a palavra «pelo menos inútil, tratando-se de matrimónios secretos, a cuja celebração não precedem nem se seguem banhos»<sup>1405</sup>. Diz ainda:

Pelo que diz respeito a toda a complexa questão matrimonial, é claro que a Santa Sé deve preocupar-se das consequências a que poderia conduzir o princípio sobre o qual parecem apoiar-se as propostas do Governo, isto é, que o Estado seja árbitro não só na transcrição dos matrimónios religiosos mas também da comunicação que se haja de fazer, para todos e cada um, da celebração realizada. Isto poderia, de facto, importar uma invasão do campo religioso<sup>1406</sup>.

No dia seguinte, o Governo português observa:

Mantém a fórmula «os casamentos cuja imediata celebração, etc.» porque é a que já foi acordada como texto da Concordata; ao contrário do que se afirma nas observações da Santa Sé, a palavra «imediate» que nela se contém não é inútil.

Na verdade, os casamentos a que se refere não são só os casamentos secretos que o Código de Direito Canónico chama «de consciência»; são também os casamentos que, embora não haja motivo para manter secretos, têm, por não poderem aguardar-se as naturais demoras das publicações, de ser celebrados sem que a estas se proceda, para regularizar situações de consciência. São, portanto, estes últimos, casamentos públicos que, por graves motivos de consciência são autorizados, independentemente do processo preliminar das publicações, isto é: casamentos cuja imediata celebração é autorizada por graves motivos de ordem moral.

Estes têm que ser comunicados sob sanções que só serão instituídas para os casos em que, segundo o direito interno, não possam ser transcritos; os de consciência a que se referem os artigos 1.104 e seguintes do Código de Direito Canónico só têm que ser comunicados quando forem denunciados, nos termos do artigo 1.106º do mesmo Código.

Para evitar a dúvida sobre se a fórmula – e isto enquanto se conservarem secretos – abrange tanto o caso de terem perdido o carácter secreto de facto como o terem perdido de jure, o Governo propõe que se acrescente a explicativa expressa por estas palavras: «quer dizer, enquanto o Ordinário, utilizando as faculdades que lhe confere o artigo 1.106 do referido Código, os não denunciar». Esta explicativa corta todas as possibilidades de dúvida.

O Governo não quer praticar qualquer invasão no campo religioso. Reconhece que não pode fazê-lo, de direito, e não pretende fazê-lo, de facto.

O que pretende é afastar ao máximo a possibilidade de existirem casamentos religiosos que não produzem efeitos civis. E é tal o seu empenho neste aspecto que vai ao ponto de, em matéria de casamentos *in articulo mortis*, em eminência de parto ou cuja imediata celebração seja autorizada pelo Bispo próprio por graves motivos de ordem moral, secretos ou não, renunciar ao seu próprio sistema de impedimentos para adoptar o da Igreja, salvo em dois casos excepcionais<sup>1407</sup>.

---

<sup>1404</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 943).

<sup>1405</sup> «Argumentos produzidos pelo Núncio e que lhe foram fornecidos pela Santa Sé no decorrer da questão para discutir com o Governo (1/IV/940)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 956).

<sup>1406</sup> «Argumentos produzidos pelo Núncio e que lhe foram fornecidos pela Santa Sé no decorrer da questão para discutir com o Governo (1/IV/940)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 956).

<sup>1407</sup> «Argumentos produzidos pelo Núncio e que lhe foram fornecidos pela Santa Sé no decorrer da questão para discutir com o Governo (1/IV/940)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 956).



A 15 de Abril, a Santa Sé responde:

Na sua resposta de 2 de Abril, o Governo declara que a fórmula «que não possam ser transcritos» abrange os casamentos a que não seriam atribuídos direitos civis e os casamentos de consciência, nos termos dos cânones 1.104 e seguintes do Código de Direito Canónico.

A Santa Sé observa que pode existir uma terceira categoria de casamentos religiosos que não devem ser transcritos: são os que, sendo transcritos, exporiam os cônjuges a grave dano. Importa, por isso, encontrar uma fórmula que compreenda estes casos ou outros análogos. De outro modo, ficaria na prática atingida a liberdade da Igreja na celebração de tais casamentos religiosos, que pode ser determinada por compreensíveis motivos de ordem moral.

A Santa Sé assegura ao Governo que casos deste género serão sempre poucos, pois a Igreja se preocupa, para bem das almas, com reduzir ao mínimo o número dos casamentos sem efeitos civis.

Com esta resposta, o Núncio crê poder afirmar que a Santa Sé deseja chegar à solução da dificuldade.

No dia 25 de Abril, ambas as partes aceitam finalmente os textos definitivos das notas quanto aos casamentos religiosos e seus efeitos civis:

1) Nota verbal da Santa Sé

A Santa Sé, reafirmando a doutrina católica da exclusiva competência da Igreja para estabelecer impedimentos ao casamento cristão, e com pesar de ter de fazer declarações sobre o que é sua norma constante para o bem das almas, adoptará em Portugal a mesma atitude adoptada na Itália, com o fim de evitar, na medida do possível, a existência de casamentos religiosos que não produzam efeitos civis.

2) Declaração oral do Núncio:

A Santa Sé – salvo quanto foi declarado pelas duas Altas partes na questão da denúncia dos casamentos celebrados – toma nota da intenção do Governo português no sentido de fazer preceder a transcrição dos casamentos, a que se refere a alínea 3) do artigo 22º, do processo preliminar das publicações e de transcrevê-los só depois de corrido este processo. Fica, porém, estabelecido que os efeitos civis de tais casamentos decorrerão, mesmo para com terceiros, da data da celebração, uma vez feita a transcrição, desde que o seja dentro do prazo de um mês, a contar da comunicação feita pelo pároco. Entende-se que o processo preliminar será organizado de modo a fazer a transcrição, quando puder fazer-se, dentro daquele prazo.

O preceito adoptado fez coincidir o sistema de impedimentos do Direito Canónico com o do direito português – falta de idade nupcial, impotência, consanguinidade, etc., com a excepção da existência de casamento civil anterior não dissolvido e interdição por demência judicialmente verificada<sup>1408</sup>. Ir mais além seria «fazer impender sobre o Estado a obrigação de

---

<sup>1408</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 958-962). Ver também Mário de Figueiredo, *A Concordata e o Casamento*, p. 29-38. Aliás, o mesmo se fez em Itália após a Concordata de 1919. Ver A. M. Punzi Nicoló, «Due

atribuir efeitos civis a casamentos, que, além de não serem comunicados às autoridades oficiais, não respeitavam os requisitos da lei civil»<sup>1409</sup>. Todavia, com a expressão «na medida do possível» da nota reversal é certo que, no limite, se poderiam realizar casamentos que não produziam efeitos civis, mas que tinham validade canónica. Só que, mesmo nessas circunstâncias, caso o impedimento desaparecesse posteriormente, o casamento podia ser transcrito e adquirir os efeitos civis<sup>1410</sup>.

Em conformidade com a vontade do Governo, a *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos* chama a atenção:

Tenham presente os ordinários dos lugares que, quando a celebração do casamento católico não haja sido precedida do processo preliminar das publicações organizado nas repartições do registo civil, só se pode efectuar a transcrição nas mesmas repartições depois de organizado o referido processo e de se haver verificado que não existe nenhum dos impedimentos que posa obstar à transcrição [...].

Não se tratando de casamentos *in articulo mortis* ou em iminência de parto, ou de casamentos, cuja imediata celebração seja autorizada pelo Ordinário próprio por grave motivo de ordem moral (artigo XXII da Concordata), o Pároco não procederá à celebração do casamento antes de ter corrido o processo preliminar das publicações nas repartições do registo civil e de haver recebido o respectivo certificado.

Tenha o pároco o maior cuidado em observar a prescrição do número anterior, mesmo para não se expor às eventuais sanções cominadas pelo artigo 14º do Decreto-lei nº 30:615.

No caso de casamentos celebrados *in articulo mortis* procurem os Párocos que ao acto do casamento assistam as duas testemunhas, e isto para evitar futuras contestações, salvo o caso de dispensa das mesmas previsto pelos cann. 1043-1044<sup>1411</sup>.

[...]

Quando, em harmonia com a alínea 3 do citado artigo XXII da Concordata, se realizar o casamento religioso independentemente do processo preliminar das publicações, o pároco deve conservar diligentemente, para qualquer eventualidade, o documento eclesiástico, que o autorizou a assistir ao casamento<sup>1412</sup>.

[...] se o casamento for celebrado *in articulo mortis* na presença apenas de duas testemunhas, o Pároco fará a participação dentro de três dias, nos termos do artigo XXII da Concordata, não sendo dispensado o processo preliminar de publicações.

[...]

---

modelli di matrimonio». In Lonzoni Spinelli e Giuseppe Dalla Torre (dir.), *Matrimonio Concordatario e giurisdizione dello Stato*. Bolonha: Pàtron Editore, 1987, p. 15-16.

<sup>1409</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 175.

<sup>1410</sup> Esboço manuscrito de carta de Mário de Figueiredo, dirigida ao Director da *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, em 1941. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1411</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, p. 7.

<sup>1412</sup> «Por exigência da lei civil será enviada à repartição do Registo Civil, juntamente com o duplicado do assento do casamento, cópia da autorização do Ordinário, autenticada com a assinatura do pároco (artigo 17º § 1º)». *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, p. 8.

O casamento de consciência não pode, como é manifesto, ser participado à repartição do registo civil: nada impede, porém, que os contraentes a todo o tempo peçam a participação para os efeitos civis, salvos sempre os direitos adquiridos por terceiros<sup>1413</sup>.

[...]

Quanto aos casamentos celebrados nos termos da alínea 3 do artigo XXII da Concordata, o Pároco não é obrigado sob pena de sanções a participar aqueles que não podem ser transcritos. Terá, porém, o cuidado de fazer a participação, tanto que cessem as causas que obstavam à transcrição. Tenha-se presente que quanto aos casamentos celebrados de harmonia com a citada alínea 3 do art. XXII da Concordata, só não se pode fazer a transcrição em dois casos, isto é, quando «se verificar relativamente a algum dos cônjuges o impedimento de casamento civil anterior, não dissolvido, ou de interdição por demência verificada por sentença com trânsito em julgado (artigo 12º, nº 3, do Decreto-lei, nº 30:615)<sup>1414</sup>.

GP/PO – artigo 24º, § 4a – O pároco enviará dentro de dois dias cópia integral da acta do casamento à repartição competente do registo civil para aí ser transcrita.

TD – artigo 22º, § 4 – O pároco enviará dentro de três dias cópia integral da acta do casamento à repartição competente do registo civil para ser aí transcrita; a transcrição deve ser feita no prazo de dois dias e comunicada pelo funcionário respectivo ao pároco até ao dia imediato aquele em que foi feita com a indicação da data.

A Santa Sé informará o núncio, a 10 de Agosto de 1937, que o prazo de dois dias para envio da cópia da acta do casamento ao registo civil é insuficiente, dando-lhe instruções para que tente junto do Governo aumentá-lo para cinco dias. O núncio assim o fará na sétima fórmula, datada de 21 de Outubro de 1937<sup>1415</sup>. Mas, na oitava fórmula, de 11 de Maio de 1938, o Governo volta a reduzir o prazo, agora para três dias, «porque, se para os efeitos do casamento se reportarem ao momento da celebração é necessário que sejam transcritos dentro de cinco dias, não pode a expedição da acta ser retardada até ao quinto dia»<sup>1416</sup>, o que a Santa Sé acabará por aceitar.

A 4 de Dezembro de 1939, o Governo introduz um aditamento, que será aprovado por ambas as partes: «A transcrição deve feita no prazo de dois dias e comunicada pelo funcionário respectivo ao pároco até ao dia imediato aquele em que foi feita com a indicação da data».

GP/PO – artigo 24º, § 4b – Para este efeito, o pároco é considerado oficial público e se, sem motivo de força maior, deixar de expedir a cópia da acta, dentro do prazo, incorre nas penas de desobediência qualificada.

<sup>1413</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos, de 21 de Setembro de 1940*, p. 12.

<sup>1414</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos, de 21 de Setembro de 1940*, p. 13.

<sup>1415</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1416</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

TD – artigo 22º, § 5 – O pároco que, sem graves motivos, deixar de enviar a cópia da acta, dentro do prazo, incorre nas penas de desobediência qualificada e o funcionário do Registo civil que não fizer a transcrição no tempo devido incorrerá nas penas cominadas pela lei orgânica do serviço.

Ciriaci parece não desgostar deste parágrafo quando envia a proposta oficial de Concordata à Santa Sé, a 16 de Julho de 1937, afirmando: o pároco não é considerado culpado em caso de «motivo de força maior»<sup>1417</sup>. Ao contrário, aos cardeais da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos «não agrada que o pároco seja considerado um oficial público, e muito menos que seja punido pela autoridade civil por actos estritamente ligados ao exercício do seu ministério». Assim, sugere-se ao núncio que proponha «simplesmente que, se o pároco, sem graves motivos, não enviasse a cópia da acta no tempo estabelecido, incorreria em pena de responsabilidade pela omissão»<sup>1418</sup>. Esta redacção vai ser submetida ao Governo português, na sétima fórmula, de 21 de Outubro de 1937<sup>1419</sup>, mas este não a aceita, pois considera demasiado vaga.

A 9 de Setembro de 1938, a Santa Sé comunica ao Governo português que não é favorável a que o pároco seja considerado «oficial público»<sup>1420</sup> e Oliveira Salazar anota, a 15 do mesmo mês, que «é fácil arranjar outro modo de dizer»<sup>1421</sup>. A 28 de Março de 1939, a Santa Sé é informada de que o Governo aceita a eliminação das palavras «para este efeito o pároco é considerado oficial público»<sup>1422</sup>. No entanto, apesar desta supressão, o Governo não afasta a possibilidade de punir o funcionário que não fizer a transcrição no período estabelecido e, a 8 de Dezembro, transmite oficialmente à Santa Sé que pretende

organizar, através do direito interno, um sistema adequado de sanções contra os ministros da religião católica que oficiem em casamentos diferentes dos previstos na alínea 3) do artigo 23º, antes de lhes ser exibido o certificado da competente repartição do registo civil em que se afirme a ausência de qualquer óbice à produção de efeitos civis<sup>1423</sup>.

<sup>1417</sup> Relatório impresso da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. AES Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>1418</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1419</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1420</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1421</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1422</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

<sup>1423</sup> Resposta do Governo português ao projecto da Santa Sé de 21 de Novembro de 1939. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 881-885).

Em representação da Santa Sé, o Núncio responderá a 24 de Janeiro de 1940:

Como o Governo julga seu dever de lealdade comunicar à Santa Sé semelhante precisão, assim também a Santa Sé, por igual lealdade o previne que, no caso de que tal sistema de sanções fosse menos conveniente à dignidade sacerdotal, Ela deverá protestar. O Núncio não pode portanto deixar de observar ao Governo que, com quanto as duas Altas Partes se tenham previamente advertido destas recíprocas posições, não é de certo o melhor modo de iniciar relações concordatárias o de promulgar disposições odiosas para com o clero e provocar um protesto da parte da Santa Sé<sup>1424</sup>.

A 31 de Janeiro, Mário de Figueiredo recebe o projecto do telegrama que o núncio tenciona enviar à Santa Sé no caso de o Governo português estar de acordo:

O Governo porém está disposto na resposta escrita ao Núncio acerca das últimas propostas da Santa Sé por ele apresentadas, que, quanto às sanções, procurará estabelecer só aquelas que sejam consentâneas com o estado eclesiástico<sup>1425</sup>.

A 10 de Fevereiro de 1940, o núncio transmite a Mário de Figueiredo um excerto de telegrama do Cardeal Secretário de Estado:

A Santa Sé não pode renunciar ao direito e dever dos Ordinários de permitirem em casos extraordinários a celebração dos matrimónios religiosos que, não podendo ser transcritos no registo civil, não devem ser denunciados. Por isso, não é admissível que estejam sujeitos a penalidades os párocos que procedam em tais casos à celebração e não façam a denúncia.

Nesse mesmo documento está escrito que no original remetido pela Santa Sé ao núncio se seguia a referência ao desejo desta «de conhecer quais as penalidades que seriam impostas aos párocos no direito interno, por falta de comunicação à autoridade civil dos casamentos por ele realizados»<sup>1426</sup>.

A 13 de Fevereiro, Figueiredo responde ao núncio a respeito deste telegrama:

Para obtemperar, porém, ao desejo da Santa Sé, expresso na comunicação verbal feita por Sua Exa. Revma. o núncio apostólico em 10 do corrente, o Governo declara-se disposto a assumir, em nota verbal, o compromisso de não estabelecer no direito interno sanções contra os párocos que deixem de denunciar, para efeitos de transcrição, os casamentos cuja imediata celebração seja autorizada pelo Bispo próprio por graves motivos de ordem moral e que não possam ser transcritos<sup>1427</sup>.

---

<sup>1424</sup> «Resposta à Nota de 8 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 918-921).

<sup>1425</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 933).

<sup>1426</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 937).

<sup>1427</sup> «Apontamento com a resposta que o Doutor M. de Fig.do dará ao Núncio com respeito ao último teleg. do Card. Secretário de Estado». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 942).

A 28 de Fevereiro, o núncio transmite a Figueiredo a seguinte comunicação da Santa Sé:

A Santa Sé não compreende a insistência do Governo em querer estabelecer penas contra os párocos que não façam ou retardem a denúncia dos casamentos celebrados e a não acedência a prestar desde já informações concretas e precisas sobre as mesmas. Parece que não seria difícil estabelecer sem demora os critérios segundo os quais se regularia esta matéria.

[...] referindo-se à precisão feita pelo Governo português no documento de 8 de Dezembro de 1939 – pede que, em Nota Verbal, o Governo exceptue das penas não somente os casos previstos no artigo 22º, alínea 3, da Concordata [os casamentos *in articulo mortis*, em eminência da parto, ou cuja imediata celebração seja expressamente autorizada pelo Ordinário próprio por grave motivo de ordem moral], mas também os indicados na alínea 2ª das notas reversais [«Fica, porém, estabelecido que os efeitos civis de tais casamentos decorrerão, mesmo para com terceiros, da data da celebração, uma vez feita a transcrição, desde que o seja dentro do prazo de um mês, a contar da comunicação feita pelo pároco. Entende-se que o processo preliminar será organizado de modo a fazer a transcrição, quando puder fazer-se, dentro daquele prazo»] – que, querendo-se, permanecerão secretos – e, para outros casos, se comprometa a que as penas sejam consentâneas com o estado eclesiástico e não graves e seja em qualquer caso excluída a prisão não convertível em multa.

Mário de Figueiredo entrega ao núncio, a 2 de Março de 1940, a resposta a esta comunicação:

O Governo português, depois de considerar atentamente a matéria da comunicação verbal que lhe foi feita em 28 de Fevereiro último por Sua Exa. Revma. o núncio apostólico, reconhece não estar em condições de ultrapassar os compromissos assumidos nas suas comunicações anteriores; mas esclarece que, ao comprometer-se a não estabelecer sanções para a falta de comunicação dos casamentos que não possam ser transcritos, tinha em mente não só os casamentos que, segundo o direito interno, não teriam efeitos civis, mas também os que, nos termos do artigo 1.104 e seguintes do Código de Direito Canónico, não podem ser comunicados [os chamados casamentos secretos], e isto enquanto se mantiverem secretos.

O Governo sempre entendeu que as notas reversais não seriam publicadas<sup>1428</sup>.

O núncio explicará ao Governo, a 1 de Abril:

O Governo, ao fixar os casos isentos das sanções, considera ainda os matrimónios de que se fala nos cânones 1.104 e seguintes do Código de Direito Canónico. Mas isto não autorizaria a dizer que se não pode esperar que a Santa Sé vá mais além do Código de Direito Canónico. Poderia de facto observar-se que quando nos sobreditos cânones a Igreja legisla acerca do matrimónio de consciência, tem em vista de modo particular as precedentes disposições eclesiásticas (banhos, impedimentos, etc.) em matéria de matrimónio; mas tratando-se de celebrar uma Concordata, a Santa Sé não pode deixar de considerar a legislação e a situação peculiar do país com o qual trata nem de se esforçar em prevenir inconvenientes particulares e locais<sup>1429</sup>.

<sup>1428</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 945).

<sup>1429</sup> «Argumentos produzidos pelo Núncio e que lhe foram fornecidos pela Santa Sé no decorrer da questão para discutir com o Governo (1/IV/940)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 956).

E noutra observação, adianta:

Na questão das penas a Santa Sé determina-se em consideração do decoro pela classe sacerdotal portuguesa. Ela crê que não é certamente intenção do Governo admitir nesta matéria para os eclesiásticos a prisão não convertível em multa e por isso não vê porque não haja de fazer-se desde já uma promessa. É claro que não se pode apelar para o direito interno, quando num tratado de Direito Internacional se tomam precisamente compromissos relativos ao direito interno<sup>1430</sup>.

Noutro documento, da mesma data, diz-se ainda, no que respeita às penas:

A Santa Sé acharia justo que o Governo declarasse, não que procurará estabelecer, mas que se compromete a estabelecer só aquelas que sejam consentâneas com o estado eclesiástico. Insiste pois – para decoro da classe sacerdotal portuguesa – em que se prometa desde já por Nota Verbal, que será em qualquer caso excluída a prisão não convertível em multa<sup>1431</sup>.

Na resposta ao núncio, também de 2 de Abril, o Governo dirá que lhe repugnava instituir sanções contra os párocos que, por obediência hierárquica, deixassem de comunicar outros casamentos além dos indicados, situação a que o Executivo poderia ser conduzido se aceitasse a solução agora proposta pela Santa Sé<sup>1432</sup>. Por conseguinte, só aceitaria a seguinte fórmula:

O Governo português compromete-se a não estabelecer no direito interno sanções contra os párocos que deixem de denunciar, para efeitos de transcrição, os casamentos cuja imediata celebração seja autorizada pelo Bispo próprio por graves motivos de ordem moral e que não possam ser transcritos.

A fórmula «que não possam ser transcritos» abrange não só os casamentos a que, segundo o direito interno, não seriam atribuídos em qualquer caso efeitos civis mas também os que, nos termos dos cânones 1.104 e seguintes do Código de Direito Canónico, não podem ser comunicados, e isto enquanto se conservarem secretos, quer dizer, enquanto o Ordinário, utilizando as faculdades que lhe confere o cânone 1.106 do referido Código, os não denunciar<sup>1433</sup>.

Quanto às sanções, o Governo acrescenta:

É claro que um tratado de Direito Internacional é, por definição, um conjunto de normas por que se limita o Estado no exercício da sua actividade legislativa interna.

Mas o que parece inadmissível é que o Estado que, em determinada matéria, não acordou em limitar a sua conduta, consinta em limitá-la quanto ao estabelecimento de sanções pela infracção de normas que podia livremente emanar por não estar internacionalmente ligado. Só

<sup>1430</sup> «Argumentos produzidos pelo Núncio e que lhe foram fornecidos pela Santa Sé no decorrer da questão para discutir com o Governo (1/IV/940)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 956).

<sup>1431</sup> «Entregue pelo Núncio ao Doutor M. de F. em 1 de Abril de 1940 (com observações juntas)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 954-955).

<sup>1432</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 958-962).

<sup>1433</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 958-962).

o Estado é senhor de estabelecer os processos de reacção contra a infracção de normas que pode livremente emanar. Um exemplo concreto esclarece o pensamento que se quer exprimir:

o Governo português pode impor, no direito interno, a obrigação de serem comunicados certos casamentos. Não está ligado pela Concordata a não o fazer: é, portanto, livre da emanção da norma respectiva.

Ora bem: o que não se explicaria bem é que sendo livre na emanção da norma o não fosse no estabelecimento das sanções contra a sua infracção; ele que é livre na emanção da norma deve sê-lo também na organização do processo de reacção contra os que a infringirem<sup>1434</sup>.

É neste momento que o Governo afirma também:

O Governo não pode ultrapassar os compromissos assumidos já.

Custa-lhe que a situação alcançada depois de tantos esforços, situação que crê plena de benefícios tanto para o Estado como para a Igreja em Portugal, se perca por questões incidentais que só um extremo de lealdade sua suscitou. Por isso se permite solicitar a deferente e urgente consideração da Santa Sé sobre o caso<sup>1435</sup>.

A 25 de Abril chega-se finalmente às fórmulas definitivas das notas verbais:

Nota verbal do Governo português:

O Governo português compromete-se a não estabelecer no direito interno sanções contra os párocos que deixem de denunciar, para efeitos de transcrição, os casamentos cuja imediata celebração seja autorizada pelo Bispo próprio por graves motivos de ordem moral e que não possam ser transcritos.

A fórmula "que não possam ser transcritos" abrange não só os casamentos a que, segundo o direito interno, não seriam atribuídos, em qualquer caso, efeitos civis mas também os que, nos termos dos cânones 1.104 e seguintes do Código de Direito Canónico, não podem ser comunicados, e isto enquanto se conservarem secretos, quer dizer, enquanto o Ordinário, utilizando as faculdades que lhe confere o cânone 1.106 do referido Código, os não denunciar.

O Governo português declara que, quanto a sanções, procurará estabelecer só aquelas que sejam consentâneas com o estado eclesiástico.

Nota verbal da Santa Sé:

A Santa Sé, reafirmando a doutrina católica da exclusiva competência da Igreja para estabelecer impedimentos ao casamento cristão, e com pesar de ter de fazer declarações sobre o que é sua norma constante para o bem das almas, adoptará em Portugal a mesma atitude adoptada na Itália, com o fim de evitar, na medida do possível, a existência de casamentos religiosos que não produzam efeitos civis.

Nas *Instruções da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos* lembrar-se-á que o pároco que, sem graves motivos, deixar de enviar duplicado do assento, dentro do prazo

---

<sup>1434</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 958-962).

<sup>1435</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 958-962).



estabelecido, ao funcionário do registo civil, incorre nas penas de desobediência qualificada, estando ainda sujeito às penalidades do cânone 2383. Além disso, dirá a mesma Congregação, considere «o Pároco os danos que se podem seguir se não forem transcritos nos registos civis do Estado os assentos dos casamentos, e, por isso, as responsabilidades que assume perante Deus e a sociedade, se não cumprir religiosamente o dever de enviar os referidos assentos»<sup>1436</sup>.

Para evitar penalizações, na referida *Instrução* afirma-se:

Embora os párocos tenham três dias para enviar o assento do casamento, farão a diligência por o enviar imediatamente após a assinatura do mesmo para que, na hipótese de ele ter de ser devolvido à proveniência por não satisfazer a todos os requisitos legais, haja tempo suficiente para poder ser transcrito no prazo de sete dias.

O incumprimento do registo tem consequências diferentes no casamento civil e no casamento católico. Neste último caso, o incumprimento acarreta para o funcionário do registo civil responsabilidade penal, o que não acontece no registo do casamento civil. Tal deve-se sobretudo ao facto de, na transcrição do casamento católico, estar em causa, por um lado, o cumprimento de uma obrigação assumida pelo Estado num tratado; por outro, como o casamento católico não é celebrado perante o funcionário do registo civil, torna-se mais difícil a realização do seu assento e mais fácil, portanto, o incumprimento pelo que o Estado se empenha em puni-lo<sup>1437</sup>, tanto mais que a maioria dos casamentos haveriam de ser católicos.

GP/PO – inexistente.

TD – artigo 23º – O casamento produz todos os efeitos civis desde a data da celebração, se a transcrição for feita no prazo de sete dias. Não o sendo, só produz efeitos, relativamente a terceiros, a contar da data da transcrição.

Não obsta à transcrição a morte de um ou ambos os cônjuges.

Respondendo à proposta oficial do Governo português, a Santa Sé, a 30 de Agosto de 1937, transmite ao núncio a preocupação dos cardeais com a possibilidade de um dos contraentes do matrimónio morrer antes do registo do matrimónio. Sugere-se, assim, que se redija uma alínea que contenha doutrina semelhante à da legislação italiana, segundo a qual «o registo efectuado dentro dos 5 dias, tendo pleno efeito desde o dia do casamento, tem toda a sua eficácia no caso de morte de um cônjuge. Porém, se o registo for feito para além dos 5 dias, esse produzirá igualmente efeitos civis, mas sem prejuízo dos direitos adquiridos

---

<sup>1436</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos, de 21 de Setembro de 1940*, p. 14.

<sup>1437</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 360-361.

entretanto por terceiros»<sup>1438</sup>. Em consonância, na contraproposta da Santa Sé (sétima fórmula) sugere-se um novo parágrafo:

O registo realizado dentro dos cinco dias tem pleno efeito desde o dia da celebração do casamento e tem, portanto, sua eficácia também no caso de morte dum dos cônjuges antes de feito o registo. Ainda que o registo seja retardado além dos cinco dias, produz igualmente os efeitos civis, mas sem prejuízo dos direitos adquiridos entretanto por terceiros<sup>1439</sup>.

Na oitava fórmula do projecto de Concordata, o Governo altera substancialmente esta redacção, chegando à fórmula que seria consagrada no texto definitivo, embora o prazo da apresentação da acta seja alargado, por sugestão do núncio, para sete dias.

Em jeito de conclusão, com a norma concordatária sobre o casamento o Estado volta a conceder efeitos civis ao casamento católico, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil, para o que os párocos são devidamente instruídos. A obrigatoriedade da transcrição no registo civil era, aliás, uma disposição constitucional – «o registo do estado civil dos cidadãos é da competência do Estado» (artigo 28º). O casamento concordatário foi regulamentado pelo Decreto-lei nº 30.615, de 25 de Julho de 1940. Este diploma, semelhante ao que vigora actualmente, continha os procedimentos, quer das publicações preliminares, quer da transcrição do casamento<sup>1440</sup>. Existem daí em diante «duas modalidades distintas de casamento: o civil e o canónico»<sup>1441</sup>.

Com a Concordata e a atribuição de efeitos civis ao casamento canónico, o Estado «jurisdicizou» o casamento canónico que até aí, na sua qualidade de sacramento, tinha eficácia apenas no âmbito do Direito Canónico. Sem perder o seu carácter sacramental, o casamento católico «passou a ser reconhecido pelo Direito, traduzindo-se este reconhecimento na produção de determinados efeitos juridicamente relevantes»<sup>1442</sup>. Não que o Estado tenha abdicado «da regulamentação dos pressupostos da celebração do casamento (capacidade matrimonial dos nubentes)», pois como vimos o pároco não pode celebrar o matrimónio sem que lhe seja apresentado o certificado *nihil obstat*, emitido pelo funcionário do registo civil. Contudo, a cerimónia decorre de acordo com as disposições de Direito Canónico – «o Direito respeita a exclusiva *competência* da Igreja e aceita, sem regular, a solenidade religiosa como

---

<sup>1438</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1439</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1440</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 178.

<sup>1441</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 176.

<sup>1442</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 361.

uma forma juridicamente relevante de celebração do casamento». Desta forma, o matrimónio produz efeitos canónicos e civis, «uma dualidade na eficácia do casamento, decorrente da sua dupla essência», que «é evidente na irrelevância, do ponto de vista canónico, da dissolução do casamento – dos seus efeitos jurídicos – por divórcio»<sup>1443</sup>. O registo assumiu, assim, a natureza de «mecanismo de controlo do respeito de disposições imperativas tidas por fundamentais pelo Estado português na celebração dos casamentos (ainda que católicos)»<sup>1444</sup>.

Para entender a extensa discussão que envolveu o articulado relativo ao casamento há que ter presente que, antes de tudo, o reconhecimento do casamento canónico pelo Estado era para a Igreja uma questão doutrinal. Tanto assim é que na *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos* sobre a execução dos artigos da Concordata relativos à celebração dos casamentos proíbe-se aos católicos o casamento civil, «visto que o casamento religioso celebrado em conformidade com as disposições da Concordata produz todos os efeitos civis, sendo, por isso, apto para conseguir o seu fim religioso e social». Os que ousarem fazê-lo «serão tidos como pecadores públicos, devendo o pároco conformar-se com o disposto no cân. 1066 do Código de Direito Canónico»<sup>1445</sup>. A Sagrada Congregação manifesta-se contra a possibilidade, conferida no texto da Concordata portuguesa, de o casamento religioso ser precedido do acto civil, hipótese que, em seu entender, «não deveria dar-se em regime concordatário». Mas, deste modo, permitia-se «aos cônjuges, que na vigência do regime anterior tivessem celebrado o casamento civil (então o único juridicamente reconhecido), a possibilidade de converterem a sua ligação num vínculo válido à face das leis da Igreja»<sup>1446</sup>. Na situação inversa – os cônjuges terem realizado apenas o casamento católico – a Sagrada Congregação instrui os ordinários para que aconselhem os cônjuges a regularizar a sua situação junto da lei civil, «a fim de aproveitarem os benefícios concedidos pelo Estado aos casamentos oficialmente reconhecidos»<sup>1447</sup>. Como era a transcrição que conferia juridicidade aos casamentos católicos, pretendeu-se assim evitar a existência de casamentos católicos sem efeitos civis. O casamento religioso em Portugal tinha, em regra e a partir de então, efeitos civis. Embora, como se foi vendo ao longo da análise dos artigos referentes ao casamento, o sistema matrimonial português se inspire no

---

<sup>1443</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 363.

<sup>1444</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 388.

<sup>1445</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, p. 3-4. Sublinhado acrescentado. O cânone 1066 do Código de Direito Canónico ditava: «Se um pecador público ou de quem quer que tenha incorrido numa censura notória se recusar a confessar-se ou a reconciliar-se com a Igreja, o sacerdote não celebrará o seu casamento, salvo grave motivo, relativamente ao qual, se possível, consultará o Ordinário».

<sup>1446</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 177.

<sup>1447</sup> *Instrução da Sagrada Congregação da Disciplina dos Sacramentos*, de 21 de Setembro de 1940, p. 14.

italiano<sup>1448</sup>, tal não acontecia em Itália com a Concordata de 1929<sup>1449</sup>. Nesse país, se o casamento não fosse transcrito, seria um «um acto puramente religioso, sem qualquer relevância jurídica»<sup>1450</sup>. Há outras diferenças assinaláveis, como por exemplo o não ter ficado estabelecido na Concordata a punição do pároco que deixasse de enviar a cópia da acta aos registos do estado civil. Em matéria de matrimónio, o artigo 34º da Concordata italiana estipula:

O Estado Italiano, desejando restabelecer a instituição do matrimónio, que é a base da família, dignidade essa que está conforme às tradições católicas do seu povo, reconhece os efeitos civis do sacramento do matrimónio regulado pelo Direito Canónico.

A publicação do matrimónio acima referido será feita na paróquia e também na câmara municipal.

Imediatamente após a celebração do matrimónio, o pároco deve explicar aos recém-casados os efeitos civis do matrimónio, lendo-lhes os artigos do código civil sobre os direitos e deveres das pessoas casadas, e converter o acto do matrimónio à escrita, da qual no prazo de cinco dias, ele deve enviar uma cópia exacta à município, em ordem a poder ser transcrita nos registos do estado civil.

Como se verá melhor quando se discutir a problemática do divórcio, no fascismo italiano, verifica-se a subordinação do matrimónio civil ao sacramento do casamento, mas «o Papa fez depender o sucesso da Concordata da integração da posição católica quanto ao casamento, conseguindo ser nisto bem sucedido»<sup>1451</sup>. Numa carta que envia ao Rei durante as negociações, Mussolini afirma:

Eu não posso esconder o facto de que o maior obstáculo a ultrapassar são as cláusulas relativas ao casamento. Aqui tem o Estado de ceder imenso, não tendo praticamente nada a dizer sobre aspecto importante da vida familiar. Por outro lado, a Santa Sé tem insistido que esta é uma condição essencial para o sucesso das negociações<sup>1452</sup>.

Em Espanha, o casamento não era, em regra, transcrito nos livros do registo civil, mas era aí lavrada apenas a acta de presença do juiz municipal ou do seu delegado, que era obrigado a assistir à cerimónia «com o único objectivo de proceder de imediato à respectiva

---

<sup>1448</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 195.

<sup>1449</sup> Atente-se que, de acordo com a legislação italiana de 1865, o casamento religioso não tinha valor legal. Ver Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien*, p. 258.

<sup>1450</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 222.

<sup>1451</sup> Frank J. Coppa, «Mussolini and the Concordat of 1929». In *Controversial Concordats. The Vatican Relations with Napoleon, Mussolini and Hitler*, ed. Frank J. Coppa. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1999, p. 34-35.

<sup>1452</sup> Citado em John F. Pollard, *The Vatican and italian fascism. 1929-32*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 67.

inscrição». De acordo com a Concordata espanhola, a única intervenção do Estado é na transcrição do registo.

A 12 de Março de 1938, o Governo espanhol faz publicar uma lei suspendendo os efeitos da lei de 28 de Junho de 1932<sup>1453</sup>, que atribuía eficácia exclusiva ao casamento civil, restaurando o valor jurídico do casamento religioso<sup>1454</sup>. A obrigação do casamento religioso para todos os espanhóis foi reafirmada em 1941<sup>1455</sup>. Na mesma linha, a Concordata de 1953 consagrava o casamento civil subsidiário. Os católicos podiam apenas contrair matrimónio de acordo com o Direito Canónico, isto é, estavam sujeitos à forma canónica de casamento todos os baptizados, mesmo que tivessem apostatado. A Concordata preceituava que os indivíduos que quisessem contrair apenas matrimónio civil tinham de provar que ambos os nubentes não eram baptizados. Um decreto de 26 de Outubro de 1956, que reformou o regulamento do registo civil, autorizou o matrimónio civil dos espanhóis baptizados que provassem «não professar» a Religião Católica. A lei do registo civil de 8 de Junho de 1957 e o seu regulamento de 14 de Novembro de 1958 autorizaram o casamento civil para «os espanhóis não baptizados, hereges e apóstatas e os que simplesmente “não professem” a religião católica». Para tal os contraentes deviam declarar por escrito junto do julgado municipal que não a professavam. Esta declaração seria enviada ao Bispo, sendo o casamento adiado por trinta dias para que a Igreja pudesse fazer o seu trabalho apostólico junto dos solicitantes. Percorrido esse prazo, se os futuros contraentes ratificassem a sua petição, o juiz celebraria o matrimónio civil<sup>1456</sup> – é notória a dificuldade de todo este processo num país esmagadoramente católico. Mesmo assim, a tolerância da autorização da forma civil destes casamentos pela Igreja Católica – no Código Civil – foi considerada pelo então ministro dos Assuntos Exteriores espanhol como um gesto de benevolência<sup>1457</sup>.

Regressando a Portugal, a Concordata de 1940 consagra, assim, «um sistema de *matrimónio civil facultativo*», ainda que só para os católicos: «para os que professem religião diferente o casamento civil é obrigatório, pois a lei não dá qualquer valor à respectiva cerimónia religiosa»<sup>1458</sup>. Este sistema diferencia-se daqueles ordenamentos que consagram o sistema de casamento civil obrigatório, o único que produz efeitos civis (Alemanha), ou o

---

<sup>1453</sup> Lembre-se que fora exactamente porque o Estado espanhol republicano se recusara a reconhecer os efeitos civis do casamento católico que se inviabilizou um acordo entre este e a Santa Sé.

<sup>1454</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste*, p. 91

<sup>1455</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 241.

<sup>1456</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10095.

<sup>1457</sup> Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10096I.

<sup>1458</sup> Francisco Manuel Pereira Coelho, «Direito da Família». *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7, Suplemento A/E. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 548.

sistema de casamento civil subsidiário (Espanha)<sup>1459</sup>. No entanto, tem afinidades com outros sistemas matrimoniais. Existem, por exemplo, algumas semelhanças entre o sistema português e o sistema do Estado Novo de Getúlio Vargas. No *Novidades*, de 12 de Fevereiro de 1937, discorre-se sobre a Lei nº 379, de 16 de Janeiro desse ano, aprovada no Brasil, segundo a qual os nubentes católicos terão de fazer a habilitação civil para o casamento religioso, que possuirá todos os efeitos civis; completada a habilitação, é dela passada certidão a um dos nubentes que a apresenta ao ministro da religião, para a celebração do matrimónio; por sua vez o sacerdote que preside ao matrimónio toma termo do acto e expede certidão em duplicado à repartição do registo civil, para dela tomar termo no processo de habilitação inicial. Para os casamentos *in articulo mortis* é dispensada aquela habilitação. Ao contrário do que acontecia em Portugal, no Brasil os católicos apenas podiam contrair o casamento religioso; a repartição do registo civil preparava apenas a habilitação necessária. Uma outra diferença residia no facto de no Brasil, para além da civil, existirem tantas modalidades de casamento quanto as confissões religiosas, enquanto em Portugal só eram admitidas duas modalidades de casamento – a civil e a católica<sup>1460</sup>.

### 5.1.8 DIVÓRCIO

Para a Igreja Católica o casamento é um contrato sancionado pela lei de Deus, cuja natureza natural e divina, nem os cônjuges, nem a Igreja, nem o Estado podem modificar<sup>1461</sup>. Desde a Idade Média que a Igreja Católica Romana combate o divórcio<sup>1462</sup>. Embora a Reforma, no século XVI, admitisse o divórcio em caso de adultério (no protestantismo, o casamento não é sacramento, mas um mero contrato), o Concílio de Trento viria a reagir, definindo um Direito Canónico nos termos do qual o casamento se tornou indissolúvel, embora fosse possível a separação de pessoas e bens<sup>1463</sup>.

Anátema a todos os que permitem aos cristãos terem muitas mulheres, como se isto não fora proibido por nenhuma lei divina; aos que afirmam que o laço conjugal pode ser dissolvido; aos que acusam de erro a infalível autoridade da Igreja quando afirma que o adultério não dissolve a união que Deus estabeleceu (Concílio de Trento, Sessão XXIV, can. 2, 5 de 7)<sup>1464</sup>.

---

<sup>1459</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 200

<sup>1460</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 203.

<sup>1461</sup> Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 27 e ss.

<sup>1462</sup> Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal*, p. 25.

<sup>1463</sup> Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal*, p. 25.

<sup>1464</sup> Citado em Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 223.

A partir da Revolução francesa a situação começa a alterar-se, com o Estado a querer substituir a Igreja no controlo da sociedade. É neste período que se institui pela primeira vez o divórcio em França. Ao considerar o casamento um mero contrato civil, fundado no mútuo consentimento, abria-se a possibilidade de denúncia igualmente por mútuo consentimento. A lei do divórcio, de 1792, definia os motivos para a concessão imediata do divórcio: «a demência; a condenação de um dos cônjuges a penas severas ou infamantes; os crimes, sevícias ou injúrias graves de um para com o outro; o desregramento notório de costume; o abandono durante pelo menos dois anos; a ausência, sem notícias, pelo menos durante cinco anos e a emigração». Existia ainda a possibilidade de divórcio por mútuo consentimento e «por incompatibilidade de humor e de carácter». Homens e mulheres tinham os mesmos direitos, o que só deixará de se verificar no Código Civil napoleónico (1804):

O marido podia pedir o divórcio alegando adultério da esposa, mas esta só o podia fazer no caso de o marido ter «mantido a concubina na casa comum» [artigo 230º]. Além disso, se fosse considerada adúltera era passível de dois anos de prisão, enquanto o homem escapava a qualquer tipo de punição. O divórcio por consentimento mútuo foi mantido, mas com muitas restrições; o marido devia ter pelo menos vinte e cinco anos; a mulher entre vinte e um e quarenta e cinco anos. O casamento deveria ter durado entre dois e vinte anos; e era necessário pedir autorização aos pais<sup>1465</sup>.

A propósito da instituição do divórcio em França, René Rémond assinala:

É a primeira vez que se legaliza um comportamento contrário ao ensinamento da Igreja Católica; até lá não se concebia que a lei civil e a lei moral pudessem divergir e, mais ainda, entrar em contradição. Estas vicissitudes do estatuto do casamento e do divórcio marcaram quase até aos nossos dias as relações em França entre religião e sociedade [...]. Os governos conservadores, *a fortiori* os regimes reaccionários, aboliram o divórcio e tornaram-no difícil; as maiorias liberais e os governos democráticos restabeleceram ou facilitaram as suas condições. Assim a segunda Restauração aboliu-o em 1816; os republicanos restabeleceram-no em 1884; o governo de Vichy, sem corrigir o princípio, alongará os atrasos e multiplicará os obstáculos<sup>1466</sup>.

A secularização da sociedade, na qual está compreendida a instituição do divórcio, é explicada por muitos como o resultado da industrialização (e da entrada da mulher no mercado de trabalho) e de alterações ideológicas, como a ênfase nos direitos e liberdades individuais, o advento do capitalismo e a «desmistificação do mundo». Nesta linha de argumentação, como afirma Fernando Catroga, o divórcio deve ser também entendido

---

<sup>1465</sup> Lynn Hunt, «Revolução Francesa e vida privada», p. 38-39.

<sup>1466</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 63. O mesmo se passará em Portugal, como veremos à frente.

como uma saída para a crise da instituição familiar resultante do impacto do desenvolvimento industrial finissecular, crise esta que pode ser detectada no crescimento de filhos ilegítimos e das separações de pessoas e bens. [...] o divórcio aparecia como um meio de solução de alguns desses estados, possibilitando, supletivamente, a regulação de situação de facto e de transmissões patrimoniais que o concubinato ou a separação impediam total ou parcialmente (....) Assim sendo, e ao contrário do que a propaganda católica sustentou, a República esforçou-se por dignificar a família monogâmica e patriarcal, recobrando-a como uma espécie de sacralidade laica visível na elevação do dia 25 de Dezembro a feriado nacional<sup>1467</sup>.

Jack Goody, no entanto, traz uma nova achega ao problema, declarando que a questão deve ser compreendida «em relação com a diminuição do poder da Igreja para acumular propriedade e com o correspondente debilitar da sua riqueza, posição e influência», que terá conduzido, entre outros aspectos à «maior facilidade de divórcio» e à «aceitação dos casamentos pró registo civil»<sup>1468</sup>.

O exemplo francês viria a ser seguido por inúmeros países. Em Portugal, só a partir da segunda metade do século XIX é que se começa a fazer sentir o seu impacto, com a edição da obra pró-divórcio *A Família*, de Francisco José Teixeira Bastos (1894), desencadeando-se um processo que culmina na publicação da Lei do Divórcio, a 3 de Novembro de 1910<sup>1469</sup>. Esta «consagrara de facto o divórcio, quer litigioso, quer por mútuo consentimento, concebendo o divórcio, não como sanção para o incumprimento dos deveres conjugais, mas como remédio para uma situação de crise matrimonial ou, mais que isso, mera constatação da ruptura do casamento»<sup>1470</sup>.

Rui Ramos relativiza a problemática do divórcio em Portugal ao afirmar:

Na discussão do Código Civil, em 1867, nem sequer fora tema. Só desde 1900 os republicanos fizeram dele objecto de campanha. Nesse ano, tinha sido discutido no Parlamento um projecto de lei do divórcio, que voltaria em 1908. Imediatamente, o Partido republicano Português o declarou um dos «meios de combate à reacção», juntamente com o registo civil obrigatório e a separação entre a Igreja e o Estado. Alguns positivistas, como Teófilo Braga e o seu discípulo Alfredo Pimenta, discordaram de que se levasse o anticlericalismo a tais extremos, pondo em risco a unidade básica da sociedade. De facto, nada disso se passou. O divórcio foi sobretudo aproveitado pelos indivíduos das classes médias que já estavam separados. Nos fins de 1911 havia 2658 divorciados, quase tantos como as pessoas que estavam separadas judicialmente em 1900. Na maior parte dos países do Norte da Europa, o número de divórcios era três a cinco vezes mais elevado<sup>1471</sup>.

---

<sup>1467</sup> Fernando Catroga, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, p. 15.

<sup>1468</sup> Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, p. 200.

<sup>1469</sup> Rui Cascão, *Família e divórcio na Primeira República*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1986, p. 6-7. Ver também Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal*, p. 33-51.

<sup>1470</sup> Francisco Manuel Pereira Coelho, «Direito da Família». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7 (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, 1999, p. 548.

<sup>1471</sup> Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, p. 410.



Mas, mesmo assim, será excessivo considerar, como pretende fazer este autor, que o divórcio era uma matéria socialmente irrelevante. Na verdade, o divórcio prendia-se com um aspecto fundamental para alguns sectores da sociedade, como a classe política ou outros grupos ilustrados, para os quais a questão tinha relação directa com o poder social da Igreja. O que é diferente de considerar que a permissão do divórcio corresponda a uma nova concepção de família na I República, pois, embora se afirme que a sociedade conjugal se baseia na liberdade e igualdade,

A legislação republicana dirigiu-se para um modelo de família monogâmica e clarificou-a em relação ao papel de cada membro, conforme demonstrava o artigo 39º, do Decreto de 25 de Dezembro:

[...] incumbindo ao marido, especialmente, a obrigação de defender a pessoa e os bens da mulher e dos filhos e à mulher, principalmente, o governo doméstico e uma assistência social tendente a fortalecer e a aperfeiçoar a unidade familiar.

Encontramos assim uma legislação republicana que mantém ou continua muitos aspectos da vida e da família tradicional. Na verdade, ao pai caberia exercer a autoridade; aos filhos, a obediência e o respeito, enquanto o papel feminino se «reduzia» ao ambiente doméstico e à efectiva dependência económica em relação ao seu marido<sup>1472</sup>.

GP/PO – Inexistente.

TD – artigo 24º – Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico, entende-se que, pelo próprio facto da celebração do casamento canónico, os cônjuges renunciarão à faculdade civil de requerer o divórcio, que por isso não poderá ser aplicada pelos tribunais civis aos casamentos católicos.

Embora Cerejeira invoque a Concordata italiana como fonte de inspiração para a norma que viria a proibir o divórcio, o certo é que aí o Estado reconhece o sacramento do matrimónio, afastando, desde logo, a possibilidade dele próprio legislar sobre o divórcio – o qual, aliás, ao contrário do que viria a acontecer em Portugal, não era sequer permitido no estado civil<sup>1473</sup>. Não se pense que a proibição do divórcio se prendia com a natureza antidemocrática do regime, pois também a Constituição brasileira de 1934, que o Cardeal Patriarca também menciona, considerada um texto de cariz democrático, determinava a indissolubilidade do casamento, fosse ele qual fosse (artigo 144º): «A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a protecção especial do Estado».

Este preceito será reiterado na Constituição brasileira de 1937 (artigo 124º) que determina o início do Estado Novo de Getúlio Vargas, o qual concebia a instituição familiar da seguinte forma:

---

<sup>1472</sup> Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal*, p. 74.

<sup>1473</sup> Frank J. Coppa, «Mussolini and the Concordat of 1929», p. 99.

A família é definida como uma «comunidade constituída pelo casamento indissolúvel com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência», e por isto considerada como «o primeiro fundamento da Nação». Seria um equívoco pensar, no entanto, que ela de facto «fundasse» o Estado, ou tivesse, de alguma forma, precedência sobre ele. Ao contrário, a família é vista como uma planta tenra, bastante vulnerável e sob a ameaça constante de corrupção e degradação. É por isto que ela é colocada sob a tutela e a «protecção especial do Estado, que velará pela sua formação, pelo seu desenvolvimento, pela sua segurança e pela sua honra<sup>1474</sup>.

Como refere também Cerejeira no decurso negociações da Santa Sé com o Estado português, já no Congresso da União Nacional de 1934, nas Conclusões da Subsecção da Justiça, se afirmava:

São admitidas as conclusões da tese (a família portuguesa no Estado corporativo) enquanto traduzem a tendência:

- a) Para fortalecer o respeito pelo carácter religioso do casamento, como único meio de revigorar a sua base moral;
- b) Para modificar a legislação sobre o divórcio, limitando as condições da sua admissibilidade, de forma a impedir que ele constitua um facto de dissolução da família<sup>1475</sup>.

No mesmo sentido, diz Monsenhor Fino Beja, depois de ter sido publicada a Constituição de 1933, mas ainda não firmada a Concordata:

Não se compreende que o Estado assegure platonicamente, pela Lei Fundamental, a constituição e defesa da família e mantenha praticamente a lei do divórcio que a dissolve<sup>1476</sup>.

Como se viu atrás, a norma que proíbe o divórcio dos casados catolicamente é omissa no texto oficial das autoridades portuguesas. Contudo, o núncio transmitira à Santa Sé que Oliveira Salazar se dispunha a aceitar, caso esta insistisse, um artigo que consagrasse a doutrina da indissolubilidade do casamento. Monsenhor Colonna dirá, na sua análise da proposta oficial do Governo português, que o Presidente do Conselho «está disponível para juntar um artigo que salvguarde a indissolubilidade do matrimónio, mas exprimiu o receio que isso seja contraproducente para a Igreja, induzindo muitos a celebrar o matrimónio civil para se poderem divorciar». Relativamente às objecções de Oliveira Salazar e à afirmação de que os inconvenientes apontados poderão desaparecer no futuro, «quando forem melhores as condições religiosas em Portugal e abolido o divórcio», Colonna contrapõe:

<sup>1474</sup> Simon Schwartzman, «A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família», *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio 1980. [www.shwartzman.org.br/simon/estatuto.htm](http://www.shwartzman.org.br/simon/estatuto.htm) (20 de Outubro de 2008).

<sup>1475</sup> ANTT, AOS/CO/NE – 24. Primeiro projecto de Concordata, anotado por Cerejeira.

<sup>1476</sup> Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 274.

Este inconveniente não me parece assim tão terrível. A imoralidade e o divórcio, em Portugal, como aliás nos restantes países meridionais e latinos, são devidos à índole passional, sensual do povo, e à grandíssima ignorância, diversamente ao que acontece nos países nórdicos e anglo-saxónicos onde o matrimónio é considerado com ligeireza, e o divórcio é devido à malícia e ao calculismo.

Nas negociações secretas com os governos albanês e helénico propôs-se uma fórmula muito similar àquela agora em discussão, e embora ambas se encontrem suspensas, «a coerência é sempre boa; e amanhã quando as negociações se retomarem será precioso poder dar o exemplo de Portugal – para além disso quando duas pessoas se casam não pensam em separar-se, antes querem que a sua união sejam eterna e, assim, «é de considerar que em Portugal a indissolubilidade do matrimónio católico constituirá uma atracção para que seja celebrado»:

Por fim é necessário pensar numa futura Concordata com a Espanha<sup>1477</sup>.

É assim que, a 30 de Agosto de 1937, a Santa Sé pede ao núncio que convença o Governo português a incluir o preceito e refere também que os cardeais da Sagrada Congregação pesaram longamente as objecções apontadas por Salazar mas, por se tratar de uma questão de princípio, desejavam a sua inclusão, aliás admitida pelo Presidente do Conselho. Os cardeais terão dito ainda que «não era possível afirmar numa Concordata que só aqueles que contraíram matrimónio religioso posteriormente à entrada em vigor da Concordata não podem divorciar-se, já que pode parecer que o podem fazer aqueles que o contraíram antes», o que de acordo com a doutrina católica não é permitido, nem para uns nem para outros. Assim, propuseram que esta dificuldade fosse ultrapassada pela utilização do tempo verbal futuro: «Aqueles que contraírem o matrimónio católico renunciarão à faculdade civil de requer o divórcio»<sup>1478</sup>.

A sétima fórmula, apresentada ao Governo português a 21 de Outubro de 1937, irá sofrer algumas alterações:

Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico, entende-se que, pelo facto de realizarem o casamento canónico, os cônjuges renunciarão à faculdade civil de requererem o divórcio que por isso não poderá ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos<sup>1479</sup>.

Nas observações de Mário de Figueiredo a esta proposta insistir-se-á na dificuldade que a proibição do divórcio poder suscitar, afirmando-se que só se aceitará a sua inclusão na

---

<sup>1477</sup> ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1478</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1479</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

Concordata se o Papa assumisse as consequências, pois as autoridades portuguesas não poderiam arcam com tal responsabilidade.

É certo que o vínculo matrimonial, no casamento católico, não pode dissolver-se pelo divórcio e, aceitando o Estado português o casamento católico, como uma forma de constituição do estado civil de casado, parece que, na lógica desta atitude, está também a aceitação do princípio da indissolubilidade.

Reconhece-se que o casamento católico é indissolúvel, mas para produzir efeitos civis carece de ser transcrito e precisamente o divórcio, a admitir-se, atingiria a transcrição e, portanto, os efeitos civis, não o sacramento.

E entende-se mal que o Estado admita o divórcio para uns casamentos e não o admita para os outros, quando sob o ponto de vista da sua eficácia jurídica, eles se não distinguem.

As sanções estabelecidas para evitar a apostasia pertencem à Igreja que é uma sociedade perfeita e tem os seus próprios meios de coação moral.

O caso é, no fundo, o mesmo que o da celebração de um casamento civil depois da de um casamento de consciência não transcrito. Este não pode dissolver-se como casamento católico e não existe para o Estado; antes da transcrição pode celebrar-se outro civil; que a Igreja condena com o sistema de penas de que dispõe.

Tudo isto, porém, é construção lógica e não é propriamente por motivos de ordem lógica que o Governo tem dificuldade em aceitar esta disposição; é por motivos de ordem política e prática.

O Governo entende que o divórcio deve, em geral, desaparecer da legislação portuguesa para a saúde da família e da Nação de que aquela é considerada o elemento de organização fundamental; mas uma longa formação individualista como a que ainda domina o povo português não lhe permite, em vista das perturbações que isso podia trazer, que se ponha imediatamente em execução aquela medida que reputa altamente salutar. Precisa se esperar para que a transformação seja mais completa.

Em Portugal, as classes populares são católicas por rotina, a meia burguesia e a meia culta ou se desinteressaram dos problemas religiosos ou professam um catolicismo frouxo, de procissão, que não tem dúvida em abjurar se nisso entrarem qualquer interesse e a alta burguesia com os intelectuais estão muito divididos no capítulo da concepção da vida.

As reacções políticas de uma população assim composta perante uma medida que não permita o divórcio podem ser graves. Supondo que se venciam, ao estabelecer-se o princípio da indissolubilidade para os casamentos celebrados catolicamente, o problema não ficaria resolvido e poderia complicar-se, fugindo-se ao casamento católico e alargando-se mormente os casos de apostasia.

Nestas condições, tal disposição pode até vir a ser um motivo de eventual denúncia de uma Concordata que se quer fazer para regular estavelmente as relações com a Igreja<sup>1480</sup>.

Põem-se só consequências, não se discute a questão de princípio. Reconhece-se que o casamento católico é indissolúvel. Mas não se vê que constitua uma dificuldade de princípio o reconhecer-se que ele deixou de existir para efeitos civis, quando se admite a possibilidade de um casamento católico não transcrito e portanto sem efeitos civis, cujos contratantes podem estar ligados ou ligar-se entre si ou com terceiros por casamento civil.

Assim o divórcio atinge a transcrição, não o casamento católico; e, para o evitar, a Igreja, sociedade perfeita, usaria os seus próprios meios de coacção<sup>1481</sup>.

---

<sup>1480</sup> O que de facto aconteceu na revisão concordatária de 1975, sobrevivendo as restantes normas à mudança de regime, a duas Constituições (1933 e 1976) e a diversas revisões constitucionais (1982, 1989, 1992, 1997 e 2001).

A 11 de Maio de 1938, o Governo português, na oitava fórmula, diz, quanto a esta disposição: «Questão em suspenso»<sup>1482</sup>. O texto que acabámos de citar, manuscrito por Mário de Figueiredo, será resumido e alterado, sendo posteriormente incorporado na justificação da posição do Governo relativamente à contraproposta da Santa Sé:

O Governo tem dificuldade em aceitar esta disposição.

Só a aceitará se o Santo Padre, considerada especialmente a questão, entender que não deve prescindir dela, visto que o Governo não pode assumir a responsabilidade pelas consequências.

Traz dificuldades políticas, difíceis de vencer, porque mal se compreende que continue a admitir-se o divórcio para os casamentos católicos e se não admita, quanto aos efeitos civis, já se vê, para os católicos.

O Estado não pode eliminá-lo totalmente, por ora, do direito português.

O povo português está ainda dominado por uma longa formação individualista; trabalha-se por transformá-lo, mas ainda se está longe do fim.

Por outro lado, o seu catolicismo é menos forte do que geralmente se supõe. As classes populares são católicas por efeito de rotina, a meia burguesia e a meia culta ou se desinteressam do problema religioso ou professam um catolicismo frouxo, que não tem dúvida em abjurar se nisso encontrarem qualquer vantagem, e a alta burguesia com os intelectuais estão muito divididos no capítulo da concepção da vida.

As reacções políticas de uma população assim composta perante uma medida que não permita o divórcio, nos casamentos católicos, podem ser graves. Supondo que se venciam, nem por isso o problema ficava resolvido; muitos fugiriam para o casamento exclusivamente civil, alargando-se o campo da apostasia.

Nestas condições, tal disposição pode até vir a ser um motivo de eventual denúncia de uma Concordata que se quer fazer para regular estavelmente as relações com a Igreja.

Põem-se só consequências, não se discute a questão de princípio. Reconhece-se que o casamento católico é indissolúvel. Mas não se vê que constitua uma dificuldade de princípio o reconhecer-se que ele deixou de existir para efeitos civis, quando se admite a possibilidade de um casamento católico não transcrito e portanto sem efeitos civis, [cujos contratantes podem estar ligados ou ligar-se entre si ou com terceiros por casamento civil.]

Assim o divórcio atinge a transcrição, não o casamento católico; e, para o evitar, a Igreja, sociedade perfeita, usaria os seus próprios meios de coacção<sup>1483</sup>.

Nos arquivos da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários encontram-se as seguintes afirmações, datadas de 9 de Julho de 1938:

---

<sup>1481</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1482</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1483</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

O legislador português não parece ter ideias precisas: Diz «muitos fugiriam para o casamento exclusivamente civil, alargando-se o campo da apostasia».

O católico que contrai apenas o matrimónio civil é um pecador, pecador público, mas não um apóstata.

Uma vez contraído o matrimónio *coram Ecclesia*, não se é tentado a apostatar porque a apostasia não estará no seu objectivo.

De resto parece que, nem mesmo em Portugal, as pessoas não se casam para se divorciarem.

Deve-se insistir<sup>1484</sup>.

A 30 de Agosto de 1938, transmite-se ao núncio que os cardeais «insistiram na necessidade de a alínea respeitante à inaplicabilidade do divórcio nos matrimónios católicos»<sup>1485</sup> e a 21 de Novembro de 1939 a fórmula assume a sua versão definitiva<sup>1486</sup>. É certo que o argumento do Governo português de que «muitos fugiriam para o casamento exclusivamente civil» se revelaria falacioso, pois a percentagem de casamentos católicos aumenta depois da Concordata, embora essa tendência se viesse a registar desde os anos trinta. Atente-se que a mesma apreensão dos negociadores portugueses era partilhada pela diplomacia francesa:

Assim, numa nota sobre a Concordata Portuguesa, assinada por «LC» e datada de 8 Maio de 1940, afirma-se:

O Vaticano regozijou-se com o que obteve em matéria de casamento. E é muito, com efeito. Mas como o casamento civil existe, é possível que os católicos pouco fervorosos renunciem ao casamento religioso a fim de garantir a possibilidade de divórcio. Daí podem advir consequências desastrosas para o catolicismo<sup>1487</sup>.

De acordo com o padre António Leite, no final do processo surgiu ainda um outro problema, de que não encontrámos registo nos acervos documentais consultados, que terá colocado em risco o sucesso das negociações. Esse problema terá sido suscitado Cerejeira, embora o referido padre minimize o seu papel nas negociações, afirmando que o mesmo não intervinha nas negociações, embora as acompanhasse de perto e manifestasse a sua opinião. O Cardeal terá pretendido que a interdição do divórcio se estendesse «não só às pessoas casadas

---

<sup>1484</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1485</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1486</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1487</sup> Ministère des Affaires Étrangères (Paris), Correspondance politique e commerciale, Europe, 1930-1940, Portugal, 75, 76, 77 (série Z)

catolicamente depois da entrada em vigor da Concordata, mas também àquelas que anteriormente tinham contraído o matrimónio canónico depois de realizado o casamento civil». Esta pretensão não foi aceite pelo Governo português, acabando a Igreja por se conformar a proibição do divórcio apenas às pessoas que tivessem casado catolicamente a partir da entrada em vigor da Concordata<sup>1488</sup>.

Com a sua argumentação, Oliveira Salazar parece esforçar-se por arredar da Concordata tudo o que pudesse representar uma ameaça de ordem política, configurando, até, um eventual motivo de denúncia. Cedendo, no entanto, às pressões da Santa Sé, o Governo não abriu as portas à desordem pública; apenas permitiu que da Concordata constasse o único artigo revogado até à Concordata de 2004. Anuindo às pretensões da Santa Sé, o chefe do Governo agiu também em consonância com o entendimento que o próprio Estado Novo tinha da família; o divórcio era concebido, em termos doutrinários, com um elemento de dissolução da unidade familiar, valor inquestionável para o regime salazarista. Aliás, Mário de Figueiredo dirá, num discurso proferido na Assembleia Nacional a 25 de Maio de 1940, que a total exclusão do divórcio só não foi consignada devido à «desestruturação familiar» herdada do liberalismo<sup>1489</sup>.

O parecer da Câmara Corporativa corrobora esta opinião, considerando que tal preceito representa «um corolário ou uma exigência dos novos princípios constitucionais em que assenta o Estado Novo, que proclama a família como a unidade social base da organização político-jurídica da Nação». O divórcio é entendido como factor de dissolução da unidade familiar. Refere-se então que até não se trata da solução de um problema religioso mas de um problema social: «Não é necessário atermo-nos ao conceito religioso do casamento para proclamar na lei civil a sua indissolubilidade, assim como não carecemos de nos escudar nos preceitos da religião para condenar nas leis penais o roubo ou o homicídio»<sup>1490</sup>. Depois, afirma-se que a indissolubilidade do casamento católico decorre da própria vontade dos nubentes quando optam pelo casamento religioso, pelo que permitir a dissolubilidade era o mesmo que «o Estado praticar um acto de negação da liberdade»<sup>1491</sup>. Esta *regressão* vai um pouco ao arredo das novas concepções de família emergentes nos finais do século XIX, de

---

<sup>1488</sup> António Leite, «A Concordata e o Casamento». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 293-294.

<sup>1489</sup> Discurso proferido na Assembleia Nacional a 25 de Maio de 1940, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 89, p. 70-72.

<sup>1490</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 88, 23 de Maio de 1940, p. 63.

<sup>1491</sup> Parecer da Câmara Corporativa. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* nº 88, 23 de Maio de 1940, p. 63.

acordo com as quais o laço que une os cônjuges não resulta da *propriedade* mas do *sentimento*, passando a vida privada a ser cada vez menos controlada pelas instituições religiosas ou estatais<sup>1492</sup>. Porém, como diz Michelle Perrot, a propósito da nova concepção familiar da Revolução francesa, que introduzira o divórcio, «este projecto grandioso fracassara perante a resistência dos homens. Os “costumes” tinham-se revelado mais fortes do que a lei»<sup>1493</sup>.

Com a Concordata de Salazar, «o casamento civil e o casamento católico, como institutos diferentes, ficaram submetidos a regimes jurídicos distintos, em particular no respeitante às suas causas de dissolução»: o divórcio civil não era aplicável aos casamentos católicos, porque os próprios cônjuges renunciavam à faculdade civil de requerer o divórcio. Segundo Pereira Coelho, «a solução e o fundamento técnico invocado foram criticados por alguma doutrina, que fez notar (para além da singularidade do regime, que só encontrava paralelo na República Dominicana) que o Estado vinha assim a impor aos católicos o cumprimento de um dever de consciência, pois a indissolubilidade do casamento era entre nós um puro valor religioso, e não um valor do próprio Estado, que admitia o divórcio para os casamentos civis»<sup>1494</sup>. Há quem afirme que a Igreja Católica, «não sabendo ou não podendo encontrar argumentos válidos e sólidos, capazes de impor aos crentes a indissolubilidade do casamento, [...] “aliou-se” ao Estado, recorrendo ao poder civil para estabelecer as suas convicções religiosas nesta matéria»<sup>1495</sup>. Contudo, a aceitação da indissolubilidade do casamento católico por parte do Presidente do Conselho pode talvez ser compreendida tendo em conta o escasso número de divórcios praticados em Portugal, antes e depois da Concordata. Ainda que, «em termos globais pode ser computado entre 16000 e 20000 o número de divórcios decretados entre 1910 e 1940»<sup>1496</sup> e «a média anual do número de divórcios tenha passado de 495 no período de 1917-1927 para 846 no período de 1929-1940»<sup>1497</sup>. Embora não fosse essa a percepção da Igreja Católica – «Numerosíssimas são pois as uniões puramente civis, também por efeito do divórcio reconhecido na legislação portuguesa»<sup>1498</sup> – a verdade é que estes números representam não mais do que 1 a 2 por cento do número do total dos casamentos celebrados. Depois da Concordata, na década de 40, não

---

<sup>1492</sup> Rui Cascão, *Família e divórcio na Primeira República*, 1986, p. 6.

<sup>1493</sup> Michelle Perrot, «A família triunfante». In *Da Revolução à Grande Guerra*, dir. Michelle Perrot, vol. 4, *História da vida Privada*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby. Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 93.

<sup>1494</sup> Francisco Manuel Pereira Coelho, «Direito da Família». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7 (suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, 1999, p. 550.

<sup>1495</sup> Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal*, p. 91.

<sup>1496</sup> Rui Cascão, *Família e divórcio na Primeira República*, p. 8.

<sup>1497</sup> Rui Cascão, *Família e divórcio na Primeira República*, p. 7.

<sup>1498</sup> Relatório do Nuncio nº 661, 27 de Outubro de 1929. ASV, AES – Portogallo, pos. 367, fasc. 110, fl. 53.



se verificaram alterações significativas e nos anos 60 a percentagem desce um pouco abaixo de 1% – 0,9%. Tal facto pode decorrer da aplicação da Concordata que limitava a aplicação do divórcio apenas aos casados catolicamente antes da celebração do tratado<sup>1499</sup> mas, com mais probabilidade advém das alterações ao Código Civil de 1966, que dificulta mais ainda o divórcio dos não casados catolicamente: «à concepção do divórcio como remédio ou mera constatação da ruptura do casamento, o Código de 1966 substituiu a do divórcio como sanção, suprimindo, em conformidade, as causas de divórcio objectivas ou não culposas que a «Lei do Divórcio» de 1910 reconhecia (loucura incurável, ausência, separação de facto). Quer dizer, acabou-se com o divórcio por mútuo consentimento. Por outro lado, o Código permitia que o tribunal pudesse decretar, em vez do divórcio, a separação judicial de pessoas e bens, mesmo que esta não tivesse sido pedida, se entendesse que as circunstâncias do caso, designadamente a viabilidade de uma reconciliação, aconselhavam a não dissolução do casamento»<sup>1500</sup>.

Parece, assim, relativamente normal que esta cláusula só tenha sido contestada posteriormente, e por uma minoria, embora, à medida que se avançava no tempo as queixas comesçassem a avolumar-se. Francisco Sá Carneiro é contundente nas críticas ao Código Civil aprovado a 25 de Novembro de 1966, no qual se admitem duas modalidades de casamento: a civil e a católica. A este respeito dirá:

Se tivesse algum sentido e fosse admissível o reconhecimento e aceitação na legislação civil de um sacramento, designadamente do casamento, e da disciplina católica a seu respeito, isso levaria à imposição legal do casamento canónico a todos os baptizados, tal como acontece em Espanha.

[...]

Desde que o divórcio é admitido, a ele devem ter direito todos os cidadãos, sem que seja lícita qualquer distinção, designadamente em razão da fé religiosa que professem e publicamente manifestem.

[...]

Há, assim, desigualdade perante a lei e privação de um direito por causa da profissão de um credo religioso, traduzido na forma de celebração do casamento, o que aparece como contrário às normas da Constituição [...]

[...]

A proibição, pela lei civil, do divórcio em relação aos casamentos católicos aparece claramente, pelo menos hoje em dia, como recurso da Igreja aos meios temporais, com eminente confusão de domínios e de meios de acção, em prejuízo da liberdade religiosa<sup>1501</sup>.

---

<sup>1499</sup> Pedro Delgado, *Divórcio e Separação em Portugal*, p. 137.

<sup>1500</sup> Francisco Manuel Pereira Coelho, «Direito da Família», p. 550.

<sup>1501</sup> Francisco Lumbrals de Sá Carneiro, *A proibição de dissolução dos casamentos canónicos por divórcio no novo código civil*, sep. da *Revista dos Tribunais*, nº 1817, 1966, p. 9-10, 12. *Militar*, separata da *Revista do CEJ*, nº 2, 2005.

Outros argumentos contra o impedimento do divórcio para os casados catolicamente são invocados no jornal *A Capital*:

Em que cabeça poderá caber que o Direito Canónico tenha ascendente sobre a Lei Civil para impossibilitar os cônjuges matrimoniados canonicamente de, após divórcio, contraírem casamento civil e esmague o Direito Civil por tal forma que um sacerdote pode, sem qualquer dificuldade e não obstante as graves cominações daqueles Cânones, contrair um matrimónio civil válido, ante a complacência forçada de milhares e milhares de leigos que vivem há dezenas de anos em situações profundamente angustiosas?

[...] A segunda achega reduz-se a um problema de diferente justiça para com diferentes gerações: os que até 1940 casaram pela Igreja poderão divorciar-se [...] <sup>1502</sup>.

Como poderia [...] entender-se que aos portugueses não repugnaria (se previamente tivessem sido devidamente informados) que o nosso Direito Civil ia importar do Direito Canónico e incorporar no seu seio uma incoerência que resulta do facto de o Direito Canónico manter a validade de um contrato sagrado e religioso mesmo em caso de adultério, não obstante esse contrato ser gerado por um consentimento que é, nos termos do § 2º do Cânone 1081, «o acto da vontade pelo qual ambas as partes dão e aceitam o direito perpétuo e exclusivo sobre o corpo, em ordem dos actos que de si são aptos para engendrar a prole?» <sup>1503</sup>

A realidade é, no entanto, mais complexa: o Estado abdicava «da faculdade de valorar negativamente o matrimónio» católico, pelo que «não existe [...], uma *recepção normativa material* do Direito Canónico pelo ordenamento estadual», pois tal significaria que o direito interno teria de assumir o Direito Canónico e que os tribunais estaduais teriam a faculdade de o impor <sup>1504</sup>. Vilalonga explica:

É como se se tratasse de uma questão que surgiu à face de um ordenamento estrangeiro e que é juridicamente apreciada pelos respectivos tribunais. Posteriormente, reconhecem-se efeitos jurídicos à sentença proferida, tal como acontece com as sentenças estrangeiras. Só que, as decisões das repartições e as sentenças dos tribunais eclesiásticos beneficiaram de um *tratamento de favor*, pois o seu reconhecimento é – quase – automático <sup>1505</sup>.

Seja como for, em face da contestação Marcelo Caetano faz uma tentativa para revogar unilateralmente esta cláusula de proibição do divórcio para os casados catolicamente (assunto também ponderado nas sessões na Ordem dos Advogados pouco antes da publicação do Código Civil de 1966) <sup>1506</sup>. De acordo com António Leite, o novo Presidente do Conselho terá enviado uma exposição à Nunciatura, de que ele, António Leite, possuía uma fotocópia e que reproduziu, ainda que não integralmente:

<sup>1502</sup> Jorge Fragoso Pires, «Concordata e iniquidades», *A Capital*, 27 de Agosto de 1970.

<sup>1503</sup> Jorge Fragoso Pires, «Concordata e iniquidades», *A Capital*, 2 de Setembro de 1970.

<sup>1504</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 363.

<sup>1505</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 365.

<sup>1506</sup> Jorge Fragoso Pires, «Concordata e iniquidades», *A Capital*, 27 de Agosto de 1970, p. 3.

«Não deseja o Governo ser infiel aos compromissos assumidos na Concordata» acerca do divórcio, mas, durante as últimas três décadas, a pressão social era muito forte no sentido de levar os indivíduos a celebrar religiosamente o seu casamento. Pessoas sem fé ou de fé imperfeita contraíram assim um sacramento para o qual lhes faltava compreensão ou disposição, apenas para satisfazer as exigências do meio em que vivam. Resultou daí e de certas transformações da mentalidade que afectaram padrões morais e crenças religiosas, um grande número de situações irregulares que são fonte de dramas individuais e sobretudo de graves consequências para os filhos.

Por este motivo e porque um grande número de cônjuges não teve plena consciência dos efeitos da opção oferecida pela lei” propunha-se que os efeitos do art. 24, ou seja, a não concessão do divórcio aos casados catolicamente, só comece a aplicar-se aos matrimónios contraídos a partir de 1 de Janeiro de 1973. Dada a maior divulgação desses efeitos que se faria, os casados catolicamente «já não terão mais desculpa para se queixarem dos efeitos do modo de casamento que escolherem»<sup>1507</sup>.

Também o encarregado de negócios de França em Lisboa, Michel Combal, transmite em ofício ao respectivo ministro dos Estrangeiros que Marcelo Caetano tinha feito afirmações públicas no sentido de rever a Concordata, mas que a Santa Sé não havia dado seguimento ao assunto<sup>1508</sup>.

Refira-se que também Calvet de Magalhães aludiu a uma tentativa de Marcelo para denunciar unilateralmente o artigo 24º da Concordata. No entender do Presidente do Conselho tal denúncia não iria provocar mais do que um protesto formal por parte do Vaticano, mas, segundo testemunha, os bispos portugueses opuseram-se peremptoriamente e Marcelo Caetano optou por desistir deste seu intuito<sup>1509</sup>.

Só com o Protocolo Adicional à Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, assinado a 15 de Fevereiro de 1975, o qual alterou o artigo 24º, a situação se modifica:

Celebrando o casamento católico, os cônjuges assumem por esse mesmo facto, perante a Igreja, a obrigação de se aterem às normas canónicas que o regulam e, em particular, de respeitarem as suas propriedades essenciais.

A Santa Sé, reafirmando a doutrina da Igreja Católica sobre a indissolubilidade do vínculo matrimonial, recorda aos cônjuges que contraírem o matrimónio canónico o grave dever que lhe incumbe de se não valerem da faculdade civil de requerer o divórcio<sup>1510</sup>.

---

<sup>1507</sup> António Leite, «A Concordata e o Casamento». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 296. O texto entre aspas é aquele que no texto é atribuído ao próprio Marcelo Caetano. O restante é uma síntese da autoria de António Leite.

<sup>1508</sup> Archives Diplomatiques du Quai d’Orsay, Série Z, Europe, 1961-1970, Portugal, 141, p. 335.

<sup>1509</sup> Entrevista realizada por Pedro Aires de Oliveira e Rita Almeida de Carvalho a 26 de Abril de 2001.

<sup>1510</sup> *Diário do Governo*, 1ª série, nº 79, de 4 de Abril de 1975.

Voltando a referir o caso italiano, compreende-se que nesse país, em 1929, não tenha havido grande oposição à lei do casamento, o que, de acordo com John Pollard, «é em parte explicável pela forte ligação da Itália liberal/maçónica à instituição do casamento cristão, o que é atestado pelo facto de terem falhado as nove tentativas para fazer passar a lei do divórcio no parlamento italiano entre 1865 e 1929»<sup>1511</sup>. Só em 1974, um referendo terá por consequência a legitimação popular da lei do divórcio nesse país.

Há outros regimes que permitem estabelecer paralelismos quanto ao modelo de relação entre o Estado e a Igreja no que diz respeito ao divórcio. O Governo de Vichy, por exemplo, dificulta-o, alongando os prazos permitidos e exigindo formalidades suplementares<sup>1512</sup>. Mais longe foi a Concordata espanhola, que acatou o Direito Canónico em matéria de casamento e, portanto, em Espanha o divórcio era ilegal. Aliás, já o era antes da Concordata, pois fora abolido internamente por uma lei de 23 de Setembro de 1939 e só voltaria a ser autorizado em 1981.

Da lei espanhola de 1939, diz Guy Hermet:

Este texto de valor retroactivo não satisfazia ainda a Igreja, apesar da sua extrema dureza que se traduzia não apenas na revogação do divórcio, mas também na anulação automática de todos os divórcios anteriormente decretados no caso dos casamentos canónicos, e a sua anulação facultativa pedida por um dos cônjuges no que diz respeito às uniões civis<sup>1513</sup>.

A Igreja desejava ainda que apenas o casamento religioso fosse reconhecido em Espanha, o que viria a acontecer a 10 de Março de 1941, quando os cônjuges que optassem pelo casamento civil foram obrigados por lei a fazer «prova documental» da sua apostasia ou de não serem baptizados<sup>1514</sup>.

Mas as diferenças entre Oliveira Salazar e Franco são, quanto a este aspecto, abissais, mesmo para além dos respectivos regimes matrimoniais e dos processos que levaram ao seu estabelecimento. Assim, enquanto Salazar preferia sublinhar que nada de muito extraordinário se fazia ao impedir os católicos de se divorciarem, em Espanha, numa entrevista havida a 3 de Março de 1937 entre o Cardeal Gomá, intermediário oficioso entre o Vaticano e governo de Burgos, e o general Franco, na qual discutiram a abolição do divórcio, este último terá dito

---

<sup>1511</sup> John F. Pollard, *The Vatican and italian fascism. 1929-32*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 69.

<sup>1512</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 200.

<sup>1513</sup> Guy met, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste*, p. 94.

<sup>1514</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste*, p. 94.

que não lhe parecia oportuno suprimir uma lei de tal importância senão de uma forma solene<sup>1515</sup>.

GP/PO – artigo 25º, § 1 – O conhecimento das causas concernentes à nulidade do casamento católico e à dispensa do casamento rato e não consumado, é reservado aos tribunais e repartições eclesiásticas competentes.

TD – artigo 25º, § 1 – O conhecimento das causas concernentes à nulidade do casamento católico e à dispensa do casamento rato e não consumado, é reservado aos tribunais e repartições eclesiásticas competentes.

Esta norma não será modificada ao longo das negociações, correspondendo à doutrina do Código Civil de 1967<sup>1516</sup>, artigo 1087º e 1088º. Fora também consagrada nas concordatas italiana e austríaca<sup>1517</sup>. Com esta disposição, sublinhava-se «o carácter sacramental da cerimónia religiosa, apenas compatível com a exclusividade jurisdicional dos tribunais da Igreja»<sup>1518</sup>.

GP/PO – artigo 25º, § 2 – As decisões e sentenças destas repartições e tribunais, quando definitivas, subirão ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica para verificação, e os Decretos respectivos serão, pela via diplomática, transmitidos ao tribunal da Relação competente, que lhes aporá o exequatur e mandará que sejam averbados nos registos do estado civil, à margem da acta do casamento.

TD – artigo 25º, § 2 – As decisões e sentenças destas repartições e tribunais, quando definitivas, subirão ao Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica para verificação e serão, depois, com os respectivos Decretos daquele Supremo Tribunal, transmitidas, pela via diplomática, ao Tribunal da Relação do Estado, territorialmente competente, que as tornará executivas e mandará que sejam averbadas nos registos do estado civil, à margem da acta do casamento.

A 30 de Agosto de 1937, a Santa Sé transmite ao núncio que a palavra *exequatur* não só é antipática como é, em Portugal, perigosa, dando-se instruções para que a mesma seja substituída por «as tornará executivas». Na opinião de Mário de Figueiredo, as duas

---

<sup>1515</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l'Espagne franquiste*, p. 87. Sublinhado acrescentado.

<sup>1516</sup> Art. 1087º – A jurisdição do juízo eclesiástico limita-se todavia ao conhecimento e julgamento da nulidade, e todas as diligências ou actos de indagação que devam praticar-se serão deprecados à competente autoridade judicial civil.

Art. 1088º – Proferida no juízo eclesiástico sentença que anule o casamento, será executada pela autoridade civil, a quem será oficialmente comunicada; e à autoridade eclesiástica só competirá transmitir ao pároco, perante quem tiver sido celebrado o casamento, uma certidão da sentença, para ser averbada à margem do respectivo registo.

<sup>1517</sup> Itália, art. 34º, al. 4) – As causas relativas à nulidade do matrimónio e dispensa de rato mas não consumado são reservadas à competências do Tribunais Eclesiásticos e suas repartições.

Áustria, art. 7º, § 3 – A República da Áustria reconhece a jurisdição dos tribunais das autoridades da Igreja e sobre as acções que impliquem a nulidade do casamento e da dispensa de casamento rato, mas não consumado casamento.

<sup>1518</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 215.

expressões possuem idêntico significado<sup>1519</sup>, razão pela qual o Governo aceitará a sugestão nas fórmulas subsequentes. Com esta norma, «estas decisões têm um efeito directo no ordenamento jurídico, pois não estão sujeitas a nenhum processo de legalização»<sup>1520</sup>.

Em Itália, diferentemente do que ocorrerá em Portugal, onde o regime estabelecido a este respeito pela Concordata de 1940 não sofreu qualquer alteração, a norma respectiva foi declarada inconstitucional em 1982, com fundamento na «falta de garantias processuais fundamentais – nomeadamente, o direito de defesa – no processo canónico»<sup>1521</sup>.

### 5.1.9 SEPARAÇÃO DE PESSOAS

«Cristo não obriga o homem a viver com a mulher que o injuriou e infamou; esta separação porém não destrói o vínculo matrimonial, por isso, marido e esposa que, separados, voltam a casar-se com outra mulher e outro homem, cometem adultério [...]

marido e mulher ficam ligados por um vínculo, que só a morte pode quebrar: tal é a lei divina e irrevogável do casamento»<sup>1522</sup>.

GP/PO – artigo 26º – Para as acções de separação de pessoas são competentes os tribunais civis.

TD – Inexistente.

Esta disposição encontra-se nas concordatas italianas e austríaca<sup>1523</sup>, embora aí seja redigida de modo a ficar claro que se trata de uma concessão da Santa Sé: «Quanto às causas de separação de pessoas, a Santa Sé consente que sejam julgadas pelos tribunais civis».

Ao acusar a recepção do projecto oficial de Concordata, a Santa Sé sugere que se substitua a redacção proposta pelo Governo pelo texto da Concordata italiana, justificando perante o nuncio:

Os Em. Padres notaram a gravidade da concessão que a Igreja faz neste artigo, já que a separação de cônjuges se reveste de aspectos morais, cujo juízo deveria ser reservado à Autoridade eclesiástica; mas notaram depois que, dado o exemplo de outras concordatas, seria difícil negá-lo agora ao Governo português. Mas estiveram no entanto de acordo em exigirem, para salvar o princípio (can. 1960), pelo menos a mesma formulação da Concordata com a Itália (artigo 34º, alínea 7)<sup>1524</sup>.

<sup>1519</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1520</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 203-204.

<sup>1521</sup> José Manuel Vilalonga, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*, p. 214-215.

<sup>1522</sup> Fino Beja, *Família, casamento e divórcio*, p. 212-215.

<sup>1523</sup> Ver nota 695.

<sup>1524</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

Mário de Figueiredo, nas suas notas, dirá que tal fórmula «não é de admitir»<sup>1525</sup>. Em conferência com o núncio, a 23 de Outubro de 1937, o jurista português esclarece que a proposta do Governo assentava na doutrina do Código Civil<sup>1526</sup>. Por esta razão, a 11 de Maio de 1938, o Executivo insiste na sua redacção, dizendo na nota explicativa da posição do Governo que, não podendo ser aceite esta fórmula, seria melhor eliminar o parágrafo. Deste modo, «a doutrina fica e evitam-se dificuldades»<sup>1527</sup>.

A 30 de Agosto de 1938, a Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos transmite ao núncio que «afirmar que os tribunais civis são competentes na causa de separação de pessoas seria entrar em contradição com a doutrina católica». Caso o Governo insistisse, então o melhor será o núncio propor a supressão do artigo<sup>1528</sup>. A 15 de Setembro de 1938, Salazar aceita a referida eliminação<sup>1529</sup>.

Ao contrário, a Concordata espanhola vai reconhecer a competência exclusiva dos tribunais eclesiásticos no que se refere à separação de pessoas e bens – é a preeminência do Direito Canónico.

#### 5.1.10 REGIME DAS MISSÕES NO ULTRAMAR

Os artigos acerca do regime das missões Ultramarinas podem sintetizar-se na seguinte frase: «havia que completar a obra política do Acto Colonial com a sanção da posse espiritual conferida pela Santa Sé e com a nacionalização da obra missionária portuguesa»<sup>1530</sup>.

D. Eurico Dias Nogueira considera, não sem razão, que o motivo da inserção destes artigos na Concordata, o que é aliás uma novidade neste tipo de acordos, se prende, por um lado, com «um intuito político: afirmar a unidade político-administrativa existente entre

---

<sup>1525</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1526</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1527</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1528</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1529</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

<sup>1530</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 304.

Portugal e as Colónias [...] de então, que aquele [o Governo] pretendia ver consolidada por todos os meios ao seu alcance». Por outro, a Igreja «terá procurado interligar os dois Acordos [a Concordata e o Acordo Missionário], para lhes potenciar a eficácia jurídica – tal como sucedera com os Acordos de Latrão, em 1929, entre a Santa Sé e o Estado Italiano, juntando o Tratado e a Concordata – e evitar a denúncia de um sem o outro. Mas se tal viesse a acontecer, suspendendo-se isoladamente um dos dois documentos, sempre ficariam de pé algumas disposições referentes às Missões, a menos que, anulado o Acordo, se derogassem os artigos em causa, na Concordata»<sup>1531</sup>.

GP/PO – artigo 28º, § 1b – Nas colónias portuguesas os bispos poderão criar direcções missionárias, provinciais ou distritais, com prévio acordo dos respectivos governos.

GP/PO – artigo 29º. A Santa Sé poderá, por acordo com o Governo, alterar o número e área das dioceses portuguesas do Ultramar, mantendo-se sempre, salvo o estabelecido na esfera do Padroado e do Semi-Padroado, dentro dos limites do território nacional.

GP/PO – artigo 30º – Serão criadas pela Santa Sé as províncias eclesiásticas de Angola e Moçambique, assim constituídas:

Província eclesiástica de Angola:

Arquidiocese Metropolitana de Luanda com as dioceses sufragâneas de S. Tomé, actualmente sufragânea de Lisboa, e as outras que forem criadas na mesma província eclesiástica de acordo com o Governo português.

Província eclesiástica de Moçambique:

Arquidiocese Metropolitana de Lourenço Marques com as dioceses sufragâneas que forem de novo criadas de acordo com o Governo.

Será também criada nos territórios portugueses de Timor a diocese de Timor, com sede em Dili.

TD – artigo 26º – A divisão eclesiástica do Ultramar português será feita em dioceses e circunscrições missionárias autónomas. Dentro de umas e de outras podem ser erectas direcções missionárias pelos respectivos prelados, de acordo com o Governo.

Os limites das dioceses e circunscrições missionárias serão fixados de acordo com o Governo de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa.

Quanto à alteração do número e área das dioceses<sup>1532</sup>, no relatório da Santa Sé de 30 de Agosto de 1937 o núncio recebe as seguintes instruções:

Os Em. Padres acharam melhor o correspondente art. 12 § 4 do projecto da S. Sé; e que não se deve estender a todas as dioceses; e que se deve assegurar que a Santa Sé estabelece para algumas dessas dioceses convenções particulares, especialmente se não são prestações financeiras por parte do Estado que induzem a fazê-lo.

Seria ainda bom retocar o artigo como se segue: «A Santa Sé poderá mudar o número e a área das dioceses portuguesas Ultramarinas. Em consideração contudo às prestações financeiras do Estado a bem das missões (e até que estas sejam efectivas), a Santa Sé procederá a tais alterações de acordo com o Governo, e mantê-las-á nos limites do território nacional»<sup>1533</sup>.

<sup>1531</sup> Eurico Dias Nogueira, «Actividade Missionária na Concordata». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 310.

<sup>1532</sup> Artigo 29º da proposta do Governo.

<sup>1533</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.



O representante da Santa Sé, a 21 de Outubro de 1937, naquela que é a sétima fórmula da Concordata, propõe esse mesmo texto<sup>1534</sup>.

Na mesma ordem de ideias, quanto à criação de direcções missionárias<sup>1535</sup>, a Santa Sé propõe:

Nas colónias portuguesas os bispos poderão criar direcções missionárias provinciais ou distritais, e, cada vez que tais erecções importarem ónus financeiro para o Governo, de prévio acordo com ele<sup>1536</sup>.

O núncio explica a Mário de Figueiredo, a 23 de Outubro que, quanto a estas duas disposições, se pretendeu, «para justificar a excepção, deixar marcado o seu fundamento. Se o Governo paga, é razoável que seja ouvido; daí a necessidade do acordo»<sup>1537</sup>.

Quanto ao texto em que o Governo sugeria uma nova organização eclesiástica no Ultramar<sup>1538</sup>, embora os negociadores portugueses considerassem, segundo o testemunho do núncio, que com esta norma se abria «a via ao desenvolvimento da organização eclesiástica nas colónias portuguesas»<sup>1539</sup>, os cardeais da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários «observaram que não possuem elementos para se pronunciarem, e que assim sendo não vêem como a Santa Sé se poderia vincular a constituir determinada circunscrição eclesiástica». Deste modo, «consideraram [...] prudente limitar-se por agora a afirmar o princípio geral da nova organização diocesana das colónias portuguesas, que será oportunamente concretizada»<sup>1540</sup>.

Assim, na sétima fórmula do projecto de Concordata apresentada ao Governo português a 21 de Outubro de 1937, propõe-se, em substituição, a seguinte redacção:

---

<sup>1534</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1535</sup> Segunda parte do artigo 28º da proposta do Governo.

<sup>1536</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1537</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1538</sup> Artigo 30º da proposta do Governo.

<sup>1539</sup> In Relatório impresso da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. AES Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>1540</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugal, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219. Na verdade, a criação de dioceses acabaria por ser reservada ao Acordo Missionário, no seu artigo 4º.

Para satisfazer de modo adequado as necessidades espirituais das colónias portuguesas, se proverá oportunamente a uma nova organização eclesiástica das mesmas<sup>1541</sup>.

A 11 de Maio de 1938, o Governo português pondera estabelecer na Concordata uma única disposição relativa às missões:

A Santa Sé e o Governo português obrigam-se a regular por acordo a matéria das missões católicas no Ultramar, dos estabelecimentos de formação dos missionários e uma nova organização eclesiástica das colónias<sup>1542</sup>.

Mas acabará por, na mesma data, sugerir antes a reformulação total dos artigos:

A divisão eclesiástica das colónias portuguesas será, salvo o regime do Padroado, feita em dioceses e circunscrições missionárias. Dentro de umas e de outras podem pelos respectivos prelados, de acordo com o Governo, ser estabelecidas direcções missionárias.

A divisão eclesiástica corresponderá, tanto quanto possível, à divisão administrativa em províncias e distritos, e pode ser alterada, por acordo, quanto ao número e área das dioceses e circunscrições, mas sempre dentro dos limites do território nacional<sup>1543</sup>.

A Nunciatura, a 21 de Novembro de 1939, sugere que se retire a alusão ao Padroado e, no que se refere à divisão administrativa, vai simplificar a redacção proposta pelo Governo:

A divisão eclesiástica das colónias portuguesas será feita em dioceses e circunscrições missionárias. Dentro de umas e de outras podem ser erectas direcções missionárias pelos respectivos prelados, de acordo com o Governo.

Os limites das dioceses e circunscrições missionárias serão fixados de maneira a corresponderem, na medida do possível, à divisão administrativa<sup>1544</sup>.

A 3 de Dezembro, o Executivo português substitui «colónias portuguesas» por «Ultramar português» e não aceita que a divisão eclesiástica se faça sem o seu acordo<sup>1545</sup>. Contudo, no dia seguinte, a Santa Sé insiste na eliminação das palavras «de acordo com o

---

<sup>1541</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1542</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1543</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1544</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1545</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 831-843).

Governo», embora não tenha sucesso nesta sua reivindicação, razão pela qual, nesta data, o texto assume a sua redacção definitiva<sup>1546</sup>.

TD – artigo 27º, § 1 – A vida religiosa e o apostolado missionário das dioceses serão assegurados pelo respectivo Bispo residencial e nas circunscrições missionárias por corporações missionárias.

Este texto, introduzido pelo Governo na oitava fórmula do projecto de Concordata, de 11 de Maio de 1938<sup>1547</sup>, à excepção de pequenas alterações de forma, seria aceite sem mais discussão entre as ambas as partes.

TD – artigo 27º, § 2 – As corporações missionárias reconhecidas estabelecerão em Portugal continental ou ilhas adjacentes casas de formação e de repouso para o seu pessoal missionário. As casas de formação e de repouso de cada corporação constituem um único um instituto missionário, subsidiado pelo orçamento da Metrópole.

Este texto foi proposto pela primeira vez ao Governo português a 21 de Novembro de 1939<sup>1548</sup>, tendo sido aceite.

GP/PO – artigo 27º – As missões católicas do Ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os seus serviços e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino, com os direitos e privilégios que lhes foram reconhecidos pelo Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas.

TD – artigo 27º, § 3 – Às dioceses e circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos institutos religiosos das colónias, e bem assim aos institutos missionários, masculinos e femininos, que se estabelecerem em Portugal continental ou ilhas adjacentes, é reconhecida a personalidade jurídica.

Quanto a este artigo, a Santa Sé transmite ao núncio:

Os Em. padres expressaram o seu temor que a actual redacção possa levar a pensar que a Igreja reconhece o Estatuto Orgânico que é um acto unilateral, no qual os missionários são considerados funcionários do Estado, e não se leva em conta a sua missão canónica. Consideram que convinha assegurar às missões os direitos e privilégios estabelecidos no Estatuto, sem porém reconhecê-lo, nem os princípios que ele afirma.

Segundo os Em. Padres o artigo estaria bem se fosse emendado como se segue.

Depois da palavra Estado, fazer ponto final. E prosseguir «Tais institutos são reconhecidos pelo Governo como instituições de ensino, com os direitos e privilégios que lhe foram reconhecidos pelo Estatuto Orgânico das Missões Católicas portuguesas»<sup>1549</sup>.

<sup>1546</sup> «Apontamentos particulares dados pelo Núncio ao Dr. Mário de Figueiredo que [...] me foram entregues a título particular em 4 de Dezembro de 1939». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 869-870).

<sup>1547</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1548</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1549</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219. Sublinhado acrescentado.

A sétima fórmula, datada de 21 de Outubro de 1937, vai obedecer a estas instruções. Nos seus apontamentos, Mário de Figueiredo escreve: «É melhor o que está para ficar reconhecida a razão da protecção»<sup>1550</sup>. O núncio explicará depois que esta alteração foi feita «para não aparecer confundida a missão religiosa dos missionários com o seu carácter de funcionários e para não deixar restringido o fundamento dos auxílios».

Na oitava fórmula, já de 11 de Maio de 1938, o reconhecimento da personalidade jurídica das missões é feito pelo Governo nos seguintes termos:

As corporações missionárias terão em Portugal continental ou ilhas adjacentes casas de formação do seu pessoal que constituirão, por cada corporação, um instituto missionário, subsidiado pelo orçamento da Metrópole. Tanto os institutos missionários como as missões terão personalidade jurídica<sup>1551</sup>.

A 21 de Novembro de 1939, o núncio propõe a seguinte redacção:

As corporações que tiverem a seu cargo circunscrições missionárias estabelecerão em Portugal continental ou ilhas adjacentes casas de formação e de repouso para o seu pessoal missionário. As casas de formação e de repouso de cada corporação constituem um único instituto missionário, subsidiado pelo orçamento da Metrópole.

Às dioceses e circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos institutos religiosos das colónias, e bem assim aos institutos missionários, masculinos e femininos, que se estabelecerem em Portugal continental ou ilhas adjacentes é reconhecida a personalidade jurídica.

As dioceses e as circunscrições missionárias gozarão de subsídios por parte do Estado<sup>1552</sup>.

O Governo, a 3 de Dezembro de 1939, contrapõe um texto muito simplificado, onde não se faz referência ao financiamento estatal, o que será remetido para outro parágrafo:

Às dioceses e circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos institutos religiosos das colónias, e bem assim aos institutos missionários, masculinos e femininos, que se estabelecerem em Portugal continental ou ilhas adjacentes, é reconhecida a personalidade jurídica.

Acabará por ser esta a redacção definitiva.

TD – artigo 28º, § 1 – Os ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem, de acordo com a Santa Sé e o Governo,

<sup>1550</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1551</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1552</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos.

Este parágrafo tem a sua origem na proposta do Governo português de 11 de Maio de 1938 (oitava fórmula):

Os prelados das dioceses ou circunscrições, enquanto não houver missionários portugueses em número suficiente, podem, mediante consentimento do Governo português, para cada caso, chamar missionários estrangeiros que serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa desde que renunciem à sua jurisdição nacional e declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Este assentimento não dispensa novo acordo, se circunstâncias excepcionais determinarem a sua investidura nas direcções das missões que venham a criar-se nas dioceses ou circunscrições<sup>1553</sup>.

A 21 de Novembro de 1939, a Nunciatura propõe:

Os ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem, de acordo com a Santa Sé e o Governo, chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Esta submissão será, naturalmente, a que convém a eclesiásticos<sup>1554</sup>.

A 3 de Dezembro de 1939, a proposta do Governo eliminará a palavra «naturalmente» da última frase e assim se chegará à fórmula definitiva.

TD – artigo 27º, § 4 – As dioceses e as circunscrições missionárias serão subsidiadas pelo Estado.

Este artigo teve por base um outro proposto a 11 de Maio de 1938 pelo Governo português:

A designação dos prelados das circunscrições missionárias será feita nos mesmos termos que a dos bispos.

As dioceses e circunscrições serão subsidiadas pelo Estado<sup>1555</sup>.

---

<sup>1553</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1554</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1555</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

Optando-se por excluir o primeiro parágrafo, cuja doutrina, aliás, já estava compreendida noutra disposição concordatária (a da nomeação dos bispos), o segundo será incorporado no texto definitivo da Concordata.

GP/PO – artigo 28º, § 2 – As nomeações dos directores deverão recair em cidadãos portugueses ou, não sendo possível, far-se-ão por acordo, sempre revogável, com o Governo português.

TD – artigo 28º, § 2 – Quando dentro de cada diocese ou circunscrição missionária forem estabelecidas novas direcções missionárias, a nomeação dos respectivos directores, não podendo recair em cidadão português, só será feita depois de ouvido o Governo português.

Em Agosto de 1937, Monsenhor Colonna sugere que, em vez de «não sendo possível», que remete para a «impossibilidade de haver nacionais», se afirme «caso contrário», «tanto mais que é pedido o acordo com o Governo»<sup>1556</sup>. Esta sugestão será aceite pelos cardeais da Sagrada Congregação, os quais propuseram ainda a eliminação da expressão «sempre revogável»<sup>1557</sup>.

A 23 de Outubro de 1937, o nuncio, conferenciando com Mário de Figueiredo, explica que se eliminou o «sempre revogável», «não por se não aceitar a doutrina, mas por parecer chocante dizer de um acordo que é sempre revogável só por vontade de uma das partes». Acrescenta ainda que a Santa Sé está disposta a reconhecer tal doutrina em documento separado<sup>1558</sup>.

De acordo com as notas do embaixador Teixeira de Sampaio acerca de uma entrevista realizada em 26 de Dezembro de 1938 com o nuncio a propósito do Acordo Missionário, este ter-lhe-á dito que exigir a nacionalidade portuguesa para os directores das missões significava que teria de existir «um número de sacerdotes portugueses para esses cargos que de facto não se encontram»<sup>1559</sup>.

Num projecto de Concordata em papel timbrado da Nunciatura surge a redacção que acabará por ser adoptada no acordo final<sup>1560</sup>.

---

<sup>1556</sup> ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 76 e ss.

<sup>1557</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1558</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Nuncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1559</sup> Notas manuscritas do embaixador Teixeira de Sampaio. ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 12, fls. 553-558).

<sup>1560</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

GP/PO – artigo 28º, § 1a – Em todo o território do Império Português as missões católicas, nacionais ou estrangeiras estarão sujeitas à jurisdição ordinária dos prelados das respectivas colónias.

TD – artigo 28º, § 3 – Todos os missionários, do clero secular ou de corporações religiosas, nacionais ou estrangeiros, estarão inteiramente sujeitos à jurisdição ordinária dos prelados das dioceses e circunscrições missionárias, no que se refere ao trabalho missionário.

Quando, a 16 de Julho de 1937, o núncio Ciriaci envia à Santa Sé o projecto oficial do Governo português, justifica que se optou por substituir a afirmação de que as missões se encontram sujeitas «à autoridade e à vigilância dos bispos portugueses da respectiva colónia» por uma outra mais precisa e que evitasse inconvenientes, segundo a qual as missões estavam sujeitas «à jurisdição ordinária dos prelados da respectiva colónia»<sup>1561</sup>. A Santa Sé irá responder:

Os Em. Padres notaram que em todo o artigo não é nunca mencionada a Santa Sé, mas, apreciando as razões referidas por Vossa Exa., não insistem; só desejam que seja ao menos designada indirectamente com a frase: em conformidade com o Direito Canónico<sup>1562</sup>.

Esta proposta será rejeitada pelo Governo português, que contrapõe, a 11 de Maio de 1938, a seguinte redacção: «Todas as missões católicas, nacionais ou estrangeiras, ficarão subordinadas à autoridade dos prelados das dioceses ou circunscrições»<sup>1563</sup>.

O núncio, a 21 de Novembro de 1939, sugere outro texto: «Todos os missionários, do clero secular ou de corporações religiosas, nacionais ou estrangeiros, estarão inteiramente sujeitos à jurisdição ordinária dos prelados das dioceses e circunscrições missionárias, no que se refere ao trabalho missionário»<sup>1564</sup>.

Esta redacção é aceite pelo Governo a 3 de Dezembro de 1939, garantindo-se, assim, a nacionalização das missões, as quais, colocadas sob a autoridade dos bispos portugueses, não ficavam directamente subordinadas à Propaganda Fide.

GP/PO – artigo 28º, § 3 – Os Bispos são os directores das missões católicas da respectiva diocese e, como tais, equiparados aos funcionários superiores directores de serviços da colónia.

Este preceito é inspirado no Estatuto Orgânico das Missões, artigo 23º. Quando a Santa Sé recebe o projecto oficial de Concordata transmite ao núncio:

<sup>1561</sup> Relatório impresso da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>1562</sup> Relatório Oficial nº 3361/37, de 30 de Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Periodo, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219.

<sup>1563</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1564</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

É doloroso constatar como os bispos das missões portuguesas se mostram como funcionários governamentais, e os Em. Padres consideraram assim mais oportuno declarar que a associação dos bispos aos funcionários é só no que diz respeito aos efeitos civis e económicos. Quanto ao resto, os Em. Padres querem recuperar o texto do projecto da Santa Sé (art. 12 § 4 alínea 2) e que diz: «Fica entendido que os Bispos são directores das missões católicas da respectiva diocese e, como tal, equiparados quanto ao vencimento e outras vantagens civis, aos funcionários superiores, etc.

Esta redacção será comunicada ao Governo a 21 de Outubro de 1937 (sétima fórmula)<sup>1565</sup> e será aceite pelo Governo a 11 de Maio de 1938 (oitava fórmula)<sup>1566</sup>. Numa versão posterior do projecto, datada de 8 de Dezembro de 1939, esta norma desaparece. No entanto, seria incorporada no Acordo Missionário.

Na oitava fórmula do projecto de Concordata, da iniciativa do Governo português e com data de 11 de Maio de 1938, vão-se ainda propor dois novos artigos, cuja doutrina não se encontra nem nos primeiros projectos nem no acordo alcançado pelas partes.

Os bispos e mais prelados da organização missionária portuguesa dependerão da Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários e os delegados apostólicos serão de nacionalidade portuguesa.

A Santa Sé, a 30 de Agosto de 1938, entende que este pedido é «singular», pois «isso depende do Sumo Pontífice e não se espera que algum Governo determine qual o Dicastério da Cúria Romana que deve tratar do assunto». Quanto à nacionalidade portuguesa do delegado apostólico, os cardeais da Sagrada Congregação «consideraram exorbitante o pedido de que um delegado apostólico deva ser sempre português. Um compromisso semelhante jamais foi tomado com um Governo e constituiria um precedente perigoso»<sup>1567</sup>.

A nota entregue pelo núncio Ciriaci a Teixeira de Sampaio vai, no entanto, ser redigida num tom mais suave:

Quanto ao pedido para que as Missões portuguesa dependam da Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos Extraordinários [...], note-se que as mesmas dependem do Sumo Pontífice, o qual só pode determinar a qual dos dicastérios da Cúria Romana devem ser confiadas. No que respeita ao pedido, contido no mesmo artigo, para que o Delegado Apostólico seja sempre português, note-se que compromisso de tal ordem nunca foi tomado com qualquer Governo.

---

<sup>1565</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1566</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1567</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.



O Governo não voltará a abordar o assunto.

A outra norma proposta na oitava fórmula ditava o seguinte:

A Santa Sé usará da sua influência para levar as corporações missionárias portuguesas a activar a evangelização indígena e o apostolado missionário, e continuará a colaborar com os seus subsídios na obra missionária das colónias portuguesas.

A este respeito, a 30 de Agosto de 1938, a Santa Sé transmite ao núncio:

[Este artigo] pareceu aos Em. Padres ofensivo para a Santa Sé e também para os missionários, como se fosse necessária a inserção num tratado de estímulos ao cumprimento do seu próprio dever, e a Santa Sé não tivesse promovido até agora a evangelização dos indígenas.

Para mais, não parece oportuno que a Santa Sé deva obrigar-se a subsidiar aquelas Missões. Este artigo deve assim suprimir-se; se o Governo insistir, deveria dizer-se: «A Santa Sé, como sempre fez, usará da sua autoridade...»<sup>1568</sup>.

Reformulando estas observações, o núncio, a 9 de Setembro de 1938, entrega a Teixeira de Sampaio a seguinte nota: «O artigo [...] poderia oferecer pretexto para juízos desfavoráveis à Santa Sé e também aos missionários. Deveria portanto suprimir-se»<sup>1569</sup>.

Salazar, nas notas que redige a 15 de Setembro de 1938, adianta uma explicação quanto à proposta:

Pode desde já dizer-se que o artigo [...] tem por fim evitar o facto já verificado de os religiosos das ordens missionárias preferirem missionar a Metrópole e sobretudo as grandes cidades, a missionar as Colónias, o que não é conforme os sacrifícios pecuniários do Estado. A fórmula porém poderá ser, para salvar o melindre da Santa Sé, a seguinte:

«A Santa Sé continuará a usar da sua autoridade, etc.»<sup>1570</sup>.

Este artigo é eliminado.

---

<sup>1568</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portugallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1569</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1570</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

### 5.1.11 PADROADO E SEMI-PADROADO

O Padroado tem a sua origem nos Descobrimentos. A primeira referência ao Padroado real surge na bula *Dum fidei constantiam*, de Leão X, datada de 7 de Junho de 1515. A D. Manuel I é concedido o direito de apresentação para todos os benefícios nas terras adquiridas dois anos antes e futuramente<sup>1571</sup>. A partir do século XVI, o direito de Padroado confunde-se com o direito de nomeação dos prelados.

O breve *Multa praeclara* de 1838, de Gregório XVI, extinguiu o Padroado nos territórios fora dos domínios portugueses. A Concordata de 1857, celebrada entre Pio IX e D. Pedro V, restabeleceu o Padroado do Oriente. No entanto, a vastidão do domínio do Padroado tornou-a inexecutável – não era possível enviar missionários para tal extensão de território. Por isso, foi assinada uma nova Concordata em 1886, que o reduziu consideravelmente. Com a implantação da República, a situação jurídica do Padroado português complicou-se, embora o Estado continuasse a subsidiar os missionários. Clarificando o seu estatuto, celebrou-se um acordo a 13 de Abril de 1928: mantinha-se o padroado pleno nas dioceses de Macau, Goa, Cochim e Meliapor e o semi-padroado nas dioceses de Bombaim, Quilon, Mangalor e Trichinópolis, ficando a cargo do Presidente da República a apresentação do candidato ao episcopado daquelas dioceses, que seria nomeado posteriormente pela Santa Sé. Procedeu-se ainda à delimitação de circunscrições eclesiais (extinção da diocese de Damão, sendo a parte do território sob administração portuguesa incorporada na Arquidiocese de Goa e o território indiano transferido para Bombaim, onde o Arcebispo seria alternadamente de nacionalidade britânica e portuguesa). Tal como fora previsto neste acordo, a 11 de Abril do ano seguinte seria celebrado um outro, fixando-se os limites destas dioceses<sup>1572</sup>.

A norma concordatária que se segue acabou, assim, por consolidar o Padroado português do Oriente:

GP/PO – artigo 31º – Mantêm-se em vigor as disposições da Concordata de 21 de Fevereiro de 1857, ressalvadas pela Concordata de 23 de Junho de 1886, e as da Concordata de 23 de Junho de 1886, na parte não atingida por acordos posteriores, designadamente pelos de 15 de Abril de 1928 e 11 de Abril de 1929, e por esta convenção.

TD – artigo 29º – São consideradas em vigor as disposições da Concordata de 21 de Fevereiro de 1857, ressalvadas pela Concordata de 23 de Junho de 1886, e as da Concordata de 23 de Junho de 1886, umas e outras na parte não atingida por acordos posteriores, designadamente pelos de 15 de Abril de 1928 e 11 de Abril de 1929, e por esta convenção.

---

<sup>1571</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 150.

<sup>1572</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 165.

Embora o Governo português considerasse oportuno, «para melhor satisfazer a opinião pública», a menção às concordatas de 1857 e 1886 e aos acordos de 1928 e 1929, inicialmente a Santa Sé opõe-se. Na verdade, embora certos autores, como José Giménez y Martínez de Carvajal, catedrático da Faculdade de Ciências Políticas de Madrid (cátedra de Relações Igreja-Estado), considerem que a Santa Sé não costuma denunciar tratados, limitando-se a protestar e a instar ao seu cumprimento quando os mesmos são violados<sup>1573</sup>, no caso português, embora as concordatas não tenham sido denunciadas, Roma proclamou a sua caducidade:

Os Em. Padres [da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários] querem a supressão deste artigo, que consideram perigoso, a menos que seja necessário conservá-lo pelo motivo expresso por Vossa Em. [o Núncio] de que em Portugal se tem em grande conta tudo o que diz respeito ao Padroado.

Nesta última hipótese, sugere-se uma alteração da frase «mantêm-se em vigor as disposições da Concordata» para «recoloca-se em vigor» porque, como se sabe, as antigas concordatas com Portugal de 1857 e 1886 estão caducadas não só por causa do fim do regime, mas sobretudo por ter a República, depois da Revolução de 1910, proclamado a separação do Estado da Igreja, e numa forma muito hostil à religião<sup>1574</sup>.

Na sétima fórmula proposta pela Santa Sé a 21 de Outubro de 1937 vai ser incorporada a ideia sugerida ao núncio:

São novamente postas em vigor as disposições da Concordata de 21 de Fevereiro de 1857, ressalvadas pela Concordata de 23 de Junho de 1886, e as da Concordata de 23 de Junho de 1886, na parte que se refere ao Padroado Português nas Índias e que não foi atingida pelos acordos posteriores, especialmente pelos de 15 de Abril de 1928 e 11 de Abril de 1929 e por esta Convenção<sup>1575</sup>.

Mário de Figueiredo, nas suas observações a este texto, dirá: «O texto governamental deve manter-se»<sup>1576</sup>. Todavia, quando no dia 23 o jurista se reúne com o núncio para esclarecimentos das alterações propostas a 21, este terá afirmado:

Supunha que politicamente a redacção agora proposta satisfaria o Governo português, porque oferecia o ensejo de afirmar que, pela Concordata, se restaurava o Padroado que desaparecera.

---

<sup>1573</sup> José Giménez y Martínez de Carvajal no pref. à obra de Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco*, p. 18.

<sup>1574</sup> In Relatório impresso da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>1575</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1576</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Observou ainda que a razão por que Portugal podia ter interesse em defender a sua fórmula tinha em vista certamente Macau. Mas Macau era uma questão definitivamente resolvida. Como não conheço a situação de facto, entendi mal<sup>1577</sup>.

Também não entendi bem o que se pretendia com a frase – na parte que se refere ao Padroado Português nas Índias<sup>1578</sup>.

Quando da apresentação da oitava fórmula, o Governo faz os seguintes comentários:

São apresentados ao texto governamental duas alterações:

a) A expressão «mantêm-se em vigor» é substituída na proposta da Santa Sé por «são novamente postas em vigor». A emenda levaria a supor que as concordatas relativas ao Padroado deixaram de vigorar durante algum tempo, o que não parece conforme aos acordos de 1928 e 1929 e referências do preâmbulo daquele. Por outro lado, a redacção do texto governamental corresponde à posição sempre defendida pelo Governo português e até à doutrina resultante do artigo 13º do projecto primitivo da Santa Sé. No entanto, o Governo, não podendo aceitar a redacção proposta, poderia aceitar outra como – «ficam em vigor» ou «são consideradas em vigor».

b) No texto introduziu-se uma restrição com a frase «na parte que se refere ao Padroado Português nas Índias», que não parece de admitir, pois as concordatas de 1857 e de 1886, mantidas em vigor por efeito desta Concordata, não foram restringidas por qualquer acordo posterior no seu âmbito de aplicação<sup>1579</sup>.

Estas duas observações vão ser atendidas pela Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, transmitindo-se ao núncio, a 30 de Agosto de 1938, que «os Em. Padres condescendem que se diga “são consideradas em vigor”»<sup>1580</sup>. Tal será comunicado ao secretário-geral do Ministério a 9 de Setembro de 1938<sup>1581</sup>, chegando-se assim à fórmula definitiva deste preceito<sup>1582</sup>.

Note-se que, como vimos anteriormente, Oliveira Salazar considerara logo no início das negociações que «a posição de Portugal na matéria é juridicamente fraca», pois embora a Santa Sé tenha mantido a situação de facto criada pela Concordata de 1886, não terá

---

<sup>1577</sup> Não é claro o assunto a que o Núncio se refere. Macau foi, desde a sua criação até ao pós -25 de Abril de 1974, uma diocese sufragânea da Arquidiocese de Goa.

<sup>1578</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1579</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1580</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1581</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1582</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fólios 503-572.

revalidado a situação concordatária em momento algum. O chefe do Governo julgou então conveniente aproveitar a oportunidade para resolver a questão, «ao menos com uma referência indirecta àquela Concordata e ao seu valor, salvas as modificações que as duas convenções de 1928 lhe introduziram». Obterá, como acima se viu, exactamente o que pretendia:

O Padroado do Oriente, que os Acordos de 28 e 29 não conseguiram arrancar à precária situação em que o colocou a Lei da Separação de 1911, foi finalmente salvo e consolidado, como era aliás de justiça, devido ao esforço português, mas não era talvez de direito estrito, no qual a Igreja se estribava. Embora reduzido em extensão e de importância pelas muitas contingências dos tempos passados, o Padroado do Estado Português em territórios estranhos à sua soberania é o público reconhecimento da nossa evangelização e marca, através dos tempos, o prestígio espiritual de um povo que, alargando pelo mundo as fronteiras da Pátria, ainda estendeu mais a fé do que o Império<sup>1583</sup>.

#### 5.1.12 INTERPRETAÇÃO E VIGÊNCIA DA CONCORDATA

GP/PO – artigo 32º – Se vier a surgir qualquer dúvida na interpretação desta concordata, a Santa Sé e o Governo português procurarão de comum acordo uma solução amigável.

TD – artigo 30º – Idem.

Esta norma será amplamente discutida entre Portugal e a Santa Sé, chegando mesmo a implicar a realização de notas reversais. A sua doutrina é comum aos tratados internacionais: «como pactos que são, também as concordatas estão sujeitas à caducidade por mútuo consentimento entre as partes»<sup>1584</sup>: «sendo a Concordata uma lei única, da Igreja e do Estado, obriga ambas as partes e, por consequência, se dúvidas surgirem quanto à sua interpretação, estas devem ser solucionadas por mútuo acordo, principalmente por se tratar dum tratado bilateral, o mesmo acontecendo quando se trata de declarar a sua denúncia ou rescisão»<sup>1585</sup>.

Em Agosto de 1937, quando Monsenhor Colonna analisa a proposta oficial do Governo, para além da referência a «qualquer dúvida» sugere que se acrescente «ou qualquer dificuldade imprevista na sua aplicação». Pretendia-se assegurar, não apenas que as dúvidas teriam de ser resolvidas por mútuo acordo, mas também que, caso se modificasse a situação política em Portugal, «a Concordata conserva[va] o seu valor e não se torna[va] letra morta». Iria ainda sugerir que se acrescentasse:

---

<sup>1583</sup> Discurso proferido por Salazar na Assembleia Nacional a 27 de Maio de 1940, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 89, p. 70-72.

<sup>1584</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 339.

<sup>1585</sup> Rosa Dionízio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 148.

Com a entrada em vigor da presente Convenção, são revogadas todas as leis, regulamentos e disposições que vigorem na República Portuguesa, em tudo quanto contradigam o disposto nesta Convenção<sup>1586</sup>.

Deste modo, no seu relatório oficial de recepção do projecto do Governo, a Santa Sé transmite ao núncio que «o correspondente art. 14º do projecto da Santa Sé não pode ser mutilado com a redacção do presente artigo», razão pela qual pede ao seu representante em Portugal que se empenhe na reposição dos dois parágrafos omissos, acabando este por sugerir, a 21 de Outubro de 1937, a seguinte redacção:

Todas as mais matérias relativas a pessoas e coisas eclesiásticas, de que se não tratou nos artigos precedentes, serão reguladas segundo as normas do Direito Canónico.

Se vier a surgir qualquer dúvida na interpretação desta Concordata, a Santa Sé e o Governo português procurarão de comum acordo uma solução amigável.

Com a entrada em vigor da presente Concordata, ficam revogadas todas as leis, regulamentos e disposições que vigorem na República Portuguesa, em quanto contradigam o disposto nesta convenção<sup>1587</sup>.

Mário de Figueiredo anotou que era de manter o texto governamental<sup>1588</sup> e o núncio, ao dialogar com ele, no dia 23 desse mês, não insistiu «grandemente» na redacção da Santa Sé, parecendo render-se aos argumentos invocados pelo jurista:

Não mostrou grande insistência, depois de ouvir as razões que impediam o Governo de aceitar o primeiro e terceiro períodos e que foram essencialmente o não poder admitir-se como fonte de direito português o Direito Canónico nem que uma norma de Direito Internacional revogasse, enquanto tal, normas de direito interno<sup>1589</sup>.

Assim sendo, na oitava fórmula, datada de 11 de Maio de 1938, o Governo insiste na sua primeira redacção, argumentando:

Não pode aceitar-se a primeira alínea proposta, porque aceitá-la equivalia a considerar o Direito Canónico como devendo, depois da vigência da Concordata, considerar-se fonte de direito interno português.

---

<sup>1586</sup> Relatório impresso da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, Agosto de 1937. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, s.f.

<sup>1587</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1588</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1589</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Era ir muito além da Concordata. Esta, nas matérias de que trata, supõe um regime de mútua transigência; a aceitar-se aquela alínea, as matérias de que não tratasse relativas a pessoas e coisas eclesiásticas, seriam reguladas só pelo Direito Canónico, convertido em direito interno português e sem que por este pudesse ser modificado. É evidentemente inadmissível.

Compreender-se-ia que o Estado Português pusesse em vigor em Portugal o Direito Canónico mas não que assumisse a obrigação internacional de o pôr em vigor.

A alínea 3) proposta também não pode aceitar-se, não porque o seu conteúdo não corresponda à realidade do que há-de passar-se, mas por motivos de ordem técnica.

Efectivamente com a entrada em vigor da Concordata ficam revogadas todas as disposições de direito interno contrárias ao que nela se estabelece, mas isso é porque a Concordata, uma vez em vigor, se converte em direito interno, e o direito posterior revoga o anterior.

Esclarece-se.

Em Portugal admite-se a independência das duas ordens jurídicas interna e internacional.

Quer dizer; uma disposição de Direito Internacional não pode, como tal, atingir o direito interno nem este aquele.

Desta forma, a Concordata não pode, como Direito Internacional, atingir o direito interno; não pode, portanto, por força de uma disposição da Concordata, revogar-se o direito interno.

Mas, no direito português, segundo a melhor opinião, o Direito Internacional, uma vez em vigor, converte-se em direito interno e assim revoga o direito interno anterior que o contradisser, sem ser necessário que isso se afirme<sup>1590</sup>.

Alguém dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários escreverá a 9 de Julho de 1938:

As três cláusulas são todas razoabilíssimas e necessárias mas, porém, apenas a Concordata com a Áustria (e a da Alemanha) as contém todas. Assim, convém, por condescendência, abandonar uma: aquela do Direito Canónico nas matérias não tratadas na Concordata, a qual se encontra apenas nas concordatas com a Alemanha e a Áustria<sup>1591</sup>.

---

<sup>1590</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1591</sup> Áustria, art. 22º - Todas as mais matérias relativas a pessoas ou coisas eclesiásticas de que não se tratou nos artigos anteriores devem ser reguladas de acordo com o Direito Canónico vigente.

Se, no futuro, surgir alguma dificuldade em termos de interpretação dos artigos anteriores, ou se a regulação de uma questão sobre pessoas ou coisas eclesiásticas não tratadas nesta Concordata, que também colide tenham implicações na esfera do Estado, torna-se necessário a Santa Sé e o Governo Federal, em comum acordo, chegar a uma resolução amigável.

Com a entrada em vigor da presente Concordata, todas as leis e regulamentos que continuam válidos, na medida em que contrariam o disposto na presente Concordata, irão expirar.

Alemanha, art. 33º - Todas as questões relativas às pessoas eclesiásticas ou aos assuntos da Igreja, que não foram tratados nos artigos anteriores, serão regulados no que se refere à esfera eclesiástica de acordo com o actual Direito Canónico.

Caso surjam divergências de opinião quanto à interpretação ou execução de qualquer um dos artigos da presente Concordata, a Santa Sé e o Reich alemão alcançarão uma solução amigável por acordo mútuo.

Itália, art. 45º - A presente Concordata entrará em vigor pela troca das ratificações, ao mesmo tempo que o Tratado entre as duas Altas Partes para a eliminação da «Questão Romana».

Com a entrada em vigor da presente Concordata, a Concordata com os antigos Estados italianos deixarão de vigorar. A legislação austríaca, as leis e os decretos do Estado italiano, actualmente em vigor, na medida em que se oponham às disposições da presente Concordata, serão revogados com a entrada em vigor da mesma.

Para se preparar a execução da presente Concordata, será nomeada imediatamente uma comissão após a sua assinatura, composta por pessoas a serem designadas pelas duas Altas Partes.

Mas as outras duas são essenciais; e dizer como faz o governo que, salvo melhor opinião, o Direito Internacional, uma vez em vigor, substitui e revoga o direito interno anterior, significa que, se prevalecesse opinião oposta, a Concordata não teria valor nos pontos que houvesse uma disposição precedente em contrária.

Há necessidade que seja uma coisa segura [...] <sup>1592</sup>.

A 30 de Agosto, a Congregação pede ao núncio que insista na redacção da contraproposta da Santa Sé porque o ordenamento jurídico português teria de deixar claro que «nas matérias concernentes a pessoas e coisas eclesiásticas deve valer a lei da Igreja». No seu entender, deveria adoptar-se a fórmula da Concordata austríaca. Caso não fosse aceite esta redacção, ao menos que se dissesse como na fórmula da Concordata alemã <sup>1593</sup>. A Sagrada Congregação argumenta que, se a fórmula foi aceite pela Alemanha, também o pode ser por Portugal, «tanto mais que os legisladores portugueses reclamam sobre outros pontos a Concordata alemã».

Quanto à segunda alínea, que diz respeito à solução das dúvidas na interpretação da Concordata, a Santa Sé pede que se acrescente «“ou qualquer dificuldade na execução”, para que uma dificuldade não possa ser considerada isenta de prévio acordo como obriga a Concordata».

Afirma-se ainda que a doutrina da alínea 3, a qual revoga as disposições legais contrárias à Concordata, consta de numerosas concordatas do pós-guerra (Baviera, Polónia, Itália, Prússia, Bade, Áustria) <sup>1594</sup>. Deste modo, a sua inclusão também deveria ser aceite em

---

<sup>1592</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portugallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1593</sup> Ver nota 1591.

<sup>1594</sup> Baviera, art. 15º, § 2 – Com a entrada em vigor da presente Concordata é revogada a de 1817. As leis do Estado da Baviera, aos seus regulamentos e decretos promulgados até à data e ainda em vigor, serão revogada desde que contrários às disposições da presente Convenção.

Polónia, art. 25º – Todas as leis ou decretos que estejam em contradição com as estipulações dos artigos precedentes serão por isso mesmo anuladas desde a entrada em vigor da presente Concordata;

Prússia, art. 14, § 2 – Com a entrada em vigor desta Convenção solene, são revogados as leis e os regulamentos que contrariem as suas disposições;

Bade, art. 13, § 2 – Com a entrada em vigor da presente Concordata, são revogadas as leis e os regulamentos contrários às das suas disposições;

Itália, art. 45º, al. 2) – Com a entrada em vigor da presente Concordata, a Concordata com os ex-Estados italianos deixa de ter valor. A legislação austríaca, as leis e decretos do Estado italiano, actualmente em vigor, na medida em que se opõem às disposições da presente Concordata, são revogadas com a entrada em vigor da mesma;

Áustria, art. 22º, al. 3) – Com a entrada em vigor da presente Concordata, todas as leis e todos os regulamentos que continuam válidos, na medida em que contrariam as disposições do presente concordata, expirarão.



Portugal. No entanto, diz a Santa Sé ao núncio, «se se encontrar uma oposição insuperável, os Em. Padres cedem ao parecer do Sr. Cardeal Patriarca de não insistir»<sup>1595</sup>.

A 9 de Setembro de 1938, o núncio responde ao Governo português, insistindo na manutenção da primeira alínea da contraproposta da Santa Sé<sup>1596</sup>.

Salazar toma as seguintes notas:

Não vejo razão alguma para que no nosso regime se adopte a al. 1ª da proposta da Santa Sé; nem sei que valor possa ter no domínio do direito e da vida do Estado aceitar-se a fórmula alemã na qual todavia a restrição – no campo eclesiástico – parece evitar o maior número de inconvenientes. Deve examinar-se de novo a questão para manter a intransigência ou aceitar a fórmula que não suscite as objecções referidas na memória do Governo português.

O acrescentamento à segunda alínea – ou qualquer dificuldade na execução – é perigoso e convém resistir à sua inclusão, tanto mais que aparece agora para substituir aquela comissão mista<sup>1597</sup> proposta no texto anterior e a que nos opusemos.

A última alínea não tem razão de ser e depois das explicações da memória do Governo só por teimosia se repete o pedido para se manter no texto<sup>1598</sup>.

Na *Nota explicativa da posição do Governo português*, datada já de 28 de Março de 1939, dir-se-á:

O Governo pensa dever manter o texto que se propôs.

Não lhe parece que deva aceitar a inserção de uma alínea idêntica ao artigo 33º da Concordata alemã, porque, uma de duas: ou com essa disposição se pretende que assuma obrigações diferentes das que especificamente resultam da Concordata e não pode fazê-lo sem as considerar; ou se pretende apenas uma afirmação sem conteúdo e parece-lhe inútil e impolítica. Impolítica porque faz crer na assunção de uma obrigação de carácter geral e vago.

Não lhe parece também que deva aceitar o aditamento das palavras – ou qualquer dificuldade de execução – porque ou as dificuldades de execução se referem à ordem interna e então cabe só ao Governo português resolvê-las; ou se referem ao regime das obrigações recíprocas criadas pela Concordata e são afinal dificuldades de interpretação previstas no texto proposto.

Quanto à revogação por cláusula expressa das disposições legislativas contrárias à concordata, crê o Governo que a afirmação feita de que considera a nota explicativa como elemento de interpretação da Concordata satisfaz o desejo da Santa Sé<sup>1599</sup>.

---

<sup>1595</sup> Observações da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários ao projecto português (transmitidas ao Núncio). ASV, AES – Portogallo, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 154-175.

<sup>1596</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1597</sup> Proposta em 21 de Outubro de 1937, à semelhança do que fora previsto na concordata italiana. Ver nota 1591.

<sup>1598</sup> «Entregue por S. Exa. o Sr. Núncio Apostólico em conferência com S. Exa. em sua casa no dia 9 de Setembro de 1938». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 3); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 481-486).

<sup>1599</sup> «Nota explicativa da posição do Governo Português relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé no documento entregue em 9 de Setembro de 1938, acerca da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 634-640).

Prevalece então a redacção do projecto oficial do Governo português, mas a Nunciatura, a 21 de Novembro de 1939, pede, no que terá sucesso, que no momento da assinatura da Concordata seja redigida a seguinte nota reversal:

Com a entrada em vigor da Concordata ficam revogadas todas as leis, regulamentos e disposições vigentes na República Portuguesa, em quanto contradigam o disposto na mesma Concordata<sup>1600</sup>.

Na Concordata espanhola, a doutrina deste artigo constará nos seguintes termos (artigo 35º):

A Santa Sé e o Governo espanhol procederão de comum acordo na resolução das dúvidas ou dificuldades que puderem surgir na interpretação ou aplicação de qualquer cláusula da presente Concordata, inspirando-se para isso nos princípios que a informam.

Este último trecho deixa, no entanto, menos liberdade ao Estado espanhol.

GP/PO – artigo 33º – A presente Concordata, cujos textos português e italiano farão igualmente fê, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução dependa da legislação interna complementar, em que só entrará em vigor com a vigência desta, vigência cujo início não poderá ultrapassar o prazo de dois meses sobre a ratificação.

TD – artigo 31º – A presente Concordata, cujos textos em língua portuguesa e em língua italiana farão igualmente fê, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução dependa da legislação interna complementar da República Portuguesa, em que entrará em vigor só com essa mesma legislação. A entrada em vigor desta não poderá deferir-se além do prazo de dois meses a contar da ratificação.

No relatório de recepção da Concordata, a Santa Sé manifestar a sua preocupação pelo facto de lhe parecer que essa «legislação interna complementar» será feita sem a intervenção da Santa Sé. E acrescenta-se:

Certamente o actual Governo português, cuja recta intenção é bem visível, se propõe redigir tal legislação em harmonia com a Concordata e em execução desta, mas entende-se que isso deve ser expressamente afirmado no acordo. Esta intenção surgirá claramente se, depois da palavra: «... instrumentos de ratificação», se puser um ponto final, ou ao menos completar o artigo com uma alínea semelhante ao parágrafo 3 do art. 45 da Concordata com a Itália: Para se prover à execução da presente Concordata será nomeada, logo depois da assinatura da mesma, uma comissão composta por pessoas designadas por ambas as partes<sup>1601</sup>.

---

<sup>1600</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

<sup>1601</sup> Esta Comissão era presidida por Alfredo Rocco (1875-1935), professor universitário, político e jurista italiano, que foi ministro da Justiça de 1925 a 1932.

Como testemunha Antonio Colonna a 16 de Setembro de 1937, «Monsenhor Ciriaci não achou bem incluir no projecto um artigo que prevê a instituição de uma Comissão para a Execução da Concordata» e, tendo os cardeais deixado que a decisão fosse tomada livremente, «será melhor não insistir»<sup>1602</sup>. Contudo, o Cardeal Pacelli, a 20 de Setembro de 1937, comunica ao núncio que, afinal, era vontade dos cardeais da Sagrada Congregação incluírem na Concordata uma disposição análoga à italiana, «tanto mais que nas modificações propostas no Art. 6 [bens] se prevê disposições a tomar de comum acordo com a autoridade eclesiástica portuguesa e o Governo»<sup>1603</sup>.

Deste modo, a 21 de Outubro de 1937 vai ser proposta uma redacção distinta da que fora sugerida no projecto do Governo:

A presente Concordata, cujos textos português e italiano farão igualmente fé, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação.

Para preparar a execução da presente Concordata será nomeada, logo a seguir à assinatura da mesma, uma Comissão composta por pessoas designadas por ambas as Altas Partes<sup>1604</sup>.

Nas suas notas aos aditamentos da Santa Sé, Mário de Figueiredo escreve: «O texto governamental deve manter-se»<sup>1605</sup>. Na conferência que o mesmo tem com o núncio a 23 de Outubro, este elucida-o acerca das razões da Santa Sé:

Observou que a razão da modificação estava em não parecer de admitir que a execução da Concordata ficasse dependente de normas que viriam a ser estabelecidas só por uma das partes contratantes.

Ao meu esclarecimento de que isso era sempre assim, o que não significava que Portugal negasse os seus deveres internacionais, porque se na lei interna os contrafizesse, ficava internacionalmente responsável, fez uma resistência discreta.

Apareceu o caso de Itália; houve que reconhecer que não tinha analogia. Era talvez conveniente fazer acompanhar o texto de uma explicação que dissesse fundamentalmente o que eu lhe disse e que acima deixo resumido<sup>1606</sup>.

O Governo, a 11 de Maio de 1938, explicará à Santa Sé que o texto governamental oferece mais garantias a ambas as partes:

---

<sup>1602</sup> Ofício nº 1689. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 150.

<sup>1603</sup> Anexo ao Ofício nº 3664/37. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 152-157.

<sup>1604</sup> «7ª Fórmula – Emendas ou aditamentos da Santa Sé (21-X-1937)». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 312-316).

<sup>1605</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1606</sup> «Conferência do Doutor Mário de Figueiredo com o Núncio: esclarecimentos acerca das alterações propostas pela Santa Sé ao projecto de Concordata, apresentadas em 21-X-1937». AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1); AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 319-332); Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

No texto proposto, uma de duas: ou se deixa a vigência da Concordata pendente de acordo ulterior, ou se estabelece o princípio de que as medidas de execução (direito interno) hão-de ser fixadas por acordo. Mas se as medidas de execução em Portugal das obrigações internacionais hão-de ser estabelecidas pelo direito interno, é claro que só ao Estado português cabe estabelecê-las.

E como se obriga a estabelecê-las dentro de prazo certo, não se vê que possa furtar-se-lhe, a não ser que falte aos seus compromissos; e crê-se que não há motivos para desconfiança<sup>1607</sup>.

Num relatório dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários diz-se que «a Comissão não é desejada para constranger o Governo a regulamentar a Concordata, mas para o ajudar», razão pela qual se entende que é necessário insistir no seu estabelecimento junto do Governo português<sup>1608</sup>.

A 21 de Novembro de 1939, a Nunciatura propõe uma redacção, que deixará cair a ideia da comissão mista e acabará por ser aceite pelo Governo português.

A presente Concordata, cujos textos em língua portuguesa e em língua italiana farão igualmente fé, será ratificada e entrará em vigor logo que sejam trocados os instrumentos de ratificação, salvo na parte cuja execução dependa da legislação interna complementar da República Portuguesa, em que entrará em vigor só com essa mesma legislação. A entrada em vigor desta não poderá deferir-se além do prazo de dois meses a contar sobre a ratificação<sup>1609</sup>.

As citações das muitas concordatas celebradas no período de entre-guerras demonstram claramente que a Concordata portuguesa é bem menos generosa em concessões. Tal situação deve-se à posição de quase irredutibilidade das autoridades portuguesas – à de Oliveira Salazar, em concreto, provavelmente em consonância doutrinal com Mário de Figueiredo. Da Concordata portuguesa, ao contrário de muitas outras, ficam de fora os feriados e os dias festivos, o reconhecimento dos títulos académicos pontifícios, o reconhecimento da Acção Católica, o não reconhecimento de que a maior parte da nação católica professava o catolicismo, entre muitos outros aspectos. A Santa Sé, com excepção do da interdição do divórcio para os casados catolicamente cede, praticamente, a todas as pretensões do Governo português.

---

<sup>1607</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1608</sup> Relatório de autor não identificado, datado de 9 de Julho de 1938. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fls. 105 e ss.

<sup>1609</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 777-788).

## CONCLUSÃO

### 1 AS CONCORDATAS E OS REGIMES POLÍTICOS

Há quem afirme que a Santa Sé tinha, durante o período de entre-guerras, «uma certa simpatia totalitária», apreciando «a autoridade e a centralização» e julgando, assim, positivamente certos regimes, como o de Oliveira Salazar<sup>1610</sup>, enquadrando-se ainda a Concordata portuguesa no «modelo totalitário de concordatas» de entre-guerras<sup>1611</sup>. Ora, ter apreço por Salazar ou pelo salazarismo não é o mesmo que ter «simpatia totalitária». Aliás, como vimos, por vezes a Santa Sé constatava que o Estado português resvalava para o totalitarismo, manifestando apreensão por tal tendência. O facto de o tratado português ter durado até 2004 é, por si só uma circunstância que põe em a causa o argumento de que a Concordata portuguesa se enquadra no modelo «totalitário» de concordata, pois, não fora o ensino e as isenções fiscais e prevaleceria ainda entre nós esse modelo «totalitário» de Concordata.

Existe um grande consenso em considerar o movimento concordatário como uma tentativa de salvar a todo o custo as liberdades da Igreja Católica. Esta adquire um estatuto jurídico renovado, por via do Direito Internacional (arredada da vulnerabilidade do direito interno e dos poderes políticos), e os meios (jurídicos, mas também logísticos e financeiros) que lhe permitem ampliar significativamente a sua liberdade de acção, chamando o Estado a colaborar na disseminação da sua doutrina. Nesse contexto, faz sentido a afirmação de membros da Igreja: «teríamos negociado com o diabo se isso tivesse sido útil»<sup>1612</sup>.

A ideia de que o avanço do comunismo está associado à proliferação das concordatas é também partilhada por vários autores, lembrando alguns que Mussolini, Salazar, Hitler e Franco serviram de barreira contra o inimigo maior, «o perigo vermelho»<sup>1613</sup>. Aliás, as fontes documentais portuguesas confirmam-no. A título de exemplo, numa carta de Trindade Coelho datada de 31 de Dezembro de 1933, dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, a propósito da vinda de Monsenhor Ciriaci para a Nunciatura de Lisboa, o diplomata afirma:

---

<sup>1610</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 100.

<sup>1611</sup> Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires» p. 101-102.

<sup>1612</sup> Citado em Francesco Margiotta-Broglio, «Les politiques concordataires», p. 101-102

<sup>1613</sup> Ver Jean-Marie Mayeur, «Les Églises et les Relations Internationales. II. L'Église Catholique», p. 318-319.

A Nunciatura de Lisboa representa uma promoção. E, mais tarde, o chapéu cardinalício. Mas representa para o Pontífice, agora e sobretudo, uma espécie de morro de vigia do bolchevismo ibérico, que hora a hora o preocupa [...] e no qual deseja ter alguém de sua absoluta e íntima confiança<sup>1614</sup>.

A este respeito, relativamente a Espanha, Guy Hermet dirá que, ao aceitar celebrar uma concordata, «a Santa Sé, sob todas as aparências, opta por privilegiar a sua estratégia global anticomunista e ignorar os aspectos incómodos da ideologia político-religiosa do regime de Franco»<sup>1615</sup>. Esse mesmo argumento justifica que a Santa Sé tenha estabelecido este tipo de acordos com Estados de tradições político-religiosas diversas – autoritários, totalitários e liberais –, o que significa que a assinatura de concordatas não se traduzia na preferência por um determinado regime político. Era, aliás, Pio XI que considerava não estar a Igreja limitada a qualquer forma de governo, «desde que os direitos divinos de Deus e das consciências cristãs estejam salvaguardados»<sup>1616</sup>. De resto, o mesmo afirmava Cerejeira, numa carta pastoral de Novembro de 1945: «a Igreja está acima e fora das políticas concretas dos regimes, sistemas, governos, partidos, programas, pessoas – enquanto este que estes respeitem a liberdade da Igreja e os princípios fundamentais da ordem moral, social e política (que, fundados na própria natureza humana, o Cristianismo consagra e restaura, e as grandes Encíclicas e alocuções dos últimos Papas têm luminosamente defendido»<sup>1617</sup>.

Porém, esta indiferença da Santa Sé quanto à natureza do regime, com o intuito de defender e garantir a liberdade da Igreja, teve efeitos perversos. A Igreja foi acusada de se associar a regimes autoritários e totalitários, com os quais, aliás, a Santa Sé tinha mais facilidade em chegar a acordo, já que os mesmos não suportavam a pluralidade de opinião e não sofriam do anticlericalismo que caracterizava alguns dos Estados democráticos<sup>1618</sup>. O recuo do sistema constitucional e parlamentar no primeiro pós-guerra pode, assim, ter facilitado as negociações das concordatas – sem parlamentos não há fiscalização política e com censura não há debate de ideias.

Assim, a troca da sua liberdade de acção – garantida pelo Direito Internacional – a Igreja acaba, de alguma forma, por se «aliar» aos governos autoritários. Se houve alguns

---

<sup>1614</sup> AHD-MNE, Relações Políticas com a Santa Sé, 3P, A11, M 329.

<sup>1615</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste*, p. 211.

<sup>1616</sup> Citado em Frank J. Coppa, «The Vatican and the dictators between diplomacy and morality». In *Catholics, the State, and the European Radical Right, 1919-1945*, ed. Richard J. Wolff; Jörg K. Hoensch. New Jersey: Atlantic Research and Publications, 1987, p. 204.

<sup>1617</sup> Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras Pastorais*, vol. 3. Lisboa: União Gráfica, 1947, p. 86

<sup>1618</sup> Frank J. Coppa, «Mussolini and the Concordat of 1929», p. 82.

conflitos, não se conhecem rupturas, porque «a Igreja prefere aceitar a protecção de um Estado autoritário do que jogar um papel activo na política e na sociedade»<sup>1619</sup>.

As concordatas italiana, portuguesa e espanhola, embora com diferenças assinaláveis, possuem estruturas e conteúdos idênticos. Os regimes que as promoveram – o fascismo, o salazarismo e o franquismo – apresentam, sem dúvida, aspectos em comum. Tal como a Igreja Católica, partilhavam vários inimigos, entre os quais o liberalismo, a Maçonaria e o socialismo; defendiam o respeito pela hierarquia e pela ordem; todos eles, no mínimo regimes autoritários, tinham lideranças fortes. O fascismo, o salazarismo e o franquismo eram regimes de Estados com uma larguíssima maioria de católicos, que abraçaram a reforma tridentina e nos quais a influência da Igreja Católica era dominante, delegando até muito tarde nesta instituição o registo civil obrigatório e assumindo a indissolubilidade do casamento católico. Os Estados da Europa do Sul, embora com populações predominantemente católicas, encontravam-se divididos por conflitos entre a Igreja e o Estado, sendo que, para subsistirem, os governos não podiam ignorar o papel da Igreja na construção da paz interna. Todos os líderes dos regimes autoritários usaram os acordos para engrandecer o poder e prestígio dos seus próprios regimes, quer interna, quer externamente.

Não é, assim, descabido afirmar que a Santa Sé de alguma forma avalizou, pelo menos numa primeira fase, a onda fascizante que então percorria a Europa. Por um lado, as concordatas ajudaram os ditadores a perpetuar os seus regimes – os novos regimes precisavam de legitimidade – e uma das condições para a assinatura de algumas delas, como a portuguesa, a italiana e a alemã, foi a privação do direito dos católicos se organizarem politicamente. Em Portugal, a dissolução do Centro Católico foi uma das vantagens oferecidas ao Governo a troco da Concordata<sup>1620</sup>, que pretendia satisfazer os católicos portugueses, afirmando a restauração da tradição espiritual cristã, ainda que numa fórmula que se afastasse das do «passado, nem todas dignas de veneração e respeito»<sup>1621</sup>. Já antes, o Partido Popular Italiano se dissolvera (1926) em face das pressões do Papado, que o considerava um entrave à resolução da Questão Romana e ao estabelecimento de uma Concordata com Mussolini.

---

<sup>1619</sup> Tom Gallagher, «Portugal», p. 129.

<sup>1620</sup> «Anotações [de Salazar] ao documento entregue pelo Núncio Apostólico em 9 de Setembro de 1938». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 573-589). O mesmo documento, manuscrito e assinado por Salazar, nos fôlios 503-572. Ver também projecto de Concordata entre a Santa Sé e Portugal pelo punho de Cerejeira – 1.<sup>a</sup> Fórmula. ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 4-13).

<sup>1621</sup> *Apontamento entregue aos directores dos jornais na reunião em São Bento de 7 de Maio de 1940*. Texto do punho de Salazar, intitulado «Sentido e oportunidade da Concordata». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 1109-1112).

Também Hitler, a troco da concordata, exigiu a dissolução do Partido do Centro alemão<sup>1622</sup> – «Hitler tinha consciência de que um confronto com a Igreja Católica na Alemanha seria desastroso, por isso aproveitou-se, vendo na Concordata, [...], uma oportunidade para garantir a retirada voluntária do catolicismo político com o qual não queria estabelecer confrontos»<sup>1623</sup>.

Veja-se o que a este respeito diz *A União*, jornal do Centro Católico português:

«Combatendo pelo bem da sociedade alemã e pelas justas aspirações dos católicos, o Centro foi um elemento de progresso e de paz e alcançou pela sua morte, uma das mais retumbantes vitórias para a Igreja: a Concordata.

[...]

O Chanceler [Hitler] conseguiu pela celebração da Concordata acabar com um organismo que lhe poderia ser incómodo, e a Igreja pelo sacrifício do Centro, obteve dos poderes públicos da Alemanha o reconhecimento dos seus direitos fundamentais<sup>1624</sup>.

Note-se que o fim destes partidos de inspiração cristã se coaduna, de certo modo, com o pensamento de Pio XI, o qual desconfiava da interferência da Igreja no mundo secular e preferia preservar a posição do catolicismo no Estado e na sociedade através de concordatas, considerando, muito provavelmente, que «nenhum partido, católico ou outro, podia conceder à Igreja aquilo que os regimes fascistas ou fascizantes concederam»<sup>1625</sup>. Convicto de que a política da Igreja haveria de ser feita através da Acção Católica, Pio XI não contava que daí para a frente surgissem os problemas com esta organização a que fizemos referência: os Estados português, italiano e alemão não podiam permitir que os partidos católicos continuassem a subsistir sob a forma de associações católicas.

Renzo De Felice faz afirmações a respeito do regime de Mussolini que se aplicam, com as devidas distâncias, ao salazarismo: a de que a Concordata permitiu ao fascismo assumir-se enquanto representante dos católicos italianos, de modo a tornar desnecessária a mediação política do Partido Popular Italiano e outras formações políticas católicas, e a fazer crer que a política de Mussolini tinha, de certo modo, o aval da Santa Sé<sup>1626</sup>. Relembre-se a carta que Dinis da Fonseca escreve a Salazar, aquando da formação do seu primeiro Governo, na qual quase o ameaça com a retirada do apoio dos católicos, pelo facto de ter escolhido Manuel Rodrigues Júnior para seu ministro da Justiça. Relembre-se também que o mesmo

---

<sup>1622</sup> John K. Zeender, «Introduction». In *Controversial Concordats*, p. 23.

<sup>1623</sup> Rosa Dionizio Nunes, *Das relações da Igreja com o Estado*, p. 187.

<sup>1624</sup> *A União*, Outubro de 1933, p. 153.

<sup>1625</sup> Frank J. Coppa, «Mussolini and the Concordat of 1929», p. 100.

<sup>1626</sup> Renzo De Felice, *Mussolini il fascista*, p. 384.



Dinis da Fonseca vai, no final das negociações concordatárias, ser encarregado de redigir o esboço do texto que Oliveira Salazar irá entregar aos jornalistas em Abril desse ano, intitulado *Sentido e oportunidade da Concordata*, sendo ainda incumbido de tratar confidencialmente das provas tipográficas dos acordos.

A assinatura de concordatas viria remover as dúvidas que a população católica – incluindo a alta hierarquia da Igreja – tinha quanto a esses regimes (mesmo quando se afirmavam de matriz católica), alargando o consenso social em seu torno. A religião surge então enquanto factor de unidade<sup>1627</sup>. Quanto à Itália, diz Renzo De Felice, foi no momento em que se assinaram os Acordos de Latrão que o regime se pode «considerar não só delineado mas substancialmente realizado em todos os seus elementos, em todas as suas estruturas essenciais»<sup>1628</sup>.

Sendo assim, não é estranho que alguns autores considerem existir uma relação ideológica entre o catolicismo de entre-guerras e o fascismo, tanto mais que não há memória de ter sido celebrada uma Concordata com um regime comunista, embora após o segundo conflito mundial algumas democracias populares – como a Checoslováquia e a Jugoslávia – tivessem procurado também, por iniciativa própria, reger as suas relações com a Santa Sé com base neste tipo de convenções<sup>1629</sup>. Porém, não foram celebradas concordatas com estes regimes talvez porque os mesmos se assumiam publicamente como ateus e anticlericais, enquanto Hitler e Mussolini, embora não crentes, diziam-se, até à assinatura das respectivas concordatas, defensores do catolicismo<sup>1630</sup>. Tal não significa que não exista uma oposição entre o fascismo e o catolicismo: «o fascismo, doutrina totalitária, pretende inspirar todos os aspectos da vida do homem, incluindo a vida moral. O catolicismo aspira à mesma direcção moral. Há uma incompatibilidade que se manifesta discretamente desde os princípios do regime, mas que é longamente ocultada pela vontade recíproca de liquidar o conflito temporal»<sup>1631</sup>. Com os Acordos de Latrão, «Mussolini transformou-se no homem da Providência que foi capaz de desatar o nó górdio que desde há sessenta anos impedia a

---

<sup>1627</sup> Frank J. Coppa, «Mussolini and the Concordat of 1929», p. 123. Ver também Renzo De Felice, *Mussolini il fascista. L'organizzazione dello Stato fascista*, vol. 2. Turim: Giulio Einaudi, 1996, p. 383.

<sup>1628</sup> Renzo De Felice, *Mussolini il fascista*, p. 383.

<sup>1629</sup> Jean Salomon, *La Politique Concordataire des États depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale*, p. 38-48.

<sup>1630</sup> Nem sempre foi assim. De acordo com Pierre Milza e Serge Berstein, «o programa do primeiro fascismo previa o confisco de todos os bens das congregações religiosas e a abolição de todos os rendimentos episcopais». Mas, paulatinamente, o fascismo vai-se aproximando da direita conservadora. Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien. 1919-1945*, p. 259-260.

<sup>1631</sup> Pierre Milza e Serge Berstein, *Le fascisme italien*, p. 257.

completa realização, mesmo sobre o terreno moral, da unidade nacional»<sup>1632</sup>. Mas, uma vez resolvida a Questão Romana, a tensão ideológica agrava-se, a propósito por exemplo do problema da juventude, sobretudo quando, depois de 1936, o fascismo alinha as suas posições com as da Alemanha nacional-socialista»<sup>1633</sup>.

Nos países concordatários referidos configuram-se diferentes relacionamentos entre a Igreja e o Estado, independentemente das similitudes do modelo de concordata e, como se demonstrou, de se tratar de regimes substancialmente distintos. Sílvio Ferrari dirá a este propósito que «a escolha concordatária não deve ser considerada em primeiro lugar como dependente de um regime político determinado, mas deve ser situada no contexto da “negociação” jurídica entre o Estado e os grupos sociais organizados que caracterizam a organização social contemporânea: é uma outra manifestação de poder dos grupos organizados face ao Estado»<sup>1634</sup>. Neste caso, os católicos. Ora, tal afirmação parece aplicar-se bem à realidade portuguesa.

Sublinhe-se que a Concordata portuguesa foi também buscar inspiração à Constituição brasileira de 1934, publicada sob o governo de Getúlio Vargas. Na verdade, esta Constituição consagra algumas normas que se encontram em sintonia com o Direito Canónico – a indissolubilidade do casamento (inclusivamente do civil) - e concede outros privilégios à Igreja, como o ensino católico nas escolas públicas, ainda que optativo. Partindo deste exemplo, é possível afirmar que todos os problemas concertados por meio de concordatas poderiam ser resolvidos por via do direito interno. Aliás, uma das razões apontadas para a Concordata portuguesa ser tão parca em concessões foi o facto de muito já ter sido feito a favor da Igreja através da legislação interna. Contudo, sem quaisquer garantias de Direito Internacional - o que, como se viu, faz toda a diferença.

## 2 AS CONCORDATAS NUMA PERSPECTIVA COMPARADA

Embora em Itália e em Portugal a unidade dos católicos tenha sido obtida também através de concordatas, há uma diferença assinalável. Como diz De Felice, os Acordos de Latrão criaram certos canais e organizações que permitiram a formação de uma classe

---

<sup>1632</sup> Renzo De Felice, *Mussolini il fascista*, p. 383.

<sup>1633</sup> Pierre Milza e Serge Bernstein, *Le fascisme italien*, p. 257.

<sup>1634</sup> Sílvio Ferrari, «Les pays de tradition concordataire exclusive». In Brigitte Basdevant-Gaudemet e Francis Messner, *Les origines historiques du statut des confessions religieuses dans les pays de l'union européenne*. Paris: PUF, 1999, p. 150.

dirigente que, após a queda do fascismo, foi capaz de reunir nas suas próprias mãos a liderança do país e tornou possível, ao inserir os católicos na vida do país, a colaboração entre estes e os fascistas moderados, que impediram a criação de «um forte centro-direita laico e provavelmente anticlerical»<sup>1635</sup>. Em Espanha, por sua vez, como diz o embaixador de França em Madrid, «as concessões que o Caudilho fez a Roma contêm, pelos poderes exorbitantes concedidos à Igreja, os germes [...] duma mutação do regime ou, pelo menos, os seus alicerces»<sup>1636</sup>. Ora, tudo isso é diferente do que ocorreu em Portugal. Eram substancialmente menores as garantias de apoio financeiro concedidas pela Concordata de 1940 e a Acção Católica não foi considerada no tratado. Tais circunstâncias podem ter dificultado a organização política dos católicos e influenciado o seu desempenho na transição para a democracia.

Como diz Paul Jesús A. Martínez, referindo-se à Concordata espanhola de 1953, trata-se aqui «de uma questão simbólica e de uma consolidação formal de um conjunto de relações de facto tecidas desde as origens do regime»<sup>1637</sup>. Nesse sentido, «para serem atractivos e para ganhar influência, os actores estatais têm de oferecer alguma coisa. Isto pode ser recursos – informação, subsídios ou poder político – e pode ser também um quadro de significados que vai para além de interesses estatais particulares. Se os interesses entre os Estados e os actores transnacionais coincidirem, a cooperação pode ser levada a cabo abertamente, como livres coligações de interesse»<sup>1638</sup>. Em Espanha, o estatuto privilegiado da Igreja era um facto consumado antes da Concordata de 1953, que apenas concretizou juridicamente os privilégios, as isenções e os auxílios que aquela recebia. É por isso que se pode afirmar que «o significado da Concordata radica menos nos seus termos específicos do que nos seus efeitos políticos»<sup>1639</sup>. Esta constatação também é válida para o Estado Novo, embora com implicações mais visíveis na política interna do que na política externa. Efectivamente, grande parte das matérias concordatárias já estava, ao menos de forma aproximada, regulada pela lei interna. É esta situação que leva o Cardeal Patriarca a afirmar, opinião, aliás, partilhada pelo nuncio: «O Estado Português quase pode dizer que fez uma Concordata sem dar (...). A maior

---

<sup>1635</sup> Renzo De Felice, *Mussolini il fascista*, p. 383

<sup>1636</sup> Relatório datado de 24 de Julho de 1953. Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1945-1955, Espagne, 63, vol. 143, fl. 58.

<sup>1637</sup> Jesús A. Martínez (coord.), *História de España. Siglo XX. 1939-1996*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, p. 93.

<sup>1638</sup> Peter Hägel e Pauline Peretz, «States and Transnational Actors: Who's Influencing Whom? A Case Study in Jewish Diaspora Politics during the Cold War», p. 471.

<sup>1639</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España (1875-2002)*, p. 319.

parte dos artigos da Concordata são já, explícita ou implicitamente, lei portuguesa». À margem Salazar comentou: «porque já se deu»<sup>1640</sup>.

Veja-se, por exemplo, a solução adoptada na questão dos bens:

O bem conhecido estilo administrativo do então Chefe do Governo levou-o a condicionar, de imediato, as negociações para a Concordata de não restituição ou indemnização dos bens usurpados pela Lei da Separação, com excepção daqueles que, não tendo sido vendidos ou afectos a serviços públicos, estavam nas mãos do Estado ou Autarquias, quase sempre por inaproveitáveis ou em ruínas.

Alegou-se então que poderia considerar-se indemnização supletiva a ajuda financeira concedida às missões portuguesas. A Igreja, embora consciente da injustiça, condescendeu. Para ela vale mais a paz e harmonia do que qualquer benesse material.

Mas a troca serviu só para uma justificação aparente, pois aquela ajuda, embora útil à Igreja, foi sempre modesta e beneficiou altamente o Estado<sup>1641</sup>.

Porém, é preciso não esquecer que existem pelo menos três inovações assinaláveis: primeira, a proibição do divórcio para os católicos e as subsequentes modalidades distintas de casamento – o civil e o canónico (ainda que essa novidade apareça no projecto do padre António Durão, no qual não se reconhece qualquer influência de Oliveira Salazar); segunda, os artigos relativos à organização eclesiástica do Ultramar (estatização/nacionalização das missões); terceira, o não reconhecimento da Acção Católica – esta última característica da Concordata de Salazar mostra bem como a história da Alemanha nazi e da Itália fascista marcam muito significativamente o desenrolar das negociações. Note-se, contudo, que a Acção Católica foi excluída da Concordata por iniciativa da Santa Sé (ainda que para tanto tenha sido pressionada pelo Governo português).

Uma outra particularidade do regime português é a obsessão legalista do Presidente do Conselho com o respeito pela Constituição, tanto do ponto de vista doutrinário, como do ponto de vista formal. Não cremos que tal tenha paralelo nos regimes que vimos analisando.

Constata-se também que o salazarismo e o franquismo são claramente distintos dos regimes de Mussolini e Hitler num outro aspecto. Estes dois líderes simbolizavam para muitos católicos e protestantes o que alguns eclesiásticos começaram a denominar o «novo paganismo»<sup>1642</sup>. Ao contrário, «Franco era um homem verdadeiramente religioso, que se

---

<sup>1640</sup> «Observações ao Projecto de Concordata da autoria do Cardeal Cerejeira». ANTT, AOS/CO/NE -29A, pasta 8, fl. 391, s.d.

<sup>1641</sup> Eurico Dias Nogueira, «Actividade Missionária na Concordata», p. 319-320.

<sup>1642</sup> Edward Malefakis, «La dictadura de Franco en una perspectiva comparada». In *Franquismo. El juicio de la historia*, p. 32-33.

sentiu esmagado quando a Igreja começou a colocar-se contra ele nos anos setenta»<sup>1643</sup>; Salazar também o era, embora não se consiga imaginá-lo «esmagado» pelas «traições» de alguns sectores do clero e dos católicos progressistas.

Mas a Concordata portuguesa, como disse Cerejeira, é a que menos beneficia a Igreja. Em Portugal, os privilégios concedidos não foram tão extensos como noutros lugares e algumas leis da República não foram revogadas: o ensino religioso nas escolas permanecia, de certo modo, facultativo, o casamento e o divórcio civil mantinham-se e parte dos bens da Igreja, que fora nacionalizada em 1910, continuava propriedade do Estado. Ora, se se atender à formação católica de Oliveira Salazar, contrapondo-a com o ateísmo de Mussolini, que no seu programa fascista de 1919 previa o confisco da propriedade da Igreja, a abolição dos privilégios da religião católica e a erradicação da influência católica do Estado<sup>1644</sup>, tudo indica que estamos perante um aparente contra-senso.

Talvez a explicação para este paradoxo resida também no facto de a celebração destas concordatas ocorrer em diferentes estádios da história dos regimes. Mussolini negociou com a Igreja a sua tomada de poder: em 1922, antes de formar governo, procurou o Cardeal Gasparri, Secretário de Estado do Vaticano, fazendo-lhe saber que daria prioridade à resolução da Questão Romana. Quando o rei Victor Emmanuel nomeou Mussolini chefe do Governo, no final do mês de Outubro de 1922, o Vaticano abriu conversações com o *Duce*. O ateu Mussolini logo considerou prejudicial para ambas as partes o conflito entre o Estado italiano e a Igreja Católica. O facto de o Duce fechar o seu primeiro discurso no Parlamento invocando a ajuda de Deus e de ter restaurado o crucifixo nas salas de aulas e nos tribunais constituía um sinal positivo para o Papa. Em 1923, o Partido Popular manifesta-se em congresso contra o fascismo e abandona o gabinete de Mussolini. O líder do Partido Popular, Luigi Sturzo, é acusado pela Cúria de lhe causar problemas e resigna (embora acabe refugiado no Vaticano). Durante a crise Matteotti, deputado socialista assassinado por milícias fascistas em 1924, momento em que o líder fascista foi condenado por várias forças no país, Mussolini recebe o apoio da Igreja, nomeadamente através da reprovção de uma coligação do Partido Popular Italiano com o partido de Matteotti. Alguns autores têm sugerido que Mussolini sobreviveu à crise Matteotti em grande parte devido a esse apoio da Igreja, a qual temia mais a revolução e a desordem doméstica do que os abusos do fascismo. Em 1926, o Partido Popular Italiano, e os outros partidos democráticos e anti-fascistas são dissolvidos, e em 1929,

---

<sup>1643</sup> Edward Malefakis, «La dictadura de Franco en una perspectiva comparada», p. 33.

<sup>1644</sup> Frank J. Coppa, «Mussolini and the Concordat of 1929», p. 88.

a troca da assinatura dos Acordos de Latrão concluídos em Fevereiro desse ano, os católicos italianos foram instruídos através da Acção Católica a votarem na lista única fascista no plebiscito do mês seguinte. Esta é provavelmente uma das razões que levou o ateu Mussolini a ir mais longe do que o católico Salazar. Depois, como afirma Arturo Jemolo, «consolidado internamente, aspirando à política mundial, o regime tem a intuição de dever conquistar o apoio do Vaticano, a simpatia do episcopado e dos partidos católicos de todo o mundo»<sup>1645</sup>.

Quanto a Salazar, foi a Ditadura Militar que o chamou a colaborar no Executivo, mais por ser um especialista de renome em finanças do que por ser um católico de prestígio, tendo preferido ser mais reservado na Concordata e agir no domínio interno ou informal. O apoio que deu à Igreja parece ter estado sempre subordinado, por um lado, à sua visão autocrática de um poder livre de quaisquer constrangimentos políticos e, por outro, à lógica que marca a sua ascensão e permanência no poder: o equilíbrio das forças em presença, embora nos pareça que as sobrestimou, como se pode ver pela quase ausência de contestação que a Concordata suscitou no momento em que foi celebrada – e, reconheça-se, até finais do Século XX. No entanto, não se pode ignorar que o consenso decorreu, em parte, de circunstâncias imponderáveis que viriam a favorecer a assinatura da Concordata, como o diz o ministro da Legação italiana em Lisboa:

As circunstâncias do momento favoreceram a apresentação da Concordata à opinião pública portuguesa. Enquanto o partido católico deu livre curso à sua alegria, os que em circunstâncias normais seriam irredutivelmente hostis estavam distraídos pelas circunstâncias internacionais e também limitados por certas preocupações políticas para com o Pontífice. De tal modo que a Concordata foi rapidamente enquadrada no sistema do Estado Novo português sem dar lugar a incidentes ou controvérsias<sup>1646</sup>.

Embora concedendo largos benefícios à Igreja, Oliveira Salazar preferia mantê-la fora da esfera de intervenção político-institucional, o que é bem visível na recusa em transformar a religião católica em religião de Estado – como acontecera em Itália e viria a acontecer em Espanha –, em invocar sequer o nome de Deus na Constituição e em proceder ao reconhecimento jurídico da Acção Católica, o que é tanto mais interessante quanto a historiografia contemporânea sustenta que a política concordatária de Pio XI se justifica, em parte, pela vontade de assegurar a liberdade de acção da Acção Católica<sup>1647</sup>, espaço de

---

<sup>1645</sup> Arturo Carlo Jemolo, *Chiesa e Stato in Italia*, p. 226.

<sup>1646</sup> Ministero degli Affari Esteri (Roma). *Affari Politici, 1931-1945*. Santa Sede. Busta 52 (1941), Relazioni tra la Santa Sede. Portogallo.

<sup>1647</sup> Jean-Marie Mayeur, «Trois Papes: Benoît XV, Pie XI, Pie XII». In *Histoire du Christianisme*, p. 23.

autonomia da Igreja nos regimes autoritários<sup>1648</sup>. O texto concordatário exprime, de facto, um certo compromisso que, muito embora privilegie a Igreja no que se refere à isenção de impostos e lhe confira liberdade de acção, a responsabiliza pela manutenção financeira do seu património e da sua actividade. Oliveira Salazar sabia que o poder reivindicativo da Igreja estava diminuído, já que esta não dispunha de meios para intervir activamente e assim desenhar uma nova situação política depois da experiência dramática que tivera com a República<sup>1649</sup>. Para mais, à data da celebração da Concordata de 1940, Oliveira Salazar tinha já o seu poder consolidado, sendo aquela não mais do que o coroar do processo de estabilização do regime.

Ao contrário, o governo de Franco enfrentava graves dificuldades internas: a Guerra Civil criara fracturas na população (por exemplo, nos bascos e nos catalães), ainda que, sendo povo o espanhol maioritariamente católico, era difícil «considerar inimigo irredutível um governo a favor do qual a Santa Sé ordenava que fossem feitas preces públicas em todas as Igrejas do País»<sup>1650</sup>. Todavia, embora a Igreja Católica constituísse um factor de união, a Cúria Romana resistia a consagrar o reconhecimento do regime através de um tratado internacional, pois desconfiava da estabilidade política do franquismo<sup>1651</sup> e temia os seus paralelismos como os regimes fascista e nazi<sup>1652</sup>. A Santa Sé não ignorava que o regime tinha abolido as associações estudantis e os sindicatos operários e agrícolas católicos, razão pela qual temia «que pudesse emergir um Estado totalitário sob os auspícios da Falange Espanhola Tradicionalista e das JONS (FET)». Não deve ter contribuído positivamente para a relação entre as duas potências o facto de Ramón Serrano Suñer, influente ministro do Interior pró-falangista, «a quem o Vaticano já começava a considerar pró-alemão e partidário de uma organização política do país totalitária», ter declarado: «Foi o espírito católico que deu unidade ao nosso movimento, porém tal não significa dependência política relativamente a Roma. Não estamos dispostos a seguir os caprichos de Roma»<sup>1653</sup>. A derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial, dada a ligação de Franco com Hitler e Mussolini (aos quais devia,

---

<sup>1648</sup> António Matos Ferreira, «II. La Péninsule Ibérique». In *Histoire du Christianisme*, p. 408.

<sup>1649</sup> Tom Gallagher, «Portugal», p. 138.

<sup>1650</sup> Jean Salomon, *La Politique Concordataire des États depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale*, p. 30. Segundo o artigo 6º da Concordata espanhola, «os sacerdotes espanhóis elevariam preces diariamente pela Espanha e pelo chefe de Estado, segundo a fórmula tradicional e as prescrições da Sagrada Liturgia». A Comissão de Liturgia prescreveu como fórmula, para recitar nas missas, o seguinte: «Guarda o nosso chefe de Estado Francisco, o povo e o Exército e concede paz e prosperidade aos nossos dias». Archivo Central del Ministerio de Justicia (Madrid), Leg. 10092.

<sup>1651</sup> Archives Nationales de France – Philippe Pétain, AN. Série AG (Papiers des Chefs de l'État). 2AG 11. (PP 10). C. – Documentation relative à l'activité de l'Ambassade de France en Espagne.

<sup>1652</sup> José Giménez y Martínez de Carvajal no pref. à obra de Marquina Barrio, p. 16, 20-21, 23.

<sup>1653</sup> Cit. em William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España*, p. 304.

em larga medida, a sua vitória), levava ao isolamento internacional da Espanha. A França livre e a Grã-Bretanha tinham cortado relações diplomáticas com este país. Por seu turno, os Estados marxistas não esqueciam que a ditadura espanhola combatera ao lado do Eixo na frente de Leste, enquanto os Estados Unidos da América se mostravam desconfiados em relação ao regime de Franco<sup>1654</sup>, o qual pretendia a sua ajuda económica e militar, sendo que o aval da Santa Sé podia facilitar as negociações nesse sentido. Uma Concordata com a Santa Sé podia ainda impressionar favoravelmente os democratas-cristãos europeus e assegurar assim alguma respeitabilidade ao regime<sup>1655</sup>. Este isolamento da Espanha estava bem presente na mente do Vaticano, que agia com todas as cautelas – o embaixador de Espanha na Santa Sé, Castiella, afirma mesmo que Roma parecia fazer depender a assinatura da Concordata da assinatura do acordo norte-americano<sup>1656</sup>. A prudência do Vaticano fica expressa também na concessão a Franco da Ordem Suprema de Cristo (a mais alta distinção honorífica que não era atribuída há 14 anos e cuja concessão futura haveria de ser muito restrita), a moeda de troca para que a cerimónia da ratificação fosse reduzida a um carácter íntimo e privado. Certo é que este tratado só é concluído no momento em que assinar uma Concordata com a Espanha de Franco não lhe poderia causar graves dificuldades internacionais<sup>1657</sup>, para o que terá contribuído o agravamento da Guerra Fria, que justificava o anticomunismo romano, que «tinha levado a caminhos espinhosos nas suas relações com o Eixo»<sup>1658</sup>.

Acresce que o acordo de 1941 estabelecido entre o Estado espanhol e a Santa Sé constituía uma «mini-concordata»<sup>1659</sup>, e com ele a Santa Sé «já não teria nenhuma pressa na assinatura de uma Concordata que a poderia comprometer política e internacionalmente com um Regime que, por muito que se diga, nunca foi bem acolhido pelo Vaticano»<sup>1660</sup>. Além do referido acordo de 1941, que regulava a provisão dos bispos, a confessionalidade do Estado, o ensino nas escolas e universidades públicas ou privadas, a educação religiosa da juventude,

<sup>1654</sup> Giuliana Di Febo e Santos Juliá, *El Franquismo*. Barcelona: Paidós, 2005, p. 61-66.

<sup>1655</sup> Norman B. Cooper, «Catholicism and the Franco Regime», *Sage Research Papers in the Social Sciences*, vol. 3, series 90-019 (Contemporary European Series), Beverly Hills/London, Sage Publications, 1975, p. 15.

<sup>1656</sup> Javier Tussell, *Franco y los católicos. La política interior española entre 1945 y 1957*. Madrid: Alianza Editorial, 1984, p. 261.

<sup>1657</sup> Javier Tussell, *Franco y los católicos*, p. 277.

<sup>1658</sup> Javier Tussell, *Franco y los católicos*, p. 281. Ver também William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España (1875-2002)*, p. 318 e ss.

<sup>1659</sup> Reafirmação de quatro artigos da Concordata de 1851 (catolicidade do Estado, imunidade jurídica do clero e o reconhecimento do direito de controle da Igreja sobre o ensino, a imprensa e a edição), nomeação dos bispos, compromisso de ser negociada uma nova concordata – o que no entender de Guy Hermet «implica o reconhecimento da caducidade da Concordata de 1851 e o carácter provisório da convenção de 1941», o compromisso de o Estado não legislar sobre matérias mistas ou que interessem à Igreja sem o acordo prévio desta. Ver Guy Hermet, *Les catholiques dans l'Espagne franquiste*, p. 99-100.

<sup>1660</sup> Antonio Marquina Barrio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco*, p. 291.



etc., salientem-se um *motu proprio* restabelecendo o Tribunal da Rota de 7 de Abril de 1947 e os convénios assinados sobre a provisão de benefícios não consistoriais a 16 de Julho de 1946 (nomeação de cónegos, de professores dos seminários, etc.), os seminários e universidades de estudos eclesiásticos a 8 de Dezembro de 1946, a assistência religiosa às Forças Armadas a 5 de Agosto de 1950. Tentava-se, pois, evitar «o carácter formal e solene de um tal acto e [a Santa Sé] contentou-se com acordos parciais, formando o conjunto, não obstante, uma espécie de Concordata»<sup>1661</sup>. Efectivamente, a Santa Sé preferiu, antes e depois da guerra, ir negociando acordos parciais e assim limitar «o seu compromisso com o regime para evitar a sanção que implicaria a assinatura de uma Concordata. [...] uma semelhante identificação com a Espanha de Franco poderia constituir um dano para o poder de manobra diplomático da Santa Sé com as potências europeias, especialmente depois de eclodir a Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, o Vaticano sabia que a opinião católica internacional não fazia um juízo unânime sobre a ditadura espanhola»<sup>1662</sup>.

Só em 1948, por iniciativa do governo espanhol, tiveram início as negociações que irão levar à conclusão da Concordata<sup>1663</sup>. Franco estava empenhado em retirar do sucesso das negociações as devidas consequências no plano internacional. Como disse o ministro plenipotenciário da Legação francesa em Madrid, os diplomatas desse país estavam dispostos a fazer tudo para que os diversos *modus vivendi* em vigor fossem substituídos por uma verdadeira Concordata, ou mesmo que a Concordata de 1851 fosse restabelecida, pois tal constituiria para o governo de Franco «um sucesso considerável». Porém, «é precisamente este sucesso que a Santa Sé, hoje mais do que nunca [1946], se recusa a conceder ao Generalíssimo. As circunstâncias locais não tornam de forma alguma imperioso, ao contrário daquelas que motivaram a Concordata com Portugal, a conclusão de uma Concordata com a Espanha. [...] A assinatura de uma Concordata com uma personalidade assim tão comprometida como a de Franco seria um erro político»<sup>1664</sup>.

Tenha-se ainda em conta que, perante a necessidade do franquismo se utilizar da Igreja e de procurar ostentar a maior proximidade com o Vaticano, Roma bem podia exigir tudo o que estava ao seu alcance. Não era em troca de nada, ou de pouco, que a Santa Sé estava

---

<sup>1661</sup> Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1949-1955, Espagne, 141, p. 110.

<sup>1662</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España*, p. 304.

<sup>1663</sup> Quando era embaixador no Vaticano Joaquín Ruiz-Giménez e ministro dos Assuntos Exteriores Martín Artajo, ambos católicos conceituados, sendo o primeiro amigo pessoal do Cardeal Montini. Embora sejam conhecidas outras tentativas como aquela empreendida por M. Doussinague, director dos Assuntos Políticos do Ministério dos Assuntos Exteriores, em 1946.

<sup>1664</sup> Relatório de 6 de Fevereiro de 1946. Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1944-1949, Espagne, 63, fls. 49-50.

disposta a fazer o reconhecimento oficial do «nacional-catolicismo» franquista e a legitimar «a imagem confessional do regime no plano internacional»<sup>1665</sup>. Eis um extracto de uma conversa do embaixador de França no Vaticano, Wladimir d'Ormesson, com Monsenhor Tardini, Pró-Secretário de Estado e negociador da Concordata espanhola:

Com a malícia que lhe é própria, Monsenhor Tardini – que não dissimula a sua satisfação por ter concluído este grande trabalho – confiou-me que esta Concordata era “magnífica” (sic) e de tal modo favorável à Igreja a um ponto que só se poderia esperar de Espanha. “Ah! Ah!, observou o Pró-Secretário de Estado num tom um pouco gozão, “quando se declara que se é uma Nação e um Governo integralmente católicos e quando fazemos gala desta profissão de fé, tem de se ser coerente consigo próprio... Os actos devem ser conformes aos princípios proclamados”<sup>1666</sup>.

Deste modo, já podia o Vaticano abençoar a ligação existente entre a instituição eclesiástica espanhola e a ditadura franquista<sup>1667</sup>, actuando como o corolário da estabilização do regime.

Existia uma oposição de interesses entre Franco e a Santa Sé, o primeiro desejando «servir-se ao máximo da Igreja e preocupando-se em publicitar uma grande intimidade com o Vaticano», a segunda pretendendo «salvaguardar a independência da Igreja relativamente ao Estado e decidida a manter, em face do governo desacreditado de Franco, uma prudência reservada»<sup>1668</sup>. Tal não se verificou em Portugal e em Itália. A Concordata de 1953, ao contrário da portuguesa e da italiana, foi de enorme importância para a integração da Espanha na comunidade internacional pelas razões acima apontadas<sup>1669</sup>. A contrapartida da Igreja foi a concessão por parte do Estado de um papel «preeminente na educação e na moral social bem como o direito exclusivo de proselitizar como religião oficial do Estado»<sup>1670</sup>.

Ao contrário de Oliveira Salazar e de Mussolini, há quem afirme, talvez com algum exagero, que «Franco via a Igreja com um rei medieval, considerando-a como um agente legitimador do seu próprio carácter divino»<sup>1671</sup>. Enquanto o Estado italiano procurava, em certos aspectos, marginalizar a Igreja, o que em certa medida também pode ser extensível ao salazarismo, «Franco fez todo o possível para obter o seu apoio, e esta correspondeu

---

<sup>1665</sup> Giuliana Di Febo e Santos Juliá, *El Franquismo*, p. 58.

<sup>1666</sup> Relatório datado de 24 de Julho de 1953. Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1945-1955, Espagne, 63, vol. 143, fl. 58.

<sup>1667</sup> Guy Hermet, *Les catholiques dans l'Espagne franquiste*, p. 204.

<sup>1668</sup> Relatório de Bernard Hardion, encarregado de negócios de França junto da Santa Sé, datado de 25 de Julho de 1946. Archives Diplomatiques du Quai d'Orsay, Série Z, Europe, 1944-1949, Espagne, 63, fl. 101.

<sup>1669</sup> Ver José Giménez y Martínez de Carvajal no pref. à obra de Marquina Barrio, p. 21.

<sup>1670</sup> Paul Preston, *Franco*. Londres: Fontana Press, 1995, p. 620-621.

<sup>1671</sup> Paul Preston, *Franco*, p. 619.

associando-se intimamente com o seu regime durante muitos anos»<sup>1672</sup>. Assim, para regular as relações entre o Estado e a Igreja, Franco recuperou o modelo regalista do passado, isto é, o controlo da Igreja como o tiveram os Bourbons do século XVIII e os governos liberais do século XIX – a nomeação dos bispos era disto um ponto ilustrativo<sup>1673</sup>. O Caudilho «acreditava que o Estado espanhol devia estar firmemente identificado com a Igreja, a qual apoiaria do ponto de vista cultural, institucional e financeiro, ainda que sem permitir uma aberta influência do clero sobre o Governo»<sup>1674</sup>.

Outra diferença substancial entre a Concordata de Oliveira Salazar e a de Francisco Franco reside no facto de o primeiro ter negociado o acordo com a preocupação de o fazer durar, no que foi bem sucedido. Ao contrário, como afirma Gómez Pérez, a Concordata espanhola não foi capaz de prever a possibilidade de, no futuro, a Igreja e o Estado não se entenderem<sup>1675</sup>. Daí resulta ser de todas aquelas a que mais concessões faz à Igreja.

No *L'Osservatore Romano* sublinhava-se um aspecto que distingue também as concordatas portuguesa e italiana da Concordata espanhola: «A actual Concordata [espanhola] não encerra um período de tensão, mas reforça e estabiliza a situação na qual nasceu. A sua conclusão não era necessária nem urgente»<sup>1676</sup>. Quer dizer, em Espanha a Igreja tinha pouco ou nada a reclamar mas, em contrapartida, o Estado precisava da Concordata.

Uma das grandes singularidades da Concordata portuguesa, quando comparada com textos congéneres da época, foi conter as bases da organização missionária, que haveria de ser regulada pelo Acordo Missionário, tendo os dois documentos sido assinados em simultâneo. O Acordo Missionário, talvez a principal razão pela qual Salazar queria a Concordata, foi fundamental na sedimentação da soberania portuguesa nas colónias, uma ideia que se encontra num documento do próprio Presidente do Conselho: a Concordata constitui um «instrumento indispensável de correcção dos erros praticados e de defesa contra novos perigos que poderiam enfraquecer, com a nossa posse espiritual, o domínio da nossa legítima soberania». Quanto ao Padroado, constitui uma possibilidade de clarificar quais os direitos concedidos à Nação portuguesa, enquanto «o Estado Português nunca poderia por si só, sem o auxílio e favor da Santa Sé, realizar uma obra de organização e defesa eficaz da posse espiritual das nossas colónias exercida por portugueses, como era de interesse manifesto para

---

<sup>1672</sup> Edward Malefakis, «La dictadura de Franco en una perspectiva comparada», p. 37.

<sup>1673</sup> William J. Callahan, *La Iglesia Católica en España*, p. 293.

<sup>1674</sup> Stanley G. Payne, «La política». In *Franquismo. El juicio de la historia*, p. 237.

<sup>1675</sup> Rafael Gómez Pérez, *El Franquismo e la Iglesia*. Madrid: Ediciones Rialp, 1986, p. 66.

<sup>1676</sup> Citado num relatório dirigido ao ministro Giuseppe Pella, escrito de San Sebastian, a 3 de Setembro de 1953. Ministero degli Affari Esteri (Roma). *Affari Politici, 1950-1957*. Santa Sede – Uff<sup>o</sup> 7, Pacco 1667 – Spagna.

a nossa soberania». O chefe do Governo faz depois uma alusão à concorrência das missões protestantes – protegidas por acordos internacionais – e da Propaganda Fide – cuja acção não está coordenada com os esforços apostólicos portugueses, devido à falta de entendimento entre os dois poderes. A Concordata tem sobretudo repercussões internas; o Acordo Missionário tem mais efeitos externos. Salazar reforça esta ideia: «Se a Concordata na vida da metrópole depois das atitudes já tomadas tinha sobretudo o interesse dum coroamento lógico e indispensável duma obra de princípios em execução, no domínio colonial, a realização da Concordata e do Acordo Missionário em que vieram a traduzir-se os princípios de nacionalização do nosso apostolado missionário, tornara-se nacionalmente indispensável para a obra de defesa e ressurgimento em que andamos empenhados».<sup>1677</sup>

Resta referir dois aspectos que aproximam as concordatas italiana, portuguesa e espanhola: o envolvimento dos chefes do Executivo no processo negocial e o tempo que demoraram as negociações. Quanto ao primeiro, como vimos, todos os líderes estiveram directamente envolvidos nas negociações. Quanto ao segundo, verifica-se que, em Portugal, o processo negocial foi oficialmente iniciado em Julho de 1937 e a Concordata seria ratificada em Maio de 1940. Em Itália, as negociações começaram em Agosto de 1926 e só terminaram com a assinatura dos Acordos de Latrão, ratificados em Junho de 1929. Em Espanha, o início dos estudos para o anteprojecto data de 1948 e a Concordata foi assinada a 27 de Agosto de 1953. Estes factos singelos fazem cair por terra a ideia de que existe uma relação directa entre a longa duração das negociações e a personalidade artilosa e intransigente de Oliveira Salazar.

A extensão das concessões não parece, assim, depender das orientações pessoais dos líderes políticos, mas sim da maior ou menor importância que o reconhecimento por parte da Santa Sé tem para a legitimação ou a para a estabilização dos diversos regimes. D. Eurico Dias Nogueira defende correctamente que a Concordata se assinou a 7 de Maio de 1940 devido às comemorações dos centenários: «Se não fosse este faustoso acontecimento, talvez o feliz êxito se protelasse por mais alguns anos»<sup>1678</sup>. Salazar queria a Concordata, mas naquele momento específico. Até nesse plano triunfou (embora tenha falhado no seu intento de fazer a Concordata quando plebiscitou a Constituição, em 1933, ou para a submeter àquela que foi a primeira legislatura da Assembleia Nacional, iniciada em 1934).

---

<sup>1677</sup> ANTT, AOS/CO/NE-1A (pt. 16, fls. 180-183). Texto de Salazar entregue aos directores dos jornais, a 7 de Maio de 1940.

<sup>1678</sup> Eurico Dias Nogueira, «A Concordata de 1940: Contributo para a paz em Portugal». In AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*, p. 248-249.

### 3 REGALISMO OU CATOLAICISMO?

O regalismo «confere ao Estado o direito de intervir na vida das Igrejas e de regulamentar a política dos cultos: surge em força depois da tormenta revolucionária. Opõe-se a uma tradição de fidelidade incondicional à Igreja que reivindica para a religião o direito de regulamentar as condutas privadas e públicas bem como uma independência total da Igreja relativamente ao poder secular»<sup>1679</sup>. Assim, o regalismo, expressão utilizada sobretudo na Península Ibérica e também em França, «exprimiu a defesa das regalias do poder civil nas relações do Estado com a Igreja. Na sua dimensão ideológica, o conceito recobria um conjunto de princípios que justificavam a supremacia do poder civil sobre a esfera eclesiástica. Através da intromissão do Estado nos assuntos religiosos, a jurisdição política foi alargada em detrimento das funções da Igreja. [...] se a nível interno as teses regalistas remetiam a instituição religiosa para o estrito domínio da espiritualidade, no plano externo legitimavam a autonomia e a soberania do Estado-nação perante a supranacionalidade romana. O regalismo levava objectivamente a Igreja a um enfraquecimento temporal e político»<sup>1680</sup>. Podem ser formalmente enquadrados na política regalista o direito de apresentação dos bispos para as dioceses e dos padres para os benefícios eclesiásticos; o beneplácito régio, que permitia o controlo do poder político sobre os decretos conciliares, as letras pontificais e outras constituições eclesiásticas. As vantagens que a Igreja Católica retirava do regalismo – por exemplo, através do financiamento do culto – pagava-as com a sua liberdade.

Tendo em conta este conceito, dificilmente se poderá considerar que a Concordata portuguesa configura um modelo regalista de relação entre o Estado e a Igreja. Ao contrário do que sucedia no regalismo, à luz da Concordata a Igreja, à luz da Concordata, não está dependente do poder civil. Como referia António Leite, este quase que se limitava «a dar garantias à Igreja para poder realizar livremente a sua missão»<sup>1681</sup>. Trata-se de uma «Concordata de separação», porque não restabelece a confessionalidade do Estado, o que, porém, não significa que não se concedam alguns privilégios à Igreja Católica e não se

---

<sup>1679</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 106.

<sup>1680</sup> Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 27-28.

<sup>1681</sup> António Leite, «Natureza e oportunidade das concordatas», p. 7-9.

organize até uma «aliança» e uma «colaboração estreita» do poder religioso com o poder secular<sup>1682</sup>.

É o próprio Salazar quem afirma, no discurso de ratificação parlamentar da Concordata, que a Igreja não ganha uma influência dominante sobre o Estado e vice-versa, não sendo esta uma mera afirmação de circunstância. De facto, à Igreja ficava vedada qualquer intervenção política<sup>1683</sup>; em contrapartida, o Estado eximia-se de interferir nos assuntos internos da Igreja e apenas na década de 60, por uma única vez, e com grande incómodo do núncio apostólico Maximiliano de Furstenberg, exerceu o direito de veto quanto à nomeação de um Bispo, o qual, não por acaso, acabaria por vir a suceder a Cerejeira no Patriarcado de Lisboa. Note-se, para mais, que, ao contrário do que acontece no modelo regalista, o Estado não financiou directamente o exercício dos actos de culto nem os sacerdotes da metrópole foram, por assim dizer, «funcionarizados», ao contrário do que sucedeu com os «padres pensionistas» da I República ou com os bispos ultramarinos. Nem se deve afirmar que o modelo concordatário se aproxima de um «neo-regalismo funcional»<sup>1684</sup>, ou seja, de um modelo regalista, em que, na prática, o Estado tutela funcionalmente a Igreja. É que em domínios nucleares como o ensino (em que a regra era a educação religiosa) e o divórcio (apenas concedido aos casados civilmente) a prevalência, até juridicamente firmada, dos interesses e valores católicos na esfera temporal – com efeitos jurídicos – não infirma a ideia de uma supremacia incontestada do poder civil sobre o poder eclesiástico. De facto, nas negociações concordatárias fica patente que o Estado concede prerrogativas à Igreja mesmo quando considera que está a ir contra os seus interesses. Veja-se, por exemplo, a discussão quanto à proposta da Santa Sé sobre a dispensa do ensino da religião católica nas escolas públicas, acerca da qual o Governo português afirma: «Faz supor que a isenção é um favor que se torna necessário requerer, o que não é de admitir num sistema constitucional que estabelece o princípio de que a educação pertence em primeiro lugar à família»<sup>1685</sup>. O mesmo se poderá dizer quanto à interdição do divórcio para os casados catolicamente, sobre o qual o

---

<sup>1682</sup> Jean-Marie Mayeur, «Les Églises et les Relations Internationales. II. L'Église Catholique», p. 297-346.

<sup>1683</sup> Discurso de Salazar, proferido na Assembleia Nacional a 27 de Maio de 1940. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 89, p. 70-72.

<sup>1684</sup> Fernando Rosas, «Estado e a Igreja em Portugal: do Salazarismo à Democracia», *Finisterra*, nº 33, Dezembro 1999, p. 25.

<sup>1685</sup> «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

Governo dirá, a dada altura, que «não apresentará no projecto oficial este artigo cuja matéria muito receia tenha por ora efeitos contraproducentes nos casamentos católicos»<sup>1686</sup>.

É certo que se pode circunscrever o neo-regalismo ao domínio dos factos. Trata-se, porém, de uma perspectiva que transcende a análise da Concordata e se situa num âmbito de análise das relações entre o Estado e a Igreja que ultrapassa o objecto deste trabalho. Do ponto de vista da interpretação da Concordata e das suas negociações preparatórias, o que pode concluir-se é que o acordo firmado entre Portugal e a Santa Sé, em 7 de Maio de 1940, não corresponde ao conceito de regalismo.

Na Concordata portuguesa de 1940, embora o catolicismo fosse privilegiado, a Igreja e o Estado permaneciam formalmente separados. No processo negocial é visível que Oliveira Salazar se bate pela secularização do Estado, mas em alguns pontos cede, como vimos, às pretensões eclesiais. Na verdade, fica-se sempre com a ideia que as cedências que faz, fã-las um pouco contrafeito, como se tivesse preferido que o seu regime, à luz da Concordata, fosse formalmente laico. No entanto, é exactamente por causa dessas cedências que não se pode falar também na consagração de num Estado laico. Manuel Braga da Cruz propõe, para designar o regime português, a expressão «catolaico», sendo que justifica as cedências acima referidas como uma contrapartida pela defesa da acção missionária nas colónias portuguesas<sup>1687</sup>. Importaria apurar a utilidade do conceito de «catolaicismo», o qual incorpora duas realidades de sentido contrário. Mas, mais do que isso, o que tal interpretação não deve esquecer é que a Concordata criou ela própria «pontos de fuga» relativamente à doutrina católica (no casamento, no divórcio e no ensino) – o que permitiu que permanecesse em vigor na atribulada transição democrática portuguesa (apesar da revisão pontual relativamente ao divórcio em 1975). Se se tivesse instituído um regime confessional ou insuportavelmente subordinado aos princípios da Igreja, o texto concordatário não poderia ter sobrevivido até 2004. No fundo, as mesmas razões que levam a afastar a caracterização da Concordata de 1940 como tributária de um modelo regalista são aquelas que a desviam de uma noção de «catolaicismo».

Esta «Concordata de separação» é considerada uma inovação, tendo sido «saudada geralmente por civilistas e canonistas, nacionais e estrangeiros, como documento de vanguarda para a época»<sup>1688</sup>, sendo certo que sobreviveu ao Concílio Vaticano II e à

---

<sup>1686</sup> ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fl. 279-295).

<sup>1687</sup> Manuel Braga da Cruz, «Do Regalismo Cartista ao 25 de Abril», *Finisterra*, nº 33, Dezembro 1999, p. 21-22.

<sup>1688</sup> Eurico Dias Nogueira, «A Concordata de 1940: Contributo para a paz em Portugal». In *AAVV, Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, p. 249.

revolução de 25 de Abril de 1974. Talvez se possa afirmar que foi um tratado bem conseguido, equilibrado, que satisfaz ambas as partes e se distinguiu pela sua longuíssima duração (como era, de resto, intenção de Salazar)<sup>1689</sup>.

A plasticidade da Concordata inibe uma interpretação reducionista que a veja como uma expressão de subordinação da Igreja ao Estado, ou vice-versa, visão que, de algum modo, está presente nas tentativas de caracterização atrás enunciadas.

#### 4 PROCESSO DECISÓRIO

Todo o processo de preparação do texto oficial a entregar à Santa Sé foi mantido em segredo, como o seria, aliás, o restante processo negocial (o mesmo se verificou em Itália). Tratou-se de uma exigência de Oliveira Salazar, expressa na conversa que teve com o núncio no Palácio das Necessidades quando da entrega oficial do projecto, a 14 de Julho de 1937<sup>1690</sup>. Este secretismo foi criticado por Raul Esteves, três dias depois da assinatura da Concordata<sup>1691</sup>. Numa missiva dirigida ao Presidente da República, que aparentemente não foi transmitida a Salazar, salienta: «o processo tão singularmente secreto como tão grave assunto foi resolvido, sem que sobre ele se pudessem pronunciar tantos portugueses que ainda há, fora do partido que nos governa, dotados de alguma inteligência e de um comprovado patriotismo»<sup>1692</sup>. Deste modo, não houve distorções determinadas por preocupações com prazos. Acresce que, se o acordo falhasse, o que esteve prestes a acontecer, seriam minoradas as consequências de tal insucesso.

---

<sup>1689</sup> «Tal disposição [a interdição do divórcio para os casados catolicamente] pode até vir a ser um motivo de eventual denúncia de uma Concordata que se quer fazer para regular estavelmente as relações com a Igreja». «Nota explicativa da posição do Governo relativamente às modificações sugeridas pela Santa Sé, na contraproposta que apresentou em 21 de Outubro de 1937». ANTT, AOS/CO/NE-29 (pt. 1, fls. 367-385); AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1690</sup> Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos ANTT, AOS/CO/NE-29A (pt. 7).

<sup>1691</sup> Carta datada de 11 de Maio de 1940. Raul Esteves (1878-1955) – oficial do Exército, monárquico militante, apoiante do 28 de Maio; participa no combate à revolta de 7 de Fevereiro de 1927 contra a Ditadura Militar. Apoiante de Salazar, chega a integrar, em 1933, a Comissão Central da União Nacional. Ao que parece reage negativamente quando Salazar assume a pasta da Guerra (11/5/1936-6/9/1944), mas durante a guerra civil de Espanha chefia a Missão Militar Portuguesa de Observação (1937). Foi delegado do Governo no conselho de administração dos Caminhos de Ferro.

<sup>1692</sup> Espólio Particular. Documento cedido por Telmo Faria, a quem agradeço.



Com efeito, existiu a intenção deliberada de manter o processo negocial arredado da discussão pública, quer na imprensa, quer na Assembleia Nacional. Assim se evitaram eventuais cedências a grupos de pressão (católicos, hierarquia da Igreja, republicanos). Todavia, poderíamos abrir uma excepção quanto aos católicos. Efectivamente, Cerejeira influi, de forma significativa, nas negociações. Observando a sua acção, constata-se que é uma personagem imprescindível no desenrolar das negociações; constitui um intermediário qualificado e bem informado e exerce influência sobre as decisões tomadas por ambas as partes, muitas vezes justificando junto da Santa Sé as posições mais irredutíveis do Governo, mesmo quando em desacordo com estas (relembre-se que, a dado trecho, lamenta a crescente tendência totalitária do Estado português). É necessário referir também a figura de Carneiro de Mesquita quando, já no final da negociação, pede a Salazar que reconheça na Concordata os organismos da Acção Católica. Não sendo bem sucedido, o seu gesto levou o Presidente do Conselho a ponderar seriamente a hipótese levantada pelo secretário do Patriarca. É interessante lembrar que Oliveira Salazar estava ligado a Cerejeira e a Carneiro de Mesquita por laços de natureza pessoal.

É muito provável que tudo tivesse sido diferente se as negociações fossem do domínio público. Mas, mesmo assim, toda a Concordata será moldada tendo em conta a necessidade de não ferir as susceptibilidades republicanas – aspecto bem visível na sua persistência em evitar o reconhecimento explícito das ordens e congregações religiosas no texto concordatário. Disto é também exemplo a aplicação de sanções aos párocos que deixassem de denunciar os casamentos para efeitos de transcrição.

No aspecto decisório, há que salientar a influência determinante de Mário de Figueiredo nas negociações oficiais. A questão que se poderá colocar aqui é se foi efectivamente Mário de Figueiredo quem redigiu sozinho a resposta às alterações propostas pela Santa Sé a 21 de Outubro de 1937<sup>1693</sup>, a qual iria moldar o texto final. É certo que o documento que fomos citando ao longo da análise do articulado da Concordata é um manuscrito de Mário de Figueiredo; contém, no entanto, algumas observações de Oliveira Salazar. Por outro lado, sabe-se que, num breve encontro a 22 de Outubro, o Presidente do Conselho e Mário de Figueiredo examinaram a proposta da Santa Sé e juntos estabeleceram «a orientação a seguir nas várias questões»<sup>1694</sup>. Outro documento aponta para a forte

---

<sup>1693</sup> Observações de Mário de Figueiredo às alterações da Santa Sé apresentadas em 21 de Outubro de 1937. Espólio Mário de Figueiredo, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>1694</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, DI/2. Nas «Notas das fases das negociações com a Santa Sé. Apontamentos sumários de diligências e trabalhos» está escrito: «22 de Outubro – exame com o Doutor Mário

influência de Mário de Figueiredo no processo negocial: trata-se do manuscrito que pondera a proibição do divórcio para os casamentos católicos, considerando-a uma medida extemporânea. Este manuscrito serve de base à resposta oficial do Governo português à Santa Sé e, embora diferente na forma, é muito semelhante na doutrina. Fica portanto a dúvida sobre se a Concordata acabou por ser moldada pela sua concepção pessoal acerca do relacionamento entre o Estado e a Igreja ou se é apenas o resultado das instruções que Oliveira Salazar lhe terá dado (se é que havia diferenças assinaláveis entre as duas concepções). Alguns aspectos que parecem reforçar a primeira hipótese: Mário de Figueiredo tinha uma personalidade forte, Oliveira Salazar confiava nas suas qualidades de jurisconsulto e, acima de tudo, manifesta-se num tom peremptório, pouco próprio de quem recebe e cumpre ordens superiores.

Ao estabelecer uma comissão de natureza informal, Oliveira Salazar chamou a si um aspecto político de extrema importância, sem que para tal tivesse feito qualquer delegação de poderes. Ele próprio era na altura titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, ficando excluída a participação e a influência de um outro ministro<sup>1695</sup>. Até mesmo o ministro de Portugal na Santa Sé só seria informado depois do início oficial das negociações, sendo advertido de que o assunto «continua a ser absolutamente confidencial e só é do conhecimento do núncio, do ministro e do secretário-geral» e que convém manter reserva mesmo na Secretaria de Estado<sup>1696</sup>. O não envolvimento do ministro de Portugal na Santa Sé, bem como o facto de Mário de Figueiredo e Fezas Vital não deterem legitimidade institucional, permite-nos concluir que as estruturas formais de poder foram substituídas por estruturas informais, um *inner circle* composto por pessoas da sua máxima confiança. Trata-se assim, de um processo decisório que opera de modo semelhante ao que acontece noutros regimes autocráticos, nos quais que existe uma forte personalização do poder. Também se pode fazer uma analogia com os gabinetes de gestão de crises dos estados democráticos, embora com os níveis de constrangimentos legais diferentes<sup>1697</sup>. Nestes, como no salazarismo, verifica-se a concentração dos poderes decisórios nas mãos de um pequeno grupo, conduzindo assim a

---

de Figueiredo e embaixador Teixeira de Sampaio das propostas de alteração entregues pelo Núncio e preparação de conferência que convinha o Doutor Mário de Figueiredo tenha com o Núncio antes da partida deste p.<sup>a</sup> França».

<sup>1695</sup> Dirá ao núncio, no momento da entrada oficial do projecto, que embora com mais tempo fosse possível fazer «obra mais perfeita e completa», havia que aproveitar a sua presença na pasta dos estrangeiros, dadas dificuldades de as negociações serem retomadas por outro ministro.

<sup>1696</sup> AHD-MNE, Santa Sé, GSG, M 9 (pt. 1).

<sup>1697</sup> Ver, com as devidas distâncias, E. A. Rees, «Stalin as Leader 1937-1953: from dictator to despot». In E. A. Rees (ed.), *The nature of Staline's dictatorship. The politbur, 1924-1953*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004, p. 211.

uma subalternização de «outras variáveis, como a política burocrática»<sup>1698</sup>. Contudo, mesmo no que à legalidade diz respeito, no processo decisório que haveria de levar à fixação do projecto oficial para a celebração de uma Concordata com a Santa Sé, existe a preocupação, quase obsessiva, de o mesmo não colidir com a Constituição e a legislação interna.

O método de trabalho de Salazar baseava-se na decisão Salazar chamar para trabalhar quem entendesse, o que lhe dava uma grande liberdade para ser ele o último decisor<sup>1699</sup>. Tal permite-nos inferir que estamos perante um sistema de decisão baseado no seu poder pessoal, já que muitas das alterações substantivas ao anteprojecto resultam da inclusão no texto de notas que tirara sozinho, antes mesmo de proceder à primeira reunião conjunta. Neste sentido, relativamente à Concordata, não se pode falar em liderança colectiva. Em última análise, é Salazar que decide tudo, razão pela qual esta é, indubitavelmente, a Concordata de Salazar. A este respeito, pode ler-se uma carta que o Presidente do Conselho envia a Teotónio Pereira, a 8 de Novembro de 1949:

Entendo que, por mais que sejam a estima, consideração e confiança que me merece um alto funcionário de Estado, até um ministro, não possa hipotecar-lhes a independência dos meus juízos nem alienar<sup>1700</sup> a direcção política que pertence ao governo [...]. Mesmo se vier a verificar-se que todos eles tinham mais razão do que eu. O facto não altera este ponto: quem assume a responsabilidade é que tem de sair em último lugar<sup>1701</sup>.

Esta centralização de poder foi facilitada, primeiro, pela aura de «mago das finanças», depois, pela Guerra Civil de Espanha e, mais tarde, pela Segunda Guerra Mundial. Porém, o seu poder tem limites, que o próprio Salazar reconhece, como sejam o de não entrar em colisão com a Constituição, nem com os interesses dos outros grupos em presença no regime – neste caso, os republicanos. Assim, ter pelo menos um elemento republicano no grupo consultivo pode ser também considerado um expediente eficaz para que o Presidente do Conselho percebesse até onde é que podia ir. O que nos permite falar, igualmente, de um processo decisório consultivo.

Para além do carácter representativo de algumas tendências existentes no regime, os critérios que presidiram à escolha dos intervenientes nestes trabalhos terão sido, sobretudo, a competência técnica, a confiança política (independentemente de eventuais divergências

---

<sup>1698</sup> Bertjan Verbeek, «Do Individual and Group Beliefs Matter? British Decision-Making during the 1956 Suez Crisis», *Cooperation and Conflict*, 1994, vol. 29(4): p. 313 [Consult. 5 de Janeiro de 2006]. Disponível em WWW: «URL: <http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/29/4/307>>».

<sup>1699</sup> E. A. Rees, «Stalin as Leader 1937-1953: from dictator to despot», p. 218.

<sup>1700</sup> Salazar escrevera primeiro «passar-lhes para as mãos». Riscou e escreveu por cima «alienar».

<sup>1701</sup> ANTT, AOS/CD-18, fls. 281-292.

ideológicas) e os laços pessoais. É certo que há consenso na generalidade das matérias. Ora, as opiniões são determinadas pela personalidade do decisor, mas também pela sua formação, pelas suas experiências, pelos seus valores, pela ideia que têm do seu próprio papel no processo negocial e condicionam a escolha dos objectivos a atingir, aqueles que melhor se ajustam à sua visão do mundo<sup>1702</sup>. Deste modo, a ideia de consenso não surpreende tendo em conta que o sistema de crenças dos elementos do grupo há-de ter sido moldado a partir de trajectórias biográficas com bastantes traços em comum e da partilha de valores. Este processo decisório confirma, assim, a ideia de que habitualmente os líderes políticos, seja qual for o regime no qual operam, não trabalham com grupos divididos e que o consenso parece ser a norma nos grupos de decisão política<sup>1703</sup>.

O consenso não implica necessariamente acordo sobre determinada questão, «mas sobretudo que ninguém discorda o suficiente para pagar o preço da dissidência»<sup>1704</sup> ou que cada um dos seus elementos acaba por se conformar com aquilo que pensa ser a opinião dominante do grupo ou do seu líder. Neste último caso, atente-se que, além da legitimidade institucional, o poder pessoal de Oliveira Salazar assenta na admiração e no respeito quase reverencial que a sua personalidade inspirava aos outros membros do grupo.

Mas o consenso não exclui o facto de que este foi um processo de decisão participada, pois dois dos intervenientes fazem até referência à «votação» do texto. O próprio Salazar afirmou, a dada altura, que se iria proceder «a alterações em conformidade com as deliberações tomadas» nas reuniões conjuntas e não há dúvida de que algumas alterações foram sugeridas pelos membros do grupo. Colocou-se até a hipótese de a mais importante de todas elas – a decisão de abolir no projecto oficial o artigo que negava a possibilidade de divórcio dos casados catolicamente – ter resultado de posições manifestadas por Fezas Vital e Manuel Rodrigues. O primeiro acreditava que a «deseducação moral» republicana impedia o seu bom acolhimento e, na linha do que já antes tinha afirmado, pode ter sobrevalorizado das consequências desta norma. O segundo defendia o divórcio em situações-limite e, portanto, negava o carácter sacramental do casamento. A confirmar-se esta hipótese, talvez possamos afirmar que, por um lado, as suas próprias convicções, percepções e traços de personalidade

---

<sup>1702</sup> Marie-Claude Smouts (dir.), *Les Nouvelles Relations Internationales. Pratiques et theories*. Paris: Presses de Science Po, 1998, p. 89.

<sup>1703</sup> Michael Clarke, «Foreign Policy Analysis: A Theoretical Guide». In *Domestic Sources of Foreign Policy. West European Reactions to the Falklands Conflict*, ed. Stelios Stavridis and Christopher Hill. Oxford: Berg Publishers Limited, 1996, p. 27.

<sup>1704</sup> Michael Clarke, «Foreign Policy Analysis: A Theoretical Guide», p. 27.

foram determinantes neste processo de decisão, e por outro, que as suas convicções influenciam as dos outros<sup>1705</sup>.

Resta referir que todo o processo negocial é moldado pela convicção de Oliveira Salazar de que no seio do Estado português, independente e soberano, os interesses da Igreja só seriam considerados quando se conjugassem com os interesses públicos, e que, como se procurou demonstrar, a Concordata não podia afectar os delicados equilíbrios da base política e social de apoio ao regime. Não são apenas as suas preferências pessoais que dominam o processo de decisão, acabando por vezes por se impor a imagem que Oliveira Salazar tem, ou vai construindo, dos adversários do regime<sup>1706</sup>.

Em síntese, no rescaldo da Lei da Separação do Estado e das Igrejas, Salazar acabará, neste momento do processo negocial, por fazer impor, por um lado, a ideia de que os interesses do Estado prevalecem sobre os da Igreja; e, por outro, de que não criaria novas fracturas na sociedade portuguesa. Um erro político que comprometera fatalmente outros regimes e que não iria repetir, pondo em causa a sua própria sobrevivência política. Por estas duas razões, a influência da Igreja Católica na sociedade permanecia limitada, de que é expressão, entre outras, a permanência do casamento e do divórcio civis. Mas tal não invalidava o esforço de tentar recristianizar o país, o que seria feito paulatina e não abruptamente e apenas se as circunstâncias o permitissem. Salazar, refém das circunstâncias, parecia acreditar que a Concordata seria um elemento fundamental para a recristianização da sociedade, a qual, não só se coadunava com a sua visão do mundo, como potenciava o papel da Igreja enquanto factor de ordem e disciplina social e afirmação nacionalista<sup>1707</sup>. É óbvio que Oliveira Salazar precisava do apoio da Igreja para fortalecer o Estado Novo, para lhe conferir legitimidade e até para deter a ameaça comunista, um inimigo comum que intensifica a cooperação entre os dois poderes<sup>1708</sup>. Porque o factor religioso é fundamental como fonte de legitimação e estabilização dos regimes na época, Salazar, como outros líderes, faz algumas, ainda que poucas, concessões à Igreja. Aliás, é Salazar quem o diz, «a Concordata pretende

---

<sup>1705</sup> Sobre este assunto ver Scott Crichlow, «Psychological Influences on the Policy Choices of Secretaries of State and Foreign Ministers», *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*, vol. 40 (2), 2005, p. 179-205.

<sup>1706</sup> Sobre este assunto ver Scott Crichlow, «Psychological Influences on the Policy Choices of Secretaries of State and Foreign Ministers», fl. 196.

<sup>1707</sup> René Rémond, *Religion et Société en Europe*, p. 54-55.

<sup>1708</sup> Akan Malaci, «Discord and Collaboration between Allies. Managing external threats and internal cohesion in franco-british relations during de 9/11 Era», *Journal of Conflict Resolution*, vol. 19, nº 1, Fevereiro 2005, p. 94.

aproveitar o fenómeno religioso como elemento estabilizador da sociedade»<sup>1709</sup>. Concomitantemente, confere, de certo modo, uma «sanção religiosa para acções de natureza política»<sup>1710</sup>. Todas as decisões são assim tomadas com base nesta visão estratégica, de interdependência de poderes, mas não de subordinação recíproca do ponto de vista jurídico.

Em consequência, verifica-se que o Governo português se mantém quase sempre irredutível e que a Santa Sé vai cedendo a quase todas as suas exigências – talvez a excepção seja a interdição do divórcio. Para além de Salazar, ao núncio pode ser imputada também alguma responsabilidade. Desde logo, porque considera o projecto oficial do Governo português «satisfatório». Depois, porque parece transmitir à Santa Sé a ideia de que o Executivo dificilmente iria mais longe nas suas concessões à Igreja. Senão, atente-se nesta frase: o que o Governo português propõe constitui um «progresso assinalável», «dada a mentalidade nacionalista e regalista que tem continuamente dominado aqui em matéria religiosa». A ideia de intransigência por parte das autoridades portuguesas é também muitas vezes transmitida por Gonçalves Cerejeira à Santa Sé. Por seu turno, os negociadores portugueses colocam-se sempre numa postura de superioridade, quer técnica, quer política, como se o regime português não necessitasse de uma concordata com a Santa Sé. Veja-se, por exemplo, o conflito que opõe o núncio apostólico a Mário de Figueiredo, quando este acusa a contraproposta de Acordo Missionário da autoria da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, quer do ponto de vista doutrinal, quer do ponto de vista formal, de ser imperfeita, em face do que o núncio dirá: «não me restou senão interromper a conversação e dizer “a quel disgraziato portoghese” que continuaríamos quando deixasse de dar lições de forma aos cardeais e seguisse as suas sábias sugestões».

Uma frase de um relatório da Sagrada Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinário explica, em parte, o comportamento das autoridades portuguesas em todo o processo negocial: «Quando [Oliveira Salazar] se sente forte e a salvo no poder, não quer

---

<sup>1709</sup> «O meu depoimento», discurso proferido no Palácio da Bolsa, a 7 de Janeiro de 1949, na inauguração da conferência da União Nacional e a campanha para as presidenciais. In António Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas. 1943-1950*, vol. 4. Coimbra: Coimbra Editora, 1951, p. 373.

<sup>1710</sup> John Markoff and Daniel Regan, «Religion, the State and Political Legitimacy in the World's Constitutions». In *Church-State Relations. Tensions and Transmissions*, dir. Thomas ROBBINS; Roland ROBERTSON, Transaction Books, New Brunswick, New Jersey, 1987.

saber; quando se sente inseguro e vacilante (ainda recentemente foi vítima de um atentado<sup>1711</sup>) então procura popularidade e segurança com a conclusão da Concordata»<sup>1712</sup>.

Entre tempos de crise e tempos de segurança, Salazar soube gerir os ritmos do processo negocial, acabando por impor que a Concordata visse a luz do dia no momento que lhe era mais conveniente e com o conteúdo que, naquele circunstancialismo, lhe era mais favorável, seja para os interesses do Estado, seja para a sua estratégia de perpetuação no poder. A Concordata celebrada entre Portugal e a Santa Sé, no dia 7 de Maio de 1940, foi, indubitavelmente, a Concordata de Salazar.

---

<sup>1711</sup> A 4 de Julho de 1937, Oliveira Salazar é alvo de um atentado à bomba. Dirigia-se a casa de Josué Trocado para aí assistir à missa dominical. O Presidente do Conselho escapa ileso.

<sup>1712</sup> Relatório de autor não identificado. ASV, AES – Portogallo, IV Período, pos. 427 (4), fasc. 172, fl. 101-102. Sublinhado acrescentado.





## FONTES

Foram utilizados os seguintes acervos documentais:

- *Arquivo António Oliveira Salazar – Correspondência Particular, Correspondência Diplomática e Correspondência Oficial* (Torre do Tombo);
- *Arquivo do Ministério do Interior – Gabinete do ministro* (Torre do Tombo);
- *Arquivo Histórico Diplomático – Gabinete do secretário-geral* (MNE);
- *Espólio Mário de Figueiredo* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra),
- *Archivio della Nunziatura di Lisbona e Archivio della Sacra Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari* (Arquivos Secretos do Vaticano),
- *Archivo General do Ministerio de Asuntos Exteriores e Archivo Central del Ministerio de Justicia* (Madrid);
- *Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri* (Roma);
- *Archives Nationales de France* (Paris);
- *Archives Diplomatiques du Quai d’Orsay* (Paris);
- *Documentos Originais Sobre o Fim do Centro Católico* (Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa).

Quanto à legislação, consultou-se:

- *Diários do Governo*;
- *Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832. Primeira Série. Segunda Edição aumentada de muitos Diplomas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936.*

Foram lidos os seguintes títulos da imprensa:

- *A União*;
- *Novidades*;
- *Diário da Manhã*.



## BIBLIOGRAFIA CITADA

- AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002.
- AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993.
- ANDRÉS-GALLEGO, José e PAZOS, Antón M., *La Iglesia en la España contemporânea, 1936-1999*, vol. 2. Madrid: Ediciones Encunetro, 1999.
- ARAÚJO, António de, *O Conselho Político Nacional nas origens da Constituição de 1933*, separata de *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso*, vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.
- ARAÚJO, António de, BRITO, Miguel Nogueira de, «Argumentar e negociar em debates constitucionais: a revisão constitucional de 1997». In *Perspectivas constitucionais nos 20 anos da Constituição de 1976*, org. Jorge Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.
- ARAÚJO António de, «Braga, Maio de 1926. O Congresso Mariano e o golpe militar». In AAVV, *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois. Contributos para uma reflexão*. Coimbra, CEIS 20, 2006, p. 29-41.
- ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Livro 16. Lisboa: Vega, 1993.
- BAPTISTA, António Alçada, *A Pesca à Linha*. Lisboa: Presença, 1998.
- BEJA, Fino, *Família, casamento e divórcio*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1939.
- BINCHY, D. A., *Church and State in Fascist Italy*, 2ª ed. Oxford/Londres: Oxford University Press, 1970.
- BLANQUART, Paul, «Le pape en voyage: la géopolitique de Jean-Paul II». In *Le retour des certitudes – Événements et orthodoxie depuis Vatican II*, dir. Paul Ladrière, René Luneau. Paris, Éditions du Centurion, 1987, p. 161-168.
- BRANDÃO, Pedro Ramos, Oliveira Salazar – *Cerejeira. A “força” da Igreja*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- BRANQUINHO, José Oliveira, «O ensino da educação moral e religiosa católicas nas escolas». In AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002, p. 161-186.

BRIÈRE, Yves de la, «Le Droit Concordataire dans la nouvelle Europe». In *Académie de Droit International. Recueil des Cours*, Tomo 63, vol. 1. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1938.

BROCHADO Costa, *Memórias de Costa Brochado*, 3ª ed. Lisboa: Francisco Franco, 1987.

BUCHANAN, Tom, CONWAY, Martin, *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*. Oxford/Londres: Oxford University Press, 1996.

CAETANO, Marcelo, *A Constituição de 1933*, 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.

CAETANO, Marcelo, *Minhas Memórias de Oliveira Salazar*, 3ª ed. Lisboa: Verbo, 1984.

CALLAHAN, William J., *La Iglesia Católica en España (1875-2002)*. Barcelona: Crítica, 2003.

CARDINALE, H. E., *The Contribution of the Holy See to World Peace* (Adaptado da comunicação dada pelo Delegado Apostólico no Reino Unido, Arcebispo H. E. Cardinale, no Boston College, 27 Março 1968). <http://www.ewtn.com/library/HUMANITY/HOSEWOPE.HTM> (26 de Setembro de 2008)

CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène e LEVILLAIN, Philippe, *Nations et Saint-Siège au XXe siècle*. Paris: Fayard, 2003.

CARVALHO, Rita Almeida de e ARAÚJO, António de, «A voz dos sinos: o «diário» de Mário de Figueiredo sobre a crise política de 1929», *Estudos*, nº 4, Janeiro/Julho de 2006, p. 459-489.

CARVALHO, Rita Almeida de, «A diplomacia papal ao serviço de uma consciência planetária». In *História e Relações Internacionais (Actas do Ciclo de Conferências)*, org. Luís Nuno Rodrigues. Lisboa, Ed. Colibri/CIDEHUS-UE, 2005, p. 115-139.

CARVALHO, Rita Almeida de, «Salazar e a Concordata com a Santa Sé». In *História*, nova série, vol, XIX, nº 31, Maio de 1997, p. 32-39.

CASCÃO, Rui, *Família e divórcio na Primeira República*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1986.

*Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Texto integral da Concordata e do Acordo Missionário. Estudos. Comentários. Legislação Executória*. Coimbra: Almedina, 2001.

- CATROGA, Fernando, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, separata de *A mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio. Coimbra 20 a 22 de Março de 1885*. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *Obras Pastorais*, vol. 3. Lisboa: União Gráfica, 1947.
- CHORÃO, Luís Bigotte, «*Liberdade de Imprensa*»: *a censura prévia ao capitão Azevedo. Uma página de História da Ditadura Militar*, separata da *Revista do CEJ*, nº 2, 2005.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *Crise Política e Política do Direito: o caso da Ditadura Militar*. Tese doutoramento, História (História Contemporânea), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007.
- CHORÃO, Mário Bigotte, «Formação Eclesiástica e Educação Moral». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 233-270.
- CLARKE, Michael, «Foreign Policy Analysis: A Theoretical Guide». In *Domestic Sources of Foreign Policy. West European Reactions to the Falklands Conflict*, ed. Stelios Stavridis e Christopher Hill. Oxford: Berg Publishers Limited, 1996, p. 19-39.
- COELHO, Francisco Manuel Pereira, «Direito de Família». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 7 (Suplemento A/E). Porto: Figueirinhas, 1999, p. 548-550.
- COOPER, Norman B., *Catholicism and the Franco Regime*. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1975.
- COPPA, Frank J. (ed.), *Controversial Concordats. The Vatican Relations with Napoleon, Mussolini and Hitler*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1999.
- COPPA, Frank J., «Mussolini and the Concordat of 1929». In *Controversial Concordats. The Vatican Relations with Napoleon, Mussolini and Hitler*, ed. Frank J. Coppa. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1999, p. 81-119.
- COPPA, Frank J., «The Vatican and the dictators between diplomacy and morality». In *Catholics, the State, and the European Radical Right, 1919-1945*, ed. Richard J. Wolff, Jörg K. Hoensch. Boulder (CO): Social Science Monographs, 1987, p. 199-223.
- CORNWELL, John, *Hitler's Pope: The Secret History of Pius XII*. Londres: Penguin Books, 1999.

*Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1986.

CRICHLLOW, Scott, «Psychological Influences on the Policy Choices of Secretaries of State and Foreign Ministers», *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*, vol. 40 (2), 2005, p. 179-205.

CRUZ, Manuel Braga da, «Do Regalismo Cartista ao 25 de Abril». In *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, nº 33, Dezembro 1999, p. 17-24.

CRUZ, Manuel Braga da, «O Estado Novo e a Igreja Católica» in *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 22, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. de Fernando Rosas. Lisboa: Presença, 1992, p. 202-221.

CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/Gis, 1980.

CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1999.

CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.

D'ONORIO, Joel-Benoît, «La Saint-Siège et le Droit International» in *Le Saint-Siège dans les Relations Internationales*, dir. Joel-Benoît d'Onorio. Paris: Éditions du Cerf et Cujas, 1989.

DE FELICE, Renzo, *Mussolini il fascista. L'organizzazione dello Stato fascista*, vol. 2. Turim: Giulio Einaudi, 1996.

DELGADO, Pedro, *Divórcio e Separação em Portugal. Análise Social e Demográfica. Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

DESCOTILS, Gérard, «La Diplomatie du Saint-Siège», *Relations Internationales et Stratégiques*, nº 9, Primavera 1993, p. 53-76.

DI FEBO, Giuliana e JULIÁ, Santos, *El Franquismo*. Barcelona: Paidós, 2005.

DURAND, Jean-Dominique, «Le christianisme dans l'Europe de la première moitié du XXe siècle. I. L'Italie». In *Histoire du Christianisme*, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, dir. de J. -M. Mayeur, Ch. Petri, A. Vauchez, E. M. Vennard. Paris: Desclée/Fayard, 1990, p. 347-402.

*Entrevistas de António Ferro a Salazar*, pref. de Fernando Rosas. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.

FALCÃO, Miguel, «A Concordata de 1940 e a assistência religiosa às Forças Armadas». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*, Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 195-231.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERRARI, Silvio, GONZÁLEZ DEL VALLE, José Maria, «Les pays de tradition concordataire exclusive». In *Les origines historiques du statut des confessions religieuses dans les pays de l'union européenne*, dir. Brigitte Basdevant-Gaudemet e Francis Messner. Paris: PUF, 1999, p. 145-167.

FERRAZ, Ivens, *A ascensão de Salazar: memórias de Ivens Ferraz*. Lisboa: O Jornal, 1988.

FERREIRA, António Matos, «Le Christianisme dans l'Europe. La Péninsule Ibérique». In *Histoire du Christianisme*, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, dir. de J.-M. Mayeur, Ch. Petri, A. Vauchez, E. M. Vennard. Paris: Desclée /Fayard, 1990, p. 402-450.

FERREIRA, António Matos, «A Acção Católica. Questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)». In AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia. 1926-1959*, vol. 2. Lisboa: Fragmentos, 1987.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares*. Lisboa: Estampa, 1992.

FIGUEIREDO, Mário de, *A Concordata e o Casamento*. Lisboa: União Gráfica, 1940.

FREIRINHA, Amândio Sena e GASPAR, José Maria, *Legislação Completa do Ensino Primário*, vol. 1. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1950.

FUSI, Juan Pablo, «La Cultura». In *Franquismo. El juicio de la historia*, José Luis García Delgado (coord.). Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000, p. 171-231.

GALLAGHER, Tom, «Portugal». In *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*, ed. Tom Buchanan e Martin Conway. Londres/Oxford: Oxford University Press, 1996.

GARCIA, Rosana Corral, «La Adquisición de personalidad jurídica por las asociaciones religiosas em el derecho portugués». AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002, p. 257-267.

GEORGE, Alexander L., «“The «operational code”: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making», *International Studies Quarterly*, vol. 13, nº 2 (Jun. 1969), p. 202-205.

GEORGE, Jean, «Le Vatican Urbi et Orbi. La Politique Internationale de la Papauté», *La Pensée*, nº 298, Abril-Maio-Junho, 1994, p. 93-102.

GIANNINI, Amadeo, *I Concordati postbellici*, vol. 1. Milão: Società Editrice «Vita e Pensiero», vols. 1 e 2, 1929.

GOMES, Manuel Saturnino da Costa, «Nomeação de párocos e de bispos». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 167-193.

GÓMEZ PÉREZ, Rafael, *El Franquismo e la Iglesia*. Madrid: Ediciones Rialp, 1986.

GONÇALVES, H. Assis, *Relatórios para Oliveira Salazar. 1931-1939*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981

GOODY, Jack, *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora, 1995.

HÄGEL, Peter e Pauline PERETZ, «States and Transnational Actors: Who’s Influencing Whom? A Case Study in Jewish Diaspora Politics during the Cold War», *European Journal of International Relations*, vol. 11 (4) 2005, p. 467-493.

HERMET, Guy, *Les catholiques dans l’Espagne franquiste* [Vol 1] *Les acteurs du jeu politique* – [Vol 2] *Chronique d’une dictature*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1980-1981.

HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX. 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

HUNT, Lynn, «Revolução francesa e vida privada». In *História da Vida Privada*, org. Michelle Philippe Ariès e Georges Duby, *Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, dir. Michelle Perrot. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 21-51.

JEMOLO, Arturo Carlo, *Chiesa e Stato in Italia. Dalla unificazione agli anni settanta*, 5ª ed. Turim: Einaudi, 1977.

JULG, Jean, *L’Église et les États. Histoire des concordats*. Paris: Nouvelle Cité, 1990.

JULIÁ DÍAZ, Santos, «La Sociedad». In *Franquismo. El juicio de la historia*, coord. José Luis García Delgado. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000, p. 57-114.



- KISSINGER, Henry, *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.
- LEAL, Ernesto Castro, *A problemática da "crise nacional" em Quirino de Jesus: moral, política e administração*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p.189-199.
- LEITE, António, «A Concordata e o Casamento», AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 271-305.
- LEITE, António, «A reforma tridentina», *Brotéria*, nº 77 (1963), p. 504-514.
- LEITE, António, «Natureza e oportunidade das concordatas». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 1-10.
- LOPES, Francisco, *Pde. Joaquim Alves Correia (1886-1951). Ao serviço do Evangelho e da Democracia*, Lisboa: Rei dos Livros, 1996.
- LOURENÇO, Manuel Alves, «Modalidades de assistência religiosa às prisões e hospitais». In AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002, p. 235-244.
- MADUREIRA, Arnaldo, *A Igreja Católica na origem do Estado Novo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- MALACI, Akan, «Discord and Collaboration between Allies. Managing external threats and internal cohesion in franco-british relations during de 9/11 Era», *Journal of Conflict Resolution*, vol. 19, nº 1, Fevereiro 2005, p. 90-119.
- MALEFAKIS, Edward, «La dictadura de Franco en una perspectiva comparada». In *Franquismo. El juicio de la historia*, coord. José Luis García Delgado. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000, p. 11-57.
- MARGIOTTA-BROGLIO, Francesco, «Les politiques concordataires». In *Nations et Saint-Siège au XXe siècle*, org. Hélène Carrère d'Encausse e Philippe Levillain. Paris: Fayard, 2003, p. 93-105.
- MARIANO, Ricardo, «Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso». [http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo\\_mariano.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm) (22 de Maio de 2007).
- MARKOFF, John, REGAN, Daniel, «Religion, the State and Political Legitimacy in the World's Constitutions». In *Church-State Relations. Tensions and Transmissions*, org.

Thomas Robbins e Roland Robertson. New Brunswick, New Jersey: Transaction Books, 1987, p. 165-181.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11, *Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Presença, 1990.

MARQUES, José António Gomes da Silva, «Associações e organizações da Igreja». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 117-131.

MARQUINA BARRIO, Antonio, *La Diplomacia Vaticana y la España de Franco (1936-1945)*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983.

MARTÍNEZ, Jesús A. (coord.), *História de Espanha. Siglo XX. 1939-1996*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

MATOS, Luís Salgado de, *O Estado de Ordens*. Lisboa: ICS, 2004.

MATOS, Luís Salgado de, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos». In *Análise Social*, Vol. 29 (125-126), 1994, p. 319-383.

MATOS, Luís Salgado de, *Um «Estado de Ordens» contemporâneo – a organização política portuguesa*, Dissertação de Doutoramento (ICS, U. de Lisboa, Lisboa, 1999).

MATOS, Vítor Silva, *A Primeira Vida de Manuel Gonçalves Cerejeira, 1888-1928. A reconquista*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998.

MAYEUR, J. M., PETRI, Ch., VAUCHEZ, A., VENNARD, M., *Histoire du Christianisme*, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, dir. J.-M. Mayeur. Paris: Desclée/Fayard, 1990.

MAYEUR, Jean-Marie, «Les Églises et les Relations Internationales. II. L'Église Catholique». In *Histoire du Christianisme*, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, dir. J.-M. Mayeur. Paris: Desclée /Fayard, 1990, p. 297-345.

MAYEUR, Jean-Marie, «Trois Papes: Benoît XV, Pie XI, Pie XII». In *Histoire du Christianisme*, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, dir. J.-M. Mayeur. Paris: Desclée/Fayard, 1990, p. 13-43.

- McCARTHY, Timothy G., *The Catholic Tradition. The Church in the twentieth century*, 2ª ed. Chicago: Loyola Press, 1998.
- MENDONÇA, Luís, «De Te Fabula Narratur. O Pensamento de Franco Cipriani sobre justiça civil», *Revista do CEJ*, nº 2, 1º Semestre 2005, p. 65-125.
- MERCIER, Jacques, *Le Vatican. Capitale de l'Eglise*. Paris: Éditions Lavauzelle, 1984.
- MILZA, Pierre e BERSTEIN, Serge, *Le fascisme italien. 1919-1945*. Paris: Édition du Seuil, 1980.
- MIRANDA, Jorge, «A Concordata e a ordem constitucional portuguesa». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 68-84.
- MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- MOREIRA, Adriano, *Direito Internacional Público*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1993.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e mitos num tempo de utopias*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2004.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- NICOLÓ, A. M. Punzi, «Due modelli di matrimónio». In *Matrimonio concordatario e giurisdizione dello Stato*, dir. Lorenzo Spinelli i Giuseppe Dalla Torre. Bolonha: Pàtron Editore, 1987, p. 11-34.
- NOGUEIRA, Eurico Dias, «A Concordata de 1940: Contributo para a paz em Portugal». In AAVV, *Relações Igreja – Estado em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002, p. 245-255.
- NOGUEIRA, Eurico Dias, «Actividade Missionária na Concordata». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 307-323.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, vol. 1. Coimbra: Atlântida Editora, s/d.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, vol. 2. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- NÓVOA, António, «Educação Nacional». In *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. 1. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, p. 286-288.

NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1928.

NUNES, Rosa Dionízio, *Das relações da Igreja com o Estado*. Coimbra: Almedina, 2005.

PATRIARCA, Fátima, «“Diário” de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Oliveira Salazar», *Análise Social*, nº 178, 2006, p.169-222.

PAYNE, Stanley G., «La política». In *Franquismo. El juicio de la historia*, coord. José Luis García Delgado. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000, p. 233-285.

PAYNE, Stanley G., *El catolicismo español*. Barcelona: Editorial Planeta, 2006.

PEASE, Neal, «Poland and the Holy See, 1918-1939», *Slavic Review*, vol. 50, nº 3 (Outono 1991), p. 521-530.

PEREIRA, Bernardo Fuchter, «Sampaio, Luís Teixeira de». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 9 (Suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, 2000, p. 932-934.

PERROT, Michelle (coord.), *História da vida Privada*, vol. 4, *Da Revolução à Grande Guerra*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PERROT, Michelle, «A família triunfante». In *História da Vida Privada*, vol. 4, *Da Revolução à Grande Guerra*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 93-103.

PINHEIRO, Alexandre Sousa, «Registo Civil». In *Dicionário de História de Portugal*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. 9 (Suplemento P/Z). Porto: Figueirinhas, 2000, p. 230.

PIRES, Manuel, «A Igreja e o Imposto em Portugal». In *Actas das IV Jornadas de Direito Canónico. 23-26 de Abril de 1996. Santuário de Fátima*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1997, p. 89-106.

POLLARD, John F., *The Vatican and italian fascism. 1929-32*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

POLLARD, Jonh, «Italy», *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*, ed. Tom Buchanan e Martin Conway. Oxford/Londres: Oxford University Press, 1996.

PONTIFICIA UNIVERSITAS GREGORIANA, *Concordats conclus durant le pontificat de Sa Sainteté Le Pape Pie XII*. Roma: Pontificia Università Gregoriana, 1934.

PRESTON, Paul, *Franco*. Londres: Fontana Press, 1995.

RAIMUNDO, Filipa, FERREIRA, Nuno Estevão e CARVALHO, Rita Almeida de, «Political decision-making in the Portuguese New State (1933–9): The dictator, the council of ministers and the inner-circle» in PINTO, António Costa, *Ruling Elites and decision-making in fascist-era dictartoships*. Nova Iorque: Colombia University Press, 2009, p. 137-164.

RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

REES, E. A., «Stalin as Leader 1937-1953: from dictator to despot». In *The nature of Staline's dictatorship. The politbure, 1924-1953*, ed. E. A. Rees. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2004, p. 200-239.

REIS, Bruno Cardoso, *Oliveira Salazar e o Vaticano*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

RÉMOND, René, *Religion et Société en Europe. La sécularisation aux XIXe et XXe siècles*. 1780-2000. Paris: Édition du Seuil, 2001.

ROBBINS, Thomas e ROBERTSON, Roland, *Church-State Relations. Tensions and Transmissions*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Books, 1987.

RODRIGUES JÚNIOR, Manuel, *A verdade sobre a compra da igreja de São Julião. Notas oficiosas do Doutor Manuel Rodrigues, ministro da Justiça, de 26 de Julho e 9 de Novembro de 1934*. Lisboa: Edições SPN, 1934.

RODRIGUES JÚNIOR, Manuel, *Problemas Sociais (Questões Políticas)*. Lisboa: Edições «Ática», 1943.

RODRIGUES, Samuel, «Concordata de 1940 – da Génese ao texto definitivo». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 29-49.

ROSAS, Fernando (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. 12, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Presença, 1992.

ROSAS, Fernando, «Estado e Igreja em Portugal: do salazarismo à democracia». In *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, nº 33, Dezembro 1999, p. 25-35.

SALAZAR, António Oliveira, *Discursos, 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

SALAZAR, António Oliveira, *Discursos e Notas Políticas. 1943-1950*, vol. 4. Coimbra: Coimbra Editora, 1951.

SALAZAR, António Oliveira, *Inéditos e dispersos*, vol. 1, org. e pref. de Manuel Braga da Cruz. Venda Nova: Bertrand, 1997.

SALOMON, Jean, *La Politique Concordataire des États depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale*. Paris: Éditions A. Pedone, 1955.

SEABRA, João Maria da Costa, «Liberdade Religiosa e Concordata». In AAVV, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 85-131.

SHWARTZMAN, Simon, «A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família», *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio 1980. [www.shwartzman.org.br/simon/estatuto.htm](http://www.shwartzman.org.br/simon/estatuto.htm) (20 de Outubro de 2008).

SMOUTS, Marie-Claude (dir.), *Les Nouvelles Relations Internationales. Pratiques et théories*. Paris: Presses de Science Po, 1998.

SOARES, M. Isidro, *A Concordata de 1940. Portugal – Santa Sé*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. I (prefácio).

TUSSELL, Javier, *Franco y los católicos. La política interior española entre 1945 y 1957*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

VALIN, Pierre, «Le Saint-Siège dans les relations internationales» in *Études*, Tome 385, n° 3 (3853), setembro 1996, p. 219-227.

VALLIER, Ivan, «The Roman Catholic Church: A Transnational Actor». In *Transnational Relations and World Politics: An Introduction*, ed. Joseph S. Nye e Robert O. Keohane, 5ª ed. Cambridge: Harvard University Press, 1981, p. 129-152.

VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e Socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

VERBEEK, Bertjand, «Do Individual and Group Beliefs Matter? British Decision-Making during the 1956 Suez Crisis», *Cooperation and Conflict*, Sage, London, Thousand Oaks and New Delhi, vol. 29(4): 1994, p. 307-332.

VICENTE, Mary, «Spain» in Buchanan, Tom, Conway, Martin, *Political Catholicism in Europe, 1918-1965*. Grã-Bretanha: Oxford University Press, 1996, p. 97-128.

VILALONGA, José Manuel, *Eficácia e natureza jurídica do registo do casamento*. Separata da *Revista O Direito*, ano 131 (1999), nºs I-II/III-IV e 132º (2000), nº I-II, p.153-223.

ZEENDER, John K., «Introduction». In *Controversial Concordats. The Vatican Relations with Napoleon, Mussolini and Hitler*, ed. Frank J. Coppa. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1999, p. 1-33.